



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1741

Quarta-feira - 13 de Maio de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Guarujá do Sul.....	253	Passos Maia.....	353
Alto Bela Vista.....	7	Herval d'Oeste.....	254	Paulo Lopes.....	354
Anchieta.....	8	Ibiam.....	256	Penha.....	355
Antônio Carlos.....	25	Ilhota.....	260	Pinheiro Preto.....	358
Ascurra.....	26	Imarui.....	262	Pomerode.....	360
Barra Velha.....	28	Imbituba.....	263	Ponte Serrada.....	365
Bela Vista do Toldo.....	31	Indaial.....	277	Porto Belo.....	366
Benedito Novo.....	32	Iomerê.....	278	Porto União.....	368
Biguaçu.....	33	Ipumirim.....	279	Presidente Castello Branco.....	369
Blumenau.....	35	Irineópolis.....	280	Presidente Nereu.....	370
Bom Retiro.....	46	Itá.....	282	Rio do Sul.....	371
Botuvera.....	48	Itaiópolis.....	284	Salto Veloso.....	391
Braço do Trombudo.....	49	Itapiranga.....	285	Santa Cecília.....	392
Brusque.....	55	Itapoá.....	287	São Bento do Sul.....	393
Caçador.....	65	Joaçaba.....	291	São Carlos.....	395
Camboriú.....	108	Lages.....	297	São Domingos.....	396
Campo Alegre.....	109	Laguna.....	299	São João do Oeste.....	398
Campos Novos.....	133	Lauro Muller.....	300	São Joaquim.....	402
Canoinhas.....	135	Lebon Regis.....	301	São José.....	403
Capinzal.....	136	Leoberto Leal.....	302	São José do Cedro.....	425
Celso Ramos.....	143	Lindóia do Sul.....	303	São Lourenço do Oeste.....	429
Chapadão do Lageado.....	144	Luzerna.....	304	São Miguel da Boa Vista.....	434
Cocal do Sul.....	146	Macieira.....	307	São Miguel do Oeste.....	435
Concórdia.....	147	Mafra.....	308	São Pedro de Alcântara.....	436
Cordilheira Alta.....	149	Maravilha.....	310	Schroeder.....	437
Coronel Freitas.....	209	Massaranduba.....	321	Serra Alta.....	440
Corupá.....	210	Meleiro.....	322	Tigrinhos.....	446
Curitibanos.....	213	Modelo.....	324	Timbé do Sul.....	448
Dionísio Cerqueira.....	214	Monte Carlo.....	327	Timbó.....	450
Doutor Pedrinho.....	216	Morro da Fumaça.....	328	Treze Tilias.....	453
Faxinal dos Guedes.....	217	Navegantes.....	329	Tunápolis.....	459
Forquilha.....	219	Nova Trento.....	330	Turvo.....	462
Fraiburgo.....	228	Novo Horizonte.....	331	Urussanga.....	466
Garopaba.....	232	Ouro.....	332	Vargem Bonita.....	467
Garuva.....	236	Ouro Verde.....	333	Videira.....	468
Gaspar.....	238	Paial.....	335	Vitor Meireles.....	470
Governador Celso Ramos.....	248	Palhoça.....	336	Xavantina.....	473
Grão Pará.....	250	Palmitos.....	349	Xaxim.....	474
Guaraciaba.....	251	Papanduva.....	350		
Guaramirim.....	252	Passo de Torres.....	352		

### Associações

AMOSC.....	475	FECAM.....	475
------------	-----	------------	-----

### Consórcios

CIDEMA.....	476	CIGAMERIOS.....	480
CIM-AMAVI.....	477		
CIS/AMOSC.....	478		
CVC.....	479		

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 053/2015

DECRETO Nº 053/2015 – DE 12 DE MAIO DE 2015

“HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ÁGUA DOCE - SC”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade pelo Decreto nº 026/2015, de 02 de março de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação de Água Doce, instituído pelo Decreto nº 026/2015 de 02.03.2015:

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de maio de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### REGIMENTO INTERNO DO FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ÁGUA DOCE

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REGIMENTO INTERNO

Água Doce – 11 de maio de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Prefeito Municipal

Novelli Sganzerla

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Rosane Putton Ferreira Hartcopf

#### Elaboração:

Comissão Coordenadora e Membros do Fórum Municipal de Educação

Água Doce – SC

Maio de 2015

#### ÍNDICE

Capítulo I	
Das Atribuições .....	4
Capítulo II	
Da Composição .....	4
Capítulo III	
Do Funcionamento .....	7
Capítulo IV	
Das Disposições Gerais .....	10
Capítulo I	
Das Atribuições	

Art.1º. O Fórum Municipal de Educação, doravante denominado FME, instituído pelo Decreto Nº 026, de 02 de março de 2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, no Mural da Prefeitura Municipal de Água Doce e na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Água Doce, tem as seguintes atribuições:

I – Participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política municipal de educação;

II - Acompanhar, junto a Câmara Municipal, a tramitação de projetos de leis referentes à política municipal de educação, em especial a de projetos de leis dos planos decenais de educação definidos no artigo 214 da Constituição Federal, com alterações da Emenda à Constituição 59/2009;

III – Elaborar seu Regimento Interno e aprovar “ad referendum” o Regimento Interno da conferência municipal de educação;

IV- Zelar para que o fórum e a conferência de educação do Município estejam articulados à Conferência Nacional de Educação;

V - Planejar e coordenar a realização da conferência municipal de educação, bem como divulgar as suas deliberações;

VI – Colaborar na elaboração do Plano Municipal de Educação, no acompanhamento de sua implementação e na avaliação de seus processos e resultados;

VII - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação e mobilizar escolas e sociedade civil no que couber, em relação à Conferência Municipal de Educação;

VIII – Oferecer suporte técnico para organização e realização da Conferência Municipal de Educação;

IX – Acompanhar indicadores educacionais, articulando-se com observatórios de monitoramento de indicadores disponíveis;

X – Planejar e organizar espaços de debates sobre as políticas de educação;

XI – Coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre temáticas relevantes à educação por ocasião de reuniões do fórum, sessões especiais e outros eventos;

XII – Contribuir na organização da Conferência Municipal e na elaboração do Plano Municipal de Educação;

XIII – Acompanhar e avaliar a implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

XIV – Realizar outras ações pertinentes.

#### Capítulo II

##### Da Composição

Art. 2º. O Fórum Municipal de Educação, composto por representantes de órgãos públicos, entidades e movimentos sociais, teve a indicação de seus representantes formalizada por meio do Decreto nº 046 de 23 de abril de 2015, e Decreto 051 de 05 de maio de 2015, a partir da seguinte composição:

a) Secretaria Municipal de Educação – SMD:

- Secretário(a) Municipal de Educação;

- Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino;

- Representante do Transporte Escolar Municipal.

- Orientação escolar

b) Câmara Municipal de Vereadores:

- Membros da Comissão de Educação.

c) Conselho Municipal de Educação:

- Dois membros titulares do CME.

d) Conselho do FUNDEB:

- Dois membros titulares do FUNDEB.

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

- Dois membros titulares do CAE.

f) Conselhos Escolares:

- Um membro de cada Conselho Escolar.

g) Representante dos profissionais da educação:

- Nomeação de dois representantes de cada nível de escolaridade ofertado, da Rede Municipal e Estadual de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio).

h) Educação Especial:

- Dois pais de aluno.

i) Conselho Tutelar:

- Todos os conselheiros ativos.

j) Ensino Superior:

- Dois representantes dos alunos universitários.

k) Ensino Técnico Profissionalizante:

- Dois representantes dos alunos do ensino técnico.

l) Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social:

- Um representante de coordenação dos programas de saúde da família;

- Dois representantes dos agentes de saúde.

m) Secretaria Municipal de Administração e Finanças

- Dois representantes.

n) SINSEADRE – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Água

Doce e Região.

o) Outros

§ 1º - Demais órgãos ou entidades interessadas em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

§ 2º - Os alunos da Educação Básica, por serem menor de idade, serão convidados a fazer parte do fórum, através de mobilização a ser coordenada pela equipe de planejamento e coordenação do PME, na quantidade e representatividade a ser definida pela mesma.

Art. 3º. Os representantes designados pelas entidades, órgãos ou movimentos relacionadas no Art. 2º deste Regimento Interno, indicados para compor o FME, serão designados por ato específico do Executivo Municipal.

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação contará em sua estrutura com um coordenador e um secretário.

Parágrafo único: O FME será sempre presidido pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 5º. O Fórum Municipal de Educação será sempre composto por membros, que representam entidades, órgãos e movimentos sociais representativos dos segmentos da educação escolar e dos setores da sociedade com atuação amplamente reconhecida na melhoria da educação municipal.

§ 1º - São considerados segmentos da educação: os/as estudantes; os/as pais/mães/responsáveis de estudantes; os/as profissionais da educação e os/as dirigentes (gestores/as dos órgãos educacionais e instituições educativas, conselheiros/as da educação e representantes da câmara municipal legislativa).

§ 2º - São consideradas categorias representativas dos setores da sociedade as/os:

I - Conselho Tutelar;

II - Entidades/associações com atuação na área educacional;

III – Secretarias Municipais com afinidade de ações junto ao setor Educacional;

IV – Entre outras.

Art. 6º. A critério do conselho pleno, a composição do FME poderá ser alterada com a inclusão de outros órgãos, entidades e movimentos da comunidade educacional, legalmente constituído, observando:

I - Amplo reconhecimento público do órgão, entidade ou movimento

em, ao menos, um segmento ou setor da sociedade conforme disposto no Art. 5º;

II - Sua abrangência municipal devendo ter atuação em, no mínimo, 50 por cento das representações da educação e da sociedade civil;

III - Tempo de existência de, no mínimo, dois anos e tempo de efetiva atuação da entidade/órgão/movimento, de dois anos;

IV - Quantidade de filiados, associados e/ou pessoas representadas pela atuação da entidade/órgão/movimento:

§ 1º - A solicitação de ingresso no FME deverá ser feita por meio de ofício encaminhado a presidência do mesmo, a qualquer período do ano, justificando a solicitação com base nos critérios acima dispostos;

§ 2º - O ingresso de novas entidades ou órgãos será deliberado, em reunião ordinária marcada com esse objetivo, com presença de no mínimo dois terços dos membros do FME.

Art. 7º. As reuniões do FME serão compostas por membros em exercício, convidados especiais e observadores.

Parágrafo único: O quórum de funcionamento nas reuniões do FME será 50% da representação dos membros.

I - Poderão participar das reuniões do FME, como convidados especiais, a critério do conselho pleno, personalidades, pesquisadores, presidentes de entidades, órgãos e movimentos, técnicos e representantes de instituições de direito público ou privado e representantes do Judiciário;

II - Será observador/a, sem direito a voz e voto, qualquer cidadão/ã brasileiro/a que se fizer presente nas reuniões do conselho pleno do FME.

### Capítulo III

#### Do Funcionamento

Art. 8º. A estrutura e os procedimentos operacionais estão definidos neste Regimento Interno e foram aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições do Decreto nº 026/2015 de 02 de março de 2015.

Art. 9º. O fórum de educação no âmbito Municipal deverá organizar-se seguindo as orientações e os procedimentos estabelecidos pelo Fórum Estadual/Nacional de Educação.

Parágrafo único: O Regimento Interno do Fórum Municipal terá como base o Regimento Interno do Fórum Estadual/Nacional de Educação.

Art. 10º. O FME terá funcionamento permanente e reunir-se-á sob a convocação do seu presidente/coordenador, sempre que necessário, ou ainda, por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 11º. O FME e a Conferência Municipal de Educação estarão administrativamente vinculados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e receberão o suporte técnico e administrativo da Comissão Executiva do Plano Municipal de Educação, nomeados por decreto específico, para garantir seu funcionamento.

Art. 12º. As deliberações do FME buscarão a definição consensual dos temas apreciados.

§ 1º - Quando não houver consenso, as decisões serão encaminhadas ao debate e à votação e serão aprovadas por maioria simples dos votos, exceto quando for exigido quórum qualificado, que corresponde ao número mínimo de dois terços dos membros votantes presentes.

§ 2º - As discordâncias serão registradas em ata, quando solicitada

a declaração de voto.

§ 3º - Mediante requerimento fundamentado, qualquer membro poderá solicitar ao plenário um prazo de até 30 (trinta) dias para proceder e apresentar os resultados de consulta suplementar às entidades que representam para subsidiar as decisões.

Art. 13º. São direitos e deveres dos membros do FME:

I - participar com direito a voz e a voto das reuniões do Fórum e deliberar sobre quaisquer assuntos constantes da pauta;

II - cumprir e zelar pelo cumprimento dos objetivos e atribuições do Fórum;

III - sugerir e debater os conteúdos da agenda das reuniões do FME, mediante o envio à coordenação, de quaisquer assuntos relacionados aos seus objetivos;

IV - deliberar sobre a aprovação ou alteração deste Regimento.

Art. 14º. As despesas referentes à participação dos membros nas atividades do FME correrão por conta de cada instituição representada.

Art. 15º. Cabe ao Coordenador do FME:

I - Presidir as reuniões, orientar os debates e tomar os votos;

II - Dar posse aos representantes;

III - Emitir voto de qualidade nos casos de empate;

IV - Baixar atos normativos visando ao cumprimento das decisões da Plenária;

V - Requisitar as informações de que o FME necessitar;

VI - Fazer cumprir este Regimento.

Art. 16º. Cabe ao Secretário do FME:

I - Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do FME, expedindo a convocação para os membros e para cada um dos órgãos, entidades e movimentos representados, com antecedência mínima de quinze dias, encaminhando a pauta e documentos a ela correspondentes;

II - coordenar as reuniões do FME;

III - elaborar a pauta das reuniões, fazendo constar as sugestões encaminhadas pelos seus membros;

IV - submeter à aprovação do Fórum as atas das reuniões;

V - planejar, coordenar e orientar a execução das atividades do FME;

VI - tornar públicas as deliberações do FME;

VII - acompanhar e assessorar o recolhimento e o processamento de dados estratégicos referentes às políticas públicas da educação.

Art. 17º. A Plenária é a instância máxima deliberativa do FME.

Art. 18º. Na sua estrutura, o FME terá como suporte a Comissão Executiva do PME para organizar, atender urgências e dar suporte administrativo ao seu funcionamento.

Art. 19º. A Plenária do FME, quando necessário, poderá criar Grupos de Trabalho Temporários (GTT), com indicação de seus respectivos membros e as seguintes especificações:

§ 1º - Cada Grupo de Trabalho Temporário poderá designar uma coordenação, uma relatoria e especialistas da área.

§ 2º - Os GTT terão sempre caráter temporário e estabelecerão, em sua primeira reunião, o cronograma e a data de encerramento das suas atividades, que obedecerão ao prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, a critério da Coordenação do FME, mediante justificativa e apresentação dos avanços e resultados alcançados.

§ 3º - Cabe à Comissão Executiva do PME providenciar o encaminhamento das atividades e relatoria de documentos e/ou pareceres emitidos pelos grupos de trabalho.

Art. 20º. Os trabalhos de Monitoramento e Sistematização e de Mobilização e Divulgação, com atribuições definidas neste Regimento, serão exercidas pela Comissão Executiva do PME.

Art. 21º. As atribuições de Monitoramento e Sistematização compreendem:

a) Acompanhar a implementação das deliberações da conferência municipal de educação:

I. Monitorar processo de implementação, avaliação e revisão do PME 2015-2024 e dos planos decenais subsequentes;

II. Articular e/ou promover debates sobre conteúdos da política nacional/estadual de educação, deliberados na Conferência Municipal de Educação.

b) Acompanhar Indicadores Educacionais, organizando um observatório para este fim:

I. Acompanhar indicadores da educação básica e técnico profissional;

II. Acompanhar indicadores de qualidade da educação básica e técnico profissional;

III. Acompanhar indicadores de equidade educacional (renda, etnia, gênero, geracional, condições físicas, sensoriais e intelectuais, campo/cidade e outros).

c) Articular-se com observatórios de monitoramento e órgãos de pesquisa de indicadores educacionais.

d) Desenvolver metodologias e estratégias para a organização da conferência municipal de educação e acompanhamento do Plano Municipal de Educação:

I. Coordenar o processo de definição do temário e de sistematização do conteúdo da próxima conferência municipal de educação;

II. Promover debates sobre resultados e desafios da política nacional de educação.

e) Coordenar o processo de elaboração e revisão do Regimento Interno "ad referendum" da próxima Conferência Municipal de Educação e o Regimento Interno do Fórum e das demais normas de seu funcionamento:

I. Elaborar proposta de Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação e da próxima conferência municipal de educação;

II. Coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre Regimento Interno e demais documentos disciplinadores de funcionamento do Fórum Municipal de Educação.

f) Coordenar o processo de elaboração e revisão das publicações do FME:

I. Levantar informações e definir forma, bem como formatos de acessibilidade, conteúdo e periodicidade das publicações do FME;

II. Produzir e/ou selecionar matérias para as publicações;

III. Elaborar plano de distribuição das publicações.

Art. 22º. As atribuições de Mobilização e Divulgação compreendem:

a) Organizar o FME e a Conferência Municipal de Educação:

I. Elaborar as orientações para a organização do FME;

II. Elaborar as orientações para a organização da Conferência Municipal de Educação;

III. Promover e participar de reuniões para colaborar com a organização e fortalecimento do FME.

b) Articular os meios e garantir a infraestrutura para viabilizar o FME e a Conferência Municipal de Educação:

I. Propor formas de suporte técnico e de apoio financeiro ao FME e a Conferência Municipal de Educação;

II. Planejar e acompanhar a logística para a realização da próxima CONAE;

III. Organizar a elaboração e os arquivos das atas do FME;

IV. Acompanhar a publicação de portarias sobre o FME.

c) Articular os meios para colaborar com a organização do FME e da Conferência Municipal de Educação:

I. Propor formas de suporte técnico e de apoio financeiro ao FME e Conferência Municipal de Educação;

II. Avaliar a execução das formas de cooperação técnica e financeira do município.

#### Capítulo IV Das Disposições Gerais

Art. 23º. A participação no FME será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 24º. O Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação poderá ser alterado em reunião específica, desde que, ao tempo de sua convocação, conste como item da pauta.

Parágrafo único: Para a modificação do Regimento Interno é necessário o voto favorável de 50% dos membros do Fórum Municipal de Educação.

Art. 25º. Os casos omissos deste Regimento Interno serão deliberados pelo conselho pleno do FME.

Art. 26º. Este Regimento Interno entrará em vigor após sua aprovação pelo conselho pleno do Fórum Municipal de Educação do Município de Água Doce e homologação através de Decreto editado pelo Executivo Municipal e publicado no mural da Prefeitura Municipal e na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Água Doce.

Aprovado pelos Membros do Fórum Municipal de Educação de Água Doce, em 11 de maio de 2015.

Representatividade:

##### a) Secretaria Municipal de Educação:

- Rosane Ferreira Putton Hartcopf \_\_\_\_\_
- Gissele Brezolin \_\_\_\_\_
- Raquel Heberle \_\_\_\_\_
- Marivete Toigo \_\_\_\_\_
- Hilda Vieira \_\_\_\_\_
- Tatiana Guerra de Barros \_\_\_\_\_
- Marinês Lúcia Casagrande Tonial \_\_\_\_\_
- Claudia Elizabet Fávero Boccalon \_\_\_\_\_

##### b) Câmara Municipal de Vereadores

- Denise Aparecida Celso Putton \_\_\_\_\_
- Helioberto Marcel Ramos \_\_\_\_\_
- Jorge Rone Haslinger \_\_\_\_\_

##### c) Conselho Municipal de Educação

- Claiton Luiz de Souza Pinto \_\_\_\_\_
- Claudete Dulcinéia Dall' Acosta \_\_\_\_\_

##### d) Conselho do FUNDEB

- Elisabete Salvador Heberle \_\_\_\_\_
- Maira Ramos \_\_\_\_\_

##### e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar

- Paula Cristina Mendes Gatelli \_\_\_\_\_
- Carmen Guisleni da Fonseca \_\_\_\_\_

##### f) Conselhos Escolares

- Dayane de Moraes \_\_\_\_\_
- Marcia Johann Simão \_\_\_\_\_
- Marisa Fátima Saretto de Oliveira \_\_\_\_\_
- Jair Carlos da Silva \_\_\_\_\_
- Andriana Wensel Totti \_\_\_\_\_
- Salete Zarpelon Parenti \_\_\_\_\_
- Marjorie Jeane Setti de Oliveira \_\_\_\_\_
- Rogério Alves Paz \_\_\_\_\_
- Arlete Lúcia Venturin dos Santos \_\_\_\_\_

##### g) Representante dos Profissionais da Educação

- Gládis Miranda Cavichioli Menegat \_\_\_\_\_
- Nádia Salvador \_\_\_\_\_

- Gissele Brezolin \_\_\_\_\_
- Tatiana Guerra de Barros \_\_\_\_\_
- Rosana Aparecida Marcolino \_\_\_\_\_
- Noeli Krause Gemelli \_\_\_\_\_

##### h) Educação Especial

- Ivanir Alves de Lima \_\_\_\_\_
- Marinês Lucia Fioreze \_\_\_\_\_

##### i) Conselho Tutelar

- Claudete Aparecida Lopes Pinto \_\_\_\_\_

##### j) Ensino Superior

- Evandro Luiz Tonet \_\_\_\_\_
- Marinéia Beviláqua \_\_\_\_\_

##### k) Ensino Técnico Profissionalizante

- Johnathan Marcos Brugnara Zanata \_\_\_\_\_
- Renata Arieli Moraes Moreira \_\_\_\_\_

##### l) Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social

- Sílvia Mônica Bortolini \_\_\_\_\_
- Rose Marcante \_\_\_\_\_
- Solange dos Passos \_\_\_\_\_

##### m) Secretaria Municipal de Administração

- Juciana Souza de Araujo Soares \_\_\_\_\_
- Joseli Aparecida dos Santos Moura Rosa Trento \_\_\_\_\_

##### n) SINSEADRE

- James Francisco Beal \_\_\_\_\_
- Luci Mara Anssolin Luchese \_\_\_\_\_

Aprovado: Em 11 de maio de 2015.

ROSANE PUTTON FERREIRA HARTCOFF

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Portaria Nº 147/2015 de 13.04.2015

Publicado no Diário Oficial dos Municípios, Mural da Prefeitura e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Água Doce em 12 de maio de 2015.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO 001**

DECRETO LEGISLATIVO N.º 001/2015 DE 05-05-2015  
" APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE DO EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Marli Rosa Spagnol Guerreiro, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Poder Legislativo aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º Ficam aprovadas as contas do Município de Água Doce, do exercício de 2013, de acordo com o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, parte integrante do presente Decreto.

Artigo 2.º O Poder Legislativo no prazo da Lei, encaminhará cópia do presente Decreto Legislativo, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Artigo 3.º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05 de maio de 2015

Marli Rosa Spagnol Guerreiro

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce – SC

**EXTRATO DE CONTRATO 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 004/2015 AO CONTRATO N.º 008/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: RÁDIO TROPICAL FM.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

PAGAMENTO: MENSAL

VALOR: R\$ 1.798,77 (UM MIL SETENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS)

SIGNATÁRIOS: MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE E FERNANDO LOPES DE LIMA, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 3 (TRÊS) MESES, INICIADO EM 02/01/2015 E TERMINANDO EM 31/03/2015.

**EXTRATO DE CONTRATO 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 005/2015 AO CONTRATO N.º 008/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: RÁDIO TROPICAL FM.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

PAGAMENTO: MENSAL

VALOR: R\$ 1.950,22 (UM MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS)

SIGNATÁRIOS: MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE E FERNANDO LOPES DE LIMA, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 9 (NOVE) MESES, INICIADO EM 01/04/2015 E TERMINANDO EM 31/12/2015.

**EXTRATO DE CONTRATO 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 001/2015 AO CONTRATO N.º 007/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: PARA LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS E LICITAÇÕES E PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM AMBIENTE WINDOWS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONAL.

PAGAMENTO: MENSAL

REAJUSTE: OS VALORES CONTRATADOS SERÃO REAJUSTADOS A PARTIR DE 03/06/2015 PELO IGP-M (FGV) ACUMULADO NO PERÍODO.

SIGNATÁRIOS: MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, DANIELA RAMOS SILVA E ERNESTO MUNIZ DE SOUZA, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, INICIADO EM 02/01/2015 E TERMINANDO EM 31/12/2015.

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.028, DE 11 DE MAIO DE 2015

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO DE ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

Considerando: O retorno as atividades normais do servidor efetivo ELMAR HOFFMANN, afastado por auxílio doença;

DECRETA:

Art 1º Fica exonerada o Servidor Público Municipal LUIZ FABIANO MOREIRA, Matrícula 704, do cargo de OPERADOR DE Balsa, Cargo de Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1959 de 09 de janeiro de 2015 e as disposições contrárias.

Alto Bela Vista/SC, 11 de maio de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLIEN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

### PORTARIA Nº 051, DE 11 DE MAIO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Sra. MARLENE APARECIDA DA COSTA para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE CRECHE; 40 horas semanais; classificada em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto Nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 11 de maio de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 204/2015**

PORTARIA N. 204/2015  
De, 22 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,  
Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal Cladi Perin Baggio, ocupante do cargo de Professora de educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no período de 22/04/2015 à 22/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
Em, 22 de Abril de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria  
nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 205/2015**

PORTARIA Nº. 205/2015  
De, 22 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 002/2014;

Considerando a Licença de Tratamento de Saúde da Servidora Titular Cladi Perin Baggio,

RESOLVE:  
Nomear Professora de Educação Infantil em Substituição a Titular que se encontra em Auxílio Doença,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Cleusa Perondi Hanauer, para exercer o cargo de Professora de Educação Infantil - ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso V, no período de 22/04/2015 à 22/05/2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC  
Em, 22 de Abril de 2015.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria  
nesta Secretaria em data supra.  
Andreia Marafão – Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 208/2015**

PORTARIA Nº. 208/2015  
De, 23 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:  
Conceder Licença Prêmio pelo período de 01 (um) mês e converter o mesmo período em pecúnia,  
Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 01 (um) mês para a servidora Pública Municipal Erni Contini, ocupante do cargo efetivo de Zeladora, Matrícula 723, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na secretaria Municipal da Educação, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida e o valor pago em pecúnia será efetuado na folha de pagamento do mês de Abril/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 23 de Abril de 2015.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria  
nesta Secretaria em data supra.  
Andreia Marafão – Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 209/2015**

PORTARIA nº. 209/2015  
De, 30 de Abril de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE  
Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a senhora Roseli Canci Sagaz ocupante do cargo de Secretária Municipal da Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 30 de Abril de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria  
nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão – Secretária da administração e Gestão.

#### **PORTARIA Nº 210/2015**

PORTARIA Nº 210/2015  
De, 04 de Maio de 2015.  
DOSPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso  
de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 12 da Lei Complementar n.  
033/2011;

Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos  
Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:  
Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação ao servidor público  
municipal Alcione José Lago, ocupante do cargo efetivo de Monitor  
Desportivo, no percentual de 20% (vinte por cento) a ser calculado  
sobre o vencimento base do cargo respectivo, sendo pago em ver-  
ba distinta (Adicional de Titulação), a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 04 de Maio de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

#### **PORTARIA Nº 211/2015**

PORTARIA Nº 211/2015  
De, 04 de Maio de 2015.  
DOSPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso  
de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 12 da Lei Complementar n.  
033/2011;

Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos  
Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:  
Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação a servidora públi-  
ca municipal Arieli Pulga, ocupante do cargo efetivo de Professora  
de Educação Infantil, no percentual de 20% (vinte por cento) a  
ser calculado sobre o vencimento base do cargo respectivo, sendo  
pago em verba distinta (Adicional de Titulação), a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 04 de Maio de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria  
nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

#### **PORTARIA Nº 212/2015**

PORTARIA Nº 212/2015  
De, 04 de Maio de 2015.  
DOSPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso  
de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 12 da Lei Complementar n.  
033/2011;

Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos  
Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:  
Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação ao servidor público  
municipal Robson Scwirke, ocupante do cargo efetivo de Monitor  
Social - Informática, no percentual de 25% (vinte e cinco por cen-  
to) a ser calculado sobre o vencimento base do cargo respectivo,  
sendo pago em verba distinta (Adicional de Titulação), a partir des-  
ta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 04 de Maio de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria  
nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 213/2015**

PORTARIA Nº 213/2015

De, 04 de Maio de 2015.

**DOSPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 12 da Lei Complementar n. 033/2011;

Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação à servidora pública municipal Andreia Milani de Souza, ocupante do cargo efetivo de Monitora de Creche, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) a ser calculado sobre o vencimento base do cargo respectivo, sendo pago em verba distinta (Adicional de Titulação), a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 04 de Maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão

Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 214/2015**

PORTARIA Nº 214/2015

De, 04 de Maio de 2015.

**DOSPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 12 da Lei Complementar n. 033/2011;

Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação ao servidor público municipal Ivo Mario Snigura, ocupante do cargo efetivo de Agente de Conservação e Manutenção, no percentual de 5% (cinco por cento) Ensino Fundamental e 10% (dez por cento) Ensino Médio, a ser calculado sobre o vencimento base do cargo respectivo, sendo pago em verba distinta (Adicional de Titulação), a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 04 de Maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão

Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 215/2015**

PORTARIA Nº 215/2015

De, 04 de Maio de 2015.

**DOSPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 12 da Lei Complementar n. 033/2011;

Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação ao servidor público municipal Adriano Schaeffer, ocupante do cargo efetivo de Operador I, no percentual de 5% (cinco por cento) Ensino Fundamental e 10% (dez por cento) Ensino Médio, a ser calculado sobre o vencimento base do cargo respectivo, sendo pago em verba distinta (Adicional de Titulação), a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 04 de Maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão

Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 216/2015**

PORTARIA Nº 216/2015

De, 04 de Maio de 2015.

**DOSPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 12 da Lei Complementar n. 033/2011;

Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação à servidora pública municipal Marcia Fabiana Fossato, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, no percentual de 10% (dez por cento) Ensino Médio, a ser calculado sobre o vencimento base do cargo respectivo, sendo pago em verba distinta (Adicional de Titulação), a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 04 de Maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão

Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 217/2015**

PORTARIA Nº. 217/2015

De, 04 de Maio de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Conselheira Tutelar Marlete Todescatto, Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/05/2015 à 30/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 04 de Maio de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão – Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 218/2015**

PORTARIA Nº. 218/2015

De, 04 de Maio de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal, senhor Itamar Berté, ocupante do cargo de Monitor Desportivo, lotado na Secretaria Municipal da Educação, relativas

ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/05/2015 à 31/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 04 de Maio de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão – Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 219/2015**

PORTARIA Nº. 219/2015

De, 04 de Maio de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal, senhor Alcione José Lago, ocupante do cargo de Monitor Desportivo, lotado na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/05/2015 à 31/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 04 de Maio de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão – Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 220/2015**

PORTARIA nº. 220/2015

De, 04 de Maio de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 1988/2013,

Considerando a eleição realizada em 21/08/2013, para mandato de Conselheiro Tutelar,

Considerando os pedido de férias da Conselheira Marlete Todescato,

**RESOLVE**

Nomear,

Art. 1º - Fica nomeada para compor o Conselho Tutelar do Município de Anchieta (SC), a Senhora Elizandra dos Santos, Conselheira Tutelar Eletiva, ocupante da vaga de suplência, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social – FMAS, no período de 02/05/2015 à 31/03/2015 substituta da Conselheira Marlete Todescato.

Art. 2º. – As despesas desta nomeação correrão por conta da dotação orçamentária:

10 – Secretaria Municipal da Assistência Social

10.02 – Criança e Adolescente

33.90.11.01 – Vencimentos e Salários

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.  
Art. 4º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 04 de Maio de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 221/2015**

PORTARIA nº. 221/2015  
De, 04 de Maio de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 032/2011 – Estrutura Administrativa,

RESOLVE:  
Nomear,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Magli Gisele Roscete, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal da Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 04 de Maio de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 222/2015**

PORTARIA N. 222/2015  
De, 08 de Maio de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;  
Considerando que, para a condução dos veículos é necessário autorização do Executivo;  
Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

RESOLVE:  
Autorizar Servidora para Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizada a servidora pública municipal Monica Schaeffer, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para eventualmente conduzir os

veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo solicitado, é de inteira responsabilidade do servidor e o mesmo não poderá: Ceder a direção do veículo a terceiros; Utilizar o veículo em atividade particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado;

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 08 de Maio de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal  
Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 223/2015**

PORTARIA nº. 223/2015  
De, 08 de Maio de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE  
Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a Pedido a senhora Claudia Regina Escher, ocupante do cargo de Professora de Monitora de Creche, lotada na Secretaria Municipal da Educação, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 08 de Maio de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 224/2015**

PORTARIA Nº. 224/2014  
De, 11 de Maio de 2015.

Nomeia, em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;  
Considerando o resultado do Concurso Público n. 001/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nomeada, em caráter efetivo, DANIELA APARECIDA BONAMIGO portadora do CPF nº. 069.897.819-63 e CI nº 5.384.332, SSP/SC, aprovada no Concurso Público n. 001/2014, para o cargo de MONITORA DE CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação inicial junto a Secretaria Municipal da Educação, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 11 de Maio de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 225/2015**

PORTARIA Nº. 225/2015

De, 12 de Maio de 2015.

Nomeia, em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;  
Considerando o resultado do Concurso Público n. 001/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nomeada, em caráter efetivo, IVANIA VAZ PINHEIRO portadora do CPF nº. 107.533.269-90 e CI nº 6.064.308, SSP/SC, aprovada no Concurso Público n. 001/2014, para o cargo de MONITORA DE CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação inicial junto a Secretaria Municipal da Educação, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 12 de Maio de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 226/2015**

PORTARIA N. 226/2015

De, 12 de Maio de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;  
Considerando que, para a condução dos veículos é necessário autorização do Executivo;  
Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

**RESOLVE:**

Autorizar Servidora para Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizada a servidora pública municipal Daniela Paula Foletto, ocupante do cargo de Auditora de Tributos lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para eventualmente conduzir os veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo solicitado, é de inteira responsabilidade do servidor e o mesmo não poderá: Ceder a direção do veículo a terceiros; Utilizar o veículo em atividade particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado;

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 12 de Maio de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

## CÂMARA MUNICIPAL

## BALANCETE ORÇAMENTÁRIO 2015

Município de ANCHIETA - SC  
CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>172.731,63</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>172.731,63</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>700.000,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>95.828,95</b>	<b>222.618,56</b>	<b>477.381,44</b>	<b>90.919,82</b>	<b>172.731,63</b>	<b>527.268,37</b>	<b>172.641,74</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>632.300,00</b>	<b>632.300,00</b>	<b>89.838,95</b>	<b>216.628,56</b>	<b>415.671,44</b>	<b>90.919,82</b>	<b>172.731,63</b>	<b>459.568,37</b>	<b>172.641,74</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	460.000,00	460.000,00	69.738,21	136.174,23	323.825,77	69.738,21	136.174,23	323.825,77	136.174,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	172.300,00	172.300,00	20.100,74	80.454,33	91.845,67	21.181,61	36.557,40	135.742,60	36.467,51
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>67.700,00</b>	<b>67.700,00</b>	<b>5.990,00</b>	<b>5.990,00</b>	<b>61.710,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>67.700,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ANCHIETA - SC  
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(i)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>700.000,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>95.828,95</b>	<b>222.618,56</b>	<b>477.381,44</b>	<b>90.919,82</b>	<b>172.731,63</b>	<b>527.268,37</b>	<b>172.641,74</b>
INVESTIMENTOS	67.700,00	67.700,00	5.990,00	5.990,00	61.710,00	0,00	0,00	67.700,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>700.000,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>95.828,95</b>	<b>222.618,56</b>	<b>477.381,44</b>	<b>90.919,82</b>	<b>172.731,63</b>	<b>527.268,37</b>	<b>172.641,74</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>700.000,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>95.828,95</b>	<b>222.618,56</b>	<b>477.381,44</b>	<b>90.919,82</b>	<b>172.731,63</b>	<b>527.268,37</b>	<b>172.641,74</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>700.000,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>95.828,95</b>	<b>222.618,56</b>	<b>—</b>	<b>90.919,82</b>	<b>172.731,63</b>	<b>—</b>	<b>172.641,74</b>

FONTE:

ANCHIETA, 06/05/2015

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

**BALANCETE ORÇAMENTÁRIO ABRIL/2015**

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Período: Abril  
Página: 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>45.691,76</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>45.691,76</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.171,49
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.530,27
		INVESTIMENTOS	5.990,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>59.000,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	59.000,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>101.890,50</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>102.522,02</b>
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	74,36	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	74,36
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.472,57	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.058,84
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	51.555,87	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	52.549,74
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	102,07	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	102,07
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	46.685,63	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	46.737,01
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>52.331,28</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>65.008,00</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	52.331,28	BANCO C/ MOVIMENTO	65.008,00
<b>TOTAL</b>	<b>213.221,78</b>	<b>TOTAL</b>	<b>213.221,78</b>

ANCHIETA, 06/05/2015

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS POR FUNÇÃO ABRIL 2015

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	700.000,00	700.000,00	95.828,95	222.618,56	477.381,44	90.919,82	100,00	527.268,37
Legislativa	700.000,00	700.000,00	95.828,95	222.618,56	477.381,44	90.919,82	100,00	527.268,37
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	95.828,95	222.618,56	477.381,44	90.919,82	100,00	527.268,37
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>700.000,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>95.828,95</b>	<b>222.618,56</b>	<b>477.381,44</b>	<b>90.919,82</b>	<b>100,00</b>	<b>527.268,37</b>

FONTE:

ANCHIETA, 06/05/2015

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 2015**

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 06/05/2015

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

**DEMONSTRATIVO RESULTADO NOMINAL ABRIL/2015**

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Fev 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)		0,00	36.706,69	65.008,00
Disponibilidade de Caixa Bruta		0,00	36.706,69	65.008,00
Demais Haveres Financeiros		0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)		0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)		0,00	-36.706,69	-65.008,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)		0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)		0,00	-36.706,69	-65.008,00

  

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
VALOR	-28.301,31	-65.008,00

  

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

  

REGIME PREVIDENCIÁRIO		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO	
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Fev 2015 (B)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)		
DEDUÇÕES (VIII)		
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 06/05/2015

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

**DEMONSTRATIVO RESULTADO PRIMÁRIO JAN/FEV/2015**

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>632.300,00</b>	<b>216.628,56</b>	<b>198.444,28</b>	<b>172.731,63</b>	<b>176.844,28</b>
Pessoal e Encargos Sociais	460.000,00	136.174,23	127.156,76	136.174,23	127.156,76
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	172.300,00	80.454,33	71.287,52	36.557,40	49.687,52
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>632.300,00</b>	<b>216.628,56</b>	<b>198.444,28</b>	<b>172.731,63</b>	<b>176.844,28</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>67.700,00</b>	<b>5.990,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	67.700,00	5.990,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>67.700,00</b>	<b>5.990,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>700.000,00</b>	<b>222.618,56</b>	<b>198.444,28</b>	<b>172.731,63</b>	<b>176.844,28</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-700.000,00</b>	<b>-222.618,56</b>	<b>-198.444,28</b>	<b>-172.731,63</b>	<b>-176.844,28</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>0,00</b>	

FONTE:

ANCHIETA, 06/05/2015

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ABRIL 2015**

Município de ANCHIETA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		0,00	
Previsão Atualizada		0,00	
Receitas Realizadas		0,00	
Déficit Orçamentário		345.373,37	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		700.000,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		700.000,00	
Despesas Empenhadas		222.618,56	
Despesas Liquidadas		172.731,63	
Despesas pagas		172.641,74	
Superavit Orçamentário		0,00	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		222.618,56	
Despesas Liquidadas		172.731,63	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		0,00	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>	<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Nominal	0,00	-64.918,11	0,00
Resultado Primário	0,00	-172.731,63	0,00
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
		<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		
Despesa de Capital Líquida	0,00	67.700,00	
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>2015</b>	<b>2023</b>	<b>2033</b>
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores</b>			<b>2048</b>
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Realizar</b>	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	

Continua 1/2

Município de ANCHIETA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LRF, Art. 48 - Anexo 14		R\$ 1,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANCHIETA, 06/05/2015

VALDEREZ IZOTTON PRESIDENTE	EDEMAR LUIZ GRIEBLER CRC SC-036.207/O-8
--------------------------------	--

**RESUMO 2º BIMESTRE**

Betha Sistemas

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Exercício de 2015

2º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 02/2015	Bimestre Mar/Abr/2015	Total até Abr/2015
DESPESAS				
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA				
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	700.000,00	126.789,61	95.828,95	222.618,56
Total da Entidade:	700.000,00	126.789,61	95.828,95	222.618,56
TOTAL DA DESPESA :	700.000,00	126.789,61	95.828,95	222.618,56

ANCHIETA, 07/05/2015

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 52º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

52º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 13/05/2015 a 13/06/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 13 de maio de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MEDICO – 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
03º	ARMANDO THIAGO NOMIYAMA	1565

# Ascurra

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 2729, DE 16/04/2015**

DECRETO Nº 2729, de 16 de Abril de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2014, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 14.700,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0027	DESPORTO E LAZER
04.002.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
04.002.0027.0812.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0027.0812.0060.1036	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00030000	Recursos Ordinários
Valor: ( 14.700,00 )	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do superávit financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 16 de abril de 2015.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Ascurra, SC, 16 de abril de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

**DECRETO Nº 2730, DE 22/04/2015**

DECRETO Nº 2730, de 22 de Abril de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2014, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 20.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013811	Transf - SUS/União - SAMU
Valor: ( 20.000,00 )	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013811	Transf - SUS/União – SAMU
	Valor: ( 20.000,00 )

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 22 de abril de 2015.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Ascurra, SC, 22 de abril de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

### **DECRETO Nº 2731, DE 04/05/2015**

DECRETO Nº 2731, de 04 de Maio de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro.

AIRES ROGÉRIO DALFOVO, Prefeito Municipal em exercício de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2014, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 30.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.2010	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00030000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 30.000,00 )

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 04 de maio de 2015.

Aires Rogério Dalfovo

Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Ascurra, SC, 04 de maio de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

# Barra Velha

## PREFEITURA

### LEI Nº 1444, DE 08 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 1444, DE 08 DE MAIO DE 2015

"Declara de utilidade pública a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BARRA VELHA - CDL"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública na esfera municipal, a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BARRA VELHA - CDL, inscrita no CNPJ sob o número 81.140.410/0001-30, sito à Rua Bernardo Aguiar, nº 26, centro, Barra Velha- SC.

Art. 2º Para a Entidade, a que se refere esta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens previstos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 08 de maio de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### LEI Nº 1443, 08 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 1443, 08 DE MAIO DE 2015

REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei,

#### TÍTULO I

#### DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, instituído pela Lei Municipal Nº 134/98, de 29 de Junho de 1998, alterada pela Lei Municipal Nº 205/1999, de 22 de Dezembro de 1999, é órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, com a finalidade de orientar e incentivar as ações voltadas à formulação, implantação e execução da Política Municipal de Turismo do Município de Barra Velha, vinculado ao Órgão Oficial Municipal de Turismo.

Parágrafo Único - Compreende-se como Política Municipal de Turismo as atividades decorrentes de todas as iniciativas ligadas ao turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento turístico-econômico do Município, preservando-se e conservando-se suas riquezas naturais.

#### TÍTULO II

#### DA COMPETÊNCIA, DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO

##### CAPÍTULO I

##### DA COMPETÊNCIA

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Turismo - COMTUR:

I - propor as diretrizes básicas a serem seguidas na Política Municipal de Turismo, apontando ações prioritárias a serem estimuladas e desenvolvidas no Município;

II - propor à Administração Municipal medidas de expansão e amparo ao turismo;

III - emitir parecer na esfera do Poder Executivo relativo a anteprojeto ou projetos de lei que se relacionem com turismo;

IV - estimular, direta ou indiretamente, as iniciativas, planos, programas e projetos, públicos ou privados, que visem o desenvolvimento do turismo;

V - propor e estimular a ampliação, reforma e melhoria da infraestrutura turística municipal: serviços e equipamentos;

VI - promulgar suas Resoluções, que deverão ser publicadas pelo Órgão Oficial de Imprensa do Município;

VII - estimular atividades de intercâmbio que promovam a regionalização do turismo;

VIII - constituir comissões permanentes e comissões temporárias, conforme sua necessidade;

IX - propor diretrizes para a aplicação dos recursos do Órgão Oficial Municipal de Turismo;

X - fiscalizar a aplicação dos recursos do Órgão Oficial Municipal de Turismo através da análise dos balancetes mensais e balanços anuais;

XI - propor cobranças de taxas para compor as receitas do Órgão Oficial Municipal de Turismo;

XIV - propor e deliberar sobre incentivos fiscais para empreendimentos e atividades que visem a expansão e o incremento do turismo;

XV - elaborar seu Regimento Interno e submetê-lo a homologação do Prefeito Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação da presente Lei.

#### CAPÍTULO II

#### DA COMPOSIÇÃO

##### SEÇÃO I

##### DOS MEMBROS E DA NOMEAÇÃO

Art. 3º A composição do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, respeitada a paridade entre governo e sociedade civil, será de 16 (dezesesseis) conselheiros titulares e respectivos suplentes, da seguinte forma:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO:

a) Presidente da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

- b)01 (um) da Direção de Turismo da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha;  
b) 01 (um) da Direção de Cultura da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha;  
d) 01 (um) da Direção de Esportes da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha;  
e) 01 (um) da Secretaria Municipal de Planejamento, desenvolvimento urbano, indústria e comércio de Barra Velha;  
f) 01 (um) da Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra Velha;  
g) 01 (um) da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto;  
h) 01 (um) da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Barra Velha;

## II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) 01 (um) da Câmara de Dirigentes Lojistas de Barra Velha;  
b) 02 (dois) das Associações ligadas ao Turismo;  
c) 01 (um) dos Hotéis, Pousadas e similares  
d) 01 (um) dos Restaurantes, Bares similares;  
e) 01 (um) das Imobiliárias e incorporadoras;  
F) 02 (dois) das Agências de Turismo, Viagens e similares;

§ 1º Os representantes governamentais serão indicados pelos órgãos municipais competentes responsáveis pelas áreas previstas no inciso I, deste artigo.

§ 2º O representante da Sociedade Civil citado na alínea "a" do inciso II, deste artigo, será indicado pela respectiva entidade; e os representantes citados nas alíneas "b", "c", "d", "e" e "f" deverão apresentar candidatura e serão eleitos mediante fórum, organizado pelo COMTUR.

§ 3º As entidades representantes da alíneas "b" do inciso II, deste artigo, deverão estar formalmente constituídas e possuir relação direta com o Turismo. As entidades não indicando seus representantes, serão consideradas abdicantes da sua participação, cabendo ao COMTUR, por deliberação da maioria absoluta, escolher outros membros.

§ 4º Os representantes citados nas alíneas "c" "d", "e" e "f" deverão, obrigatoriamente, guardar vínculo com os segmentos que representam, constituindo-se esta condição como pré-requisito à candidatura, participação e ao exercício do mandato. Não havendo a candidatura alguma, serão consideradas abdicantes da sua participação, cabendo ao COMTUR, por deliberação da maioria absoluta, escolher outros membros.

§ 5º A cada titular do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR corresponderá 01 (um) suplente, que o substituirá em suas ausências ou impedimentos.

§ 6º Os representantes do Governo e da Sociedade Civil Organizada para compor o Conselho deverão, obrigatoriamente, guardar vínculo com os órgãos públicos, representam, constituindo-se esta condição como pré-requisito à participação e ao exercício do mandato.

§ 7º Fica vedado que os servidores públicos em cargo de confiança ou de direção, na esfera pública, sejam membros do Conselho representando algum segmento que não o do Poder Público.

Art. 4º Os representantes titulares e respectivos suplentes, referidos nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Lei, serão nomeados por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal e empossados, em ato solene, na função de conselheiro do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Art. 5º O desempenho das funções de conselheiro do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR não será remunerado, sendo considerado de interesse público relevante e de exercício prioritário os serviços prestados, justificando a ausência a quaisquer outros serviços quando determinado o comparecimento a sessões, reuniões de comissões ou participação em diligências.

## SEÇÃO II

### DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 6º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR será de 02 (dois) anos, permitindo-se a recondução ou reeleição.

§ 1º Os conselheiros governamentais poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§ 2º O conselheiro, a qualquer tempo, pode ser destituído de sua função pela plenária do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, por maioria absoluta de votos, no caso de comprovado descumprimento de suas atribuições, remetendo-se a decisão ao Prefeito Municipal para homologação.

§ 3º Em caso de renúncia do conselheiro representante de entidade, esta encaminhará novo representante.

§ 4º O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR poderá, ainda, deliberar por 2/3 (dois terços) dos membros, pela prorrogação do mandato dos atuais conselheiros, em caráter excepcional, a fim de dar continuidade às atividades em andamento, por prazo não excedente a 180 (cento e oitenta) dias, cabendo ao Presidente baixar e publicar, no Órgão Oficial de Imprensa do Município, ato relativo dispendo sobre a prorrogação do mandato dos atuais conselheiros do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Art. 7º O conselheiro que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas no ano, sem justificativa, será automaticamente desligado e substituído.

§ 1º Na perda do seu mandato de conselheiro titular assumirá seu suplente ou quem for indicado pelo órgão representado, para substituí-lo.

§ 2º Nas ausências justificadas e nos impedimentos dos titulares, assumirão seus respectivos suplentes.

Art. 8º Em caso de renúncia de entidade, a mesma será substituída por deliberação da maioria absoluta, em sessão plenária.

Art. 9º Na hipótese de candidatura a cargos eletivos nos Poderes Executivo e Legislativo, o conselheiro deverá apresentar ao Conselho renúncia da função para a qual foi investido 120 (cento e vinte) dias antes das eleições aos cargos eletivos.

## CAPÍTULO III

### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 10 O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR terá a seguinte estrutura:

- I - Plenária;  
II - Mesa Diretora;  
III - Comissões

## SEÇÃO I

### DA PLENÁRIA

Art. 11 Compete ao Conselho deliberar sobre propostas e indicações relacionadas às finalidades definidas nesta Lei.

Art. 12 O calendário das reuniões ordinárias será fixado pelo próprio Conselho e as reuniões extraordinárias dar-se-ão por convocação do Presidente ou pela maioria absoluta dos conselheiros.

Parágrafo Único - As reuniões ordinárias serão mensais.

Art. 13 O quórum mínimo para início das reuniões e deliberações será de 07 (sete) conselheiros, titulares ou seus respectivos substitutos.

Art. 14 As sessões plenárias ordinárias do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR são públicas, salvo deliberação em contrário por maioria absoluta.

Parágrafo Único - Qualquer do povo, interessado ou convidado, poderá participar das reuniões sem direito a voto e com direito a voz desde que autorizado pelo Plenário.

Art. 15 As deliberações nas reuniões serão por maioria simples de votos, salvo disposições em contrário, conferindo-se ao Presidente, além do voto comum, também o voto de qualidade.

Parágrafo Único - As deliberações do Conselho serão tornadas públicas por meio de exaração e publicação de Resoluções.

Art. 16 Os fatos e deliberações das plenárias serão registrados em Ata, lavrada pelo Secretário de Mesa, e, após lida e aprovada pelos conselheiros, será assinada pelo mesmo, pelo Presidente e conselheiros presentes à reunião.

§ 1º A Ata será aprovada, obrigatoriamente, na reunião subsequente.

§ 2º A Ata será tornada pública e divulgada somente após sua aprovação.

## SEÇÃO II DA MESA DIRETORA

Art. 17 A Mesa Diretora será composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário(a) de Mesa, que serão eleitos por seus pares, mediante voto direto, na primeira plenária após a posse.

Parágrafo Único - O ato da eleição do Presidente será presidido pela Secretaria Executiva e poderá ser por aclamação, por voto aberto ou secreto, de acordo com o que a plenária decidir.

Art. 18 Ao Presidente cabe dirigir e orientar os trabalhos internos, fixar a pauta e presidir as reuniões do Plenário e exercer a representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as Resoluções expedidas pelo órgão.

Art. 19 Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições e substituí-lo nas suas faltas, impedimentos ou vacância do cargo.

Art. 20 Na falta do Presidente e do Vice-Presidente, um conselheiro será indicado pelos seus pares para dirigir os trabalhos.

Art. 21 Ao Secretário de Mesa caberá secretariar as sessões plenárias do Conselho.

## SEÇÃO III DAS COMISSÕES

Art. 22 O COMTUR poderá instituir comissões temporárias específicas, criadas pela plenária, para elaboração de estudos e pareceres sobre assuntos a serem deliberados em plenária.

Parágrafo Único - Poderão participar dos trabalhos das comissões, sem direito a voto, técnicos ou representantes de entidades, indicados e aprovados pelos conselheiros.

Art. 23 Os pronunciamentos das comissões terão caráter de parecer e serão submetidos à discussão e votação da plenária.

## TÍTULO III DOS RECURSOS

Art. 24 Os recursos administrativos, técnicos e financeiros necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do COMTUR serão, obrigatoriamente, disponibilizados pela Administração Municipal, através do Órgão Oficial Municipal de Turismo devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica frente à exposição dos motivos apresentados pelo Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, face às suas necessidades.

Art. 25 Para a consecução de seus objetivos, o Conselho pode solicitar a cooperação administrativa, técnica e financeira de outras Secretarias, Autarquias ou Fundações Municipais.

## TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 Os casos omissos deverão ser resolvidos em sessão plenária, observadas as diretrizes e legislação vigente.

Art. 27 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais Nº s 134/98 de 29 de Junho de 1998, 205/1999 de 22 de Dezembro de 1999; os Incisos II e III do Art. 5º, os Art. 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto Nº 890 de 26 de Julho de 2013.

Barra Velha, 08 de maio de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANSISCO  
Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 252

DECRETO N.º 252/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

“DECRETA LUTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Falecimento do Senador Luiz Henrique da Silveira ocorrido no dia 10 de maio do corrente ano,

CONSIDERANDO o vasto currículo de serviços políticos e administrativos prestados pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, a República, ao Estado de Santa Catarina e em especial ao Município de Bela Vista do Toldo, através de obras que muito contribui para o desenvolvimento econômico, social e por constituir-se sua carreira política um exemplo à todas as gerações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado LUTO OFICIAL por sete dias em todo o território do Município de Bela Vista do Toldo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo - SC, 11 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA 2 JULGAMENTO DA PROPOSTA E RETIFICAÇÃO TP 37/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2015.

MODALIDADE: Tomada de Preço - 37/2015.

DATA: 12/05/2015 - HORA DE INÍCIO: 9:00 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA QUIRINO LONGO E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA VALESKA KONELL, NESTE MUNICIPIO ( COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA), NO ÂMBITO DO PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONFORME CONTRATO DE REPASSES Nº 785587/2013, PROCESSO Nº 2622.1005624-48/2013, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMAS FÍSICOS FINANCEIROS E PROJETOS.

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, realizou-se a sessão pública para nova conferencia da planilha orçamentária da proposta de preços, apresentada pela Empresa Terraplenagem Poffo Ltda., diante da planilha corrigida pelo engenheiro da Prefeitura, onde houve novas divergências no fechamento em relação à planilha original, sendo alegado à Comissão que tais erros ocorreram em função dos fechamentos das mesmas, sendo que depois de conferidas por ambas as partes finalizou-se as planilhas com os resultados seguintes, e RETIFICANDO-SE pela presente, a ata publicada na data de 04/05/2015. Valor apresentado inicialmente pela empresa TERRAPLENAGEM POFFO LTDA. foi de R\$ 175.745,88 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), e o valor total final corrigido é de R\$ 175.704,75 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e quatro reais e setenta e cinco centavos).

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA

Presidente

MARILIA PANOCH

Membro

MAURICIO STEFFEN

Membro

### ATA DE JULGAMENTO E VENCEDOR TP 38/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2015.

MODALIDADE: Tomada de Preço - 38/2015.

DATA: 12/05/2015 - HORA DE INÍCIO: 9:00 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM EXTENSÃO DE 85 METROS E PONTE DE CONCRETO COM EXTENSÃO DE 10 METROS NA RUA GUILHERME DOEGE, NESTE MUNICÍPIO, (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA DE) NO ÂMBITO DO PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 789820/2013, PROCESSO Nº 2622.1008334-17/2013, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, realizou-se a sessão pública para conferencia da planilha orçamentária da proposta de preços, apresentada pela empresa habilitada EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VB LTDA EPP, constatando-se que as planilhas orçadas estão de acordo. Diante desta constatação a comissão de licitações declara como VENCEDORA a empresa EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VB LTDA EPP nos itens: 1 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA GUILHERME DOEGE COM EXTENSÃO DE 85,00M, (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA), com o preço final de R\$ 208.000,00 (Duzentos e oito mil reais); - item 2 EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO NA RUA GUILHERME DOEGE COM EXTENSÃO DE 10 METROS, (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA), com o preço final de R\$ 436.965,73 (Quatrocentos e trinta e seis mil novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos). Conforme projetos e demais anexos do edital.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão, abrindo-se prazo de 5 dias.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA

Presidente

JOÃO ULLER

Membro

MAURICIO STEFFEN

Membro

# Biguaçu

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1406/2015

PORTARIA nº 1406 de 12 de maio de 2015

Exonera o(a) Servidor(a) Carlos Eduardo Garcia da Silva, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Carlos Eduardo Garcia da Silva, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/05/2015.

Biguaçu, 12 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### PP 143/2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 143/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS TRATADAS PARA RECONSTRUÇÃO DE PONTILHÃO DE MADEIRA SOBRE O RIO SÃO MIGUEL, NO BALNERIO DE SÃO MIGUEL BIGUAÇU

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 27 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 27 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 12 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 146/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E GRAXA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 28 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 28 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 12 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 147/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ESPECIALIZADA PARA A CONFECCÃO DO BOLO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

CONTRATADA: MÔNICA APARECIDA DE ASSUMPÇÃO

VALOR: R\$ 8.000,00 (sete mil reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.99.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Devido ao Evento da Praça Cidadã 2015, em comemoração aos 182 anos de emancipação do Município de Biguaçu, houve a necessidade da contratação de empresa para realizar a confecção de um bolo que será cortado e distribuído no dia 17 de maio, aniversário do Município. Optou-se por Dispensa de Licitação com base no art. 24, II da Lei 8.666/93:

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

A contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 06 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

## SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 013/2014

### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 013/2014

Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 013/2014, que entre si celebram, de um lado o Município de Biguaçu e de outro a LIGA DE FUTEBOL DA COMARCA DE BIGUAÇU.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, CNPJ nº 82.892.308/0001-53, com sede na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, representado neste ato pelo Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, portador do RG nº 2.954.911 e do CPF nº 019.850.619-88, doravante denominado simplesmente "Município" e de outro lado, a LIGA DE FUTEBOL DA COMARCA DE BIGUAÇU, CNPJ nº 82.703.190/0001-78, com sede na Rua João Born nº 190, Bairro Centro, Biguaçu-SC, representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor Marcos Antônio Moresco, CPF nº 832.251.299-68, RG nº 2.783.139, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiúva, nº 591, Bairro Fundos, Cidade de Biguaçu-SC, doravante denominada simplesmente "beneficiária", considerando o trabalho de interesse público que vem sendo realizado e a necessidade de apoio do Poder Público, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, conforme solicitação feita no Ofício nº 020/2015, subscrito pelo Senhor Marcos Antônio Moresco – Presidente da LICOB.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do Convênio 013/2014, previsto na Cláusula Sexta, por mais 30 (trinta) dias, a contar de 07 de maio de 2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Convênio nº 013/2014 não modificadas pelo presente instrumento, são ratificadas e permanecem em vigor.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

Biguaçu, 07 de maio de 2015.

Ramon Wollinger PREFEITO MUNICIPAL	Marcos Antônio Moresco PRESIDENTE DA LIGA DE FUTEBOL DA COMARCA DE BIGUAÇU
---------------------------------------	---

Marivalde Inêz Kons  
CPF – 493.371.149-68  
TESTEMUNHA

Alexandre Martins de Souza  
CPF – 000.080.379-06  
TESTEMUNHA

## TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, POLICLINICA, VIGILANCIA SANITARIA, CEO E UPA.

EMPRESA CONTRATADA: IMUNIZADORA RIBEIRO LTDA

VALOR: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Cita-se:

Art. 24. É dispensável a licitação:  
(...)

II– para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA: Considerando que para os serviços de saúde prestados à coletividade é imprescindível que os ambientes estejam limpos e livres de animais transmissores de doenças, como é o caso de diversos insetos e ratos. Desta forma é necessário que se dedetize e desratize as dependências da Secretaria Municipal de Saúde e todos os pontos de atendimento à população. Em razão do valor a ser firmado com a empresa contratada, entendo por bem que seja realizado procedimento de dispensa de licitação, visando a aquisição dos produtos para dedetização e desratização. Saliento ainda que a compra será efetuada em um único momento, não sendo fracionado o pedido e que o montante representa numerário inferior ao teto imposto na legislação vigente.

Biguaçu, 23 de abril de 2015.

Leandro Adriano de Barros

Secretário de Saúde

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DO 1ª TERMO ADITIVO - CONTRATO 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

Dispensa de Licitação n. 04/2014

Extrato do 1ª termo aditivo ao contrato n. 04/2014

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu

Contratado: Associação Biguaçuense de Radiodifusão Comunitária – ABRACOM

Objeto: Contratação da Rádio Comunitária Biguaçu FM para transmitir as sessões da

Câmara de Vereadores de Biguaçu e matérias de interesse dessa casa.

Valor: R\$ R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.

Vigência: O presente contrato terá início em 28/04/2015 e vigorará até o dia 28/05/2015.

Assinatura Contrato: 28/04/2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da CMB

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.599/2015

DECRETO Nº 10.599, DE 30 DE MARÇO DE 2015.  
RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes do Anexo I e II deste Decreto no valor de R\$ 36.761,16 (trinta e seis mil, setecentos e sessenta e um reais e dezesseis centavos), realizadas e não processadas no exercício financeiro de 2014 no âmbito da Administração Direta do Município de Blumenau.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das dotações específicas do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

#### 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1162 – Sup. Proj. Imp. Pav. Cor. Est. Oeste – Prog. Mob.

Modalidade 4.4.90 (374) Aplicações Diretas R\$ 7.154,96

Fonte de Recursos 0186.00000

#### 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1404 – Diretoria de Ilumin. Pública e Sinalização Viária

Atividade 14.04.15.452.0005.2278 – Man. Ativ. Ilum. Púb. e Sin. Viária

Modalidade 3.3.90 (523) Aplicações Diretas R\$ 29.606,20

Fonte de Recursos 0108.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.599/2015 - ANEXO I

#### ANEXO I

CREADOR:	SADENCO SUL AMERICANA DE ENG.COM. LTDA
DOCUMENTO:	4 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 107/12
DATA:	12/01/2015
ORIGEM DA DESPESA:	REAJUSTE DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONFORME 4 ADITIVO DO CONTRATO 107/12 RELATIVO A CONCORRÊNCIA 03/011/11, REFERENTE MESES DE JULHO A DEZEMBRO/2014.
DOTAÇÃO:	3390. (523)
VALOR:	29.606,20
TOTAL A RECONHECER:	R\$29.606,20(VINTE E NOVE MIL E SEISCENTOS E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS ).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 30 de março de 2015.

RAFAEL JANSEN

Secretário Municipal de Serviços Urbanos

### DECRETO Nº 10.599/2015 - ANEXO II

#### ANEXO II

CREADOR:	CONSÓRCIO SOTEP/SC ENGENHARIA
DOCUMENTO	MEDICÇÃO Nº. 383/2014
DATA:	31/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	PROJETO DE ENGENHARIA DO CORREDOR ESTRUTURAL OESTE. – Reajuste Período de 04/07/14 a 31/12/14.
DOTAÇÃO:	374 – BID.
VALOR:	7.154,96
TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 7.154,96 (Sete mil cento e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 30 de março de 2015.

PAULO FRANÇA

Secretário Municipal de Obras

**DECRETO Nº 10.602/2015**

DECRETO Nº 10.602, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município no valor de R\$ 308.757,68 (trezentos e oito mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

**03 – GABINETE DO VICE PREFEITO**

0301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 03.01.04.122.0002.2268 – Manut. Ativ. Adm. Gavice

Modalidade 3.3.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 2.644,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gab. do Procurador

Modalidade 3.3.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 3.900,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.03.092.0002.2011 – manut. Ativ. Cont. judicial

Modalidade 3.3.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 4.308,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Mat. Ativ. Pessoal

Modalidade 4.4.90 (59) Aplicações Diretas R\$ 35.235,68

Fonte de Recursos 0100.00000

**09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90 (162) Aplicações Diretas R\$ 179.076,00

Fonte de Recursos 0101.00000

**10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO**

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0002.2302 – Manut. Ativ. Administ. Sedeci

Modalidade 3.3.90 (206) Aplicações Diretas R\$ 2.528,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1002 – Diretoria de Defesa Civil

Atividade 10.02.06.182.0012.2257 – Manut. Ativ. Defesa Civil

Modalidade 4.4.90 (218) Aplicações Diretas R\$ 48.369,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

1203 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial

Modalidade 3.3.90 (405) Aplicações Diretas R\$ 3.689,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1204 – Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica

Modalidade 3.3.90 (413) Aplicações Diretas R\$ 2.128,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Atividade 12.05.08.243.0004.2297 – Man. Ativ. Atenção Criança/Adolescente

Modalidade 3.3.90 (423) Aplicações Diretas R\$ 768,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Man. Ativ. Adm. Fin. da Semudes

Modalidade 3.3.90 (432) Aplicações Diretas R\$ 7.300,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Adm. Seplan

Modalidade 3.3.90 (461) Aplicações Diretas R\$ 6.176,00

Fonte de Recursos 0100.00000

13 – Diretoria de Planejamento Urbano

Atividade 13.02.15.127.0005.2065 – Manut. Ativ. Planejamento Urbano

Modalidade 3.3.90 (470) Aplicações Diretas R\$ 2.904,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1307 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos

Atividade 13.07.15.451.0005.2281 – Manut. Ativ. Des. Projetos

Modalidade 3.3.90 (486) Aplicações Diretas R\$ 1.332,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenv. Econômico

Modalidade 3.3.90 (540) Aplicações Diretas R\$ 7.400,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA**

1701 – Administrativo Distrito de Vila Itoupava

Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Adm. IDIVI

Modalidade 3.3.91 (623) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

**03 – GABINETE DO VICE PREFEITO**

0301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 03.01.04.122.0002.2268 – Manut. Ativ. Adm. Gavice

Modalidade 4.4.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 2.644,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gab. do Procurador

Modalidade 3.1.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 3.900,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.03.092.0002.2011 – manut. Ativ. Cont. Judicial

Modalidade 3.1.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 4.308,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Mat. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 35.235,68

Fonte de Recursos 0100.00000

**09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.90 (160) Aplicações Diretas R\$ 26.301,00

Modalidade 4.4.90 (165) Aplicações Diretas R\$ 152.775,00

Fonte de Recursos 0101.00000

**10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO**

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0002.2302 – Manut. Ativ. Adm. Sedeci

Modalidade 3.1.90 (204) Aplicações Diretas R\$ 2.528,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1002 – Diretoria de Defesa Civil

Atividade 10.02.06.182.0012.2257 – Manut. Ativ. Defesa Civil

Modalidade 3.3.50 (214) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 48.369,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

1203 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial

Modalidade 3.1.90 (404) Aplicações Diretas R\$ 3.689,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1204 – Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica

Modalidade 3.1.90 (412) Aplicações Diretas R\$ 2.128,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Atividade 12.05.08.243.0004.2297 – Man. Ativ. Atenção Criança/Adolescente

Modalidade 3.1.90 (422) Aplicações Diretas R\$ 768,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Man. Ativ. Adm. Fin. da Semudes

Modalidade 3.1.90 (430) Aplicações Diretas R\$ 7.300,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Adm. Seplan

Modalidade 3.1.90 (459) Aplicações Diretas R\$ 6.176,00

Fonte de Recursos 0100.00000

13 – Diretoria de Planejamento Urbano

Atividade 13.02.15.127.0005.2065 – Manut. Ativ. Planejamento Urbano

Modalidade 3.1.90 (469) Aplicações Diretas R\$ 2.904,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1307 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos

Atividade 13.07.15.451.0005.2281 – Manut. Ativ. Des. Projetos

Modalidade 3.1.90 (485) Aplicações Diretas R\$ 1.332,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Des. Econômico

Modalidade 3.3.91 (541) Aplicações Diretas R\$ 2.400,00

Modalidade 4.4.90 (542) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA**

1701 – Administrativo Distrito de Vila Itoupava

Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administr. IDIVI

Modalidade 4.4.90 (624) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.603/2015**

DECRETO Nº 10.603, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 463.250,75 (quatrocentos sessenta e três mil, duzentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

**04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

0405 – Fundo Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Municipal

Atividade 4.05.03.091.0002.2015 – Man. Ativ. Fundo Reaparelhamento da Progem

Modalidade 3.3.90 (655) Aplicações Diretas R\$ 7.948,00

Modalidade 4.4.90 (652) Aplicações Diretas R\$ 15.665,00

Fonte de Recursos 0606.00000

0406 – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Atividade 04.06.14.422.0002.2016 – Man. Ativ. Fundo Def. Direitos Difusos

Modalidade 3.3.90 (653) Aplicações Diretas R\$ 8.788,70

Fonte de Recursos 0606.00000

**12- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

1209 – Fundo Municipal do Idoso

Atividade 12.09.08.241.0010.2307 – Man. Imp. Implementação Ações ao Idoso

Modalidade 3.3.90 (651) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

**13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**

08 – Fundo Municipal de Planejamento Urbano

Atividade 13.08.15.813.0005.1079 – Const/Amp/Ref. Praças e Áreas de Lazer

Modalidade 4.4.90 (656) Aplicações Diretas R\$ 305.797,05

Fonte de Recursos 0606.00000

**15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.06.20.606.0003.2095 – Man. Ativ. Fundo Des. Rural

Modalidade 3.3.90 (654) Aplicações Diretas R\$ 75.052,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.617/2015**

DECRETO Nº 10.617, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, XXII, combinado com o art. 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes do Anexo I e II deste Decreto no valor de R\$ 560.552,43 (quinhentos e sessenta mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos), realizadas e não processadas no exercício financeiro de 2014 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Blumenau.

Art. 2º As despesas de que trata o art. 1º deste Decreto correrão por conta das dotações específicas do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

**11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1143 – Prog. Mob. Sustentável de Blumenau

Modalidade 4.4.90 (346) Aplicações Diretas R\$ 20.382,66

Fonte de Recursos 0186.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1161 – Sup. Proj. Melhoria Amp. Cor. Est. Norte Prog. Mob. Sust. Bnaú

Modalidade 4.4.90 (372) Aplicações Diretas R\$ 8.021,96

Fonte de Recursos 0186.00000

**31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2167 – Manut. Ativ. Assist. Gestão

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 3.384,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – MAC – Out. Procedimentos Vinculados

Modalidade 3.3.90 (89) Aplicações Diretas R\$ 528.763,81

Fonte de Recursos 0267.00065

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.617/2015 - ANEXO I****ANEXO I**

CREDOR:	APPE – ASSESSORIA PARA PROJETOS ESPECIAIS LTDA
DOCUMENTO	MEDIÇÃO 384/2014 - REAJUSTE
DATA:	31/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	GERENCIAMENTO DO PROGRAMA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL – BLUMENAU PERÍODO AGOSTO À DEZEMBRO DE 2014.
DOTAÇÃO:	346 – 2015.
VALOR:	20.382,66

CREDOR:	CONSÓRCIO CONCRESOLO/ASTEP/PROYFE.
DOCUMENTO	MEDIÇÃO 385/2014. - REAJUSTE
DATA:	31/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CORREDOR ESTRUTURAL NORTE – PERÍODO DE 04/07/2014 À 31/12/2014.
DOTAÇÃO:	372 – 2015.
VALOR:	8.021,96

TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 28.404,62 (Vinte e oito mil quatrocentos e quatro reais e sessenta e dois centavos).
--------------------------	--

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 29 de abril de 2015.

PAULO FRANÇA

Secretário Municipal de Obras

**DECRETO Nº 10.617/2015 - ANEXO II**  
ANEXO II

CREDOR:	Hochheim Hidro & Terapias
DOCUMENTO	Memorando nº 002/2015
DATA:	30/04/2015
ORIGEM DA DESPESA:	Quarenta e Sete Sessões de hidroterapia realizadas em favor de Bianca Celly Gomes nos meses de setembro a dezembro/2014, conforme Processo Judicial sob nº 008.11.006898-7.
DOTAÇÃO:	10
VALOR:	R\$ 3.384,00
CREDOR:	Hospital Santa Isabel
DOCUMENTO	Memorando nº 070/2015
DATA:	29/04/2015
ORIGEM DA DESPESA:	Diárias de UTI competência outubro e novembro/2014
DOTAÇÃO:	89
VALOR:	R\$ 98.190,95
CREDOR:	Hospital Santa Isabel
DOCUMENTO	Memorando nº 070/2015
DATA:	29/04/2015
ORIGEM DA DESPESA:	OPM – competência setembro, outubro e novembro/2014
DOTAÇÃO:	89
VALOR:	R\$ 311.706,11
CREDOR:	Hospital Santa Isabel
DOCUMENTO	Memorando nº 059/2015
DATA:	28/04/2015
ORIGEM DA DESPESA:	Diárias de Uti competência março/2014
DOTAÇÃO:	89
VALOR:	R\$ 118.866,75

TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 532.147,81 (Quinhentos e Trinta e Dois Mil Cento e Quarenta e Sete Reais e Oitenta e Um Centavos).
--------------------------	--

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 29 de abril de 2015.  
Maria Regina de Souza Soar  
Secretária Municipal de Saúde  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 18.741/2015**

PORTARIA Nº 18.741, DE 08 DE MAIO DE 2015.  
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme consta do Memorando nº 137/2015, de 05 de maio de 2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

MARCIELI PEREIRA SOARES, nomeada através da Portaria nº 18.585, de 25/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

SUZANA CRISTINA ROSA, nomeada através da Portaria nº 18.585, de 25/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

JOABE NOGUEIRA DA SILVA, nomeado através da Portaria nº 18.712, de 29/04/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

LUCIANE REIF, nomeada através da Portaria nº 18.713, de 29/04/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ANA TEREZINHA WAYERS MORAIS, nomeada através da Portaria nº 18.522, de 05/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

CANDIDA KRAUSE DE MORAES, nomeada através da Portaria nº 18.520, de 05/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

CARLOS COLASSO RIBEIRO, nomeado através da Portaria nº 18.516, de 05/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

NAIR DE JESUS FERNANDES SANTANA, nomeada através da Portaria nº 18.520, de 05/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

SONIA REGINA CORDEIRO, nomeada através da Portaria nº 18.520, de 05/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

CLECIANA ALVES DA SILVA, nomeada através da Portaria nº 18.629, de 07/04/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

RAFAEL MARTINS, nomeado através da Portaria nº 18.629, de 07/04/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

VALDENIR ERN, nomeado através da Portaria nº 18.584, de 25/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;  
JOÃO CARLOS DE MOURA SILVA, nomeado através da Portaria nº 18.584, de 25/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

ELIETE GEISER SCHRAMM, nomeada através da Portaria nº 18.584, de 25/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ALESSANDRO CRISTALDO MARQUES, nomeado através da Portaria nº 18.583, de 25/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;  
LEONARDO MOTTA FELÍCIO FERREIRA, nomeado através da Portaria nº 18.531, de 09/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

LUIZA DADAM PERINI, nomeada através da Portaria nº 18.633, de 07/04/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

RENAN WILLIAM BAUMGARTEL, nomeado através da Portaria nº 18.583, de 25/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de maio de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 18.742/2015**

PORTARIA Nº 18.742, DE 11 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FERNANDO ROSA, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

#### **CONCEDER**

gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento "I", da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007,  
ao servidor público municipal:

FERNANDO ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, GC de 10% (dez por cento), a contar de 01 de abril de 2015, conforme Memorando SEDEAD nº 387/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de maio de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 18.743/2015**

PORTARIA Nº 18.743, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECLARA VAGO O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, OCUPADO POR SUSAN CHAVES DA SILVA, EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

#### **DECLARAR VAGO,**

a contar de 05 de maio de 2015,  
o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, ocupado pela servidora pública municipal SUSAN CHAVES DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, em virtude de sua posse no cargo de Auxiliar de Consultório de Dentário, nomeada pela Portaria nº 18.607, de 01/04/2015, de acordo com Processo Administrativo nº 2015/05/3427.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de maio de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.746/2015**

PORTARIA Nº 18.746, DE 11 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROLF OSCAR HOELTGEBAUM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor público municipal ROLF OSCAR HOELTGEBAUM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 05 de maio de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3484/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de maio de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.747/2015**

PORTARIA Nº 18.747, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DESIGNA REJANE WILWERT PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

**DESIGNAR**

a servidora pública municipal REJANE WILWERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Licenças Ambientais, FGC-50%, no dia 01 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de maio de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.748/2015**

PORTARIA Nº 18.748, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DESIGNA CARLOS EDUARDO CORREA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

**DESIGNAR**

o servidor público municipal CARLOS EDUARDO CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Cadastro e Benefícios, FGC-30%, no dia 01 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de maio de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO CMI Nº 10/2015**

RESOLUÇÃO CMI Nº 10/2015

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI, PARA PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO - CEI.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 27 de abril de 2015.

**CONSIDERANDO:**

- a Lei Complementar nº 906 de 12 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Fundo Municipal do Idoso - FMI e tem sua estrutura de execução e controle contábeis vinculados ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social;
- a Finalidade do Fundo Municipal do Idoso como instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinada a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltados aos idosos do Município de Blumenau, atendendo as diretrizes e deliberações do Conselho Municipal do Idoso;
- que compete ao CMI deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal do Idoso – FMI;
- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal do Idoso- FMI;
- a aprovação em Plenária Ordinária do CMI, datada de 27 de abril de 2015, conforme consta na Ata nº 04/2015, que aprovou a referida despesa.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o custeio de diária com recursos do FMI para um (01) conselheiro não governamental do Conselho Municipal do Idoso- CMI e um (01) motorista da Semudes, para participação em reunião do Conselho Estadual do Idoso – CEI, dia 26 de maio de 2015, em Florianópolis SC.

Parágrafo Único: A referida despesa consta no Plano de Aplicação do Ano 2015 do Fundo Municipal do Idoso- FMI do Município de Blumenau, no Eixo - Manutenção/Implantação/Implementação de Ações ao Idoso – Ação 03 – Capacitação Continuada dos conselheiros.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de abril de 2015.

Irene Joana Nerlich Sotto

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso – CMI

Biênio 2013 - 2015

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 11/2015**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 11/2015

APROVA DATA PARA A REALIZAÇÃO DA I CONFERÊNCIA CONJUNTA DOS DIREITOS HUMANOS: CRIANÇA E ADOLESCENTE, PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, e conforme o Art. 7º da Lei Complementar

Nº. 411, de 01 de agosto de 2003, e

**CONSIDERANDO:**

- a Portaria Nº. 754, de 29 de dezembro de 2014, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que dispõe sobre as Diretrizes para Organização e Realização das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos;

- a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de convocar as Conferências Municipais;

- o ofício SEMUDES Nº. 50/2105, com proposta de Conferências Conjuntas: Dos Direitos da Criança e Adolescente, Idoso e Pessoas com Deficiência nas datas 20, 21 e 22 de maio de 2015;

- a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em Plenária Extraordinária realizada em 12/03/2015, conforme consta na Ata CMDCA Nº. 02/2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar as datas de 20, 21 e 22 de maio de 2015, para a realização da I Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos, com os seguintes temas:

I - IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente";

II - I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil de Todas as Idades";

III - I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: "O Desafio na Implementação das Políticas da Pessoa com Deficiência: A Transversalidade como Radicalidade dos Direitos Humanos".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 26 de março de 2015.

IVONE SERPA

Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 14/2015**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 014/2015

DISPÕE SOBRE FINANCIAMENTO, COM RECURSOS DO FIA, PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS ALUSIVOS AOS 25 ANOS DO ECA QUE SERÃO UTILIZADOS NA CONFERENCIA MIRIM, NA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E NOS EVENTOS COMEMORATIVOS AOS 25 ANOS DO ECA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações; e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

**CONSIDERANDO:**

- o Plano de Ação Plurianual do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2014 a 2017 e o Plano de Aplicação do Fundo Infância e Adolescência 2015 – Eixo III Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente E Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Meta Comunicação Externa do CMDCA, Ação Apoiar e elaborar materiais educativos e de divulgação sobre o tema.

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em Plenária Extraordinária realizada em 12 de março de 2015 e Plenária Ordinária realizada em 23 de abril de 2015 conforme constam nas atas n. 02/2015 e 05/2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o financiamento, com recursos do FIA, para confecção de materiais Alusivos aos 25 Anos do ECA. Os mesmos serão utilizados da Conferencia Mirim, na I Conferência Municipal dos Direitos Humanos e nos eventos comemorativos aos 25 anos do ECA como segue:

a) adesivos - 700 unidades;

b) canetas personalizadas – 700 unidades;

c) banner – 01 unidade;

d) Estatutos da Criança e do Adolescente – 1000 exemplares;

e) Lingüetas/marcadores de páginas – 1000 unidades.

Art. 2 ºEsta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 28 abril de 2015.

IVONE SERPA

Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA  
Gestão 2013 - 2015

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 15/2015**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 15/2015

DISPÕE SOBRE A INSCRIÇÃO DO "PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ" DA FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ - FAMÍLIA NO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, com base no Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556/2003, deliberação da Plenária Ordinária do dia 07 de maio de 2015 e,

**CONSIDERANDO:**

- que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);

- a Resolução nº 017/2013, alterada pela Resolução nº 023/2013, que dispõe sobre o registro de Entidades Não-Governamentais; a inscrição de programas e serviços de atendimento à criança e ao adolescente de Entidades Governamentais e Não Governamentais a inscrição de projetos para obtenção de financiamento através de editais específicos, e sobre a certificação para captação de recursos, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para projetos de atendimento à criança e ao adolescente;

- o relatório de visita técnica de monitoramento realizada em 01 de abril de 2015;

- a aprovação da Comissão de Normas e Registro, realizada na reunião em 30 de abril de 2015;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 07 de maio de 2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a Inscrição do "Programa Adolescente Aprendiz" da Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense – Pró- Família, CNPJ 07.447.177/0001 - 80, no CMDCA, sob número de ordem 66/2015, a contar de 07 de maio de 2015 e término em 07 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 07 de maio de 2015.

IVONE SERPA

Coordenadora do Conselho Municipal dos  
Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA  
Gestão 2013 - 2015

#### **PROCESSOS DISPENSA/2014 E 2015 - SEDEAD**

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-31/15 – Aquisição de medicamentos - SEMUS

CONTRATADA: CISAMVI

VALOR TOTAL: R\$ 68.630,30

BASE LEGAL: ART. 24, XXVI DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-16/15 – Locação de imóvel - SEMUS

CONTRATADA: ILSON DE MIRANDA.

VALOR TOTAL: R\$ 92.320,32

BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-268/14 – Obtenção de permissão remunerada de uso de bem público - PROEB

CONTRATADA: AGROPECUARIA LAURO SCHMITT LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 7.600,00

BASE LEGAL: ART. 24, XI DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-001/15 – Locação de imóvel - SEMUS

CONTRATADA: TERTULIANO VALLE.

VALOR TOTAL: R\$ 48.361,15

BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-47/15 – Execução de rotatória - SEMOB

CONTRATADA: Companhia de urbanização de Blumenau. URB

VALOR TOTAL: R\$ 148.987,11

BASE LEGAL: ART. 24, VIII DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-34/15 – Locação de espaço físico – "IPIRANGA" - FMD

CONTRATADA: Sociedade Recreativa Esportiva Ipiranga.

VALOR TOTAL: R\$ 35.000,00

BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-258/14 – Serviços de manutenção de fibra ótica - SEGG

CONTRATADA: Centro de Informática e automação do estado de SC.

VALOR TOTAL: R\$ 360.000,00

BASE LEGAL: ART. 24, XVI DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-269/14 – Locação de gerador de energia - PROEB

CONTRATADA: JC SONORIZAÇÃO LTDA – ME.

VALOR TOTAL: R\$ 16.000,00

BASE LEGAL: ART. 24, V DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

#### **PROCESSOS INEXIGIBILIDADE/2014/2015 - SEDEAD**

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-188/14 – Contratação de bandas artísticas – PROEB.

CONTRATADA: Várias contratadas

VALOR TOTAL: R\$ 246.648,08

BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-003/15 – Aquisição de vales transportes - FMAS

CONTRATADA: Consórcio Siga.

VALOR TOTAL: R\$ 99.000,00

BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-008/15 – Aquisição de vales de vales transportes -SEMUS

CONTRATADA: Consórcio Siga.

VALOR TOTAL: R\$ 145.543,20

BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-007/15 – Assinatura anual de banco de preços – (ANUIDADES E PERIÓDICOS) - SEDEAD

CONTRATADA: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICOS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 7.990,00

BASE LEGAL: ART. 25 I DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-002/15 – Aquisição de vale transportes - SEMUS

CONTRATADA: CONSÓRCIO SIGA.

VALOR TOTAL: R\$ 194.040,00

BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-005/15 – Assinatura dos boletins da Editora NDJ – BLC – BDM - PROGEM

CONTRATADA: EDITORA NDJ LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 17.900,00

BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-19/15 – Serviços de Arbitragem - FMD

CONTRATADA: liga blumenauense de Futebol de salão.

VALOR TOTAL: R\$ 23.760,00

BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-34/15 – Manutenção Preventiva e revisão no barco mecânico do caminhão munck – prefixo TD -023 - SESUR

CONTRATADA: VIEIRA & VIEIRA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 11.597,90

BASE LEGAL: ART. 25 I DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

14/05/15

#### **PORTARIA Nº 127/2015 - PROEB**

PORTARIA RH N.º 127

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO

ELISA DOS SANTOS SCHULTZ

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

De acordo com o artigo 16, § 4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por ter apresentado desistência do

cargo, a nomeação de ELISA DOS SANTOS SCHULTZ, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014, na 6ª colocação, através da Portaria RH Nº 123, de 25 de março de 2015.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PRO-EB, em 12 de maio de 2015

Ricardo Stodieck  
Presidente

### EXTRATO Nº 094/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
Extrato nº. 094/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa

INF. TED. Soluções em Informática e Serviços Ltda.

ADITIVO - RECOMPOSIÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 181/2013- TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: Permissão onerosa de uso de áreas localizadas nos campi I e II da FURB, destinadas à exploração comercial de serviços de reprografia para servidores, alunos e comunidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 181/2013 e Contrato nº. 014/2014 de 04 de fevereiro de 2014.

### ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

A Cláusula Terceira, Item 3.8. do Contrato nº. 014/2014 passa a ter a seguinte redação a partir do dia 1º de maio de 2015:

[...]

"3.8. Respeitar o preceito de prestar os serviços de reprografia (fotocópia) simples ao preço máximo de R\$ 0,12 (doze centavos de real) para os acadêmicos da FURB e de R\$ 0,14 (quatorze centavos de real) para a FURB. Também deve ser ofertado encadernação (em espiral com capa em plástico transparente e contracapa em plástico preto) no valor de R\$ 4,00 (quatro reais e cinquenta centavos) e envelopamento (folha A4) no valor de R\$ 0,10 (dez centavos de real).

3.8.1. Opcionalmente pode ser ofertado cópia/impressão colorida no valor de R\$ 1,10 por página.

3.8.2. Os serviços de encadernação e envelopamento podem ser centralizados em 01 dos postos de atendimento.

3.8.3. O valor de cópia A3 deverá ser o equivalente ao valor de 02 (duas) cópias A4."

[...]

### CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 014/2014 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 07/05/2015.

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO MD Nº 2.325

RESOLUÇÃO MD Nº 2.325

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 5 de maio de 2015, o servidor público Daniel Marcos Kieckbusch, ocupante do cargo de Assessor Executivo, de provimento em comissão, lotado na Diretoria Geral – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

### RESOLUÇÃO MD Nº 2.326

RESOLUÇÃO MD Nº 2.326

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM EVENTO TÉCNICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador José de Souza, no Congresso Sul-Brasileiro de Vereadores, em Florianópolis (SC), nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de taxa de inscrição no evento, no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) e de duas diárias "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 8 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

### RESOLUÇÃO MD Nº 2.327

RESOLUÇÃO MD Nº 2.327

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM REUNIÕES TÉCNICAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Jefferson Forest, em reuniões técnicas em Ministérios, em Brasília (DF), de 11 a 15 de maio de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de quatro diárias "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação nas reuniões técnicas.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 11 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

### RESOLUÇÃO MD Nº 2.328

RESOLUÇÃO MD Nº 2.328

AUTORIZA A APLICAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 932, DE 18 DE JULHO DE 2014, AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a aplicação do disposto no artigo 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, para efeito de concessão de reajuste, aos servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau, de 8,34% (oito virgula trinta e quatro por cento), correspondente à variação acumulado do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, a título de revisão geral anual das remunerações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de

sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 11 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

### RESOLUÇÃO MD Nº 2.329

RESOLUÇÃO MD Nº 2.329

ALTERA AS REDAÇÕES DOS INCISOS I, II E III, DO ARTIGO 2º, DA RESOLUÇÃO MD Nº 1.461, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Os incisos I, II e III, do artigo 2º, da Resolução MD nº 1.461, de 12 de novembro de 2009, que "Institui comissão permanente de avaliação funcional", passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .....

I – Amanda Zorzan Adriano; (NR)

II – Jackson Alexsandro da Silva; (NR)

III – Wilson Schneider. (NR)

..."

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir do dia 12 de maio de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 12 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

# Bom Retiro

## PREFEITURA

**463.05.15 - P. FÉRIAS ELIZABETE W. MATEUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 463/15 de 11.05.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Elizabete Werlich Mateus, Ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Padrão I – Nível 37, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 027/2015 de 11 de maio de 2015, para gozá-las a contar de 11 de maio com término no dia 09 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**464.05.15 - P. FÉRIAS VERGINIA M. CHIQUETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 464/15 de 11.05.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Verginia Moretti Chiquetti, Ocupante do cargo de Motorista, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 024/2015 de 08 de maio de 2015, para gozá-las a contar de 11 de maio com término no dia 09 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**465.05.15 - P. DES. SERV. ROSENILDA B. S. SILVA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 465/15 de 11.05.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Rosenilda de Brito Santos Silva, para atuar como Servente 40 horas semanais na Escola do Campo Cambará, no período de 11 de maio com término no dia 06 de junho de 2015, para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Marilene Cabral Filha que encontra-se em Licença para acompanhamento de familiar doente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**466.05.15 - P. APOSENTADORIA ERETILDA B. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 466/15 de 12.05.15

Concede Aposentadoria por Invalidez

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC;

**RESOLVE:**

Conceder Aposentadoria por Invalidez, conforme Benefício 6101335694, Espécie: 32 a servidora municipal Eretilda Borges Moretti - ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social Cfe. Leis Municipais n.ºs 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data 12.05.2015, bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**EXTRATO CONTRATO 94/2015 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

**AVISO DE PUBLICAÇÃO**

Extrato Contrato 94/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento de Software como Serviço do(s) aplicativos(s) Saúde Fly, com usuários ativos, em ambiente Web, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.

Valor Total: R\$ 6.340,50. (Seis mil trezentos e quarenta reais com cinquenta centavos)

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 24/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)

Contratada: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Fica alterada a Clausula Primeira (Objeto/Valor) concedendo reajuste de valor devido ao reequilíbrio econômico financeiro/realinhamento de preços no percentual de 5% em todos os itens do contrato, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº24/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 12 de maio de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 1.779/2015**

=====

DECRETO Nº 1.779/2015

=====

“Abre Crédito Suplementar por Superávit Financeiro”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

11.00	-Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde
10.301.0090.2000029	-Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.3.3.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.6.38(46)	-Superávit Financeiro – NASF Estadual - FR 63815
	Valor ..... R\$ 18.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 02 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 12 de maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 059/2015

DECRETO Nº059/2015.

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R\$ 193.945,02 (Cento e noventa e três mil e novecentos e quarenta e cinco reais e dois centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.086 – Piso da Atenção Básico Fixo – PAB FIXO

(34) – 3.1.90.00.00.00.00 0.3.0064.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 193.945,02

TOTAL ..... R\$ 193.945,02

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2014 do recurso 3.0064 – Atenção Básica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 11 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### EDITAL DE ELEIÇÃO 001 2015

Edital de Eleição

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento a Lei 028/2003 e Decreto 073/2012, tornam público a todos os Servidores Públicos Municipais que se encontram abertas as inscrições para os Servidores Estáveis que queiram participar do órgão colegiado de Controle Interno como representante dos servidores nos termos do Decreto 073/2012, Artigo 6º, II como segue.

Artigo 1º - As inscrições estarão abertas de 11 de maio a 11 de junho 2015 na Secretaria de Administração e Finanças, através da Sra. Juliana do Nascimento.

Artigo 2º - Poderão se inscrever para disputar entre seus pares Servidores Efetivos Estáveis que não forem beneficiários de qualquer Função gratificada.

Artigo 3º - A eleição será realizada no dia 22 de junho de 2015 nos seguintes locais e horários:

a) A eleição será no dia 22 de junho de 2015;

b) Das 12h30min às 17h00min na Secretaria Municipal de Administração;

c) Das 12h30min às 16h30min na escola Km 15, Escola Km 20 e Escola Serril.

Artigo 4º - Poderão votar todos os servidores efetivos, (os estáveis e os em estágio probatório), facultativamente.

Artigo 5º - Em cada local de votação será disponibilizada a lista de servidores em condições de votar, o qual deverá assina-la para o devido controle de quem votou e quem não votou.

Parágrafo Único – O voto é facultativo e o Servidor poderá votar uma única vez em qualquer um dos locais de votação do Art. 3º, deste edital.

Artigo 6º - O Servidor Efetivo Eleito depois de nomeado receberá FG 2 para participar do Órgão Colegiado de Controle Interno.

Artigo 7º - A Secretaria de Administração e Finanças cuidará da distribuição das urnas e cédulas de votação com os nomes dos candidatos.

Artigo 8º - A coordenação da eleição nas dependências do local de votação será feita por Servidores nomeados por ato do chefe do poder executivo, não podendo participar os candidatos.

Artigo 9º - Os casos omissos serão regulamentados por ato do poder executivo.

Publique-se em todos os locais públicos para que todos os Servidores deste tomem conhecimento.

Braço do Trombudo, 11 de Maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 080/2015**

PORTARIA Nº 080/2015

Concede Função Gratificada – FG

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-03, a servidora Luciana Meurer, para assessorar a Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, na direção, organização e funcionamento do órgão, para coordenar as oficinas oferecidas pela secretaria, e também para responder pelo Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal, a partir de 04.05.2015.

Art. 2º - Ficam revogadas a portarias nº 0141/2014 e 058/2015.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 04.05.2015.

Braço do Trombudo, em 11 de maio de 2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 18/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 18/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 18/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 24/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de Serviços de Perfuração aplicação de explosivos e Detonação de Rochas, para a cascalheira da localidade Serril, com fornecimento de materiais e mão de obra no município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA CNPJ: 09.465.889/0001-57, ITEM: 1, no valor total de R\$ 81.000,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 12/05/2015.

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 19/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 19/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 19/2015 . Processo licitatório 25/2015. Objeto: Aquisição de veículo Automotor para a Secretaria Municipal de Obras de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: AUTO ELITE LTDA CNPJ: 83.270.397/0005.92, ITEM: 1, no valor total de R\$ 55.000,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 12/05/2015.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 14 2015PMBT

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 12/05/2015		Válido até: 12/05/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CLOROMINA (13276)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	Labbb	0	22,5978	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	Freitag	0	21,5112	2
2	Gosto e Odor. (11900)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	Labbb	0	6,1631	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	Freitag	0	5,8705	2
3	Contagem de coliformes totais (11901)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	Labbb	0	10,2719	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	Freitag	0	11,3144	2
4	Contagem de E. coli (11902)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	Labbb	0	10,2719	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	Freitag	0	10,8472	2
5	Contagem de bactéria heterotrófica (11903)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	Labbb	0	14,3806	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	Freitag	0	15,5598	2
6	Cianobactérias. (11904)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	Labbb	0	63,6857	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	Freitag	0	62,1579	2
7	Produtos secundários desinfecção. (11905)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	Labbb	0	205,4376	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 12/05/2015		Válido até: 12/05/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Rádio 226 e rádio 228. (11906)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	Freitag	0	201,7084	2
9	TODOS parâmetros da Por. 2914 listados nos anexos VII e X (11910)	UND	Laboratório Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	Labbb	0	184,8838	1
10	Parâmetros da Resolução CONAMA 396 (11913)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	Freitag	0	174,2858	2
11	Parâmetros da Resolução CONAMA 357 (11912)	UND	Laboratório Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	Labbb	0	1.047,7318	1
12	Vírus entérico (16016)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	Freitag	0	1.044,4959	2
13	Cistos de Giardia SSP e Acistos de Cryptosporidium SPP (16015)	UND	Laboratório Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	Labbb	0	801,2067	1
						755,6447	2
						575,2253	1
						534,2326	2
						172,5676	1
						154,7853	2
						483,0503	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 12/05/2015		Válido até: 12/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	Freitag	0	549,6727	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 12/05/2015		Válido até: 12/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015

PROCESSO Nº 22/2015

(9042) - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP

(9394) - Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP

Braço do Trombudo, 12 de Maio de 2015.

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.598, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETO nº 7.598, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Decreta LUTO OFICIAL em todo território municipal em virtude do falecimento do senador Luiz Henrique da Silveira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o falecimento do senador Luiz Henrique da Silveira, ocorrido no dia 10 de maio de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado LUTO OFICIAL, por 07 (sete) dias, em todo território municipal, em virtude do falecimento do senador Luiz Henrique da Silveira.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2015

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 047/2015

PREGÃO nº 023/2015

OBJETO: Aquisição de equipamento para pintura de meio-fio, para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, considerando que a única empresa licitante WS SAURA LTDA apresentou proposta acima do valor referência estimado pela Administração Pública, declarou-se fracassada a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.

11/05/2015.

JOSEANA PAES LOPES

Pregoeira da Administração Pública Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 235, DE 08 DE MAIO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 235, DE 08 DE MAIO DE 2015.

Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 223/14 que “Dispõe sobre a criação dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, institui o seu vencimento básico, em conformidade com a Lei Federal nº 12.994/14, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e

promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Anexo II da Lei Complementar nº 223, de 19 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “ANEXO II

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Quantitativo: 10 (dez) vagas.

Requisitos:

1 – Possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Categoria AB;

2 – Haver concluído o ensino fundamental.\*

(\*) dispensado o requisito para os que, na data de entrada em vigor da Lei Federal nº 11.350/06, já estiverem desempenhando as respectivas funções.

Atribuições:

1 – Exercício de atividades de combate e prevenção de endemias, mediante a notificação de focos endêmicos, vistoria e detecção de locais suspeitos, eliminação de focos, orientações gerais de saúde;

2 – Prevenção da malária e da dengue, conforme orientação do Ministério da Saúde;

3 – Acompanhar, por meio de visita domiciliar todas as famílias sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe;

4 – Dirigir veículo oficial para seu deslocamento;

5 - Outras que a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006 e legislações futuras determinarem.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº.162/2015 SAMAE

PORTARIA SAMAE Nº. 162/2015

O Ilustríssimo Sr. Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO os termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, Institui Novos Padrões de Vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências, especificamente o disposto nos artigos 48 a 53 da referida lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º Criar, nesta data, a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, no âmbito da autarquia SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – BRUSQUE – SANTA CATARINA, estabelecida na Rua Dr. Penido, 297, Centro, na cidade de Brusque, CNPJ nº 82.985.003/0ta001-96, designando

como Presidente a servidora Silvia Eliane Roso da Silva, como 1º Secretária Jean Wons Fernandes, como 2º Secretário o servidor Áureo Onorato da Luz e demais membros Adriana Kosai Campello, Adalberto João Garcia e Anderson Manrich.

Art. 2º Atribuir à Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS o encargo de coordenar, organizar, fiscalizar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente processo de criação e instalação da Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, tudo nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009.

Art. 3º Fica instituída a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, como atividade permanente desta Autarquia para o estímulo à formação continuada de seus servidores, tendo como objetivos:

I - criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;

II - capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;

III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;

IV - integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.V – Trabalhar em acordo e sintonia com a ESAP – Escola de Administração Pública de Brusque, padronizando as atividades conforme os padrões do município.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente  
SAMAE

### **PORTARIA Nº 10.002, DE 12 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA nº 10.002, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Concede gratificação de representação ao servidor Roberto Bolognini, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ROBERTO BOLOGNINI, ocupante do cargo em comissão de Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, gratificação de representação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos, a partir do mês de maio/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 149/2015 SAMAE**

PORTARIA SAMAE Nº. 162/2015

O Ilustríssimo Sr. Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO os termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, Institui Novos Padrões de Vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências, especificamente o disposto nos artigos 48 a 53 da referida lei.

RESOLVE:

Art. 1º Criar, nesta data, a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, no âmbito da autarquia SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – BRUSQUE – SANTA CATARINA, estabelecida na Rua Dr. Penido, 297, Centro, na cidade de Brusque, CNPJ nº 82.985.003/0ta001-96, designando como Presidente a servidora Silvia Eliane Roso da Silva, como 1º Secretária Jean Wons Fernandes, como 2º Secretário o servidor Áureo Onorato da Luz e demais membros Adriana Kosai Campello, Adalberto João Garcia e Anderson Manrich.

Art. 2º Atribuir à Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS o encargo de coordenar, organizar, fiscalizar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente processo de criação e instalação da Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, tudo nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009.

Art. 3º Fica instituída a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, como atividade permanente desta Autarquia para o estímulo à formação continuada de seus servidores, tendo como objetivos:

I - criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;

II - capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;

III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;

IV - integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.V – Trabalhar em acordo e sintonia com a ESAP – Escola de Administração Pública de Brusque, padronizando as atividades conforme os padrões do município.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015

ROBERTO BOLOGNINI  
Diretor Presidente  
SAMAE

### **PORTARIA Nº 150/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 150/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Designar o servidor Elias Gabriel Contesini, ocupante do cargo de Agente hidráulico, para receber gratificação de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre os seus vencimentos.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

#### **PORTARIA Nº 151/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 151/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

##### **RESOLVE**

Designar o servidor Almir Roberto Pavesi, ocupante do cargo de Agente de leitura e inspeção, para receber gratificação de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre os seus vencimentos.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

#### **PORTARIA Nº 152/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 152/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

##### **RESOLVE**

Designar o servidor Carlos Pereira Moreira Junior, ocupante do cargo de Agente de leitura e inspeção, para receber gratificação de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os seus vencimentos.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

#### **PORTARIA Nº 153/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 153/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

##### **RESOLVE**

Designar o servidor Elcio Schappo, ocupante do cargo de Agente de leitura e inspeção, para receber gratificação de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os seus vencimentos.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

#### **PORTARIA Nº 154/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 154/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

##### **RESOLVE**

Designar o servidor Evando Tito Sandri, ocupante do cargo de Agente de leitura e inspeção, para receber gratificação de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os seus vencimentos.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

#### **PORTARIA Nº 155/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 155/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

##### **RESOLVE**

Designar o servidor Flori Ramos de Moraes, ocupante do cargo de Agente de leitura e inspeção, para receber gratificação de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre os seus vencimentos.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

#### **PORTARIA Nº 156/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 156/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

##### **RESOLVE**

Designar o servidor José Luiz Tomasi, ocupante do cargo de Agente de leitura e inspeção, para receber gratificação de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os seus vencimentos.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

### **PORTARIA Nº 157/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 157/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

#### **RESOLVE**

Designar o servidor Paulo Henrique Flores, ocupante do cargo de Agente de leitura e inspeção, para receber gratificação de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os seus vencimentos.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

### **PORTARIA Nº 158/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 158/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

#### **RESOLVE**

Designar o servidor Rafael Barbosa do Amaral, ocupante do cargo de Agente de leitura e inspeção, para receber gratificação de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os seus vencimentos.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

### **PORTARIA Nº 159/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 159/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

#### **RESOLVE**

Designar o servidor Reinaldo Mellão, ocupante do cargo de Agente de leitura e inspeção, para receber gratificação de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre os seus vencimentos.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

### **PORTARIA Nº 161/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 161/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

#### **RESOLVE**

Art. 1º Fica criada a Comissão Avaliação e Controle do Patrimônio, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão os seguintes servidores: Django Deucher, Gilberto dos Anjos, Ederson Manrich, Moacir Cavichioli, Anauri Schafer, Jair Padilha dos Santos e Valentin Motta

Parágrafo Único. Deverão normatizar, implantar e fiscalizar os procedimentos relativos a administração de Bens móveis Permanentes e Bens Imóveis, conforme a Instrução Normativa nº 0002/2012/CGM

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

### **PORTARIA Nº 163/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 163/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

#### **RESOLVE**

Art. 1º Fica criada a Comissão de Furto de água e cadastramento de economias, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão os seguintes servidores: Paulo Henrique Flores, Almir Roberto Pavesi, Reinaldo Mellão, Evando Tito Sandri, Carlos Pereira Moreira Jr., Rafael Barbosa do Amaral, Flóri Ramos de Moraes, Fabio Sutter, Marcio Zuqui,

Manoel Gilmar Gomes Trindade, Leandro Silva dos Santos, Elcio Schappo e José Luiz Tomasi

Parágrafo Único. Fica atribuída a comissão a responsabilidade por constatação, alteração e aplicação de penalidades no tocante a furto de água e cadastramento de economias.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/05/2015

Brusque, 11 de maio de 2015.  
ROBERTO BOLOGNINI  
Diretor Presidente  
SAMAE

#### **PORTARIA Nº 164/2015 SAMAE** PORTARIA Nº 164/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente para de Controle de Perdas, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão os seguintes servidores: Advilson Aparecido Pedroso, Rogério Borges de Jesus, Pedro Miranda, Enio de Almeida Marques, Samir Gonzatti Salha, Osmar Pacheco e Giovani de Almeida Marques

Parágrafo Único. Atribuir à Comissão permanente a gestão de ações para localização de perdas físicas e não físicas em redes de sistemas abastecedores, e localização de águas clandestinas na rede de água.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.  
ROBERTO BOLOGNINI  
Diretor Presidente  
SAMAE

#### **PORTARIA Nº 165/2015 SAMAE** PORTARIA Nº 165/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Exonerar o servidor Enio de Almeida Marques, da função de confiança gratificada.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

#### **PORTARIA Nº 166/2015 SAMAE** PORTARIA Nº 166/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Exonerar o servidor Luiza Sarah Thomsen, da função de confiança gratificada.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

#### **PORTARIA Nº 9.742, DE 01 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.742, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Secretário da Fazenda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ZENO HEINIG para ocupar o cargo de agente político, Símbolo AP, como Secretário da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.850, DE 14 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.850, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Antônio Carlos Tillmann para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Controladoria Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.930, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.930, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Revogar as Portarias nºs 9.612/2015 e 9.613/2015, que tratam da concessão de gratificação de função de confiança às servidoras Cristiane dos Santos e Fernanda Schutz, lotadas na Secretaria de Assistência Social e Habitação, respectivamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/15.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.931, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.931, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Exonera e declara a vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Aline Fernanda Maestri do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 66.788-9, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Direta do Município, a partir de 15 de abril de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/15.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.932, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.932, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Anita Motta Pianezzer, do cargo de Agente de Serviços Especiais, matrícula 1112, lotada na Secretaria de Educação do Município, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.933, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.933, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Cristina Isabel Batistoti Sapata, do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-III, Diretora Geral, lotada na Secretaria de Comunicação Social, a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/04/15.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.936, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.936, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Florentina Rossweiler, do cargo de Agente de Serviços Especiais, matrícula 5363, lotada na Secretaria de Educação do Município, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.937, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.937, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Goreti Dutra do cargo de Professora, matrícula 514284, lotada na Secretaria de Educação do Município, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.938, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.938, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Ivana Regina Penk Bottamedi do cargo de Professora, matrícula 6998, lotada na Secretaria de Educação do Município, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.939, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.939, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Josimar Ludvig do cargo de Educador Social, matrícula 4118839, lotado na Secretaria de Educação do Município, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.940, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.940, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Lucimar do Nascimento do cargo de Professor, matrícula 724971, lotado na Secretaria de Educação do Município, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.941, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.941, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Maria Lígia Tachini do cargo de Agente de Serviços Especiais, matrícula 507440, lotada na Secretaria de Saúde do Município, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.944, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.944, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Sueli da Conceição do cargo de Monitora Escolar II, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, matrícula 1064592, lotada na Secretaria de Educação do Município, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.946, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.946, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Gustavo Boettger do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.948, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.948, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Larissa Gelatti do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotada na Fundação Cultural de Brusque, a partir de 14 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.949, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.949, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Tarcísio Ventureli do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.964, DE 11 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA nº 9.964, DE 11 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 87 da Lei Complementar Municipal nº 147/09,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor Ademir Luiz de Souza, ocupante do cargo de provimento em comissão de coordenador, lotado no Gabinete do Prefeito, gratificação de representação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos, a partir de maio/15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/05/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de maio de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.965, DE 12 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA nº 9.965, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09, Anexo I - E,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DANIELLE MARIEL HEIL para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Procuradora Adjunta, lotada na Procuradoria-Geral do Município, a partir de 12 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/05/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.968, DE 12 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA Nº 9.968, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de AUDITOR FISCAL e AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme abaixo nominados:

**AUDITOR FISCAL**

CAROLINE GISELE GADOTTI
VANESSA SEVERIANO PEREIRA
DANIEL MOURA DE ALBUQUERQUE

**AGENTE ADMINISTRATIVO**

FELIPE PALOSCHI SCHMITZ
KELVIN LUIZ CARDOSO

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 9.982, DE 12 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA Nº 9.982, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de FONOAUDIÓLOGO e ENFERMEIRO, conforme abaixo nominado:

**FONOAUDIÓLOGO**

LÍGIA PATRON WITWYTZYK
------------------------

**ENFERMEIRO**

GISELI VENTURI
SHEILA DAS NEVES MARTINS

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº. 160/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº. 160/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso e gozo de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal das Licitações e Contratos Administrativos,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Recebimento de Materiais/Serviços do SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão de Recebimento de Materiais os servidores Gilberto Cesar Albrecht, Pedro Tavares de Lima, Ademar Eleutério, Alirio Pedro dos Santos Filho, Diego Ribeiro Pena, Luiza Sarah Thomsen, Simone Bittencourt Fructuoso, Ana Maria de Souza Almeida e Marcio Roberto Boanchessi cabendo a presidência ao primeiro nomeado.

Art. 3º Caberá, exclusivamente, à comissão ora criada receber material de qualquer natureza, desde que, por recebimento, seu valor seja igual ou superior ao limite estabelecido na alínea "a" do Inciso II do art. 23 da Lei 8666/93 e suas posteriores alterações.

Parágrafo Único. No caso de valores inferiores ao estabelecido no caput deste artigo, a comissão, poderá ser representada por apenas um dos seus membros.

Art. 4º No desempenho de suas funções a Comissão de Recebimento observará a legislação federal e seu Regimento Interno.

Art. 5º Os membros da Comissão de Recebimento de Materiais/Serviços desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

# Caçador

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 25.396

PORTARIA nº 25.396, de 16 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Educação, em razão de faltas justificadas no período de 02/02/2015 a 12/03/2015, especificando: código, nome dos servidores, escola de lotação e quantidade de dias, conforme segue:

Cód.	Servidor (a)	Escola	Faltas
4082	Adriana Antunes de Oliveira	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
10542	Alexandre Maicon de Lima	CMEI Santa Clara	01 dia
10932	Amanda Roberta Pereira Camargo Biblio	EMEB Morada do Sol	03 dias
12945	Ana Caroline Coelho da Silva	EMEB Padre José Chamot	02 dias
4275	Andrea Carla Comel	CMEI Santa Clara	07 dias
3313	Anely de Paula Ribeiro dos Santos	CMEI Pierina Adami	01 dia
12934	Angelita Milek Alano de Souza	CMEI Sininho	03 dias
828	Bernadete Maria Ribeiro dos Santos	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01 dia
4412	Carmen Lucia de Souza	CMEI Sininho	04 dias
8953	Claudia Aparecida de Souza	EMEB Alto Bonito EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
399	Claudio Altair Cordeiro	EMEB Henrique Julio Berger	02 dias
280	Claudio Granja	EMEB Henrique Julio Berger	03 dias
13007	Cristiane Aparecida Trindade da Silva	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01 dia
5021	Cristiane dos Santos Lima	EMEB Henrique Julio Berger	05 dias e ½
13013	Doroti Dutra	EMEB Padre José Chamot	01 dia
10448	Edite da Silva Bigas	EMEB Pierina Santin Perret	07 dias
10989	Eliane Alves Pereira	CMEI Pierina Adami	03 dias
800	Eliane Bortolini	EMEB Alto Bonito	½ dia
381	Eliane Cordeiro Bornholdt	EMEB Morada do Sol	½ dia
13085	Eliane Salette Peretti	CMEI Pierina Adami	02 dias
9874	Emanuelle Martins de Souza	CMEI Pierina Adami	02 dias
13670	Ermelinda Terezinha Garcia Carneiro	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01 dia
3308	Gircela Antunes	CMEI Pierina Adami	01 dia
10125	Giseli Aparecida Estanislawski	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	08 dias
13094	Graziele Cristine Drehmer de Oliveira	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	03 dias
2445	Hildegart Dal Pizzol	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01 dia
3378	Iliane Silvia Pagotto dos Santos	EMEB Ulysses Guimarães	02 dias
216	Iraci dos Santos	EMEB Vereda dos Trevos	½ dia
431	Iracy Aparecida Berti da Cruz Ribas	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
1467	Ivone Pagotto	EMEB Esperança	03 dias
626	Ivonete Aparecida Torezan Susin	EMEB Alto Bonito EMEB Pierina Santin Perret	05 dias
13709	Janaina Dicelli Ferreira Raiser	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
3394	Janete Moraes Inhaia	EMEB Henrique Julio Berger	09 dias
180	Janete Teresinha Coldebellla	EMEB Henrique Julio Berger	02 dias
13626	Janice Muniz de Moura Ribeiro	CMEI Santa Terezinha	01 dia
13456	Jeana Zago	EMEB Hilda Granemann de Sousa	03 dias
13055	Jéssica Fonseca da Silva	EMEB Vereda dos Trevos	01 dia
10291	Jucelaine Tosatti	EMEB Alto Bonito	02 dias
10835	Jussara Aparecida Jombra Durek	CMEI Sonho Encantado	03 dias
13633	Leila Lucimar Gonçalves	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
13052	Luciana Aparecida Weber	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
13114	Luciana das Graças Teles de Souza	CMEI Pierina Adami	01 dia
13190	Luciane do Carmo Padilha	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
	Luciane Faganello	EMEB Padre José Chamot	01 dia

3303	Luciane Maria Vieira de Medeiros	EMEB Hilda Granemann de Sousa	03 dias
3310	Marcia Alves Ribeiro	CMEI Pierina Adami	01 dia
3310	Marcia Alves Ribeiro	CMEI Pierina Adami	01 dia
1066	Marcos Adelmo dos Reis	EMEB Morada do Sol	½ dia
3612 13123	Mardiori Boscari	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01 dia
8308	Maria Luciana Moraes dos Santos Barbosa	CMEI Pierina Adami	02 dias
9868	Marilda Aparecida de Oliveira	EMEB Henrique Julio Berger	02 dias
1471	Marilene Coelho Gonçalves	EMEB Walsin Nunes Garcia	03 dias
10824	Mariluci Ferreira Alves de Oliveira	CMEI Pierina Adami	03 dias
13720	Marlene Fonseca	CMEI Sonho Encantado	01 dia
13721	Marta Aparecida Goes	CMEI Santa Terezinha	01 dia
819 5700	Meriluci Trento	EMEB Henrique Julio Berger	02 dias
522	Michelle de Souza Santos	EMEB Alcides Tombini	01 dia
13678	Natalina dos Santos	EMEB Ulysses Guimarães	02 dias
194	Neide Terezinha Paachen da Rosa	EMEB Alcides Tombini	½ dia
8512	Neiva Terezinha Boscari Maffessoni	CMEI Pierina Adami	02 dias
6532	Nelci Terezinha Noll	EMEB Morada do Sol	01 dia
8555	Nilda Cordeiro Padilha	CMEI Santa Terezinha	01 dia
3357	Nilza de Souza Carvalho	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
9872	Noeli Cavalheiro Werner	CMEI Pierina Adami	01 dia
12937	Patricia Caroline Duarte	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
13723	Raquel Benjamini	EMEB Henrique Julio Berger	½ dia
424	Raquel Teresinha Morona	EMEB Henrique Julio Berger	½ dia
13724	Roberto Pinheiro	EMEB Henrique Julio Berger	02 dias
13334	Rosa Maria Bittencourt	EMEB Ulysses Guimarães	02 dias
2580	Rosangela Aparecida Ribas de Mello	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
13343	Rosangela Ribas de Mello	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
13157	Rosecleia Spader	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
2945	Rosilene Zardo	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
13644	Rubia Marluza Gomes	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
13141	Sandra Aparecida Peretti	CMEI Pierina Adami	02 dias
595	Silésia de Menezes Veiga	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
8513	Sueli Aparecida de Souza Lima	EMEB Hilda Granemann de Sousa	05 dias
672	Sueli Terezinha de Souza Prestes Leite	EMEB Vereda dos Trevos	01 dia
12996	Tania Marcia Alves	EMEB Esperança	03 dias
719	Terezinha Auerbach	EMEB Morada do Sol	½ dia
13729	Vanessa de Fatima Rocha	EMEB Pierina Santin Perret EMEB Morada do Sol	01 dia e ½
6947	Veni Aparecida de Moura	CMEI Sonho Encantado	01 dia
3631	Vilma de Oliveira	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia e ½

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de Março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

## PORTARIA Nº 25.397

PORTARIA nº 25.397, de 16 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Educação, em razão de faltas injustificadas no período de 02/02/2015 a 12/03/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de dias, conforme segue:

Cód.	Servidor (a)	Escola	Faltas
13743	Daniele Aparecida Elicher dos Santos	CMEI Pierina Adami	01 dia
3378	Iliane Silvia Pagotto dos Santos	EMEB Ulysses Guimarães	06 dias
13626	Janice Muniz de Moura Ribeiro	CMEI Santa Terezinha	01 dia
3294	Lilia Capelin	CMEI Pierina Adami	01 dia
13052	Luciana Aparecida Weber	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
10185	Maria Elena Pereira Alves	CMEI Santa Terezinha	01 dia
13130	Marlei Tomasi	CMEI Santa Terezinha	01 dia
13343	Rosangela Ribas de Mello	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
13576	Samantha Patrini Susin	CMEI Santa Terezinha	01 dia
6955	Scheila Balbinotto	EMEB Hilda Granemann de Sousa	02 dias
13747	Tamara Aline Dalfovo	EMEB Ulysses Guimarães	09 dias
3631	Vilma de Oliveira	EMEB Ulysses Guimarães	02 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de Março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.404

PORTARIA Nº 25.404, de 18 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/1014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais, lotados junto à Secretaria Municipal da Educação, a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, carga horária anterior, carga horária atual, escola da função e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola da Função/Motivo	A contar de:
13466	Aline Colla Hahn	Professora Ed. Infantil	40	38	EMEB Hilda Granemann de Sousa, face redução de turma	02/03/2015
13456	Jeana Zago	Professora de História	40	37	EMEB Henrique Julio Berger, face redução de turma	02/03/2015
12935	Janice Magueroski Stefan	Secretária Escolar	40	20	EMEB Profª Maria Luisa M. Barbosa, face retorno da titular da vaga	04/03/2015
13698	Daniel Pereira Rafaeli Filho	Professor de Matemática	40	36	EMEB Henrique J. Berger, face redução de turma	02/03/2015
13717	Maria Odete Padilha	Professora de Ciências	12	10	EMEB Henrique J. Berger, face redução de turma	02/03/2015
13093	Nilson Adelino Zart	Professor Ed. Física	40	28	EMEB Rodolfo Nickel	16/03/2015
13723	Raquel Benjamini	Professora de Inglês	28	26	EMEB Henrique J. Berger, face redução de turma	02/03/2015
13725	Sidnei Moraes de Lucena	Professor de Arte	40	38	EMEB Henrique J. Berger, face redução de turma	02/03/2015
12903	Cidinei Alves de Moraes	Professor de Ensino Religioso	25	23	EMEB Henrique J. Berger, face redução de turma	02/03/2015
12993	Antonio Donizete Horbach	Professor 5º ao 8º ano	40	20	Projetos – face redução de turma	01/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.405**

PORTARIA Nº 25.405, de 18 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome dos servidores, cargo, carga horária, referência, local de atuação e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Escola	A contar de:
12931	Adeline Aparecida Ferrasso	Auxiliar de Creche e Berçário	40	2.1/A	CMEI Pierina Adami, V.V. Zeli de Moraes, Lic. Trat. Saúde	18/03/2015 a 15/04/2015
13631	Laurici Terezinha de Paulo	Professora de 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Morada do Sol, V.V. Lucia Spegiorin, Lic. Trat. Saúde	04/03/2015 a 01/04/2015
12937	Patricia Caroline Duarte	Secretária Escolar	40	3.4/A	CMEI Sonho Encantado, V.V. Marinês Ozorio, Lic. Trat. Saúde	02/03/2015 a 22/06/2015
13724	Roberto Pinheiro	Professor Ed. Física	....	1.3/A	EMEB Henrique J. Berger, V.V. Vera Lipka, Licença Prêmio	04/03/2015 a 30/05/2015
13679	Taciele Cristina Batista Costa	Professora de Educação Infantil	40	1.3/A	CMEI Pierina Adami, V.V. Eliane Peretti, Lic. Trat. Saúde	07/03/2015 a 01/05/2015
13730	Vanessa Ribeiro de Freitas	Professora de Educação Infantil	40	1.3/A	CMEI Pierina Adami, V.V. Sidnéia Dominiak, Lic. Trat. Saúde	04/03/2015 a 01/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.406**

PORTARIA Nº 25.406, de 18 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, lotadas junto à Secretaria Municipal da Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: códigos, nomes, cargos, escolas de atuação e períodos de afastamentos das licenças, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Período
799	Elisandra Aparecida Giacomel	Secretária Escolar	Secretaria Municipal da Educação - COMED	10/03/2015 a 05/09/2015
10835	Jussara Aparecida Jombra Durek	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Sonho Encantado	09/03/2015 a 04/09/2015
6954	Janaina Demin Schmitz	Professora	Secretaria Municipal da Educação	16/03/2015 a 11/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.424**

PORTARIA Nº 25.424, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome, cargo, carga horária anterior, carga horária atual, escola e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola	A contar de:
13186	Andreia Patricia Schwartz	Professora de AEE (Sala Rec.Multifunc.)	20	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa, V. Transitória, Projeto AEE	11/03/2015 a 31/07/2015
3815	Camila Lenardt Pereira	Professora de Inglês	13	40	11 hs - EMEB Alcides Tombini – V. Excedente - 12 hs – EMEB Ulysses G. – V. Excedente	16/03/2015 a 31/07/2015
13778	Cicero Antonio Cardoso	Professor Educ. Física	24	36	EMEB Rodolfo Nickel, V Transitória, face rescisão servidor	25/03/2015 a 31/07/2015
13665	Daiane Maria Bento de Andrade	Especialista em Assuntos Educacionais	20	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa, V.V.Nilse Nascimento, Câmara de Vereadores	02/03/2015 a 18/12/2015
13742	Daniela dos Santos Pires	Professora de 1º ao 5º ano	20	40	EMEB Rodolfo Nickel, V. Transitória, face rescisão servidora	17/03/2015 a 18/12/2015
13000	Dayane da Silva Queiroz Martins	Professora de Inglês	29	31	EMEB Ulysses Guimarães, V. Transitória, desdobramento turma	09/03/2015 a 31/07/2015
13702	Eliane Ap Ferreira Drun	Professora de 1º ao 5º ano	20	40	EMEB Alto Bonito, V.V. Marines Castelani, atribuição de exercício na EMEB Vereda dos Trevos	13/03/2015 a 18/12/2015
13671	Jane Ap Ribeiro da Silva	Professora	20	40	EMEB Henrique J Berger, V. Transitória (Projeto NOA)	02/03/2015 a 18/12/2015
12941	Jessica Aline Gelinski	Secretária Escolar	20	40	EMEB Castelhana	16/03/2015 a 18/12/2015
13710	Jorge Roberto Alves dos Santos	Professor de Ed. Física	24	27	EMEB Ulysses Guimarães, V. Transitória, desdobramento turma	09/03/2015 a 31/07/2015
13382	Josiane Carneiro	Professora de Arte	12	28	EMEB Walsin Nunes Garcia, V. Excedente - EMEB Vereda dos Trevos, V. Excedente	02/03/2015 a 31/07/2015
13685	Mariane Navroski	Professora de Arte	24	36	EMEB Hilda Granemann de Sousa, VV Hildegard Dal Pizzol, Licença Prêmio	02/03/2015 a 26/04/2015
13643	Mellina Pereira Scalabrin	Professora de 1º ao 5º ano	20	40	EMEB Castelhana, VV Vera Marcial Vesterlon de Oliveira, Direção EMEB Castelhana	16/03/2015 a 18/12/2015
13037	Regiane Meira	Professora de Arte	20	34	08 hs EMEB Vereda dos Trevos, V. Excedente - 04 hs EMEB Alto Bonito, V. Excedente	18/02/2015 a 31/07/2015
13149	Solange Cristina Godoy Pontes	Professora de Ed Infantil	20	40	EMEB Ir. Venancio José, V. Excedente	09/03/2015 a 31/07/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.438**

PORTARIA nº 25.438, de 27 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 01/02/2015 a 28/02/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
13369	Adilso da Silva	60 horas
7982	Adriana Bento Grobe	29 horas e 30 min.
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	25 horas
1836	Aldecir Barp	60 horas
95	Alessandro Luis Ribeiro	60 horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	37 horas e 48 min.
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	40 horas
1453	Alvaro Santos de Castro	60 horas
984	Ana Cristina Hagemann	55 horas
11810	Ana Paula Simioni	40 horas
13544	Anne Lise Borstmann Hansen	36 horas
13766	Antonio Amarildo de Mello	60 horas
13368	Antonio Rogerio Nhaia	60 horas
4953	Camilo Paganini	40 horas
10775	Cândice Valeida Goltz	16 horas e 29 min.
10940	Carla Andressa Vierzbicki	25 horas
13523	Caroline de Castilho Passos Oliveira	06 horas
11809	Clairton Mario Correa	24 horas e 49 min.
831	Clarice Abraao	40 horas
8413	Claudete Maria Bento Corrente	31 horas
364	Delma Leticia Dri Ficagna	40 horas
12794	Doraci de Jesus Soares	40 horas
2027	Edezio Recalcatti	60 horas
13768	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	17 horas e 36 min.
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	26 horas e 30 min.
7744	Elizandra Driedrich	15 horas
830	Eloir do Carmo Antunes	32 horas e 18 min.
3745	Erenilda Americano	40 horas
13524	Franciele Carline Zenaro	40 horas
3278	Frenezi de Oliveira	28 horas
10485	Hélio Luiz Wirschum	60 horas
12589	Iara Aparecida Speggorin	08 horas
7707	Ivanir Weber	36 horas
7742	Ivone Zolner Lara	06 horas
12454	Jair de Azeredo	60 horas
3361	Janete Lisboa Velasques	30 horas
11890	Jorge Jair de Moura Borges	39 horas e 30 min.

970	José Gomes de Mattos	60 horas
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	20 horas
10831	Katia Possamai	36 horas e 42 min.
1307	Laura Henrique de Andrade	23 horas
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	40 horas
12858	Leandro Medeiro	60 horas
967	Leila Alves Speggiorin	40 horas
11851	Leticia Maria Rostirolla	40 horas
12590	Loraine Borghetti Rotta	24 horas e 30 min.
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	38 horas
11032	Luiz Antônio Wanciw	40 horas
7824	Maicon Sgarbossa	60 horas
3852	Marcia de Araújo Mattia	60 horas
1214	Marcio Bassani	60 horas
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	60 horas
9385	Maria Eva Martins	40 horas
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	40 horas
7676	Marlene Aparecida Ribeiro	08 horas
8331	Mônica Michele Witiuk	40 horas
1827	Odair Santana	60 horas
2650	Odiney Leite	60 horas
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	40 horas
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	24 horas
10102	Rosa Meri Coluzzi	16 horas e 42 min.
3262	Rosângela Cristina Malat	30 horas
	Samara Roaris	36 horas
1720	Sandro José Neres da Rocha	60 horas
3437	Sayonara Galina	35 horas
135	Sueli Terezinha Bueno	31 horas e 30 min.
10785	Vagner Gonçalves	40 horas
749	Valdecir José Pereira da Silva	60 horas
1376	Veroni Salete Dalaqua	36 horas e 20 min.
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	60 horas
1535	Vilmar Miguel Dobner	60 horas
11814	Wania Aline Figura	06 horas
10790	Willian Cardoso Ribeiro	14 horas
12588	Willian Schroder	11 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de Março de 2015.  
Gilberto Amaro Comazetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 25.440**

PORTARIA nº 25.440, de 27 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/02/2015 a 28/02/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
3421	Adriana Aparecida Pavloski	06 horas
11866	Alcides Moraes Lemos	10 h e 32 min.
11810	Ana Paula Simioni	03 h e 51 min.
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	05 h e 46 min.
1771	Auréliu Luiz Arrabar	24 h e 27 min.
13570	Cristiane Aline de Santi	06 horas
13450	Cristiane Zonin	03 h e 58 min.
11969	Debora Cristina Muller	03 h e 55 min.
11937	Dirce Teresinha Mantovani	02 h e 33 min.
11860	Edemir Januario da Costa	02 h e 58 min.
12738	Edilaine Casaletti	01 h e 37 min.
1047	Ermozila Terezinha Silveira	08 horas
4256	Flávia Morona Mafessoni	57 min.
12055	Franciele Carneiro	04 horas
3278	Frenezi de Oliveira	05 h e 30 min.
11879	Hortência Teresinha Girardi Ramos	08 horas
769	Geni Aparecida dos Santos	24 horas
4116	Graziella Debarba	45 min.
12589	Iara Aparecida Speggorin	04 h e 08 min.
11173	Ilze Mara Scheffer	07 h e 49 min.
11959	Iracema França dos Santos	15 h e 56 min.
8075	Jane Schneider	06 horas
11853	Jane Terezinha Souza Didone	04 horas
4418	Janete de Fátima Pereira	03 h e 19 min.
865	Jussara Aparecida Hirsch	08 horas
11850	Larissa Strapasson Binder	52 min.
7981	Laurita Faustino Aimi	06 horas
7704	Leonice Candiago	06 h e 14 min.
5635	Luciano Caregnato	23 h e 50 min.
11967	Lucimar dos Santos	31 min.
11812	Marcia de Oliveira Guedes	58 min.
11974	Maria Aparecida Alves	03 h e 47 min.
9488	Maria Lucia Batista	04 horas
10461	Mirian Ficagna	07 h e 32 min.
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	06 h e 05min.
11886	Paula Francielly Zitkievitz	01 h e 04 min.
11942	Sarita de Oliveira Zanoto	03 h e 26 min.
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	08 horas
13585	Susileide Rodrigues Putti	01 h e 04 min.
11871	Tatiana Moraes	15 h e 35 min.
11970	Tatiana Santos de Oliveira Lyra	04 horas
11958	Tatiane Fátima Amaral Soares	12 horas
12795	Thiago Muniz de Lima	10 h e 45 min.
3265	Valdiléia Aparecida Ferreira	01 h e 21 min.

10455	Willian Castilho Pinto	07 horas
12588	Willian Schroder	02 h e 33 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de Março de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

#### **PORTARIA Nº 25.446**

PORTARIA Nº 25.446, de 30 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, designados para comporem Comissão de Sindicância Administrativa e Processos Administrativos (Termo de Ajustamento de Conduta), o pagamento de gratificação a que fazem jus, especificando: código, nome dos servidores, cargo no processo, números da sindicância e dos processos administrativos e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº Processo Administrativo	Valor da Gratif.
368	Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira	Presidente	Sind.Adm. nº 01/2014	500,00
368	Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira	Presidente	TAC nº 06/2014	200,00
368	Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira	Presidente	TAC nº 07/2014	200,00
368	Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira	Presidente	TAC nº 01/2015	200,00
2513	Julio Cesar Ferreira	Membro	Sind.Adm. nº 01/2014	150,00
9355	Leandro Souza de Matos	Membro	Sind.Adm. nº 01/2014	150,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de março de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 25.495**

PORTARIA Nº 25.495, de 28 de Abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso VII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

#### **RESOLVE:**

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS do Servidor Público Municipal SAMUEL FLORES ALVES, ocupante do cargo de Encanador, do Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Matrícula 918, correspondente a 7.077 (sete mil e setenta e sete) dias, ou 19 (dezenove) anos, 04 (quatro) meses e 22 (vinte e dois) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00041/08-6, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 06 de novembro de 2008.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Abril de 2014.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12- 2015 – PR – 07-2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12- 2015 – PR – 07-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS ODONTOLÓGICOS PARA AS SALAS DE SAÚDE BUCAL DAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/05/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 25/05/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacaopmc@caçador.sc.gov.br](mailto:licitacaopmc@caçador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 12 de maio de 2015.  
ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO  
Secretaria de Saúde

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 51-2015 – PR – 34-2015 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 51-2015 – PR – 34-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015

OBJETO – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/05/2015 às 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 26/05/2015 às 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@caçador.sc.gov.br](mailto:licitacao@caçador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 11 de maio de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52-2015 D.L. Nº 08-2015 – PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52-2015 D.L. Nº 08-2015 – PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2015, Objeto – AQUISIÇÃO DE INGRESSOS PARA JORNADA DA EDUCAÇÃO, Objetivando a Capacitação dos Profissionais do Magistério Municipal, conforme parecer da Procuradoria nº 161/2015 Realizado pela UNIARP – Fundação Universidade Alto Vale do rio do Peixe, CNPJ – 82.798.828/0001-00, Com sede no município de Caçador – SC, pelo valor total de R\$ 84.500,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos reais), prazo de 06(seis) meses, nos termos do artigo 25 inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 08 de maio de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETO  
Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53-2015 – PR – 35-2015 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53-2015 – PR – 35-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DESTINADOS AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/06/2015 às 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 01/06/2015 às 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@caçador.sc.gov.br](mailto:licitacao@caçador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 12 de maio de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETO  
PREFEITO MUNICIPAL

**RESOLUÇÃO Nº 07 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 07/2015 de 28 de abril de 2015.

Dispõe sobre o Plano de Ação dos Serviços, Programas e Projetos executados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, de Caçador/SC do ano de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal 2.869, de 22 de dezembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC – CMAS, e

CONSIDERANDO a análise e apreciação realizada por este conselho em reunião ordinária do dia 28 de abril de 2015, do Plano de Ação 2015 fornecido pelo órgão Gestor da Política de Assistência Social de Caçador, conforme Ata nº 247.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar por unanimidade, o Plano de Ação 2015 da Secretaria Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

Art. 2º Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do Plano de Ação 2015 da Secretaria Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 28 de abril de 2015.  
Andréia Teresinha de Almeida  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**RESOLUÇÃO Nº 08 CMAS**

Resolução 08/2015 de 28 de abril de 2015.

Dispõe sobre "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2014 Serviços/Programas, Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social- IGD-SUAS, Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família- IGD-PBF e saldo de reprogramação para o exercício de 2015".

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, nos Artigos. 1º e 4º, e em consonância com a Lei federal nº 8.742/93;

Considerando os documentos apresentados pela Contadoria Geral da Prefeitura Municipal de Caçador e Secretaria Municipal de Assistência Social, denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2014" Serviços/Programas e Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social- IGD-SUAS, Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família- IGD-PBF e saldo de reprogramação para o exercício de 2015. Considerando os trabalhos de análise da referida documentação por parte dos membros da Comissão de finanças do colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social e esclarecimentos fornecidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social e Equipe da contadoria Municipal.

Considerando a Ata nº 247 a qual aprova por unanimidade de votos os documentos apresentados pela Contadoria Geral da Prefeitura Municipal de Caçador e Secretaria Municipal de Assistência Social, denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2014".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar o documento denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2014 - Serviços/Programas, Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social- IGD-SUAS, Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família- IGD-PBF e saldo de reprogramação para o exercício de 2015", visto o colegiado ter concluído ser o mesmo a expressão da verdade.

Art. 2º. Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2014".

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 28 de abril de 2015.

ANDRÉIA TERESINHA DE ALMEIDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**RESOLUÇÃO Nº 09 CMAS**

Resolução 09/2015 de 28 de abril de 2015.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação – recursos do FEAS – Média Complexidade- Custeio 2014 da conta 36.376-6.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, reunido em Assembleia Ordinária no dia 11 de março de 2014, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 28 de abril de 2015, ata nº 247.

**Resolve:**

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação - recursos do FEAS- Média Complexidade- Custeio 2014 da conta 36.376-6 num valor de R\$ 21.825,68 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Art. 2º Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do "Plano de Aplicação - recursos do FEAS- Média Complexidade- Custeio 2014 da conta 36.376-6".

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 28 de abril de 2015.

ANDRÉIA TERESINHA DE ALMEIDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**RESOLUÇÃO Nº 09 CMAS ANEXO I**

Secretaria Municipal de Assistência Social					
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social					
Plano de Aplicação – Reprogramação de Recursos do					
FEAS - Média Complexidade - Custeio					
CC 36.376-6					
1 - DADOS CADASTRAIS					
Órgão/	C.N.P.J.				
Prefeitura Municipal de Caçador	83.074.302/0001-31				
Endereço					
Av. Santa Catarina, 195					
Cidade	UF	C.E.P	DDD/Telefone	FAX	E.A.
Caçador	SC	89.500-000	49 3563 0322	49 35630068	
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento		
36.376-6	BB	0375-1	Caçador – SC		
	C.P.F.				
Gilberto Amaro Comazzetto					
C.I./Órgão Expedidor	Cargo	Função	Matrícula		
	Prefeito Municipal	Prefeito			
Endereço:	C.E.P				
Av. Santa Catarina, 195	89.500-000				
2 - OUTROS PARTÍCIPES / INTERVENIENTE / EXECUTOR					
Nome:	C.N.P.J	E.A.			
Secretaria Municipal de Assistência Social	11.740.027/0001-37				
Nome do responsável	Função	CPF			
Beatriz Ribeiro dos Santos	Secretaria de Assistência Social	933.490.509-30			
C.I./Órgão Expedidor	Cargo	Matrícula			
	Secretaria				
Endereço	Cidade	C.E.P			
Av. Santa Catarina, 513	Caçador	89.500-000			

**3 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**

O CREAS é uma unidade pública e estatal, que oferta atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. A convivência familiar está mantida, embora os vínculos possam estar fragilizados ou até mesmo ameaçados.

O CREAS de Caçador oferta Serviço de Proteção Especializado à Famílias e Indivíduos PAEFI, o qual oferece atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Outro Serviço ofertado é o de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Este serviço tem por finalidade, prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direito e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens.

O CREAS encontra-se em espaço físico alocado, sendo a Rua Victor Baptista Adami, 275 Centro.

**4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)**

Recursos CREAS - Proteção Social Especial de Média Complexidade

**SALDO REPROGRAMADO 2014 para 2015: CUSTEIO R\$ 21.825,68**

Meta	Especificação	Indicador Físico	Duração	Valor		
		Unidade	Quantidade	Início	Término	R\$
01	Pagamento de Aluguel	CREAS	03	01/04/15	31/07/15	12.201,09
02	Empresa de Consultoria	CREAS	01	01/04/15	31/07/15	5.108,33
03	Capacitação Equipe de Medidas Socioeducativas	CREAS	01	01/04/15	31/07/15	941,00
04	Material de Expediente	CREAS		01/04/15	31/07/15	3.575,26
				TOTAL	21.825,68	

Arlete Torrezan  
Diretora do CREAS

**RESOLUÇÃO Nº 07 CMAS ANEXO I****Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social****PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL  
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ANO 2015****I. DADOS CADASTRAIS****1. ÓRGÃO PROPONENTE**

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Nível de Gestão: Gestão Básica

Porte: MÉDIO

CGC/CNPJ: 83.074.302/0001-31

Cidade: CACADOR

UF: SC

Endereco: AVENIDA SANTA CATARINA 195 PREDIO

CEP: 89500-000

Telefone: 49-3666-2400

Fax: 49 - 3666-2455

Email: sec.gab@cacador.sc.gov.br

Prefeito: GILBERTO AMARO COMAZZETTO

**1.1 Dados do Responsável****2. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

(secretaria ou órgãos congêneres)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CGC/CNPJ: 83.074.302/0001-31

Cidade: CACADOR

UF: SC

Endereco: RUA Sete de setembro 270 casa

CEP: 89500-000

Telefone: 49-3563-2759

Fax: 49 - 3563-2759

Email: sec.assistenciasocial@cacador.sc.gov.br

Gestor: BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS

**2.1 Dados do Gestor****3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ: 11.740.027/0001-37

Vínculo Institucional: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere

Telefone: 49-3666-2400

Ato de Criação: LEI

Número Ato: 2869

Data Assinatura: 22/12/2011

Data Publicação: 28/12/2011

**4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cidade: CACADOR

UF: SC

Endereco: RUA Victor Baptista Adami 275 Casa

CEP: 89500-000

CRISTIANI BALDICERA GRANEMANN

**4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO****4.2 CONSELHEIROS****II. PREVISÃO DE ATENDIMENTO FÍSICO****1. GESTÃO**

Incentivo	Parâmetro para identificação da meta Física	Metas Físicas
<b>Gestão</b>		
IGD-M - Índice de Gestão Descentraliza da Municipal do Programa		

Incentivo	Parâmetro para identificação da meta Física	Metas Físicas
-----------	---	---------------

**Bolsa Família**

Fator de operação do PBF - IGD-M		0,77
----------------------------------	--	------

Taxa - Qualidade Cadastral	0,65	0,69
----------------------------	------	------

Taxa - Atualização Cadastral	0,69	0,75
------------------------------	------	------

Taxa - Frequência Escolar	0,88	0,92
---------------------------	------	------

Taxa - Agenda Saúde	0,70	0,72
---------------------	------	------

**IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada da Municipal do Sistema Único de Assistência Social**

IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social		0,76
--	--	------

ID CRAS Médio	0,75	0,78
---------------	------	------

Execução Financeira	0,60	0,68
---------------------	------	------

**Macro Ações onde serão aplicados os Recursos****2. SERVIÇOS**

Serviço	Público	Referência de Pactuação	Previsão de Atendimento
---------	---------	-------------------------	-------------------------

**Proteção Social Básica****Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**

Piso Básico Fixo	Família Referenciada	10.000	412
------------------	----------------------	--------	-----

**Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**

Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares	380	350
-----------------------------	--	-----	-----

Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos, em	190	190
-----------------------------	---	-----	-----

Serviço	Público	Referência de Pactuação	Previsão de Atendimento
	situações prioritárias		
<b>Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV</b>			
BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	Questionários a serem pagos	46	46
<b>Proteção Social Especial</b>			
<b>Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoas em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias</b>			
Piso Fixo de Média Complexidade (para os serviços ofertados nos: CREAS, Centro Pop e Centro Dia)	Família e indivíduos em situação de risco, por violação de direitos		180
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)	Idosos		30
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)	Pessoas com deficiência		34
<b>Serviços de Acolhimento</b>			
Piso de Alta Complexidade I	Criança/Adolescente		60
Piso de Alta Complexidade I	Idosos		0
Piso de Alta Complexidade I	Jovens		0

Serviço	Público	Referência de Pactuação	Previsão de Atendimento
Piso de Alta Complexidade I	Pessoas com Deficiência		0
Piso de Alta Complexidade I	Mulher em situação de violência		0
Piso de Alta Complexidade II	Adultos e Famílias		180
Piso de Alta Complexidade II	Jovens e adultos com deficiência		0

**III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO****1. GESTÃO**

Incentivo	Serviço	Valor Financeiro
<b>Gestão</b>		
<b>IGD-M - Índice de Gestão Descentraliza da Municipal do Programa Bolsa Família</b>	Fator de operação do PBF - IGD-M	R\$ 14.881,37
<b>IGD-M - Índice de Gestão Descentraliza da Municipal do Sistema Único de Assistência Social</b>	IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	R\$ 1.740,10

**2. SERVIÇOS**

Serviço	Piso	Valor Financeiro
<b>Proteção Social Básica</b>		
<b>Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)</b>	Piso Básico Fixo	R\$ 24.000,00
<b>Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</b>	Piso Básico Variável - SCFV	R\$ 19.000,00
<b>Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV</b>	BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	R\$ 1.840,00
<b>Proteção Social Especial</b>		
<b>Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço</b>	Piso Fixo de Média Complexidade (para os serviços ofertados nos: CREAS, Centro Pop e	R\$ 12.400,00

Serviço	Piso	Valor Financeiro
Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoas em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias	Centro Dia)	
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoas em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias	Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias)	R\$ 1.705,26
Serviços de Acolhimento	Piso de Alta Complexidade I	R\$ 10.000,00
Serviços de Acolhimento	Piso de Alta Complexidade II	R\$ 6.500,00
<b>IV. RESUMO EXECUTIVO</b>		
Item		Valor
1. Valor Total Previsto a ser repassado pelo FNAS(anoal):		R\$ 1.084.560,67

Item	Valor
2. Recursos próprios a serem alocados no fundo(anual):	R\$ 4.937.800,00
3. Recursos a serem transferidos do FEAS(anual):	R\$ 206.596,88
4. Total de recursos do fundo municipal para o exercício:	R\$ 6.228.957,55
<b>V. PARECER</b>	
<b>1. PARECER DO CONSELHO SOBRE O PLANO DE AÇÃO</b>	
Em reunião ordinária do CMAS o Plano de Ação foi apresentado pela Secretária Municipal de Assistência Social, sendo apreciado pelos presentes e aprovados na sua totalidade.	
<b>2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO</b>	<b>Favorável</b>

<b>3. INSTRUMENTOS DE COMPARAÇÃO</b>	
3.1 Data da Reunião:	28/04/2015
3.2 Ata n°:	247
3.3 Resolução:	07/2015
<b>VI. DECLARAÇÃO</b>	<b>AUTENTICAÇÃO</b>
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	R:10.222.0.36 01976026903 201505081319 192204

**RESOLUÇÃO Nº 08 CMAS ANEXO I**

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social**

**DEMONSTRATIVO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL  
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**ANO 2014  
VERSÃO 1.0 Original**

**I. DADOS CADASTRAIS****1. ÓRGÃO ENTE FEDERATIVO**

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)  
Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR  
CGC/CNPJ: 83.074.302/0001-31  
Cidade: CACADOR  
UF: SC  
Endereço: AVENIDA SANTA CATARINA 195 PREDIO  
C.E.P.: 89500000  
Telefone: (49) 3666-2400  
Fax: (49) 3666-2455  
E-mail: sec.gab@cacador.sc.gov.br  
Prefeito: GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Nível de Gestão: Gestão Básica  
Porte: MÉDIO

**2. ÓRGÃO GESTOR**

(secretaria ou órgãos congêneres)  
Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
CGC/CNPJ: 83.074.302/0001-31  
Cidade: CACADOR  
UF: SC  
Endereço: RUA Sete de setembro 270 casa  
C.E.P.: 89500000  
Telefone: (49) 3563-2759  
Fax: (49) 3563-2759  
E-mail: sec.assistenciasocial@cacador.sc.gov.br  
Nome do Gestor: BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS

**3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CGC/CNPJ: 11.740.027/0001-37  
E-Mail: sec.assistenciasocial@cacador.sc.gov.br  
Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere  
Telefone: (49) 3666-2400  
Fax: (49) 3666-2455  
Ato de Criação: 30  
Ato de Criação: LEI  
Número do Ato: 2869

Data de Assinatura: 22/12/2011

Data de Publicação: 28/12/2011

#### 4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Endereço: RUA Victor Baptista Adami 275 Casa

C.E.P.: 89500000

Telefone: (49) 3567-5964

null: Ato de Criação

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2869

Data de Assinatura: 22/12/2011

Data de Publicação: 28/12/2011

#### 4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO

Nome do Secretário: CRISTIANI BALDICERA GRANEMANN

#### 4.2 CONSELHEIROS

CPF	Nome	Cargo	Início do Mandato	Fim do Mandato
019.760.269-03	Andreia Teresinha de Almeida	CONSELHEIRO(A)	26/07/2013	26/07/2015
638.788.109-97	ODILAMAR BERTAZZI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/03/2014	26/07/2015
893.402.649-91	JANETE APARECIDA ZACCARON THOMAZI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	19/08/2013	26/07/2015
543.576.089-53	DIOCLEIA ALVES DE MOURA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	19/08/2013	26/07/2015
623.373.199-20	LUIZ CARLOS ZONTA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	16/03/2015	26/07/2015
345.474.609-49	MARIO LUIZ CACHINSKI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
031.236.929-81	SUSANA RIBEIRO	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
983.668.829-34	SIRLEI HEINEMANN WEBER	CONSELHEIRO(A) TITULAR	19/08/2013	26/07/2015
834.620.829-49	ADRIANA MOREIRA BAIRRO	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
345.439.539-91	SIRLEI MARIA MARTINS BRAGHINI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/09/2014	26/07/2015
031.976.479-63	MARIANY BOSCARI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
539.439.709-06	JANE SCHNEIDER	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
933.491.229-49	MARILENE RUPPEL MANTOVANI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
646.063.509-97	NEUZELI APARECIDA DA SILVA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
833.789.369-91	MARIZETE FATIMA IACZINSKI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/09/2014	26/07/2015
048.011.469-29	LUCIANA MARQUES	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/03/2014	26/07/2015
862.581.689-49	LUCIANA ALVES DE LIMA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
016.854.769-45	ARLETE TORREZAN	CONSELHEIRO(A) TITULAR	29/08/2014	26/07/2015
005.309.909-54	Vivian de Lemos Strowispy	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	16/03/2015	26/07/2015
829.162.849-15	ALDONIR ANCIUTTI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	25/11/2014	26/07/2015
051.282.209-31	NEIDA SCHNEIDER	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	19/08/2014	26/07/2015
893.151.549-91	GENEIA LUCAS DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/03/2014	26/07/2015
030.508.279-55	KARINA SOUZA DE MATOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
025.137.889-66	LIGIA ARCEGO PIERDONA VITTO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
528.197.449-15	IVO ROGERIO DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
466.140.609-53	NADIR DA SILVA RIBEIRO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
075.780.779-88	ANELISE TERESINHA WEBER	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015

CPF	Nome	Cargo	Início do Mandato	Fim do Mandato
022.803.929-09	BARTIRA ELISA TOMAZINI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	19/08/2013	26/07/2015
036.472.549-40	Milene Rodrigues da Silva	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/03/2014	26/07/2015
723.530.319-00	Carlos Antonio Arruda Wagner	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
057.003.959-24	LAISA REGINA CHAVES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/03/2014	26/07/2015
296.441.009-72	LUCI VALI BRANDT	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
439.312.609-25	SILVIA LINHARES MARTELO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
923.370.589-72	MARCIA REGINA DOS SANTOS FENILI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	19/08/2013	26/07/2015
800.482.859-00	TERESINHA APARECIDA WAMES COELHO DE SOUZA	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
020.277.889-48	ELIZETE FARIAS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015

## II. PBF - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

### 1. IGD PBF FÍSICO FINANCEIRO

Ação Orçamentária / Taxas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Fator 1 do IGD - Índice de Gestão Descentralizada PBF	0,72	0,72	0,72	0,72	0,75	0,75	0,75	0,73	0,72	0,00	0,00	0,00
Taxa - Frequência Escolar	0,90	0,90	0,90	0,90	0,86	0,86	0,87	0,87	0,86	0,00	0,00	0,00
Taxa - Agenda Saúde	0,71	0,72	0,72	0,72	0,72	0,72	0,72	0,63	0,63	0,00	0,00	0,00
Taxa - Qualidade Cadastral	0,58	0,58	0,57	0,57	0,69	0,70	0,70	0,72	0,72	0,00	0,00	0,00
Taxa - Atualização Cadastral	0,69	0,69	0,69	0,67	0,72	0,71	0,70	0,69	0,69	0,00	0,00	0,00
Financeiro	0,00	12.776,85	5.530,71	0,00	5.343,98	0,00	5.157,83	5.087,93	0,00	6.612,99	13.449,42	6.465,97

#### 1- RECURSOS DE INCENTIVO A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGD

1.1 Recursos reprogramados de exercícios anteriores	R\$ 60.966,17
1.2 Valores recebidos no exercício	R\$ 60.425,68
1.3 Outros créditos ocorridos na conta vinculada	R\$ 0,00
1.4 Valores de aplicações no mercado financeiro no exercício	R\$ 518,52
1.5 Valores não aprovados pelo Conselho de Assistência Social e devolvidos para a conta do Fundo de Assistência Social (Municipal ou Estadual)	R\$ 0,00
1.6 Devolução de valores ao Fundo Nacional de Assistência Social	R\$ 0,00
1.7 Valores efetivamente executados no exercício	R\$ 117.615,10
1.8 Saldo a reprogramar para o exercício seguinte	R\$ 4.295,27

DECLARAÇÃO	AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	R:10.222.0.36 93349050930 201505051325 2765872

**RESOLUÇÃO Nº 08 CMAS ANEXO II**

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social**

**DEMONSTRATIVO DO GESTÃO SUAS DO GOVERNO FEDERAL  
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**ANO 2014  
VERSÃO 1.1 Original**

**I. DADOS CADASTRAIS****1. ÓRGÃO ENTE FEDERATIVO**

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

CGC/CNPJ: 83.074.302/0001-31

Cidade: CACADOR

UF: SC

Endereço: AVENIDA SANTA CATARINA 195 PREDIO

C.E.P.: 89500000

Telefone: (49) 3666-2400

Fax: (49) 3666-2455

E-mail: sec.gab@cacador.sc.gov.br

Prefeito: GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Nível de Gestão: Gestão Básica

Porte: MÉDIO

**2. ÓRGÃO GESTOR**

(secretaria ou órgãos congêneres)

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CGC/CNPJ: 83.074.302/0001-31

Cidade: CACADOR

UF: SC

Endereço: RUA Sete de setembro 270 casa

C.E.P.: 89500000

Telefone: (49) 3563-2759

Fax: (49) 3563-2759

E-mail: sec.assistenciasocial@cacador.sc.gov.br

Nome do Gestor: BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS

**3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CGC/CNPJ: 11.740.027/0001-37

E-Mail: sec.assistenciasocial@cacador.sc.gov.br

Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere

C.E.P.: 89500000

Telefone: (49) 3567-5964

null: Ato de Criação

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2869

Data de Assinatura: 22/12/2011

Data de Publicação: 28/12/2011

#### 4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO

Nome do Secretário: CRISTIANI BALDICERA GRANEMANN

#### 4.2 CONSELHEIROS

CPF	Nome	Cargo	Início do Mandato	Fim do Mandato
019.760.269-03	Andreia Teresinha de Almeida	CONSELHEIRO(A)	26/07/2013	26/07/2015
638.788.109-97	ODILAMAR BERTAZZI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/03/2014	26/07/2015
893.402.649-91	JANETE APARECIDA ZACCARON THOMAZI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	19/08/2013	26/07/2015
543.576.089-53	DIOCLEIA ALVES DE MOURA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	19/08/2013	26/07/2015
623.373.199-20	LUIZ CARLOS ZONTA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	16/03/2015	26/07/2015
345.474.609-49	MARIO LUIZ CACHINSKI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
031.236.929-81	SUSANA RIBEIRO	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
983.668.829-34	SIRLEI HEINEMANN WEBER	CONSELHEIRO(A) TITULAR	19/08/2013	26/07/2015
834.620.829-49	ADRIANA MOREIRA BAIRRO	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
345.439.539-91	SIRLEI MARIA MARTINS BRAGHINI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/09/2014	26/07/2015
031.976.479-63	MARIANY BOSCARI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
539.439.709-06	JANE SCHNEIDER	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
933.491.229-49	MARILENE RUPPEL MANTOVANI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
646.063.509-97	NEUZELI APARECIDA DA SILVA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
833.789.369-91	MARIZETE FATIMA IACZINSKI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/09/2014	26/07/2015
048.011.469-29	LUCIANA MARQUES	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/03/2014	26/07/2015
862.581.689-49	LUCIANA ALVES DE LIMA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
016.854.769-45	ARLETE TORREZAN	CONSELHEIRO(A) TITULAR	29/08/2014	26/07/2015
005.309.909-54	Vivian de Lemos Strowispy	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	16/03/2015	26/07/2015
829.162.849-15	ALDONIR ANCIUTTI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	25/11/2014	26/07/2015
051.282.209-31	NEIDA SCHNEIDER	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	19/08/2014	26/07/2015
893.151.549-91	GENEIA LUCAS DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/03/2014	26/07/2015
030.508.279-55	KARINA SOUZA DE MATOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
025.137.889-66	LIGIA ARCEGO PIERDONA VITTO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015

CPF	Nome	Cargo	Início do Mandato	Fim do Mandato
022.803.929-09	BARTIRA ELISA TOMAZINI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	19/08/2013	26/07/2015
036.472.549-40	Milene Rodrigues da Silva	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/03/2014	26/07/2015
723.530.319-00	Carlos Antonio Arruda Wagner	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
057.003.959-24	LAISA REGINA CHAVES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/03/2014	26/07/2015
296.441.009-72	LUCI VALI BRANDT	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
439.312.609-25	SILVIA LINHARES MARTELO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
923.370.589-72	MARCIA REGINA DOS SANTOS FENILI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	19/08/2013	26/07/2015
800.482.859-00	TERESINHA APARECIDA WAMES COELHO DE SOUZA	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
020.277.889-48	ELIZETE FARIAS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015

## II. SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 1. IGD SUAS FÍSICO FINANCEIRO

Ação Orçamentária / Taxas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Fator 1 do IGD - Índice de Gestão Descentralizada SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ID CRAS Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financeiro	0,00	1.312,62	1.312,62	1.312,62	1.312,62	0,00	1.312,62	0,00	0,00	0,00	2.963,07	0,00

#### 1- RECURSOS DE INCENTIVO A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGD SUAS

1.1 Saldo disponível nas contas correntes em 31/12/2013	R\$ 3.133,40
1.2 Valores recebidos no exercício	R\$ 10.838,79
1.3 Outros créditos ocorridos na conta corrente	R\$ 0,00
1.4 Rendimentos de aplicações no mercado financeiro no exercício	R\$ 342,56
1.5 Valores não aprovados pelo Conselho de Assistência Social e devolvidos para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 0,00
1.6 Devolução de valores ao Fundo Nacional de Assistência Social	R\$ 0,00
1.7 Valores efetivamente executados no exercício	R\$ 9.476,00
1.7.1 Valores efetivamente executados no exercício com ações relativas à gestão	R\$ 7.956,00
1.7.2 Valores efetivamente executados no exercício com ações relativas ao Conselho de Assistência Social	R\$ 1.520,00
1.8 Saldo a reprogramar para o exercício seguinte	R\$ 4.838,75

DECLARAÇÃO	AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	R:10.222.0.36 01976026903 201505081421 2766006



**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**  
**FNAS / SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social**

**PARECER DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEMONSTRATIVO GESTÃO**  
**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – GESTÃO SUAS**  
**SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS**

**2014**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

**UF:** SC **INTERESSADO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

**CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**EXERCÍCIO:** 2014

**2. PARECER**

**2.1 QUESTÕES**

<b>2.2 Tipo de Deliberação</b>	Aprovação Total
--------------------------------	-----------------

2.2.1 Valor Aprovado:	9.476,00
-----------------------	----------

**2.3 Parecer**

Em reunião ordinária foi apreciado e aprovado o Demonstrativo sintético anual da execução físico financeira 2014 em sua totalidade por unanimidade dos conselheiros

**2.4 Participaram da reunião deliberativa os seguintes conselheiros**

CPF	NOME	CARGO
019.760.269-03	Andreia Teresinha de Almeida	CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE
543.576.089-53	DIOCLEIA ALVES DE MOURA	CONSELHEIRO(A) TITULAR
031.236.929-81	SUSANA RIBEIRO	CONSELHEIRO(A) TITULAR
345.439.539-91	SIRLEI MARIA MARTINS BRAGHINI	CONSELHEIRO(A) TITULAR
031.976.479-63	MARIANY BOSCARI	CONSELHEIRO(A) TITULAR
833.789.369-91	MARIZETE FATIMA IACZINSKI	CONSELHEIRO(A) TITULAR
862.581.689-49	LUCIANA ALVES DE LIMA	CONSELHEIRO(A) TITULAR
016.854.769-45	ARLETE TORREZAN	CONSELHEIRO(A) TITULAR
829.162.849-15	ALDONIR ANCIUTTI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
723.530.319-00	Carlos Antonio Arruda Wagner	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
057.003.959-24	LAISA REGINA CHAVES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
296.441.009-72	LUCI VALI BRANDT	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
923.370.589-72	MARCIA REGINA DOS SANTOS FENILI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE

3.1 Data da Reunião: 28/04/2015  
3.2 Número da Ata: 247  
3.3 Número da Resolução: 08

DECLARAÇÃO	AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA
<b>Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.</b>	R:10.222.0.36 01976026903 201505081421 2766006

**RESOLUÇÃO Nº 08 CMAS ANEXO III****Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania****PARECER DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEMONSTRATIVO GESTÃO  
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – GESTÃO PBF  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA  
ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA MUNICIPAL  
2014****1. IDENTIFICAÇÃO****UF:** SC **INTERESSADO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**EXERCÍCIO:** 2014**2. PARECER****2.1 QUESTÕES**

1. Foram observados, na execução das atividades com os recursos do IGDPBF, todos os princípios exigidos pela legislação aplicada à Administração Pública?

**Resposta:** Sim**Comentário:** N/A

2. Todas as atividades executadas foram feitas nos termos da Portaria que regulamentou o IGDPBF?

**Resposta:** Sim**Comentário:** N/A

3. Os recursos alocados na gestão do PBF foram utilizados nas finalidades para os quais foram disponibilizados?

**Resposta:** Sim**Comentário:** N/A

4. Segundo a avaliação do Conselho, o ente realiza uma adequada gestão das condicionalidades do PBF, realizada de forma intersetorial?

**Resposta:** Sim**Comentário:** N/A

5. Segundo a avaliação do Conselho, a gestão local desenvolve ações adequadas para a identificação, cadastramento de novas famílias, atualização e revisão dos dados contidos no CadÚnico

**Resposta:** Sim**Comentário:** N/A

Em reunião ordinária do CMAS foi apreciado o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2014 em sua íntegra sendo aprovado em sua totalidade por unanimidade.

#### 2.4 Participaram da reunião deliberativa os seguintes conselheiros

CPF	NOME	CARGO
019.760.269-03	Andreia Teresinha de Almeida	CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE
543.576.089-53	DIOCLEIA ALVES DE MOURA	CONSELHEIRO(A) TITULAR
031.236.929-81	SUSANA RIBEIRO	CONSELHEIRO(A) TITULAR
345.439.539-91	SIRLEI MARIA MARTINS	CONSELHEIRO(A) TITULAR
031.976.479-63	MARIANY BOSCARI	CONSELHEIRO(A) TITULAR
833.789.369-91	MARIZETE FATIMA IACZINSKI	CONSELHEIRO(A) TITULAR
862.581.689-49	LUCIANA ALVES DE LIMA	CONSELHEIRO(A) TITULAR
016.854.769-45	ARLETE TORREZAN	CONSELHEIRO(A) TITULAR
829.162.849-15	ALDONIR ANCIUTTI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
723.530.319-00	Carlos Antonio Arruda Wagner	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
057.003.959-24	LAISA REGINA CHAVES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
923.370.589-72	MARCIA REGINA DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
800.482.859-00	TERESINHA APARECIDA	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE

#### 3. REGISTRO DOCUMENTAL DO PARECER DO CONSELHO

3.1 Data da Reunião: 28/04/2015

3.2 Número da Ata: 247

3.3 Número da Resolução: 08

Anexo(s) :

DECLARAÇÃO	AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	R:10.222.0.36 01976026903 201505081423 2766007

**RESOLUÇÃO Nº 08 CMAS ANEXO IV****Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social****DEMONSTRATIVO SERVIÇOS / PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL  
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL****ANO 2014  
VERSÃO 1.1 Original****I. DADOS CADASTRAIS****1. ÓRGÃO ENTE FEDERATIVO**

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

CGC/CNPJ: 83.074.302/0001-31

Cidade: CACADOR

UF: SC

Endereço: AVENIDA SANTA CATARINA 195 PREDIO

C.E.P.: 89500000

Telefone: (49) 3666-2400

Fax: (49) 3666-2455

E-mail: sec.gab@cacador.sc.gov.br

Prefeito: GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Nível de Gestão: Gestão Básica

Porte: MÉDIO

**2. ÓRGÃO GESTOR**

(secretaria ou órgãos congêneres)

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CGC/CNPJ: 83.074.302/0001-31

Cidade: CACADOR

UF: SC

Endereço: RUA Sete de setembro 270 casa

C.E.P.: 89500000

Telefone: (49) 3563-2759

Fax: (49) 3563-2759

E-mail: sec.assistenciasocial@cacador.sc.gov.br

Nome do Gestor: BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS

**3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CGC/CNPJ: 11.740.027/0001-37

E-Mail: sec.assistenciasocial@cacador.sc.gov.br

Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere

Telefone: (49) 3666-2400

Fax: (49) 3666-2455

Ato de Criação

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2869

Data de Assinatura: 22/12/2011

Data de Publicação: 28/12/2011

#### 4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Endereço: RUA Victor Baptista Adami 275 Casa

C.E.P.: 89500000

Telefone: (49) 3567-5964

Ato de Criação

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2869

Data de Assinatura: 22/12/2011

Data de Publicação: 28/12/2011

#### 4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO

Nome do Secretário: CRISTIANI BALDICERA GRANEMANN

#### 4.2 CONSELHEIROS

CPF	Nome	Cargo	Início do Mandato	Fim do Mandato
019.760.269-03	Andreia Teresinha de Almeida	CONSELHEIRO(A)	26/07/2013	26/07/2015
638.788.109-97	ODILAMAR BERTAZZI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/03/2014	26/07/2015
893.402.649-91	JANETE APARECIDA ZACCARON THOMAZI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	19/08/2013	26/07/2015
543.576.089-53	DIOCLEIA ALVES DE MOURA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	19/08/2013	26/07/2015
623.373.199-20	LUIZ CARLOS ZONTA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	16/03/2015	26/07/2015
345.474.609-49	MARIO LUIZ CACHINSKI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
031.236.929-81	SUSANA RIBEIRO	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
983.668.829-34	SIRLEI HEINEMANN WEBER	CONSELHEIRO(A) TITULAR	19/08/2013	26/07/2015
834.620.829-49	ADRIANA MOREIRA BAIRRO	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
345.439.539-91	SIRLEI MARIA MARTINS BRAGHINI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/09/2014	26/07/2015
031.976.479-63	MARIANY BOSCARI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
539.439.709-06	JANE SCHNEIDER	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
933.491.229-49	MARILENE RUPPEL MANTOVANI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
646.063.509-97	NEUZELI APARECIDA DA SILVA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
833.789.369-91	MARIZETE FATIMA IACZINSKI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/09/2014	26/07/2015
048.011.469-29	LUCIANA MARQUES	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/03/2014	26/07/2015
862.581.689-49	LUCIANA ALVES DE LIMA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	26/07/2013	26/07/2015
016.854.769-45	ARLETE TORREZAN	CONSELHEIRO(A) TITULAR	29/08/2014	26/07/2015
005.309.909-54	Vivian de Lemos Strowispy	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	16/03/2015	26/07/2015
829.162.849-15	ALDONIR ANCIUTTI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	25/11/2014	26/07/2015
051.282.209-31	NEIDA SCHNEIDER CARLETTO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	19/08/2014	26/07/2015
893.151.549-91	GENEIA LUCAS DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/03/2014	26/07/2015
030.508.279-55	KARINA SOUZA DE MATOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015

CPF	Nome	Cargo	Início do Mandato	Fim do Mandato
025.137.889-66	LIGIA ARCEGO PIERDONA VITTO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
528.197.449-15	IVO ROGERIO DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
466.140.609-53	NADIR DA SILVA RIBEIRO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
075.780.779-88	ANELISE TERESINHA WEBER	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
022.803.929-09	BARTIRA ELISA TOMAZINI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	19/08/2013	26/07/2015
036.472.549-40	Milene Rodrigues da Silva	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/03/2014	26/07/2015
723.530.319-00	Carlos Antonio Arruda Wagner	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
057.003.959-24	LAISA REGINA CHAVES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/03/2014	26/07/2015
296.441.009-72	LUCI VALI BRANDT	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
439.312.609-25	SILVIA LINHARES MARTELO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
923.370.589-72	MARCIA REGINA DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	19/08/2013	26/07/2015
800.482.859-00	TERESINHA APARECIDA WAMES COELHO DE SOUZA	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015
020.277.889-48	ELIZETE FARIAS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	26/07/2013	26/07/2015

## II. Execução Financeira

### 1. Proteção Social Básica

#### 1.1 PISO BÁSICO FIXO

##### 1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013

1.1 Saldo na conta corrente 377082 em 31/12/2013 R\$ 68.147,48

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 377082 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 7.076,76

Tipo de Conta Corrente
BPC NA ESCOLA
Agência
0375-1
Conta Corrente
410349
Saldo da Conta Corrente
7.076,76

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 264.000,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 2.926,38

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 342.150,62

##### 2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 323.937,62

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 85.643,23

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 50.606,13

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.

R\$ 187.688,26

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais

R\$ 0,00

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014

R\$ 0,00

### 3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 377082 em 31/12/2014

R\$ 18.207,65

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 377082 (a partir de 2005) em 31/12/2014

R\$ 5,38

Tipo de Conta Corrente
BPC NA ESCOLA
Agência
0375-1
Conta Corrente
410349
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
5.38

### 4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação

R\$ 18.213,03

### 1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV

#### 1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013

1.1 Saldo na conta corrente 410829 em 31/12/2013

R\$ 34.222,07

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 410829 (a partir de 2005) em 31/12/2013

R\$ 47.087,79

Tipo de Conta Corrente
PVMC
Agência
03751
Conta Corrente
264792
Saldo da Conta Corrente
101,34

Tipo de Conta Corrente
PBTR
Agência
03751
Conta Corrente
376949
Saldo da Conta Corrente
15.818,89

Tipo de Conta Corrente
PJOV
Agência
03751
Conta Corrente
376965
Saldo da Conta Corrente
19.553,69

Tipo de Conta Corrente
PBVII
Agência
03751

<b>Conta Corrente</b>
376922
<b>Saldo da Conta Corrente</b>
11.613,87

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram- R\$ 153.199,74 se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014)

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 9.226,88

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 243.736,48

## 2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais R\$ 241.005,94 (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 30.000,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1. R\$ 211.005,94

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

## 3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 410829 em 31/12/2014 R\$ 1.420,12

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 410829 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 1.310,41

<b>Tipo de Conta Corrente</b>
PBTR
<b>Agência</b>
03751
<b>Conta Corrente</b>
264792
<b>Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014</b>
0

<b>Tipo de Conta Corrente</b>
PJOV
<b>Agência</b>
03751
<b>Conta Corrente</b>
376949
<b>Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014</b>
1273.41

<b>Tipo de Conta Corrente</b>
PVMC
<b>Agência</b>
03751
<b>Conta Corrente</b>
376965
<b>Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014</b>
37

<b>Tipo de Conta Corrente</b>
PBVII
<b>Agência</b>
03751
<b>Conta Corrente</b>
376922
<b>Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014</b>
0

**4- REPROGRAMAÇÃO**

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 2.730,53

**1.3 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO****1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013**

1.1 Saldo na conta corrente 410810 em 31/12/2013 R\$ 116.270,02

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 410810 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 0,00

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 50.976,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 7.631,41

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 174.877,43

**2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014**

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 75.349,15

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 20.223,14

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1. R\$ 55.126,01

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

**3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014**

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 410810 em 31/12/2014 R\$ 99.528,28

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 410810 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00

**4- REPROGRAMAÇÃO**

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 99.528,28

**2. Proteção Social Especial****2.1 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE****1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013**

1.1 Saldo na conta corrente 376957 em 31/12/2013 R\$ 19.410,86

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 376957 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 0,00

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do R\$ 17.052,60

estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014)

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas	R\$ 1.846,15
1.5 Receitas totais para o exercício de 2014	R\$ 38.309,61

## 2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R\$ 0,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R\$ 0,00
2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais	R\$ 0,00
2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.	R\$ 0,00

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014

## 3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 376957 em 31/12/2014	R\$ 38.309,60
3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 376957 (a partir de 2005) em 31/12/2014	R\$ 0,00

## 4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação	R\$ 38.309,60
-------------------------------------	---------------

## 2.2 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI

### 1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013

1.1 Saldo na conta corrente 376930 em 31/12/2013	R\$ 130.245,97
1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 376930 (a partir de 2005) em 31/12/2013	R\$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014)	R\$ 132.000,00
1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas	R\$ 10.074,33
1.5 Receitas totais para o exercício de 2014	R\$ 272.320,30

### 2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R\$ 50.387,82
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R\$ 0,00
2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais	R\$ 2.092,84
2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.	R\$ 219.734,58

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014	R\$ 0,00
---	----------

**3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014**

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 376930 em 31/12/2014	R\$ 105,06
---	------------

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 376930 (a partir de 2005) em 31/12/2014	R\$ 0,00
--	----------

**4- REPROGRAMAÇÃO**

4.1 Saldo passível de reprogramação	R\$ 105,06
-------------------------------------	------------

**2.3 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I****1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013**

1.1 Saldo na conta corrente 428345 em 31/12/2013	R\$ 0,00
--	----------

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 428345 (a partir de 2005) em 31/12/2013	R\$ 0,00
--	----------

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014)	R\$ 60.000,00
---	---------------

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas	R\$ 756,24
---	------------

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014	R\$ 60.756,24
--	---------------

**2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014**

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	R\$ 0,00
---	----------

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R\$ 0,00
---	----------

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R\$ 0,00
---	----------

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais	R\$ 0,00
--	----------

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3	R\$ 0,00
---	----------

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais	R\$ 0,00
--	----------

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014	R\$ 0,00
---	----------

**3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014**

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 428345 em 31/12/2014	R\$ 60.756,23
---	---------------

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 428345 (a partir de 2005) em 31/12/2014	R\$ 0,00
--	----------

**4- REPROGRAMAÇÃO**

4.1 Saldo passível de reprogramação	R\$ 60.756,23
-------------------------------------	---------------

**2.4 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II - POP DE RUA****1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013**

1.1 Saldo na conta corrente 433756 em 31/12/2013	R\$ 0,00
--	----------

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 433756 (a partir de 2005) em 31/12/2013	R\$ 0,00
--	----------

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014)	R\$ 19.500,00
---	---------------

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas	R\$ 32,60
---	-----------

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014	R\$ 19.532,60
--	---------------

**2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014**

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais R\$ 0,00  
(incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1. R\$ 0,00

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

**3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014**

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 433756 em 31/12/2014 R\$ 19.532,60

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 433756 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00

**4- REPROGRAMAÇÃO**

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 19.532,60

**III. Execução Física**

Serviço	Público Atendido	Ref. Pactuação	Expansão/Revisão de	Qtd. Executada
Proteção Social Básica				
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos				
Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos, em situações prioritárias	190		190
Proteção Social Básica				
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos				
Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares	380		303
Proteção Social Básica				
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV				
BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	Questionários a serem pagos	289		289
Proteção Social Básica				
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)				
Piso Básico Fixo	Família Referenciada	10000		235
Proteção Social Especial				
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias				
Piso Fixo de Média Complexidade (para os serviços ofertados no CREAS e Centro Pop)	Família e indivíduos em situação de risco, por violação de direitos	0		695
Proteção Social Especial				
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias				

Serviço	Público Atendido	Ref. Pactuação	Expansão/Revisão de	Qtd. Executada
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)	Pessoas com deficiência	0		17
Proteção Social Especial				
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias				
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)	Idosos	0		15

#### IV. Resumo Executivo

##### Resumo das Informações

#### 1- DAS RECEITAS FEDERAIS

1.1 Receitas totais de Serviços	R\$ 976.805,85
1.1.1 Proteção Social Básica	R\$ 585.887,10
1.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO	R\$ 342.150,62
1.1.1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV	R\$ 243.736,48
1.1.2 Proteção Social Especial	R\$ 390.918,75
1.1.2.1 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	R\$ 272.320,30
1.1.2.2 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	R\$ 60.756,24
1.1.2.3 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II - POP DE RUA	R\$ 19.532,60
1.1.2.4 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 38.309,61
1.2 Receitas totais de Programas	R\$ 174.877,43
1.2.1 Proteção Social Básica	R\$ 174.877,43
1.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO	R\$ 174.877,43

#### 2- DAS DESPESAS COM RECURSOS FEDERAIS

2.1 Despesas totais de Serviços	R\$ 837.158,80
2.1.1 Proteção Social Básica	R\$ 564.943,56
2.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO	R\$ 323.937,62
2.1.1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV	R\$ 241.005,94
2.1.2 Proteção Social Especial	R\$ 272.215,24
2.1.2.1 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	R\$ 272.215,24
2.1.2.2 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	R\$ 0,00
2.1.2.3 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II - POP DE RUA	R\$ 0,00
2.1.2.4 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 0,00
2.2 Despesas totais de Programas	R\$ 75.349,15
2.2.1 Proteção Social Básica	R\$ 75.349,15
2.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO	R\$ 75.349,15

#### 3- DA REPROGRAMAÇÃO

3.1 Recursos disponíveis para reprogramação dos Serviços	R\$ 139.647,05
3.1.1 Proteção Social Básica	R\$ 20.943,56
3.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO	R\$ 18.213,03
3.1.1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV	R\$ 2.730,53
3.1.2 Proteção Social Especial	R\$ 118.703,49
3.1.2.1 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	R\$ 105,06

3.1.2.2 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	R\$ 60.756,23
3.1.2.3 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II - POP DE RUA	R\$ 19.532,60
3.1.2.4 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 38.309,60
3.2 Recursos disponíveis para reprogramação dos Programas	R\$ 99.528,28
3.2.1 Proteção Social Básica	R\$ 99.528,28
3.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO	R\$ 99.528,28
<b>4- DO COFINANCIAMENTO (Informações para o Gestor Federal)</b>	
4.1 Recursos próprios executados nos serviços/programas	R\$ 4.116.319,57
4.2 Recursos transferidos pelo FEAS	R\$ 248.703,23

#### V. COMENTÁRIO DO GESTOR

Referente a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e do fundo, efetivamos um planejamento participativo, oferecendo melhor qualidade nos serviços, programas e projetos ofertados aos usuários. Após elaboração do planejamento anual definiu-se metas para execução física e financeira com o objetivo de aplicação total dos recursos reprogramados e advindos do corrente ano.

Justificamos-que na conta 376965 piso variável de media complexidade PETI por falha no sistema foi pago duas vezes o valor de R\$ 6.572,60 para a Empresa Link Teleinformatica Ltda, no dia 27-12-2013, conforme processo licitatório 15-2013 e pregão eletrônico 12-2013, onde a administração ao contatar a empresa para a devolução do valor recebido indevido, a mesma recusou-se a realizar devolução, sendo assim instaurou-se processo judicial, o qual encontra-se em tramitação.

Salientamos que os recursos recebidos foram aplicados atendendo as normativas do co-financiamento.

DECLARAÇÃO	AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	R:10.222.0.36 01976026903 201505081423 2766007



**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
FNAS / SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social**

**PARECER DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEMONSTRATIVO  
SERVIÇOS/PROGRAMAS  
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA –  
SERVIÇOS/PROGRAMAS  
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS  
2014**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

**CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA      **UF:** SC  
**INTERESSADO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR  
**EXERCÍCIO:** 2014

**2. PARECER**

**2.1 QUESTÕES**

**1. O Conselho acompanhou a elaboração e execução do orçamento da Assistência**

**Resposta:** Com frequência

**Comentário:** N/A

**2. Os recursos federais destinados a execução dos serviços/programas foram utilizados**

**Resposta:** Sim, todos os recursos

**Comentário:** N/A

**3. Os relatórios de execução orçamentária e financeira, e de atividades foram**

**Resposta:** Sim, os relatórios foram apresentados.

**Comentário:** N/A

**4. A execução dos recursos cofinanciados pela União foi realizada conforme as normas**

**Resposta:** Sim

**Comentário:** N/A

**5. Os serviços/programas cofinanciados pela União foram prestados à população de**

**Resposta:** Todos foram prestados sem descontinuidade

**Comentário:** N/A

**6. O ente cofinanciou os serviços/programas?**

**Resposta:** Sim, por meio do Fundo de Assistência Social

**Comentário:** N/A

**7. O Conselho teve algum tipo de dificuldade em analisar as informações prestadas pelo****Resposta:** Houve limitações, porém não prejudicaram**Comentário:** N/A**8. A execução dos serviços e programas socioassistenciais foi realizada de acordo com****Resposta:** Sim, as prioridades foram observadas.**Comentário:** N/A**9. As equipes de referência dos serviços e programas socioassistenciais estão em****Resposta:** Sim.**Comentário:** N/A**10. O Conselho de Assistência Social possui livre acesso às documentações****Resposta:** Sim.**Comentário:** N/A**11. O Conselho considera as despesas efetuadas no exercício como comprovadas?****Resposta:** Sim.**Comentário:** N/A**2.2 Tipo de Deliberação**

Favorável

**2.3 Ressalvas****2.4 Participaram da reunião deliberativa os seguintes conselheiros**

CPF	NOME	CARGO
019.760.269-03	Andreia Teresinha de Almeida	CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE
543.576.089-53	DIOCLEIA ALVES DE MOURA	CONSELHEIRO(A) TITULAR
031.236.929-81	SUSANA RIBEIRO	CONSELHEIRO(A) TITULAR
345.439.539-91	SIRLEI MARIA MARTINS	CONSELHEIRO(A) TITULAR
031.976.479-63	MARIANY BOSCARI	CONSELHEIRO(A) TITULAR
833.789.369-91	MARIZETE FATIMA IACZINSKI	CONSELHEIRO(A) TITULAR
862.581.689-49	LUCIANA ALVES DE LIMA	CONSELHEIRO(A) TITULAR
016.854.769-45	ARLETE TORREZAN	CONSELHEIRO(A) TITULAR
829.162.849-15	ALDONIR ANCIUTTI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
723.530.319-00	Carlos Antonio Arruda Wagner	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
057.003.959-24	LAISA REGINA CHAVES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
296.441.009-72	LUCI VALI BRANDT	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
923.370.589-72	MARCIA REGINA DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE

800.482.859-00

TERESINHA APARECIDA

CONSELHEIRO(A) SUPLENTE

**3. REGISTRO DOCUMENTAL DO PARECER DO CONSELHO**

3.1 Data da Reunião: 28/04/2015

3.2 Número da Ata: 247

3.3 Número da Resolução: 08

Anexo(s)

**DECLARAÇÃO****Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.****AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA**R:10.222.0.36 01976026903 201505081423  
2766007

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 012/2015 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 009/2015 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISUAL, PARA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E PROGRAMAS EXECUTADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/05/2016

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 031/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 029/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HERBICIDA PARA LIMPEZA DAS MARGENS DE VALAS, MARGENS E LEITOS DE RUAS E ESTRADAS MUNICIPAIS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/05/2016

1ª Publicação.

### PR 036/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2015-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICA E GARANTIA PARA EQUIPAMENTOS DE HARDWARE E SOFTWARE PARA CONSOLIDAÇÃO DA DATACENTE E ESTRUTURA DE REDE DO PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, CONFORME ITENS DESCRITOS DE MANEIRA DETALHADA NO TERMO DE REFERÊNCIA, DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Maio de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 12 de Maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### TP 002/2015 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2015 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAISAGISMO PARA OBRA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA CAIC, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 01 (Um) de Junho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 12 de Maio de 2015

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### TP 01/2015 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2015 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PINTURA ACRÍLICA NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI JUDITE DA ROCHA DALAGO, MARIA BITTENCOURT SAUT E RIO DO MEIO). PINTURA E REFORMA DO TELHADO NO JIM PADRE SÉRGIO MAYKOT, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 01 (Um) de Junho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 12 de Maio de 2015

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO Nº 041/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014  
CONVOCAÇÃO Nº 041/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CARLOS FRANCISCO ONOFRE, inscrito no CPF/MF sob nº 004.309.919-08, aprovado em 3º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o cargo de Professor II - Professor da Educação Física NÃO HABILITADO, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 13 de maio de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.  
OBS: Desconsiderar convocação anterior, em virtude do número do Processo Seletivo não estar correto.

Campo Alegre/SC, 11 de Maio de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

Leda Carina Munhoz Odia  
Secretária Municipal de Educação.

### CONVOCAÇÃO Nº 042/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014  
CONVOCAÇÃO Nº 042/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. PAULO ALEXANDRE MOSER, inscrito no CPF/MF sob nº 091.418.079-79, aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o cargo de Professor IV - Professor da Matemática NÃO HABILITADO, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 13 de maio de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.  
OBS: Desconsiderar convocação anterior, em virtude do número do Processo Seletivo não estar correto.

Campo Alegre/SC, 08 de Maio de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

Leda Carina Munhoz Odia  
Secretária Municipal de Educação.

### DECRETO Nº 9.002 DE 12 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 9.002 DE 12 DE MAIO DE 2015  
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 03; 04 e 05 do Conselho Municipal de Assistência Social, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 12 DE MAIO DE 2015

APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros em data de 08 de Maio de 2015, aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Demonstrativo Financeiro do Exercício de 2014, conforme anexo parte integrante desta Resolução.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.  
MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze.

PATRICK ONGHERO  
Primeiro Secretário do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
 SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social  
 DEMONSTRATIVO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL  
 SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 1. ÓRGÃO ENTE FEDERATIVO  
 (prefeitura / governo estadual / governo do DF)  
 Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
 CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77  
 Cidade: CAMPO ALEGRE  
 UF: SC  
 Endereço: Rua Cél. Bueno Franco 292  
 C.E.P.: 89294000  
 Telefone: (47) 3632-2266  
 Fax: (47) 363-2266  
 E-mail: gabinete@campoalegre.sc.gov.br  
 Prefeito: RUBENS BLASZKOWSKI  
 Nível de Gestão: Gestão Básica  
 Porte: PEQUENO I  
 I. DADOS CADASTRAIS  
 (secretaria ou órgãos congêneres)  
 Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
 CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77  
 Cidade: CAMPO ALEGRE  
 UF: SC  
 Endereço: Av. Dr. Getúlio Vargas 467  
 C.E.P.: 89294000  
 Telefone: (47) 3632-1622  
 Fax: (47) 3632-2482  
 E-mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br  
 Nome do Gestor: CAROLINA DA COSTA TELMA  
 2. ÓRGÃO GESTOR  
 Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 CGC/CNPJ: 01.610.999/0001-53  
 E-Mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br  
 Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistência Social ou Congenere  
 Telefone: (47) 3632-1568  
 Fax: (47)  
 Ato de Criação: 30  
 Ato de Criação: LEI  
 Número do Ato: 2147  
 3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Data de Assinatura: 20/03/1996  
 Data de Publicação: 20/03/1996  
 4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Endereço: Rua Jorge Lacerda 86  
 C.E.P.: 89294000  
 Telefone: (47) 3632-1568  
 Ato de Criação  
 Ato de Criação: LEI  
 Número do Ato: 2149  
 Data de Assinatura: 20/03/1996  
 Data de Publicação: 20/03/1996  
 4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO  
 Nome do Secretário: ZELIA INEZ LAVAL  
 4.2 CONSELHEIROS  
 CPF Nome Cargo Início do Mandato Fim do Mandato  
 970.183.099-72 Marcia Regina Schadeck Friedrich CONSELHEIRO(A) 01/09/2014 27/05/2015  
 004.612.069-60 Patrick Onghero CONSELHEIRO(A) TITULAR 01/09/2014 27/05/2015  
 048.507.609-88 Rudinei Jackson Medeiros dos Santos CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 063.271.969-93 Michele Engler CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 093.003.509-78 Ivo Kestering CONSELHEIRO(A) TITULAR

27/05/2013 27/05/2015  
 006.455.499-67 Edilson Pruckneski CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 418.332.019-49 Lilian Terezinha Bartsch CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 375.348.900-04 Elizete Teresinha Foletto Florencio CONSELHEIRO(A) TITULAR 01/09/2014 27/05/2015  
 014.794.559-38 Mario Cesar Deunisio CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 382.609.569-34 Maria Eliane Friedrich CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 646.333.149-04 Wanderleia Furtado CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 01/09/2014 27/05/2015  
 061.847.269-00 Rosenilda Aparecida Da Maia Cunha CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 003.381.069-95 Roseneide Maria de Souza CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 007.058.089-80 Eloá Cristhine Prim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 311.281.229-87 Marlene de Fatima Pessoa Machado Foitte CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 683.736.519-34 Deisi Estela Amorim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 034.040.519-80 Marco Aurélio Beckhauser CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 Fator 1 do IGD - Índice de Gestão Descentralizada PBF  
 0,77 0,73 0,73 0,73 0,73 0,73 0,76 0,76 0,76 0,00 0,00 0,00  
 Taxa - Frequência Escolar 0,94 0,94 0,94 0,94 0,83 0,83 0,94 0,94 0,92 0,00 0,00 0,00  
 Taxa - Agenda Saúde 0,92 0,78 0,78 0,78 0,78 0,78 0,78 0,78 0,78 0,00 0,00 0,00  
 Taxa - Qualidade Cadastral 0,85 0,85 0,85 0,84 0,92 0,92 0,93 0,93 0,93 0,00 0,00 0,00  
 Taxa - Atualização Cadastral 0,36 0,35 0,36 0,35 0,40 0,40 0,39 0,40 0,41 0,00 0,00 0,00  
 Ação Orçamentária / Taxas JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ  
 1. IGD PBF FÍSICO FINANCEIRO  
 II. PBF - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA  
 Financeiro 0,00  
 2.179,85  
 953,83 0,00 829,54 0,00 814,60 819,58 0,00 979,01  
 2.039,14 1.029,62  
 1- RECURSOS DE INCENTIVO A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGD  
 1.1 Recursos reprogramados de exercícios anteriores R\$ 26.759,11  
 1.2 Valores recebidos no exercício R\$ 9.645,17  
 1.3 Outros créditos ocorridos na conta vinculada R\$ 0,00  
 1.4 Valores de aplicações no mercado financeiro no exercício R\$ 815,04  
 1.5 Valores não aprovados pelo Conselho de Assistência Social e devolvidos para a conta do Fundo de Assistência Social (Municipal ou Estadual)  
 R\$ 0,00  
 1.6 Devolução de valores ao Fundo Nacional de Assistência Social  
 R\$ 0,00  
 1.7 Valores efetivamente executados no exercício R\$ 33.807,37  
 1.8 Saldo a reprogramar para o exercício seguinte R\$ 0,00  
 R:10.222.0.36 06129918909 201504291145 2732080

Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
 SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social  
 DEMONSTRATIVO SERVIÇOS / PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL  
 SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANO 2014

VERSÃO 1.0 Original

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77

Cidade: CAMPO ALEGRE

UF: SC

Endereço: RUA Coronel Bueno Franco 292

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-2266

Fax: (47) 363-2266

E-mail: gabinete@campoalegre.sc.gov.br

Prefeito: RUBENS BLASZKOWSKI

Nível de Gestão: Gestão Básica

Porte: PEQUENO I

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

I. DADOS CADASTRAIS

1. ÓRGÃO ENTE FEDERATIVO

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77

Cidade: CAMPO ALEGRE

UF: SC

Endereço: Av. Dr. Getúlio Vargas 467

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-1622

Fax: (47) 3632-2482

E-mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br

Nome do Gestor: CAROLINA DA COSTA TELMA

2. ÓRGÃO GESTOR

(secretaria ou órgãos congêneres)

3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CGC/CNPJ: 01.610.999/0001-53

E-Mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br

Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistência Social ou Congenere

Telefone: (47) 3632-1568

Fax: (47)

Ato de Criação

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2147

Data de Assinatura: 20/03/1996

Data de Publicação: 20/03/1996

4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Endereço: Rua Jorge Lacerda, nº 86

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-1568

Ato de Criação

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2149

Data de Assinatura: 20/03/1996

Data de Publicação: 20/03/1996

4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO

Nome do Secretário: ZELIA INEZ LAVAL

4.2 CONSELHEIROS

CPF Nome Cargo Início do

Mandato

Fim do

Mandato

970.183.099-72 Marcia Regina Schadeck Friedrich CONSELHEIRO(A) 01/09/2014 27/05/2015

004.612.069-60 Patrick Onghero CONSELHEIRO(A) TITULAR 01/09/2014 27/05/2015

048.507.609-88 Rudinei Jackson Medeiros dos Santos CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

063.271.969-93 Michele Engler CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

093.003.509-78 Ivo Kesting CONSELHEIRO(A) TITULAR

27/05/2013 27/05/2015

006.455.499-67 Edilson Pruckneski CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

418.332.019-49 Lilian Terezinha Bartsch CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

375.348.900-04 Elizete Teresinha Foletto Florencio CONSELHEIRO(A) TITULAR 01/09/2014 27/05/2015

014.794.559-38 Mario Cesar Deunisio CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

382.609.569-34 Maria Eliane Friedrich CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

646.333.149-04 Wanderleia Furtado CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 01/09/2014 27/05/2015

061.847.269-00 Rosenilda Aparecida da Maia Cunha CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

003.381.069-95 Roseneide Maria de Souza CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

007.058.089-80 Eloá Cristhine Prim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

311.281.229-87 Marlene de Fatima Pessoa Machado Foitte CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

683.736.519-34 Deisi Estela Amorim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

034.040.519-80 Marco Aurélio Beckhauser CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013

1.1 Saldo na conta corrente 136018 em 31/12/2013 R\$ 80.334,00

1.1 PISO BÁSICO FIXO

1. Proteção Social Básica

II. Execução Financeira

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 136018 (a partir de 2005) em 31/12/2013

R\$ 20.157,70 PBFI

Tipo de Conta Corrente

17159

Agência

127655

Conta Corrente

20.157,70

Saldo da Conta Corrente

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 42.000,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 5.450,24

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 147.941,94

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 98.844,33

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 18.598,01

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 1.900,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 R\$ 78.346,32

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 14.682,10

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 136018 em 31/12/2014 R\$ 45.642,47

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 136018 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 512,39

PBFI

Tipo de Conta Corrente

17159

Agência

127655

Conta Corrente

512.39

Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 31.472,76

1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013

1.1 Saldo na conta corrente 149969 em 31/12/2013 R\$ 0,00

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 149969 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 0,00

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 25.488,00

1.2 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 213,18

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 25.701,18

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 13.821,19

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 1.508,79

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.

R\$ 12.312,40

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 149969 em 31/12/2014 R\$ 11.879,99

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 149969 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 11.879,99

1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013

1.1 Saldo na conta corrente 146641 em 31/12/2013 R\$ 0,00

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 146641 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 754,77

BPC

Tipo de Conta Corrente

17159

Agência

121959

Conta Corrente

754,77

Saldo da Conta Corrente

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 240,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrências da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 49,37

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 1.044,14

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 0,00

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), R\$ 0,00

1.3 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO

pagos com recursos federais

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1. R\$ 0,00

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 146641 em 31/12/2014 R\$ 240,60

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 146641 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 798,72

BPC

Tipo de Conta Corrente

17159

Agência

121959

Conta Corrente

798.72

Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 1.039,32

1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013

1.1 Saldo na conta corrente 135968 em 31/12/2013 R\$ 0,00

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 135968 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 0,00

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal (consideram se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 2.067,20

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 1,73

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 2.068,93

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 0,00

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1. R\$ 0,00

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

2.1 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

2. Proteção Social Especial

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 135968 em 31/12/2014 R\$ 2.068,93

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 135968 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 2.068,93

III. Execução Física

Serviço Público Atendido Ref. Pactuação Expansão/Revisão de Qtd. Executada

Proteção Social Básica

Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV BPC na Escola - Questionário a ser aplicado Questionários a serem pagos 11 4

Proteção Social Básica

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Piso Básico Fixo Família Referenciada 2500 2500

Proteção Social Especial

Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos

Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com

deficiência, idosas e suas famílias

Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)

Pessoas com deficiência 0 12

Proteção Social Especial

Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos

Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com

deficiência, idosas e suas famílias

Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)

Idosos 0 34

IV. Resumo Executivo

1- DAS RECEITAS FEDERAIS

1.1 Receitas totais de Serviços R\$ 150.010,87

1.1.1 Proteção Social Básica R\$ 147.941,94

1.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO R\$ 147.941,94

1.1.2 Proteção Social Especial R\$ 2.068,93

1.1.2.1 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE R\$ 2.068,93

1.2 Receitas totais de Programas R\$ 26.745,32

1.2.1 Proteção Social Básica R\$ 26.745,32

1.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO R\$ 25.701,18

1.2.1.2 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO R\$ 1.044,14

2- DAS DESPESAS COM RECURSOS FEDERAIS

2.1 Despesas totais de Serviços R\$ 98.844,33

2.1.1 Proteção Social Básica R\$ 98.844,33

2.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO R\$ 98.844,33

2.1.2 Proteção Social Especial R\$ 0,00

Resumo das Informações

2.1.2.1 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE R\$ 0,00

2.2 Despesas totais de Programas R\$ 13.821,19

2.2.1 Proteção Social Básica R\$ 13.821,19

2.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO R\$ 13.821,19

2.2.1.2 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO R\$ 0,00

3- DA REPROGRAMAÇÃO

3.1 Recursos disponíveis para reprogramação dos Serviços R\$ 33.541,69

3.1.1 Proteção Social Básica R\$ 31.472,76

3.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO R\$ 31.472,76

3.1.2 Proteção Social Especial R\$ 2.068,93

3.1.2.1 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE R\$ 2.068,93

3.2 Recursos disponíveis para reprogramação dos Programas R\$ 12.919,31

3.2.1 Proteção Social Básica R\$ 12.919,31

3.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO R\$ 11.879,99

3.2.1.2 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO R\$ 1.039,32

4- DO COFINANCIAMENTO (Informações para o Gestor Federal)

4.1 Recursos próprios executados nos serviços/programas R\$ 96.637,70

4.2 Recursos transferidos pelo FEAS R\$ 61.251,92

V. COMENTÁRIO DO GESTOR

IGD-SUAS: O valor do campo 1.8 do saldo a ser reprogramado quando impresso demonstrou R\$ 2,00 e o correto seria R\$ 2.956,61. O sistema nos informou que seria capturado automaticamente. IGD-PBF: O valor do campo 1.8 do saldo a ser reprogramado quando impresso demonstrou R\$ 0,00 e o correto seria R\$ 3.311,99. O sistema nos informou que seria capturado automaticamente.

R:10.222.0.36 06129918909 2015042911452732080

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

DEMONSTRATIVO DO GESTÃO SUAS DO GOVERNO FEDERAL

SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. ÓRGÃO ENTE FEDERATIVO

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77

Cidade: CAMPO ALEGRE

UF: SC

Endereço: RUA Cel. Bueno Franco 292

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-2266

Fax: (47) 363-2266

E-mail: gabinete@campoalegre.sc.gov.br

Prefeito: RUBENS BLASZKOWSKI

Nível de Gestão: Gestão Básica

Porte: PEQUENO I

I. DADOS CADASTRAIS

(secretaria ou órgãos congêneres)

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77

Cidade: CAMPO ALEGRE

UF: SC

Endereço: AVENIDA Doutor Getúlio Vargas 467

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-1622

Fax: (47) 3632-2482

E-mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br

Nome do Gestor: CAROLINA DA COSTA TELMA

2. ÓRGÃO GESTOR

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CGC/CNPJ: 01.610.999/0001-53

E-Mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br

Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere

Telefone: (47) 3632-1568

Fax: (47)

Ato de Criação: 30

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2147

3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data de Assinatura: 20/03/1996

Data de Publicação: 20/03/1996

4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Endereço: Rua Jorge Lacerda, nº 86

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-1568

Ato de Criação

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2149

Data de Assinatura: 20/03/1996

Data de Publicação: 20/03/1996

4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO

Nome do Secretário: ZELIA INEZ LAVAL

4.2 CONSELHEIROS

CPF Nome Cargo Início do Mandato Fim do Mandato

970.183.099-72 Marcia Regina Schadeck Friedrich CONSELHEIRO(A) 01/09/2014 27/05/2015

004.612.069-60 Patrick Onghero CONSELHEIRO(A) TITULAR 01/09/2014 27/05/2015

048.507.609-88 Rudinei Jackson Medeiros Dos Santos CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

063.271.969-93 Michele Engler CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

093.003.509-78 Ivo Kesting CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

006.455.499-67 Edilson Pruckneski CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

418.332.019-49 Lilian Terezinha Bartsch CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

375.348.900-04 Elizete Teresinha Foletto Florencio CONSELHEIRO(A) TITULAR 01/09/2014 27/05/2015

014.794.559-38 Mario Cesar Deunisio CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

382.609.569-34 Maria Eliane Friedrich CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

646.333.149-04 Wanderleia Furtado CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 01/09/2014 27/05/2015

061.847.269-00 Rosenilda Aparecida da Maia Cunha CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

003.381.069-95 Roseneide Maria de Souza CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

007.058.089-80 Eloá Cristhine Prim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

311.281.229-87 Marlene de Fatima Pessoa Machado Foitte CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

683.736.519-34 Deisi Estela Amorim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

034.040.519-80 Marco Aurélio Beckhauser CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

Fator 1 do IGD - Índice de Gestão

Descentralizada SUAS

0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ID CRAS Médio 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Execução Financeira 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

Financeiro 0,00 550,92 550,92 550,92 550,92 0,00 550,92 0,00 0,00 0,00

1.333,11

0,00

Ação Orçamentária / Taxas JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ

1. IGD SUAS FÍSICO FINANCEIRO

II. SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1- RECURSOS DE INCENTIVO A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGD SUAS

1.1 Saldo disponível nas contas correntes em 31/12/2013 R\$ 9.801,56

1.2 Valores recebidos no exercício R\$ 4.638,63

1.3 Outros créditos ocorridos na conta corrente R\$ 0,00

1.4 Rendimentos de aplicações no mercado financeiro no exercício R\$ 442,22

1.5 Valores não aprovados pelo Conselho de Assistência Social e devolvidos para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social

R\$ 0,00

1.6 Devolução de valores ao Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 0,00

1.7 Valores efetivamente executados no exercício R\$ 0,00

1.7.1 Valores efetivamente executados no exercício com ações relativas à gestão R\$ 10.490,80

1.7.2 Valores efetivamente executados no exercício com ações relativas ao Conselho de Assistência Social

R\$ 1.435,00

1.8 Saldo a reprogramar para o exercício seguinte R\$ 2,00

R:10.222.0.36 06129918909 201504291145 2732080 Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 12 DE MAIO DE 2015

CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros em data de 08 de Maio de 2015, aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Convoca a VI Conferência Municipal de Assistência Social, sob o tema "Consolidar o SUAS de vez rumo à 2026 e o Lema é: Pacto Republicano do SUAS rumo a 2026 – O SUAS que temos e o SUAS que queremos", a ser realizada em data de 10 de Junho de 2015, tendo como local o ESPAÇO CULTURAL "Profª. SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON", situado a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro, Município de Campo Alegre/SC., no horário das 08hs às 11hs e 30min. e das 13hs e 30min. às 17hs.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

PATRICK ONGHERO  
Primeiro Secretário do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 12 DE MAIO DE 2015

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA PARA A VI  
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros em data de 08 de Maio de 2015, aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Nomeia membros para comporem a Comissão Organizadora da VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pelos seguintes Conselheiros

1. Marcia Regina Schadeck Friedrich;
2. Mario César Deunísio;
3. Elisete Terezinha Foletto Florêncio;
4. Rosenilda Aparecida da Maia Cunha;
5. Elizabeth Kesting;
6. Ivo Kesting.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.  
MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH  
Presidente do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

PATRICK ONGHERO  
Primeiro Secretário do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

### DECRETO Nº 9.003 DE 12 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 9.003 DE 12 DE MAIO DE 2015  
DISPÕE SOBRE FECHAMENTO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS NO  
DIA 17 DE MAIO DE 2015, POR OCASIÃO DO 6º ENCONTRO DE  
OPALAS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:  
Art.1º) Fica autorizado o fechamento da Av. Dr. Getúlio Vargas e da Rua Cel. Bento D' Amorim, no Centro do Município, nas imediações do Calçadão Cascatinha, por ocasião do 6º ENCONTRO DE OPALAS, que acontecerá em data de 17 de Maio de 2015.

§ 1º - A Rua Cél. Bento D'Amorim será interditada entre da esquina da Rua Pe. Lino Jacob Vier até a esquina com a Avenida Dr. Getúlio Vargas a partir das 08:00 hs até as 18:00 hs do dia 17/05/2015 (Domingo).

§ 2º - A Avenida Dr. Getúlio Vargas será interditada: entre as ruas Nereu Ramos e Benjamin Constant a partir das 08:00 hs até as 18:00 hs do dia 17/05/2015 (Domingo).

Art.2º) As Polícias Militar, Rodoviária e Civil deverão ser informadas do fechamento das ruas e da realização do Evento citado no Art. 1º deste Decreto, a fim de promoverem a segurança pública no local.

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 9.004 DE 13 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 9.004 DE 13 DE MAIO DE 2015  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar PAULO ALEXANDRE MOSER, para exercer o cargo de Professor IV, para exercer a função de Professor de Matemática, Registro no Sistema sob o nº 955464, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.917,78 (um mil, novecentos e dezessete reais, setenta e oito centavos) mensais, pelo período de 13 de Maio de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único - A contratação em virtude do Contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 007/2014, em 2º lugar "não habilitado", Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de Maio de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.005 DE 13 DE MAIO DE 2015**

DECRETO Nº 9.005 DE 13 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.298 de 13 de Maio de 2015; Decreta: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
20.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 7.000,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
20.606.0028.1.039 -	Distribuição de Calcário			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 7.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.006 DE 13 DE MAIO DE 2015**

DECRETO Nº 9.006 DE 13 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.299 de 13 de Maio de 2015; Decreta: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.245,10 (vinte

mil, duzentos e quarenta e cinco reais, dez centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar			
400000.00.896 -	Despesas de Capital			
440000.00.896 -	Investimentos			
449000.00.896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 20.245,10			

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações Parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
22.661.0041.1.014 -	Criação de Incubadora de Empresas			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 976,10		
339035.00.896 -	Serviços de Consultoria	R\$ 5.352,50		
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 5.352,50		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 8.564,00		
	TOTAL	R\$ 20.245,10		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 055/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 055/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 055/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – PNAE – AEE – Assistência Ensino Especial, em data de 20 de Abril de 2015, no valor de R\$ 56.940,51 (cincoenta e seis mil novecentos e quarenta reais, cinquenta e um centavos).

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 056/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 056/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 056/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO MS – PACS – Programa Agentes Comunitários de Saúde, em data de 05 de Maio de 2015, no valor de R\$ 16.224,00 (dezesesseis mil, duzentos e vinte e quatro reais)

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 057/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 057/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 057/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO MS – ESF – Estratégia Saúde na Família, em data de 05 de Maio de 2015, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 058/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 058/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 058/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de

Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO MS – Programa Saúde Bucal, em data de 05 de Maio de 2015, no valor de R\$ 2.230,00 (dois mil duzentos e trinta reais)

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 059/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 059/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 059/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO MS – PAB – Programa Atenção Básica, em data de 08 de Maio de 2015, no valor de R\$ 25.493,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e noventa e três reais).

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 060/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 060/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 060/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO MS – Programa Farmácia Básica, em data de 05 de Maio de 2015, no valor de R\$ 4.996,73 (quatro mil, novecentos e noventa e seis reais, setenta e três centavos).

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

**LEI Nº 4.298 DE 13 DE MAIO DE 2015**

LEI Nº 4.298 DE 13 DE MAIO DE 2015

**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
20.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 7.000,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
20.606.0028.1.039 -	Distribuição de Calcário			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 7.000,00		

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 4.299 DE 13 DE MAIO DE 2015**

LEI Nº 4.299 DE 13 DE MAIO DE 2015

**ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.245,10 (vinte mil, duzentos e quarenta e cinco reais, dez centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar			
400000.00.896 -	Despesas de Capital			
440000.00.896 -	Investimentos			
449000.00.896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 20.245,10		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulações Parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
22.661.0041.1.014 -	Criação de Incubadora de Empresas			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 976,10		
339035.00.896 -	Serviços de Consultoria	R\$ 5.352,50		
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 5.352,50		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 8.564,00		
	TOTAL	R\$ 20.245,10		

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**RESOLUÇÃO Nº 001 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO BALANCETE FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2005.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte:

**RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Balancetes Financeiro do Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de dezembro de 2005 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de fevereiro de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde  
de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 002 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 002 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006  
APROVAÇÃO DO PACTO DE INDICADORES DA ATENÇÃO BÁSICA –  
RETIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO SEMESTRAL/2005.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a Retificação da Avaliação Semestral dos indicadores da Atenção Básica do ano de 2005 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de fevereiro de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 003 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 003 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006  
APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUICAL NO MUNICÍPIO  
DE CAMPO ALEGRE/2006.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado com restrições, sendo sugerido pelos Conselheiros a ampliação do Programa para as Escolas Estaduais (distrito de Bateias de Baixo, Distrito de Fragosos e Centro), no segundo Semestre do corrente ano.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de fevereiro de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 004 DE 10 DE ABRIL DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº 04 DE 10 DE ABRIL DE 2006  
APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DE EXECUÇÃO FÍSICO/FINANCEIRA, RELATIVO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CO-FINANCIAMENTO FEDERAL DO ANO DE 2005.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprovação do DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DE EXECUÇÃO FÍSICO/FINANCEIRA, RELATIVO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CO-FINANCIAMENTO FEDERAL DO ANO DE 2005 (01/01/2005 a 31/12/2005).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 10 de abril de 2006.  
VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e seis.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS  
Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 004 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 004 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006  
APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;  
**RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Calendário Anual da Reuniões do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de fevereiro de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 005 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006

APROVAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2005/2009 REFERENTE AO OFÍCIO 10/05 DA GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;  
**RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a Complementação do Plano Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC. – 2005/2009.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de fevereiro de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 006 DE 13 DE MARÇO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 006 DE 13 DE MARÇO DE 2006

APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES (FUNASA).

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz

saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;  
**RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Projeto de Execução de Melhorias Sanitárias Domiciliares no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de março de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 007 DE 18 DE ABRIL DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 007 DE 18 DE ABRIL DE 2006

APROVAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2006 PARA CLÍNICAS E PROFISSIONAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;  
**RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado o Edital de Credenciamento nº 24/2006, para Clínicas e Profissionais para a Prestação de Serviços Médicos; Exames de Média Complexidade com valores diferenciados da Tabela SUS, com base e, Tabelas de Valores já pagos.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de abril de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 008 DE 18 DE ABRIL DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 008 DE 18 DE ABRIL DE 2006

APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;  
**RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, alteração do Estatuto e a composição do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de abril de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 009 DE 18 DE ABRIL DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 009 DE 18 DE ABRIL DE 2006  
APROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DO LABORATÓRIO SANTA CATARINA S/C LTDA.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;  
**RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, solicitação do Credenciamento do Laboratório de Santa Catarina S/C Ltda. LABSCA, no Município de São Bento do Sul para o Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de abril de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 010 DE 19 DE MAIO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 010 DE 19 DE MAIO DE 2006  
APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO E A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;  
**RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, a alteração no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, a qual deixa de exigir que o Conselheiro seja residente no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Fica aprovada a nova composição do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 19 de maio de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 011 DE 19 DE MAIO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 011 DE 19 DE MAIO DE 2006  
APROVAÇÃO DOS INDICADORES DA ATENÇÃO BÁSICA 2006 DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;  
**RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, os indicadores da Atenção Básica 2006 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 19 de maio de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 012 DE 19 DE MAIO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 012 DE 19 DE MAIO DE 2006

APROVAÇÃO DO ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA CONVITE A DIREÇÃO DO HOSPITAL SÃO LUIZ.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o envio de correspondência a Direção do Hospital São Luiz, aos profissionais médicos e da saúde, para análise da taxa de mortalidade infantil no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 19 de maio de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 013 DE 19 DE MAIO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 013 DE 19 DE MAIO DE 2006

APROVAÇÃO DA PPI DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA 2006 DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a Programação Pactuada e Integrada (PPI) da Vigilância Epidemiológica 2006 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 19 de maio de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 014 DE 19 DE MAIO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 014 DE 19 DE MAIO DE 2006

APROVAÇÃO DO RECEBIMENTO DE DOAÇÃO DE APARELHO DE ELETROCARDIOGRAMA PELA CASA BETHÂNIA "MARIA DOS APÓSTOLOS".

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, o recebimento efetuado por doação de aparelho de eletrocardiograma, pela Casa Bethânia "Maria dos Apóstolos", no valor de R\$ 3.312,00 (três mil, trezentos e doze reais), para o Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 19 de maio de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 015 DE 19 DE MAIO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 015 DE 19 DE MAIO DE 2006

APROVAÇÃO DA LISTA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS A SEREM ADQUIRIDOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO".

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, a lista de Medicamentos Básicos a serem adquiridos para o período de quatro meses para abastecer as Farmácias Básicas das Unidades de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 19 de maio de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e seis.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 016 DE 18 DE AGOSTO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 016 DE 18 DE AGOSTO DE 2006

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO BALANCETE FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANEIRO À JUNHO DE 2006.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, o Balancete Financeiro do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de Janeiro a Junho de 2006 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de agosto de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 017 DE 18 DE AGOSTO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 017 DE 18 DE AGOSTO DE 2006

APROVAÇÃO DO SIOPS – SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE DO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 2005.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, o SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde do Segundo Semestre do ano de 2005.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de agosto de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 018 DE 18 DE AGOSTO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 018 DE 18 DE AGOSTO DE 2006

APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2005 DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, o Relatório de Gestão do exercício de 2005 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de agosto de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 019 DE 18 DE AGOSTO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 019 DE 18 DE AGOSTO DE 2006

APROVA A INDICAÇÃO DE NOVA SECRETÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a indicação da nova Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, assumindo o referido cargo: SILMARA MALINOVSKI WOLLNER, em substituição a Secretária Executiva: FLÁVIA NUNES PATRÍCIO.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de agosto de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 02 DE 03 DE OUTUBRO DE 2006**

COMISSÃO PROVISÓRIA DE DOAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS IMPRESTÁVEIS.

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 03 DE OUTUBRO DE 2006

DECLARA IMPRESTÁVEL O BEM MÓVEL QUE MENCIONA

A Comissão Municipal Provisória de Doação e Destinação de Bens Imprestáveis ao Serviço Público Municipal de Campo Alegre/SC, foi até a sede da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Carlos Frederico Adolfo Schneider”, vistoriar e selecionar aproximadamente 5.000 (cinco mil) telhas de barro usadas.

Assim sendo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 4.362/2006; RESOLVE:

Art.1º) Declarar imprestáveis ao Serviço Público Municipal as Telhas de Barro retiradas da cobertura do prédio sede da Escola acima epigrafada, as referidas telhas foram substituídas por novas telhas.

Parágrafo Único – As Telhas declaradas imprestáveis, não possuem valor de mercado em razão de não apresentarem condições técnicas de utilização conforme especificações técnicas pertinentes, por este motivo serão doadas para fins Assistenciais o qual será entregue a Srª. VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER – CHEFE DO Serviço de Bem Estar Social, que fará as devidas doações.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 03 de Outubro de 2006.

LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH LAÉRCIO TELLES

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO MARIA CRISTINA M. MUNHOZ

ROSANA EMÍLIA GREIPEL

**RESOLUÇÃO Nº 020 DE 18 DE AGOSTO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 020 DE 18 DE AGOSTO DE 2006

ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2006 PARA CLÍNICAS E PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Tendo em vista a dificuldade de Credenciamento de Pessoas Físicas para a Prestação de Serviços Consultas, Exames (Edital Credenciamento nº 24/2006), em razão do desconto do INSS (parte patronal), como também do valor da Consulta bem inferior das demais Especialidades e considerando que as Clínicas não prestam todos os serviços necessários ao Atendimento de Saúde,, Sendo assim o Edital de Credenciamento nº 24/2006 (os itens nº 1.1.1 e 1.1.3), deverão ser retificados sendo o percentual de 20% (vinte por cento) de responsabilidade do Município e também o valor da Consulta Ortopédica – Código SAI/SUS 07012268 no valor de R\$ 30,00 (trinta reais).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de agosto de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 021 DE 18 DE AGOSTO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 021 DE 18 DE AGOSTO DE 2006

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR EM DATA DE 19 DE MAIO DE 2006.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições, a Ata da Reunião anterior datada de 19 de maio de 2006.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de agosto de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 022 DE 18 DE OUTUBRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 022 DE 18 DE OUTUBRO DE 2006

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR EM DATA DE 16 DE AGOSTO DE 2006.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições, a Ata da Reunião anterior datada de 16 de agosto de 2006.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de outubro de 2006.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 023 DE 18 DE OUTUBRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 023 DE 18 DE OUTUBRO DE 2006  
INDICAÇÃO E APROVAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições, a relação dos nomes dos representantes do Conselho Municipal de Saúde, para comporem o Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de outubro de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 024 DE 18 DE OUTUBRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 024 DE 18 DE OUTUBRO DE 2006  
APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA FAZER PARTE INTEGRANTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL – CIS/AMUNESC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições, a Autorização deste Conselho Municipal de Saúde para que o Município de Campo Alegre/SC., permaneça parte integrante do Consórcio Intermunicipal – CIS/AMUNESC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de outubro de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 025 DE 18 DE OUTUBRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 025 DE 18 DE OUTUBRO DE 2006  
APRESENTAÇÃO DO PRÉ PROJETO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. AO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Foi apresentado ao Conselho Municipal de Saúde o Pré Projeto o qual foi enviado ao Ministério da Saúde.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de outubro de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 026 DE 18 DE OUTUBRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 026 DE 18 DE OUTUBRO DE 2006  
APROVAÇÃO DO SIOPS DO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2006.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Relatório SIOPS do Primeiro Semestre do ano de 2006, do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de outubro de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 027 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 027 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006  
APROVAÇÃO DA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS –  
2007 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de novembro de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 028 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 028 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006  
APROVAÇÃO DO BALANCETE FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DOS MESES DE JULHO; AGOSTO; SETEMBRO E OUTUBRO DE 2006.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados sem restrições os Balancetes Financeiros do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Campo Alegre/SC., dos meses de Julho; Agosto; Setembro e Outubro do ano de 2006.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de novembro de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 029 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 029 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006  
DETERMINA PRAZO E SOLICITA RESPOSTA QUANTO INTERESSE DE CREDENCIAMENTO COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) O Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., determina o prazo e solicita resposta oficial quanto ao interesse e possibilidade de Credenciamento com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., às empresas que ainda não manifestaram interesse de forma oficial, ficando assim aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde a solicitação de resposta o mais rápido possível, tendo em vista que é necessário encerrar o referido Credenciamento e reiniciar um novo para o próximo ano.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de novembro de 2006.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 03 DE 12 DE MAIO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº 03 DE 12 DE MAIO DE 2015  
APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros em data de 08 de Maio de 2015, aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Demonstrativo Financeiro do Exercício de 2014, conforme anexo parte integrante desta Resolução.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.  
MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze.

#### PATRICK ONGHERO

Primeiro Secretário do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

DEMONSTRATIVO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### 1. ÓRGÃO ENTE FEDERATIVO

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77

Cidade: CAMPO ALEGRE

UF: SC

Endereço: Rua Cél. Bueno Franco 292

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-2266

Fax: (47) 363-2266

E-mail: gabinete@campoalegre.sc.gov.br

Prefeito: RUBENS BLASZKOWSKI

Nível de Gestão: Gestão Básica

Porte: PEQUENO I

#### I. DADOS CADASTRAIS

(secretaria ou órgãos congêneres)

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77

Cidade: CAMPO ALEGRE

UF: SC

Endereço: Av. Dr. Getúlio Vargas 467

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-1622

Fax: (47) 3632-2482

E-mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br

Nome do Gestor: CAROLINA DA COSTA TELMA

#### 2. ÓRGÃO GESTOR

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CGC/CNPJ: 01.610.999/0001-53

E-Mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br

Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere

Telefone: (47) 3632-1568

Fax: (47)

Ato de Criação: 30

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2147

#### 3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data de Assinatura: 20/03/1996

Data de Publicação: 20/03/1996

#### 4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Endereço: Rua Jorge Lacerda 86

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-1568

Ato de Criação

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2149

Data de Assinatura: 20/03/1996

Data de Publicação: 20/03/1996

#### 4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO

Nome do Secretário: ZELIA INEZ LAVAL

#### 4.2 CONSELHEIROS

CPF Nome Cargo Início do Mandato Fim do Mandato

970.183.099-72 Marcia Regina Schadeck Friedrich CONSELHEIRO(A) 01/09/2014 27/05/2015

004.612.069-60 Patrick Onghero CONSELHEIRO(A) TITULAR 01/09/2014 27/05/2015

048.507.609-88 Rudinei Jackson Medeiros dos Santos CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

063.271.969-93 Michele Engler CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

093.003.509-78 Ivo Kesting CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

006.455.499-67 Edilson Pruckneski CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

418.332.019-49 Lilian Terezinha Bartsch CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

375.348.900-04 Elizete Teresinha Foletto Florencio CONSELHEIRO(A) TITULAR 01/09/2014 27/05/2015

014.794.559-38 Mario Cesar Deunisio CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

382.609.569-34 Maria Eliane Friedrich CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

646.333.149-04 Wanderleia Furtado CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 01/09/2014 27/05/2015

061.847.269-00 Rosenilda Aparecida Da Maia Cunha CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

003.381.069-95 Roseneide Maria de Souza CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

007.058.089-80 Eloá Cristhine Prim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

311.281.229-87 Marlene de Fatima Pessoa Machado Foitte CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

683.736.519-34 Deisi Estela Amorim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

034.040.519-80 Marco Aurélio Beckhauser CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

Fator 1 do IGD - Índice de Gestão

Descentralizada PBF

0,77 0,73 0,73 0,73 0,73 0,76 0,76 0,76 0,00 0,00 0,00

Taxa - Frequência Escolar 0,94 0,94 0,94 0,94 0,83 0,83 0,94 0,94 0,92 0,00 0,00 0,00

Taxa - Agenda Saúde 0,92 0,78 0,78 0,78 0,78 0,78 0,78 0,78 0,00 0,00 0,00

Taxa - Qualidade Cadastral 0,85 0,85 0,85 0,84 0,92 0,92 0,93 0,93 0,93 0,00 0,00 0,00

Taxa - Atualização Cadastral 0,36 0,35 0,36 0,35 0,40 0,40 0,39 0,40 0,41 0,00 0,00 0,00

Ação Orçamentária / Taxas JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ

1. IGD PBF FÍSICO FINANCEIRO

II. PBF - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Financeiro 0,00

2.179,85

953,83 0,00 829,54 0,00 814,60 819,58 0,00 979,01

2.039,14 1.029,62

1- RECURSOS DE INCENTIVO A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGD

1.1 Recursos reprogramados de exercícios anteriores R\$ 26.759,11

1.2 Valores recebidos no exercício R\$ 9.645,17

1.3 Outros créditos ocorridos na conta vinculada R\$ 0,00

1.4 Valores de aplicações no mercado financeiro no exercício R\$ 815,04

1.5 Valores não aprovados pelo Conselho de Assistência Social e devolvidos para a conta do Fundo de Assistência Social (Municipal ou Estadual) R\$ 0,00

1.6 Devolução de valores ao Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 0,00

1.7 Valores efetivamente executados no exercício R\$ 33.807,37

1.8 Saldo a reprogramar para o exercício seguinte R\$ 0,00

R:10.222.0.36 06129918909 201504291145 2732080

Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social  
DEMONSTRATIVO SERVIÇOS / PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ANO 2014

VERSÃO 1.0 Original

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77

Cidade: CAMPO ALEGRE

UF: SC

Endereço: RUA Coronel Bueno Franco 292

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-2266

Fax: (47) 363-2266

E-mail: gabinete@campoalegre.sc.gov.br

Prefeito: RUBENS BLASZKOWSKI

Nível de Gestão: Gestão Básica

Porte: PEQUENO I

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

I. DADOS CADASTRAIS

1. ÓRGÃO ENTE FEDERATIVO

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77

Cidade: CAMPO ALEGRE

UF: SC

Endereço: Av. Dr. Getúlio Vargas 467

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-1622

Fax: (47) 3632-2482

E-mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br

Nome do Gestor: CAROLINA DA COSTA TELMA

2. ÓRGÃO GESTOR

(secretaria ou órgãos congêneres)

3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CGC/CNPJ: 01.610.999/0001-53

E-Mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br

Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistência Social ou Congenere

Telefone: (47) 3632-1568

Fax: (47)

Ato de Criação

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2147

Data de Assinatura: 20/03/1996

Data de Publicação: 20/03/1996

4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Endereço: Rua Jorge Lacerda, nº 86

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-1568

Ato de Criação

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 2149

Data de Assinatura: 20/03/1996

Data de Publicação: 20/03/1996

4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO

Nome do Secretário: ZELIA INEZ LAVAL

4.2 CONSELHEIROS

CPF Nome Cargo Início do

Mandato

Fim do

Mandato

970.183.099-72 Marcia Regina Schadeck Friedrich CONSELHEIRO(A)

01/09/2014 27/05/2015

004.612.069-60 Patrick Onghero CONSELHEIRO(A) TITULAR  
01/09/2014 27/05/2015

048.507.609-88 Rudinei Jackson Medeiros dos Santos CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

063.271.969-93 Michele Engler CONSELHEIRO(A) TITULAR  
27/05/2013 27/05/2015

093.003.509-78 Ivo Kestering CONSELHEIRO(A) TITULAR  
27/05/2013 27/05/2015

006.455.499-67 Edilson Pruckneski CONSELHEIRO(A) TITULAR  
27/05/2013 27/05/2015

418.332.019-49 Lilian Terezinha Bartsch CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015

375.348.900-04 Elizete Teresinha Foletto Florencio CONSELHEIRO(A) TITULAR 01/09/2014 27/05/2015

014.794.559-38 Mario Cesar Deunisio CONSELHEIRO(A) TITULAR  
27/05/2013 27/05/2015

382.609.569-34 Maria Eliane Friedrich CONSELHEIRO(A) TITULAR  
27/05/2013 27/05/2015

646.333.149-04 Wanderleia Furtado CONSELHEIRO(A) SUPLENTE  
01/09/2014 27/05/2015

061.847.269-00 Rosenilda Aparecida da Maia Cunha CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

003.381.069-95 Roseneide Maria de Souza CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

007.058.089-80 Eloá Cristhine Prim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE  
27/05/2013 27/05/2015

311.281.229-87 Marlene de Fatima Pessoa Machado Foitte CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

683.736.519-34 Deisi Estela Amorim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE  
27/05/2013 27/05/2015

034.040.519-80 Marco Aurélio Beckhauser CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015

1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013

1.1 Saldo na conta corrente 136018 em 31/12/2013 R\$ 80.334,00

1.1 PISO BÁSICO FIXO

1. Proteção Social Básica

II. Execução Financeira

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 136018 (a partir de 2005) em 31/12/2013

R\$ 20.157,70 PBFI

Tipo de Conta Corrente

17159

Agência

127655

Conta Corrente

20.157,70

Saldo da Conta Corrente

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal (consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 42.000,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 5.450,24

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 147.941,94

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 98.844,33

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 18.598,01

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 1.900,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e

2.1.R\$ 78.346,32  
 2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 14.682,10  
 2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00  
 3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014  
 3.1 Saldo financeiro na conta corrente 136018 em 31/12/2014 R\$ 45.642,47  
 3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 136018 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 512,39  
 PBF  
 Tipo de Conta Corrente  
 17159  
 Agência  
 127655  
 Conta Corrente  
 512.39  
 Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014  
 4- REPROGRAMAÇÃO  
 4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 31.472,76  
 1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013  
 1.1 Saldo na conta corrente 149969 em 31/12/2013 R\$ 0,00  
 1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 149969 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 0,00  
 1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 25.488,00  
 1.2 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO  
 1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 213,18  
 1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 25.701,18  
 2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014  
 2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 13.821,19  
 2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00  
 2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 1.508,79  
 2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00  
 2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.  
 R\$ 12.312,40  
 2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 0,00  
 2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00  
 3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014  
 3.1 Saldo financeiro na conta corrente 149969 em 31/12/2014 R\$ 11.879,99  
 3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 149969 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00  
 4- REPROGRAMAÇÃO  
 4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 11.879,99  
 1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013  
 1.1 Saldo na conta corrente 146641 em 31/12/2013 R\$ 0,00  
 1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 146641 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 754,77  
 BPC  
 Tipo de Conta Corrente  
 17159

Agência  
 121959  
 Conta Corrente  
 754,77  
 Saldo da Conta Corrente  
 1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 240,00  
 1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrências da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 49,37  
 1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 1.044,14  
 2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014  
 2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 0,00  
 2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00  
 2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00  
 2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), R\$ 0,00  
 1.3 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO pagos com recursos federais  
 2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1. R\$ 0,00  
 2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 0,00  
 2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00  
 3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014  
 3.1 Saldo financeiro na conta corrente 146641 em 31/12/2014 R\$ 240,60  
 3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 146641 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 798,72  
 BPC  
 Tipo de Conta Corrente  
 17159  
 Agência  
 121959  
 Conta Corrente  
 798.72  
 Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014  
 4- REPROGRAMAÇÃO  
 4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 1.039,32  
 1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013  
 1.1 Saldo na conta corrente 135968 em 31/12/2013 R\$ 0,00  
 1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 135968 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 0,00  
 1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal (consideram se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 2.067,20  
 1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 1,73  
 1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 2.068,93  
 2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014  
 2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 0,00  
 2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00  
 2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00  
 2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos

com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 R\$ 0,00

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

2.1 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

2. Proteção Social Especial

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 135968 em 31/12/2014 R\$ 2.068,93

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 135968 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 2.068,93

III. Execução Física

Serviço Público Atendido Ref. Pactuação Expansão/Revisão

de Qtd. Executada

Proteção Social Básica

Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV BPC na Escola - Questionário a ser aplicado Questionários a serem pagos 11 4

Proteção Social Básica

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Piso Básico Fixo Família Referenciada 2500 2500

Proteção Social Especial

Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos

Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com

deficiência, idosas e suas famílias

Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para

Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)

Pessoas com deficiência 0 12

Proteção Social Especial

Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos

Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com

deficiência, idosas e suas famílias

Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para

Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)

Idosos 0 34

IV. Resumo Executivo

1- DAS RECEITAS FEDERAIS

1.1 Receitas totais de Serviços R\$ 150.010,87

1.1.1 Proteção Social Básica R\$ 147.941,94

1.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO R\$ 147.941,94

1.1.1.2 Proteção Social Especial R\$ 2.068,93

1.1.2.1 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE R\$ 2.068,93

1.2 Receitas totais de Programas R\$ 26.745,32

1.2.1 Proteção Social Básica R\$ 26.745,32

1.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO

R\$ 25.701,18

1.2.1.2 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO R\$ 1.044,14

2- DAS DESPESAS COM RECURSOS FEDERAIS

2.1 Despesas totais de Serviços R\$ 98.844,33

2.1.1 Proteção Social Básica R\$ 98.844,33

2.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO R\$ 98.844,33

2.1.2 Proteção Social Especial R\$ 0,00

Resumo das Informações

2.1.2.1 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE R\$ 0,00

2.2 Despesas totais de Programas R\$ 13.821,19

2.2.1 Proteção Social Básica R\$ 13.821,19

2.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO

R\$ 13.821,19

2.2.1.2 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO R\$ 0,00

3- DA REPROGRAMAÇÃO

3.1 Recursos disponíveis para reprogramação dos Serviços R\$ 33.541,69

3.1.1 Proteção Social Básica R\$ 31.472,76

3.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO R\$ 31.472,76

3.1.2 Proteção Social Especial R\$ 2.068,93

3.1.2.1 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE R\$ 2.068,93

3.2 Recursos disponíveis para reprogramação dos Programas R\$ 12.919,31

3.2.1 Proteção Social Básica R\$ 12.919,31

3.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO

R\$ 11.879,99

3.2.1.2 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO R\$ 1.039,32

4- DO COFINANCIAMENTO (Informações para o Gestor Federal)

4.1 Recursos próprios executados nos serviços/programas R\$ 96.637,70

4.2 Recursos transferidos pelo FEAS R\$ 61.251,92

V. COMENTÁRIO DO GESTOR

IGD-SUAS: O valor do campo 1.8 do saldo a ser reprogramado quando impresso demonstrou R\$ 2,00

e o correto seria R\$ 2.956,61. O sistema nos informou que seria capturado automaticamente. IGDPBF:

O valor do campo 1.8 do saldo a ser reprogramado quando impresso demonstrou R\$ 0,00 e o

correto seria R\$ 3.311,99. O sistema nos informou que seria capturado automaticamente.

R:10.222.0.36 06129918909 2015042911452732080

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

DEMONSTRATIVO DO GESTÃO SUAS DO GOVERNO FEDERAL

SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. ÓRGÃO ENTE FEDERATIVO

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77

Cidade: CAMPO ALEGRE

UF: SC

Endereço: RUA Cel. Bueno Franco 292

C.E.P.: 89294000

Telefone: (47) 3632-2266

Fax: (47) 363-2266

E-mail: gabinete@campoalegre.sc.gov.br

Prefeito: RUBENS BLASZKOWSKI

Nível de Gestão: Gestão Básica

Porte: PEQUENO I

I. DADOS CADASTRAIS

(secretaria ou órgãos congêneres)

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CGC/CNPJ: 83.102.749/0001-77  
 Cidade: CAMPO ALEGRE  
 UF: SC  
 Endereço: AVENIDA Doutor Getúlio Vargas 467  
 C.E.P.: 89294000  
 Telefone: (47) 3632-1622  
 Fax: (47) 3632-2482  
 E-mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br  
 Nome do Gestor: CAROLINA DA COSTA TELMA  
 2. ÓRGÃO GESTOR  
 Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 CGC/CNPJ: 01.610.999/0001-53  
 E-Mail: assistenciasocial@campoalegre.sc.gov.br  
 Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistência Social ou Congenere  
 Telefone: (47) 3632-1568  
 Fax: (47)  
 Ato de Criação: 30  
 Ato de Criação: LEI  
 Número do Ato: 2147  
 3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Data de Assinatura: 20/03/1996  
 Data de Publicação: 20/03/1996  
 4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Endereço: Rua Jorge Lacerda, nº 86  
 C.E.P.: 89294000  
 Telefone: (47) 3632-1568  
 Ato de Criação  
 Ato de Criação: LEI  
 Número do Ato: 2149  
 Data de Assinatura: 20/03/1996  
 Data de Publicação: 20/03/1996  
 4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO  
 Nome do Secretário: ZELIA INEZ LAVAL  
 4.2 CONSELHEIROS  
 CPF Nome Cargo Início do Mandato Fim do Mandato  
 970.183.099-72 Marcia Regina Schadeck Friedrich CONSELHEIRO(A) 01/09/2014 27/05/2015  
 004.612.069-60 Patrick Onghero CONSELHEIRO(A) TITULAR 01/09/2014 27/05/2015  
 048.507.609-88 Rudinei Jackson Medeiros Dos Santos CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 063.271.969-93 Michele Engler CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 093.003.509-78 Ivo Kestering CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 006.455.499-67 Edilson Pruckneski CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 418.332.019-49 Lilian Terezinha Bartsch CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 375.348.900-04 Elizete Teresinha Foletto Florencio CONSELHEIRO(A) TITULAR 01/09/2014 27/05/2015  
 014.794.559-38 Mario Cesar Deunisio CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 382.609.569-34 Maria Eliane Friedrich CONSELHEIRO(A) TITULAR 27/05/2013 27/05/2015  
 646.333.149-04 Wanderleia Furtado CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 01/09/2014 27/05/2015  
 061.847.269-00 Rosenilda Aparecida da Maia Cunha CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 003.381.069-95 Roseneide Maria de Souza CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 007.058.089-80 Eloá Cristhine Prim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 311.281.229-87 Marlene de Fatima Pessoa Machado Foitte CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 683.736.519-34 Deisi Estela Amorim CONSELHEIRO(A) SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 034.040.519-80 Marco Aurélio Beckhauser CONSELHEIRO(A)

SUPLENTE 27/05/2013 27/05/2015  
 Fator 1 do IGD - Índice de Gestão Descentralizada SUAS  
 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 ID CRAS Médio 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 0,00 0,00  
 Execução Financeira 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 0,00 0,00 0,00  
 Financeiro 0,00 550,92 550,92 550,92 550,92 0,00 550,92 0,00 0,00 0,00  
 1.333,11  
 0,00  
 Ação Orçamentária / Taxas JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ  
 1. IGD SUAS FÍSICO FINANCEIRO  
 II. SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 1- RECURSOS DE INCENTIVO A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGD SUAS  
 1.1 Saldo disponível nas contas correntes em 31/12/2013 R\$ 9.801,56  
 1.2 Valores recebidos no exercício R\$ 4.638,63  
 1.3 Outros créditos ocorridos na conta corrente R\$ 0,00  
 1.4 Rendimentos de aplicações no mercado financeiro no exercício R\$ 442,22  
 1.5 Valores não aprovados pelo Conselho de Assistência Social e devolvidos para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 0,00  
 1.6 Devolução de valores ao Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 0,00  
 1.7 Valores efetivamente executados no exercício R\$ 0,00  
 1.7.1 Valores efetivamente executados no exercício com ações relativas à gestão R\$ 10.490,80  
 1.7.2 Valores efetivamente executados no exercício com ações relativas ao Conselho de Assistência Social R\$ 1.435,00  
 1.8 Saldo a reprogramar para o exercício seguinte R\$ 2,00  
 R:10.222.0.36 06129918909 201504291145 2732080 Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade

### RESOLUÇÃO Nº 03 DE 21 DE OUTUBRO DE 2006

COMISSÃO PROVISÓRIA DE SELEÇÃO, DESTINAÇÃO E DOAÇÃO DE BENS IMPRESTÁVEIS.

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 21 DE OUTUBRO DE 2006

DECLARA IMPRESTÁVEIS OS BENS MÓVEIS QUE MENCIONA

A Comissão Municipal Provisória de Seleção, Destinação e Doação de Bens Imprestáveis ao Serviço Público Municipal, foi até a Biblioteca Pública Municipal "Cruz e Souza" para analisar e selecionar os Livros conforme relação em anexo;  
 Assim sendo, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 3.122/2003; RESOLVE:

Art.1º) Declarar imprestáveis ao Serviço Público Municipal os Livros de Literatura Infantil do Patrimônio Público Municipal conforme relação em anexo.

Parágrafo Único – Os Livros foram declarados imprestáveis, sendo que não possuem valor de mercado em razão de seu péssimo estado de conservação, devido ao manuseio diário. Por este motivo solicitamos a baixa destes Bens do Patrimônio Público Municipal.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 21 de outubro de 2006.  
 MARLI DE FÁTIMA ZEZOTKO DREVECK;

MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY;

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO;

LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH;

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS;

SILVIA PASDA UHLIG;

ODENILSON CONTRAT EHLKE.

### **RESOLUÇÃO Nº 04 DE 12 DE MAIO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 12 DE MAIO DE 2015

CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros em data de 08 de Maio de 2015, aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Convoca a VI Conferência Municipal de Assistência Social, sob o tema "Consolidar o SUAS de vez rumo à 2026 e o Lema é: Pacto Republicano do SUAS rumo a 2026 – O SUAS que temos e o SUAS que queremos", a ser realizada em data de 10 de Junho de 2015, tendo como local o ESPAÇO CULTURAL "Profª. SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON", situado a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro, Município de Campo Alegre/SC., no horário das 08hs às 11hs e 30min. e das 13hs e 30min. às 17hs.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

PATRICK ONGHERO

Primeiro Secretário do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

### **RESOLUÇÃO Nº 05 DE 12 DE MAIO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 12 DE MAIO DE 2015

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA PARA A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros em data de 08 de Maio de 2015, aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Nomeia membros para comporem a Comissão Organizadora da VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pelos seguintes Conselheiros

1. Marcia Regina Schadeck Friedrich;

2. Mario César Deunísio;

3. Elisete Terezinha Foletto Florêncio;

4. Rosenilda Aparecida da Maia Cunha;

5. Elizabeth Kesting;

6. Ivo Kesting.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de Maio de 2015.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

PATRICK ONGHERO

Primeiro Secretário do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

# Campos Novos

## SAMAE - CAMPOS NOVOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2015 - NACIONAL ASFALTOS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos - SC, sito na Rua Caetano Carlos, 466, inscrito no CNPJ sob n.º 83.158.105/001-09, e a empresa Nacional Asfaltos Ltda, com sede na rua Sete de Setembro, nº747-D, Chapecó-SC, inscrita no CNPJ sob n.º12.123.953/0001-26, IE 256.143.331, doravante neste ato, denominados CONTRATANTE E CONTRATADA, respectivamente, sendo a primeira representada por seu Diretor, Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF n.º543.523.209-00 e a segunda pelo Sr. Raimundo Radavelli, portador do CPF n.º346.098.909-25, doravante denominado FORNECEDOR, para a aquisição de materiais de expediente, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 – O presente Pregão Presencial tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE 25.000KG, DE MISTURA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBUQ), EM SACOS DE 25KG, A SER UTILIZADA CONFORME NECESSIDADE DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses. Conforme descrito e especificado no anexo I deste edital.

1.2. Os produtos deverão ser novos e de primeira linha e não serão aceitos reciclados, reformados, reconicionados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 02 (dois) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;  
b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2015 e 2016 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.99.00.00.0000

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a

realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos – SC, 08 de Maio de 2015

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

Joel Francisco Fagundes  
Diretor do SAMAE

Raimundo Radavelli  
Sócio Administrador

Testemunhas:

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA  
CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA  
CPF - 693.438.029-00

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º FMDR 02/2015 (ELETRÔNICO)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/15

HOMOLOGAÇÃO: 12/05/15

CONTRATADO: DELTRACTOR COM E IMPORT DE PEÇAS E EQUIP PARA TRAT

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CAÇAMBA DIANTEIRA, COM CAPACIDADE DE 0,80 M³, COM 1000 MM DE BOCA, PARA A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC160 KOMATSU Nº 72, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. VALOR DA DESPESA: R\$ 12.700,00 (doze mil setecentos reais)

DATA: 12/05/15

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º FUNR 01/2015 (ELETRÔNICO)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/15

HOMOLOGAÇÃO: 12/05/15

CONTRATADO: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP

CONTRATANTE: FUMREBOMPM DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) MANGUEIRAS DE INCÊNDIO TIPO 04, DE 1 ½ POLEGADAS, 38 MM, COM 15 METROS DE COMPRIMENTO E 10 (DEZ) MANGUEIRAS DE INCÊNDIO TIPO 04, DE 2 ½ POLEGADAS, 63 MM, COM 15 METROS DE COMPRIMENTO, DESTINADOS AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.290,00 (dezessete mil duzentos e noventa reais)

DATA: 12/05/15

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

## CÂMARA MUNICIPAL

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 486/15**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 486, de 12/05/2015

APROVA AS CONTAS DE 2013

O Vereador Gil Baiano, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo o seguinte:

#### **DECRETO LEGISLATIVO**

Art. 1º Ficam aprovados os balancetes mensais de janeiro à dezembro e o balanço geral do exercício de 2013 (dois mil e treze), do Município de Canoinhas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 12 de maio de 2015.

Vereador Gil Baiano

Presidente

Registrado e publicado na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 12/05/2015.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

### **LEI 5555/2015**

LEI Nº 5.555, DE 06/05/2015

AUTORIZA ALVARÁ PROVISÓRIO DE TAXI

O Vereador Gil Baiano, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

#### **L E I**

Art. 1º Fica concedido alvará de funcionamento provisório de Ponto de Táxi para Júlio Urbanek Júnior, portador do CPF nº 352.202.369-20, ocupando a vaga de nº 02 do Ponto nº 19, localizado na Rua João da Cruz Krailing, vaga nova instituída pela Lei nº 5.428/2014.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 06 de maio de 2015.

Vereador Gil Baiano

Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 06/05/2015.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto 060/2015

DECRETO No 060, DE 4 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.429,51 (dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Esportes de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.429,51 (dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1201.27.812.0100.2057	MANUTENÇÃO DO DESPORTO MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-005	Aplicações Diretas	3000	00	R\$	2.429,51
	Total	3000	00	R\$	2.429,51

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, da Fundação Municipal de Esportes de Capinzal, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 2.429,51 (dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

#### Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	3000	00	R\$	2.429,51
Total	3000	00	R\$	2.429,51

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de maio de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 061/2015

DECRETO No 061, DE 4 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.903,17 (dezenove mil, novecentos e três reais e dezessete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 19.903,17 (dezenove mil, novecentos e três reais e dezessete centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0302.06.181.0190.2117	MANUT DO CONVÊNIO COM A POLÍCIA CIVIL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-227	Aplicações Diretas	3000	00	R\$	15.903,17
44900000-228	Aplicações Diretas	3000	00	R\$	4.000,00
	Total	3000	00	R\$	19.903,17

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 19.903,17 (dezenove mil, novecentos e três reais e dezessete centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

#### Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	3000	00	R\$	19.903,17
Total	3000	00	R\$	19.903,17

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de maio de 2015  
 ANDEVIR ISGANZELLA  
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL  
 Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 062/2015

DECRETO No 062, DE 4 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

1101.06.182.0190.1082	AQUISIÇÃO DE VIATURAS E EQUIPAMENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-007	Aplicações Diretas	3000	00	R\$	100.000,00
1101.06.182.0190.1100	AMPL. DAS INSTALAÇÕES DA SEDE DOS BOMB	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-008	Aplicações Diretas	3000	00	R\$	30.000,00
	Total	3000	00	R\$	130.000,00

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1o deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, do Fundo Municipal de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros de Capinzal, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

#### Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	3000	00	R\$	130.000,00
Total	3000	00	R\$	130.000,00

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de maio de 2015  
 ANDEVIR ISGANZELLA  
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL  
 Secretário da Administração e Finanças

### FIA PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0002/2015

Processo Licitatório Nº 0002/2015

Dispensa de Licitação Nº 0002/2015

ORLANDO THOLL, Gestor, do Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de nº 0002/2015, conforme segue:

#### OBJETO

Contratação de empresa especializada para confecção de camisetas com impressão colorida, para distribuição na Campanha Nacional Contra Abuso e Exploração Sexual infantil, que se realizará no dia 19 de Maio de 2015.

#### FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	60,00	UN	Camiseta branca adulto com impressão colorida	IDEALIZE	14,50	870,00
2	250,00	UN	Camiseta branca infantil com impressão colorida	IDEALIZE	11,00	2.750,00
Total						3.620,00

## VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
IDEALIZE COMUNICACAO E BRINDES LTDA - ME	001 e 002
3.620,00 (três mil seiscentos e vinte reais)	

## PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

## RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

## DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 1 - Assistência à criança e ao adolescente.
Órgão: 9 - FUNDO MUNIC.DOS DIREIT.DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
Unidade: 1 - FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 175 - REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Projeto/Atividade: 2.109 - Assistência à criança e ao adolescente.
Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 12 de maio de 2015

ORLANDO THOLL

Gestor do Fundo Municipal da Criança e Adolescente

**FMS ERRATA DE PUBLICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 0009/2015**

## ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 1705, na página 149, do dia 18/03/2015, no extrato de contrato nº 0022/2015, referente ao Processo Licitatório nº 0009/2015;

Onde se lê:

VALOR: 298,34 (duzentos e noventa e oito reais e trinta centavos)

Leia-se:

VALOR: 38.984,20 (trinta e oito mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos)

**PORTARIA 173/2015**

PORTARIA Nº 173, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) à servidora Josimara Poggere, matrícula nº 312509/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Informática, nível 231, referência F, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 174/2015**

PORTARIA Nº 174, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 174/2015, Jane Alves dos Santos, matrícula nº 31445/03, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 175/2015**

PORTARIA Nº 175, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 175/2015, Cleyton Luis Gerônimo, matrícula nº 180440/11, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Jocene Aparecida Poggere, que está à disposição da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 176/2015**

PORTARIA Nº 176, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 176/2015, Rafael Fracaro, matrícula nº 180718/03, para exercer as funções do cargo de Professor de Música, nível 232, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, distribuídas em dez (10) horas semanais na Escola Municipal Belisário Pena e dez (10) horas semanais na Escola Municipal Viver e Conhecer, ambas vagas excedentes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 177/2015**

PORTARIA Nº 177, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 177/2015, Angela Rethor, matrícula nº 181510/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Lúcia Regina Dias Bevilacqua, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 178/2015**

PORTARIA Nº 178, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 178/2015, Marizete Kolling, matrícula nº 183636/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, em substituição a titular Giseli Aparecida Borsati Colombo, que está à disposição da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 179/2015**

PORTARIA Nº 179, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 179/2015, Debora Aparecida Azevedo Rodrigues, matrícula nº 307998/07, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Cassia Maris Wilbert Souza, à disposição da Direção da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 180/2015**

PORTARIA Nº 180, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 180/2015, Tatiane Olívia Riffel da Costa, matrícula nº 319783/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais na Biblioteca Municipal Vereador Rolindo Casagrande, com aulas de leitura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 181/2015**

PORTARIA Nº 181, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 181/2015, Alessandra Aparecida Pedron, matrícula nº 321443/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, em substituição a titular Sara Lopes Duarte, que está à disposição do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 182/2015**

PORTARIA Nº 182, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 182/2015, Andreia Aparecida da Rosa Dalamaria, matrícula nº 321605/11, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, em substituição a titular Juliana Amália Bazzi Pieri, que está em Licença Maternidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 183/2015**

PORTARIA Nº 183, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 183/2015, Juliana Amália Bazzi Peri, matrícula nº 323446/09, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, em substituição a titular Eliá Salete Toaldo Giumbelli, que está readaptada, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 184/2015**

PORTARIA Nº 184, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 184/2015, Marcia Rosana Barth, matrícula nº 324124/11, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinu-bing, por não haver professor efetivo da disciplina de Geografia.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 185/2015**

PORTARIA Nº 185, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 185/2015, Patricia Fatima Teixeira Baretta, matrícula nº 324892/09, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, em substituição a titular Giseli Aparecida Borsati Colombo, à disposição da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 186/2015**

PORTARIA Nº 186, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 186/2015, Silvana Maristela Moreira Vitorazi, matrícula nº 325236/07, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais na Escola Municipal Bernardo Viver e Conhecer, em substituição a titular Edineia Maria Crivelatti Coelli, em Licença Maternidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 187/2015**

PORTARIA Nº 187, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 187/2015, Solange Aparecida Machado Calvi, matrícula nº 325287/07, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 188/2015**

PORTARIA Nº 188, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 188/2015, Ariane Surdi, matrícula nº 326917/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, em substituição a titular Sirley Moschen, que está em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 189/2015**

PORTARIA Nº 189, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 189/2015, Cassia Regina Zanini, matrícula nº 327166/04, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a titular Ieda Aparecida Gramazi, que está readaptada conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### EDITAL 53/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL 36/2015

PROCESSO: 53/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 36/2015, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a: REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUAS E VIAS DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, E FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E INSUMOS PARA A REFERIDA MANUTENÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO VII, e referente o LOTE 01, a contratada tem a responsabilidade com fornecimento de mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para sua execução, conforme especificações contidas no edital.

Entrega da documentação e proposta até as 16H do dia 26/05/2015, na SALA DE LICITAÇÕES

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 12 de maio de 2015

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 239.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 239/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico datado em 05.05.2015 de (3 três) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública, CLAUDIA LOPES SYPRIANI, Professora ACT – 30 horas, licença pelo período de (3 três) dias, a contar de 05.05.15 a 07.05.2015, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 05.05.2015.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC, 11 de maio de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### 240.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 240/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico, datado em 04.05.15 de 05 (cinco) dias;

- CONSIDERANDO, a apresentação de um novo Atestado Médico, datado em 06.05.15 de 21 (vinte e um) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Prorrogar a licença para tratamento de saúde em favor do Servidor Público, GIOVANI ANACLETO, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática - 40 horas, pelo período de 06.05.15 a 26.05.15 (21 vinte e um) dias, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 06.05.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de maio de 2015.º.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### 241.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 241/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico, datado em 04.05.15 de 05 (cinco) dias;

- CONSIDERANDO, a apresentação de um novo Atestado Médico, datado em 11.05.15 de 15 (quinze) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor do Servidor Público, CLAUDINEI SCHNEIDER, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, licença para tratamento de saúde, pelo período de 11.05.15 a 25.05.15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de maio de 2015. .

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

## **242.2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 242/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

### **RESOLVE:**

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública ROSEMARI RAYMUNDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 11.05.15 a 15.05.15 (05 cinco) dias, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 11.05.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de maio de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº. 045 DE 12.05.2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº. 045 DE 12.05.2015

Convoca a etapa municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde e 5ª Conferência Municipal de Saúde e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso I, art. 70 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no § 1º do art. 1º, da Lei Federal nº 8.142/90,

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica convocada a Etapa Municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde e a 5ª Conferência Municipal de Saúde de Chapadão do Lageado, a se realizar no dia 12 de junho de 2015, no Centro de Multiuso Sebastião Rode, localizado na rua Bernardo Henrique Hilleshein, Centro do Município, das 09:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, com o tema: "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS" E O EIXO: "DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

Art. 2º A Etapa Municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde e a 5ª Conferência Municipal de Saúde de Chapadão do Lageado, será coordenada pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde e presidida pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 3º A organização e funcionamento da Etapa Municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde e 5ª Conferência Municipal de Saúde constarão em Regimento próprio, consonante com o Regimento da 15ª Conferência Nacional de Saúde de acordo com a Resolução nº 500 do Conselho Nacional de Saúde, do dia 12 de fevereiro de 2015.

Art. 4º As despesas com a organização e realização da Etapa Municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde e 5ª Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de recursos orçamentários do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 12 de maio de 2015

José Bráulio Inácio

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/PMCS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: HENRIQUETA ROSSO ZANATTA &amp; CIA LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de Material para manutenção de bens e imóveis (Material de Construção, elétricos e afins).

Assinatura: 04/05/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 26.280,00 (Vinte e seis mil duzentos e oitenta reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

# Concórdia

## PREFEITURA

### APAE 11ª 2014 PARCELA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PTMC/APAE, no valor de R\$ 5.765,20 (cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 11 de maio de 2015.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

### APAE 12ª 2014 PARCELA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PTMC/APAE, no valor de R\$ 5.765,20 (cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 11 de maio de 2015.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº3/2015-FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2015 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa do ramo de treinamento visando prestação de serviços de oficina de capacitação para profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social e dos Centros de Convivência do Município. Com recursos oriundos da reprogramação do repasse Fundo a Fundo do PAIF (recurso federal), conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 13 h e 45min do dia 27/05/2015

Início da Sessão: dia 27/05/2015, às 14h e 00min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207

Concórdia, SC, 11 de Maio de 2015.

LAURI GARBOSSA

Gestor do FMAS

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº4/2015-FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2015 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa para consultoria, supervisão profissional e estudo de casos para as equipes técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com recursos da reprogramação do PAEFI/FNAS (recurso federal) e da reprogramação do CREAS Custeio/FEAS (recurso estadual), conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 27/05/2015.

Início da Sessão: dia 27/05/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207

Concórdia, SC, 11 de Maio de 2015.

LAURI GARBOSSA

Gestor do FMAS

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015 - PMC

Objeto: Aquisição de 81 metros de bolo e 310 kg pães francês, Copos, pratos e garfos descartáveis para comemoração dos 81 anos de emancipação política administrativa do Município de Concórdia. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 08/06/2015.

Abertura: dia 09/06/2015 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 12 de maio de 2015.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal da SEDET

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2015-FUMDEMA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 01/2014

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente torna público que ratificou o ato do Senhor Edno Gonçalves, Edno Gonçalves, Chefe de Departamento Administrativo, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso X, do Artigo 24, homologada em 08 de maio de 2015, locação de imóvel, localizado na Rua Marechal Deodoro, nº 232, Centro, nesta cidade, para abrigar as instalações da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, que a este dá causa, em favor da empresa IMOBILIÁRIA MUNARETTO LTDA, no valor total anual de R\$20.580,00(vinte mil quinhentos e oitenta reais).

LEVI ELÓI DOS SANTOS

Diretor Superintendente da Fundação Municipal de Meio Ambiente

**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 11/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 11/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO e o CLUBE BANDEIRANTES, inscrito no CNPJ sob nº 78.478.823/0001-14, com sede em Tamanduá, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor GILMAR BALBINOT.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Tamanduá e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 50.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2015, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 7 de maio de 2015.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2015 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (mão de obra e material), para construção de edificação destinada a abrigar a área de convivência e arquivo geral da Prefeitura Municipal de Concórdia, na Rua Adílio Hilário Mutzemberg, bairro Guilherme Reich, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: foram habilitadas neste certame as licitantes RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME, LSW SERVIÇOS LTDA EPP e FORMATO ENGENHARIA LTDA. Procedeu-se a abertura, sendo que as propostas foram conferidas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes presentes, constatando que as licitantes atenderam aos requisitos constantes no subitem 6.1 do Instrumento Convocatório. Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: a licitante RJUNIOR

CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME sagrou-se vencedora com o menor preço Global de R\$ 462.683,32(quatrocentos e sessenta e dois mil seiscentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos). A licitante FORMATO ENGENHARIA LTDA ficou na segunda colocação com o preço Global de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), a licitante LSW SERVIÇOS LTDA EPP ficou na terceira colocação com o preço Global de R\$ 489.459,49 (quatrocentos e oitenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos). Ressalva-se que o preço cotado pela licitante vencedora ficou abaixo do preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Na sequência, devido à ausência dos representantes legais das licitantes a Presidente oficializou que ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sintam prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 12 de maio de 2015.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da C.P.L

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 215/2015

DECRETO Nº 215/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica admitido, a partir de 07/05/2015, em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. ALAN FABIO FAVARETO, na função de Professor de Matemática, na E.B.M. Fernando Machado com carga horária de 20 (vinte) horas semanal, no turno vespertino, lotado na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores e Magistério Municipal (LC Nº018/01), Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação (LC Nº 92/2013) e Lei Municipal 468/01 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 07 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 216/2015

DECRETO Nº 216/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, a partir de 07/05/2015, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. MAIKE ELIZE TECHIO, na função de Professora de Ciências/Agroecologia, na E.B.M. Fernando Machado com carga horária de 20 (vinte) horas semanal, nos turnos Matutino e vespertino, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º A Servidora ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores e Magistério Municipal (LC Nº018/01), Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação (LC Nº 92/2013) e Lei Municipal 468/01 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 07 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 217/2015

DECRETO Nº 217/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. HIGOR TRESSOLDI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 08 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 218/2015

DECRETO Nº 218/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. DAIANE DOS REIS, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental - Inglês, 20 (vinte) horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 07/05/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 08 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 219/2015**

DECRETO Nº 219/2015

“DECRETA LUTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Alceu Mazzioni, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

Considerando o falecimento do Sr. Luiz Henrique da Silveira, Senador e Ex-Governador de Santa Catarina, ocorrido em 10/05/2015;

Considerando que a Municipalidade deve prestar suas homenagens ao Sr. Luiz Henrique da Silveira pelos inúmeros e inestimáveis serviços prestados à comunidade catarinense;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado, com profundo pesar, luto oficial por 3 (três) dias, em virtude do falecimento do Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 220/2015**

DECRETO N. 220/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 221/2015**

DECRETO N. 221/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. FLAVIANO PERIM, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento,, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 222/2015**

DECRETO N. 222/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE ADICIONAL DE PROGRESSÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº93/2013 e alterações,

DECRETA

Art. 1º Concede 15% (quinze por cento) sobre o vencimento, a Título de Adicional de Progressão por Grau de Instrução, à servidora Municipal Sra. DAIANE DOS REIS, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental – Inglês, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Diploma anexo de conclusão do curso regular de Pós- Graduação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 223/2015**

DECRETO Nº 223 /2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, a partir de 12/05/2015, em caráter temporário

por excepcional interesse público, a Sra. FRANCIELI MARTINS, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 224/2015

DECRETO Nº 224 /2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida , a partir de 12/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. BEATRIZ PAVAN GABRIEL, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 225/2015

DECRETO Nº 225 /2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida , a partir de 12/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. KELI MAGALI DE OLIVEIRA, na função de Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 226/2015

DECRETO Nº 226 /2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Médico Geriatra, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas a partir de 02/06/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de maio de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JULIANO BRUSTOLIN Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

**DECRETO N. 227/2015**

DECRETO Nº 227 /2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. JUSTINA GRACIANI VILANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas a partir de 08/06/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de maio de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JUSTINA GRACIANI VILANI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

**DECRETO N. 228/2015**

DECRETO N. 228/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

## DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ROSANE MARAGA, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 229/2015**

DECRETO Nº 229/2015

Dispõe sobre a regulamentação do "Serviço de Inspeção Municipal – SIM" que fixa normas de inspeção sanitária para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal, e dá outras providências.

Alceu Mazzioni, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de

Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

## I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento estabelece as normas que regulam, em todo o território do Município de Cordilheira Alta a inspeção e a fiscalização industrial e sanitária para produtos de origem animal, destinadas a preservar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos produtos e a saúde e os interesses do consumidor.

Art. 2º Os princípios a serem seguidos no presente regulamento são:

I - Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização de agroindústrias;

II - Ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

III - Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Art. 3º Ficam sujeitos à inspeção e fiscalização previstas neste Regulamento, os animais destinados ao abate, a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, os ovos e seus derivados, o leite e seus derivados e os produtos das abelhas e seus derivados.

Parágrafo único. A inspeção e a fiscalização a que se refere o caput deste artigo abrangem, sob o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção ante e post mortem dos animais, a recepção, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, embalagem, rotulagem, armazenamento, expedição e trânsito de quaisquer matérias-primas e produtos de origem animal.

Art. 4º A inspeção a que se refere o artigo anterior são privativas do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, sempre que se tratar de produtos destinados ao comércio dentro de sua jurisdição.

Art. 5º Caberá ao Serviço de Inspeção do Município de Cordilheira Alta, dentro de sua jurisdição, a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária e atenção à sanidade agropecuária.

§ 1º A Secretaria Municipal de Agricultura atuará em parceria com os demais Municípios através do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente – CIDEMA, em cooperação técnica com o Estado de Santa Catarina e a União para facilitar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção sanitária, em consonância ao SUASA.

§ 2º Após a adesão do Serviço de Inspeção Municipal – SIM ao Sistema Brasileiro de Inspeção - SISBI, os produtos inspecionados pelo serviço de inspeção municipal poderão ser comercializados em todo o território nacional.

§3º A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário dos produtos de origem animal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Vigilância Sanitária do Município, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares, em conformidade ao estabelecido na Lei nº 8.080./1990.

§4º A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em

intonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

Art. 6º As ações do SIM contemplam as seguintes atribuições:

I - coordenar e executar as atividades de inspeção e fiscalização industrial e sanitária dos estabelecimentos registrados ou relacionados, dos produtos de origem animal comestíveis ou não e seus derivados;

II - verificar a aplicação dos preceitos do bem-estar animal e executar as atividades de inspeção ante e post mortem de animais de abate;

III - manter disponíveis registros nosográficos e estatísticas de produção e comercialização de produtos de origem animal;

IV - elaborar as normas complementares para a execução das ações de inspeção, fiscalização, registro, relacionamento e habilitação dos estabelecimentos, bem como registro, classificação, tipificação, padronização e certificação sanitária dos produtos de origem animal;

V - verificar a implantação e execução dos programas de autocontrole dos estabelecimentos registrados ou relacionados;

VI - coordenar e executar os programas de análises laboratoriais para monitoramento e verificação da identidade, qualidade e inocuidade dos produtos de origem animal;

VII - executar o programa de controle de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes em produtos de origem animal;

VIII - elaborar e executar programas de combate à fraude nos produtos de origem animal;

IX - verificar os controles de rastreabilidade dos animais, matérias-primas, ingredientes e produtos ao longo da cadeia produtiva; e

X - elaborar programas e planos complementares às ações de inspeção e fiscalização.

Art. 7º O presente Regulamento e demais atos complementares que venham a ser expedidos devem ser executados em todo o território municipal.

Art. 8º A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 1º A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais. Entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 2º Nos demais estabelecimentos que constam neste Regulamento a inspeção será executada de forma periódica. Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidos por autoridade competente da Secretaria Municipal de Agricultura, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

Art. 9º A inspeção industrial e higiênico-sanitária de produtos de origem animal abrange os seguintes procedimentos:

I - a inspeção ante e post mortem das diferentes espécies animais;

II - a verificação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos dirigido ao atendimento dos regulamentos técnicos de identidade e qualidade do produto específico;

III - a verificação do rótulo ou rotulagem dos produtos destinados à venda;

IV - os resultados dos exames microbiológicos, histológicos, toxicológicos, físico-químicos ou sensoriais e as respectivas práticas

laboratoriais aplicadas nos laboratórios próprios ou conveniados dos estabelecimentos inspecionados, utilizados na verificação da conformidade dos seus processos de produção;

V - a verificação dos controles de resíduos de produtos veterinários e contaminantes ambientais utilizados pelos estabelecimentos industriais;

VI - as informações inerentes ao setor primário com implicações na saúde animal, ou na saúde pública;

VII - o bem-estar animal no carregamento antes e durante o transporte, na quarentena, e no abate.

Art. 10. A concessão de inspeção pela Secretaria Municipal de Agricultura isenta o estabelecimento de qualquer outra fiscalização industrial ou sanitária federal, estadual ou municipal para produtos de origem animal.

Art. 11. Para fins deste Regulamento são adotadas as seguintes definições:

I - análise de controle: análise efetuada pelo estabelecimento para controle de processo e monitoramento da qualidade das matérias-primas, ingredientes e produtos;

II - análise fiscal: análise efetuada por laboratório de controle oficial ou credenciado ou pela autoridade sanitária competente, em amostras colhidas pela Inspeção Municipal;

III - análise pericial: análise laboratorial realizada a partir da amostra oficial de contraprova quando o resultado da amostra de fiscalização for contestado por uma das partes envolvidas, para assegurar amplo direito de defesa ao interessado; ou de amostras colhidas em caso de denúncias, fraudes ou problemas endêmicos constatados a partir da fiscalização no município.

IV - animais exóticos: todos aqueles pertencentes às espécies da fauna exótica, criados em cativeiro, cuja distribuição geográfica não inclui o território brasileiro, aquelas introduzidas pelo homem, inclusive domésticas em estado asselvajado, e também aquelas que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e das suas águas jurisdicionais e que tenham entrado em território brasileiro;

V - animais silvestres: todos aqueles pertencentes às espécies das faunas silvestres, nativas, migratórias e quaisquer outras aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte do seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou das águas jurisdicionais brasileiras;

VI - auditoria: procedimento de fiscalização realizado sistematicamente por equipe designada pela Secretaria Municipal de Agricultura, funcionalmente independente, para avaliar a conformidade dos procedimentos técnicos e administrativos da inspeção oficial e do estabelecimento;

VII - Boas Práticas de Fabricação - BPF: condições e procedimentos higiênico - sanitários e operacionais sistematizados aplicados em todo o fluxo de produção, com o objetivo de garantir a qualidade, conformidade e inocuidade dos produtos de origem animal, incluindo atividades e controles complementares;

VIII - desinfecção: procedimento que consiste na eliminação de agentes infecciosos por meio de tratamentos físicos, biológicos ou agentes químicos;

IX - equivalência de sistemas de inspeção: estado no qual as medidas de inspeção higiênico-sanitária e tecnológica aplicadas por diferentes sistemas de inspeção ainda que não sejam iguais as medidas aplicadas por outro serviço de inspeção, permitem alcançar os mesmos objetivos de inocuidade e qualidade dos produtos, na inspeção e fiscalização, estabelecidos neste regulamento e de acordo com o SUASA.

X - fiscalização: procedimento oficial exercido pela autoridade sanitária competente, junto ou indiretamente aos estabelecimentos de produtos de origem animal, com o objetivo de verificar o atendimento aos procedimentos de inspeção, aos requisitos previstos no presente Regulamento e em normas complementares;

XI - higienização: procedimento que consiste na execução de duas

etapas distintas, limpeza e sanitização;

XII - inspeção: atividade de fiscalização executada pela autoridade sanitária competente junto ao estabelecimento, que consiste no exame dos animais, das matérias-primas e dos produtos de origem animal; na verificação do cumprimento dos programas de autocontrole, suas adequações às operações industriais e os requisitos necessários à sua implementação; na verificação da rastreabilidade, dos requisitos relativos aos aspectos higiênicos, sanitários e tecnológicos inerentes aos processos produtivos; na verificação do cumprimento dos requisitos sanitários na exportação e importação de produtos de origem animal; na certificação sanitária, na execução de procedimentos administrativos e na verificação de demais instrumentos de avaliação do processo relacionados com a segurança alimentar, qualidade e integridade econômica, visando o cumprimento do disposto no presente Regulamento e em normas complementares;

XIII - laboratório de controle oficial: laboratório próprio, ou laboratório público ou privado credenciado e conveniado com os serviços de inspeção equivalentes para realizar análises, por método oficial, visando atender às demandas dos controles oficiais;

XIV - legislação específica: atos normativos emitidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, ou por outros órgãos oficiais e responsáveis pela legislação de alimentos e correlatas;

XV - limpeza: remoção física de resíduos orgânicos, inorgânicos ou outro material indesejável das superfícies das instalações, equipamentos e utensílios;

XVI - memorial descritivo: documento que descreve, conforme o caso, as instalações, equipamentos, procedimentos, processos ou produtos relacionados ao estabelecimento de produtos de origem animal;

XVII - norma complementar: ato normativo emitido pela Secretaria Municipal de Agricultura, contendo diretrizes técnicas ou administrativas a serem executadas durante as atividades de inspeção e fiscalização junto aos estabelecimentos ou trânsito de produtos de origem animal, respeitadas as competências específicas;

XVIII - padrão de identidade: conjunto de parâmetros que permitem identificar um produto de origem animal quanto à sua origem geográfica, natureza, característica sensorial, composição, tipo ou modo de processamento ou modo de apresentação;

XIX - Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO: procedimentos descritos, implantados e monitorados, visando estabelecer a forma rotineira pela qual o estabelecimento industrial evita a contaminação direta ou cruzada do produto, preservando sua qualidade e integridade, por meio da higiene, antes, durante e depois das operações industriais;

XX - produto de origem animal: aquele obtido total ou predominantemente a partir de matérias-primas comestíveis ou não, procedentes das diferentes espécies animais, podendo ser adicionado de ingredientes de origem vegetal e mineral, aditivos e demais substâncias permitidas pela autoridade competente;

XXI - produto de origem animal comestível: produto de origem animal destinado ao consumo humano;

XXII - produto de origem animal não comestível: produto de origem animal não destinado ao consumo humano;

XXIII - programas de autocontrole: programas desenvolvidos, implantados, mantidos e monitorados pelo estabelecimento, visando assegurar a inocuidade, a qualidade e integridade dos seus produtos, que incluem BPF, PPHO ou programas equivalentes reconhecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura;

XXIV - qualidade: conjunto de parâmetros mensuráveis (físicos, químicos, microbiológicos e sensoriais) que permite caracterizar as especificações de um produto de origem animal em relação a um padrão desejável ou definido em legislação específica, quanto aos seus fatores intrínsecos e extrínsecos, higiênico-sanitários e tecnológicos;

XXV - rastreabilidade: capacidade de detectar no produto final a origem e de seguir o rastro da matéria-prima e produtos de origem animal, de um alimento para animais, de um animal produtor de alimentos ou de uma substância a ser incorporada em produtos de

origem animal, ou em alimentos para animais ou com probabilidade de o ser, ao longo de todas as fases de produção, transformação e distribuição;

XXVI - Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade - RTIQ: documento emitido pela Secretaria Municipal de Agricultura, mediante ato normativo, com o objetivo de fixar a identidade e as características e padrões mínimos para a qualidade que os produtos de origem animal devem atender.

XXVII - Sanitização: aplicação de agentes químicos, biológicos ou de métodos físicos nas superfícies das instalações, equipamentos e utensílios, posteriormente aos procedimentos de limpeza, visando assegurar um nível de higiene microbiologicamente aceitável;

XXVIII - Supervisão: procedimento de fiscalização realizado sistematicamente por equipe designada pelo Serviço de Inspeção Municipal, funcionalmente independente, para avaliar a conformidade dos procedimentos técnicos e administrativos da inspeção oficial e do estabelecimento.

XXIX – Entende-se por estabelecimento agroindustrial, aquele que destina-se ao processamento de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura e que dispõe de instalações para abate e/ou industrialização, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados, podendo ser classificados em:

a) estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais – aqueles destinados ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais como coelhos, rãs, aves e outros pequenos animais.

b) estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais – aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais, como suínos, ovinos e caprinos e bovinos, bubalinos e equinos respectivamente.

c) Fábrica de produtos cárneos – aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados.

d) estabelecimento de abate e industrialização de pescado – enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos.

e) estabelecimento de ovos - destinado à recepção e acondicionamento de ovos.

f) Unidade de extração e beneficiamento do produtos das abelhas - destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas.

g) estabelecimentos industrial de leite e derivados: enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados previstos no presente Regulamento destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite.

XXX - Instalações referem-se a toda a área “útil” do que diz respeito à construção civil do estabelecimento propriamente dito e das dependências anexas.

XXXI - Equipamentos referem-se a tudo que diz respeito ao maquinário e demais utensílios utilizados nos estabelecimentos.

XXXII – Agroindustrialização é o beneficiamento, processamento, industrialização e/ou transformação de matérias-primas provenientes de exploração pecuárias, pesca, aquícolas, extrativistas, incluindo o abate de animais, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações física, química ou biológica.

## II - CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 12. Os estabelecimentos para produtos de origem animal são classificados em:

I - para carnes e derivados;

- II - para pescado e derivados;
- III - para ovos e derivados;
- IV - para leite e derivados; e
- V - para produtos das abelhas e derivados.

Parágrafo único. A designação "estabelecimento" abrange todas as classificações de estabelecimentos para produtos de origem animal previstas no presente Regulamento.

Art. 13. Os estabelecimentos para leite e derivados são classificados em:

I - Propriedades Rurais, compreendendo Fazenda Leiteira e Estábulo Leiteiro;

II - Estabelecimentos Industriais, compreendendo Granja Leiteira, Usina para Beneficiamento, Fábrica para Laticínios, Queijaria e Entrepasto para Laticínios.

§1º Entende-se por Propriedades Rurais aquelas destinadas à produção de leite para posterior processamento em estabelecimento industrial sob fiscalização e inspeção sanitária oficial. As propriedades rurais devem atender às normas complementares.

§2º Entende-se por Estabelecimentos Industriais os destinados à recepção, transferência, refrigeração, beneficiamento, industrialização, manipulação, fabricação, maturação, fracionamento, embalagem, rotulagem, acondicionamento, conservação, armazenagem e expedição de leite e seus derivados.

Art. 14. Os estabelecimentos industriais para leite e derivados são classificados em:

- I - Granja Leiteira;
- II - Usina de Beneficiamento;
- III - Fábrica de Laticínios;
- IV - Queijaria;
- V - Entrepasto de Laticínios.

§1º Entende-se por Granja Leiteira o estabelecimento destinado à produção, pasteurização e envase de leite para o consumo humano direto e à elaboração de derivados lácteos, a partir de leite de sua própria produção e/ou associados.

§2º Entende-se por Usina de Beneficiamento o estabelecimento que tem por finalidade principal a recepção, pré-beneficiamento, beneficiamento e envase de leite destinado ao consumo humano direto.

§3º Entende-se por Fábrica de Laticínios o estabelecimento destinado à recepção de leite e derivados para o preparo de quaisquer derivados lácteos.

§4º Entende-se por Queijaria o estabelecimento localizado em propriedade rural, destinado à fabricação de queijos tradicionais com características específicas, elaborados exclusivamente com leite de sua própria produção, ou de seus associados.

I - a propriedade rural, caracterizada por se situar em área rural do município, deve ser reconhecida oficialmente como livre de tuberculose e brucelose;

II - a Queijaria deve estar obrigatoriamente vinculada a um Entrepasto para Laticínios registrado no SIM, ou possuir estrutura própria de maturação em escala proporcional à produção da Queijaria, na qual será finalizado o processo produtivo com toalete, maturação, embalagem, rotulagem e armazenagem do queijo, garantindo-se a rastreabilidade.

§5º Entende-se por Entrepasto de Laticínios o estabelecimento destinado à recepção, toalete, maturação, classificação, fracionamento, acondicionamento e armazenagem de derivados lácteos. Permite-se a armazenagem de leite para consumo humano direto, desde que o Entrepasto de Laticínios possua instalações que satisfaçam as exigências do presente Regulamento.

Art. 15. Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:

- I - Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais;
- II - Estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais;
- III - Fábrica de produtos cárneos.

§1º Entende-se por estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais o que possui instalações, equipamentos e utensílios específicos para o abate das diversas espécies de aves e outros pequenos animais, manipulação, industrialização, conservação, acondicionamento, armazenagem e expedição dos seus produtos e derivados sob variadas formas, dispondo de frio industrial e podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não comestíveis.

§2º Entende-se por estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais o que possui instalações, equipamentos e utensílios específicos para o abate das diversas espécies de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos e outros grandes e médios animais, manipulação, industrialização, conservação, acondicionamento, armazenagem e expedição dos seus produtos e derivados sob variadas formas, dispondo de frio industrial e podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não comestíveis.

§3º Entende-se por Fábrica de Produtos Cárneos o estabelecimento que possui instalações, equipamentos e utensílios para recepção, manipulação, elaboração, conservação, acondicionamento, armazenagem e expedição de produtos cárneos para fins de industrialização, com modificação de sua natureza e sabor, das diversas espécies animais de abate e, em todos os casos, possuir instalações de frio industrial, podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não comestíveis.

Art. 16. Os estabelecimentos de pescado e derivados são classificados em:

- I - Estabelecimento de Abate e Industrialização de Pescado;
- II - Estação Depuradora de Moluscos Bivalves.

§1º Entende-se por Estabelecimento de Abate e Industrialização de Pescado o estabelecimento que possui dependências, instalações e equipamentos para recepção, lavagem, insensibilização, abate, processamento, transformação, preparação, acondicionamento e frigorificação, com fluxo adequado à espécie de pescado a ser abatida, dispondo ou não de instalações para o aproveitamento de produtos não comestíveis.

§2º Entende-se por Estação Depuradora de Moluscos Bivalves o estabelecimento que possui dependências próprias para recepção, depuração, embalagem e expedição de moluscos bivalves.

Art. 17. Os estabelecimentos de ovos e derivados:

Parágrafo único. Entende-se por Estabelecimentos de Ovos Comerciais aquele destinado à recepção, ovoscopia, classificação, acondicionamento, identificação, armazenagem e expedição de ovos em natureza, facultando-se a operação de classificação para os ovos que chegam ao Entrepasto já classificados, acondicionados e

identificados, podendo ou não fazer a industrialização, desde que disponha de equipamentos adequados para essa operação.

Art. 18. Estabelecimento de extração e/ou Beneficiamento de produtos das abelhas:

§1º Entende-se por Unidade de Extração e/ou Beneficiamento de Produtos das Abelhas o estabelecimento destinado à extração, classificação, beneficiamento, industrialização, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição, exclusivamente a granel, dos produtos das abelhas. O estabelecimento poderá industrializar e embalar produtos das abelhas em pequenas embalagens, devendo para isso, dispor de instalações e equipamentos adequados para tal.

§2º Permite-se a utilização de Unidade de Extração Móvel de Produtos das Abelhas montada em veículo, provida de equipamentos que atendam às condições higiênico-sanitárias e tecnológicas, operando em locais previamente aprovados pela Inspeção Municipal, que atendam às condições estabelecidas em normas complementares e deverá ser relacionada junto ao SIM.

### III - DO REGISTRO E RELACIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 19. Nenhum estabelecimento pode realizar comércio municipal com produtos de origem animal sem estar registrado ou relacionado na Secretaria Municipal de Agricultura.

§1º O Título de Registro é o documento emitido pelo chefe do SIM ao estabelecimento, depois de cumpridas as exigências previstas no presente Regulamento.

§2º O Título de Relacionamento é o documento emitido pelo chefe do Serviço de Inspeção Municipal ao estabelecimento depois de cumpridas as exigências previstas no presente Regulamento.

Art. 20. Devem ser registrados os seguintes estabelecimentos:

I - Granja Leiteira; Usina de Beneficiamento; Fábrica de Laticínios; Entrepasto de Laticínios.

II - Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais; Estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais; Fábrica de produtos cárneos.

III - Estabelecimento de Abate e Industrialização de Pescado; Estação Depuradora de Moluscos Bivalves.

IV - Estabelecimentos de Ovos Comerciais e Derivados.

V - Unidade de Extração e/ou Beneficiamento de Produtos das Abelhas.

VI - Os entrepostos em supermercados e similares.

§ 1º A Queijaria quando ligada à Entrepasto de Laticínios deve ser relacionada junto ao Serviço de Inspeção e deve ser registrada quando executar as operações previstas para o Entrepasto de Laticínios.

§ 2º Unidade de Extração de Produtos das Abelhas deve ser relacionada junto ao Serviço de Inspeção Municipal.

§ 3º Entrepastos em Supermercados e Similares são os estabelecimentos que recebem matéria-prima de produtos de origem animal e a submete a processamento que implique alterações de sua composição química, com adição de temperos, como cloreto de sódio e condimentos, para serem comercializados no próprio estabelecimento.

§ 4º Toda pessoa proprietário ou responsável por estabelecimento de armazenamento, fracionamento e venda de carne e derivados, também chamado de açougue ou similar, inclusive em supermercados, somente pode fazê-lo funcionar com o Alvará Sanitário, obedecidos os requisitos da legislação específica;

§ 5º Os estabelecimentos de armazenamento, porcionamento e

venda de carnes e derivados são classificados em estabelecimento tipo A e tipo B e deverão adotar sistema de controle de identidade de origem, rastreabilidade até o produto final e procedimentos operacionais padrões.

§ 6º Considera-se, para fins deste Decreto, como estabelecimentos tipo A, aqueles que dispõem de lugar específico para atividade de porcionar, reembalar e rotular carnes e similares já inspecionadas na origem, para ser comercializado no próprio local, com ambientes climatizados, com controle de temperatura, atendendo às legislações específica de rotulagem, abedecendo ao fluxo de manipulação e às boas práticas, com 1 (um) profissional técnico responsável por empresa.

§ 7º Considera-se, para os fins deste Decreto, como estabelecimentos do tipo B, aqueles autorizados a armazenar, porcionar e vender carnes e similares já inspecionadas na origem, podendo apenas porcionar conforme pedido do consumidor ou deixando exposta para venda em balcões com controle de temperatura, enquanto perdurar a tempo necessário para a venda, mantendo as condições de conservação e a segurança dos alimentos.

§ 8º Os estabelecimentos tipo A deverão adotar procedimentos operacionais padrões para as atividades de porcionar, embalar, rotular e comercializar, ficando a critério da responsabilidade técnica a validade dos produtos cárneos e derivados embalados, estabelecendo o prazo de validade igual ou inferior ao da peça original como garantia da segurança dos alimentos.

§ 9º Toda pessoa proprietária ou responsável por estabelecimento por estabelecimento tipo A e tipo B somente pode armazenar, manipular, porcionar e vender carnes de animais de abate inspecionado, sendo vedada neste estabelecimento o abate nas suas dependências.

§ 10. Considera-se, para os fins deste Decreto, como atividade industrial aquele conjunto de operações e processos que tem como finalidade alterar as características organolépticas e nutricionais da carne e derivados, não sendo considerado industrialização o porcionamento de carnes e/ou derivados.

§ 11. É vedado aos estabelecimentos previstos no inciso VI do Art. 20 deste Decreto a Adesão ao SISBI/SUASA.

§ 12 É permitido à pessoa proprietária ou responsável por estabelecimento:

I – tipo A:

a) comercializar carne moída embalada para autoatendimento com prazo de validade estabelecido pelo responsável técnico, inferior ao prazo de validade da embalagem original, como garantia da segurança dos alimentos; e

b) dispor as carnes para comercialização em balcões de autoatendimento, manipuladas no próprio estabelecimento, desde que mantenha a temperatura do alimento igual ou inferior a 7º C (sete graus Celsius);

II – tipo B:

a) comercializar somente carnes embaladas por frigoríficos ou entrepostos e inspecionadas pelos órgãos competentes;

b) vender carne moída, desde que moída na presença do consumidor; e

c) comercializar produtos alimentícios derivados de carne e de pescados pré-embalados, desde que após abertos sejam conservados na embalagem original do estabelecimento industrial produtor, mantidos em dispositivos de produção de frio e isolados do depósito e da exposição de carnes in natura;

III – tipo A e tipo B:

a) retirar os produtos cárneos e derivados de embalagem original, com vistas ao porcionamento, de acordo com as exigências dos consumidores, mantendo de forma clara, precisa e ostensiva as informações que garantam a rastreabilidade, identificando o estabelecimento de origem, o número de registro no órgão oficial de inspeção sanitária, o nome do estabelecimento na embalagem original e a rotulagem enquanto houver o produto disposto à venda;

§ 13. É vedado também aos estabelecimentos tipo A e tipo B temperar carnes, exceto aqueles estabelecimentos de que trata o § 3º

do Art. 20 deste Decreto.

Art. 21. O estabelecimento deve ser registrado de acordo com sua atividade industrial e, quando este possuir mais de uma atividade industrial, deve ser acrescentada uma nova classificação à principal.

Art. 22. A existência de varejo na mesma área da indústria implicará no seu registro no órgão competente, independente do registro da indústria no Serviço de Inspeção Municipal e as atividades e os acessos serão totalmente independentes, tolerando-se a comunicação interna do varejo com a indústria apenas por óculo.

Art. 23. Para a solicitação da aprovação de construção de estabelecimentos novos é obrigatório a apresentação dos seguintes documentos:

I - requerimento simples dirigido ao responsável pelo serviço de inspeção municipal;

II - laudo de aprovação prévia do terreno, realizado de acordo com instruções baixadas pela Secretaria Municipal de Agricultura;

III - Licença Ambiental Prévia emitida pelo Órgão Ambiental competente ou estar de acordo com a Resolução do CONAMA nº 385/2006. Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA nº 385/2006 são dispensados de apresentar a Licença Ambiental Prévia, sendo que no momento de iniciar suas atividades devem apresentar somente a Licença Ambiental Única.

IV - Documento da autoridade municipal e órgão de saúde pública competentes que não se opõem à instalação do estabelecimento.

V - apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou CPF do produtor para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documentação que comprove legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos, próprios ou de uma Figura Jurídica a qual estejam vinculados;

VI - planta baixa ou croquis das instalações, com lay-out dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

VII - memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

VIII - boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais;

§1º O pedido de aprovação prévia do terreno deve ser instruído com o laudo de inspeção elaborado por servidor do SIM.

§2º Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

Art. 24. As plantas ou croquis a serem apresentadas para aprovação prévia de construção devem ser assinados pelo proprietário ou representante legal do estabelecimento e pelo engenheiro responsável pela elaboração e conter:

I - planta baixa ou croqui de cada pavimento na escala de 1:100 (um por cem);

II - planta baixa ou croqui com leiaute dos equipamentos na escala de 1:100 (um por cem);

§1º As convenções de cores das plantas ou croqui devem seguir as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§2º Nos casos em que as dimensões dos estabelecimentos não

permitam visualização nas escalas previstas em uma única prancha, estas podem ser redefinidas nas escalas imediatamente subsequentes.

§3º Tratando-se de agroindústria rural de pequeno e médio porte as plantas poderão ser substituídas por croquis a serem elaborados por engenheiro responsável ou técnicos dos Serviços de Extensão Rural do Estado ou do Município.

Art. 25. O estabelecimento solicitante de aprovação dos projetos não pode dar início às construções sem que as mesmas tenham sido previamente aprovadas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 26. A construção dos estabelecimentos deve obedecer a outras exigências que estejam previstas em legislação municipal, desde que não colidam com as exigências de ordem sanitária ou industrial previstas neste Regulamento ou atos complementares expedidos pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 27. Nos estabelecimentos de produtos de origem animal, destinados à alimentação humana, para fins de registro ou relacionamento e funcionamento, exceto para unidade móvel de extração, é obrigatória a apresentação prévia de boletim oficial de análise da água de abastecimento, atendendo os padrões de potabilidade estabelecidos pelo órgão competente.

§1º Nos casos em que o estabelecimento é servido por rede de abastecimento pública ou privada, as análises prévias da água de abastecimento não se fazem necessárias.

§2º Onde não for constatada a potabilidade da água, e o caso permitir, mediante autorização do Serviço de Inspeção Municipal, se fará necessário a implementação de equipamento de cloração da água de abastecimento.

Art. 28. Para a instalação do Serviço de Inspeção Municipal, além das demais exigências fixadas neste Regulamento, o estabelecimento deve apresentar os Programas de Boas Práticas de Fabricação – BPF e de Procedimento Padrão de Higiene Operacional – PPHO, ou programas considerados equivalentes pelo SIM, para serem implementados no estabelecimento em referência.

Art. 29. Finalizadas as construções do projeto industrial aprovado, apresentados os documentos exigidos no presente Regulamento, a Inspeção Municipal deve instruir o processo com laudo final higiênico-sanitário e tecnológico do estabelecimento, sempre que possível acompanhado de registros fotográficos, com parecer conclusivo para registro no Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 30. Cumpridas as exigências do presente Regulamento será autorizado o funcionamento do estabelecimento e será instalado o Serviço de Inspeção, concomitantemente deverá ser encaminhada a emissão do Título de Registro no SIM.

§1º Qualquer estabelecimento que interrompa seu funcionamento por período superior a 6 (seis) meses, só poderá reiniciar os trabalhos mediante inspeção prévia de todas as dependências, instalações e equipamentos, respeitada a sazonalidade das atividades industriais.

§2º Será cancelado o registro ou relacionamento do estabelecimento que interromper seu funcionamento pelo prazo de 3 (três) anos.

#### IV - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Art. 31. O estabelecimento deverá ser instalado afastado dos limites da via pública, preferentemente a 5 m (cinco metros), com entradas laterais que permitam a movimentação e circulação de

veículos transportadores de matérias-primas e veículos transportadores de produtos, quando possível com entradas independentes.

Parágrafo único. As dependências que por sua natureza produzam mau cheiro devem estar localizadas de maneira que os ventos predominantes e a situação topográfica do terreno não levem em direção ao estabelecimento poeiras ou emanações.

Art. 32. Os estabelecimentos de produtos de origem animal devem satisfazer às seguintes condições básicas e comuns, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis:

I - Dispor de área suficiente para construção das instalações industriais e demais dependências, quando necessárias;

II - As vias e áreas que se encontram dentro dos limites do estabelecimento deverão ter uma superfície compacta, ou pavimentada, apta para o trânsito de veículos, com escoamento adequado e meios que permitam a sua limpeza;

III - Todas as seções deverão possuir iluminação e ventilação naturais adequadas em todas as dependências, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis;

IV - A iluminação artificial far-se-á por luz fria, com dispositivo de proteção contra estilhaços ou queda sobre produtos, observando-se um mínimo de intensidade luminosa de 300 lux nas áreas de manipulação e de 50.0 lux nas áreas de inspeção, considerando-se os valores medidos ao nível das mesas, plataformas ou locais de execução das operações;

V - Possuir pisos convenientemente impermeabilizados com material adequado, devendo ser construídos de modo a facilitar a higienização, a coleta das águas residuais e sua drenagem para a rede de esgoto;

VI - As paredes e separações deverão ser revestidas ou impermeabilizadas, com material adequado, devendo ser construídas de modo a facilitar a higienização, com ângulos entre paredes e pisos arredondados e revestidos com o mesmo material de impermeabilização;

VII - As paredes deverão ser lisas, de cor clara, resistentes e impermeabilizadas, como regra geral, até a altura mínima de dois metros e quando forem azulejadas devem ser rejuntadas com cimento ou massa apropriada, mantendo espaçamento mínimo entre si.

VIII - As portas de acesso de pessoal e de circulação interna deverão ser do tipo vai-vem ou com dispositivo para se manterem fechadas, com largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de fácil abertura, de modo a ficarem livres os corredores e passagens.

IX - O material empregado na construção das portas deverá ser não oxidável, impermeável e resistente às higienizações;

X - As janelas deverão ser de caixilhos não oxidáveis, com parapeitos em plano inclinado (chanfrados) e impermeabilizadas (ângulo de 45°), providas de telas milimétricas não oxidáveis à prova de insetos e removíveis, sendo dimensionadas de modo a propiciarem suficiente iluminação e ventilação naturais;

XI - Possuir forro de material adequado em todas as dependências onde se realizem trabalhos de recebimento, manipulação e preparo de matérias-primas e produtos comestíveis e nas dependências onde não exista forro a superfície interna do telhado deve ser construída de forma a evitar o acúmulo de sujidade, o desprendimento de partículas e proporcionar perfeita vedação à entrada de pragas, não sendo recomendável o uso de pintura no forro das dependências onde as carcaças estiverem sendo manipuladas e que ainda não receberam a proteção de embalagem, exceto quando houver a garantia de que a tinta usada é atóxica e que não existe a possibilidade de sua escamação.

XII - O forro será dispensado nos casos em que a cobertura for de estrutura metálica, refratária ao calor solar e proporcionar perfeita vedação à entrada de insetos, pássaros etc, ou quando forem usadas telhas tipo fibro-cimento fixadas diretamente sobre vigas de concreto armado.

XIII - Quando as vigas forem de madeira, estas deverão estar em

bom estado de conservação e serem pintadas com tinta óleo ou outro material aprovado pela inspeção.

XIV - O telhado de meia-água é permitido, desde que possa ser mantido o pé direito à altura mínima de 3,00 m para as dependências correspondentes em novas construções, ou mínimo de 2,60 m em casos de construções já existentes, desde que aprovados os projetos junto ao Serviço de Inspeção Municipal, com exceção das salas de abate que deverão obedecer a altura mínima prevista neste Regulamento.

XV - O piso deve ser construído de material impermeável, liso e antiderrapante, resistente a choques, atritos e ataques de ácidos, com declive de 1,5 a 3% (um e meio a três por cento) em direção às canaletas, para a perfeita drenagem.

XVI - Na construção dos pisos poderão ser usados materiais do tipo "gressit", "korodur", cerâmica industrial, cimento ou outros materiais, desde que aprovados pela Inspeção.

XVII - Nas câmaras frigoríficas, a inclinação do piso será orientada no sentido das ante câmaras e destas para o exterior, não se permitindo no local, instalações de ralos coletores.

XVIII - Dispor de rede de esgoto adequada em todas as dependências, projetada e construída de forma a facilitar a higienização, e que apresente dispositivos e equipamentos a fim de evitar o risco de contaminação industrial e ambiental;

XIX - A rede de esgotos em todas as dependências devem ter dispositivos adequados, que evite refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligados a tubos coletores e este ao sistema geral de escoamento, dotado de canalização e instalações para retenção de gorduras, resíduos e corpos flutuantes, bem como de dispositivos de depuração artificial e dotados de caixas de inspeção.

XX - Os estabelecimentos que adotarem canaletas no piso com a finalidade de facilitar o escoamento das águas residuais, poderão ser estas cobertas com grades ou chapas metálicas perfuradas, não se permitindo qualquer outro material como pranchões de madeira.

XXI - As canaletas devem medir 0,25 m (vinte e cinco centímetros) de largura e 0,10 (dez centímetros) de profundidade, tomada esta em seus pontos mais rasos e terão fundo côncavo, com declive mínimo de 3% (três por cento) em direção aos coletores e suas bordas reforçadas com cantoneiras de ferro.

XXII - Os esgotos de condução de resíduos não comestíveis deverão ser lançados nos condutores principais através de piletas e sifões.

XXIII - A rede de esgoto sanitário, sempre independente da de esgoto industrial, também estará sujeita à aprovação da autoridade sanitária competente.

XXIV - Em abatedouros a canaleta de sangria será construída em alvenaria, inteiramente impermeabilizada com reboco de cimento alisado ou outro material adequado, ou coletado em recipientes adequados para tal fim.

XXV - O sangue quando não for terceirizado, será cozido, visto que jamais poderá ser lançado "in natura" nos efluentes da indústria.

XXVI - Não será permitido o retorno das águas servidas, permitindo-se a confluência da rede das águas servidas dos pré-resfriadores para condução de outros resíduos não comestíveis, desde que comprovadamente tais conexões não promovam nenhum inconveniente tecnológico e higiênico sanitário.

XXVII - Dispor de equipamentos e utensílios adequados, de fácil higienização, resistentes à corrosão, não tóxicos e que não permitam o acúmulo de resíduos, sendo que a localização dos equipamentos deverá atender a um bom fluxo operacional evitando a contaminação cruzada.

XXVIII - dispor de dependências, instalações e equipamentos para manipulação de produtos não comestíveis, quando for o caso, devidamente separados dos produtos comestíveis, devendo os utensílios utilizados para produtos não comestíveis ser de uso exclusivo para esta finalidade;

XXIX - Deverá existir barreira sanitária completa em todos os acessos ao interior da indústria constituída de lavador de botas com escova, lavatórios de mãos que não utilizem o fechamento manual,

sabão líquido inodoro, papel toalha, lixeira com pedal e sanitizantes para as mãos.

XXX - Dispor de rede de abastecimento de água, com instalações apropriadas para armazenamento e distribuição, suficiente para atender as necessidades do trabalho industrial e as dependências sanitárias e, quando for o caso, dispor de instalações para tratamento de água;

XXXI – Dispor de rede diferenciada e identificada para água não potável, quando esta for utilizada para combate de incêndios, refrigeração e outras aplicações que não ofereçam risco de contaminação aos alimentos;

XXXII - Dispor de água fria e, quando necessário de água quente com temperatura mínima de 85°C, em quantidade suficiente em todas as dependências de manipulação e preparo;

XXXIII - A instalação de caldeira, quando necessário, obedecerá as normas específicas quanto à sua localização e sua segurança.

XXXIV - Nas seções onde são manipulados carnes e vísceras deverão dispor de lavatórios de mãos com torneiras acionadas à pedal, joelho ou outro meio que não utilize o fechamento manual, providos de sabão líquido inodoro.

XXXV - Possuir instalação de frio em número e área suficientes, segundo a capacidade e a finalidade do estabelecimento;

XXXVI - Os equipamentos e utensílios, tais como mesas, calhas, carrinhos, caixas, bandejas e outros continentes que recebam produtos comestíveis, serão de superfície lisa, de fácil higienização e sem cantos angulares, de chapa de material inoxidável, permitindo-se o emprego de material plástico apropriado às finalidades, ou ainda outro material que venha a ser aprovado pelo Serviço de Inspeção e de um modo geral, as superfícies dos equipamentos que estejam ou possam vir a estar em contato com as carnes, incluindo soldaduras e juntas, devem manter-se lisas.

XXXVII - Os carros e/ou bandejas para produtos não-comestíveis poderão ser construídos em chapa galvanizada e pintados de cor vermelha com a inscrição "não comestíveis".

Art. 33. Os estabelecimentos deverão ainda atender aos seguintes requisitos em relação às instalações:

I - As dependências auxiliares, quando forem necessárias, poderão ser construídas em anexo ao prédio da indústria, porém com acesso externo e independente das demais áreas da indústria.

II – dispor de uma única unidade de sanitário/vestiário para estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte com até 8 trabalhadores, sendo que poderá ser utilizado sanitários já existentes na propriedade, desde que não fiquem a uma distância superior à 40 m (quarenta metros) e o piso entre o sanitário/vestiário e o prédio industrial seja pavimentado, e acima de 8trabalhadores o sanitário e vestiário deverão ser proporcional ao número de pessoal, de acordo com a legislação específica, com acesso indireto à área de processamento, com fluxo interno adequado e independentes para as seções onde são manipulados produtos comestíveis, de acesso fácil, respeitando-se as particularidades de cada seção e em atendimento às BPF.

III – Os sanitários terão sempre à sua saída lavatórios de mãos com torneiras que não utilizem o fechamento manual, providos de sabão líquido inodoro, papel toalha e lixeira.

IV – Estabelecimentos agroindustriais rural de pequeno porte com até 8 trabalhadores, são dispensados de dispor de refeitório, podendo ser utilizado a casa da propriedade e acima disso, o refeitório será instalado convenientemente, de acordo com a legislação específica, proibindo-se que outras dependências ou áreas dos estabelecimentos sejam usadas para tal finalidade.

V – O sistema de lavagem de uniformes e outras, deve atender aos princípios das boas práticas de higiene, seja em lavanderia própria, terceirizada ou outra forma de lavagem.

Art. 34. Qualquer ampliação, remodelação ou construção no estabelecimento registrado ou relacionado, em suas dependências e instalações, só pode ser feita após aprovação prévia dos projetos

pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 35. Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento de produtos de origem animal, sem que esteja completamente instalado e equipado para a finalidade a que se destine.

Parágrafo único. As instalações e os equipamentos de que tratam este artigo compreendem as dependências mínimas, equipamentos e utensílios diversos, em face da capacidade de produção de cada estabelecimento, conforme o presente Regulamento.

Art. 36. O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.

Parágrafo único. O Serviço de Inspeção Municipal pode permitir a utilização dos equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal, para o preparo de produtos industrializados que, em sua composição principal, não haja produtos de origem animal, mas estes produtos não podem constar impressos ou gravados, os carimbos oficiais de inspeção previstos neste Regulamento, estando os mesmos sob responsabilidade do órgão competente.

## V - AS CONDIÇÕES DE HIGIENE

Art. 37. Os estabelecimentos são responsáveis por assegurar que todas as etapas de fabricação dos produtos de origem animal são realizadas de forma higiênica, a fim de obter produtos inócuos, que atendam aos padrões de qualidade, que não apresentem risco à saúde, à segurança e ao interesse econômico do consumidor.

Parágrafo único. O controle dos processos de fabricação deve ser desenvolvido e aplicado pelo estabelecimento, o qual deve apresentar os registros sistematizados auditáveis que comprovem o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos no presente Regulamento.

Art. 38. Todas as dependências, equipamentos e utensílios dos estabelecimentos, inclusive reservatórios de água e fábrica e silos de reservatório de gelo, devem ser mantidos em condições de higiene, antes, durante e após a elaboração dos produtos.

§1º Durante os procedimentos de higienização nenhuma matéria-prima ou produto deve permanecer nos locais onde está sendo realizada a operação de limpeza;

§2º Os produtos utilizados na higienização deverão ser previamente aprovados pelo órgão competente;

Art. 39. Os equipamentos e utensílios devem ser higienizados de modo a evitar a contaminação cruzada entre aqueles utilizados no acondicionamento de produtos comestíveis daqueles utilizados no acondicionamento de produtos não comestíveis.

Art. 40. Os estabelecimentos devem ser mantidos livres de pragas e vetores.

§1º O uso de substâncias para o controle de pragas só é permitido nas dependências não destinadas à manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante conhecimento do Serviço de Inspeção Municipal.

§ 2º É proibida a permanência de cães e gatos e de outros animais nos estabelecimentos.

Art. 41. Os funcionários envolvidos de forma direta ou indireta em

todas as etapas de produção ficam obrigados a cumprir práticas de higiene pessoal e operacional que preservem a inocuidade dos produtos.

Parágrafo único. Os funcionários que trabalham em setores em que se manipule material contaminado, ou que exista maior risco de contaminação, devem praticar hábitos higiênicos com maior frequência e não circular em áreas de menor risco de contaminação, de forma a evitar a contaminação cruzada.

Art. 42. A embalagem produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo único. Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Art. 43. É proibida em toda a área industrial, a prática de qualquer hábito que possa causar contaminações nos alimentos, tais como comer, fumar, cuspir ou outras práticas antihigiênicas, bem como a guarda de alimentos, roupas, objetos e materiais estranhos.

Parágrafo único. Deve ser prevista a separação de áreas ou a definição de fluxo de funcionários dos diferentes setores nas áreas de circulação comuns, de forma a evitar a contaminação cruzada.

Art. 44. Durante todas as etapas de elaboração, desde o recebimento da matéria-prima até a expedição, incluindo o transporte, é proibido utilizar utensílios que pela sua forma ou composição possam comprometer a inocuidade da matéria-prima ou do produto, devendo os mesmos ser mantidos em perfeitas condições de higiene e que impeçam contaminações de qualquer natureza.

Art. 45. Os funcionários que trabalham na indústria de produtos de origem animal devem estar em boas condições de saúde e dispor de atestado fornecido por médico do trabalho ou autoridade sanitária oficial do município.

§1º Nos atestados de saúde de funcionários envolvidos na manipulação de produtos deve constar a declaração de que os mesmos estão "aptos a manipular alimentos".

§2º O funcionário envolvido na manipulação de produtos deve ser imediatamente afastado do trabalho sempre que fique comprovada a existência de doenças que possam contaminar os produtos, comprometendo sua inocuidade.

§3º Nos casos de afastamento por questões de saúde, o funcionário só poderá retornar às atividades depois de apresentar documento de saúde que ateste sua aptidão a manipular alimentos.

Art. 46. Todo o pessoal que trabalha com produtos comestíveis, desde o recebimento até a expedição, deverá usar uniformes claros, em perfeito estado de higiene e conservação, sendo: calça, jaleco, gorro, boné ou touca e botas.

§1º Quando utilizados protetores impermeáveis, estes deverão ser de plástico transparente ou branco, proibindo-se o uso de lona ou similares.

§2º O avental, bem como quaisquer outras peças de uso pessoal, serão guardados em local próprio, sendo proibida a entrada de operários nos sanitários, portando tais aventais.

Art. 47. Câmara frigorífica, antecâmara e túnel de congelamento, quando houverem, devem ser higienizados regularmente, respeitadas suas particularidades, pelo emprego de substâncias

previamente aprovadas pelo órgão competente.

Art. 48. Nos estabelecimentos de leite e derivados é obrigatória a rigorosa lavagem e sanitização de vasilhames e dos veículos transportadores de matérias-primas e produtos.

Art. 49. Nos estabelecimentos de produtos das abelhas que recebem matéria-prima em baldes ou tambores, é obrigatória a rigorosa lavagem e sanitização dos vasilhames para sua devolução.

## VI - OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 50. Os proprietários de estabelecimentos sob Inspeção Municipal ficam obrigados a:

I - cumprir todas as exigências que forem pertinentes contidas no presente Regulamento;

II - fornecer os dados estatísticos de interesse do Serviço de Inspeção, na forma por ela requerida, alimentando o sistema informatizado do sistema de inspeção, no máximo até o décimo dia útil de cada mês subsequente ao vencido e sempre que for solicitado pelo respectivo serviço de inspeção;

III - dar aviso antecipado de 12 (doze) horas, no mínimo, sobre a realização de quaisquer trabalhos sob inspeção permanente, mencionando sua natureza, hora de início e de provável conclusão;

IV - dar aviso antecipado de 24 (vinte e quatro) horas no mínimo, nos estabelecimentos sob inspeção periódica, sobre a paralisação ou reinício parcial ou total das atividades industriais, troca ou instalação de equipamentos e expedição de produtos que requeiram certificação sanitária;

V - manter locais apropriados para recebimento e guarda de matérias-primas e produtos que necessitem de re-inspeção, bem como para sequestro de carcaças ou partes de carcaça, matérias-primas e produtos suspeitos;

VI - fornecer substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não haja instalações para sua transformação imediata;

VII - manter em dia o registro do recebimento de animais, matérias-primas e insumos, especificando procedência e qualidade, produtos fabricados, saída e destino dos mesmos, que deverá estar disponível para consulta do Serviço de Inspeção, a qualquer momento;

VIII - manter equipe regularmente treinada e habilitada para execução das atividades do estabelecimento;

IX - garantir o livre acesso de servidores à todas as instalações do estabelecimento para a realização dos trabalhos de inspeção, fiscalização, supervisão, auditoria, colheita de amostras, verificação de documentos ou outros procedimentos de inspeção previstos no presente Regulamento;

X - realizar imediatamente o recolhimento dos produtos elaborados e eventualmente expostos à venda quando for constatado desvio no controle de processo, que possa incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 51. Cancelado o registro ou o relacionamento, os materiais pertencentes ao Governo Municipal, inclusive de natureza científica, os documentos, certificados, lacres e carimbos oficiais serão recolhidos pelo Serviço de Inspeção.

Art. 52. No caso de cancelamento de registro ou relacionamento de estabelecimento, fica o mesmo obrigado a inutilizar a rotulagem existente em estoque, sob supervisão do Serviço de Inspeção.

Art. 53. Os estabelecimentos devem apresentar toda documentação solicitada pelo Serviço de Inspeção, seja ela de natureza contábil, analítica ou registros de controle de recebimento, estoque, produção, comercialização ou quaisquer outros necessários às atividades de fiscalização.

Art. 54. O Serviço de inspeção junto aos estabelecimentos de abate deve, ao final de cada dia de atividade, fornecer aos proprietários dos animais que tenham sido abatidos, laudo onde constem as eventuais enfermidades ou patologias diagnosticadas durante a realização da inspeção sanitária.

§1º Os estabelecimentos onde os abates tenham sido efetuados, ficam responsáveis pela entrega, mediante recibo, dos mencionados laudos aos proprietários dos animais, retornando cópias com o recebido para arquivo no Serviço de Inspeção.

§2º A notificação mencionada aos proprietários dos animais abatidos não dispensa o Serviço de Inspeção, de encaminhar mapas mensais com os resultados das inspeções sanitárias aos órgãos oficiais responsáveis pela sanidade animal.

Art. 55. Todos os estabelecimentos de leite e derivados e de produtos das abelhas e derivados devem registrar diariamente, as entradas, saídas e estoques de matérias-primas e produtos, especificando origem, quantidade, resultados de análises de seleção, controles do processo produtivo e destino.

§1º Em estabelecimentos de leite e derivados, quando do recebimento de matéria-prima a granel, devem ser arquivados, para fins de verificação do serviço de inspeção, a etiqueta-lacre e o boletim de análises.

§2º Os estabelecimentos de leite, produtos lácteos ou de produtos das abelhas que recebem matérias-primas devem manter atualizado o cadastro desses produtores em sistema de informação adotado pelo Serviço de Inspeção Municipal.

## VII - INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS

### 1) Inspeção industrial e sanitária de carnes e derivados

Art. 56. Nos estabelecimentos sob Inspeção Municipal é permitido o abate de bovídeos, equídeos, suídeos, ovinos, caprinos, aves domésticas e lagomorfos, bem como de animais exóticos, animais silvestres e pescado, usados na alimentação humana, desde que atendidas às demais disposições do presente Regulamento.

§1º O abate de diferentes espécies em um mesmo estabelecimento pode ser realizado desde que haja instalações e equipamentos adequados para a finalidade.

§2º O abate pode ser realizado desde que seja evidenciada a completa segregação entre as diferentes espécies e seus respectivos produtos durante todas as etapas do processo, respeitadas as particularidades de cada espécie, inclusive quanto a higienização das instalações e equipamentos.

#### 1.a) Inspeção Ante Mortem

Art. 57. A entrada de animais em qualquer dependência do estabelecimento deve ser feita com prévio conhecimento do Serviço de Inspeção.

§1º Por ocasião da chegada de animais, a Inspeção deve verificar os documentos de procedência e julgar as condições físicas e sanitárias de cada lote, registrando em documento específico.

§2º Qualquer caso suspeito implica no exame clínico dos animais envolvidos, procedendo-se, quando necessário, ao isolamento de todo o lote e aplicando-se ações de sanidade animal que cada caso exigir.

§3º Quando da recepção de animais fora do horário normal de

funcionamento ou na ausência de funcionário da Inspeção, desde que documentados e identificados, estes devem ser desembarcados e alojados em instalações apropriadas e exclusivas, onde aguardarão avaliação pela Inspeção. Os animais que chegarem em veículos transportadores lacrados por determinações sanitárias, só podem ser desembarcados na presença da Inspeção.

Art. 58. Quando houver suspeita de doenças infectocontagiosas de notificação imediata determinada pelo setor competente pela sanidade animal, além das medidas já estabelecidas, cabe à Inspeção proceder como se segue:

- I - notificar ao setor competente pela sanidade animal;
- II - isolar os animais suspeitos e manter o lote sob observação enquanto se aguarda definição das medidas epidemiológicas de sanidade animal a serem adotadas; e
- III - determinar a imediata desinfecção dos locais, equipamentos e utensílios que possam ter tido contato com resíduos dos animais ou qualquer outro material que possa ter sido contaminado, atendendo as recomendações estabelecidas pelo setor competente.

Art. 59. Nos casos em que no ato da inspeção ante mortem os animais sejam suspeitos de zoonoses, enfermidades infectocontagiosas ou tenham apresentado reação inconclusiva ou positiva em testes diagnósticos para essas enfermidades, o abate deve ser realizado em separado dos demais animais, adotando-se as medidas profiláticas cabíveis.

Parágrafo único. No caso de suspeita de outras doenças não previstas no presente Regulamento, o abate deve ser realizado também em separado, para melhor estudo das lesões e verificações complementares.

Art. 60. Os estabelecimentos são obrigados a adotar medidas para evitar maus tratos aos animais, aplicando ações que visam à proteção e bem-estar animal, desde o embarque na propriedade de origem até o momento do abate.

Art. 61.. É proibido o abate de animais que não tenham permanecido em descanso, jejum e dieta hídrica, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Parágrafo único. O descanso, jejum e dieta hídrica dos animais devem atender às normas complementares.

Art. 62.. Além do exame por ocasião da chegada ao estabelecimento, os lotes de animais devem ser ainda examinados momentos antes do abate.

§ 1º este exame deve ser realizado preferencialmente pelo mesmo inspetor encarregado pela inspeção post mortem.

§2º Qualquer caso suspeito implica no exame clínico do animal ou animais, procedendo-se de acordo com as medidas estabelecidas no presente Regulamento e normas complementares.

Art. 63.Nenhum animal ou lote pode ser abatido sem autorização da Inspeção.

Art. 64.. Deve ser evitado, a critério da Inspeção, o abate de:

- I - fêmeas em estado de gestação;
- II - aves que apresentem repleção do trato gastrointestinal.

Art. 65.. As fêmeas em gestação ou de parto recente, não portadoras de doença infectocontagiosa, podem ser retiradas do estabelecimento, para melhor aproveitamento.

Parágrafo único. As fêmeas com sinais de parto recente ou aborto

só podem ser abatidas no mínimo 10 (dez) dias depois do parto, desde que não sejam portadoras de doença infectocontagiosa, caso em que são julgadas de acordo com o presente Regulamento.

Art. 66.. Animais com sinais clínicos de paralisia decorrente de alterações metabólicas ou patológicas devem ser destinados ao abate de emergência.

Parágrafo único. No caso de paralisia decorrente de alterações metabólicas é permitido retirar os animais para tratamento.

Art. 67. É proibido o abate de suídeos não castrados ou de animais que mostrem sinais de castração recente.

Parágrafo único. É permitido o abate de animais castrados por métodos não cirúrgicos, desde que o processo seja aprovado pelo setor competente.

Art. 68.. Quando no exame ante mortem forem constatados casos isolados de doenças não contagiosas, que pelo presente Regulamento permitam o aproveitamento condicional ou impliquem na condenação total do animal, o mesmo deve ser abatido ao final do abate ou em instalações próprias para este fim.

Art. 69.. Os animais de abate que apresentam alterações de temperatura, hipotermia ou hipertermia, podem ser condenados levando-se em consideração as condições climáticas, de transporte e os demais sinais clínicos apresentados, a critério da Inspeção.

Parágrafo único. O presente artigo não se aplica às espécies de abate em que não é realizada a termometria.

Art. 70.. A existência de animais mortos ou impossibilitados de locomoção, em veículos transportadores, nas instalações para recepção e acomodação de animais ou em qualquer dependência do estabelecimento, deve ser imediatamente levada ao conhecimento da Inspeção, para providenciar o sacrifício ou necropsia, bem como determinar as medidas que se façam necessárias.

Parágrafo único. As necropsias devem ser realizadas em local específico.

Art. 71.. Quando a Inspeção autorizar o transporte de animais mortos ou agonizantes para a Necropsia deve ser utilizado veículo ou continente especial, apropriado, impermeável e que permita desinfecção logo após seu uso.

§1º No caso de animais mortos com suspeita de doença infectocontagiosa deve ser feito o tamponamento das aberturas naturais do animal antes do transporte, de modo a ser evitada a disseminação das secreções e excreções.

§2º Confirmada a suspeita, o animal morto deve ser incinerado ou auto-clavado em equipamento próprio, público ou privado que permita a destruição do agente. As aves necropsiadas podem ser encaminhadas ao setor ou estabelecimento que processa produtos não comestíveis.

§3º Concluídos os trabalhos de necropsias, o veículo ou continente utilizado no transporte, o piso da dependência e todos os equipamentos e utensílios que entraram em contato com o animal devem ser lavados e desinfetados.

Art. 72.. A Inspeção levará ao conhecimento do setor competente pela sanidade animal o resultado das necropsias que evidenciarem doenças infecto-contagiosas, remetendo, quando necessário, material para diagnóstico aos laboratórios oficiais ou credenciados, conforme recomendações do setor em questão.

Art. 73. O lote de animais no qual se verifique qualquer caso de morte natural só deve ser abatido depois do resultado da necropsia, respeitadas as particularidades das diferentes espécies de abate.

Parágrafo único. Considerando-se as particularidades de cada espécie, deve ser realizada a necropsia sempre que a mortalidade registrada no lote de animais, até o momento do abate, for considerada superior àquela estabelecida nas normas complementares ou quando houver suspeita clínica de enfermidades, a critério da Inspeção.

Art. 74.. A inspeção ante mortem de répteis se aplica aos jacarés e quelônios.

§1º Na inspeção ante mortem de jacarés, devem ser observados os seguintes critérios:

I - quando apresentem estado de caquexia, devem ser abatidos em separado ou no final do processo normal de abate e condenados;  
II - quando oriundos de confinamento e apresentem lesões provenientes de canibalismo, podem ser afastados do abate para recuperação; e  
III - quando apresentem outras lesões ou afecções não provenientes de canibalismo, devem ser separados para melhor avaliação e destino.

§2º Na inspeção ante mortem de quelônios, devem ser observados:

I - os aspectos sanitários e nutricionais no casco;  
II - a inspeção visual e tátil da carapaça, plastrão, pontes, narinas, olhos, pele e garras; e  
III - a presença de secreções leitosas ou purulentas nas narinas, edemas generalizados dos membros, feridas e abrasões na pele, presença de ectoparasitas, letargia e dificuldade de movimentação, não retração dos apêndices quando manipulados, conjuntivites infecciosas, cerato-conjuntivites, ceratites, exoftalmia, ou outras doenças e afecções, devendo ser abatidos em separado.

Art. 75.. A inspeção ante mortem de anfíbios se aplica às rãs.

I - na inspeção ante mortem, as rãs devem apresentar postura normal, olhos vivos, pele úmida e brilhante; e  
II - os animais que apresentem sinais de contusão ou esmagamento, edema generalizado, apatia, abdômen inchado, hemorragias pelas aberturas naturais ou pele, manchas avermelhadas, ulcerações na pele, cabeça encolhida ou outras afecções, devem ser abatidos em separado.

Art. 76.. A inspeção de pescado abrange os procedimentos de depuração, insensibilização, sangria, abate e transporte de peixes de cultivo, realizados em propriedade rural, fazenda de cultivo ou equivalente, considerando os preceitos de bem-estar animal e risco mínimo de veiculação e disseminação de doenças, e, ainda outros procedimentos equivalentes aos aplicados para as demais espécies animais de abate, definidos no presente Regulamento e em normas complementares.

Art. 77.. O estabelecimento é obrigado a fornecer, previamente ao abate, a documentação necessária para a verificação pelo serviço de inspeção das condições sanitárias do lote e programação de abate, constando dados referentes à rastreabilidade, número de animais ingressos no estabelecimento, procedência, espécie, sexo, idade, meio de transporte, hora de chegada e demais exigências previstas em legislação específica.

1.b) Processo de abate de animais

Art. 78.. Matança de emergência é o abate dos animais que chegam

ao estabelecimento em precárias condições de saúde, impossibilitados de atingirem a dependência de abate por seus próprios meios, bem como dos que foram excluídos do abate normal, após exame ante morte.

Parágrafo único. Devem ser abatidos de emergência animais doentes, que apresentem sinais de doenças infecto-contagiosas de notificação imediata, agonizantes, contundidos, com fraturas, hemorragia, hipotermia ou hipertermia, impossibilitados de locomoção, com sinais clínicos neurológicos e outros estados, a critério da Inspeção.

Art. 79. Nos casos de dúvida no diagnóstico de processo septicêmico, a Inspeção realizará colheita de material para exame bacteriológico, principalmente quando houver inflamação dos intestinos, úbere, útero, articulações, pulmões, pleura, peritônio ou lesões supuradas e gangrenosas.

Parágrafo único. Quando se tratar de animais com sinais clínicos neurológicos, a Inspeção poderá realizar colheita de material para envio a laboratórios oficiais ou credenciados para diagnóstico, atendendo ao disposto em normas complementares.

Art. 80.. É proibida a matança de emergência na ausência de funcionário da Inspeção.

Art. 81. São considerados impróprios para consumo humano os animais que, abatidos de emergência, se enquadrem nos casos de condenação previstos no presente Regulamento ou a critério da Inspeção.

Art. 82. As carcaças de animais abatidos de emergência que não foram condenadas podem ser destinadas ao aproveitamento condicional ou, não havendo qualquer comprometimento sanitário, liberadas, conforme previsto no presente Regulamento, a critério da Inspeção.

Art. 83. Animais que tenham morte acidental nas dependências do estabelecimento, desde que imediatamente sangrados, podem ser aproveitados, a critério da Inspeção.

Parágrafo único. Nesses casos, a Inspeção deve avaliar a quantidade de sangue retida na musculatura, fenômenos congestivos das vísceras, sobretudo fígado, rins, baço e do tecido subcutâneo, verificar se a face interna da pele está ressecada, avaliando ainda a presença de congestão hipostática, se a ferida de sangria tem ou não suas bordas infiltradas de sangue, a coloração da parede abdominal e odor no momento da evisceração, além de outros sinais e informações que obtenha, para julgar se a sangria e a evisceração foram ou não realizadas a tempo.

Art. 84. Só é permitido o abate humanitário de animais, utilizando-se prévia insensibilização baseada em princípios científicos, seguida de imediata sangria.

§1º Os métodos empregados para cada espécie animal devem ser aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal, cujas especificações e procedimentos devem ser disciplinados em normas complementares.

§2º É facultado o abate de animais de acordo com preceitos religiosos quando destinados total ou parcialmente ao consumo por comunidade religiosa que os requeira.

I - Os estabelecimentos autorizados a realizar abate de animais para atender preceitos religiosos deverão dispor de instalações, equipamentos e utensílios adequados a esta finalidade e as operações deverão ser executadas em consonância com o disposto no presente Regulamento.

Art. 85. Antes de chegar à dependência de abate, os animais devem passar por banho de aspersão com água suficiente para promover a limpeza e remoção de sujidades, conforme normas complementares.

Parágrafo único. O banho de aspersão pode ser dispensado atendendo às particularidades de cada espécie.

Art. 86. A sangria deve ser a mais completa possível e realizada com o animal suspenso pelos membros posteriores ou por outro método aprovado pelo SIM.

Parágrafo único. Nenhuma manipulação pode ser iniciada antes que o sangue tenha escoado o máximo possível, respeitando o período mínimo previsto em normas complementares.

Art. 87. As aves podem ser depenadas por quaisquer dos seguintes processos:

- I - a seco;
- II - após escaldagem em água previamente aquecida e com renovação; ou
- III - outro processo autorizado pelo SIM.

Parágrafo único. A depenagem pode ser seguida ou não de imersão em substâncias adesivas.

Art. 88. É obrigatória a depilação completa de toda a carcaça de suídeos pela prévia escaldagem em água quente ou processo similar aprovado pelo SIM, sempre que for entregue ao consumo com pele.

§1º A operação depilatória pode ser completada manualmente ou por meio de equipamento apropriado e as carcaças devem ser lavadas após a execução do referido processo.

§2º É proibido o chamuscamento de suídeos sem escaldagem e depilação prévias.

§3º Pode ser autorizado o emprego de coadjuvantes de tecnologia na água de escaldagem, a juízo do SIM.

Art. 89. A Inspeção pode determinar a interrupção do abate ou a redução na velocidade de abate aprovada, sempre que julgar necessário, até que sejam sanadas as deficiências observadas.

Art. 90. A evisceração deve ser realizada em local que permita pronto exame das vísceras, de forma que não ocorram contaminações.

§1º A evisceração não deve ser retardada.

§2º Caso ocorra retardamento da evisceração, as carcaças e vísceras serão julgadas a critério da Inspeção, de acordo com o disposto em normas complementares.

§3º A Inspeção deve aplicar as medidas preconizadas neste regulamento, no caso de contaminação das carcaças no momento da evisceração.

Art. 91. Quando se tratar de partes de carcaças destinadas ao consumo humano, estas devem manter correspondência com a carcaça ou grupo de carcaças e suas vísceras e não podem ser aproveitadas ou condenadas antes da avaliação da Inspeção.

§1º A cabeça, antes de removida do corpo do animal, deve ser marcada para permitir identificação com a respectiva carcaça e suas vísceras, respeitando-se as particularidades de cada espécie.

§2º É de responsabilidade do estabelecimento a manutenção da correlação entre carcaça e vísceras e o sincronismo entre estas nas linhas de inspeção.

Art. 92. É permitida a insuflação como método auxiliar no processo tecnológico da esfolação e desossa das espécies de abate, desde que previamente aprovada pelo SIM.

§1º O ar utilizado na insuflação deve ser submetido a um processo de purificação de forma que garanta a sua qualidade física, química e microbiológica final, devendo ser monitorado regularmente por meio de análises laboratoriais.

§2º É permitida a insuflação dos pulmões para atender às exigências de abate segundo princípios religiosos

Art. 93. As carcaças ou partes de carcaças, quando submetidas a processo de resfriamento pelo ar, devem ser penduradas em câmaras específicas e dispostas de modo que haja suficiente espaço entre cada peça, e entre elas e as paredes, colunas e pisos.

Parágrafo único. É proibido depositar carcaças e produtos diretamente sobre o piso.

Art. 94. É proibido recolher novamente às câmaras, sem conhecimento e avaliação da Inspeção, produtos e matérias-primas delas retirados e que permaneceram em condições inadequadas de temperatura, podendo, desta forma, acarretar perdas de suas características originais de conservação.

Art. 95. A Inspeção deve verificar o cumprimento dos procedimentos de desinfecção de dependências e equipamentos na ocorrência de doenças infecto-contagiosas, no sentido de evitar contaminações cruzadas.

#### 1.c) Inspeção Post Mortem – Aspectos gerais

Art. 96. A inspeção post mortem consiste no exame da carcaça, partes da carcaça, cavidades, órgãos, vísceras, tecidos e linfonodos, realizada por visualização, palpação, olfação e incisão, quando necessário, e demais procedimentos definidos em normas complementares, específicas para cada espécie animal.

Art. 97. Todos os órgãos, vísceras e partes de carcaça devem ser examinados na dependência de abate, imediatamente depois de removidos das carcaças, assegurada sempre a correspondência entre eles.

Art. 98. Toda carcaça, partes de carcaça e órgãos com lesões ou anormalidades que possam torná-los impróprios para o consumo devem ser assinalados pela Inspeção e julgados após exame completo.

§1º Tais carcaças, partes de carcaça e órgãos não podem ser subdivididos ou removidos para outro local, sem autorização expressa da Inspeção.

§2º Quando se tratar de doenças infectocontagiosas, o destino dado aos órgãos não deve ser mais brando do que aquele dado à respectiva carcaça.

§3º As carcaças, partes de carcaças, ou órgãos condenados ficam sequestrados pela Inspeção e são conduzidos ao destino adequado por meio de chutes, carrinhos especiais ou outros recipientes apropriados e identificados para este fim.

§4º Todo material condenado deve ser desnaturado ou sequestrado pela Inspeção quando não possa ser processado no dia do abate ou nos casos em que forem transportados para transformação

em outro estabelecimento.

Art. 99. As carcaças julgadas em condições de consumo devem ser marcadas com carimbos previstos no presente Regulamento, sob supervisão da Inspeção.

Parágrafo único. Pode ser dispensado o uso de carimbo em aves, lagomorfos e pescados, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Art. 100. O Serviço de Inspeção nos estabelecimentos de abate deve disponibilizar aos proprietários dos animais que tenham sido abatidos, laudo em que constem as eventuais enfermidades ou patologias diagnosticadas durante a realização da inspeção sanitária.

§1º Os estabelecimentos onde os abates tenham sido efetuados ficam responsáveis pela entrega, mediante recibo, dos mencionados laudos aos proprietários dos animais, retornando cópias acusando o recebimento para arquivo na Inspeção local.

§2º A notificação mencionada aos proprietários dos animais abatidos não dispensa o Serviço de Inspeção de fornecer os resultados das inspeções sanitárias aos órgãos oficiais responsáveis pela sanidade animal.

Art. 101. É proibida a remoção, raspagem ou qualquer prática que possa mascarar lesões das carcaças ou órgãos antes do exame da Inspeção.

Art. 102. Após a divisão da carcaça em duas metades ao longo da coluna vertebral, a Inspeção deve examinar visualmente as faces medial e lateral das metades, com ênfase na observação da pele, serosa abdominal e torácica, superfícies ósseas expostas, linfonodos superficiais e a medula espinhal, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Art. 103. Durante os procedimentos de inspeção ante e post mortem, o julgamento dos casos não previstos no presente Regulamento fica a critério da Inspeção, que deve direcionar suas ações principalmente para a preservação da inocuidade do produto, da saúde pública e da sanidade animal.

Parágrafo único. Quando houver dúvida sobre o diagnóstico a ser firmado, deve ser colhido material e encaminhado para exame laboratorial.

Art. 104. Devem ser condenadas as carcaças, partes de carcaça e órgãos que apresentem abscessos múltiplos ou disseminados com repercussão no estado geral da carcaça.

I - devem ser condenadas carcaças, partes de carcaça ou órgãos que sejam contaminadas acidentalmente com material purulento;  
II - devem ser condenadas as carcaças com alterações gerais como caquexia, anemia ou icterícia decorrentes de processo purulento;  
III - devem ser destinadas a tratamento pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças que apresentem abscessos múltiplos em vários órgãos ou partes da carcaça, sem repercussão no estado geral desta, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas;

IV - podem ser liberadas as carcaças que apresentem abscessos múltiplos, em um único órgão ou parte da carcaça, com exceção dos pulmões, sem repercussão nos linfonodos ou no estado geral da carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas;

V - podem ser liberadas as carcaças que apresentem abscessos localizados, depois de removidos e condenados os órgãos e as áreas atingidas.

Art. 105. Devem ser condenadas as carcaças que apresentem

lesões generalizadas de actinomicose ou actinobacilose ou lesões localizadas nos locais de eleição com repercussão no estado geral da carcaça.

I - quando as lesões são localizadas, comprometendo os pulmões, mas sem repercussão no estado geral da carcaça, permite-se o aproveitamento condicional desta para esterilização pelo calor, depois de condenados os órgãos lesados;

II - quando a lesão é discreta e limitada à língua, comprometendo ou não os linfonodos correspondentes, a cabeça pode ser aproveitada para esterilização pelo calor, depois da remoção e condenação da língua e seus linfonodos;

III - quando as lesões são localizadas, sem comprometimento dos linfonodos e outros órgãos, e a carcaça encontra-se em boas condições de nutrição, esta pode ser liberada para o consumo, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas;

IV - devem ser condenadas as cabeças com lesões de actinomicose, exceto quando a lesão óssea for discreta e estritamente localizada, sem supuração ou trajetos fistulosos.

Art. 106. Deve ser condenada a carcaça de animais acometidos de afecções extensas do tecido pulmonar, em processo agudo ou crônico, purulento, necrótico, gangrenoso, fibrinoso, associado ou não com outras complicações e com repercussão no estado geral da carcaça.

§1º A carcaça de animais acometidos de afecções pulmonares ou pleurais em processo agudo ou em fase de resolução, abrangendo o tecido pulmonar, com exsudato e com repercussão na cadeia linfática regional, porém sem repercussão no estado geral da carcaça, deve ser destinada ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção.

§2º Nos casos de aderências pleurais sem qualquer tipo de exsudato, resultantes de processos patológicos resolvidos e sem repercussão na cadeia linfática regional, a carcaça pode ser liberada para o consumo, após a remoção das áreas afetadas.

§3º Os pulmões que apresentem lesões patológicas de origem inflamatória, infecciosa, parasitária, traumática ou pré-agônica devem ser condenados, sem prejuízo do exame das características gerais da carcaça.

Art. 107. Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem septicemia, piemia, toxemia ou viremia, cujo consumo possa causar toxinfecção, infecção ou intoxicação alimentar.

Art. 108. Animais que tiverem reagido positivamente a testes diagnósticos para brucelose devem ser abatidos separadamente e suas carcaças, órgãos e vísceras devem ser encaminhados de acordo com avaliação da inspeção.

§1º Devem ser condenadas as carcaças de animais sorologicamente positivos, quando em estado febril no exame ante mortem.

§2º Devem ser destinadas ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças que apresentem lesões localizadas, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

§3º Devem ser condenados o úbere, o trato genital e o sangue de animais que tenham apresentado reação positiva a teste diagnóstico, mesmo na ausência de lesões indicativas de brucelose, podendo a carcaça ser liberada para consumo em natureza.

Art. 109. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais em estado de caquexia.

Art. 110. Devem ser condenadas as carcaças portadoras de carbúnculo hemático, inclusive peles, chifres, cascos, pêlos, órgãos, vísceras, conteúdo intestinal, sangue e gordura, impondo-se a

imediata execução das seguintes medidas:

I - não podem ser evisceradas as carcaças de animais com suspeita de carbúnculo hemático;

II - quando o reconhecimento ocorrer depois da evisceração, impõe-se imediatamente a desinfecção de todos os locais que possam ter tido contato com resíduos do animal, tais como áreas de sangria, pisos, paredes, plataformas, facas, serras, ganchos, equipamentos em geral, bem como o uniforme dos funcionários e qualquer outro material que possa ter sido contaminado;

III - uma vez constatada a presença de carbúnculo, o abate deve ser interrompido e imediatamente iniciada a desinfecção;

IV - recomenda-se para desinfecção o emprego de uma solução de hidróxido de sódio a 5% (cinco por cento), hipoclorito de sódio a 1% (um por cento) ou outro produto com eficácia comprovada;

V - devem ser tomadas as precauções necessárias junto aos funcionários que entraram em contato com o material carbunculooso, aplicando-se as regras de higiene e desinfecção pessoal com produtos de eficácia comprovada, devendo ser encaminhados ao serviço médico como medida de precaução;

VI - todas as carcaças e partes de carcaças, inclusive pele, cascos, chifres, órgãos, vísceras e seu conteúdo, que entraram em contato com animais ou material infeccioso, devem ser condenados;

VII - a água do tanque de escaldagem de suínos por onde tenha passado animal carbunculooso deve ser desinfetada e imediatamente removida para o esgoto.

Art. 111. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais acometidos de Carbúnculo sintomático.

Art. 112. Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem alterações musculares acentuadas e difusas, bem como quando exista degenerescência do miocárdio, fígado, rins ou reação do sistema linfático, acompanhado de alterações musculares.

§1º Podem ser destinadas à salga, tratamento pelo calor ou condenação total, a critério da Inspeção, as carcaças com alterações por estresse ou fadiga dos animais.

§2º Devem ser condenadas as carcaças cujas carnes se apresentem flácidas, edematosas, de coloração pálida, sanguinolenta e com exsudação e sejam provenientes de animais que tenham sido abatidos quando em estado febril.

Art. 113. Devem ser condenadas as carcaças, partes de carcaças, órgãos e vísceras com aspecto repugnante, congestas, com coloração anormal ou com degenerações.

Parágrafo único. São também condenadas as carcaças em processo putrefativo, que exalem odores medicamentosos, urinários, sexuais, excrementícios ou outros considerados anormais.

Art. 114. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras sanguinolentos ou hemorrágicos, uma vez que a alteração seja consequência de doenças ou afecções de caráter sistêmico.

Parágrafo único. Devem ser condenadas ou destinadas ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção Municipal, as carcaças, órgãos e vísceras de animais mal sangrados.

Art. 115. Devem ser condenados os fígados com cirrose atrófica ou hipertrófica.

Parágrafo único. Podem ser liberadas as carcaças, desde que não haja comprometimento das mesmas.

Art. 116. Devem ser condenados os órgãos com alterações como congestão, infartos, degeneração gordurosa, angiectasia, hemorragias ou coloração anormal, relacionados ou não a processos

patológicos sistêmicos.

Art. 117. As carcaças, partes de carcaça ou órgãos que apresentem área extensa de contaminação por conteúdo gastrointestinal, urina, leite, bile, pus ou outra contaminação de qualquer natureza, devem ser condenadas quando não for possível a remoção completa da área contaminada.

§1º Nos casos em que não seja possível delimitar perfeitamente as áreas contaminadas, mesmo após a sua remoção, as carcaças, suas partes ou órgãos devem ser destinadas à esterilização pelo calor.

§2º Quando for possível a remoção completa das áreas contaminadas, as carcaças, partes de carcaça ou órgão podem ser liberadas.

§3º No caso de aves e lagomorfos, devem ser condenados os cortes que entrarem em contato com o piso e materiais estranhos em qualquer fase do processo.

Art. 118. Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem contusão generalizada ou múltiplas fraturas.

§1º Devem ser destinadas ao tratamento pelo calor as carcaças que apresentarem lesões extensas, mas sem o comprometimento de toda a carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

§2º Podem ser liberadas as carcaças que apresentem contusão, fratura ou luxação localizada, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 119. Devem ser condenadas as carcaças que no exame post mortem apresentem edema generalizado.

Parágrafo único. Nos casos discretos e localizados devem ser removidas e condenadas as partes das carcaças e órgãos que apresentem infiltrações edematosas.

Art. 120. Devem ser condenadas as carcaças de animais parasitados por *Oesophagostomum* sp, quando houver caquexia.

Parágrafo único Podem ser liberados os intestinos ou partes dos intestinos que apresentem nódulos em pequeno número.

Art. 121. Euritrematose - devem ser condenados os pâncreas infectados por parasitas do gênero *Eurytrema*.

Art. 122. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais parasitados por *Fasciola hepatica*, quando houver caquexia ou icterícia.

Art. 123. Gestação - devem ser condenados os fetos procedentes do abate de fêmeas gestantes.

§1º A fim de atender hábitos regionais, a Inspeção pode liberar para consumo, fetos bovinos que demonstrem desenvolvimento superior a 7 (sete) meses, desde que estes e as fêmeas das quais procedam apresentem bom estado sanitário.

§2º é proibido o emprego de carne de fetos na elaboração de produtos cárneos.

Art. 124. Devem ser condenadas as línguas que apresentem glosite.

Art. 125. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem cisto hidático, quando houver caquexia.

Parágrafo  nico Podem ser liberados órgãos e vísceras que apresentem lesões periféricas, calcificadas e circunscritas, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 126. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem icterícia.

Parágrafo  nico. Podem ser liberadas as carcaças de animais que apresentem gordura de cor amarela decorrente de fatores nutricionais ou características raciais.

Art. 127. Devem ser condenadas as carcaças provenientes de animais sacrificados após a ingestão acidental de produtos tóxicos ou em virtude de tratamento por substância medicamentosa.

§1º Quando a lesão for restrita aos órgãos e sugestiva de intoxicação por plantas tóxicas, pode ser dado   carcaça aproveitamento condicional ou liberação para o consumo, a critério da Inspeção.

§2º Nos casos em que fique evidenciada a falta de informações sobre o cumprimento do prazo de carência do uso de drogas, a Inspeção pode seqüestrar os lotes de animais ou produtos até que sejam realizadas análises laboratoriais que permitam decisão acerca de sua destinação.

Art. 128. Lesões cardíacas - devem ser condenados os corações com lesões de miocardite, endocardite e pericardite.

§1º Devem ser condenadas ou destinadas ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças de animais com lesões cardíacas, sempre que houver repercussão no seu estado geral.

§2º Podem ser liberadas as carcaças de animais com lesões cardíacas, desde que não haja comprometimento da carcaça, a critério da Inspeção.

Art. 129 Lesões renais - devem ser condenados os rins com lesões tais como nefrites, nefroses, pielonefrites, uronefroses, cistos urinários ou outras infecções, devendo-se ainda verificar se estas lesões estão ou não relacionadas a doenças infectocontagiosas ou parasitárias, bem como se acarretam alterações na carcaça.

Parágrafo  nico. Excetuando-se os casos de lesões relacionadas a doenças infectocontagiosas, dependendo da extensão da lesão, deve-se condenar a área atingida, liberandose o restante do rim e a respectiva carcaça.

Art. 130. Devem ser condenadas as carcaças que apresentem lesões inespecíficas generalizadas em linfonodos de distintas regiões, com comprometimento do estado geral da carcaça.

I - no caso de lesões inespecíficas progressivas de linfonodos, sem repercussão no estado geral da carcaça, condena-se a área de drenagem destes linfonodos, com o aproveitamento condicional da carcaça para esterilização pelo calor;

II - no caso de lesões inespecíficas discretas e circunscritas de linfonodos, sem repercussão no estado geral da carcaça, a área de drenagem deste linfonodo deve ser condenada, liberandose o restante da carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 131. Magreza - podem ser destinadas ao aproveitamento condicional, as carcaças, órgãos e vísceras de animais livres de qualquer processo patológico, a critério da Inspeção.

Art. 132. Devem ser condenadas ou destinadas à esterilização pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem mastite, sempre que houver

comprometimento sistêmico.

§1º Podem ser liberadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem mastite, quando não houver comprometimento sistêmico, depois de removida e condenada a glândula mamária.

§2º As glândulas mamárias devem ser removidas intactas, de forma a não permitir a contaminação da carcaça por leite, pus ou outro contaminante, respeitando-se as particularidades de cada espécie e a correlação das glândulas com a carcaça.

§3º As glândulas mamárias que apresentem mastite ou sinais de lactação, bem como as de animais reagentes à brucelose, devem ser condenadas.

§4º O aproveitamento da glândula mamária para fins alimentícios pode ser permitido, depois de liberada a carcaça.

§5º É proibido o emprego de glândula mamária na elaboração de produtos cárneos.

Art. 133. Devem ser condenadas as partes de carcaças ou órgãos invadidos por larvas.

Art. 134. Devem ser condenados os fígados com necrobacilose nodular.

Parágrafo único. Quando a lesão coexistir com outras alterações que levem ao comprometimento da carcaça, esta e os respectivos órgãos e vísceras também devem ser condenados.

Art. 135. Devem ser condenados os órgãos, vísceras e partes que apresentem parasitoses não transmissíveis ao homem, podendo a carcaça ser liberada desde que não haja comprometimento da mesma.

Art. 136. Devem ser destinadas ao tratamento pelo calor, as carcaças de animais que apresentem sinais de parto recente ou aborto, desde que não haja evidência de infecção

Art. 137. Devem ser condenadas as carcaças com infecção intensa por *Sarcocystis* spp.

§1º Entende-se por infecção intensa a presença de cistos em incisões praticadas em várias partes da musculatura.

§2º Entende-se por infecção leve a presença de cistos localizados em um único ponto da carcaça ou órgão, devendo a carcaça ser destinada à pasteurização, após remoção da área atingida.

Art. 138. Devem ser condenadas as carcaças de animais com infestação generalizada por sarna, com comprometimento no seu estado geral.

Parágrafo único. Quando a infestação for discreta e ainda limitada, a carcaça pode ser liberada, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 139. Teleangiectasia maculosa do fígado - devem ser condenados os fígados que apresentem lesão generalizada.

Parágrafo único. Podem ser liberados os fígados que apresentem lesões discretas, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 140. As carcaças de animais portadores de tuberculose devem ser condenadas quando:

I - no exame ante mortem o animal apresentar-se febril;

II - for acompanhada de caquexia;

III - apresentem lesões tuberculosas nos músculos, nos ossos ou nas articulações, ou ainda nos linfonodos que drenam a linfa dessas partes;

IV - apresentem lesões caseosas concomitantes em órgãos ou serosas do tórax e abdômen;

V - apresentem lesões miliares ou perláceas de parênquimas ou serosas;

VI - apresentem lesões múltiplas, agudas e ativamente progressivas, identificadas pela inflamação aguda nas proximidades das lesões, necrose de liquefação ou presença de tubérculos jovens;

VII - apresentem linfonodos hipertrofiados, edemaciados, com calcificação de aspecto raído ou estrelado em mais de um local de eleição;

VIII - existir tuberculose generalizada caseosa ou calcificada, e sempre que houver evidência de entrada do bacilo na circulação sistêmica.

§1º A tuberculose é considerada generalizada quando, além das lesões dos aparelhos respiratório, digestório e seus linfonodos correspondentes, forem encontrados tubérculos numerosos distribuídos em ambos os pulmões ou lesões no baço, rins, útero, ovário, testículos, cápsulas suprarrenais, cérebro e medula espinhal ou suas membranas.

§2º As carcaças podem ser destinadas à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas, quando:

I - os órgãos apresentem lesões caseosas discretas, localizadas ou encapsuladas, limitadas a linfonodos do mesmo órgão;

II - os linfonodos da carcaça ou cabeça apresentem lesões caseosas discretas, localizadas ou encapsuladas;

III - existirem lesões concomitantes em linfonodos e órgãos pertencentes à mesma cavidade.

§3º Carcaças de animais reagentes positivos a teste de diagnóstico para tuberculose devem ser destinadas à esterilização pelo calor, desde que não se enquadrem nas condições previstas nos incisos I a VIII do caput do presente artigo.

§4º Pode ser liberada a carcaça que apresente apenas uma lesão tuberculosa discreta, localizada e completamente calcificada em um único órgão ou linfonodo, depois de condenadas as áreas atingidas.

§5º Devem ser condenadas as partes das carcaças ou órgãos que se contaminem com material tuberculoso, por contato acidental de qualquer natureza.

Art. 141. Nos casos de aproveitamento condicional a que se refere o presente Regulamento, os produtos devem ser submetidos, a critério da Inspeção, a um dos seguintes tratamentos:

I - pelo frio em temperatura não superior a -10°C (dez graus Celsius negativos) por 10 (dez) dias;

II - salga em salmoura com no mínimo 24ºBe (vinte e quatro graus Baumé), em peças de no máximo 2,5kg (dois e meio quilogramas), por no mínimo 21 (vinte e um) dias;

III - pelo calor, por meio de:

a) pasteurização em temperatura de 76,6°C (setenta e seis graus e seis décimos de graus Celsius) no centro térmico da peça, por no mínimo 30 (trinta) minutos;

b) fusão pelo calor em temperatura mínima de 121°C (cento e vinte e um graus Celsius);

c) esterilização pelo calor úmido, com um valor de F0 igual ou maior que 3 (três) ou a redução de 12 (doze) ciclos logarítmicos (12 log10) de *Clostridium botulinum*, seguido de resfriamento imediato.

§1º A aplicação de qualquer um dos tratamentos condicionais anteriormente citados deve garantir a inativação ou destruição do agente envolvido.

§2º Podem ser utilizados processos diferentes dos propostos, desde que se atinja ao final as mesmas garantias, com embasamento técnico-científico e aprovação do DIPOA ou seu equivalente do SU-ASA nos estados, Distrito Federal e municípios.

§3º Na inexistência de equipamento ou instalações específicas para aplicação do tratamento condicional determinado pela Inspeção, deve ser adotado sempre um critério mais rigoroso.

#### 1.d) Inspeção Post Mortem de Aves e Lagomorfos

Art. 142. Na inspeção de aves e lagomorfos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos nos artigos anteriores sobre aspectos Gerais, além dos que se consignam a seguir e em normas complementares.

Art. 143. Quando os países importadores exigirem a presença de vísceras torácicas aderentes à carcaça, a inspeção ante mortem deve ser executada individualmente e a post mortem limitada aos caracteres externos das carcaças e exame das vísceras abdominais.

Art. 144. As aves que, no exame post mortem, apresentem lesões ou forem suspeitas de tuberculose, pseudo-tuberculose, leucoses, influenza aviária, doença de Newcastle, bronquite infecciosa, hepatite por corpúsculo de inclusão, cólera aviária, doença de Gumboro, septicemia em geral, aspergilose, candidíase, síndromes hemorrágicas, erisipela, estafilococose, listeriose, doença de Marek, diátese exsudativa e clamidiose devem ser totalmente condenadas.

Parágrafo único. Aves portadoras de laringotraqueíte infecciosa, criptosporidiose, tifoze aviária, pulorose, paratifoze, coccidiose, ente ohepatite, histomoníase, espiroquetose, coriza infecciosa, boubá aviária, micoplasmose, sinovite infecciosa quando em período agudo ou quando os animais estejam em estado de magreza pronunciada, devem ser condenadas.

Art. 145. As carcaças de aves ou órgãos que apresentem evidências de processo inflamatório ou lesões características de artrite, aerossaculite, coligranulomatose, dermatose, dermatite, celulite, pericardite, enterite, ooforite, hepatite, salpingite, síndrome ascítica, miopatias e discondroplasia tibial devem ser julgadas com o seguinte critério:

I - quando as lesões forem restritas a uma parte da carcaça ou somente a um órgão devem ser condenadas apenas as partes afetadas;

II - quando a lesão for extensa, múltipla ou houver evidência de caráter sistêmico, carcaças e vísceras devem ser totalmente condenadas.

Art. 146. Nos casos de endo e ecto parasitoses quando não houver repercussão na carcaça, as vísceras ou partes afetadas devem ser condenadas.

Art. 147. Devem ser condenadas totalmente as carcaças e vísceras com lesões provenientes de canibalismo com envolvimento extensivo repercutindo na carcaça.

Parágrafo único. Não havendo comprometimento sistêmico, a carcaça pode ser liberada após a retirada da parte acometida.

Art. 148. Devem ser totalmente condenadas as carcaças e vísceras de aves que apresentem lesões mecânicas extensas, incluindo as devido à escaldagem excessiva.

Parágrafo único. As lesões superficiais determinam a condenação parcial com liberação do restante da carcaça e das vísceras.

Art. 149. Devem ser condenadas as aves, inclusive de caça, que apresentem alterações putrefativas, exalando odor sulfídrico-amoniaco, revelando crepitação gasosa à palpação ou modificação de coloração da musculatura.

Art. 150. As carcaças, órgãos e vísceras de lagomorfos que, na inspeção post mortem, apresentem lesões de doença hemorrágica dos coelhos, mixomatose, tuberculose, pseudo tuberculose, pio-septicemia, toxoplasmose, espiroquetose, clostridiose e pasteuriose devem ser condenadas.

Art. 151. As carcaças de lagomorfos que apresentem lesões de necrobacilose, aspergilose ou dermatofitose podem ter aproveitamento parcial, removendo-se as partes lesadas, desde que não haja comprometimento sistêmico da carcaça.

Art. 152. As carcaças, órgãos e vísceras de lagomorfos com ocorrência de endo e ectoparasitoses transmissíveis ao homem ou aos animais, ou com comprometimento da carcaça, devem ser condenadas.

Parágrafo único. Quando não houver comprometimento da carcaça, devem ser condenadas as vísceras ou partes afetadas.

Art. 153. Na avaliação dos atributos de frescor de lagomorfos, respeitadas as peculiaridades de cada espécie, devem ser verificadas as seguintes características sensoriais:

#### I - Anfíbio - carne de rã:

- a) odor suave e característico da espécie;
- b) cor rosa pálida na carne, branca e brilhante nas proximidades das articulações;
- c) ausência de lesões e elementos estranhos; e
- d) textura firme, elástica e succulenta.

#### II - Répteis:

- a) a carne de jacaré deve apresentar odor característico da espécie, cor branca rosada, ausência de lesões e elementos estranhos e textura macia com fibras musculares dispostas uniformemente; e
- b) a carne de quelônios deve apresentar odor próprio e suave, cor característica da espécie, livre de manchas escuras e textura firme, elástica e tenra.

§1º As características sensoriais a que se refere o presente artigo são extensivas, no que for aplicável, às demais espécies de pescado usadas na alimentação humana.

§2º O pescado deve ser avaliado por pessoal capacitado, utilizando-se uma tabela de classificação e pontuação, de acordo com normas complementares.

§3º Nos casos em que a avaliação sensorial revele dúvidas acerca do frescor do pescado, deve-se recorrer a exames complementares, físico-químicos ou microbiológicos.

#### 1.e) Inspeção Post mortem de Bovídeos

Art. 154. Na inspeção de bovídeos, aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem - Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 155. Hemoglobínúria bacilar dos bovinos, varíola, septicemia hemorrágica e febre catarral maligna devem ser condenadas as

carcaças, órgãos e vísceras de bovinos acometidos dessas doenças.

Art. 156. Cisticercose bovina - devem ser condenadas as carcaças com infecções intensas por *Cysticercus bovis*.

§1º Entende-se por infecção intensa quando são encontrados 2 (dois) ou mais cistos, viáveis ou calcificados, localizados em 3(três) locais de eleição, sendo que obrigatoriamente 1(um) local deve ser a musculatura da carcaça.

§2º Permite-se, depois de removidas as áreas atingidas, o aproveitamento condicional das carcaças e demais tecidos envolvidos, nas seguintes situações:

I - esterilização pelo calor ou pasteurização, quando forem observados mais de 1 (um) cisto, viável ou calcificado, e menos do que o considerado na infecção intensa, considerando a pesquisa em todos os locais de eleição;

II - tratamento pelo frio em temperatura não superior a -10°C (dez graus Celsius negativos) por 10 (dez) dias ou salga em salmoura com no mínimo 24ºBe (vinte e quatro graus Baumé) em peças de no máximo 2,5kg (dois e meio quilogramas), por no mínimo 21 (vinte e um) dias quando for observado 1 (um) cisto viável, considerando a pesquisa em todos os locais de eleição;

III - podem ser aproveitadas para consumo humano as carcaças que apresentem 1 (um) único cisto já calcificado, após remoção e condenação dessa parte.

§3º O diafragma, seus pilares e o esôfago, assim como outros pontos passíveis de infecção, devem receber o mesmo destino dado à carcaça.

§4º Os procedimentos para pesquisa de cisticercos nos locais de eleição devem atender ao disposto nas normas complementares.

#### 1.f) Inspeção Post Mortem de Equídeos

Art. 157. Na inspeção de equídeos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem - Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 158. Meningite cérebro-espinhal, encefalomielite infecciosa, febre tifóide, durina, mal de cadeiras, azotúria, hemoglobinúria paroxística, garrotilho e quaisquer outras doenças e alterações com lesões inflamatórias ou neoplasias malignas - devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de equídeos acometidos dessas doenças.

Art. 159. Anemia infecciosa equina - devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras quando observadas lesões indicativas de um processo agudo.

Parágrafo único. Quando se tratar de uma infecção crônica, as carcaças podem ser liberadas para consumo, desde que não apresentem sinais de icterícia, depois de removidos os órgãos alterados.

Art. 160. Mormo - devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais nos quais, em que forem constatadas lesões indicativas da ocorrência de mormo.

I - quando identificadas as lesões na inspeção post mortem, o abate deve ser prontamente interrompido e imediatamente higienizados todos os locais, equipamentos e utensílios que possam ter tido contato com resíduos do animal ou qualquer outro material potencialmente contaminado, atendendo às recomendações estabelecidas pelo setor competente pela sanidade animal;

II - devem ser tomadas as precauções necessárias junto aos

funcionários que entraram em contato com o material contaminado, aplicando-se as regras de higiene e desinfecção pessoal com produtos de eficácia comprovada, devendo ser encaminhados ao serviço médico como medida de precaução;

III - todas as carcaças ou partes de carcaças, inclusive peles, cascos, órgãos, vísceras e seu conteúdo, que entraram em contato com animais ou material infeccioso, devem ser condenados.

#### 1.g) Inspeção Post Mortem de Ovinos e Caprinos

Art. 161. Na inspeção de ovinos e caprinos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem - Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 162. Cenurose - devem ser condenadas as carcaças de animais portadores de *Coenurus cerebralis*, quando acompanhadas de caquexia.

Parágrafo único. Os órgãos afetados, cérebro ou medula espinhal, devem sempre ser condenados.

Art. 163. Cisticercose ovina - devem ser condenadas as carcaças com infecções intensas pelo *Cysticercus ovis*.

§1º Entende-se por infecção intensa quando são encontrados cistos localizados em 2 (dois) ou mais locais de eleição, como masseteres, língua, esôfago ou coração, sendo que obrigatoriamente 1 (um) local deve ser a musculatura da carcaça.

§2º Permite-se, depois de removidas as partes atingidas, a esterilização pelo calor das carcaças e demais tecidos envolvidos, quando forem observados mais de um cisto e menos do que o considerado na infecção intensa, considerando-se a pesquisa em todos os pontos de eleição.

§3º A carcaça pode ser liberada para consumo após removida a parte atingida, quando for observado no máximo 1 (um) cisto, considerando-se a pesquisa em todos os pontos de eleição

Art. 164. Linfadenite caseosa - devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem lesões de linfadenite caseosa em linfonodos de distintas regiões, com ou sem comprometimento do estado geral da carcaça.

§1º As carcaças com lesões localizadas, caseosas ou em processo de calcificação devem ser destinadas à esterilização pelo calor, desde que permitam a remoção e condenação da área de drenagem dos linfonodos atingidos.

§2º As carcaças de animais com lesões calcificadas discretas nos linfonodos podem ser liberadas para consumo, depois de removida e condenada a área de drenagem destes linfonodos.

§3º Em todos os casos em que se evidencie comprometimento dos órgãos e vísceras, estes devem ser condenados.

#### 1.h) Inspeção Post Mortem de Pescado

Art. 165. Na inspeção de pescado aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem - Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 166. Nas espécies de pescado para abate, são realizados na inspeção post mortem de rotina:

I - observação dos caracteres sensoriais e físicos do sangue por

ocasião da sangria e durante o exame de todos os órgãos;  
II - exame de cabeça, narinas e olhos;  
III - exames visual e tátil do casco, carapaça, plastrão e pontes;  
IV - exame dos órgãos internos e da cavidade onde estão inseridos; e  
V - exame geral da carcaça, serosas e musculatura superficial e profunda acessível.

§1º Entende-se por pescado os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, répteis, equinodermos e outros animais aquáticos usados na alimentação humana.

§2º Os dispositivos previstos no presente Regulamento são extensivos aos gastrópodes terrestres destinados à alimentação humana.

§3º O pescado deve ser obrigatoriamente identificado com a denominação comum da espécie, respeitando-se a nomenclatura regional, sendo facultada a utilização do nome científico.

Art. 167. Considera-se como pescado íntegro, em natureza, apenas o pescado fresco.

§1º Pescado fresco é aquele que não foi submetido a qualquer outro processo de conservação, a não ser a ação do gelo ou métodos de conservação de efeito similar, mantido em temperaturas próximas à do gelo fundente.

§2º O gelo utilizado na conservação do pescado deve ser produzido a partir de água potável ou de água do mar limpa.

Art. 168. O pescado, depois de submetido ao congelamento, deve ser mantido em câmara frigorífica que possua condições de armazenar o produto a temperaturas não superiores a -18°C (dezoito graus Celsius negativos) no seu centro térmico, com exceção das espécies congeladas em salmoura destinadas à elaboração de conservas, que podem ser mantidas a temperaturas não superiores a -9°C (nove graus Celsius negativos) no seu centro térmico.

§1º O descongelamento sempre deve ser realizado em equipamentos e em condições apropriados, de forma a garantir a inocuidade e qualidade do pescado.

I - uma vez descongelado, o pescado deve ser mantido sob as mesmas condições de conservação exigidas para o pescado fresco;  
II - desde que atendidas as condições de conservação exigidas para o pescado fresco, o pescado poderá ser submetido ao congelamento.

Art. 169. No transporte de espécies de pescado vivas devem ser atendidos os conceitos de segurança e bem-estar animal, estabelecidos em normas complementares.

Art. 170. Qualquer que seja o meio de transporte utilizado para o pescado fresco, respeitadas as peculiaridades das diferentes espécies, este deve ser realizado em veículos ou contentores isotérmicos, acondicionado em recipientes impermeáveis, lisos e de fácil higienização, mantido em temperaturas próximas à do gelo fundente.

Art. 171. O pescado congelado, com exceção daquele congelado em salmoura e destinado como matéria-prima para a elaboração de conservas, deve, durante o transporte, ser mantido a uma temperatura constante não superior a -18°C (dezoito graus Celsius negativos), em todos os pontos do produto, tolerando-se um aumento de até 3°C (três graus Celsius).

Art. 172. É obrigatória a lavagem prévia do pescado utilizado como matéria-prima para consumo humano direto ou para a

industrialização, respeitadas as particularidades das espécies, com água corrente sob pressão suficiente para promover a limpeza, remoção de sujidades e microbiota superficial.

Art. 173. Para preservação da inocuidade e qualidade do produto, respeitadas as particularidades das espécies, sempre que necessário o Serviço de Inspeção Municipal exigirá a sangria e a evisceração do pescado utilizado como matéria-prima para consumo humano direto ou para a industrialização.

Art. 174. Na avaliação dos atributos de frescor do pescado, respeitadas as peculiaridades de cada espécie, devem ser verificadas as seguintes características sensoriais:

I - peixes:

- a) superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico e reflexos multicores próprios à espécie, sem qualquer pigmentação estranha;
- b) olhos claros, vivos, brilhantes, luzentes, convexos, transparentes, ocupando toda a cavidade orbitária;
- c) brânquias ou guelras róseas ou vermelhas, úmidas e brilhantes com odor natural, próprio e suave;
- d) abdômen com forma normal, firme, não deixando impressão duradoura à pressão dos dedos;
- e) escamas brilhantes, bem aderentes à pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;
- f) carne firme, consistência elástica, de cor própria à espécie;
- g) vísceras íntegras, perfeitamente diferenciadas, peritônio aderente à parede da cavidade celomática;
- h) ânus fechado;
- i) odor próprio, característico da espécie.

II - crustáceos:

- a) aspecto geral brilhante, úmido;
- b) corpo em curvatura natural, rígida, artículos firmes e resistentes;
- c) carapaça bem aderente ao corpo;
- d) coloração própria à espécie, sem qualquer pigmentação estranha;
- e) olhos vivos, proeminentes;
- f) odor próprio e suave; e
- g) as lagostas, siris e caranguejos devem ser preservados vivos e vigorosos.

III - moluscos:

a) bivalves:

1. devem ser preservados vivos, com valvas fechadas e com retenção de água incolor e límpida nas conchas;
2. odor próprio e suave;
3. carne úmida, bem aderente à concha, de aspecto esponjoso, de cor característica de cada espécie.

b) cefalópodes:

1. pele lisa e úmida;
2. olhos vivos, proeminentes nas órbitas;
3. carne firme e elástica;
4. ausência de qualquer pigmentação estranha à espécie; e
5. odor próprio.

c) gastrópodes:

1. carne úmida, aderida à concha, de cor característica de cada espécie;
2. odor próprio e suave; e
3. devem ser preservados vivos e vigorosos;

Art. 175. As determinações sensoriais, físicas, químicas e microbiológicas para caracterização da identidade, qualidade e inocuidade do pescado, seus produtos e derivados devem ser estabelecidas em normas complementares.

Art. 176. O julgamento das condições sanitárias do pescado resfriado, do congelado e do descongelado deve ser realizado de acordo com as normas previstas para o pescado fresco, naquilo que lhes for aplicável.

Art. 177. Considera-se impróprio para o consumo humano, o pescado:

- I - em mau estado de conservação e de aspecto repugnante;
- II - que apresente coloração, odor ou sabor anormais;
- III - portador de lesões, doenças ou substâncias que possam prejudicar a saúde do consumidor;
- IV - que apresente infecção muscular maciça por parasitas;
- V - tratado por antissépticos ou conservadores não autorizado pelo Serviço de Inspeção Municipal;
- VI - recolhido já morto, salvo quando capturado em operações de pesca;
- VII - que apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica;
- VII - que apresente outras alterações que o tornem impróprio, a juízo da inspeção; ou,
- VIII - quando não se enquadrar nos limites estabelecidos em normas específicas para o pescado fresco.

Parágrafo único. O pescado nas condições deste artigo deve ser condenado, identificado, desnaturado e descaracterizado visualmente, podendo ser transformado em produto não comestível, considerando os riscos de sua utilização e de acordo com o disposto em norma de destinação.

Art. 178. É vedado a recepção e o processamento do pescado capturado ou colhido em desacordo com as legislações ambientais e pesqueira.

Art. 179. Permite-se o aproveitamento condicional, conforme as normas de destinação estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Municipal, do pescado que se apresentar:

- I - injuriado, mutilado, deformado, com alterações de cor ou presença de parasitos localizados; ou
- II - proveniente de águas suspeitas de contaminação ou poluídas, considerando os tipos e níveis de contaminação informados pelos órgãos competentes.

Art. 180. Nos estabelecimentos de pescado é obrigatória a verificação visual da presença de parasitas.

Parágrafo único. O monitoramento deste procedimento deve ser executado por funcionário do estabelecimento e comprovado por registros auditáveis, utilizando-se um plano de amostragem representativo do lote, levando-se em consideração o tipo de pescado, área geográfica e sua utilização, realizada com base nos procedimentos aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal, incluindo, se necessário, a transiluminação.

Art. 181. Nos casos de aproveitamento condicional o pescado deve ser submetido, a critério da Inspeção, a um dos seguintes tratamentos:

- I - congelamento;
- II - salga; e
- III - calor.

Art. 182. Os produtos da pesca e da aquicultura infectados com

endoparasitas com risco para a saúde pública não podem ser destinados ao consumo cru sem que sejam submetidos previamente ao congelamento à temperatura de -20°C (vinte graus Celsius negativos) por 24 (vinte e quatro) horas ou a - 35°C (trinta e cinco graus Celsius negativos) durante 15 (quinze) horas.

Parágrafo único. Podem ser aceitos outros binômios para o tratamento térmico descrito, desde que aprovado pelo Serviço de Inspeção Municipal, com respaldo científico.

Art. 183. O pescado, partes dele e órgãos com lesões ou anormalidades que possam torná-los impróprios para consumo devem ser identificados e conduzidos a um local apropriado, com instalações específicas, onde devem ser inspecionados, considerando o risco de sua utilização.

#### 1.i) Inspeção Post Mortem de Suídeos

Art. 184. Na inspeção de suídeos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post mortem - Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 185. Afecções de pele - as carcaças que apresentem afecções de pele, tais como eritemas, esclerodermia, urticárias, hipotricose cística, sarnas ou outras dermatites, podem ser liberadas para o consumo, depois de removidas e condenadas as áreas acometidas, desde que a musculatura se apresente normal.

Parágrafo único. As carcaças acometidas com sarnas, em estágios avançados, demonstrando sinais de caquexia ou extensiva inflamação na musculatura, devem ser condenadas.

Art. 186. Devem ser condenadas as carcaças com artrite em uma ou mais articulações, com reação nos linfonodos ou hipertrofia da membrana sinovial, acompanhada de caquexia.

§1º As carcaças com artrite em uma ou mais articulações, com reação nos linfonodos, hipertrofia da membrana sinovial, sem repercussão no seu estado geral, devem ser destinadas à pasteurização.

§2º As carcaças com artrite sem reação em linfonodos e sem repercussão no seu estado geral podem ser liberadas para o consumo, depois de retirada a parte atingida.

Art. 187. Devem ser condenadas as carcaças com infecção intensa pelo *Cysticercus cellulosae*.

§1º Entende-se por infecção intensa a presença de cistos em quantidades superiores à infecção considerada leve, após incisões praticadas em várias partes da musculatura.

§2º Entende-se por infecção leve a presença de 1 (um) cisto vivo ou 2 (dois) cistos calcificados após incisões praticadas em várias partes da musculatura.

§3º Nos casos de infecção leve, as carcaças podem ser destinadas para aproveitamento condicional, devendo-se realizar um dos seguintes tratamentos:

- I - frio em temperatura não superior a -10°C (dez graus Celsius negativos) por 10 (dez) dias;
- II - esterilização pelo calor;
- III - salga em salmoura saturada em peças de no máximo 2,5kg (dois e meio quilogramas), por no mínimo 21 (vinte e um) dias.

§4º As carcaças que apresentem um único cisto calcificado podem ser aproveitadas para consumo humano, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

§5º Os órgãos, com exceção da língua, coração, porções musculares do esôfago e os tecidos adiposos, podem ser liberados após exame, desde que considerados isentos de infecção.

§6º Pode ser permitido o aproveitamento de tecidos adiposos procedentes de carcaças com infecções intensas para a fabricação de banha, por fusão pelo calor, condenando-se as demais partes.

§7º Os procedimentos para pesquisa de cisticercos nos locais de eleição devem atender ao disposto em normas complementares.

Art. 188 Devem ser condenadas as carcaças de animais criptorquidais ou que tenham sido castrados, quando for comprovado, por meio de testes específicos a presença de forte odor sexual.

Parágrafo único. As carcaças com leve odor sexual podem ser destinadas à fabricação de produtos cárneos cozidos.

Art. 189 Erisipela - devem ser abatidos em separado os suídeos que apresentem casos agudos, com eritema cutâneo difuso detectados na inspeção ante morte.

§1º Nos casos previstos no caput deste artigo, bem como nos animais com múltiplas lesões de pele ou artrite complicadas por necrose ou quando houver sinais de efeito sistêmico, ascarcaças devem ser totalmente condenadas.

§2º Nos casos localizados de endocardite vegetativa por erisipela, sem alterações sistêmicas, ou nos casos de artrite crônica, a carcaça deve ser destinada para pasteurização, após condenação do órgão ou partes atingidas.

§3º No caso de lesão de pele discreta e localizada, sem comprometimento de órgão ou carcaça, esta deve ser destinada para pasteurização, após remoção da área atingida.

Art. 190 As carcaças de suínos que apresentem lesões granulomatosas localizadas e restritas a apenas um sítio primário de infecção, tais como nos linfonodos cervicais ou nos linfonodos mesentéricos ou nos linfonodos mediastínicos, julgadas em condição de consumo, podem ser liberadas após condenação da região ou órgão afetado.

Parágrafo único. As carcaças suínas em bom estado, com lesões em linfonodos que drenam até dois sítios distintos, sendo linfonodos de órgãos distintos ou com presença concomitante de lesões em linfonodos e um órgão, devem ser destinadas a esterilização pelo calor, após condenação das partes atingidas.

Art. 191 Devem ser condenadas as carcaças de suínos acometidas de peste suína.

§1º Quando os rins e linfonodos revelem lesões duvidosas e, desde que se comprove lesão característica de peste suína em qualquer outro órgão ou tecido, a condenação também é total.

§2º Lesões discretas, mas acompanhadas de caquexia ou de qualquer outro foco de supuração, implicam igualmente em condenação total.

§3º Quando as lesões forem discretas e circunscritas a um órgão ou tecido, inclusive nos rins e linfonodos, a carcaça deve ser destinada à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes acometidas.

Art. 192 Devem ser destinadas ao aproveitamento condicional, por meio de tratamento térmico pelo frio, as carcaças acometidas de *Trichinella spirallis*.

Parágrafo único. O tratamento térmico pelo frio deve atender aos seguintes binômios de tempo e temperatura:

I - por 30 (trinta) dias a -15°C (quinze graus Celsius negativos);  
II - por 20 (vinte) dias a -25°C (vinte e cinco graus Celsius negativos); ou  
III - por 12 (doze) dias a -29°C (vinte e nove graus Celsius negativos).

Art. 193 Todos os suídeos que morrerem asfixiados, seja qual for a causa, bem como os que caírem vivos no tanque de escaldagem, devem ser condenados.

1.j) Outros aspectos relativos ao Abate

Art. 194 Os rins destinados ao preparo de produtos cárneos devem ser previamente abertos e a seguir abundantemente lavados.

Art. 195 No coração das espécies em que se fizer necessária a aplicação de incisões para realização da inspeção, deve-se verificar a existência de coágulos sanguíneos, os quais devem ser retirados.

Art. 196 A Inspeção deve determinar medidas especiais quanto às condições de retirada e subseqüentes cuidados para aproveitamento do encéfalo.

Art. 197 Os estômagos de ruminantes destinados à alimentação humana devem ser rigorosamente lavados imediatamente após o esvaziamento.

§1º Na fase de pré-cozimento, permite-se o branqueamento de estômagos de ruminantes pelo emprego de peróxido de hidrogênio, cal ou sua combinação com carbonato de sódio, além de outras substâncias aprovadas pelo órgão competente da Saúde e permitidas pelo Serviço de Inspeção Municipal, devendo os mesmos ser lavados com água, depois do tratamento, para remoção total do produto empregado.

§2º Permite-se a extração da mucosa do abomaso para produção de coalho.

Art. 198 Entende-se por produtos de triparia as vísceras abdominais consideradas como envoltórios naturais, tais como o estômago, intestinos e a bexiga, após receberem os tratamentos tecnológicos específicos.

Parágrafo único. Podem ainda ser utilizados como envoltórios o peritônio parietal, o epíplon e a pele de suíno, devidamente depilada.

Art. 199 Os produtos de triparia não podem ser empregados como matéria-prima na composição de produtos cárneos, sendo permitido seu uso apenas como envoltório natural para produtos cárneos embutidos.

§1º Para seu aproveitamento é necessário que sejam raspados e lavados, considerando-se como processos de conservação a dessecção, a salga ou outros aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

§2º Permite-se o tratamento dos intestinos com coadjuvantes de tecnologia, desde que aprovados pelo órgão competente da Saúde e permitidos pelo Serviço de Inspeção Municipal, devendo os mesmos ser lavados com água depois do tratamento, para remoção total do produto empregado.

Art. 200 Os produtos de triparia destinados ao consumo e à produção de envoltórios devem ser inspecionados, principalmente quanto à sua integridade, estado de conservação e toalete.

Art. 201 É proibido o uso de tonsilas, glândulas salivares, ovários, baço, testículo, linfonodos, nódulos hemolinfáticos e outras glândulas como matéria-prima para o preparo de produtos cárneos.

Art. 202 Permite-se o aproveitamento de glândulas e outros órgãos, cartilagens, mucosas e bile das diversas espécies animais de abate como matéria-prima destinada à elaboração de enzimas e produtos opoterápicos, bem como de sangue fetal para a obtenção de soro, desde que disponham de instalações e equipamentos apropriados, observadas as disposições da legislação específica.

## 2) Inspeção industrial e sanitária de ovos e derivados

Art. 203 Entende-se por ovos, sem outra especificação, os ovos de galinha.

Parágrafo único. Os ovos de outras espécies devem denominar-se segundo a espécie de que procedam.

Art. 204 Ovos frescos ou submetidos a processos de conservação aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal, só podem ser expostos ao consumo humano quando previamente submetidos à inspeção e classificação previstos no presente Regulamento.

Art. 205 Entende-se por ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo e se enquadrem na classificação estabelecida no presente Regulamento.

Art. 206 Os ovos recebidos no Estabelecimento de Ovos Comerciais devem ser provenientes de estabelecimentos avícolas relacionados ou cadastrados junto ao serviço oficial competente

§1º Os Estabelecimentos de Ovos Comerciais devem manter uma relação atualizada dos fornecedores.

§2º Os ovos recebidos nestes estabelecimentos devem chegar devidamente identificados e acompanhados de uma ficha de procedência, de acordo com o modelo estabelecido em normas complementares.

Art. 207 Após a classificação dos ovos, o estabelecimento deve manter registros auditáveis e disponíveis ao Serviço de Inspeção.

Parágrafo único. Os registros devem abranger dados de rastreabilidade, quantidade de ovos classificados por categoria de qualidade e de peso e outros controles, conforme exigência do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 208 Os estabelecimentos de ovos e derivados devem executar os seguintes procedimentos, que serão verificados pela Inspeção:

- I - garantir condições de higiene em todas as etapas do processo;
- II - armazenar e utilizar embalagens de maneira a assegurar a inocuidade do produto;
- III - realizar exame pela ovoscopia em câmara destinada exclusivamente a essa finalidade;
- IV - medir a altura da câmara de ar com instrumentos específicos;
- V - classificar e pesar os ovos com equipamentos específicos;
- VI - executar os programas de autocontrole; e
- VII - implantar programa de controle de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes em ovos provenientes de estabelecimentos avícolas de reprodução.

Art. 209 Os ovos destinados ao consumo humano devem ser classificados em ovos de categorias "A" e "B", de acordo com as suas características qualitativas.

Parágrafo único. A classificação dos ovos por peso deve atender as normas específicas.

Art. 210 Ovos da categoria "A" devem apresentar as seguintes características qualitativas:

- I - casca e cutícula de forma normal, lisa, limpas, intactas;
- II - câmara de ar com altura não superior a 6mm (seis milímetros) e imóvel;
- III - gema visível à ovoscopia, somente sob a forma de sombra, sem contorno aparente, movendo-se ligeiramente em caso de rotação do ovo, mas regressando à posição central;
- IV - clara límpida e translúcida, consistente, sem manchas ou turvação e com as calazas intactas; e
- V - cicatrícula com desenvolvimento imperceptível.

Art. 211 Ovos da categoria "B" devem apresentar as seguintes características:

- I - ovos considerados inócuos, mas que não se enquadrem nas características fixadas na categoria "A";
- II - ovos que apresentem manchas sanguíneas pequenas e pouco numerosas na clara e na gema; ou
- III - ovos provenientes de estabelecimentos avícolas de reprodução que não foram submetidos ao processo de incubação. Estes ovos devem ser reclassificados em local específico, previamente ao processo de lavagem, acondicionados e identificados.

Parágrafo único. Os ovos da categoria "B" serão destinados exclusivamente à industrialização.

Art. 212 Os ovos limpos trincados ou quebrados que apresentem a membrana testácea intacta devem ser destinados para a industrialização, tão rapidamente quanto possível.

Art. 213 É proibida a utilização de ovos sujos trincados para a fabricação de produtos de ovos. É proibida a lavagem de ovos sujos trincados.

Art. 214 Os ovos destinados para a produção de produtos de ovos devem ser previamente lavados e secos antes de serem processados.

Art. 215 Os ovos devem ser armazenados e transportados em condições que minimizem as grandes variações de temperatura.

Art. 216 São considerados impróprios para consumo os ovos que apresentem:

- I - alterações da gema e da clara, com gema aderente à casca, gema rompida, presença de manchas escuras ou de sangue alcançando também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento;
- II - mumificação ou que estejam secos por outra causa;
- III - podridão vermelha, negra ou branca;
- IV - contaminação por fungos, externa ou internamente;
- V - cor, odor ou sabor anormais;
- VI - sujidades externas por materiais estercoreais ou que tenham estado em contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos;
- VII - rompimento da casca e que estiverem sujos; VIII - rompimento da casca e das membranas testáceas;
- IX - contaminação por substâncias tóxicas; ou
- X - apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica;

Parágrafo único. São também considerados impróprios para consumo humano os ovos que forem submetidos ao processo de incubação ou por outras causas a critério da Inspeção.

Art. 217 Os ovos considerados impróprios para o consumo humano devem ser condenados, podendo ser aproveitados para uso não

comestível, desde que a industrialização seja realizada em instalações apropriadas e sejam atendidas as especificações do produto não comestível que será fabricado.

Art. 218 É proibido o acondicionamento de ovos em uma mesma embalagem quando se tratar de:

- I - ovos frescos com ovos submetidos a processos de conservação; e
- II - ovos de espécies diferentes.

Art. 219 Os aviários, granjas e outras propriedades avícolas nas quais estejam grassando doenças zoonóticas com informações comprovadas pelo setor competente pela sanidade animal não podem destinar sua produção de ovos ao consumo.

### 3) Inspeção industrial e sanitária de leite e derivados

Art. 220 A inspeção de leite e seus derivados, além das exigências previstas no presente Regulamento, abrange a verificação:

- I - do estado sanitário do rebanho, do processo de ordenha, do acondicionamento, da conservação e do transporte do leite;
- II - das matérias-primas, do processamento, do produto, da estocagem e da expedição;
- III - das instalações laboratoriais, dos equipamentos, dos controles e dos processos analíticos; e
- IV - dos programas de autocontrole implantados.

Art. 221 Entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas.

§1º - O leite de outros animais deve denominar-se segundo a espécie de que proceda.

§2º - Permite-se a mistura de leite de espécies animais diferentes, desde que conste na denominação de venda do produto e seja informada na rotulagem a porcentagem do leite de cada espécie.

Art. 222 Entende-se por colostro o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que o caracterizam.

Art. 223 Entende-se por leite de retenção o produto da ordenha obtido no período de 30 (trinta) dias que antecedem a parição prevista.

Art. 224 Entende-se por leite individual o produto resultante da ordenha de uma só fêmea e, por leite de conjunto, o resultante da mistura de leites individuais.

Art. 225 Entende-se por gado leiteiro todo rebanho explorado com a finalidade de produzir leite.

Art. 226 O gado leiteiro deve ser mantido sob controle veterinário, abrangendo os aspectos discriminados a seguir e outros estabelecidos em legislação específica:

- I - regime de criação;
- II - manejo nutricional;
- III - estado sanitário dos animais, especialmente das vacas em lactação, e adoção de medidas de caráter permanente contra a tuberculose, brucelose, mastite e outras doenças que possam comprometer a inocuidade do leite;
- IV - controle dos produtos de uso veterinário utilizados no rebanho;
- V - qualidade da água destinada aos animais e da utilizada na higienização de instalações, equipamentos e utensílios;
- VI - condições higiênicas dos equipamentos e utensílios, locais da ordenha, currais, estábulos e demais instalações que tenham relação com a produção de leite;

VII - manejo e higiene da ordenha;

VIII - condições de saúde dos ordenhadores para realização de suas funções, com comprovação documental;

IX - exame do leite de conjunto e, se necessário, do leite individual; e

X - condições de refrigeração, conservação e transporte do leite.

Parágrafo único. É proibido ministrar substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento da secreção Lática com prejuízo da saúde animal e humana.

Art. 227 Os diversos setores da Secretaria Municipal da Agricultura, respeitando-se as suas competências, atuarão em conjunto para verificar, sempre que necessário, a execução dos controles referidos no artigo anterior.

Art. 228 O Serviço de Inspeção Municipal colaborará com o setor competente pela sanidade animal na execução de um plano para controle e erradicação da tuberculose, da brucelose ou de quaisquer outras doenças dos animais produtores de leite.

Art. 229 É obrigatória a obtenção de leite em condições higiênicas, abrangendo o manejo do gado leiteiro e os procedimentos de ordenha, conservação e transporte.

§1º - Logo após a ordenha, manual ou mecânica, o leite deve ser filtrado por meio de utensílios específicos previamente higienizados.

§2º - O leite cru mantido na propriedade rural deve ser conservado sob temperatura e período definidos em normas complementares.

§3º - O vasilhame ou equipamento para conservação do leite na propriedade rural até a sua captação deve permanecer em local próprio e específico, mantido em condições adequadas de higiene.

Art. 230 Entende-se por tanque comunitário o equipamento de refrigeração por sistema de expansão direta, utilizado de forma coletiva exclusivamente por produtores de leite, para conservação do leite cru refrigerado na propriedade rural.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o tanque comunitário poderá ser instalado fora da propriedade rural, a juízo do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 231 É proibida, nas propriedades rurais, a padronização ou o desnate parcial ou total do leite.

Art. 232 É proibido o envio a qualquer estabelecimento industrial do leite de fêmeas que, independente da espécie:

- I - pertençam à propriedade que esteja sob interdição;
- II - não se apresentem clinicamente sãs e em bom estado de nutrição;
- III - estejam no último mês de gestação ou na fase colostrar;
- IV - apresentem diagnóstico clínico ou resultado de provas diagnósticas que indiquem a presença de doenças infectocontagiosas que possam ser transmitidas ao ser humano pelo leite;
- V - estejam sendo submetidas a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante; ou
- VI - receberam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do leite.

Art. 233 A captação e transporte de leite cru diretamente nas propriedades rurais deve atender ao disposto em normas complementares.

§1º Para fins de rastreabilidade, na captação de leite por meio de carro-tanque isotérmico, deve ser colhida amostra do leite de cada

produtor ou tanque comunitário previamente à captação, identificada e conservada até a recepção no estabelecimento industrial.

§2º - É permitido o transporte do leite em latões da propriedade até a instalação industrial, onde o mesmo será processado, desde que conservado em temperatura de até 4°C e garantida a sua rastreabilidade.

Art. 234 Após a captação do leite cru na propriedade rural, é proibida qualquer operação envolvendo essa matéria-prima em locais não registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 235 Os estabelecimentos que recebem leite cru de produtores rurais são responsáveis pela implantação de programas de melhoria da qualidade da matéria-prima e de educação continuada dos produtores.

Art. 236 A análise das amostras de leite colhidas nas propriedades rurais para atendimento ao programa nacional da qualidade do leite é de responsabilidade do estabelecimento que primeiramente receber o leite dos produtores, e abrange:

- I - contagem de células somáticas (CCS);
- II - contagem bacteriana total (CBT);
- III - composição centesimal;
- IV - detecção de resíduos de produtos de uso veterinário; e
- V - outras que venham a ser determinadas em normas complementares.

Parágrafo único. Devem ser seguidos os procedimentos estabelecidos pelo Serviço de Inspeção Municipal, para a colheita de amostras.

Art. 237 Considera-se leite normal o produto que apresente:

- I - características sensoriais (cor, odor e aspecto) normais;
- II - teor mínimo de gordura de 3,0g/100g (três gramas por cem gramas);
- III - teor mínimo de proteína de 2,9g/100g (dois inteiros e nove décimos de gramas por cem gramas);
- IV - teor mínimo de lactose de 4,3g/100g (quatro inteiros e três décimos de gramas por cem gramas);
- V - teor mínimo de sólidos não gordurosos de 8,4g/100g (oito inteiros e quatro décimos de gramas por cem gramas);
- VI - teor mínimo de sólidos totais de 11,4g/100g (onze inteiros e quatro décimos de gramas por cem gramas);
- VII - acidez titulável entre 0,14 (quatorze centésimos) e 0,18 (dezoito centésimos) expressa em gramas de ácido láctico/100 ml;
- VIII - densidade relativa a 15°C (quinze graus Celsius) entre 1,028 (um inteiro e vinte e oito milésimos) e 1,034 (um inteiro e trinta e quatro milésimos) expressa em g/ml; e
- IX - índice crioscópico entre -0,53.0°H (quinhentos e trinta milésimos de grau Hortvet negativos) e -0,55.0°H (quinhentos e cinquenta milésimos de grau Hortvet negativos), equivalentes a -0,51.2°C (quinhentos e doze milésimos de grau Celsius negativos) e a -0,53.1°C (quinhentos e trinta e um milésimos de grau Celsius negativos), respectivamente.

§1º Para ser considerado normal, o leite cru oriundo da propriedade rural deve se apresentar dentro dos padrões para contagem bacteriana total e contagem de células somáticas dispostos em normas complementares.

§2º O leite não deve apresentar substâncias estranhas à sua composição, tais como agentes inibidores do crescimento microbiano, neutralizantes da acidez, reconstituintes da densidade ou do índice crioscópico.

§3º O leite não deve apresentar resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica.

Art. 238 A análise do leite para sua seleção e recepção no

estabelecimento industrial deve abranger as seguintes especificações e outras determinadas em normas complementares:

- I - características sensoriais (cor, odor e aspecto);
- II - temperatura;
- III - teste do álcool/alizarol;
- IV - acidez titulável;
- V - densidade relativa a 15°C (quinze graus Celsius);
- VI - teor de gordura;
- VII - teor de sólidos totais e sólidos não gordurosos;
- VIII - índice crioscópico;
- IX - pesquisa de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes;
- X - pesquisa de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade e conservadores; e
- XI - pesquisa de outros indicadores de fraudes que se faça necessária.

Art. 239 O estabelecimento industrial é responsável pelo controle das condições de recepção do leite, bem como pela seleção da matéria-prima destinada à produção de leite para consumo humano direto e industrialização, conforme padrões analíticos especificados no presente Regulamento e em normas complementares.

Parágrafo único. Após as análises de seleção da matéria-prima e detectada qualquer não conformidade na mesma, a empresa receptora será responsável pela destinação, de acordo com o disposto no presente Regulamento e nas normas de destinação estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 240 A Inspeção Municipal, quando julgar necessário, realizará as análises previstas nas normas complementares ou nos programas de autocontrole.

Art. 241 Considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru quando:

- I - provenha de propriedade interditada por setor competente da Secretaria Municipal de Agricultura;
- II - apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica, inibidores, neutralizantes de acidez, reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, conservadores ou outras substâncias estranhas à sua composição;
- III - apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância;
- IV - revele presença de colostro; ou
- V - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo único. O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento, bem como toda a quantidade a que tenha sido misturado, deve ser descartado e inutilizado pela empresa, sem prejuízo da legislação ambiental.

Art. 242 Considera-se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru quando:

- I - não atenda aos padrões para leite normal;
- II - coagule pela prova do álcool/alizarol na concentração estabelecida em normas complementares;
- III - apresente fraudes diferentes das previstas no artigo anterior; ou
- IV - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo único. O leite em condições de aproveitamento condicional deve ser destinado pela empresa de acordo com o disposto no presente Regulamento e nas normas de destinação estabelecidas

pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 243 O processamento do leite após a seleção e a recepção em qualquer estabelecimento compreende as seguintes operações, entre outros processos aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal:

- I - pré-beneficiamento do leite compreendendo, de forma isolada ou combinada, as etapas de filtração sob pressão, clarificação, bactofugação, microfiltração, padronização do teor de gordura, termização (pré-aquecimento), homogeneização e refrigeração; e
- II - beneficiamento do leite compreendendo os processos de pasteurização, ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) e esterilização.

§1º Permite-se o congelamento do leite para aquelas espécies em que o procedimento seja tecnologicamente justificado, estabelecido em normas complementares.

§2º É proibido o emprego de substâncias químicas na conservação do leite.

Art. 244 Entende-se por filtração a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante passagem sob pressão por material filtrante apropriado.

Parágrafo único. Todo leite destinado ao processamento industrial deve ser submetido à filtração antes de qualquer outra operação de pré-beneficiamento ou beneficiamento.

Art. 245 Entende-se por clarificação a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante centrifugação ou outro processo tecnológico equivalente aprovado pelo Serviço de Inspeção Municipal;

Art. 246 Entende-se por termização (pré-aquecimento) a aplicação de calor ao leite em aparelhagem própria com a finalidade de reduzir sua carga microbiana, sem alteração das características do leite cru.

§1º - Considera-se aparelhagem própria aquela provida de dispositivo de controle de temperatura e de tempo, de modo que o produto termizado satisfaça às exigências do presente Regulamento.

§2º O leite termizado deve:

- I - ser refrigerado imediatamente após o aquecimento; e
- II - manter as reações enzimáticas do leite cru.

§3º É proibida a destinação de leite termizado para a produção de leite para consumo humano direto.

Art. 247 Entende-se por pasteurização o tratamento térmico aplicado ao leite com o objetivo de evitar perigos à saúde pública decorrentes de microrganismos patogênicos eventualmente presentes, promovendo mínimas modificações químicas, físicas, sensoriais e nutricionais.

§1º Permitem-se os seguintes processos de pasteurização do leite:

- I - Pasteurização lenta, que consiste no aquecimento indireto do leite de 63. a 65.ºC (sessenta e três a sessenta e cinco graus Celsius) por 30 (trinta) minutos, dispondo de mecanismo que garanta a homogeneização da temperatura do leite, em aparelhagem própria;
- II - Pasteurização rápida, que consiste no aquecimento do leite em camada laminar de 72. a 75.ºC (setenta e dois a setenta e cinco graus Celsius) por 15 a 20 (quinze a vinte) segundos, em aparelhagem própria.

§2º Podem ser aceitos pelo Serviço de Inspeção Municipal, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

§3º É obrigatória a utilização de aparelhagem convenientemente instalada e em perfeito funcionamento, provida de dispositivos de controle de temperatura, termômetros e outros que venham a ser considerados necessários para o controle técnico e sanitário da operação.

I - Para o sistema de pasteurização rápida, essa aparelhagem deve ainda incluir válvula para o desvio de fluxo do leite com acionamento automático e alarme sonoro.

§4º O leite pasteurizado destinado ao consumo humano direto deve ser refrigerado imediatamente entre 2ºC e 4ºC (dois e quatro graus Celsius).

§5º Para o leite de consumo humano, permitem-se os seguintes tipos de pasteurização e envase:

I - Pasteurização rápida e envase automático em circuito fechado no menor prazo possível e distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4ºC (quatro graus Celsius), desde que os equipamentos utilizados sejam experimentalmente testados, conforme o presente Regulamento;

II - Pasteurização lenta e envase automático, semiautomático, ou similar, pós pasteurização, distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4ºC (quatro graus Celsius);

III - Pasteurização lenta do leite pré-ensado, distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4ºC (quatro graus Celsius).

§6º É permitido o armazenamento frigorífico do leite pasteurizado em tanques isotérmicos providos de termômetros e agitadores automáticos a temperatura de 2ºC a 4ºC (dois a quatro graus Celsius).

§7º O leite pasteurizado deve apresentar prova de fosfatase alcalina negativa e prova de peroxidase positiva.

§8º É proibida a repasteurização do leite para consumo humano direto.

Art. 248. Entende-se por processo de ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) o tratamento térmico aplicado ao leite a uma temperatura de 130 a 150.ºC (cento e trinta a cento e cinquenta graus Celsius), durante 2 a 4 (dois a quatro) segundos, mediante processo de fluxo contínuo, imediatamente resfriado a temperatura inferior a 32ºC (trinta e dois graus Celsius) e envasado sob condições assépticas em embalagens esterilizadas e hermeticamente fechadas.

§1º Podem ser aceitos pelo Serviço de Inspeção Municipal, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

§2º É permitido o armazenamento do leite UHT em tanques assépticos e herméticos previamente ao envase.

Art. 249. Entende-se por processo de esterilização o tratamento térmico aplicado ao leite a uma temperatura de 110 a 130ºC (cento e dez a cento e trinta graus Celsius) durante 20 a 40 (vinte a quarenta) minutos, em equipamentos próprios.

Parágrafo único. Podem ser aceitos pelo Serviço de Inspeção Municipal, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

Art. 250. São fixados os seguintes limites superiores de temperatura aplicados ao leite:

- I - conservação e expedição no Posto de Refrigeração: 4°C (quatro graus Celsius);
- II - conservação na Usina de Beneficiamento ou Fábrica de Laticínios antes da pasteurização: 4°C (quatro graus Celsius);
- III - refrigeração após a pasteurização: 4°C (quatro graus Celsius);
- IV - estocagem em câmara frigorífica do leite pasteurizado: 4°C (quatro graus Celsius);
- V - entrega ao consumo do leite pasteurizado: 7°C (sete graus Celsius); e
- VI - estocagem e entrega ao consumo do leite UAT (UHT) e esterilizado: temperatura ambiente.

Art. 251. O leite termicamente processado para consumo humano direto pode ser exposto à venda quando envasado automaticamente, semiautomático ou outro sistema similar, por meio de circuito fechado ou não, processado pela pasteurização lenta, pré ou pós envase, em embalagem inviolável e específica para as condições previstas de armazenamento.

§1º Os equipamentos de envase devem conter dispositivos que garantam a manutenção dos padrões de qualidade e identidade para o leite, embalagens conforme estabelece este regulamento.

§2º O envase do leite para consumo humano direto pode ser realizado em qualquer estabelecimento de leite e derivados desde tenha estrutura adequada para essa operação e não interfira nas demais operações do estabelecimento, conforme previsto no presente Regulamento.

Art. 252. O leite pasteurizado deve ser transportado preferencialmente em veículos isotérmicos com unidade frigorífica instalada.

Parágrafo único. para um raio de até 100 km em torno do local de processamento permite-se o transporte em veículos não isotérmicos e sem unidade frigorífica instalada, desde que garantam a manutenção de temperatura no local de entrega não superior há 7°C (sete graus Celsius).

Art. 253. É proibida a comercialização e distribuição de leite cru para consumo humano direto em todo território municipal, nos termos da legislação.

Art. 254. O leite beneficiado, para ser exposto ao consumo como integral, deve apresentar os mesmos requisitos do leite normal, com exceção do teor de sólidos não gordurosos e de sólidos totais, que devem atender às normas complementares.

Art. 255. O leite beneficiado, para ser exposto ao consumo como padronizado, semidesnatado ou desnatado, deve satisfazer às exigências do leite integral, com exceção dos teores de gordura, de sólidos não gordurosos e de sólidos totais, que devem atender às normas complementares.

Art. 256. Os padrões microbiológicos dos diversos tipos de leite devem atender às normas complementares.

Art. 257. Quando as condições de produção, conservação e transporte, composição, contagem de células somáticas ou contagem bacteriana total não satisfaçam ao padrão a que se destina, o leite pode ser utilizado na obtenção de outro produto, desde que se enquadre no respectivo padrão.

Parágrafo único. Deve ser atendido o disposto no presente Regulamento e nas normas de destinação estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 258. Permite-se a mistura de leites de qualidades diferentes, desde que prevaleça o de padrão inferior para fins de classificação e rotulagem.

4) Inspeção industrial e sanitária de produtos das abelhas e derivados

Art. 259. A inspeção de produtos das abelhas e seus derivados, além das exigências já previstas no presente Regulamento, abrange a verificação:

- I - da extração, do acondicionamento, da conservação, da origem e do transporte dos produtos das abelhas;
- II - do processamento, da armazenagem e da expedição; e
- III - dos programas de autocontrole implantados.

Art. 260. As análises de produtos das abelhas, para sua recepção e seleção no estabelecimento processador, devem abranger as características sensoriais e as análises determinadas em normas complementares e legislação específica, além da pesquisa de indicadores de fraudes que se faça necessária.

Art. 261. O mel e o mel de abelhas sem ferrão, quando submetidos ao processo de descristalização, pasteurização ou desumidificação, devem respeitar o binômio tempo e temperatura e demais dispositivos constantes em normas complementares.

Art. 262. São considerados alterados e impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, os produtos das abelhas que evidenciem:

- I - características sensoriais anormais;
- II - a presença de resíduos estranhos decorrentes de falhas nos procedimentos higiênicosanitários e tecnológicos; ou
- III - a presença de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica.

§1º Em se tratando de mel e mel das abelhas sem ferrão, são também considerados alterados os que evidenciem fermentação avançada, hidroximetilfurfural acima do estabelecido em legislação específica e flora microbiana capaz de alterá-los.

§2º Em se tratando de pólen apícola, pólen das abelhas sem ferrão, própolis e própolis das abelhas sem ferrão são também considerados alterados os que evidenciem flora microbiana capaz de alterá-los.

§3º Em se tratando de geléia real, é também considerada alterada a que evidencie conservação inadequada, indícios de colheita realizada após 72. (setenta e duas) horas, flora microbiana capaz de alterá-la e a presença de microrganismos patogênicos.

Art. 263. São considerados alterados e impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, os derivados de produtos das abelhas, que evidenciem:

- I - características sensoriais anormais;
- II - matéria-prima em desacordo com as exigências definidas para cada produto das abelhas usado na sua composição;
- III - a presença de resíduos estranhos decorrentes de falhas nos procedimentos higiênicosanitários e tecnológicos; ou
- IV - microrganismos patogênicos.

Parágrafo único. Em se tratando de composto de produtos das abelhas com adição de ingredientes, são também considerados alterados os que evidenciem o uso de ingredientes permitidos que não atendam às exigências do órgão competente.

Art. 264. São considerados fraudados (adulterados ou falsificados) os produtos das abelhas que:

I - apresentem substâncias que alterem a sua composição original;  
II - apresentem aditivos;  
III - apresentem características de obtenção a partir de alimentação artificial das abelhas;  
IV - houver a subtração de qualquer dos seus componentes, em desacordo com o presente Regulamento ou normas complementares;  
V - forem de um tipo e se apresentem rotulados como de outro;  
VI - apresentem adulteração na data de fabricação, data ou prazo de validade do produto; ou  
VII - tenham sido elaborados a partir de matéria-prima imprópria para processamento.

Parágrafo único. Em se tratando de mel e mel de abelhas sem ferrão são também considerados fraudados os que evidenciem a adição de açúcares.

Art. 265. São considerados fraudados (adulterados ou falsificados) os derivados de produtos das abelhas que:

I - forem de um tipo e se apresentem rotulados como de outro;  
II - apresentem adulteração na data de fabricação, data ou prazo de validade do produto; ou III - tenham sido elaborados a partir de matéria-prima imprópria para processamento.

§1º Em se tratando de composto de produtos das abelhas sem adição de ingredientes, são também considerados fraudados os que evidenciem a presença de aditivos ou quaisquer outros ingredientes não permitidos.

§2º Em se tratando de compostos de produtos das abelhas com adição de ingredientes, são também considerados fraudados os que evidenciem o uso de ingredientes não permitidos ou de ingredientes permitidos em quantidade acima do limite estabelecido em legislação específica.

Art. 266. Os produtos das abelhas e derivados alterados, fraudados ou impróprios para o consumo humano, na forma como se apresentam, podem ter aproveitamento condicional quando previstos em normas complementares.

Art. 267. Os estabelecimentos de produtos das abelhas que recebem matérias-primas de produtores rurais devem manter atualizado o cadastro desses produtores em sistema de informação adotado pelo Serviço de Inspeção Municipal e conforme normas complementares.

Art. 268. Os produtos das abelhas sem ferrão devem ser procedentes de criadouros, na forma de meliponários, autorizados pelo órgão ambiental competente.

#### VIII - ESTABELECIMENTO PARA ABATE E INDUSTRIALIZAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS

Art. 269. Para fins deste regulamento, no estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais podem ser abatidas e industrializadas as diversas espécies de aves, coelhos, rãs, répteis e outros pequenos animais.

§1º O abate de diferentes espécies, inclusive de médios animais, em um mesmo estabelecimento pode ser realizado desde que haja instalações e equipamentos específicos para a finalidade.

§2º O abate pode ser realizado desde que seja evidenciada a completa segregação entre as diferentes espécies e seus respectivos produtos durante todas as etapas do processo, respeitadas as particularidades de cada espécie, inclusive quanto a higienização das instalações e equipamentos.

I - Estão incluídas nas aves as espécies como: peru, frango, pombo, pato, marreco, ganso, perdiz, chucar, codorna, faisão e outras aves

II - Entende-se como carne de aves a parte muscular comestível das aves abatidas, declaradas aptas a alimentação humana por inspeção veterinária oficial antes e depois do abate.

III - Entende-se como carcaça o corpo inteiro de uma ave após insensibilização ou não, sangria, depenação e evisceração, onde o papo, traquéia, esôfago, intestinos, cloaca, baço, órgãos reprodutores, pulmões tenham sido removidos, sendo facultativa a retirada dos rins, pés, pescoço e cabeça.

IV - Entende-se por corte a parte ou fração da carcaça com limites previamente especificados pelo Serviço de Inspeção Municipal, com osso ou sem osso, com pele ou sem pele, temperados ou não, sem mutilações e/ou dilacerações.

V - Entende-se por recorte a parte ou fração de um corte.

VI - Entende-se como miúdos as vísceras comestíveis o fígado sem a vesícula biliar, o coração sem o saco pericárdio e a moela sem o revestimento interno e seu conteúdo totalmente removido.

VII - Entende-se por pré-resfriamento o processo de rebaixamento da temperatura das carcaças de aves, imediatamente após as etapas de evisceração e lavagem, realizado por sistema de imersão em água gelada ou passagem por túnel de resfriamento, obedecidos os respectivos critérios técnicos específicos.

VIII - Entende-se por resfriamento o processo de refrigeração e manutenção da temperatura entre 0°C (zero grau centígrado) a 4°C (quatro graus centígrados positivos) dos produtos de aves (carcaças, cortes ou recortes, miúdos e/ou derivados), com tolerância de 1°C (um grau) medidos na intimidade dos mesmos.

IX - Entende-se por congelamento o processo de congelamento e manutenção a uma temperatura não maior que -12°C, dos produtos de aves (carcaças, cortes ou recortes, miúdos ou derivados) tolerando-se uma variação de até 2°C (dois graus centígrados), medidos na intimidade dos mesmos.

X - Entende-se por temperado o processo de agregar ao produto da ave condimentos e/ou especiarias devidamente autorizados pelo Serviço de Inspeção Municipal, sendo posteriormente submetido apenas a refrigeração (resfriamento ou congelamento).

Art. 270. Não será autorizado o funcionamento ou construção de estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais quando localizado nas proximidades de outros estabelecimentos que, por sua natureza, possam prejudicar a qualidade dos produtos destinados à alimentação humana, que são processados nesses estabelecimentos de abate.

Art. 271. Os equipamentos fixos, tais como, esquadreiros, depenadeiras, calhas de evisceração, pré-resfriadores, tanques e outros, deverão ser instalados de modo a permitir a fácil higienização dos mesmos e das áreas circundantes, guardando-se um afastamento mínimo de 60. cm (sessenta centímetros) das paredes e 20 cm (vinte centímetros) do piso, com exceção da trilha aérea que deverá guardar a distância mínima de 30 cm (trinta centímetros) das colunas ou paredes.

Art. 272. O estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais deve dispor de instalações composta de seção de recepção; seção de sangria; seção de esquadramento e depenação; seção de evisceração; seção de depósito; seção de expedição; seção de subprodutos.

Parágrafo único. Quando se tratar de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte a sangria poderá ser realizada na seção de esquadramento e depenação, o depósito de produtos poderá ser na seção de expedição, e a seção de subprodutos poderá ser dispensada desde que os subprodutos sejam retirados do estabelecimento imediatamente.

Art. 273. A recepção das aves será em plataforma coberta,

devidamente protegida dos ventos predominantes e da incidência direta dos raios solares.

Parágrafo único. A critério do serviço de inspeção, essa seção poderá ser parcial ou totalmente fechada, atendendo as condições climáticas regionais, desde que não haja prejuízo para a ventilação e iluminação.

Art. 274. Os contentores e/ou estrados, após vazios, deverão ser encaminhados para a higienização e desinfecção e depositados em local adequado ou devolvidos para o veículo de transporte das aves.

Art. 275. A sangria pode ser realizada em "túnel de sangria", com as aves contidas pelos pés, apoiados em trilhagem aérea, ou sangria em funil.

Art. 276. O sangue deverá ser recolhido em calha própria, de material inoxidável ou alvenaria, totalmente impermeabilizada com cimento liso, denominada "calha de sangria".

Art. 277. O sangue coletado deverá ser destinado para industrialização como não comestível, ou outro destino conveniente a critério da Inspeção, podendo, quando não existir graxaria, ser cozido.

Art. 278. A seção de sangria deverá dispor obrigatoriamente de lavatórios acionados a pedal ou outros mecanismo que impeça o uso direto das mãos.

Art. 279. A escaldagem e depenagem poderão ser realizadas em instalações comuns às duas atividades, separadas através de paredes das demais áreas operacionais, podendo ser na mesma área da sangria, desde que esta operação não interfira nas outras atividades.

Art. 280. O ambiente da escaldagem e depenagem deverá possuir ventilação suficiente para exaustão do vapor d'água proveniente de escaldagem e da impureza em suspensão, recomendando-se o emprego de "lantennins", coifas ou exaustores, quando a ventilação natural for insuficiente, podendo ser dispensado de forro nesta dependência.

Art. 281 A escaldagem deverá, obrigatoriamente, ser executada logo após o término da sangria, sob condições definidas de temperatura e tempo, ajustados às características das aves em processamento, não se permitindo a introdução de aves ainda vivas no sistema.

Art. 282 Serão condenadas, total ou parcialmente, as aves quando se verificarem falhas na escaldagem que demonstrem alterações nas carcaças ou parte de carcaças pelo uso de altas temperaturas ou tempo prolongado na execução desta operação.

Art. 283 Quando a escaldagem for executada em tanque, o mesmo deverá ser construído de material inoxidável, a água de escaldagem deverá ser renovada a cada hora (1,5 litros por ave) e em seu volume total a cada turno de trabalho ou à juízo da Inspeção.

Art. 284 A depenagem deverá ser processada logo após a escaldagem, sendo proibido o seu retardamento.

Art. 285 Não será permitido o acúmulo de penas no piso devendo, para tanto, haver o recolhimento contínuo das mesmas para o exterior da dependência.

Art. 286 Os trabalhos de evisceração deverão ser executados em instalação própria, isolada da área de escaldagem e depenagem, compreendendo desde a operação de corte de pele do pescoço, até a "toalete final" das carcaças.

Parágrafo único. Nessa seção poderão também ser efetuadas as fases de pré-resfriamento, gotejamento, processamento, embalagem primária, classificação e armazenagem, desde que a área permita a perfeita acomodação dos equipamentos e não haja prejuízo higiênico para cada operação.

Art. 287 Antes da evisceração, as carcaças deverão ser lavadas em chuveiros de aspersão ou pistola, dotados de água sob adequada pressão, com jatos orientados no sentido de que toda a carcaça seja levada, inclusive os pés, sendo que os chuveiros poderão ser localizados no início da calha de evisceração e no final, antes do pré-resfriamento.

Art. 288 A evisceração, não automatizada, será obrigatoriamente realizada com as aves suspensas pelos pés e pescoços em ganchos de material inoxidável, presos em trilhagem aérea ou em mesas de evisceração.

Art. 289 As operações de evisceração deverão, ainda, observar os cuidados necessários para evitar o rompimento de vísceras e o contato das carcaças com superfícies contaminadas.

Art. 290 A trilhagem aérea, quando houver, será disposta sobre a calha a uma altura tal que não permita que as aves aí dependuradas possam tocar na calha ou em suas águas residuais.

Art. 291 As etapas de evisceração compreendem:

- I - cortes da pele do pescoço e traquéia;
- II - extração de cloaca;
- III - abertura do abdômen;
- IV - eventração (exposição das vísceras);
- V - inspeção sanitária;
- VI - retirada das vísceras;
- VII - extração dos pulmões;
- h - "toalete" (retirada do papo, esôfago, traquéia, etc.);
- IX - lavagem final (externa e internamente);

Art. 292 Não será permitida a retirada de órgãos e/ou partes de carcaças antes que seja realizada a inspeção "post mortem".

Art. 293 A calha de evisceração, quando houver, deverá apresentar declive acentuado para o ralo coletor e dispor de água corrente a fim de permitir remoção contínua dos resíduos para o exterior da dependência e dispor de pontos d'água (torneiras) localizadas em suas bordas.

Art. 294 As vísceras não comestíveis serão lançadas diretamente na calha de evisceração e conduzidas aos depósitos coletores ou diretamente para a seção de subprodutos não comestíveis (graxaria).

Parágrafo único. No caso de mesa de evisceração serão depositadas em bombonas próprias.

Art. 295 As vísceras comestíveis serão depositadas em recipientes de aço inoxidável, material plástico ou similar, após previamente preparadas e lavadas, sendo que a moela deve ser aberta e retirado o seu conteúdo imediatamente e após serão acondicionadas em recipientes adequados e resfriadas, podendo ser utilizado gelo.

Art. 296 Todas as partes comestíveis (coração, fígado, moela, pés e cabeça), quando retirados na evisceração para fins comestíveis, deverão ser imediatamente pré-resfriados em resfriadores contínuos por imersão obedecendo ao princípio da renovação de água contracorrente e a temperatura máxima de 4°C, ou em pré-resfriadores fixos com água gelada ou água com gelo, desde que atendida a determinação de renovação da água.

Art. 297 A gordura cavitária e de cobertura da moela, poderá ser

utilizada para fins comestíveis quando retirada durante o processo de evisceração, antes da retirada e abertura da moela e ainda sob o mesmo tratamento dos miúdos comestíveis.

Art. 298 Os pulmões serão obrigatoriamente retirados e depositados junto com as vísceras não comestíveis.

Art. 299 Após a evisceração as carcaças devem receber uma lavagem final por aspersão, de modo que as superfícies internas e externas sejam limpas eficazmente.

Art. 300 Não será permitida a entrada de carcaças no sistema de pré-resfriamento por imersão, quando contenham no seu interior água residual de lavagem por aspersão e/ou qualquer tipo de contaminação visível nas suas superfícies externas e internas.

Art. 301 O recolhimento de ovários de aves (reprodutoras ou poedeiras comerciais) será permitido desde que:

I - A coleta seja realizada somente após a liberação das aves por parte da Inspeção, desde que sejam observados todos os princípios básicos de higiene recomendados.

II - O produto seja resfriado imediatamente após a coleta, a uma temperatura de 4°C ou inferior e seja armazenado e transportado sob refrigeração (0°C) e destinado exclusivamente para pasteurização.

Art. 302 O pré-resfriamento é opcional e poderá ser efetuado através de:

I - aspersão de água gelada;

II - imersão em água por resfriadores contínuos, tipo rosca sem fim;

III - resfriamento por ar (câmaras frigoríficas);

IV - imersão em tanque com água gelada;

V - outros processos aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 303 A renovação de água durante os trabalhos, nos resfriadores contínuos tipo rosca sem fim ou fixos, deverá ser constante, na proporção mínima de 1,5 l (um e meio litros) por ave.

Art. 304 No sistema de pré-resfriamento por aspersão a água utilizada deve apresentar os padrões de potabilidade da Portaria 36/90 do Ministério da Saúde.

Art. 305 A temperatura da água do sistema de pré-resfriamento por aspersão não deve ser superior a 4°C.

Art. 306 A água de renovação do sistema de pré-resfriamento por imersão poderá ser hiperclorada, permitindo-se no máximo 5 ppm de cloro livre; no entanto será obrigatoriamente clorada, devendo apresentar cloro residual livre entre 0,5 à 1,00 ppm.

Art. 307 A temperatura da água residente, medida nos pontos de entrada e saída das carcaças do sistema pré-resfriamento por imersão, não deve ser superior a 16°C e 4°C, respectivamente no primeiro e último estágio, observando-se o tempo máximo de permanência das carcaças no primeiro de trinta minutos.

Art. 308 Cada tanque do sistema pré-resfriadores contínuos por imersão deve ser completamente esvaziado, limpo e desinfetado no final de cada período de trabalho (quatro horas) ou, quando se fizer necessário, a juízo da Inspeção.

Art. 309 A temperatura das carcaças no final do processo de pré-resfriamento deverá ser igual ou inferior a 7°C, tolerando-se a temperatura de 10°C para as carcaças destinadas ao congelamento imediato.

Art. 310 Os miúdos devem ser pré-resfriados em resfriadores, por imersão, obedecendo a temperatura máxima de 4°C e renovação de água, na proporção mínima de 1,5 (um e meio) litros por quilo.

Art. 311 Quando empregada a injeção de ar nos tanques de pré-resfriamento por imersão para efeito de movimentação de água (borbulhamento), deverá o mesmo ser previamente filtrado.

Art. 312 O gotejamento é destinado ao escoamento da água da carcaça decorrente da operação de pré-resfriamento.

Art. 313 Ao final da fase de gotejamento a absorção da água nas carcaças não deverá ultrapassar a 8% de seu peso.

Art. 314 O gotejamento deverá ser realizado imediatamente ao pré-resfriamento, com as carcaças suspensas pelas asas ou pescoço, em equipamento de material inoxidável, dispondo de calha coletora de água de gotejamento.

Parágrafo único. Processos tecnológicos diferenciados que permitam o escoamento da água excedente nas carcaças de aves decorrente da operação de pré-resfriamento por imersão poderão ser autorizados, desde que aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 315 As mesas para embalagem de carcaças serão de material liso, lavável, impermeável e resistente, com bordas elevadas e dotadas de sistema de drenagem.

Art. 316 Os miúdos e/ou partes de carcaças, sejam ou não comercializados no interior das mesmas, receberão embalagem própria, sendo obrigatoriamente a cabeça embalada individualmente.

Art. 317 Uma vez embaladas primariamente o acondicionamento de carcaças em embalagens secundárias será feito em continentes novos e de primeiro uso, sendo que tal operação pode ser feita na seção de embalagem primária.

Parágrafo único. Poderá ser permitida, para fins de acondicionamento e/ou transporte, a reutilização de caixas ou recipientes construídos de material que possibilite adequada Higienização.

Art. 318 Os estabelecimentos que realizarem cortes e/ou desossa de aves podem fazer essa etapa na mesma seção de evisceração e embalagem primária, desde que com temperatura ambiente não superior a 15°C e de maneira tal que não interfiram com o fluxo operacional de evisceração, embalagem e classificação.

Parágrafo único. A temperatura das carnes manipuladas nesta seção não poderá exceder 7°C.

Art. 319 Os estabelecimentos que realizam a produção de carne temperada podem realizar esta operação junto a Seção de evisceração e embalagem, desde que não interfira no fluxo operacional da Seção, como também não comprometa sob o aspecto higiênico-sanitário.

Art. 320 O estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais deverá dispor de um sistema de resfriamento para resfriar e manter resfriado todos os animais abatidos até sua comercialização.

Parágrafo único. O sistema adotado deverá ser proporcional a capacidade de abate e produção.

Art. 321 As carcaças depositadas no sistema de resfriamento deverão apresentar temperatura de no máximo 5°C (cinco graus centígrados).

Art. 322 As carcaças congeladas não deverão apresentar, na intimidade muscular, temperatura superior a -12°C (doze graus centígrados negativos), com tolerância máxima de 2°C (dois graus centígrados).

Art. 323 A seção de expedição terá as seguintes características:

I - área dimensionada unicamente para pesagem quando for o caso e acesso ao transporte;  
II - totalmente isolada do meio ambiente através de paredes, dispondo somente de aberturas (portas ou óculos) nos pontos de acostamento dos veículos transportadores, bem como entrada (porta) de acesso à seção para o pessoal que aí trabalha.

Art. 324 Os subprodutos não comestíveis serão armazenados em sala própria para que sejam retirados periodicamente.

Art. 325 O gelo utilizado na indústria, especialmente no pré-resfriamento de carcaças e miúdos, deverá ser produzido com água potável preferentemente no próprio estabelecimento.

Parágrafo único. O equipamento para fabricação do gelo deverá ser instalado em seção a parte, localizado o mais próximo possível do local de utilização.

Art. 326 A "casa de caldeira", quando necessária, será construída afastada 3 metros de qualquer construção, além de atender às demais exigências da legislação específica.

Art. 327 Quando necessárias, as instalações destinadas à lavagem e desinfecção de veículos transportadores de animais vivos e engradados, serão localizadas no próprio estabelecimento, em área que não traga prejuízo de ordem higiênico sanitária.

Art. 328 O consumo médio de água em matadouros avícolas poderá ser calculado tomando-se por base o de 30 (trinta) litros por ave abatida, incluindo-se aí o consumo de todas as seções do matadouro, permitindo-se volume médio de consumo inferior, desde que preservados os requisitos tecnológicos e higiênico-sanitários previstos no presente Regulamento, mediante aprovação prévia da Inspeção.

Parágrafo único. Deverá ser instalado mecanismo de dosagem de cloro da água de abastecimento industrial caso água não tenha potabilidade comprovada.

#### IX - ESTABELECIMENTOS PARA ABATE E INDUSTRIALIZAÇÃO PARA MÉDIOS E GRANDES ANIMAIS

Art. 329 – Estabelecimento de abate e industrialização para médios e grandes animais é o estabelecimento dotado de instalações com dimensões e equipamentos adequados para o abate, manipulação, elaboração, industrialização, preparo, conservação, armazenagem e expedição das carnes de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos e outros grandes e médios animais, e seus derivados sob variadas formas, devendo possuir instalações de frio compatível com a capacidade de abate.

§1º O abate de diferentes espécies, incluídos grandes, médios e pequenos animais, em um mesmo estabelecimento pode ser realizado desde que haja instalações e equipamentos específicos para a finalidade, com completa segregação entre as diferentes espécies e seus respectivos produtos durante todas as etapas do processo, respeitadas as particularidades de cada espécie, inclusive quanto a higienização das instalações e equipamentos.

§2º O tipo de abate referido acima poderá ser realizado em sistema de trilhagem aérea manual ou no modelo estacionário, no qual o abate do animal seguinte só pode ocorrer após o término das

operações do animal anterior.

Art. 330 Deverá ser indicado no momento de protocolar o projeto, as estratégias de destinação das carcaças ou parte destas condenadas pela inspeção sanitária.

Art. 331 O estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais deve dispor de instalações composta de curral de espera dos animais; box de insensibilização; seção de matança; seção de bueira e triparia; seção de processamento; seção de resfriamento e/ou congelamento; seção de expedição; seção de subprodutos.

§ 1º – Quando se tratar de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte a bueira e triparia poderá ser na seção de matança, o resfriamento e/ou congelamento de produtos poderá ser na seção de expedição, e a seção de subprodutos poderá ser dispensada desde que os subprodutos sejam retirados do estabelecimento imediatamente.

§2º Quando o estabelecimento efetuar a industrialização das carnes deverá ter estrutura adequada, de acordo com as exigências definidas neste Regulamento.

Art. 332 Os animais deverão ficar em currais livres de barro por um período determinado pelo inspetor sanitário antes de serem insensibilizados.

Art. 333 Em caso de abate misto no mesmo dia, os bovinos não poderão ficar no mesmo curral dos suínos ou ovinos ou caprinos, sendo que os ovinos e caprinos são os únicos que podem ser alojados no mesmo curral.

Art. 334 Os animais, com exceção dos ovinos, antes da insensibilização deverão ser lavados sobre piso impermeável com água potável sob pressão de forma que os jatos atinjam todas as partes do animal com uma pressão adequada e com canalização das águas residuais.

Art. 335 Os boxes de insensibilização serão de construção em concreto armado de superfície lisa e com as partes móveis metálicas.

Art. 336 Em todos os locais onde são realizadas as operações deverão dispor de lavatórios de mãos com torneiras que não utilizem o fechamento manual, providos de sabão líquido inodoro.

Art. 337 A mesa de inspeção de vísceras vermelhas deverá ter rebordo de no mínimo 0,05 m de altura, orifício para drenagem das águas servidas e esgoto canalizado.

Art. 338 Deverá haver fonte de água fria nas mesas de inspeção que propiciem a lavagem das vísceras e água a 85 °C em abundância para a higienização das mesas.

Art. 339 A sala de matança terá área suficiente para a sustentação dos equipamentos necessários aos trabalhos de sangria, esfolagem, evisceração, inspeção de carcaças e vísceras, toalete, lavagem de carcaças, quais sejam: canaleta, plataformas, pias, mesas, além da área disponível para circulação de pessoas e carros, quando necessários.

Art. 340 As operações de sangria, esfolagem e/ou depilação e evisceração, poderão ser realizadas em ponto fixo.

Art. 341 No caso de abate estacionário todas as operações serão realizadas em ponto fixo até a liberação da carcaça pela inspeção para o resfriamento.

Art. 342 Quando necessária, a área de vômito deverá localizar-se

ao lado do box de atordoamento e destina-se à recepção dos animais insensibilizados que daí serão imediatamente alçados e destinados à sangria.

Art. 343 O trilho, quando necessário, na sala de abate, terá altura mínima adequada no ponto de sangria e esfolagem, de maneira a assegurar no mínimo uma distância de 0,75. m (setenta e cinco centímetros) da extremidade inferior do animal (focinho) ao piso.

Parágrafo único. Na câmara de resfriamento, o trilho ou os penduradores, terão altura suficiente para não permitir o contato das meias carcaças com o piso.

Art. 344 Quando necessárias, as plataformas serão em número suficiente para realizar as operações de troca de patas, esfolagem, evisceração, inspeção, toalete, carimbagem e lavagem das carcaças, construídas em metal, de preferência ferro galvanizado ou aço inoxidável, antiderrapante e com corrimão de segurança.

Art. 345 As cabeças deverão ser penduradas em ganchos próprias, desarticuladas a mandíbula e língua, lavadas e inspecionadas em mesa.

Art. 346 A lavagem da cabeça é feita com o auxílio de uma mangueira em cuja extremidade ajusta-se um cano bifurcado, que se introduz nas narinas e na cabeça, sendo que tal dispositivo pode ser substituído por pistola própria apta à introdução nas narinas.

Art. 347 As meias-carcaças deverão ser lavadas com água sob pressão antes destas ingressarem no sistema de resfriamento.

Art. 348. A seção de bucharia e triparia é o local onde serão esvaziados estômagos e intestinos já inspecionados, tendo somente área suja, não sendo, portanto, aproveitados os produtos desta seção como comestíveis.

Parágrafo único. No caso de abate estacionário a seção de bucharia e triparia poderá ser na mesma sala de matança, após a liberação da carcaça pela inspeção para o resfriamento.

Art. 349. Produtos como patas, couros (peles) e resíduos poderão também ser conduzidos a seção de bucharia e triparia.

Art. 350. O estabelecimento deve possuir sistemas de frio que se fizer necessário em número e área suficientes segundo a capacidade do estabelecimento.

Art. 351. Os sistemas de resfriamento deverão fazer com que a temperatura das carcaças (medida na intimidade das massas musculares) atinja a temperatura estipulada pela legislação vigente, devendo também manter uma distância mínima entre as carcaças de modo que elas não fiquem encostadas.

Art. 352. Os materiais como caixas, bandejas, ganchos e carrinhos deverão ser higienizados sempre ao final dos trabalhos ou quando se julgar necessário.

Art. 353. As operações de processamento dos subprodutos não comestíveis e condenados deverão seguir as regulamentações específicas e com controle dos Órgãos de Inspeção Sanitária.

Parágrafo único. Se o recolhimento dos resíduos for diário, estes poderão ficar depositados na bucharia/triparia, área suja, caso contrário, deverá haver uma seção para armazenamento destes produtos até o devido recolhimento.

#### X - FÁBRICA PARA PRODUTOS CÁRNEOS

Art. 354. Fábrica de produtos cárneos é o estabelecimento que

industrializa carne de variadas espécies de animais, sendo dotado de instalações de frio industrial e aparelhagem adequada para o seu funcionamento.

Art. 355. Operações é tudo que diz respeito às diversas etapas dos trabalhos executados para a obtenção das carnes e seus subprodutos.

Art. 356. Produto cárneo são as massas musculares maturadas e demais tecidos que as acompanham, incluindo ou não a base óssea correspondente, procedentes de animais abatidos sob inspeção veterinária.

Art. 357. O estabelecimento de fabricação de produtos cárneos deve dispor de instalações composta de recepção de matéria-prima; câmara de resfriamento e/ou congelamento; seção de desossa e processamento; seção de envoltórios; seção de condimentos e ingredientes; seção de cozimento e banha; seção de resfriamento; seção de rotulagem e embalagem secundária; seção de expedição; e seção de subprodutos.

Parágrafo único. Quando se tratar de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte os condimentos e ingredientes poderão ser preparados e armazenados na seção de processamento, a rotulagem e embalagem secundária poderá ser feita na seção de expedição e a seção de subprodutos poderá ser dispensada desde que os mesmos sejam retirados do local imediatamente.

Art. 358. Os trilhos, quando necessários, serão metálicos com altura mínima de 2,50. m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 359. A seção de recepção de matérias-primas deve ser localizada contígua ao sistema de resfriamento e depósito de matéria-prima, ou à sala de desossa e processamento, de maneira que a matéria-prima não transite pelo interior de nenhuma outra seção até chegar a essas dependências.

Art. 360. Toda matéria prima recebida deverá ter sua procedência comprovada por documento do órgão competente aceito pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 361. A indústria que recebe e usa matéria-prima resfriada deve possuir câmara de resfriamento ou outro mecanismo de frio para o seu armazenamento, quando for necessário.

Art. 362. Deve existir no interior da câmara de resfriamento, quando for o caso, prateleiras metálicas e estrados metálicos ou de plástico, não sendo permitido, sob hipótese alguma, o uso de madeira de qualquer tipo ou de equipamentos oxidados ou com descamação de pintura.

Art. 363. As indústrias que recebem matéria-prima congelada, quando necessário, possuirão câmara de estocagem de congelados ou outro mecanismo de congelamento, com temperatura não superior a -12° (doze graus centígrados negativos).

§1º As câmaras de congelados, quando necessárias, serão construídas inteiramente em alvenaria ou isopainéis metálicos.

§2º Nas câmaras de congelados não é permitido o uso de estrados de madeira.

§3º Em certos casos, a matéria-prima congelada poderá ser armazenada no sistema de resfriamento para o processo de descongelamento e posterior industrialização.

Art. 364. Em estabelecimentos que trabalham com carnes congeladas em blocos (CMS), os mesmos deverão possuir um quebrador de bloco de carnes.

Art. 365. O "pé-direito" da sala de desossa, sala de processamento e demais dependências terá altura mínima de 2,60. m (dois metros e sessenta centímetros).

Art. 366. A manipulação e processamento poderão ser executadas na sala de desossa desde que não traga prejuízos as outras operações e para a higiene e sanidade.

§ 1º O espaço para o processamento deverá ser dimensionado de acordo com os equipamentos instalados em seu interior e com volume de produção/hora e produção/dia, além da diversificação de produtos aí processados.

§ 2º O espaço para processamento disporá de todos os equipamentos mínimos necessários para a elaboração dos produtos fabricados pelo estabelecimento, como moedor de carne, cutter, misturadeira, embutideira, mesas de aço inoxidável, tanques de aço inoxidável ou de plástico, carros de aço inoxidável ou de plástico especial, bandejas ou caixas de plástico ou inoxidável.

§ 3º A desossa poderá ser efetuada na mesma área desde que em momentos diferentes, sendo necessária uma higienização entre as duas operações.

Art. 367. O resfriamento das massas deverá ser realizado em sistemas de resfriamento com temperatura no seu interior em torno de 4°C.

Parágrafo único. Quando houver espaço suficiente no sistema de resfriamento de matérias-primas, as massas poderão aí ser depositadas.

Art. 368. A seção de preparação de envoltórios naturais servirá como local para a sua lavagem com água potável, seleção e desinfecção com produtos aprovados pelo órgão competente para tal finalidade, podendo servir também, quando possuir área suficiente, para depósito de envoltórios, em bambonas ou bordalezas, desde que rigorosamente limpos interna e externamente e que possua acesso independente para este tipo de embalagem, sem trânsito pelo interior das demais seções.

Parágrafo único. A preparação dos envoltórios, lavagem, retirada do sal e desinfecção poderá ser feito na própria sala de processamento, sendo necessária para tal uma mesa e pia independentes desde que não fique armazenado nesta sala a matéria-prima e não sejam executados simultaneamente à desossa e ao processamento.

Art. 369. A seção de preparação de condimentos localizar-se-á contígua à sala de processamento e manipulação de produtos, comunicando-se diretamente com esta através de porta.

§ 1º A seção de preparação de condimentos poderá ser substituída por espaço específico dentro da sala de processamento.

§ 2º Caso possuir área suficiente a seção de preparação de condimentos servirá também como depósito de condimentos e ingredientes.

§ 3º Para preparação de condimentos deverá ter equipamentos como balanças, mesas, prateleiras, estrados plásticos, baldes plásticos com tampa, bandejas ou caixas plásticas etc.

Art. 370. Todos os recipientes com condimentos deverão estar claramente identificados.

Art. 371. Cuidados especiais deverão ser dispensados aos nitratos e nitritos pelo perigo à saúde que os mesmos representam.

Art. 372. A seção de cozimento e banha deverá ser independente da seção de processamento e das demais seções, tendo portas com fechamento automático.

Parágrafo único. Para a fabricação de banha o estabelecimento deve possuir tanque para fusão e tratamento dos tecidos adiposos de suínos, destinada exclusivamente à fusão dos tecidos adiposos, localizada de forma a racionalizar o fluxo de matéria-prima proveniente das salas de matança e desossa.

Art. 373. A seção de cozimento e banha podem ter como equipamentos tanques de aço inoxidável, estufas à vapor, mesas inox, exaustores.

Art. 374. Para o cozimento de produtos cárneos esse procedimento poderá ser feito em estufas e/ou em tanques de cozimento.

Art. 375. A cristalização e embalagem da banha poderão ser realizadas no mesmo local da fabricação.

Art. 376. Os fumeiros serão construídos inteiramente de alvenaria, não se permitindo pisos e portas de madeira, sendo que as aberturas para acesso da lenha e para a limpeza deverão estar localizadas na parte inferior e externa.

Art. 377. A seção de resfriamento dos produtos prontos deverá estar equipada com sistema de resfriamento, para armazenar os produtos prontos que necessitem de refrigeração aguardando o momento de sua expedição.

§ 1º A seção de resfriamento dos produtos prontos será, de preferência, contígua à expedição e à seção de processamento sendo que a temperatura deverá permanecer entre 2 a 5°C.

§ 2º Na seção de resfriamento dos produtos prontos, quando todos os produtos aí depositados estiverem devidamente embalados, serão toleradas prateleiras de madeira, desde que mantidas em perfeitas condições de conservação, limpas e secas, não sendo tolerada a sua pintura.

Art. 378. Os produtos prontos que não necessitam de refrigeração serão encaminhados para o local de rotulagem e expedição.

Art. 379. O estabelecimento que desejar fabricar produtos curados como salames, copas, presunto cru defumado etc, necessitará de câmara de cura, onde os mesmos permanecerão dependurados em estaleiros a uma temperatura e umidade relativa do ar adequadas, pelo tempo necessário para sua completa cura, conforme a sua tecnologia de fabricação descrito no registro dos produtos e rótulos aprovado e registrado no serviço de inspeção.

Art. 380. A seção de cura poderá possuir ou não equipamentos para climatização, sendo que quando não houver tais equipamentos, a temperatura ambiente e a umidade relativa do ar serão controladas pela abertura e fechamento das portas e janelas, as quais terão, obrigatoriamente, telas de proteção contra insetos.

Art. 381. Será tolerado estaleiro de madeira, desde que mantido em perfeitas condições de conservação, limpo, seco e sem pintura.

Art. 382. Os estabelecimentos que produzirem presuntos, apressuntados ou outros produtos curados que necessitam de frio no seu processo de cura deverão possuir sistema de resfriamento específico ou utilizar a câmara de resfriamento de massas, quando esta dispor de espaço suficiente, desde que separada dos recipientes com massas.

Art. 383. O estabelecimento que executar fatiamento de produtos possuirá espaço para esta finalidade onde os produtos receberão a sua embalagem primária, com temperatura ambiente máxima de

15°C (quinze graus centígrados).

Parágrafo único. O fatiamento poderá se feito na seção de processamento e manipulação quando apresentar condições de temperatura e de higiene exigidas para a operação e quando houver área suficiente para os equipamentos e, neste caso, será imprescindível que não ocorra mais nenhuma operação neste momento e nesta seção além do fatiamento.

Art. 384 O equipamento usado no fatiamento será de aço inoxidável e rigorosamente limpo, devendo as máquinas, a cada turno de trabalho, serem desmontadas e totalmente higienizadas e desinfectadas com produtos aprovados.

Art. 385 O uso de luvas de borracha, com os cuidados de higiene que este acessório requer, será de caráter obrigatório para os operários que nesta seção trabalham, sendo também recomendado o uso de máscaras.

Art. 386 A seção de embalagem secundária será anexa à seção de processamento, separada desta através de parede e servirá para o acondicionamento secundário dos produtos que já receberam a sua embalagem primária na seção de processamento, fatiamento etc.

Parágrafo único. A operação de rotulagem e embalagem secundária poderão também ser realizadas na seção de expedição quando esta possuir espaços que permita tal operação sem prejuízo das demais.

Art. 387 A seção de expedição possuirá plataforma para o carregamento totalmente isolada do meio-ambiente.

Art. 388 A lavagem dos equipamentos e outros poderá ser feita na sala de processamento desde que os produtos utilizados para tal não fiquem ali depositados e esta operação não interfira nos trabalhos de processamento.

Art. 389 Para bovinos toma-se como referência a proporção de 100 litros de água por cabeça abatida.

Art. 390 Deverá ter espaço para depósitos de uniformes e materiais de trabalho, materiais de embalagem adequadamente protegidas de poeiras, insetos, roedores etc.

#### XI - ESTABELECIMENTOS PARA OVOS

Art. 391 Estabelecimento para ovos é aquele destinado ao recebimento, ovoscopia, classificação, acondicionamento, identificação, armazenagem e expedição de ovos em natureza, oriundos de vários fornecedores, facultando-se a operação de classificação para os ovos que chegam ao Entrepósito já classificados, acondicionados e identificados, podendo ou não fazer a industrialização, desde que disponha de equipamentos adequados para essa operação.

Art. 392 – O estabelecimento deverá ter sala para recepção e seleção de ovos; sala para classificação, envase e armazenamento do produto embalado; depósito para material de envase e rotulagem; sala para embalagem secundária, estocagem e expedição; sendo que a lavagem de recipientes, bandeja ou similares poderá ser feita no mesmo local de recepção desde que não esteja recebendo matéria-prima no mesmo momento.

Parágrafo único. Quando se tratar de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o depósito de material de envase e rotulagem poderá ser na seção de rotulagem, embalagem secundária e expedição.

Art. 393 As áreas destinadas à recepção e expedição dos ovos

deverão apresentar cobertura.

Art. 394 O pé direito mínimo será de 2,60. m (dois metros e sessenta centímetros).

Art. 395 Os equipamentos basicamente compõem-se de: ovoscópio e mesas de aço inoxidável ou outro material aprovado pela Inspeção.

Art. 396. É vedado alterar as características dos equipamentos sem a autorização da Inspeção.

Art. 397. O almoxarifado, quando necessário, será em local apropriado, com dimensões que atendam adequadamente à guarda de material de uso nas atividades do estabelecimento, assim como de embalagens, desde que separados dos outros materiais.

#### XII - UNIDADE DE EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO PARA PRODUTOS DAS ABELHAS

Art. 398. Estabelecimento para extração e beneficiamento de produtos das abelhas é o estabelecimento destinado à extração, classificação, beneficiamento, industrialização, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição de mel, cera e outros produtos das abelhas, que deverá ser compatível com a sua capacidade instalada.

Parágrafo único. permite-se a utilização de Unidade de Extração Móvel de Produtos das Abelhas montada em veículo, provida de equipamentos que atendam às condições higiênicosanitárias e tecnológicas, operando em locais previamente aprovados pela Inspeção, que atendam às condições estabelecidas em normas complementares.

Art. 399. O estabelecimento deverá ser localizado afastado da área de terreno onde se situam as colméias de produção.

Art. 400. Ter dependência de recepção de sobre caixas com favos

Art. 401. Ter dependências, podendo ser concomitantes, para extração, filtração, classificação, beneficiamento, decantação, decristalização, classificação e envase do produto, sendo que nesta seção e em local adequado, dispendo de instalações, instrumentos e reagentes mínimos necessários, poderão ser realizadas as análises de rotina, desde que as demais operações não sejam simultaneamente.

Art. 402. Ter local para depósito de material de envase e rotulagem, podendo este ser na seção de expedição, desde que tenha espaço adequado para tal.

Art. 403. Ter dependência para as operações de rotulagem, embalagem secundária, armazenagem e expedição, recomendando-se a previsão de um local coberto e dotado de tanque para o procedimento de higienização dos vasilhames e utensílios.

Art. 404. Os equipamentos e utensílios basicamente compõem-se de garfos ou facas desoperculadoras, tanques ou mesas para desoperculação, centrífugas, filtros, tanques de decantação, tubulações, tanques de depósitos, mesas, baldes, tanque de decristalização, quando for o caso.

§ 1º Os filtros de tela devem ser de aço inoxidável ou fio de náilon com malhas nos limites de 40 a 80. mesh, não se permitindo o uso de material filtrante de pano.

§ 2º As tubulações devem ser em aço inoxidável ou material plástico atóxico, recomendandose que sejam curtas e facilmente desmontáveis, com poucas curvaturas e de diâmetro interno não

inferior a 40 mm.

§ 3º Não serão admitidos equipamentos constituídos ou revestidos com epoxi, tinta de alumínio ou outros materiais tóxicos, de baixa resistência a choques e à ação de ácidos e álcalis, que apresentem dificuldades à higienização ou que descamem ou soltem partículas.

Art. 405. O pé-direito deverá ter 3 m (três metros), porém será aceito pé-direito a partir de 2,6 m (dois metros e sessenta centímetros), desde que tenha boa iluminação e ventilação.

Art. 406. A passagem das sobre caixas com favos da sala de recepção para a sala de extração deverá ser feita através de óculo e não por porta comum.

Art. 407. A porta de entrada para a sala de extração e beneficiamento, que não poderá ser a mesma porta de entrada da sala de recepção, deverá possuir barreira sanitária.

Art. 408. O almoxarifado, quando necessário, deverá ser em local apropriado e fora das instalações do estabelecimento, guardando dimensões que atendam adequadamente à guarda de materiais de uso nas atividades do estabelecimento, assim como de ingrediente e embalagens, desde que separados dos outros materiais.

Art. 409. As análises de rotina deverão estar em acordo com a legislação vigente sobre identidade e qualidade do produto.

Art. 410. Para cada extração (safra/produção) deverá ser retirada uma amostra para realização de análises complementares, segundo regulamento técnico específico para cada produto e outras que venham a ser determinadas em legislação específica, oficialmente adotadas pelo Serviço de Inspeção.

### XIII - ESTABELECIMENTO PARA LEITE E DERIVADOS

Art. 411. Os estabelecimentos para leite e derivados são classificados em:

- I - Granja Leiteira;
- II - Usina de Beneficiamento;
- III - Fábrica de Laticínios;
- IV - Queijaria; e
- V - Entrepósito de Laticínios.

§1º Entende-se por Granja Leiteira o estabelecimento destinado à produção, pasteurização e envase de leite para o consumo humano direto e à elaboração de derivados lácteos, a partir de leite de sua própria produção e/ou de seus associados.

§2º Entende-se por Usina de Beneficiamento o estabelecimento que tem por finalidade principal a recepção, pré-beneficiamento, beneficiamento e envase de leite destinado ao consumo humano direto.

§3º Entende-se por Fábrica de Laticínios o estabelecimento destinado à recepção de leite e derivados para o preparo de quaisquer derivados lácteos.

§4º Entende-se por Queijaria o estabelecimento localizado em propriedade rural, destinado à fabricação de queijos tradicionais com características específicas, elaborados exclusivamente com leite de sua própria produção e/ou de seus associados.

I - a propriedade rural deve ser reconhecida oficialmente como livre de tuberculose e brucelose;

II - a Queijaria deve estar obrigatoriamente vinculada a um Entrepósito de Laticínios registrado no Serviço de Inspeção Municipal ou possuir estrutura de maturação própria, sendo que neste caso

a Queijaria será registrada, em escala proporcional à produção da Queijaria, no qual será finalizado o processo produtivo com toalete, maturação, embalagem e rotulagem do queijo, garantindo-se a rastreabilidade.

§5º Entende-se por Entrepósito de Laticínios o estabelecimento destinado à recepção, toalete, maturação, classificação, fracionamento, acondicionamento e armazenagem de derivados lácteos. Permite-se a armazenagem de leite para consumo humano direto, desde que possua instalações que satisfaçam as exigências do presente Regulamento.

Art. 412. Os estabelecimentos para leite e derivados devem atender ainda as seguintes condições, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológicas cabíveis, dispondo de:

#### I - Granja Leiteira:

- a) instalações e equipamentos apropriados para a ordenha, separados fisicamente das dependências industriais;
- b) dependência para pré-beneficiamento, beneficiamento e envase de leite para consumo humano direto;
- c) dependência para manipulação e fabricação, que pode ser comum para vários produtos quando os processos forem compatíveis e em caso de agroindústria rural de pequeno porte, pode ser usada a mesma dependência de pré-beneficiamento, beneficiamento e envase de leite;
- d) refrigerador a placas, tubular ou equivalente, para refrigeração rápida do leite, sendo permitido, entre outros, o uso de tanque de expansão, ou similares;
- e) equipamento para pasteurização, rápida ou lenta;
- O protocolo para realização dos testes será estabelecido pelo Serviço de Inspeção Municipal, podendo consistir em até um máximo de 10 amostras e 4 semanas, coletadas pelo serviço de inspeção.
- f) o envase do leite pode ser automático, semiautomático ou similar e a pasteurização lenta realizada antes ou após o envase;
- g) câmara frigorífica dimensionada de acordo com a produção;
- h) laboratório para as análises de rotina do leite cru com os seguintes equipamentos:
  - Pistola para álcool alizarol;
  - Acidímetro Dornic;
  - Termo lacto densímetro;
  - Termômetro.

i) as análises microbiológicas e físico-químicas de autocontrole do leite beneficiado serão executadas mensalmente em laboratórios credenciados/ou confiável pelos serviços de inspeção.

#### II - Usina de Beneficiamento:

- a) dependência para recepção de matéria-prima;
- b) dependência para pré-beneficiamento, beneficiamento e envase de leite para consumo humano direto;
- c) refrigerador a placas, tubular ou equipamento equivalente para refrigeração rápida do leite sendo permitido, entre outros, o tanque de expansão ou similares;
- d) equipamento para pasteurização, rápida ou lenta;
- O protocolo para realização dos testes será estabelecido caso a caso pelo SIM, podendo consistir em até um máximo de 10 amostras e 4 semanas, coletadas pelo serviço de inspeção.
- e) o envase do leite pode ser automático, semiautomático ou similar e a pasteurização lenta realizada antes ou após o envase;
- f) câmara frigorífica dimensionada de acordo com a produção;
- g) laboratório para as análises de rotina do leite cru com os seguintes equipamentos:
  - Pistola para álcool alizarol;
  - Acidímetro Dornic;
  - Termo lacto densímetro;
  - Termômetro.
- h) as análises microbiológicas e físico-químicas de autocontrole do leite beneficiado serão executadas mensalmente em laboratórios credenciados pelo serviço de inspeção.

**III - Fábrica de Laticínios:**

- a) dependência para recepção de matéria-prima;
- b) dependências para manipulação e fabricação, podendo ser comum para vários produtos quando os processos forem compatíveis;
- c) refrigerador a placas, tubular ou equipamento equivalente para refrigeração rápida do leite, incluído o uso de tanque de expansão, ou similar, nos casos em que a refrigeração seja necessária;
- d) equipamento para pasteurização do leite, rápida ou lenta;
- e) câmaras frigoríficas, quando necessárias, para salga ou secagem, maturação, estocagem e congelamento, com equipamentos para controle da temperatura e da umidade relativa do ar, de acordo com o processo de fabricação e as especificações técnicas dos derivados lácteos fabricados;
- f) dependência para embalagem, acondicionamento, armazenagem e expedição;
- g) laboratório para as análises de rotina do leite cru com os seguintes equipamentos:
  - Pistola para álcool alizarol;
  - Acidímetro Dornic;
  - Termo lacto densímetro;
  - Termômetro.
- h) as análises microbiológicas e físico-químicas de autocontrole dos derivados do leite serão executadas mensalmente em laboratórios credenciados pelo serviço de inspeção.

**IV - Queijarias:**

- a) instalações isoladas fisicamente do local de ordenha;
- b) dependência para fabricação de queijo;
- c) dependência para estocagem e expedição do produto até o Entrepasto de Laticínios quando não houver estrutura para maturação e estocagem na própria queijaria;
- d) para as queijarias não relacionadas à Entrepastos:
  - dependência e equipamentos adequados para as operações de toalete, maturação, fatiamento, fracionamento, embalagem, estocagem dos queijos;
  - câmaras frigoríficas, quando necessárias, para a maturação e estocagem de queijos, com instrumentos controle da temperatura e da umidade relativa do ar, de acordo com o processo de fabricação e as especificações técnicas dos derivados lácteos;
- e) laboratório para as análises de rotina do leite cru com os seguintes equipamentos:
  - Acidímetro Dornic;
  - Termômetro.
- f) Realizar análises semestrais, microbiológicas e físico-químicas de autocontrole do queijo em laboratórios credenciados pelo serviço de inspeção.

**V - Entrepasto de Laticínios:**

- a) dependência para recepção e classificação das matérias-primas e produtos semi-acabados;
- b) dependência e equipamentos adequados para as operações de recepção, toalete, maturação, fatiamento, fracionamento, embalagem, estocagem e expedição de derivados lácteos;
- c) câmaras frigoríficas para a maturação e estocagem de queijos ou de outros derivados lácteos, com instrumentos de controle da temperatura e da umidade relativa do ar, de acordo com o processo de fabricação e as especificações técnicas dos derivados lácteos.

§1º Sempre que uma Usina de Beneficiamento realizar também as atividades previstas para o Posto de Refrigeração, Fábrica de Laticínios ou Entrepasto de Laticínios, devem ser atendidas as exigências estabelecidas no presente Regulamento.

§2º Sempre que uma Fábrica de Laticínios realizar também as atividades previstas para o Posto de Refrigeração ou Entrepasto de Laticínios devem ser atendidas as exigências estabelecidas no presente Regulamento.

§3º Todos os estabelecimentos em que, no processo de fabricação,

seja utilizada injeção direta de vapor ou o produto tenha contato direto com água aquecida por vapor, devem possuir equipamentos apropriados para a produção de vapor de grau culinário.

§4º A Queijaria pode ser vinculada a um Entrepasto de Laticínios registrado, sendo o mesmo corresponsável em garantir a inocuidade do produto por meio da implantação e monitoramento de programas de sanidade do rebanho, de qualidade da matéria-prima e de autocontroles.

§5º A Queijaria não relacionada a um Entrepasto de Laticínios registrado será responsável em garantir a inocuidade do produto por meio da implantação e monitoramento de programas de sanidade do rebanho, de qualidade da matéria-prima e de autocontroles e deverá possuir as instalações e equipamentos necessários conforme o presente regulamento.

Art. 413 Todos os estabelecimentos de leite e derivados devem registrar diariamente a produção, entradas, saídas e estoques de matérias-primas e produtos, incluindo soro de leite, leiteiro e permeado, especificando origem, quantidade, resultados de análises de seleção, controles do processo produtivo e destino.

§1º Para fins de rastreabilidade da origem do leite, as pessoas físicas ou jurídicas não relacionadas que transportam leite cru refrigerado, devem estar cadastradas pelo estabelecimento receptor, o qual será responsável pelos registros auditáveis necessários, de acordo com as orientações do SIM.

§2º Os estabelecimentos de leite e derivados lácteos que recebem matérias-primas de produtores rurais devem manter atualizado o cadastro desses produtores, conforme normas complementares, em sistema de informação adotado pelo SIM.

Art. 414 A inspeção de leite e seus derivados, além das exigências previstas no presente Regulamento, abrange a verificação:

- I - do estado sanitário do rebanho, do processo de ordenha, do acondicionamento, da conservação e do transporte do leite;
- II - das matérias-primas, do processamento, do produto, da estocagem e da expedição;
- III - das instalações laboratoriais, dos equipamentos, dos controles e dos processos analíticos;
- IV - dos programas de autocontrole implantados.

Art. 415 Entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas.

§1º - O leite de outros animais deve denominar-se segundo a espécie de que proceda.

§2º - Permite-se a mistura de leite de espécies animais diferentes, desde que conste na denominação de venda do produto e seja informada na rotulagem a porcentagem do leite de cada espécie.

Art. 416 Entende-se por colostro o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que o caracterizam.

Art. 417 Entende-se por leite de retenção o produto da ordenha obtido no período de 30 (trinta) dias que antecedem a parição prevista.

Art. 418 Entende-se por leite individual o produto resultante da ordenha de uma só fêmea e, por leite de conjunto, o resultante da mistura de leites individuais.

Art. 419 Entende-se por gado leiteiro todo rebanho explorado com

a finalidade de produzir leite.

Art. 420 O gado leiteiro deve ser mantido sob controle sanitário, abrangendo os aspectos discriminados a seguir e outros estabelecidos em legislação específica:

I - regime de criação;

II - manejo nutricional;

III - estado sanitário dos animais, especialmente das vacas em lactação, e adoção de medidas de caráter permanente contra a tuberculose, brucelose, mastite e outras doenças que possam comprometer a inocuidade do leite;

IV - controle dos produtos de uso veterinário utilizados no rebanho;

V - qualidade da água destinada aos animais e da utilizada na higienização de instalações, equipamentos e utensílios;

VI - condições higiênicas dos equipamentos e utensílios, locais da ordenha, currais, estábulos e demais instalações que tenham relação com a produção de leite;

VII - manejo e higiene da ordenha;

VIII - condições de saúde dos ordenhadores para realização de suas funções, com comprovação documental;

IX - exame do leite de conjunto e, se necessário, do leite individual;

X - condições de refrigeração, conservação e transporte do leite.

Parágrafo único. É proibido ministrar substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento da secreção Lática com prejuízo da saúde animal e humana.

Art. 421 O SIM colaborará com o setor competente pela sanidade animal na execução de um plano para controle e erradicação da tuberculose, da brucelose ou de quaisquer outras doenças dos animais produtores de leite.

Art. 422 É obrigatória a obtenção de leite em condições higiênicas, abrangendo o manejo do gado leiteiro e os procedimentos de ordenha, conservação e transporte.

§1º - Logo após a ordenha, manual ou mecânica, o leite deve ser filtrado por meio de utensílios específicos previamente higienizados.

§2º - O vasilhame ou equipamento para conservação do leite na propriedade rural até a sua captação deve permanecer em local próprio e específico, mantido em condições adequadas de higiene.

Art. 423 É proibido o envio a qualquer estabelecimento industrial do leite de fêmeas que, independente da espécie:

I - pertençam à propriedade que esteja sob interdição;

II - não se apresentem clinicamente sãs e em bom estado de nutrição;

III - estejam no último mês de gestação ou na fase colostrar;

IV - apresentem diagnóstico clínico ou resultado de provas diagnósticas que indiquem a presença de doenças infectocontagiosas que possam ser transmitidas ao ser humano pelo leite;

V - estejam sendo submetidas a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante; ou

VI - receberam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do leite.

Art. 424 A captação e transporte de leite cru diretamente nas propriedades rurais deve atender ao disposto em normas complementares.

Parágrafo único. Para fins de rastreabilidade, na captação de leite por meio de carro-tanque isotérmico, deve ser colhida amostra do leite de cada produtor ou tanque comunitário previamente à captação, identificada e conservada até a recepção no estabelecimento industrial.

Art. 425. Após a captação do leite cru na propriedade rural é proibida qualquer operação envolvendo essa matéria-prima em locais não registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção.

Art. 426. Os estabelecimentos que recebem leite cru de produtores rurais são responsáveis pela implantação de programas de melhoria da qualidade da matéria-prima e de educação continuada dos produtores.

Art. 427. A análise das amostras de leite colhidas nas propriedades rurais para atendimento ao programa nacional da qualidade do leite é de responsabilidade do estabelecimento que primeiramente receber o leite dos produtores, e abrange:

I - contagem de células somáticas (CCS);

II - contagem bacteriana total (CBT);

III - composição centesimal;

IV - detecção de resíduos de produtos de uso veterinário; e

IV - outras que venham a ser determinadas em normas complementares.

Parágrafo único. Devem ser seguidos os procedimentos estabelecidos pelo SIM, para a colheita de amostras.

Art. 428 Considera-se leite normal o produto que apresente:

I - características sensoriais (cor, odor e aspecto) normais;

II - teor mínimo de gordura de 3,0g/100g (três gramas por cem gramas);

III - teor mínimo de proteína de 2,9g/100g (dois inteiros e nove décimos de gramas por cem gramas);

IV - teor mínimo de lactose de 4,3g/100g (quatro inteiros e três décimos de gramas por cem gramas);

V - teor mínimo de sólidos não gordurosos de 8,4g/100g (oito inteiros e quatro décimos de gramas por cem gramas);

VI - teor mínimo de sólidos totais de 11,4g/100g (onze inteiros e quatro décimos de gramas por cem gramas);

VII - acidez titulável entre 0,14 (quatorze centésimos) e 0,18 (dezoito centésimos) expressa em gramas de ácido láctico/100 ml;

VIII - densidade relativa a 15°C (quinze graus Celsius) entre 1,028 (um inteiro e vinte e oito milésimos) e 1,034 (um inteiro e trinta e quatro milésimos) expressa em g/ml; e

IX - índice crioscópico entre -0,53.0ºH (quinhentos e trinta milésimos de grau Hortvet negativos) e -0,55.0ºH (quinhentos e cinquenta milésimos de grau Hortvet negativos), equivalentes a -0,51.2ºC (quinhentos e doze milésimos de grau Celsius negativos) e a -0,53.1ºC (quinhentos e trinta e um milésimos de grau Celsius negativos), respectivamente.

§1º Para ser considerado normal, o leite cru oriundo da propriedade rural deve se apresentar dentro dos padrões para contagem bacteriana total e contagem de células somáticas dispostos em normas complementares.

§2º O leite não deve apresentar substâncias estranhas à sua composição, tais como agentes inibidores do crescimento microbiano, neutralizantes da acidez, reconstituintes da densidade ou do índice crioscópico.

§3º O leite não deve apresentar resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica.

Art. 429. A análise do leite para sua seleção e recepção no estabelecimento industrial deve abranger as seguintes especificações e outras determinadas em normas complementares:

I - características sensoriais (cor, odor e aspecto);

II - temperatura;

III - teste do álcool/alizarol;

IV - acidez titulável;

V - densidade relativa a 15°C (quinze graus Celsius);  
VI - teor de gordura;  
VII - teor de sólidos totais e sólidos não gordurosos;  
VIII - índice crioscópico;  
IX - pesquisa de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes;  
X - pesquisa de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade e conservadores; e  
XI - pesquisa de outros indicadores de fraudes que se faça necessária.

Parágrafo único. Quando a matéria-prima for proveniente de Usina de Beneficiamento ou de Fábrica de Laticínios, deve ser realizada a pesquisa de fosfatase alcalina e peroxidase.

Art. 430. O estabelecimento industrial é responsável pelo controle das condições de recepção do leite, bem como pela seleção da matéria-prima destinada à produção de leite para consumo humano direto e industrialização, conforme padrões analíticos especificados no presente Regulamento e em normas complementares.

Parágrafo único. Após as análises de seleção da matéria-prima e detectada qualquer não conformidade na mesma, o estabelecimento receptor será responsável pela destinação, de acordo com o disposto no presente Regulamento e nas normas de destinação estabelecidas pelo SIM.

Art. 431. O SIM, quando julgar necessário, realizará as análises previstas nas normas complementares ou nos programas de autocontrole.

Art. 432. Considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru quando:

I - proveniência de propriedade interditada por setor competente da Secretaria Municipal de Agricultura;  
II - apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica, inibidores, neutralizantes de acidez, reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, conservadores ou outras substâncias estranhas à sua composição;  
III - apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância;  
IV - revele presença de colostro; ou  
V - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do SIM.

Parágrafo único. O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento, bem como toda a quantidade a que tenha sido misturado, deve ser descartado e inutilizado pela empresa, sem prejuízo da legislação ambiental.

Art. 433. Considera-se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru quando:

I - não atenda aos padrões para leite normal;  
II - coagule pela prova do álcool/alizarol na concentração estabelecida em normas complementares;  
III - apresente fraudes diferentes das previstas no artigo anterior; ou  
IV - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do SIM.

Parágrafo único. O leite em condições de aproveitamento condicional deve ser destinado pelo estabelecimento de acordo com o disposto no presente Regulamento e nas normas de destinação estabelecidas pelo SIM.

Art. 434. O processamento do leite após a seleção e a recepção em qualquer estabelecimento compreende as seguintes operações,

entre outros processos aprovados pelo SIM:

I - pré-beneficiamento do leite compreendendo, de forma isolada ou combinada, as etapas de filtração sob pressão, clarificação, bactofugação, microfiltração, padronização do teor de gordura, terminação (preaquecimento), homogeneização e refrigeração; e  
II - beneficiamento do leite compreendendo os processos de pasteurização, ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) e esterilização.

§1º Permite-se o congelamento do leite para aquelas espécies em que o procedimento seja tecnologicamente justificado, desde que estabelecido em normas complementares.

§2º É proibido o emprego de substâncias químicas na conservação do leite.

Art. 435. Entende-se por filtração a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante passagem sob pressão por material filtrante apropriado.

Parágrafo único. Todo leite destinado ao processamento industrial deve ser submetido à filtração antes de qualquer outra operação de pré-beneficiamento ou beneficiamento.

Art. 436. Entende-se por clarificação a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante centrifugação ou outro processo tecnológico equivalente aprovado pelo SIM.

Art. 437. Entende-se por termização (pré-aquecimento) a aplicação de calor ao leite em aparelhagem própria com a finalidade de reduzir sua carga microbiana, sem alteração das características do leite cru.

§1º Considera-se aparelhagem própria aquela provida de dispositivo de controle de temperatura e de tempo, de modo que o produto termizado satisfaça às exigências do presente Regulamento.

§2º O leite termizado deve:

I - ser refrigerado imediatamente após o aquecimento; e  
II - manter as reações enzimáticas do leite cru.

§3º É proibida a destinação de leite termizado para a produção de leite para consumo humano direto.

Art. 438. Entende-se por pasteurização o tratamento térmico aplicado ao leite com o objetivo de evitar perigos à saúde pública decorrentes de microrganismos patogênicos eventualmente presentes, promovendo mínimas modificações químicas, físicas, sensoriais e nutricionais.

§1º Permitem-se os seguintes processos de pasteurização do leite:

I - Pasteurização lenta, que consiste no aquecimento indireto do leite de 63. a 65.ºC (sessenta e três a sessenta e cinco graus Celsius) por 30 (trinta) minutos, em aparelhagem própria; e

II - Pasteurização rápida, que consiste no aquecimento do leite em camada laminar de 72. a 75.ºC (setenta e dois a setenta e cinco graus Celsius) por 15 a 20 (quinze a vinte) segundos, em aparelhagem própria.

§2º Podem ser aceitos pelo SIM, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

§3º É obrigatória a utilização de aparelhagem convenientemente instalada e em perfeito funcionamento, provida de dispositivos de controle de temperatura, termômetros e outros que venham a ser considerados necessários para o controle técnico e sanitário da

operação. Para o sistema de pasteurização rápida, essa aparelhagem deve ainda incluir válvula para o desvio de fluxo do leite com acionamento automático e alarme sonoro.

§4º O leite pasteurizado destinado ao consumo humano direto deve ser refrigerado imediatamente entre 2°C e 4°C (dois e quatro graus Celsius).

§5º Para o leite de consumo humano, permitem-se os seguintes tipos de pasteurização e envase:

I - Pasteurização rápida e envase automático em circuito fechado no menor prazo possível e distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4°C (quatro graus Celsius), desde que os equipamentos utilizados sejam experimentalmente testados.

II - Pasteurização lenta e envase automático, semiautomático, ou similar, pós pasteurização, distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4°C (quatro graus Celsius);

III - Pasteurização lenta do leite pré-embalsado, distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4°C (quatro graus Celsius).

§6º É permitido o armazenamento frigorífico do leite pasteurizado em tanques isotérmicos providos de termômetros e agitadores, a temperatura de 2°C a 4°C (dois a quatro graus Celsius).

§7º O leite pasteurizado deve apresentar prova de fosfatase alcalina negativa e prova de peroxidase positiva.

§8º É proibida a repasteurização do leite para consumo humano direto.

Art. 439 Entende-se por processo de ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) o tratamento térmico aplicado ao leite a uma temperatura de 130 a 150.ºC (cento e trinta a cento e cinquenta graus Celsius), durante 2 a 4 (dois a quatro) segundos, mediante processo de fluxo contínuo, imediatamente resfriado a temperatura inferior a 32º C (trinta e dois graus Celsius) e embalsado sob condições assépticas em embalagens esterilizadas e hermeticamente fechadas.

§1º Podem ser aceitos pelo SIM, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

§2º É permitido o armazenamento do leite UHT em tanques assépticos e herméticos previamente ao envase.

Art. 440 Entende-se por processo de esterilização o tratamento térmico aplicado ao leite a uma temperatura de 110 a 130º C (cento e dez a cento e trinta graus Celsius) durante 20 a 40 (vinte a quarenta) minutos, em equipamentos próprios.

Parágrafo único. Podem ser aceitos pelo SIM, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

Art. 441 São fixados os seguintes limites superiores de temperatura aplicados ao leite:

I - conservação e expedição no Posto de Refrigeração: 4º C (quatro graus Celsius);

II - conservação na Usina de Beneficiamento ou Fábrica de Laticínios antes da pasteurização: 4º C (quatro graus Celsius);

III - refrigeração após a pasteurização: 4º C (quatro graus Celsius);

IV - estocagem em câmara frigorífica do leite pasteurizado: 4º C (quatro graus Celsius);

V - entrega ao consumo do leite pasteurizado: 7º C (sete graus Celsius); e

VI - estocagem e entrega ao consumo do leite UAT (UHT) e

esterilizado: temperatura ambiente.

Art. 442 O leite termicamente processado para consumo humano direto pode ser exposto à venda quando embalsado automaticamente, semi-automático, ou similar, processado pela pasteurização rápida ou lenta, pré ou pós envase, em embalagem inviolável e específica para as condições previstas de armazenamento.

§1º Os equipamentos de envase devem conter dispositivos que garantam a manutenção das condições assépticas das embalagens e do processo.

§2º O envase do leite para consumo humano direto pode ser realizado em Granjas Leiteiras e em Usinas de Beneficiamento de leite, ou outro estabelecimento industrial de leite, desde que com estrutura compatível e atendido o presente Regulamento.

Art. 443 O leite pasteurizado deve ser transportado preferencialmente em veículos isotérmicos com unidade frigorífica instalada.

Parágrafo único. para um raio de até 100 km em torno do local de processamento permite-se o transporte em veículos não isotérmicos, desde que garantida a manutenção de temperatura no local de entrega não superior a 7º C (sete graus Celsius).

Art. 444 É proibida a comercialização e distribuição de leite cru para consumo humano direto em todo território nacional, nos termos da legislação.

Art. 445 O leite beneficiado, para ser exposto ao consumo como integral, deve apresentar os mesmos requisitos do leite normal, com exceção do teor de sólidos não gordurosos e de sólidos totais, que devem atender às normas complementares.

Art. 446 O leite beneficiado, para ser exposto ao consumo como padronizado, semidesnatado ou desnatado, deve satisfazer às exigências do leite integral, com exceção dos teores de gordura, de sólidos não gordurosos e de sólidos totais, que devem atender às normas complementares.

Art. 447 Os padrões microbiológicos dos diversos tipos de leite devem atender às normas complementares.

Art. 448. Quando as condições de produção, conservação e transporte, composição, contagem de células somáticas ou contagem bacteriana total não satisfaçam ao padrão a que se destina, o leite pode ser utilizado na obtenção de outro produto, desde que se enquadre no respectivo padrão.

Art. 449. Permite-se a mistura de leites de qualidades diferentes, desde que prevaleça o de padrão inferior para fins de classificação e rotulagem.

Art. 450. É permitida a produção dos seguintes tipos de leites fluidos:

I - leite cru refrigerado;

II - leite cru pré-beneficiado;

III - leite fluido a granel de uso industrial;

IV - leite pasteurizado;

V - leite UAT ou UHT;

VI - leite esterilizado; e

VII - leite reconstituído.

Parágrafo único. É permitida a produção e beneficiamento de leite de tipos diferentes dos previstos no presente Regulamento, mediante desenvolvimento de novas tecnologias, desde que definidos por normas complementares.

Art. 451. Leite cru refrigerado é o leite produzido em propriedades rurais, refrigerado e destinado aos estabelecimentos de leite e derivados submetidos à inspeção sanitária oficial, devendo:

- I - ser transportado em carro-tanque isotérmico da propriedade rural para um estabelecimento industrial;
- II - dar entrada nos estabelecimentos industriais em seu estado integral, nos termos do presente Regulamento; e
- III - ser processado somente após a realização das análises laboratoriais constantes em normas complementares.

§1º É fixado o prazo máximo de 48. (quarenta e oito) horas como limite entre o término da ordenha inicial e a chegada do leite ao estabelecimento beneficiador.

§2º - A captação de leite na propriedade rural e seu transporte a granel, bem como as suas características de composição e qualidade, devem atender às normas complementares.

§3º - É permitido o transporte em latões de leite cru não refrigerado das propriedades rurais, em casos de agroindústria rural de pequeno porte, desde que chegue ao estabelecimento industrial até 2 horas após início da ordenha.

Art. 452. Leite cru pré-beneficiado é o leite elaborado a partir do leite cru refrigerado, submetido à filtração ou clarificação e refrigeração industrial, podendo ser padronizado quanto ao teor de matéria gorda, transportado a granel de um estabelecimento industrial a outro para ser processado como leite beneficiado para consumo humano direto ou para transformação em derivados lácteos.

§1º Não é permitida a realização das operações de clarificação e padronização da matéria gorda no Posto de Refrigeração.

§2º Deve atender às normas complementares.

Art. 453. Leite fluido a granel de uso industrial é o leite refrigerado, submetido opcionalmente à termização (pré-aquecimento), pasteurização e padronização da matéria gorda, transportado a granel de um estabelecimento industrial a outro para ser processado e que não seja destinado ao consumo humano direto.

Art. 454. A transferência de leite cru pré-beneficiado, do leite fluido a granel de uso industrial e de outras matérias-primas transportadas a granel entre estabelecimentos industriais deve ser realizada em carros tanque isotérmicos lacrados e etiquetados, acompanhados de boletim de análises, sob responsabilidade do estabelecimento de origem.

Art. 455. São considerados leites para consumo humano direto o leite pasteurizado, o leite UAT (UHT), o leite esterilizado e o leite reconstituído.

Parágrafo único. Outros tipos de leite para consumo humano direto não previstos no presente Regulamento poderão ser definidos em normas específicas.

Art. 456. Leite pasteurizado é o leite fluido elaborado a partir de leite cru refrigerado ou leite cru pré-beneficiado, pasteurizado pelos processos previstos no presente Regulamento.

Art. 457. Leite UAT (Ultra Alta Temperatura) ou UHT é o leite fluido elaborado a partir do leite cru refrigerado ou leite cru pré-beneficiado, homogeneizado e submetido a processo de ultra-alta temperatura conforme definido no presente Regulamento.

Art. 458. Leite esterilizado é o leite fluido elaborado a partir do leite cru refrigerado ou leite cru pré-beneficiado, previamente envasado e submetido a processo de esterilização, conforme definido no presente Regulamento.

Art. 459. Leite reconstituído é o produto resultante da dissolução em água do leite em pó ou concentrado, adicionado ou não de gordura Láctea até atingir o teor de matéria gorda fixado para o respectivo tipo, seguido de homogeneização, quando for o caso, e tratamento térmico previsto no presente Regulamento.

§1º A produção de leite reconstituído para consumo humano direto somente pode ocorrer com a autorização do SIM, em situações emergenciais de desabastecimento público.

§2º Para a produção de leite reconstituído deve ser atendida normas específicas.

Art. 460. Na elaboração de leite e derivados das espécies caprina, bubalina e outras devem ser seguidas, naquilo que lhes for aplicável, as exigências previstas no presente Regulamento e demais legislações específicas.

Parágrafo único. As particularidades de produção, identidade e qualidade dos leites e derivados das diferentes espécies devem atender normas específicas.

Art. 461. Considera-se impróprio para consumo humano o leite beneficiado que:

- I - apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos reconstituíntes de densidade ou do índice crioscópico, conservadores e contaminantes;
- II - contenha impurezas ou corpos estranhos de qualquer natureza;
- III - apresente substâncias estranhas à sua composição ou em desacordo com normas Complementares;
- IV - não estabelecidos em legislação específica, inibidores, neutralizantes de acidez, atenda aos padrões microbiológicos definidos em normas complementares;
- V - for proveniente de centros de consumo (leite de retorno); ou
- VI - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do SIM.

Parágrafo único. O leite considerado impróprio para consumo humano deve ser descartado e inutilizado pelo estabelecimento, sem prejuízo da legislação ambiental.

Art. 462. Considera-se impróprio para consumo humano direto o leite beneficiado que:

- I - apresente características sensoriais anormais;
- II - não atenda aos padrões físico-químicos definidos em normas complementares;
- III - esteja fraudado; ou
- IV - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do DIPOA ou seu equivalente do SUASA nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Parágrafo único. O leite em condições de aproveitamento condicional deve ser destinado pela empresa de acordo com as normas de destinação estabelecidas pelo DIPOA ou seu equivalente do SUASA nos estados, Distrito Federal e municípios.

Art. 463. Considera-se fraudado (adulterado ou falsificado) o leite que:

- I - for adicionado de água;
- II - tenha sofrido subtração de qualquer dos seus componentes, em desacordo com o presente Regulamento ou normas complementares;
- III - for adicionado de substâncias, ingredientes ou aditivos em desacordo com normas complementares ou registro do produto;
- IV - tenha sido elaborado a partir de matéria-prima imprópria para processamento;

- V - for de um tipo e se apresentar rotulado como outro;
- VI - apresentar adulteração na data de fabricação, data ou prazo de validade do produto; ou
- VII - estiver cru e for envasado como beneficiado.

Parágrafo único. Em qualquer destes casos, o leite beneficiado deve ser inutilizado ou destinado ao aproveitamento condicional, de acordo com as normas de destinação estabelecidas pelo SIM.

Art. 464. Produto lácteo é o derivado lácteo obtido mediante processamento tecnológico do leite, podendo conter apenas ingredientes, aditivos e coadjuvantes de tecnologia funcionalmente necessários para o processamento.

Art. 465. Produto lácteo composto é o derivado lácteo no qual o leite, os produtos lácteos ou os constituintes do leite constituam mais que 50.% (cinquenta por cento) do produto final massa/massa, tal como se consome, sempre que os constituintes não derivados do leite não estejam destinados a substituir total ou parcialmente qualquer dos constituintes do leite.

Art. 466.. Mistura, para efeito do presente Regulamento, é o derivado lácteo que contém em sua composição final mais que 50.% (cinquenta por cento) de produtos lácteos ou produtos lácteos compostos, tal como se consome, permitindo-se a substituição dos constituintes do leite, desde que a denominação de venda seja "Mistura de ... (incluir o nome do produto lácteo ou produto lácteo composto que corresponda) e ... (produto adicionado)".

Art. 467. Os produtos que não sejam leite, produto lácteo ou produto lácteo composto não podem utilizar rótulos, documentos comerciais, material publicitário nem qualquer outra forma de propaganda ou de apresentação no estabelecimento de venda que declare, implique ou sugira que estes produtos sejam leite, produto lácteo ou produto lácteo composto, ou que faça alusão a um ou mais produtos do mesmo tipo.

Parágrafo único. Excetua-se a denominação de produtos com nome comum ou usual, consagrado pelo seu uso corrente, como termo descritivo apropriado, desde que não induza o consumidor a erro ou engano, em relação à sua origem e classificação.

Art. 468. Se um produto final estiver destinado a substituir o leite ou um produto lácteo ou um produto lácteo composto, não pode utilizar termos lácteos em rótulos, documentos comerciais, material publicitário nem qualquer outra forma de propaganda ou de apresentação no estabelecimento de venda.

§1º Entende-se por termos lácteos, os nomes, denominações, símbolos, representações gráficas ou outras formas que sugiram ou façam referência, direta ou indiretamente, ao leite ou produtos lácteos.

§2º Excetua-se desta proibição a informação da presença de leite, produto lácteo ou produto lácteo composto na lista de ingredientes.

Art. 469. Permite-se a mistura de mesmos derivados lácteos de qualidades diferentes, desde que prevaleça o de padrão inferior para fins de classificação e rotulagem.

Art. 470. Na rotulagem dos derivados fabricados com leite que não seja o de vaca deve constar a designação da espécie que lhe deu origem, desde que não contrarie a identidade do produto.

Parágrafo único. Ficam excluídos dessa obrigatoriedade os produtos que, em função da sua identidade, sejam fabricados com leite de outras espécies que não a bovina.

Art. 471. Os derivados lácteos devem ser considerados impróprios

para consumo humano quando:

- I - apresentem características sensoriais anormais que causem repugnância;
- II - apresentem a adição de substâncias estranhas à sua composição e que não seja possível o seu aproveitamento na elaboração de outro produto de origem animal;
- III - contenham impurezas ou corpos estranhos de qualquer natureza;
- IV - não atendam aos padrões microbiológicos definidos em normas complementares;
- V - apresentem estufamento;
- VI - apresentem embalagem defeituosa, expondo o produto à contaminação e à deterioração;
- VII - sejam produtos de retorno, provenientes de centros de consumo; e
- VIII - não apresentem identificação de origem.

§1º Proíbe-se para consumo humano ou industrialização a utilização de resíduos da fabricação de produtos em pó (varredura).

§2º Em outros casos de anormalidades, o produto deve ser inutilizado ou submetido ao aproveitamento condicional, de acordo com as normas de destinação estabelecidas pelo SIM.

Art. 472. Creme de leite é o produto lácteo rico em gordura retirada do leite por processo tecnológico específico, que se apresenta na forma de emulsão de gordura em água.

§1º Para ser exposto ao consumo humano direto, o creme de leite deve ser submetido a tratamento térmico específico.

Art. 473. Os cremes obtidos do desnate de soro, de leiteiro, de outros derivados lácteos ou em decorrência da aplicação de normas de destinação estabelecidas pelo SIM podem ser utilizados na fabricação de outros produtos, desde que atendam aos critérios previstos em normatizações dos produtos finais.

Art. 474. Manteiga é o produto lácteo gorduroso obtido exclusivamente pela bateção e malaxagem, com ou sem modificação biológica do creme de leite pasteurizado, por processo tecnológico específico. A matéria gorda da manteiga deve ser composta exclusivamente de gordura Láctea.

Art. 475. Manteiga da Terra, Manteiga do Sertão ou Manteiga de Garrafa é o produto lácteo gorduroso nos estados líquido e pastoso, obtido a partir do creme de leite pasteurizado, pela eliminação quase total da água, mediante processo tecnológico específico.

§ 1º Fica excluído da obrigação de pasteurização ou outro tratamento térmico o Creme de leite que se destine à elaboração Manteiga da Terra, Manteiga do Sertão ou Manteiga de Garrafa em processo tradicional, submetidos a um processo de maturação a uma temperatura adequada, durante um tempo a ser determinado após a realização de estudos sobre a inocuidade do produto e ser estabelecido em normas complementares;

§ 2º dentro dos estudos, padrões microbiológicos diferentes do produto fabricado com leite pasteurizado ou termizado devem ser estabelecidos devido ao comprovado efeito da microbiota endógena da matéria-prima no controle de germes nocivos;

§ 3º Manteiga da Terra, Manteiga do Sertão ou Manteiga de Garrafa de creme cru deve ser produzida em estabelecimento classificado como Granja Leiteira, localizado em propriedade rural, ou em queijarias, destinado à fabricação produtos tradicionais com características específicas, elaborados exclusivamente com leite de sua própria produção e/ou seus associados.

§ 4º a propriedade rural deve estar reconhecida oficialmente como livre de tuberculose e brucelose;

Art. 476. Queijo é o produto lácteo fresco ou maturado que se obtém por separação parcial do soro em relação ao leite ou leite reconstituído (integral, parcial ou totalmente desnatado) ou de soros lácteos, coagulados pela ação do coalho, de enzimas produzidas por microrganismos específicos, de ácidos orgânicos, isolados ou combinados, todos de qualidade apta para uso alimentar, com ou sem adição de substâncias alimentícias, especiarias, condimentos ou aditivos, no qual a relação proteínas do soro/caseína não exceda a do leite.

§1º Queijo fresco é o que está pronto para o consumo logo após a sua fabricação.

§2º Queijo maturado é o que sofreu as transformações bioquímicas e físicas necessárias e características da variedade do queijo.

§3º A denominação Queijo está reservada aos produtos em que a base Láctea não contenha gordura e proteína de origem não Láctea.

§4º O leite a ser utilizado na fabricação de queijos deve ser filtrado por meios mecânicos e submetido à pasteurização ou tratamento térmico equivalente para assegurar a fosfatase residual negativa, combinado ou não com outros processos físicos ou biológicos que garantam a inocuidade do produto.

§5º Fica excluído da obrigação de pasteurização ou outro tratamento térmico o leite que se destine à elaboração dos queijos submetidos a um processo de maturação a uma temperatura adequada, durante um tempo não inferior a 60. (sessenta) dias. O período mínimo de maturação de queijos oriundos de Queijarias com produção a partir de leite cru pode ser alterado após a realização de análises sobre a inocuidade do produto e ser estabelecido em normas complementares.

a) Os produtos das queijarias, obedecendo às normas específicas deste regulamento, localizadas em propriedade rural, destinado à fabricação produtos tradicionais com características específicas a serem definidas e caracterizadas, elaborados exclusivamente com leite cru de sua própria produção e/ou seus associados serão objeto de estudos para determinação do período de maturação que garanta a inocuidade do produto e ser estabelecido em normas complementares;

b) Por se tratarem de produtos fabricados com leite cru, no qual a Microbiota Natural comprovadamente inibe certos germes nocivos e mesmo patogênicos, novos padrões microbiológicos, diferentes daqueles adotados para os produtos à base de leite pasteurizado ou termizado, devem ser estabelecidos através de estudos realizados e referências já existentes;

c) no que se refere às enterotoxinas dos staphylococcus aureus, é necessário introduzir testes de presença das mesmas, antes de condenar o produto para consumo;

d) estudos, em parceria com órgãos públicos, serão realizados para definição de RTIQ, sendo que os seguintes queijos são reconhecidos como tradicionais:

- Queijo Minas Artesanal do Serro;
- Queijo Minas Artesanal da Canastra;
- Queijo Minas Artesanal de Araxá;
- Queijo Minas Artesanal do Alto Paranaíba (Cerrado);
- Queijo de Coalho Artesanal do Nordeste;
- Queijo Artesanal de Manteiga ou Queijo do Sertão;
- Requeijão Artesanal do Nordeste;
- Queijo Serrano;
- Queijo Colonial;
- Queijo Caipira Goiano;
- Mussarela de Búfala da ilha de Marajó;
- Queijo Artesanal Regional do Norte ou Queijo Tropical.

§6º Os queijos elaborados a partir de processo de filtração por membrana podem utilizar em sua denominação de venda o termo

Queijo, porém sem referir-se a qualquer produto fabricado com tecnologia convencional.

§7º Considera-se a data de fabricação dos queijos frescos o último dia da sua elaboração e para queijos maturados, o dia do término do período da maturação. Os queijos em processo de maturação devem estar identificados de forma clara e precisa quanto a sua origem e o controle do período de maturação.

§8º Deve atender às normas complementares.

Art. 477. Para efeito de padronização dos queijos, fica estabelecida a seguinte classificação:

I - quanto ao teor de umidade:

- a) muito alta umidade: umidade não inferior a 55.% (cinquenta e cinco por cento);
- b) alta umidade: umidade de 46 a 54,9% (quarenta e seis a cinquenta e quatro inteiros e nove décimos por cento);
- c) média umidade: umidade de 36 a 45,9% (trinta e seis a quarenta e cinco inteiros e nove décimos por cento); ou
- d) baixa umidade: umidade até 35,9% (trinta e cinco inteiros e nove décimos por cento).

II - quanto ao conteúdo de matéria gorda no extrato seco:

- a) extra gordo ou duplo creme: quando contenham o mínimo de 60.% (sessenta por cento);
- b) gordos: quando contenham de 45 a 59,9% (quarenta e cinco a cinquenta e nove inteiros e nove décimos por cento);
- c) semigordo: quando contenham de 25 a 44,9% (vinte e cinco a quarenta e quatro inteiros e nove décimos por cento);
- d) magros: quando contenham de 10 a 24,9% (dez a vinte e quatro inteiros e nove décimos por cento); ou
- e) desnatados: quando contenham menos de 10% (dez por cento).

Art. 478. O processo de maturação de queijos pode ser realizado em estabelecimento sob Serviço de Inspeção Municipal, diferente daquele que iniciou a produção, respeitando-se os requisitos tecnológicos exigidos para o tipo de queijo e os critérios estabelecidos pelo presente Regulamento, para garantia da rastreabilidade do produto e do controle do período de maturação.

Parágrafo único. para os queijos com indicação geográfica, o local de maturação deverá estar localizado dentro da zona delimitada de produção.

Art. 479. Queijo de Coalho Industrial é o queijo que se obtém por coagulação do leite pasteurizado por meio do coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa dessorada, semicozida ou cozida, submetida à prensagem e secagem, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência semi-dura e elástica;
- II - textura compacta, macia, com algumas olhaduras pequenas ou sem olhaduras;
- III - cor branca amarelada uniforme;
- IV - sabor brando, ligeiramente ácido, podendo ser salgado;
- V - odor ligeiramente ácido; e
- VI - crosta fina e uniforme.

Parágrafo único. O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outras substâncias alimentícias.

Art. 480. Queijo Industrial de Manteiga ou Queijo do Sertão é o queijo obtido mediante a coagulação do leite pasteurizado com o emprego de ácidos orgânicos, com a obtenção de uma massa

decolorada, fundida e adicionada de manteiga de garrafa, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência macia, tendendo à untuosidade;
- II - textura fechada, semifriável, com pequenos orifícios mecânicos contendo gordura líquida no seu interior;
- III - cor amarelo-palha;
- IV - sabor pouco acentuado, lembrando manteiga, levemente ácido e podendo ser salgado;
- V - odor pouco pronunciado, lembrando manteiga; e
- VI - crosta fina, sem trinca.

Art. 481. Queijo Minas Frescal é o queijo fresco obtido por coagulação enzimática do leite pasteurizado com coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas ou ambas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa coalhada, decolorada, não prensada, salgada e não maturada, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência branda e macia;
- II - textura com ou sem olhaduras mecânicas;
- III - cor esbranquiçada;
- IV - sabor suave ou levemente ácido;
- V - odor suave e característico; e
- VI - crosta fina ou ausente.

Art. 482. O Queijo Minas Padrão é o queijo de massa crua ou semi-cozida obtido por coagulação do leite pasteurizado com coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, ou ambos, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa coalhada, decolorada, prensada mecanicamente, salgada e maturada pelo período mínimo de 20 (vinte) dias, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência semidura, tendendo à macia, de untura manteigosa;
- II - textura com olhaduras mecânicas e pequenas, pouco numerosas;
- III - cor branca-creme e homogênea;
- IV - sabor próprio, ácido, agradável e não picante;
- V - odor suave e característico; e
- VI - crosta fina e amarelada.

Art. 483. Ricota Fresca é o queijo obtido pela precipitação ácida a quente de proteínas do soro de leite, adicionado de leite até 20% (vinte por cento) do seu volume, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - crosta rugosa, não formada ou pouco nítida;
- II - consistência mole, não pastosa e friável;
- III - textura grumosa;
- IV - cor branca ou branca-creme; e
- V - odor e sabor próprios.

§1º O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

§2º Esse produto excetua-se da obrigatoriedade de atendimento da relação proteínas do soro/caseína.

Art. 484. Ricota Defumada é o queijo obtido pela precipitação ácida a quente de proteínas do soro de leite, adicionado de leite até 20% (vinte por cento) do seu volume, submetido à secagem e defumação, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - crosta rugosa, de cor acastanhada, com aspecto característico;
- II - consistência dura;
- III - textura fechada ou com poucos olhos mecânicos;
- IV - cor creme pardo, homogênea; e
- V - odor e sabor próprios, meio picantes.

§1º O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

§2º Esse produto excetua-se da obrigatoriedade de atendimento da relação proteínas do soro/caseína.

Art. 485. Queijo Tipo Mussarela é o queijo que se obtém pela coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa acidificada, filada, não prensada, salgada e estabilizada, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência semidura a semimole;
- II - textura fibrosa, elástica e fechada;
- III - cor branca a amarelada, uniforme;
- IV - sabor lácteo, pouco desenvolvido;
- V - odor lácteo, pouco perceptível; e
- VI - crosta ausente.

Parágrafo único. O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

Art. 486. Queijo Tipo Parmesão é o queijo que se obtém por coagulação do leite por meio do coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa cozida, prensada, salgada e maturada pelo período mínimo de 6 (seis) meses, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência dura;
- II - textura compacta, consistente, superfície de fratura granulosa e sem olhaduras;
- III - cor ligeiramente amarelada;
- IV - sabor salgado, ligeiramente picante;
- V - odor suave, característico, agradável e bem desenvolvido; e
- VI - crosta firme, lisa e não pegajosa.

Art. 487. Queijo Petit Suisse é o queijo de muito alta umidade, a ser consumido fresco, obtido por coagulação do leite com coalho ou enzimas específicas ou bactérias específicas, adicionado ou não de outras substâncias alimentícias, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência pastosa, branda ou mole;
- II - cor branca ou de acordo com as substâncias adicionadas; e
- III - sabor e odor próprios ou de acordo com as substâncias adicionadas.

Art. 488. Queijo Prato é o queijo que se obtém por coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa semicozida, decolorada, prensada, salgada e maturada pelo período mínimo de 25 (vinte e cinco) dias, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência semidura e elástica;
- II - textura compacta, lisa, fechada ou com algumas olhaduras pequenas, bem distribuídas;
- III - cor amarelada ou amarelo-palha;
- IV - sabor próprio, suave e não picante;
- V - odor próprio e suave; e
- VI - crosta fina, lisa, sem trincas ou ausente.

Art. 489. Queijo tipo Provolone Fresco é o queijo obtido por coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa filada e não prensada, devendo apresentar as seguintes características

sensoriais:

- I - consistência semidura a semimole;
- II - textura fibrosa, elástica e fechada;
- III - cor branca a amarelada, uniforme;
- IV - sabor lácteo, pouco desenvolvido;
- V - odor lácteo, pouco perceptível; e
- VI - crosta ausente.

§1º O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

§2º Este tipo pode apresentar pequena quantidade de manteiga na sua massa, dando lugar à variedade denominada "Butirro".

§3º Este queijo pode ser defumado, devendo atender às características sensoriais adquiridas nesse processo.

Art. 490. Queijo tipo Provolone Curado é o queijo obtido por coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa filada, não prensada e maturada pelo período mínimo de 2 (dois) meses, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência semidura a dura, não elástica e untada;
- II - textura fechada ou apresentando poucas olhaduras pequenas;
- III - cor branco-creme e homogênea;
- IV - sabor próprio, forte e picante;
- V - odor próprio e acentuado; e
- VI - crosta firme, lisa, resistente, destacável, de cor amarelo-parda.

§1º O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

§2º Este queijo pode ser defumado, devendo atender às características sensoriais adquiridas nesse processo.

Art. 491 Queijo tipo Caccio-cavalo, Fresco ou Curado é o queijo idêntico ao tipo Provolone (Fresco ou Curado, conforme o caso) com formato ovalado ou piriforme.

Art. 492. Queijo Industrial Regional do Norte ou Queijo Tropical é o queijo obtido por coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, ou ambos, complementada pela ação de fermentos lácticos específicos ou de soro-fermento, com a obtenção de uma massa dessorada, cozida, prensada, salgada pelo período mínimo de 5 (cinco) dias e submetida à secagem pelo período mínimo de 10 (dez) dias, destinado exclusivamente para processamento industrial, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência semidura a dura;
- II - textura fechada, quebradiça e granulosa;
- III - cor branco-amarelada;
- IV - sabor ligeiramente picante;
- V - odor característico; e
- VI - crosta irregular.

Art. 493. Queijo Azul é o queijo obtido da coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas ou ambos, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, mediante processo de fabricação que utiliza fungos específicos (*Penicillium roqueforti*), complementado ou não pela ação de fungos ou leveduras subsidiários ou ambos, encarregados de conferir ao produto características típicas durante os processos de elaboração e maturação pelo período mínimo de 35 (trinta e cinco) dias.

Art. 494. Queijo tipo Roquefort é o queijo obtido do leite de ovelha cru ou pasteurizado, de massa crua, não prensada, maturado pelo período mínimo de 3 (três) meses e apresentando as formações características verde-azuladas bem distribuídas, devidas ao *Penicillium roqueforti*.

Art. 495. Queijo tipo Gorgonzola é o queijo de fabricação idêntica ao do tipo Roquefort, diferenciando-se deste apenas por ser fabricado exclusivamente com leite de vaca.

Art. 496. Queijo Ralado é o produto obtido por esfarelamento ou ralagem da massa de uma ou até quatro variedades de queijos de baixa ou média umidade.

Art. 497. Permite-se exclusivamente para processamento industrial a fabricação de queijos em formas e pesos diferentes dos estabelecidos em normas específicas, desde que sejam mantidos os requisitos previstos para cada tipo de queijo.

Art. 498. Os tipos de queijos não previstos no presente Regulamento devem atender as normas específicas.

Art. 499. Leites Fermentados são produtos lácteos ou produtos lácteos compostos obtidos por coagulação e diminuição do pH do leite ou do leite reconstituído adicionados ou não de outros produtos lácteos, por fermentação láctea mediante ação de cultivos de microrganismos específicos, adicionados ou não de outras substâncias alimentícias.

Parágrafo único. Os microrganismos específicos devem ser viáveis, ativos e abundantes no produto final durante seu prazo de validade.

Art. 500. Iogurte é o leite fermentado pela ação de cultivos protossimbióticos de *Streptococcus salivarius* ssp. *thermophilus* e *Lactobacillus delbrueckii* ssp. *bulgaricus*, que podem ser associados de forma complementar a outras bactérias ácido-lácticas que, por sua atividade, contribuem para a determinação das características do produto final.

Art. 501. Leite Fermentado ou Cultivado é o leite fermentado pela ação de um ou vários dos seguintes cultivos: *Lactobacillus acidophilus*, *Lactobacillus casei*, *Bifidobacterium* sp, *Streptococcus salivarius* ssp. *thermophilus* ou outras bactérias ácido-lácticas que, por sua atividade, contribuem para a determinação das características do produto final.

Art. 502. Coalhada é o leite fermentado pela ação de cultivos individuais ou mistos de bactérias mesofílicas produtoras de ácido láctico.

Art. 503. Leite Acidófilo ou Acidofilado é o leite fermentado exclusivamente pela ação de cultivos de *Lactobacillus acidophilus*.

Art. 504. Kefir é o leite fermentado pela ação de cultivos ácido-lácticos elaborados com grãos de Kefir, *Lactobacillus kefir*, espécies dos gêneros *Leuconostoc*, *Lactococcus* e *Acetobacter* com produção de ácido láctico, etanol e dióxido de carbono.

Parágrafo único. Os grãos de Kefir são constituídos por leveduras fermentadoras de lactose (*Kluyveromyces marxianus*) e leveduras não fermentadoras de lactose (*Saccharomyces omnispurus*, *Saccharomyces cerevisiae* e *Saccharomyces exiguus*), *Lactobacillus casei*, *Bifidobacterium* sp e *Streptococcus salivarius* ssp. *Thermophilus*.

Art. 505. Kumys é o leite fermentado pela ação de cultivos de *Lactobacillus delbrueckii* ssp. *bulgaricus* e *Kluyveromyces marxianus*.

Art. 506. Leites concentrados e leites desidratados são os produtos lácteos resultantes da desidratação parcial ou total do leite por processos tecnológicos específicos.

§1º Consideram-se produtos lácteos concentrados, o leite concentrado, o evaporado e o condensado, bem como outros produtos que atendam a essa descrição.

§2º Considera-se produto lácteo desidratado o leite em pó, bem como outros produtos que atendam a essa descrição.

Art. 507. Na fabricação dos leites concentrados e desidratados, a matéria-prima utilizada deve atender as condições previstas no presente Regulamento e em normas complementares.

Art. 508. Leite Concentrado é o produto resultante da desidratação parcial do leite fluido ou obtido mediante outro processo tecnológico aprovado pelo SIM, de uso exclusivamente industrial.

Art. 509. Leite Evaporado ou Leite Condensado sem Açúcar é o produto resultante da desidratação parcial do leite ou obtido mediante outro processo tecnológico com equivalência reconhecida pelo SIM, que resulte em produto de mesma composição e características.

Art. 510. Leite Condensado é o produto resultante da desidratação parcial do leite adicionado de açúcar ou obtido mediante outro processo tecnológico com equivalência reconhecida pelo SIM, que resulte em produto de mesma composição e características.

Art. 511. Leite em Pó é o produto obtido por desidratação do leite, mediante processo tecnológico específico.

Art. 512. O leite em pó deve atender às seguintes especificações:

- I - ser fabricado com matéria-prima que satisfaça às exigências do presente Regulamento e normas complementares;
- II - apresentar composição de forma que o produto reconstituído, conforme indicação na rotulagem, atenda ao padrão do leite de consumo a que corresponda;
- III - não revelar presença de conservadores nem de antioxidantes; e
- IV - ser envasado em recipientes de um único uso, herméticos, adequados para as condições previstas de armazenamento e que confirmam uma proteção apropriada contra a contaminação.

Parágrafo único. Quando necessário, pode ser realizado o tratamento do leite em pó por injeção de gás inerte, aprovado pelo SIM.

Art. 513. Quanto ao teor de gordura, fica estabelecida a seguinte classificação para o leite em pó:

- I - integral, o que apresentar no mínimo 26% (vinte e seis por cento);
- II - parcialmente desnatado, o que apresentar entre 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) e 25,9% (vinte e cinco e nove décimos por cento); ou
- III - desnatado, o que apresentar menos que 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento).

Parágrafo único. De acordo com o tratamento térmico empregado, o leite em pó desnatado pode ser classificado como de baixo, médio ou alto tratamento, conforme o teor de nitrogênio de proteína do soro não desnaturada.

Art. 514 Para os diferentes tipos de leite em pó, fica estabelecido o teor de proteína mínimo de 34% (trinta e quatro por cento) massa/massa com base no extrato seco desidrolado.

Art. 515. Leite Aromatizado é o produto lácteo resultante da mistura preparada com leite e os seguintes ingredientes, de forma isolada ou combinada: cacau, chocolate, suco de frutas e aromatizantes, opcionalmente adicionada de açúcar e aditivos funcionalmente necessários para a sua elaboração e que apresente a proporção mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) massa/massa de leite no produto final, tal como se consome.

Art. 516. Leite modificado, fluido ou em pó, é o produto lácteo resultante da modificação da composição do leite mediante a subtração ou adição dos seus constituintes, excetuando-se a gordura láctea.

Art. 517. Doce de Leite é o produto lácteo ou produto lácteo composto obtido por concentração, pela ação do calor, do leite ou leite reconstituído adicionado de sacarose, com adição ou não de outras substâncias alimentícias.

Art. 518. Requeijão Industrial é o produto lácteo ou produto lácteo composto obtido pela fusão de massa coalhada, cozida ou não, dessorada e lavada, obtida por coagulação ácida ou enzimática, ou ambas, do leite pasteurizado, opcionalmente adicionado de creme de leite, manteiga, gordura anidra de leite ou butter oil, separados ou em combinação, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência untável ou fatiável;
- II - textura cremosa, fina, lisa ou compacta;
- III - formato variável;
- IV - cor e odor característicos; e
- V - sabor a creme levemente ácido, opcionalmente salgado para o requeijão ou requeijão cremoso, levemente ácido, salgado a ranço para o requeijão de manteiga.

Parágrafo único. O produto pode ser adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

Art. 519. Bebida Láctea é o produto lácteo ou produto lácteo composto obtido a partir de leite ou leite reconstituído ou derivados de leite, adicionado ou não de ingredientes não lácteos.

Parágrafo único. O percentual mínimo de proteína de origem láctea no produto final deve variar de 1,0 a 1,7% (um a um inteiro e sete décimos por cento), de acordo com as particularidades estabelecidas em normas específicas.

Art. 520. Composto Lácteo é o produto lácteo ou produto lácteo composto em pó resultante da mistura de leite ou derivados de leite, adicionado ou não de ingredientes não lácteos.

Parágrafo único. O percentual mínimo de proteína de origem láctea no produto final deve variar de 9,0 a 13% (nove a treze por cento), de acordo com as particularidades estabelecidas em normas específicas.

Art. 521. Queijo em Pó é o produto lácteo ou produto lácteo composto obtido por fusão e desidratação, mediante um processo tecnológico específico, da mistura de uma ou mais variedades de queijo, com ou sem adição de outros produtos lácteos, sólidos de origem láctea, especiarias, condimentos ou outras substâncias alimentícias, no qual o queijo constitui o ingrediente lácteo utilizado como matéria-prima preponderante na base láctea do produto.

Art. 522. Queijo Processado ou Fundido é o produto lácteo ou produto lácteo composto obtido por trituração, mistura, fusão e emulsão por meio de calor e agentes emulsionantes de uma ou mais variedades de queijo, com ou sem adição de outros produtos lácteos, sólidos de origem láctea, especiarias, condimentos ou outras substâncias alimentícias, no qual o queijo constitui o ingrediente

lático utilizado como matéria-prima preponderante na base láctea do produto.

Art. 523. Massa para Elaborar Queijo Mussarela ou Massa para Elaborar Requeijão são os produtos lácteos intermediários destinados à elaboração de queijo mussarela ou requeijão, respectivamente, exclusivos para processamento industrial.

I - a massa para elaborar queijo mussarela deve ser obtida por coagulação de leite pasteurizado por meio de coalho ou enzimas coagulantes apropriadas ou ambos, complementadas ou não por ação de bactérias lácticas específicas;

II - a massa para elaborar requeijão constitui-se de massa coalhada, cozida ou não, dessorada e lavada, obtida por coagulação ácida ou enzimática do leite ou ambas.

Art. 52.4 Soro de Leite é o produto lácteo líquido extraído da coagulação do leite utilizado no processo de fabricação de queijos, caseína e produtos similares.

Parágrafo único. O soro de leite deve conter no mínimo 0,7% (sete décimos por cento) de proteína de origem láctea.

Art. 525. Soro de Leite Concentrado é o produto lácteo resultante da desidratação parcial do soro fluido ou obtido por outro processo tecnológico com equivalência reconhecida pelo SIM. Art. 52.6 Soro de Leite em Pó é o produto lácteo obtido por desidratação do soro de leite mediante processo tecnológico específico.

§1º O soro de leite em pó deve conter no mínimo 10% (dez por cento) de proteína de origem láctea.

Art. 527. Gordura anidra de leite ou Butteroil é o produto lácteo gorduroso obtido a partir de creme de leite ou manteiga pela eliminação quase total de água e sólidos não gordurosos, mediante processos tecnológicos específicos.

Art. 528. Lactose é o açúcar do leite obtido mediante processos tecnológicos específicos.

Art. 529 Lactoalbumina é o produto lácteo resultante da precipitação pelo calor das albuminas solúveis do soro oriundo da fabricação de queijos ou de caseína.

Art. 530 Leitelho é o produto lácteo resultante da batida do creme pasteurizado durante o processo de fabricação da manteiga, podendo ser apresentado na forma líquida, concentrada ou em pó.

Art. 531. Caseína Alimentar é o produto lácteo resultante da precipitação do leite desnatado por ação enzimática ou mediante acidificação a pH 4,6 a 4,7 (quatro inteiros e seis décimos a quatro inteiros e sete décimos), lavado e desidratado por processos tecnológicos específicos.

Art. 532. Caseinato Alimentício é o produto lácteo obtido por reação da caseína alimentar ou da coalhada da caseína alimentar fresca com soluções de hidróxidos ou sais alcalinos ou alcalino-terrosos ou de amônia de qualidade alimentícia, posteriormente lavado e submetido à secagem, mediante processos tecnológicos específicos.

Art. 533. Caseína Industrial é o produto não alimentício obtido pela precipitação do leite desnatado mediante a aplicação de soro ácido, de coalho, de ácidos orgânicos ou minerais.

Art. 534. Produtos Lácteos Protéicos são os produtos lácteos obtidos por separação física das caseínas e das soroproteínas por tecnologia de membrana ou outro processo tecnológico com

equivalência reconhecida pelo SIM.

Art. 535. Farinha láctea é o produto resultante da dessecação, em condições próprias, da mistura de farinhas de cereais ou leguminosas com leite, nas suas diversas formas e tratamentos, e adicionada ou não de outras substâncias alimentícias.

§1º O amido das farinhas deve ter sido tornado solúvel por técnica apropriada.

§2º O rótulo da farinha láctea deve apresentar no painel principal, logo abaixo da denominação de venda, em caracteres destacados, uniformes em corpo e cor sem intercalação de dizeres ou desenhos, em caixa alta e em negrito a expressão CONTÉM. XX% DE LEITE.

Art. 536. Admite-se a separação de outros constituintes do leite pela tecnologia de membrana ou outro processo tecnológico com equivalência reconhecida pelo SIM.

Art. 537. Além dos produtos já mencionados, são considerados derivados do leite outros produtos que se enquadrem na classificação de produto lácteo, produto lácteo composto ou mistura, de acordo com o disposto no presente Regulamento.

#### XIV - ESTABELECIMENTO DE ABATE E INDUSTRIALIZAÇÃO DE PESCADO

Art. 538. Estabelecimento de Abate e Industrialização de Pescado é o estabelecimento que possui dependências, instalações e equipamentos para recepção, lavagem, insensibilização, abate, processamento, transformação, preparação, acondicionamento e frigorificação, com fluxo adequado à espécie de pescado a ser abatida, dispondo ou não de instalações para o aproveitamento de produtos não comestíveis.

Art. 539. Estação Depuradora de Moluscos Bivalves é o estabelecimento que possui dependências próprias para recepção, depuração, embalagem e expedição de moluscos bivalves.

Art. 540. São produtos e derivados comestíveis de pescado aqueles elaborados a partir de pescado inteiro ou parte dele, aptos para o consumo humano.

Parágrafo único. Qualquer derivado de pescado deve conter no mínimo 50.% (cinquenta por cento) de pescado. Esse percentual não prevalecerá para produtos compostos à base de pescado, os quais devem ser submetidos à análise e registro junto ao SIM.

Art. 541. Os controles oficiais do pescado, seus produtos, derivados e compostos, no que for aplicável, abrangem, entre outros:

I - origem das matérias-primas;

II - análises sensoriais;

III - indicadores de frescor;

IV - histamina, nas espécies formadoras;

V - outras análises físico-químicas ou microbiológicas;

VI - aditivos, resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes;

VII - biotoxinas ou outras toxinas perigosas para saúde humana;

VIII - parasitos;

IX - espécies venenosas, como das famílias Tetraodontidae, Diodontidae, Molidae e Canthigasteridae; e

X - espécies causadores de distúrbios gastrintestinais, como Ruvettus pretiosus e Lepidocybium flavobrunneum.

Art. 542. Os produtos, derivados e compostos comestíveis de pescado, de acordo com o processamento, compreendem:

I - produtos frescos;

II - produtos resfriados;

III - produtos congelados;  
IV - produtos descongelados;  
V - Carne Mecanicamente Separada de pescado;  
VI - Surimi;  
VII - produtos a base de surimi;  
VIII - produtos de pescado empanados;  
IX - produtos de pescado em conserva;  
X - produtos de pescado em semiconserva;  
XI - patê ou pasta de pescado;  
XII - caldo de pescado;  
XIII - produtos de pescado embutidos;  
XIV - produtos de pescado secos e curados;  
XV - produtos de pescado liofilizados;  
XVI - concentrado protéico de pescado;  
XVII - extrato de pescado;  
XVIII - gelatina de pescado; e  
XIX - geléia de pescado.

Parágrafo único. É permitido o preparo de outros tipos de produtos, derivados e compostos de pescado, desde que aprovados pelo SIM.

Art. 543. Produtos frescos são aqueles obtidos de pescado fresco, não transformado, inteiro ou preparado, acondicionados, conservados pela ação do gelo ou outros métodos de conservação de efeito similar, mantido unicamente em temperaturas próximas à de gelo fundente.

Parágrafo único. Entende-se por preparados aqueles produtos que foram submetidos a uma operação que alterou a sua integridade anatômica, tal como a evisceração, o descabeçamento, os diferentes cortes e outras formas de apresentação.

Art. 544. Produtos resfriados são aqueles obtidos de pescado, transformados, embalados e mantidos sob refrigeração.

§1º Entende-se por transformados aqueles produtos resultantes da transformação da natureza do pescado, de forma que não seja possível retornar às características originais.

§2º Os produtos obtidos de répteis e anfíbios, mesmo quando não transformados, podem ser designados como resfriados.

Art. 545. Produtos congelados de pescado são aqueles submetidos a processos específicos de congelamento, em equipamento que permita a ultrapassagem da zona crítica, compreendida de  $-0,5^{\circ}\text{C}$  (cinco décimos de grau Celsius negativo) a  $-5^{\circ}\text{C}$  (cinco graus Celsius negativos) em tempo não superior a 2 (duas) horas.

§1º O produto somente pode ser considerado congelado após a temperatura de seu centro térmico alcançar  $-18^{\circ}\text{C}$  (dezoito graus Celsius negativos).

§2º As câmaras de estocagem do estabelecimento produtor devem possuir condições de armazenar o produto a temperaturas não superiores a  $-18^{\circ}\text{C}$  (dezoito graus Celsius negativos).

§3º É permitida a utilização do congelador salmourador, quando o pescado for destinado como matéria prima para a elaboração de conservas, desde que seja atendido o conceito de congelamento rápido e atinja temperatura não superior a  $-9^{\circ}\text{C}$  (nove graus Celsius negativos) em seu centro térmico, devendo ter como limite máximo esta temperatura durante a armazenagem.

Art. 546. Produtos descongelados de pescado são aqueles que foram inicialmente congelados e submetidos a um processo específico de elevação de temperatura acima do ponto de congelamento e mantidos em temperaturas próximas à de gelo fundente.

Parágrafo único. Na designação do produto deve ser incluída a

palavra descongelado. O rótulo dos produtos previstos neste parágrafo deve apresentar no painel principal, logo abaixo da denominação de venda, em caracteres destacados, uniformes em corpo e cor sem intercalação de dizeres ou desenhos, em caixa alta e em negrito a expressão NÃO RECONGELAR.

Art. 547. Carne Mecanicamente Separada de Pescado é o produto congelado obtido de pescado, envolvendo o descabeçamento, a evisceração e a limpeza dos mesmos e a separação mecânica da carne das demais estruturas inerentes à espécie, como espinhas, ossos e pele.

§1º A carne mecanicamente separada de pescado pode ser lavada e posteriormente drenada, adicionada ou não de aditivos.

§2º O produto é designado Carne Mecanicamente Separada seguido do nome da espécie ou das espécies de pescado que o constitua.

I - pode ser obtido de peixes de pequeno porte provenientes da fauna acompanhante e outros não classificados para cortes nobres, que apresentem boa qualidade, resíduos de filetagem, carcaças, espinhaços ou partes destes, desde que sejam considerados os riscos de sua utilização.

II - pode ser obtido por diferentes equipamentos e o produto deve ser classificado de acordo com a composição da matéria-prima, as técnicas de fabricação e as características físico-químicas de cada tipo.

§3º Não é permitida a utilização de Carne Mecanicamente Separada de pescado em produtos não submetidos a tratamento térmico.

§4º Os produtos que contenham Carne Mecanicamente Separada de pescado devem atender as normas específicas.

Art. 548. Surimi é o produto congelado obtido a partir da Carne Mecanicamente Separada de pescado, submetida a lavagens sucessivas, drenagem e refino, adicionada de aditivos.

Art. 549. Produtos a base de surimi são aqueles produtos congelados elaborados com Surimi, adicionados de ingredientes e aditivos.

Art. 550. Produtos de pescado empanados são aqueles congelados elaborados a partir de pescado, seus produtos ou ambos, adicionados de ingredientes, permitindo-se a adição de aditivos e coadjuvantes de tecnologia, moldados ou não e revestidos de cobertura apropriada que o caracterize, submetidos ou não a tratamento térmico.

Art. 551. Produto de pescado em conserva é aquele elaborado com pescado, adicionado de ingredientes, permitindo-se a adição de aditivos e coadjuvantes de tecnologia, envasado em recipientes hermeticamente fechados e submetidos à esterilização comercial.

Art. 552. As conservas de pescado compreendem, entre outras:

I - Conserva ao Próprio Suco com outro meio de cobertura;  
II - Conserva em Azeite ou em Óleos Comestíveis;  
III - Conserva em Escabeche;  
IV - Conserva em Vinho Branco; e  
V - Conserva em Molho.

§1º A Conserva de Pescado ao Próprio Suco com outro meio de cobertura é o produto em que o pescado preserva seu próprio líquido de constituição acrescido de outro meio de cobertura, adicionado ou não de ingredientes e aditivos.

§2º A Conserva de Pescado em Azeite ou em Óleo Comestível é o produto que tenha por meio de cobertura azeite de oliva ou óleo

comestível, adicionado ou não de ingredientes e aditivos.

I - o azeite ou o óleo comestível utilizado isoladamente ou em mistura com outros ingredientes deve ser puro;

II - permite-se o emprego de um único óleo ou a mistura de vários óleos comestíveis na elaboração das conservas de que trata o presente parágrafo, a juízo do SIM; e

III - a designação em azeite fica reservada para as conservas que tenham azeite de oliva como meio de cobertura.

§3º A Conserva de Pescado em Escabeche é o produto que tenha por meio de cobertura, vinagre, adicionado de sal, acrescido ou não de outros ácidos alimentícios e substâncias aromáticas, com pH apropriado ao produto.

§4º A Conserva de Pescado em Vinho Branco é o produto que tenha por meio de cobertura principal vinho branco, adicionado ou não de ingredientes e aditivos.

§5º A Conserva de Pescado em Molho é o produto que tenha por meio de cobertura molho com base em meio aquoso ou gorduroso, adicionado ou não de aditivos. Na composição dos diferentes molhos, o ingrediente principal que o caracteriza deve fazer parte do nome do produto.

§6º As conservas de pescado submetidas à esterilização comercial devem seguir as normas específicas e os controles e verificações exigidos para as conservas de produtos cárneos.

Art. 553. Produto de pescado em semi-conserva é aquele obtido pelo tratamento específico do pescado por meio do sal, adicionados ou não de ingredientes, aditivos e coadjuvantes de tecnologia, envasado em recipientes hermeticamente fechados, não esterilizados pelo calor, conservado ou não sob refrigeração.

Art. 554. As semi-conservas de pescado compreendem, entre outras:

- I - Pescado Anchovado; e
- II - Pescado em Escabeche.

§1º A Semiconserva de Pescado Anchovado é o produto obtido a partir da cura prolongada do pescado pelo sal e micro-organismos fermentativos, até que atinja características sensoriais específicas de cor, sabor, odor e textura, adicionado ou não de ingredientes e aditivos, envasado com óleos comestíveis ou azeite de oliva.

§2º A Semiconserva de Pescado em Escabeche é o produto que tenha por meio de cobertura, o vinagre, adicionado de sal, acrescido ou não de outros ácidos alimentícios e substâncias aromáticas, com pH apropriado ao produto.

Art. 555. Patê ou Pasta de pescado, seguido das especificações que couberem, é o produto industrializado obtido a partir do pescado, partes dele ou seus produtos comestíveis, transformados em pasta, adicionados de ingredientes e aditivos, submetidos a processo tecnológico específico.

Parágrafo único. O produto deve ser classificado de acordo com a composição da matéria-prima, as técnicas de fabricação e as características físico-químicas de cada tipo de produto, conforme disposto em normas complementares.

Art. 556. Caldo de pescado, seguido das designações que couberem, é o produto líquido obtido pelo cozimento das partes comestíveis de pescado, adicionado ou não de ingredientes e aditivos.

Art. 557. Embutidos de pescado são aqueles produtos elaborados

com pescado, adicionados de ingredientes e aditivos, curados ou não, cozidos ou não, defumados ou não e dessecados ou não.

Art. 558. Produtos Curados de pescado são aqueles provenientes de pescado, tratado pelo sal, adicionados ou não de aditivos.

Parágrafo único. O tratamento pelo sal pode ser realizado por meio de salgas úmida, seca ou mista.

Art. 559. Os Produtos Curados de Pescado compreendem, entre outros:

- I - Pescado Salgado;
- II - Pescado Salgado-Seco;
- III - Pescado Prensado; e
- IV - Pescado Defumado.

§1º O Pescado Salgado é o produto obtido pelo tratamento de pescado com sal, adicionado ou não de aditivos. O Pescado Salgado quando envasado em salmoura é designado Pescado em Salmoura.

§2º O Pescado Salgado-Seco é o produto obtido pelo tratamento de pescado com sal, adicionado ou não de aditivos e seguido de dessecação.

§3º O Pescado Prensado é o produto obtido pelo tratamento de pescado com sal, adicionado ou não de aditivos e seguido de prensagem.

§4º O Pescado Defumado é o produto obtido pelo tratamento de pescado com sal, adicionado ou não de aditivos e seguido de defumação.

Art. 560. Os Produtos Secos ou Desidratados de pescado compreendem, entre outros:

- I - Pescado Seco ou Desidratado por processo natural; e
- II - Pescado Seco ou Desidratado por processo artificial.

§1º Pescado Seco ou Desidratado por processo natural é o produto obtido pela dessecação do pescado, adicionado ou não de aditivos, objetivando um produto estável à temperatura ambiente.

§2º Pescado Seco ou Desidratado por processo artificial é o produto obtido pela dessecação profunda do pescado, em equipamento específico, adicionado ou não de aditivos.

I - Pescado Liofilizado é o produto obtido pela desidratação do pescado, em equipamento específico, por meio do processo de liofilização, adicionado ou não de aditivos.

a) o processo de liofilização é realizado em temperatura baixa e sob vácuo, com a eliminação de água e substâncias voláteis.

Art. 561. Concentrado proteico de pescado é o produto estável à temperatura ambiente resultante da transformação do pescado, na qual se tenha concentrado a proteína, extraindo-se água e gordura, por meio de tecnologia apropriada.

Art. 562. Extrato de pescado, seguido das designações que couberem, é o caldo de pescado concentrado, adicionado ou não de ingredientes e aditivos.

Art. 563. Gelatina de pescado é o produto obtido a partir de proteínas naturais solúveis, coaguladas ou não, obtidas pela hidrólise do colágeno presente em tecidos de pescado como bexiga natatória, ossos, peles e cartilagens.

Art. 564. Geleia de pescado, seguido das designações que

couberem, é o caldo de pescado adicionado de gelatina comestível.

Art. 565. O pescado, seus produtos, derivados e compostos comestíveis, respeitadas as particularidades de cada espécie, de acordo com o processo de elaboração, são considerados alterados quando apresentem:

- I - deteriorações em suas características físicas, químicas ou biológicas;
- II - alterações em suas características sensoriais;
- III - alterações em suas características intrínsecas ou nutricionais;
- IV - tratamento tecnológico inadequado;
- V - cistos, larvas e parasitos;
- VI - corpos estranhos, sujidades ou outras evidências que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento; e
- VII - apresente outras alterações que os tornem impróprios, a juízo do SIM.

Parágrafo único. Os produtos nessas condições serão apreendidos cautelarmente e terão seu destino definido pela Inspeção, de acordo com as normas de destinação estabelecidas pelo SIM.

Art. 566. O pescado, seus produtos, derivados e compostos comestíveis, respeitadas as particularidades de cada espécie, de acordo com o processamento, devem ser considerados alterados e impróprios para consumo humano na forma em que se apresentam, no todo ou em partes, quando apresentem:

- I - a superfície úmida, pegajosa e exsudativa;
- II - partes ou áreas flácidas ou com consistência anormal à palpação;
- III - sinais de deterioração;
- IV - coloração ou manchas impróprias;
- V - perfuração dos envoltórios dos embutidos por parasitos;
- VI - odor e sabor estranhos;
- VII - resultados das análises físicas, químicas, microbiológicas, parasitológicas, de resíduos de produtos de uso veterinário ou de contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos pela legislação específica; e
- VIII - cistos, larvas ou parasitos em proporção maior que a estabelecida em normas complementares.

Parágrafo único. Podem ser também considerados impróprios para o consumo humano, na forma como se apresentam, quando divergirem do disposto no presente Regulamento para os produtos cárneos, naquilo que lhes for aplicável.

Art. 567. O pescado, seus produtos, derivados e compostos comestíveis são considerados fraudados (adulterados ou falsificados) quando:

- I - elaborados com pescado diferente da espécie declarada no rótulo;
- II - contenham substâncias estranhas à sua composição;
- III - apresentem composição ou formulações diferentes das permitidas pela legislação;
- IV - houver adição de água ou outras substâncias com o intuito de aumentar o volume e o peso do produto;
- V - apresentar adulteração na data de fabricação, data ou prazo de validade do produto;
- VI - utilizadas denominações diferentes das previstas no presente Regulamento; ou
- VII - utilizados procedimentos técnicos inadequados que alterem as características sensoriais, podendo atingir os componentes do alimento, comprometendo sua inocuidade, qualidade ou valor nutritivo.

Art. 568. Na elaboração de produtos, derivados e compostos comestíveis de pescado devem ser seguidas, naquilo que lhes for

aplicável, as exigências previstas no presente Regulamento para os produtos cárneos e legislação específica.

Art. 569. Produtos não comestíveis de pescado são obtidos de pescado ou qualquer resíduo deste, que se enquadre nas denominações e especificações do presente Regulamento.

Parágrafo único. Os resíduos resultantes da manipulação e elaboração de pescado, bem como o pescado condenado, considerando os riscos de sua utilização devem ser destinados preferencialmente ao preparo de produtos não comestíveis.

Art. 570. São considerados produtos não comestíveis de pescado a farinha de pescado, o óleo de pescado, a cola de pescado, o solúvel concentrado de pescado e o pescado para isca, entre outros.

§1º A definição dos referidos produtos bem como de suas características de identidade e qualidade devem ser regulamentadas pelo setor competente da Secretaria Municipal de Agricultura.

§2º A farinha de pescado que não atender às especificações deste Regulamento e todo produto não comestível que possa ser utilizado como fertilizante podem ser destinados à preparação de adubo de pescado.

Art. 571. Na elaboração de produtos não comestíveis de pescado devem ser seguidas, naquilo que lhes for aplicável, as exigências previstas no presente Regulamento para os produtos cárneos e legislação específica.

Art. 572. Tanques de depuração deverá ser revestido com material impermeável com o objetivo de proporcionar o esvaziamento do trato digestivo dos peixes de cultivo e eliminação de resíduos terapêuticos.

Parágrafo único. Poderão ser dispensados caso o lote venha acompanhado de Atestado emitido pelo Responsável Técnico do criatório informando a depuração realizada na propriedade.

Art. 573. A recepção do pescado deverá ser feita em área coberta com pé direito de no mínimo 3 (três) metros.

Parágrafo único. Esta seção será separada fisicamente por parede inteira e sem possibilidade de trânsito de pessoal entre esta e a seção de evisceração e filetagem.

Art. 574. A comunicação da seção de recepção e de evisceração dar-se-á através do cilindro ou esteira de lavagem do pescado.

Art. 575. Para a evisceração e filetagem deverá dispor de mesa para descamação, evisceração, coureamento e corte (postagem ou filetagem) com uma tomada de água a cada m2 de mesa.

§1º A disposição das mesas deverá viabilizar a produção de tal maneira que não haja refluxo do produto.

§2º A embalagem primária poderá ser realizada nesta seção quando houver espaço e mesa exclusiva para esta operação, sem prejuízo das demais.

Art. 576. Deverá dispor de instalações ou equipamentos adequados à colheita e transporte de resíduos de pescado, resultantes do processamento, para o exterior das áreas de manipulação de produtos comestíveis.

Art. 577. Quando houver, a seção de embalagem secundária será anexa à seção de processamento, separada desta através de parede e servirá para o acondicionamento secundário dos produtos que já receberam a sua embalagem primária na seção de processamento.

Parágrafo único. A operação da embalagem secundária poderá também ser realizada na seção de expedição quando esta for totalmente fechada e possuir espaços que permita tal operação sem prejuízo das demais.

Art. 578. As embalagens secundárias ficarão depositadas em seção independente que se comunicará apenas por óculo com a seção de embalagem secundária e o acesso a este depósito será independente do acesso às seções de industrialização.

Parágrafo único. Quando se tratar de agroindústria rural de pequeno porte as embalagens secundárias poderão permanecer na seção de expedição, desde que tenha espaço para tal.

Art. 579. Deverá possuir instalações para o fabrico e armazenagem de gelo, podendo esta exigência, apenas no que tange à fabricação, ser dispensada em regiões onde exista facilidade para aquisição de gelo de comprovada qualidade sanitária.

Parágrafo único. Preferencialmente o silo para o gelo deverá estar localizado em nível superior às demais dependências e, por gravidade, seja conduzido aos diferentes locais onde o gelo será necessário.

Art. 580. O estabelecimento possuirá câmaras de resfriamento ou isotérmicas que se fizerem necessárias em número e área suficientes segundo a capacidade do estabelecimento.

Art. 581. As câmaras de resfriamento ou isotérmicas serão construídas obedecendo normas, tais como:

- I - as portas terão largura mínima de 1,20 (um metro e vinte centímetros);
- II - as portas serão sempre metálicas ou de chapas plásticas, lisas, resistentes a impactos e de fácil limpeza;
- III - possuir piso de concreto ou outro material de alta resistência, liso, de fácil higienização e sempre com declive em direção às portas, não podendo existir ralos em seu interior;
- IV - possuir estrados de material impermeável para deposição de caixas de produtos.

Art. 582. A construção das câmaras de resfriamento poderá ser em alvenaria ou totalmente em isopainéis metálicos.

Parágrafo único. Quando construídas de alvenaria, as paredes internas serão perfeitamente lisas e sem pintura, visando facilitar a sua higienização.

Art. 583. No caso de pescado fresco serão usadas as câmaras isotérmicas e, para o pescado resfriado serão usadas as câmaras de resfriamento que mantenham o pescado com temperatura entre - 0,5°C e - 2°C.

Art. 584. Os túneis de congelamento rápido, quando necessário, terão de atingir temperaturas não superiores a - 25°C ( menos vinte e cinco graus) e fazer com que a temperatura no centro dos produtos chegue até -18 à -20°C (menos dezoito à menos vinte graus centígrados) no menor período possível.

§1º Poderão ser construídos em alvenaria ou totalmente em isopainéis metálicos.

§2º Quando construídos em alvenaria, os túneis de congelamento terão paredes lisas e sem pintura para facilitar a sua higienização. As suas portas serão sempre metálicas ou de material plástico resistente à impactos e à baixas temperaturas, e terão largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

§ 3º Será admitido o congelamento em freezer com as seguintes

ressalvas:

a) o freezer usado para congelamento não poderá ser usado também para estocagem;

b) os produtos a serem congelados deverão ser dispostos em prateleiras permitindo o espaçamento a fim de acelerar o congelamento.

Art. 585. A câmara de estocagem de congelados deve ser construída em alvenaria ou totalmente em isopainéis metálicos, as paredes serão sempre lisas, impermeáveis e de fácil higienização, não sendo usado nenhum tipo de pintura, a iluminação será com lâmpadas providas de protetores contra estilhaços, as portas serão sempre metálicas ou de material plástico resistente à impactos e mudanças bruscas de temperatura e terão largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

§1º Os produtos depositados devem estar totalmente congelados e adequadamente embalados e identificados.

§2º Só serão transferidos dos túneis de congelamento para a câmara de estocagem os produtos que já tenham atingidos -18 a -20°C (menos dezoito à menos vinte graus centígrados) no seu interior e nessa câmara os produtos ficarão armazenados sobre estrados ou em paletes, afastados das paredes e do teto e em temperatura nunca superior à -18°C (menos dezoito graus centígrados) até a sua expedição.

§3º Será admitida a estocagem em freezers.

Art. 586. A sala de fracionamento de produto congelado deverá existir nos estabelecimentos que realizarem fracionamento de embalagens master, de produtos previamente congelados.

§1º Esta sala possuirá as seguintes características:

I - Pé-direito mínimo de 2,70. m (dois metros e setenta centímetros).

II - Sistema que permita que a temperatura da sala mantenha-se entre 14°C e 16°C (quatorze e dezesseis graus centígrados) durante os trabalhos;

III - O uso de janelas nesta seção não é recomendado, pois a existência destas prejudicará a sua climatização e caso for de interesse da empresa a iluminação natural da seção, poderão ser utilizados tijolos de vidro refratário ou outro mecanismo aprovado pela inspeção;

IV - Ser localizada contígua às câmaras de estocagem de matéria-prima, de maneira que o produto congelado ao sair das câmaras com destino à sala de fracionamento não transitem pelo interior de nenhuma outra seção, bem como manter proximidade com a câmara de produtos prontos, com a expedição e com o depósito de embalagens.

V - Possuir seção de embalagem secundária independente da sala de fracionamento, podendo para isto ser utilizada uma antecâmara ou na seção de expedição, desde que esta possua dimensões que permitam a execução desta operação, sem prejuízo do trânsito dos demais produtos neste setor.

§2º Quando se tratar de agroindústria rural de pequeno porte o fracionamento de embalagens master poderá ocorrer na seção de evisceração e filetagem, desde que tenha espaço e equipada para tal e realizado em momentos diferentes.

Art. 587. Na seção de higienização de caixas e bandejas o uso de madeira é proibido, que terá tanques de alvenaria revestidos de azulejos, de material inox ou de fibra de vidro, lisos e de fácil higienização e disporá ainda de água sob pressão e de estrados plásticos ou galvanizados, sendo que os equipamentos e utensílios higienizados não poderão ficar depositados nesta seção.

Art. 588. A seção de expedição possuirá plataforma para o carregamento, devendo sua port acoplar às portas dos veículos.

Art. 589. O pé-direito deverá ter no mínimo 2,60. m (dois metros e sessenta centímetros).

Art. 590. As mesas de evisceração e inspeção poderão ser fixas ou móveis (mesa rolante) e quando móvel (rolante) a mesa poderá ser de esteira única ou esteira dupla.

Art. 591. Preferencialmente, as mesas de evisceração deverão possuir sistema de condução de resíduos no sentido contrário ao fluxo de produção, isto é, os resíduos deverão ser conduzidos em direção à entrada do pescado na mesa, enquanto que o pescado já eviscerado se encaminhará às seções de resfriamento ou industrialização.

Art. 592. As pessoas que exercem operações na área suja não poderão exercer operações na área limpa.

Art. 593. O almoxarifado, quando necessário, será de alvenaria, ventilados e com acesso independente ao das diversas seções da indústria, podendo ter comunicação com estas através de óculo para passagem de material

Art. 594. A existência de varejo na mesma área da indústria implicará no seu registro no órgão competente, independente do registro da indústria e as atividades e os acessos serão totalmente independentes tolerando-se a comunicação interna do varejo com a indústria por óculo.

Art. 595. A seção de preparação de condimentos, quando necessária, localizar-se-á contígua à sala de processamento (manipulação) de produtos, comunicando-se diretamente com esta através de porta, sendo que quando possuir área suficiente servirá também como depósito de condimentos e ingredientes, e neste caso deverá possuir acesso externo para este.

Parágrafo único. Esta seção poderá ser substituída por espaço específico dentro da sala de processamento.

Art. 596. Os condimentos e ingredientes estarão adequadamente protegidos de poeira, umidade e ataque de insetos e roedores, devendo ficar sempre afastados do piso e paredes para facilitar a higienização da seção.

Art. 597. Cuidados especiais deverão ser dispensados aos nitratos e nitratos pelo perigo à saúde que os mesmos representam.

Art. 598. A seção de cozimento deverá ser independente da seção de processamento e das demais seções e terá portas com fechamento automático, possuirá como equipamentos tanques de aço inoxidável com circulação de vapor para aquecimento de água, podendo ter mesas inox, exaustores etc.

Art. 599. Os fumeiros serão construídos inteiramente de alvenaria, não se permitindo pisos e portas de madeira e as aberturas para acesso da lenha e para a limpeza deverão ser externas.

Art. 600. A seção de despoldadeira deverá ser mantida a temperatura de 10°C durante as operações.

## XV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 601. A Secretaria Municipal de Agricultura publicará normas complementares sobre a elaboração e uso de selos e carimbos relativos ao Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 602. Sempre que necessário, o SIM solicitará parecer do órgão competente da saúde para registro de produtos com alegações

funcionais, indicação para alimentação de criança de primeira infância ou grupos populacionais que apresentem condições metabólicas e fisiológicas específicas ou outros que não estejam estabelecidas em normas específicas.

Art. 603. A Secretaria Municipal de Agricultura editará normas específicas para venda direta de produtos em pequenas quantidades, no prazo de 120 dias após a publicação deste Regulamento, de acordo com o Decreto Federal nº 7.541/2006 e alterações posteriores.

Art. 604. O SIM e o setor competente pela sanidade animal, no âmbito de suas competências, atuarão conjuntamente no sentido de salvaguardar a saúde animal e a segurança alimentar.

§1º O SIM poderá implementar procedimentos complementares de inspeção e fiscalização para subsidiar as ações do setor competente pela sanidade animal do Município no diagnóstico e controle de doenças não previstas neste Regulamento, exóticas ou não, que possam ocorrer no município.

§2º Quando houver suspeita de doenças infectocontagiosas de notificação imediata, nas atividades de fiscalização e inspeção sanitária, a Inspeção deverá notificar ao setor competente responsável pela sanidade animal.

Art. 605. Compete ao Conselho Municipal de Agricultura debater, aconselhar, sugerir e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

§1º No Conselho Municipal de Agricultura deverão participar representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e da Saúde, dos agricultores e dos consumidores e outros de interesse público ligados ao tema.

§2º A Secretaria Municipal de Agricultura deverá publicar as demais normas de instalação e de funcionamento do Conselho de Inspeção no prazo de 90 dias após a publicação deste Regulamento.

Art. 606. A Secretaria Municipal de Agricultura terá prazo de 120 dias após a publicação deste Regulamento para constituir o sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária, gerando registros auditáveis.

Parágrafo único. Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura a alimentação e manutenção do sistema único de informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do respectivo município.

Art. 607. O SIM proporcionará aos seus servidores treinamento e capacitação em universidades, centros de pesquisa e demais instituições públicas e privadas, com a finalidade de aprimoramento técnico e profissional, inclusive por meio de acordos e convênios de intercâmbio técnico com órgãos congêneres.

Art. 608. As penalidades aos infratores serão determinadas conforme o presente Decreto.

Art. 609. As infrações a este Decreto serão punidas pelos servidores do SIM ou do Departamento de Vigilância Sanitária e consistirão de apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos, multas, suspensão temporária da Inspeção Sanitária Municipal e cassação do registro ou relacionamento do estabelecimento.

Parágrafo único. Quando as infrações sanitárias forem mais graves além da imposição de penalidades o SIM informará oficialmente o Ministério Público.

Art. 610. As infrações ao presente Decreto serão punidas administrativamente e, quando for o caso, mediante responsabilidade criminal.

Parágrafo único. Incluem-se entre as infrações previstas neste Decreto atos que procurem embaraçar a ação dos servidores do SIM ou de outros órgãos no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização; desacato, suborno ou simples tentativa; informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, qualidade e procedência dos produtos e, de modo geral qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse à inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Art. 611. As penas administrativas a serem aplicadas por servidores do SIM ou da Vigilância Sanitária constarão de apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos, multas, suspensão temporária da Inspeção Sanitária e cassação do registro ou relacionamento do estabelecimento.

Art. 612. Para efeito de apreensão ou condenação, além dos casos específicos previstos neste Decreto consideram-se impróprios para consumo, no todo ou em parte, os produtos de origem animal que:

I - se apresentem danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou bolorentos, com caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;

II - forem adulterados, fraudados ou falsificados;

III - contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;

IV - forem prejudiciais ou impréstáveis à alimentação por qualquer motivo;

V - não estiverem de acordo com o previsto no presente Decreto.

Parágrafo único. Nos casos do presente artigo, independentemente de quaisquer outras penalidades que couberem, tais como multas, suspensão da Inspeção Municipal ou cassação do registro ou relacionamento, será adotado o seguinte critério:

I - nos casos de apreensão, após reinspeção completa será autorizado o aproveitamento condicional que couber para alimentação humana, após rebeneficiamento determinado pelo SIM;

II - nos casos de condenação, permite-se sempre o aproveitamento das matérias-primas e produtos para fins não - comestíveis ou para alimentação de animais, ambos os casos, mediante assistência do SIM.

Art. 613. Além dos casos específicos previstos neste Decreto são consideradas adulterações, fraudes ou falsificações, como regra geral:

I - Adulterações:

- a) quando os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações e determinações fixadas;
- b) quando no preparo dos produtos haja sido empregada matéria-prima alterada ou impura;
- c) quando tenham sido empregadas substâncias de qualquer qualidade, tipo e espécie diferentes das da composição normal do produto sem prévia autorização do SIM.
- d) quando os produtos tenham sido coloridos ou aromatizados sem prévia autorização e não conste declaração nos rótulos;
- e) quando se verifique intenção dolosa em mascarar a data de

fabricação.

II - Fraudes:

- a) alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais elementos normais do produto, de acordo com os padrões estabelecidos ou fórmulas aprovadas pelo SIM;
- b) quando as operações de manipulação e elaboração forem executadas com a intenção deliberada de estabelecer falsa impressão dos produtos fabricados;
- c) supressão de um ou mais elementos e substituição por outros visando aumento de volume ou de peso, em detrimento da sua composição normal ou valor nutritivo intrínseco;
- d) conservação com substâncias proibidas;
- e) especificação total ou parcial na rotulagem de um determinado produto que não seja o contido na embalagem ou recipiente.

III - Falsificações:

- a) quando os produtos forem elaborados e expostos ao consumo com forma, caracteres de rotulagem que constituem processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;
- b) quando forem usadas denominações diferentes das previstas neste Regulamento ou em fórmulas aprovadas.

Art. 614. Aos infratores de dispositivos do presente Decreto e de atos complementares e instruções que forem expedidas, podem ser aplicadas as seguintes penalidades:

I - multa de R\$40,00 (quarenta reais) a R\$180,00 (cento e oitenta reais);

- a) aos que desobedecerem a quaisquer das exigências sanitárias em relação ao funcionamento do estabelecimento e a higiene do equipamento e dependências, bem como dos trabalhos de manipulação e preparo de matérias-primas e produtos, inclusive aos que fornecerem leite adulterado, fraudado ou falsificado;
- b) aos responsáveis pela permanência em trabalho de pessoas que não possuam carteira de saúde ou documento equivalente expedido pela autoridade competente de Saúde Pública;
- c) aos que acondicionarem ou embalam produtos em continentes ou recipientes não permitidos;
- d) aos responsáveis por estabelecimentos que não coloquem em destaque o carimbo do SIM nas testeiras dos continentes nos rótulos ou nos produtos;
- e) aos responsáveis pelos produtos que não contenham data de fabricação;
- f) aos que infringirem quaisquer outras exigências sobre rotulagem para as quais não tenham sido especificadas outras penalidades.
- g) às pessoas que despacharem ou conduzirem produtos de origem animal para consumo privado nos casos previstos neste Decreto e os destinarem a fins comerciais;
- h) aos que lançarem mão de rótulos e carimbos oficiais do SIM para facilitar a saída de produtos e subprodutos industriais de estabelecimentos que não estejam registrados e relacionados no SIM;
- i) aos que receberem e mantiverem guardados em estabelecimentos registrados ou relacionados, ingredientes ou matérias-primas proibidas que possam ser utilizadas na fabricação de produtos;
- j) aos responsáveis por misturas de matérias-primas em porcentagens divergentes das previstas neste Decreto;
- k) aos que adquirirem, manipularem, expuserem à venda ou distribuírem produtos de origem animal oriundos de outros municípios procedentes de estabelecimentos sem inspeção Estadual ou Federal;
- l) às pessoas físicas ou jurídicas que expuserem à venda produtos a granel que, de acordo com o presente Decreto, devem ser entregues ao consumo em embalagens originais;
- m) às pessoas físicas ou jurídicas que embaraçarem ou burlarem a

ação dos servidores do SIM no exercício de suas funções;

n) aos responsáveis por estabelecimentos de leite e derivados que não realizarem a lavagem e higienização do vasilhame, de frascos, de carros-tanque e veículos em geral;

o) aos responsáveis por estabelecimentos que após o término dos trabalhos industriais e durante as fases de manipulação e preparo, quando for o caso, não procederem à limpeza e higienização rigorosa das dependências e equipamentos diversos destinados à alimentação humana;

p) aos que lançarem no mercado produtos cujos rótulos não tenham sido aprovados pelo SIM;

q) aos responsáveis pela confecção, impressão, litografia ou gravação de carimbos de Inspeção Municipal a serem usados isoladamente ou em rótulos, por estabelecimentos que não estejam registrados ou em processo de registro no SIM;

r) aos estabelecimentos que prepararem com finalidade comercial produtos de origem animal novos e não padronizados, cujas fórmulas não tenham sido previamente aprovadas pelo SIM;

s) aos que lançarem mão de certificados sanitários, rotulagens e carimbos de inspeção, para facilitar o escoamento de produtos de origem animal que não tenham sido inspecionados pelo SIM;

t) aos responsáveis por estabelecimentos de produtos de origem animal que realizarem construções novas, remodelações ou ampliações, sem que os projetos tenham sido previamente aprovados pelo SIM;

u) aos que expuserem à venda produtos de um estabelecimento como se fosse de outro;

v) aos que usarem indevidamente os carimbos da Inspeção Municipal;

w) aos responsáveis por estabelecimentos sob inspeção do SIM que enviarem para o consumo produtos sem rotulagem;

x) aos responsáveis por estabelecimentos não registrados que enviarem para o comércio intramunicipal produtos não inspecionados pelo SIM;

II - Multa de R\$180,00 (cento e oitenta reais) a R\$400,00 (quatrocentos reais);

a) aos responsáveis por quaisquer alterações, fraudes ou falsificações de produtos de origem animal;

b) aos que aproveitarem matérias-primas e produtos condenados ou procedentes de animais não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;

c) aos que, embora notificados, mantiverem na produção de leite vacas em estado de magreza extrema, atacadas de tuberculose, brucelose, afecções de úbere, diarreias e corrimentos vaginais, que tenham sido afastadas do rebanho pelo SIM ou outro órgão ligado à defesa sanitária animal;

d) às pessoas físicas ou jurídicas que mantiverem, para fins especulativos, produtos que a critério do SIM possam ficar prejudicados em suas condições de consumo;

e) aos que subornarem, tentarem subornar ou usarem de violência contra servidores do SIM ou de órgãos oficiais, no exercício de suas atribuições;

f) aos que burlarem a determinação quanto ao retorno de produtos destinados ao aproveitamento condicional no estabelecimento de origem;

g) aos que derem aproveitamento condicional diferente do que for determinado pelo SIM;

h) aos responsáveis por estabelecimentos que fabriquem produtos de origem animal, em desacordo com os padrões fixados neste Decreto ou nas fórmulas aprovadas ou ainda sonegarem elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

i) aos responsáveis por estabelecimentos que fizerem comércio intramunicipal de produtos de origem animal, sem que tenham feito o respectivo registro ou relacionamento junto ao SIM;

j) às pessoas físicas ou jurídicas que utilizarem rótulos de produtos elaborados em estabelecimentos registrados ou relacionados no

SIM, em produtos oriundos de estabelecimentos que não estejam sob Inspeção Municipal;

l) aos responsáveis por estabelecimentos que abaterem animais em desacordo com a legislação em vigor principalmente vacas tendo-se em mira a defesa da produção animal do país;

III - Multa de R\$400,00 (quatrocentos reais) a R\$800,00 (oitocentos reais), fixada de acordo com a gravidade da falta a critério do SIM, aos que cometerem outras infrações ao presente Decreto.

Art. 615. Quando as infrações forem constatadas nos mercados consumidores em produtos procedentes de estabelecimentos que devem estar sujeitos à Inspeção Municipal, nos termos do presente Decreto, as multas a que se refere o artigo anterior poderão ser aplicadas por servidores do SIM ou do Departamento de Vigilância Sanitária aos proprietários e responsáveis por casas atacadistas ou comerciais que os tiverem adquirido, armazenado ou exposto à venda, tanto no atacado como no varejo.

Parágrafo único. Serão aplicadas ainda, a quaisquer firmas proprietárias ou responsáveis por casas comerciais que receberem, armazenarem ou expuserem a venda produtos que não procedam de estabelecimentos sujeitos à Inspeção Federal, Estadual ou Municipal, cabendo aos servidores do SIM ou do Departamento de Vigilância Sanitária que constatarem as infrações lavrar os competentes autos.

Art. 616. Todo produto de origem animal exposto à venda no município, sem qualquer identificação que permita verificar sua verdadeira procedência quanto ao estabelecimento de origem, localização e firma responsável, será sujeito às penalidades previstas neste Decreto.

Art. 617. As penalidades a que se refere o presente Decreto serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridade de saúde pública, de modo especial pelo Departamento de Vigilância Sanitária ou autoridades policiais.

Art. 618. As multas a que se refere o presente Decreto serão dobradas na hipótese de reincidência, e em nenhum caso isentam o infrator da inutilização do produto, nem tão pouco da ação criminal.

§ 1º A ação criminal cabe não só pela natureza da infração mas em todos os casos que se seguirem à reincidência.

§ 2º A ação criminal não exime o infrator de outras penalidades a serem aplicadas, a juízo do SIM, que poderá determinar a suspensão da Inspeção Municipal, cassação do registro ou do relacionamento, ficando o estabelecimento impedido de realizar comércio intramunicipal.

§ 3º A suspensão da Inspeção Municipal e a cassação do registro e do relacionamento são de alçada do SIM.

Art. 619. Não pode ser aplicada multa sem que previamente seja lavrado o auto de infração detalhando a infração cometida, o artigo infringido, a natureza do estabelecimento com a respectiva localização e a firma ou pessoa física responsável.

Art. 620. O auto de infração deve ser assinado pelo servidor que constatar, pelo proprietário do estabelecimento ou representante e por duas testemunhas.

Parágrafo único. Sempre que o infrator ou as testemunhas se neguem a assinar o auto de infração, será certificado a respeito no próprio auto remetendo-se ao proprietário uma das vias registrada ou mediante recibo.

Art. 621. A autoridade que lavrar o auto de infração deve extraí-lo

em quatro vias: a primeira será entregue ao infrator, a segunda remetida ao SIM, a terceira à Vigilância Sanitária Municipal e a quarta constituirá o próprio talão de infrações.

Art. 622. O auto de multa será lavrado, assinado pelo atuante e conterá os elementos que deram lugar à infração.

Art. 623. Nos casos em que fique evidenciado não haver dolo ou má-fé, e tratando-se de primeira infração, a fiscalização deixará de aplicar multa, cabendo ao servidor que lavrou o auto, advertir o infrator e orientá-lo convenientemente.

Art. 624. O infrator, uma vez multado, terá 30 (trinta) dias para efetivar o pagamento da multa e exibir ao SIM o competente comprovante de recolhimento.

Parágrafo único. As multas por atos que infringem o presente Decreto e/ou a Legislação Sanitária Municipal, serão recolhidas a conta do Fundo Municipal de Saúde, devendo esta instrução constar nos formulários impressos de imposição de multas.

Art. 625. O não recolhimento da multa no prazo legal implica, além da execução, na suspensão da Inspeção Municipal junto ao estabelecimento.

Art. 626. Aplicada, a multa somente poderá ser relevada mediante pedido fundamentado da firma responsável e que justifique tal medida.

Art. 627. São responsáveis pela infração às disposições do presente Decreto, para efeito de aplicação das penalidades nele previstas, as pessoas físicas ou jurídicas:

I - produtoras de matérias-primas de qualquer natureza, aplicável à indústria animal desde a fonte de origem até o recebimento nos estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM;

II - proprietários ou arrendatários de estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM onde forem recebidos, manipulados, transformados, elaborados, preparados, conservados, acondicionados, distribuídos ou despachados produtos de origem animal;

III - proprietários, arrendatários ou responsáveis por casas comerciais atacadistas ou varejistas que receberem, armazenarem, venderem ou despacharem produtos de origem animal;

IV - que expuserem à venda, em qualquer parte, produtos de origem animal;

V - que despacharem ou transportarem produtos de origem animal.

Art. 628. A aplicação de multa não isenta o infrator do cumprimento das exigências a que tenha dado motivo, marcando-se lhe novo prazo para o cumprimento, findo o qual poderá, de acordo com a gravidade da falta e a juízo da fiscalização, ser novamente multado no dobro da multa anterior, suspensa a Inspeção Municipal, cassado o registro ou relacionamento do estabelecimento.

Art. 629. Os servidores do SIM, CIDEMA ou de outros órgãos com delegação de competência, quando em serviço de fiscalização ou de inspeção industrial e sanitária, têm livre entrada em qualquer dia e hora, em estabelecimentos que manipulem, armazenem ou transacionem com produtos de origem animal.

Art. 630. Os recursos financeiros necessários à implementação do presente Regulamento e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no Orçamento do Município e será objeto de regulamentação específica.

Art. 631. Para efeito deste DECRETO, os alimentos e água de abastecimento devem atender os parâmetros de qualidade exigido pela RDC nº 12 de janeiro de 2001 – ANVISA e PORTARIA 2.914 de dezembro de 2011 – MS respectivamente, ou outro regulamento vigente.

Art. 632. As normas não previstas neste regulamento, que estabelecem Padrões de Identidade e Qualidade para as matérias primas, ingredientes, aditivos e coadjuvantes tecnológicos de carnes e produtos cárneos, de pescados e derivados, de leite e derivados de ovos e ovoprodutos, de produtos das abelhas e derivados, assim como sobre o Registro de Produtos, do Trânsito e Certificação de Produtos de Origem Animal, das Infrações e Sanções Administrativas, aplica-se o que determinam as normas complementares e demais legislações vigentes.

Art. 633. Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução do presente Regulamento, serão resolvidos através de resoluções e decretos baixados pela Secretaria Municipal de Agricultura, após debatido e ouvido o Conselho de Inspeção Sanitária.

Art. 634. O Serviço Municipal de Inspeção Sanitária atuará, no âmbito de sua competência, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 7.889 de 23 de novembro de 1989, Lei Estadual nº 8.534, de 19 de janeiro de 1992, o Decreto Estadual nº 3.748, de 12 de julho de 1993, a legislação sanitária municipal e as normas oriundas deste Decreto.

Art. 635. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 502/2013.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### **EXTRATO CONTRATO ADM. 021/2015**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 021/2015

Processo Administrativo n. 22/2014

Tomada de Preços n. 01/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Fica reajustado, em 8,41% (oito vírgula quarenta e um por cento) - conforme variação acumulada do INPC dos meses de abril/2014 a março/2015 - o valor pago pela prestação dos serviços, objeto do Contrato n. 031/2014, a contar do dia 01/04/2015.

Signatários: Alceu Mazzioni e Ademir Barcelá.

Cordilheira Alta, SC, em 09/04/2015.

### **EXTRATO CONTRATO ADM. 022/2015**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 022/2015

Processo Administrativo n. 49/2015

Dispensa de Licitação n. 15/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: CRESCER TREINAMENTOS LTDA ME

Objeto: O objeto do presente contrato é contratação de empresa para realizar conferências no Município de Cordilheira Alta, sendo: conferência de assistência social (a realizar-se no dia 24/04/2015); conferência dos direitos da criança e do adolescente (a realizar-se no dia 07/05/2015); e, conferência municipal do idoso (a realizar-se no dia 27/05/2015), com fornecimento de materiais.

VALOR: R\$ 2.300,00 POR CONFERÊNCIA – TOTALIZANDO R\$

6.900,00.

VIGÊNCIA: 90 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

RECURSOS: projeto/atividade n. 2.008 e 2.070 - Elemento n. 339000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Roselaine Klaus Camatti.

Cordilheira Alta, SC, em 09/04/2015

#### **EXTRATO CONTRATO ADM. 023/2015**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 023/2015

Processo Administrativo n. 30/2015

Pregão Presencial n. 16/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: MB CATARINENSE LTDA ME

Objeto: O objeto deste contrato é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS E ESPORTIVOS, itens n. 05, 09, 11, 13 e 26, conforme proposta de preços e termos estabelecidos no edital.

VALOR: R\$ 5.082,80

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

RECURSOS: projeto/atividade n. 2.013 e 2.021 - Elemento n. 339000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Fábio Marlon Machado.

Cordilheira Alta, SC, em 22/04/2015.

#### **EXTRATO CONTRATO ADM. 024/2015**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 024/2015

Processo Administrativo n. 30/2015

Pregão Presencial n. 16/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME

Objeto: O objeto deste contrato é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS E ESPORTIVOS, itens n. 07, 15, 20, 21, 24, 25, 28 e 31, conforme proposta de preços e termos estabelecidos no edital.

VALOR: R\$ 5.793,65

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

RECURSOS: projeto/atividade n. 2.013 e 2.021 - Elemento n. 339000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Felipe Schmitz Regis.

Cordilheira Alta, SC, em 22/04/2015.

#### **EXTRATO CONTRATO ADM. 025/2015**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 025/2015

Processo Administrativo n. 30/2015

Pregão Presencial n. 16/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA ME

Objeto: O objeto deste contrato é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS E ESPORTIVOS, itens n. 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 10, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 27, 29, 30 e 32, conforme proposta de preços e termos estabelecidos no edital.

VALOR: R\$ 13.552,90

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

RECURSOS: projeto/atividade n. 2.013 e 2.021 - Elemento n. 339000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Volnei Pedro Kalinovski.

Cordilheira Alta, SC, em 22/04/2015.

#### **EXTRATO CONTRATO ADM. 026/2015**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 026/2015

Processo Administrativo n. 32/2013

Pregão Presencial n. 09/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo

de vigência do Contrato Administrativo n. 049/2013 em 12 (doze) meses, estendendo seu vigor até 25 de abril de 2016, com fundamento no art. 57 da Lei n. 8666/93.

VALOR: Reajuste de 8,12% - Com o reajuste, o valor total do contrato passa de 48.583,08 para R\$ 52.528,02.

RECURSOS: Gabinete do Prefeito:

Projeto Atividade n. 122.25052002;

Elemento n. 339000;

Secretaria de Administração Fazenda e Planejamento:

Projeto Atividade n. 122.25032020;

Elemento n. 339000;

Secretaria de Educação:

Projeto Atividade n. 361.25062013;

Elemento n. 339000;

Secretaria de Cultura e Esporte:

Projeto Atividade n. 812.2508.2005;

Elemento n. 339000;

Secretaria de Agricultura, indústria e Comércio:

Projeto Atividade n. 606.25102009;

Elemento n. 339000;

Secretaria de Infraestrutura:

Projeto Atividade n. 452.2511.2011;

Elemento n. 339000;

Departamento de Assistência Social:

Projeto Atividade n. 244.2504.2006;

Elemento n. 339000;

Fundo Municipal de Saúde:

Projeto Atividade n. 301.25052019;

Elemento n. 339000;

Signatários: Alceu Mazzioni e Marta W. Montoya/Eduardo F. Kozma.

Cordilheira Alta, SC, em 24/04/2015.

#### **EXTRATO CONTRATO ADM. 027/2015**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 027/2015

Processo Administrativo n. 31/2013

Tomada de Preços n. 01/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato originário, fica revisto, em 12,63%, o valor pago pela prestação dos serviços, objeto do contrato n. 047/2013.

Signatários: Alceu Mazzioni e Ademir Barcella.

Cordilheira Alta, SC, em 30/04/2015.

#### **EXTRATO CONTRATO ADM. 05/2015 FMS**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 05/2015 FMS

Processo Administrativo n. 31/2015

Pregão Presencial n. 17/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: LEONARDO FERRAZZO ME

Objeto: O objeto deste contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL - ITEM 02 - PARA ATUAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, COM CARGA HORÁRIA DE 20H SEMANAIS NO PERÍODO MATUTINO, PRESTADAS DE SEGUNDA A SEXTA FEIRAS.

VALOR: R\$ 9.100,00 POR MÊS – TOTALIZANDO R\$ 81.900,00.

VIGÊNCIA: O Contrato vigorará até a nomeação dos aprovados no

concurso público (itens 2, 3 e 4) ou até 31/12/2015.  
RECURSOS: projeto/atividade n. 2.043 - Elemento n. 339000.  
Signatários: Alceu Mazzioni e Leonardo Ferazzo.  
Cordilheira Alta, SC, em 06/04/2015.

**EXTRATO CONTRATO ADM. 06/2015 FMS**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 06/2015 FMS  
Processo Administrativo n. 31/2015  
Pregão Presencial n. 17/2015  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA – SC  
CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA POZZATI LTDA  
Objeto: O objeto deste contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA - ITEM 04 - COM CARGA HORÁRIA DE 8H SEMANAIS, A FIM DE ATENDER AS MULHERES RESIDENTES NO MUNICÍPIO, REALIZANDO EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, COLPOSCOPIA E BIOPSIA, BEM COMO ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DAS GESTANTES, A SER PRESTADO NAS UNIDADES DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA.  
VALOR: R\$ 9.400,00 POR MÊS – TOTALIZANDO R\$ 84.600,00.  
VIGÊNCIA: O Contrato vigorará até a nomeação dos aprovados no concurso público (itens 2, 3 e 4) ou até 31/12/2015.  
RECURSOS: projeto/atividade n. 2.043 - Elemento n. 339000.  
Signatários: Alceu Mazzioni e Rita de Cassia Pozzati.  
Cordilheira Alta, SC, em 06/04/2015.

**EXTRATO CONTRATO ADM. 07/2015 FMS**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 07/2015 FMS  
Processo Administrativo n. 31/2015  
Pregão Presencial n. 17/2015  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA – SC  
CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA CLISSON LTDA ME  
Objeto: O objeto deste contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL - ITEM 01 – PARA REALIZAR PALNTÃO NOTURNO DE 3H DIÁRIAS, COMPREENDIDAS ENTRE ÀS 18H E 21H, DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, NA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO ROSA LINDA.  
VALOR: R\$ 6.000,00 POR MÊS – TOTALIZANDO R\$ 54.000,00.  
VIGÊNCIA: O Contrato vigorará até a nomeação dos aprovados no concurso público (itens 2, 3 e 4) ou até 31/12/2015.  
RECURSOS: projeto/atividade n. 2.043 - Elemento n. 339000.  
Signatários: Alceu Mazzioni e Sebastião Lourenço da Silva Neto.  
Cordilheira Alta, SC, em 06/04/2015.

**EXTRATO CONTRATO ADM. 08/2015 FMS**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 08/2015 FMS  
Processo Administrativo n. 31/2015  
Pregão Presencial n. 17/2015  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA – SC  
CONTRATADA: SPAZIO THERAPY FISIOTERAPIA LTDA ME  
Objeto: O objeto deste contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - ITEM 05 - COM CARGA HORÁRIA DE 20H SEMANAIS, PARA ATUAR NAS UNIDADESDE SAÚDE DO MUNICÍPIO.  
VALOR: R\$ 2.300,00 POR MÊS – TOTALIZANDO R\$ 20.700,00.  
VIGÊNCIA: O Contrato vigorará até a nomeação dos aprovados no

concurso público (itens 2, 3 e 4) ou até 31/12/2015.  
RECURSOS: projeto/atividade n. 2.043 - Elemento n. 339000.  
Signatários: Alceu Mazzioni e Michele Breansini.  
Cordilheira Alta, SC, em 06/04/2015.

**EXTRATO CONTRATO ADM. 09/2015 FMS**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 09/2015 FMS  
Processo Administrativo n. 50/2015  
Dispensa de Licitação n. 16/2015  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA – SC  
CONTRATADA: EVANDRO THESING  
Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de profissional para prestação de serviços farmacêuticos, pelo período de 02 meses, a ser prestado na unidade de saúde do Bairro Rosa Linda, com carga horária de 40h semanais, cumpridas de segunda e sexta feira.  
VALOR: R\$ 6.320,00  
VIGÊNCIA: O contrato terá vigorará por 90 (noventa) dias .  
RECURSOS: projeto/atividade n. 2.019 - Elemento n. 339000.  
Signatários: Alceu Mazzioni e Evandro Thesing.  
Cordilheira Alta, SC, em 09/04/2015.

**EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº 020/2015**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 020/2015  
Processo Administrativo n. 39/2015  
Pregão Presencial n. 20/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC  
CONTRATADA: ALÔ BRASIL PESQUISAS CONSULTORIA E MARKETING LTDA ME  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE TRÊS PESQUISAS DE OPINIÃO PÚBLICA, PARA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE TODOS OS SETORES DO GOVERNO MUNICIPAL – ITEM 01 DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 8.500,00 POR PESQUISA – TOTALIZANDO R\$ 25.000,00.  
VIGÊNCIA: 31/12/2015.  
RECURSOS: projeto/atividade n. 2.002 - Elemento n. 339000.  
Signatários: Alceu Mazzioni e Pedro Pagliarini.  
Cordilheira Alta, SC, em 09/04/2015

**ATA PROCESSO 51/2015 PP 22/2015**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>  <b>CNPJ:</b> 95.990.198/0001-04 <b>R. Celso Tozzo, 27</b> <b>C.E.P.:</b> 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 18/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 32/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 32/2015 <b>Data do Processo:</b> 03/03/2015
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECHAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS RAC EM PNEUS DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 23 de Abril de 2015, às 09:19 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 32/2015, Licitação nº 18/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aberta a sessão pela pregoeira a mesma saudou os membros da equipe de apoio bem como os representantes das empresas proponentes. Analisados os documentos de credenciamento constatou-se que as quatro empresas que apresentaram os envelopes são ME ou EPP. Logo após rubricados os envelopes procedeu-se a abertura dos envelopes contendo as propostas de preço. Analisadas as propostas constatou-se que a empresa RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME apresentou os documentos de habilitação no envelope 01, ficando assim inabilitada para a fase de julgamento das propostas. As demais empresas apresentaram os documentos de acordo com o exigido no edital. Logo após passou-se para a fase de lances que resultou nos preços abaixo destacados:

**Participante: 1163 - GIARETTA PNEUS LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	CONCERTO RAC 35	un	10,00	TIPLER	0,0000	24,00	240,00
7	CONCERTO RAC 20	un	10,00	TIPLER	0,0000	16,00	160,00
8	VULCANIZAÇÃO 1400X24	un	25,00	TIPLER	0,0000	215,00	5.375,00
9	VULCANIZAÇÃO 12,5/80X18	un	12,00	TIPLER	0,0000	199,00	2.388,00
17	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 RADIAL BORRACHUDO	un	16,00	TIPLER	0,0000	468,00	7.488,00
19	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12,5/80X18 RETRO	un	8,00	TIPLER	0,0000	200,00	1.600,00
23	CONCERTOS RAC 42	un	10,00	TIPLER	0,0000	31,00	310,00
28	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,5/80/18 RETRO	un	8,00	TIPLER	0,0000	583,00	4.664,00
30	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400X24 MOTONIVELADORA	un	20,00	TIPLER	0,0000	1.130,00	22.600,00
31	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17,5X25	un	8,00	TIPLER	0,0000	1.580,00	12.640,00
34	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 BORRACHUDO RADIAL	un	16,00	TIPLER	0,0000	468,00	7.488,00
36	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000X20 COMUM	un	30,00	TIPLER	0,0000	118,00	3.540,00

**Total do Participante** → 68.493,00

**Participante: 1372 - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,4X24	un	12,00	Rubbemew	0,0000	690,00	8.280,00
3	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4X34 TRATOR AGRÍCOLA	un	10,00	Rubbemew	0,0000	274,00	2.740,00
5	CONCERTO RAC 40	un	10,00	Rubbemew	0,0000	26,00	260,00
10	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18,4X34	un	12,00	Rubbemew	0,0000	1.478,00	17.736,00
11	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14,9X24	un	10,00	Rubbemew	0,0000	920,00	9.200,00
12	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18,4X30	un	10,00	Rubbemew	0,0000	1.390,00	13.900,00
14	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 23.1/30 10 LONAS	un	4,00	Rubbemew	0,0000	2.473,00	9.892,00
15	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14,9/26	un	4,00	Rubbemew	0,0000	939,00	3.756,00
18	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14,9X24 TRATOR AGRÍCOLA	un	8,00	Rubbemew	0,0000	219,00	1.752,00
24	CONCERTOS RAC 40	un	10,00	Rubbemew	0,0000	24,00	240,00
33	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 BORRACHUDO COMUM	un	24,00	Rubbemew	0,0000	439,00	10.536,00

**Total do Participante** → 78.292,00

**Participante: 2267 - J. VACHILESKI E CIA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	RECAPAGEM DE PNEU 205/75R16 MASTER	un	4,00	VIPAL	0,0000	235,00	940,00
4	CONCERTO RAC 42	un	10,00	VIPAL	0,0000	35,00	350,00
13	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19,5X24	un	4,00	VIPAL	0,0000	1.530,00	6.120,00
16	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 COMUM BORRACHUDO	un	12,00	VIPAL	0,0000	445,00	5.340,00
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19,5X24 RETRO	un	8,00	VIPAL	0,0000	299,00	2.392,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo, 27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 18/2015 - PR**

Processo Administrativo: 32/2015  
 Processo de Licitação: 32/2015  
 Data do Processo: 03/03/2015

Folha: 2/2

**Participante: 2267 - J. VACHILESKI E CIA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
21	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 6,5X16 TRATOR AGRICOLA	un	8,00	VIPAL	0,0000	80,00	640,00
22	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 7,5X16 TRATOR AGRICOLA	un	8,00	VIPAL	0,0000	88,00	704,00
25	CONCERTOS RAC 35	un	10,00	VIPAL	0,0000	23,00	230,00
26	CONCERTOS RAC 20	un	10,00	VIPAL	0,0000	17,00	170,00
27	RECAPAGEM DE PNEU 12X16,5 BORRACHUDO RETRO	un	6,00	VIPAL	0,0000	500,00	3.000,00
29	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19,5X24 RETRO	un	4,00	VIPAL	0,0000	1.490,00	5.960,00
32	RECAPAGEM DE PNEU 17.5X25 RETRO E 2/G2/L2	un	8,00	VIPAL	0,0000	1.570,00	12.560,00
35	RECAPAGEM DE PNEU 900-20 BORRACHUDO (PNEU 900 COMUM)	un	4,00	VIPAL	0,0000	400,00	1.600,00
37	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19.5X24	un	10,00	VIPAL	0,0000	294,00	2.940,00
38	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000X20 RADIAL	un	20,00	VIPAL	0,0000	124,00	2.480,00
<b>Total do Participante ———&gt;</b>							<b>45.426,00</b>
<b>Total Geral ———&gt;</b>							<b>192.211,00</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 23 de Abril de 2015

**COMISSÃO:**

MICHELE ENDLER - ..... - Pregoeiro(a)  
 KÁTIA ANA DI DOMENICO - ..... - SECRETARIA  
 IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - ..... - MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

DORACI FRANCISCO GIARETTA - ..... - Representante  
 CLOVIS JOSE DE CASTILHO - ..... - Representante  
 MAIKON ANDREY BARTOLAMEY - ..... - Representante  
 MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI - ..... - Representante

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### ATA DE CANCELAMENTO DA TOMADA DE PREÇO Nº06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2015  
TOMADA DE PREÇO Nº 06/2015

ATA DE CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015, TOMADA DE PREÇO Nº06/2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos onze dias do mês de maio de Dois Mil e Quinze, às 15h30min, sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar a anulação do referido processo licitatório, sendo que da análise do processo licitatório verificou-se que após a inabilitação das empresas GROSSI & PILATI BOITA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PACKER & NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, MARTINS ASSESSORIA E AUDITORIA FISCAL SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP (folhas 275 e 276) não foi concedido o prazo para que as mesmas apresentassem recurso. Desta forma diante do descumprimento do dispositivo legal previsto na lei 8.666/93 entendemos prudente a anulação do processo licitatório nº 33/2015. Nada mais havendo a tratar a encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação e publicada no site da prefeitura.

Coronel Freitas (SC), 11 de maio de 2015

MARCELO J. RITTER	CASIANE F. CARVALHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO	MEMBRO

PAULO C. STRADA	FLAVIA ROLIM DE MOURA
MEMBRO	MEMBRO

LUIS CARLOS OSS  
MEMBRO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 26/2015

Objeto: A AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO DE COMBATE À INCÊNDIO, ZERO QUILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL; ANO DE FABRICAÇÃO E ANO DE MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO ANO DE 2015 CONFORME ANEXO D

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelopes: até as 14:30 horas do dia 26/05/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 14:30 horas do dia 26/05/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 12 de maio de 2015

Mauri J. Zucco  
Prefeito Municipal

### PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 50/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2015

Contratado: AIRTON KERBES ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA ELEBORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Valor: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

Vigência: 31/12/2015

# Corupá

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 03/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 03/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas no período de 11 de maio a 13 de maio de 2015, no horário compreendido, das 8 às 12 horas, na Secretaria Municipal de Saúde de Corupá, as inscrições de candidatos para provimento de vagas específicas na Administração Municipal, na área de Saúde para o ano de 2015, regendo-se pelas disposições do presente Edital.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – Este Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para preenchimento das vagas criadas por tempo determinado e reger-se-á pela Legislação em vigor (Lei Complementar Municipal 014/09 de 15/12/2009), sendo o vínculo de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência (INSS).

#### 2 – DAS INSCRIÇÕES:

2.1 – Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração, pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes específicos para este Processo Seletivo, devendo o procurador entregar, além dos documentos exigidos, o instrumento de procuração original.

2.2 – O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na Ficha de Inscrição, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.

2.3 – Em ocorrendo divergência entre o cargo indicado na procuração e o cargo indicado na Ficha de Inscrição, será considerado o que constar da Ficha de Inscrição.

2.4 – O candidato deverá preencher na ficha de inscrição o código do cargo que pretende atuar, munidos da documentação relacionada no item 3 e mediante preenchimento e entrega da Ficha de Inscrição, conforme modelo Anexo I.

2.5 – No ato da inscrição o candidato receberá seu respectivo comprovante de inscrição devidamente assinado pelo atendente.

2.6 – A inscrição só terá validade se o comprovante estiver devidamente assinado.

2.7 – É vedada a inscrição de ex-servidores públicos (federal, estadual ou municipal) que tenham sido demitidos a bem do serviço público, por abandono de cargo, bem como aqueles exonerados em estágio probatório em razão de inaptidão para o cargo.

2.8 – Se houver inscrição de candidatos na situação mencionada no parágrafo anterior, o mesmo terá sua contratação rescindida.

#### 3 – DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

3.1 – São condições para a inscrição:

a) Preencher corretamente a Ficha de Inscrição do Processo Seletivo, prevista no Anexo I;

b) Ser brasileiro nato ou naturalizado;

c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até o último dia da inscrição;

d) Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

e) Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

f) Apresentar fotocópia da Cédula de Identidade (frente e verso);

g) Apresentar fotocópia do CPF;

h) Apresentar fotocópia do Comprovante de Residência (Conta de água, Telefone ou Luz), ou o candidato deverá apresentar como prova para comprovar a residência, declaração prevista no Anexo II;

i) Apresentar fotocópia do Comprovante de Escolaridade, conforme a exigência do cargo;

j) Apresentar declaração de tempo de serviço;

k) Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;

l) Conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

3.2 – As inscrições serão homologadas e publicadas na data provável de 18 de maio de 2015.

#### 4. DAS PROVAS E DE SEU LOCAL DE REALIZAÇÃO:

4.1 – Para o cargo de Médico Ginecologista não haverá prova prática e escrita. A classificação será pela comprovação de escolaridade e

comprovação do tempo de serviço na área, até 30 de abril 2015, entregues no ato da inscrição.

#### 5. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 As listagens de classificação serão afixadas no mural da Prefeitura a partir de 19 de maio de 2015 e na Secretaria Municipal de Saúde.

#### 6. DA VAGA, FUNÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E GRAU DE ESCOLARIDADE:

6.1 – A vaga e sua distribuição estão definidos, conforme quadro abaixo. A vaga é para cadastro reserva, não gerando ao município a obrigação da contratação.

	Cargo	Salário	Carga horária	Grau de Escolaridade
CR*	Médico Ginecologista	R\$ 6.193,09	20h	Curso superior na área com registro no CRM.

\*CR = Cadastro reserva

Adicional de auxílio alimentação para carga horária de 20 a 29 R\$ 143,00.

#### 7. DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1 – A classificação do cargo de Médico Ginecologista será pela formação e tempo de serviço na função.

7.2 – O critério de desempate será o de idade, prevalecendo o candidato que tiver maior idade.

#### 8. DO APROVEITAMENTO:

8.1. Os candidatos classificados serão convocados para atender as necessidades que surgirem no Município de Corupá.

8.2. Para efeitos de aproveitamento, serão respeitadas as listagens de classificação decorrentes de editais anteriores a este, dentro de sua validade.

8.3. As contratações serão efetuadas conforme necessidade do Município de Corupá, por tempo determinado, podendo ser prorrogado ou pelos prazos previstos na Lei Complementar nº 014/09.

#### 9. DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO:

9.1. Na admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Habilitação;
- Quitação com obrigações militares e eleitorais;
- CPF e título de eleitor;
- Carteira de Trabalho;
- Conta Corrente na Caixa Econômica Federal;
- Comprovante de residência;
- Certidão de Nascimento dos filhos.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1. A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição na Secretaria de Saúde;

10.2. Não será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, porém por procuração, a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição;

10.3. O processo seletivo de que trata este edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

10.4. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo;

10.5. A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação;

10.6. A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será de (01) um ano.

Corupá, 08 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO GEAN LUNELLI  
ASSESSOR JURÍDICO

#### ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO: EDITAL 03/2015

Número de inscrição: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

I – Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Data Nasc.: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ No de Dependentes: \_\_\_\_\_

Portador de Necessidade Especial: ( ) Não ( ) Sim.

Qual ? \_\_\_\_\_

## II – Endereço

Rua/Avenida: \_\_\_\_\_ Número: \_\_\_\_\_ Apto \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

## III - Habilitação Profissional

( ) Curso Superior em: \_\_\_\_\_

## IV- Tempo de Serviço

Anos	Meses	Dias

Corupá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Assinatura do responsável pela inscrição

Assinatura do candidato

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015		
Nome do Cargo		
Nome do (a) Candidato (a):		
Portador de Necessidade Especial Sim Não	Qual:	
Corupá(SC) / /	Assinatura do Candidato: (Obs: A Assinatura deverá ser igual a constante na identidade)	Responsável pelo Recebimento - Prefeitura Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Declaramos para fins de comprovação de Residência a Comissão Executora do Teste Seletivo do Município de Corupá/SC, que \_\_\_\_\_

(Nome do Declarante)

portador do CPF nº \_\_\_\_\_ Carteira de Identidade \_\_\_\_\_, reside no Bairro \_\_\_\_\_ deste Município, e demonstra ser uma pessoa idônea e merecedora de inteira confiança desta Comunidade.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Corupá (SC), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura declarante

# Curitibanos

## PREFEITURA

### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÚMERO DA ATA: 42/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	PREGÃO PRESENCIAL	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	Nr.: 84/2015 - PR	
CNPJ: 83.754.044/0001-34	Processo Administrativo:	84/2015
Rua Coronel Vidal Ramos, 860	Processo de Licitação:	84/2015
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC	Data do Processo:	22/04/2015

#### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 42/2015 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA E MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

NA DATA DE 12/05/2015 VERIFIQUEU-SE QUE A EMPRESA FIBROBECKER IND. SINAL. E TINTAS LTDA PROTOCOLOU SEUS ENVELOPES, CONFORME PROTOCOLO SOB Nº 0000002074 ÀS 15:49 NO DIA 12/05/2015, SENDO A MESMA CONSIDERADA DESCLASSIFICADA POR PROTOCOLAR SEUS ENVELOPES APÓS O APRAZADO.

Curitibanos, 12 de Maio de 2015

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - ..... - Pregoeiro(a)

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: AQUISIÇÃO DE GRADES, PINTADAS E INSTALADAS, CANTONEIRAS EM FERRO 3/4 E FERRO REDONDO 3/8, PARA INSTALAÇÃO NO PRONTO ACOLHIMENTO, CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, UNIDADE BÁSICA SÃO FRANCISCO E ARMAÇÃO DE GRADE PARA AR CONDICIONADO DAS UNIDADES DE SAÚDE, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 26/05/2015, às 09H00, e início da sessão do Pregão no dia 26/05/2015, às 09h30 no auditório da Prefeitura Municipal de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitibanos, 05 de ABRIL de 2014.

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário Mun. Saúde

Gabriela Q. Almeida Martarello  
Pregoeira

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para CONFECÇÃO DE BLOCOS DE AUTO DE RETIRADA DE VEÍCULOS PARA USO DA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 25/05/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 25/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 12 de Maio de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### DECRETO 5396 2015 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARTE DO LOTE 112 DA GLEBA 04 DECRETO Nº 5396/2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL SEDIADO NESTE MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, prefeito municipal de Dionísio Cerqueira, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, a Constituição Federal, o Decreto-Lei nº. 3.365/41 e a Lei nº 9.785, de 1999, Arts. 1º; 5º, Letra "j" e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Considerando o próspero e racional crescimento do Setor Industrial deste Ente Federado;

Considerando a falta de espaços físicos para abrigar novas indústrias bem como, à aquelas existentes que necessitam ampliar suas atividades;

Considerando o desenvolvimento Econômico e Social do Município; e,

Considerando o relevante interesse público municipal na questão,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, via amigável ou judicial, parte do imóvel constantes deste ato em conformidade com o disposto no Mapa e Memorial descritivo integrante deste ato, concernente a Parte do lote Rural 112, Imóvel: Tracutinga Gleba 04 que passando a denominar-se Lote 112C, segundo Matrícula nº. 6152, Livro 2, do Registro Geral, da Comarca de Dionísio Cerqueira/SC., com Área de 200108,33 m², sendo NOROESTE: com o lote 170; NORDESTE: com o restante do lote rural 112; SUDESTE: Com parte restante do lote rural 112; e, SU-DOESTE: com parte restante do lote rural 112, , conforme segue:

è Inicia-se no Marco M39, georreferenciado ao Sistema Geodésico, elipsoide SIRGAS2000, tendo como DatumGRS1980, MC -51°00'00.000000", coordenadas Plano Retangulares, Sistema UTM: N = 7092272,3873 e E=240787,3369. Do vértice M1 segue-se até o vértice M1(N = 7092531,8267; E = 241039,0752) com azimute de 44°08'13" e distância de 361,50 m. Do vértice M1 segue-se até o vértice M2(N = 7092226,7406; E =241433,0361) com azimute de 127°45'16" e distância de 498,28 m. Do vértice M2 segue-se até o vértice M3(N= 7091964,2006; E = 241218,5314) com azimute de 219°15'00" e distância de 339,03 m. Do vértice M3segue-se até o vértice M4(N = 7091966,5163; E = 241206,2347) com azimute de 280°39'52" e distância de12,51 m. Do vértice M4 segue-se até o vértice M5(N = 7091969,8673; E = 241188,4395) com azimute de280°39'52" e distância de 18,11 m. Do vértice M5 segue-se até o vértice M6(N = 7091972,6568; E =241173,6447) com azimute de 280°40'39" e distância de 15,06 m. Do vértice M6 segue-se até o vértice M7(N= 7091975,8650; E = 241156,6942) com azimute de 280°43'02" e distância de 17,25 m. Do vértice M7,segue-se até o vértice M8(N = 7091978,6923; E = 241141,8081) com azimute de 280°45'15" e distância de 15,15 m. Do vértice M8 segue-se até o vértice M9(N = 7091981,9583; E = 241124,9201) com azimute de280°56'44" e distância de 17,20 m. Do vértice M9 segue-se até o vértice M10(N = 7091984,8650; E =241111,1944) com azimute de 281°57'25" e distância de 14,03 m. Do vértice M10 segue-se até o vérticeM11(N = 7091986,7537; E = 241102,9809) com azimute de 282°56'59" e distância de 8,43 m. Do vértice M11, segue-se até o vértice M12(N = 7091992,8890; E = 241080,4959) com azimute

de 285°15'44" e distância de23,31 m. Do vértice M12 segue-se até o vértice M13(N = 7091994,3198; E = 241075,9806) com azimute de287°34'58" e distância de 4,74 m. Do vértice M13 segue-se até o vértice M14(N = 7091996,2774; E =241070,3634) com azimute de 289°12'49" e distância de 5,95 m. Do vértice M14 segue-se até o vértice M15(N= 7091999,2803; E = 241062,6331) com azimute de 291°13'45" e distância de 8,29 m. Do vértice M15segue-se até o vértice M16(N = 7092002,4420; E = 241055,0889) com azimute de 292°44'16" e distância de 8,18 m. Do vértice M16 segue-se até o vértice M17(N = 7092005,9711; E = 241047,4194) com azimute de294°42'33" e distância de 8,44 m. Do vértice M17 segue-se até o vértice M18(N = 7092009,6734; E =241040,1167) com azimute de 296°53'04" e distância de 8,19m. Do vértice M18 segue-se até o vértice M19(N= 7092014,4531; E = 241031,3730) com azimute de 298°39'46" e distância de 9,97 m. Do vértice M19segue-se até o vértice M20(N = 7092018,9565; E = 241023,8225) com azimute de 300°48'48" e distância de 8,79 m. Do vértice M20 segue-se até o vértice M21(N = 7092027,9970; E = 241010,4284) com azimute de304°01'04" e distância de 16,16 m. Do vértice M21 segue-se até o vértice M22(N = 7092036,2265; E =240999,6292) com azimute de 307°18'33" e distância de 13,58 m. Do vértice M22 segue-se até o vértice M23 distância de 14,365 m. Do vértice M23 segue-se até o vértice M24(N = 7092056,4061; E = 240977,5543) com azimute de 313°56'04" e distância de15,56 m. Do vértice M24 segue-se até o vértice M25(N = 7092069,6106; E= 240964,9051) com azimute de316°13'50" e distância de 18,29 m. Do vértice M25 segue-se até o vértice M26(N = 7092084,8779; E =240951,1399) com azimute de 317°57'42" e distância de 20,57 m. Do vértice M26 segue-se até o vérticeM27(N = 7092102,4689; E = 240935,6020) com azimute de 318°32'47" e distância de 23,47 m. Do vértice M27, segue-se até o vértice M28(N = 7092121,1986; E = 240919,4029) com azimute de 319°08'38" e distância de24,76 m. Do vértice M28 segue-se até o vértice M29(N = 7092143,5586; E = 240900,2563) com azimute de319°25'37" e distância de 29,44 m. Do vértice M29 segue-se até o vértice M30(N = 7092166,3986; E =240880,4046) com azimute de 319°00'14" e distância de 30,26 m. Do vértice M30 segue-se até o vértice M32(N = 7092181,4881; E = 240867,3779) com azimute de 319°11'46" e distância de 19,94 m. Do vértice M32, segue-se até o vértice M33(N = 7092191,5289; E = 240858,6978) com azimute de 319°09'26" e distância de13,27m. Do vértice M33 segue-se até o vértice M34(N = 7092204,2125; E = 240847,7538) com azimute de319°12'39" e distância de 16,75 m. Do vértice M34 segue-se até o vértice M35(N = 7092217,5515; E =240836,2350) com azimute de 319°11'17" e distância de 17,62 m. Do vértice M35 segue-se até o vérticeM36(N = 7092230,6762; E = 240825,0024) com azimute de 319°26'31" e distância de 17,28 m. Do vértice M36 segue-se até o vértice M37(N = 7092246,4704; E = 240811,3856) com azimute de 319°14'03" e distância de 20,85 m. Do vértice M37 segue-se até o vértice M38(N = 7092261,9880; E = 240797,2220) com azimute de317°36'43" e distância de 21,01 m. Finalmente segue-se até o vértice M39 (Início da descrição) com azimute de316°27'07" e distância de 14,348 m, fechando assim o polígono acima descrito com uma área de 200108,33 m².

Art. 2º O imóvel declarado de utilidade pública através do presente ato será utilizado para a ampliação das áreas dos Distritos Industriais deste Ente Federado.

Art. 3º Fica determinado a Chefia de Gabinete do Município, o encaminhamento de cópia do respectivo ato às partes interessadas, notificando-as quanto aos procedimentos legais a serem adotados pela Administração Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 12 DE MAIO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 12/05/2015.

ARIEL DA SILVA

Secretario Municipal

### **GABARITO PRELIMINAR TESTE SELETIVO Nº 001/2015**

GABARITO PRELIMINAR

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Marilene de Mello Chitolina, vem por meio deste, DIVULGAR O GABARITO PRELIMINAR aos interessados, inscritos no Processo Seletivo nº 001/2015, conforme abaixo:

#### **RESULTADO DO GABARITO TESTE SELTIVO 001/2015**

01	B	11	A
02	C	12	D
03	B	13	B
04	A	14	B
05	D	15	C
06	C	16	D
07	B	17	A
08	D	18	D
09	A	19	B
10	B	20	D

Dionísio Cerqueira-SC, 12 de maio de 2015.

MARILENE DE MELLO CHITOLINA

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

**\*EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 22/2015.**

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 22/2015.

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL, tipo "Maior Percentual de Desconto" por item, para CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA OU DROGARIA, VISANDO O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES ATENDIDAS PELA ASSISTENCIA SOCIAL OU BENEFICIARIAS POR DETERMINAÇÕES JUDICIAIS, ATRAVES DO CRITÉRIO DE MAIOR ÍNDICE DE DESCONTO SOBRE A TABELA DE MEDICAMENTOS DA REVISTA ABCFARMA VIGENTE PARA O EXERCÍCIO DE 2015, conforme especificado no Objeto e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 29/05/2015. Hora: 09h00min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 29/05/2015 Hora: 09h30min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 07 de Maio de 2015..

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

\*republicação por incorreção no texto anterior.

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### **EXTRATO 1 CONTRATO\_ CLÉDIO VANZELLA - MARMITAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0056/2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Clélio Antonio Vanzella e Cia Ltda Me  
Objeto: Aquisição de marmitas (almoço) para funcionários da secretaria de infraestrutura e transportes de Faxinal dos Guedes.  
Valor: R\$ 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos reais)  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0017/2015.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de maio de 2015.  
GERALCI JOÃO AMPOLINI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### **EXTRATO ADT 1º AGROTER - MÃO DE OBRA PEDREIRO SOCIAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Agroter Construtora Ltda  
Objeto: Contratação de empresa com profissional qualificado para a prestação de serviços de pedreiro e carpinteiro.  
Número do Contrato: 0081/2014  
Primeiro Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0043/2014 na Modalidade Pregão Presencial nº 0022/2014 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 08 de maio de 2015.  
GERALCI JOÃO AMPOLINI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### **EXTRATO ADT 1º CDIP CHAPECÓ - SUPRESSÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes  
CONTRATADA: CDIPSUL – clínica de diagnósticos por imagem do sul Ltda  
Objeto: Prestação de exames em diversas áreas pelo credenciado.  
Número do Contrato: 0029/2015  
Primeiro Termo Aditivo: Aditivo de supressão  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0019/2014 na Modalidade inexigibilidade de licitação N.º 0008/2015 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2015.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

### **EXTRATO ADT 1º CDIP PATO BRANCO - SUPRESSÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes  
CONTRATADA: CDIPSUL – clínica de diagnósticos por imagem do sul Ltda  
Objeto: Prestação de exames em diversas áreas pelo credenciado.  
Número do Contrato: 0030/2015  
Primeiro Termo Aditivo: Aditivo de supressão  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0020/2014 na Modalidade inexigibilidade de licitação N.º 0009/2015 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2015.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

### **EXTRATO ADT 1º LUIZ POMPERMAYER - ALUGUEL BIBLIOTECA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Locador: Município de Faxinal dos Guedes  
Locatário: Luiz Alberto Pompermayer  
Objeto: Locação de imóvel destinado as atividades e funcionamento da secretaria de educação e cultura.  
Número do Contrato: 0082/2014  
Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência e valor  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0052/2014 na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0006/2014 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2015  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### **EXTRATO ADT 1º PRÉ MOLDADOS OESTE - MEIO FIO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Pré Moldados Oeste Ltda Me  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de meio fio pré moldado 0,08 x 0,10 x 0,28 x 1,00 para o município de Faxinal dos Guedes.  
Número do Contrato: 0083/2014  
Primeiro Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0045/2014 na Modalidade Pregão Presencial nº 0024/2014 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### **RETIFICAÇÃO DE 1 EDITAL LEILÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL – TOMADA DE PREÇOS 0002/2015– PROCESSO LICITATÓRIO 0035/2015.

O MUNICÍPIO de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de TOMADA DE PREÇOS 0002/2015, que trata da “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB”, está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação.

Fica alterado o item 3 do edital.

ONDE LE-SE:

#### **3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 - Somente poderão participar desta licitação empresas regularmente constituídas, que se encontrem devidamente cadastradas junto ao setor de registro cadastral do município, possuidores de Certificado de Registro Cadastral – CRC, ou que comprovem, junto ao referido órgão, atendimento a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das documentações e propostas estabelecidas neste Edital.

LEIA-SE:

#### **3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 - Poderão participar desta licitação PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, HABILITADAS, regularmente constituídas, que se encontrem devidamente cadastradas junto ao setor de registro cadastral do município, possuidores de Certificado de Registro Cadastral – CRC, ou que comprovem, junto ao referido órgão, atendimento a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das documentações e propostas estabelecidas neste Edital.

AS DATAS PARA O RECEBIMENTO DO ENVELOPE DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA FICA ALTERADAS PARA DIA 29/05/2015 AS 09:00 HORAS

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Faxinal dos Guedes, 12 DE MAIO de 2015.

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2014

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE AGÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO: PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO § 1º DO ART. 2º DA Lei 12.232/10.

Às quinze horas do dia onze do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para receber os dados do julgamento técnico do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo acusou aos demais presentes o recebimento do resultado técnico julgado pela "Subcomissão Técnica" conforme itens 5.4.1 e 5.4.2 do edital, apenas com a nomenclatura de: EMPRESA 01, EMPRESA 02, EMPRESA 03, EMPRESA 04, EMPRESA 05, EMPRESA 06 e EMPRESA 07. Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 03 – Da Proposta Técnica Primeira e Segunda Parte das licitantes ÚNICA COMUNICAÇÃO E ASSOCIADOS LTDA, DMPA COMUNICAÇÕES, CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITÁRIA LTDA, ALVO GLOBAL PUBLICIDADE E PROPAGANDA, EZCUZÊ PROPAGANDA, RD12 PUBLICIDADE E PROPAGANDA e ARILTON AMADOR PROPAGANDA para cotejo das vias identificadas e não identificadas para as 14:00 horas do dia 13 de maio de 2015, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 11 de maio de 2015.

VALDECIR TISCOSKI Presidente da Comissão de Licitação	KEND BERNARDO TROMBIM Membro da Comissão
RENATA PEREIRA FRITZEN Membro da Comissão	

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/FMS/2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
(REGISTRO DE PREÇO)

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 17/FMS/2015;

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa para a aquisição de máquinas de lavar junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de maio de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) ou [licitacoes@forquilha.sc.gov.br](mailto:licitacoes@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha, 12 de maio de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

### DECRETO Nº 088 , DE 08 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 088 , DE 08 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL NAS FUNÇÕES DO MAGISTÉRIO, COM PROVENTOS INTEGRAIS A SORAIA ELIZABETH CRUZ ALVES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, inciso I da Lei Orgânica

Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo Nº 047/2015 e de conformidade com o art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1325/2007.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição especial nas funções do magistério com proventos integrais a SORAIA ELIZABETH CRUZ ALVES, brasileira, casada, nascida em 07/08/1964, portadora do CPF nº 454.658.359-15, Carteira de Identidade nº 1.523.463/SSP/SC, CTPS nº 01235/000055-SC, PASEP 121.20654.61-3, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, matrícula nº 267, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA	
1- RENDA MENSAL INICIAL	R\$ 1.637,52
2- FATOR DE PROPORCIONALIDADE	100,00%
3- VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL	R\$ 1.637,52
4- TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGURADA (=) tempo total líquido até 10/04/2015	26 anos e 13 dias
TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição Especial nas Funções do Magistério com proventos integrais, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1.325/2007.	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de maio de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 08 de maio de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 2.090, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

LEI Nº 2.090, DE 12 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR O BEM IMÓVEL QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado desafetar e alienar os seguintes imóveis:

- um terreno, com área de 353,77m<sup>2</sup>, localizado na Rua Francisco Back, Bairro Santa Isabel, lote nº 08 da quadra "c", matrícula nº 118, do Ofício de Registro de Imóveis da de Forquilha;
- um terreno, com área de 355,00m<sup>2</sup>, localizado na Rua Manoel Almerindo Costa, Bairro Santa Isabel, lote nº 07 da quadra "c", matrícula nº 8.101, do Ofício de Registro de Imóveis da de Forquilha;
- um terreno, com área de 355,75m<sup>2</sup>, localizado na Rua Manoel Almerindo Costa, Bairro Santa Isabel, lote nº 09 da quadra "c", matrícula nº 8.102, do Ofício de Registro de Imóveis da de Forquilha;
- um terreno com área de 350,91m<sup>2</sup>, localizado na Rua Francisco Back, Bairro Santa Isabel, lote nº 10 da quadra "c", matrícula nº. 8.103, do Ofício de Registro de Imóveis da de Forquilha.

Art. 2º Concretizadas as alienações, serão procedidas as devidas baixas no Inventário dos bens patrimoniais do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de maio de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de maio de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 2.091, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

LEI Nº 2.091, DE 12 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À EMPRESA RN ALUMÍNIOS BRASIL LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar área de terra à RN ALUMÍNIOS BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 17.221.210/0001-02, correspondente ao terreno urbano, situado no bairro Vila Lourdes, Município e Comarca de Forquilha/SC, localizado no lado par da Rua 172, distante 151,33 metros da esquina com a Rua Bernadette Herdt Warmiling, corresponde ao lote 04B, da quadra D, do desmembramento Núcleo Industrial VI, com a área de 13.402,44m<sup>2</sup> (treze mil e quatrocentos e dois metros e quarenta e quatro décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Norte: 153,58 metros com lote 04A, da quadra D, do desmembramento Núcleo Industrial VI; Sul: 152,69 metros com a Área de Utilidade Pública; Leste: 87,40 metros com Afonso Back e Oeste: 87,61 metros com a Rua 172, da matrícula nº 5.910, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha.

Parágrafo único. O imóvel ora doado se destina à implantação de parque fabril da Empresa, cujo objeto social é a fundição e usinagem de peças e alumínio, fundição de metais não-ferrosos e suas ligas, fundição de ferro e aço, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária local ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra, demonstrando aspectos pré-falimentares;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta Lei e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º São concedidos os estímulos fiscais de que trata o artigo 2º e seus incisos da Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de maio de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de maio de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 01, DE 08 DE MAIO DE 2015.**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 01, DE 08 DE MAIO DE 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA/SC. - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE FORQUILHINHA – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Forquilha/SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009 e suas alterações e, considerando as deliberações, e a aprovação por unanimidade, dos membros deste Conselho presentes na Assembleia Ordinária, realizada no dia 14 de abril de 2015, em sua sede localizada na Avenida 25 de julho, nº 2735 Centro – Forquilha. E considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no art. 33 e seguintes, da Lei Municipal 1.488/2009, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Forquilha/SC, e dá

outras providências.

#### RESOLVE:

##### 1 Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

##### 2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1.488, é assegurado o direito a:

I – vencimento de R\$ 1.369,45 (um mil trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II – cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – licença-maternidade;

V – licença-paternidade;

VI – gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h às 17h.

2.5.1 Plantão noturno das 17h às 8h do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, nos termos do respectivo regimento interno, sendo vedado toda e qualquer forma de compensação e ou folga ausentando-se no horário do atendimento.

##### 3. Do Processo de Escolha

###### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 11/05/2015 a 16/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento (08:00 às 12:00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Avenida 25 de julho, nº 2736, Centro – Espaço Cidadão –Forquilha.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I – Reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II – Idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III – Residir no município, demonstrada por comprovante de residência do mês anterior à publicação deste Edital;

IV – Conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma

de Conclusão do Ensino Médio.

V – Outros requisitos previstos em Lei Municipal. 1488, de 28 de outubro de 2009 como:

a) Ser inscrito como eleitor no Município;

b) Não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar; e

c) Ser aprovado em prova de conhecimento básicos de Língua Portuguesa, de Direito da Criança e do Adolescente e na prova prática de informática, nos termos deste Edital;

3.1.2.1 Para fins de avaliação da idoneidade moral consideram-se as certidões emitidas no Cartório Cível e Criminal da Comarca de Forquilha, Estado de Santa Catarina;

3.1.2.2 O requerimento de inscrição, conforme anexo I do presente Edital instruído com a prova de atendimento aos requisitos legais, deverá ser protocolado até o último dia do prazo de inscrição, estabelecido no item 3.1.1 deste edital, com a assinatura do candidato.

3.1.2.3 O comprovante de residência estabelecido no inciso III do presente artigo será mediante fatura de luz, água ou telefone, em nome do candidato, ou declaração com firma reconhecida do proprietário do imóvel.

3.1.2.4 Além dos comprovantes estabelecidos nos I, III, IV e V, na entrega do requerimento de inscrição (Anexo I) o candidato deverá apresentar cópia dos documentos abaixo especificados, acompanhados dos originais, para conferência ou devidamente autenticados em cartório:

I) Carteira de identidade;

II) Título de Eleitor;

III) CPF;

IV) Registro Civil - Certidão de Nascimento ou Casamento atualizado;

V) Certificado Militar, para o sexo masculino;

VI) Comprovante de quitação eleitoral da última eleição (outubro/2014).

3.1.2.5 O candidato que apresentar documentação incompleta, não terá sua inscrição aceita.

3.1.2.6 Após a data e horário fixado do item 3.1.1 deste Edital para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

3.1.2.7 Serão impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro, sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados, cunhadas, durante o cunhadio, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, padrasto, madrastra e enteado e/ou correspondentes da união estável;

3.1.2.8 Estende-se o impedimento do conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

3.1.3 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.4 A entrega dos documentos do candidato poderá ser realizada mediante instrumento ou procuração pública com firma reconhecida.

3.1.4.1 Na hipótese de inscrição por procuração pública, deverá ser apresentada, além dos documentos do candidato, a fotocópia do documento de identidade do procurador.

3.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

###### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 22/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 23/06/2015 a 29/06/2015, no horário de atendimento ao público

(08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 08/07/2015 a 14/07/2015, no horário de atendimento ao público (08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 15/07/2015.

3.2.2.3 Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

3.2.2.4 Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

3.2.3 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

### 3.3 Da prova

3.3.1 Aos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será aplicada uma prova de conhecimento básicos de Língua Portuguesa, de Direito da Criança e do Adolescente e uma prova prática de informática, nos termos deste Edital.

3.3.2 Será facultada ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente a contratação de profissionais para elaboração e correção da prova.

3.3.2.1 Será atribuição da Comissão Especial Eleitoral nomeada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente a aplicação da prova a que se refere o caput deste item.

3.3.2.2 É proibido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, sendo vedada a utilização de qualquer meio de comunicação audiovisual durante a realização da prova.

3.3.2.3 Todo material pessoal que acompanhe o candidato, será entregue ao fiscal de sala que o lacrará na sua presença colocando-o em lugar visível, sendo devolvido ao final da prova.

3.3.3 A prova de caráter eliminatório conterá questões de múltipla escolha sobre os conteúdos programático listados no edital de convocação.

3.3.3.1 A prova escrita e prática estabelecida neste Edital obedecerá aos seguintes critérios:

I) A prova será relativa ao conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, conhecimentos básicos de informática e língua portuguesa, de caráter eliminatório, a ser formulada por profissionais designados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurado prazo para interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados;

II) A Prova Escrita será do tipo múltipla escolha, com 20 (vinte) questões objetivas sendo 10 de língua portuguesa e 10 (dez) de conhecimentos específicos na respectiva área de Conselheiro Tutelar, no formato de 3 (três) alternativas de resposta "a" a "c", cada questão, das quais apenas uma deverá ser assinalada e a nota final, na escala de zero a dez, será determinada de acordo com a seguinte equação:  $NF = (NA \times 1,0)$ , onde NA representa o número de acertos da prova.

III) Além da Prova Escrita, terá Prova Prática, que será na escala de zero a dez, e tem por objetivo verificar a adequação das habilidades técnicas do candidato às tarefas e condições da função para o cargo.

IV) Será eliminado o candidato que não obtiver nas provas as notas: Conhecimentos Específicos = 5 (cinco), Língua portuguesa = 3 (três) e Prova Prática = 3 (três).

V) A nota final será a média das notas das provas, considerando-se peso 5 (cinco) para a prova escrita de conhecimentos específicos,

peso 2,5 (dois vírgula cinco) para a prova escrita de língua portuguesa e peso 2,5 (dois vírgula cinco) para a prova prática, calculando-a mediante a seguinte equação:  $Nota\ final = Nota\ de\ Conhecimentos\ Específicos \times Peso\ 5\ (cinco) + Nota\ da\ Língua\ Portuguesa \times Peso\ 2,5\ (dois\ vírgula\ cinco) + Prova\ Prática \times Peso\ 2,5\ (dois\ vírgula\ cinco)$  dividido por 10;

VI) Somente será considerado habilitado na prova o candidato que obtiver Nota Final igual ou superior a 06 (seis) pontos;

VII) A classificação será realizada por cargo, em ordem decrescente da Nota Final;

VIII) O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade;

IX) Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato;

X) Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses;

XI) No caso de empate na classificação, terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

a) Candidato mais idoso;

b) Candidato com maior encargo familiar;

c) permanecendo o empate, será realizado um sorteio na presença dos empatados.

XII) O conteúdo programático da prova será conforme previsto no anexo II.

3.3.4 Estará apto a concorrer às eleições do Conselho Tutelar o candidato que obtiver nota mínima igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da prova.

3.3.5 A divulgação do resultado da prova dos candidatos habilitados ao Pleito será publicada através de edital no Diário Oficial do Município na data que consta no calendário eleitoral.

3.3.6 Do resultado da prova, caberá recurso à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município, do Distrito Federal ou meio equivalente.

3.3.6.1 3.3.7 O recurso deverá ser entregue na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Avenida 25 de julho, nº 2736, Centro – Espaço Cidadão –Forquilha, no horário das 8h00min às 12h00min.

3.3.5 A Comissão Especial Eleitoral do CMDCA analisará, no prazo máximo de 07 (sete) dias, os recursos interpostos referentes a prova aplicada, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.

3.3.6 O recurso não tem efeito suspensivo e não prejudicará a regular programação das Eleições.

3.3.7 A relação final dos candidatos aprovados na prova e aptos será publicada no dia 14/08/2015, no Diário Oficial do Município, do Distrito Federal ou meio equivalente, e o candidato aprovado obterá o direito a participar do processo de escolha.

### 3.4 Da Propaganda Eleitoral

3.4.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.4.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.4.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.4.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.4.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.4.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.4.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos,

doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.4.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.4.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

### 3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 no horário de 08h00min às 17h00min, nos seguintes locais:

◦ NAES – NÚCLEO AVANÇADO DE ENSINO SUPLETIVO - Localizado na Avenida 25 de julho, nº 2736, Centro, em Forquilha.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira de identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada (art. 43, na §1º, da lei 1488/09).

### 3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no

Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá escolher na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

### 3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II – Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.  
 3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.  
 3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

#### 4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 04/10/2015, em de edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

#### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1.488/09, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Forquilha/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Forquilha, 08 de maio de 2015.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHA.

#### Anexo I

#### REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

	Nº de Inscrição:	
--	------------------	--

\_\_\_\_\_ abaixo caracterizado e devidamente identificado, nos termos do Edital/CMDCA de nº 001/2015 que convoca inscrição de candidatos para o processo eleitoral dos membros do Conselho Tutelar de Forquilha/SC, REQUER inscrição como candidato para Membro do Conselho Tutelar e, para tal, apresenta os seguintes documentos:

IDENTIFICAÇÃO				
Nome:				
CPF:		Data de Nascimento:	/	/
RG:		Org. Exp.:		Data:
TELEFONES				
Celular:		Residencial:		Comercial:
ENDEREÇO				
Rua:		Nº:		
Bairro:		Cidade:		CEP:
CÓPIA DOS DOCUMENTOS EM ANEXO				
Atestado de Residência :		Atestado de Idoneidade Moral:		
Comprovante de Escolaridade:		Título de Eleitor:		
Comprovante de Quitação Eleitoral:		Carteira de Identidade:		
CPF:		Certificado de Reservista:		
Registro Civil (certidão casamento ou nascimento):				

Forquilha/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Candidato

# PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO

## PROCESSO ELEITORAL – CONSELHO TUTELAR DE FORQUILHINHA/SC

	Nº de Inscrição:				
IDENTIFICAÇÃO	Protocolo				
Nome:					
CPF:		Data de Nascimento:	/	/	
RG:		Org. Exp.:		Data:	/ /

Forquilha/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Conferente

Anexo II

O conteúdo programático da prova será:

1. Conhecimentos básicos de Língua Portuguesa: questões que possibilitem avaliar a capacidade de interpretação de texto, conhecimento da norma culta na modalidade escrita do idioma e aplicação da ortografia oficial; Acentuação gráfica; Pontuação; Classes gramaticais; Concordância verbal e nominal; Pronomes: emprego e colocação e Regência nominal e verbal.

2. Direito da criança e do adolescente: (Lei n. 8.069/90) - Doutrina da proteção integral; Política e sistema de atendimento; Conselho Tutelar e Conselho de Direitos; Fundo da Infância e Adolescência; A Justiça da infância e juventude: juízes, promotores de justiça, advogados e técnicos; Medidas protetivas e socioeducativas; Família natural; Poder familiar (Novo Código Civil); Guarda, tutela e adoção; Lei n. 12.010/09; Ato infracional; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Resoluções CONANDA: nº. 105 (Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente), nº 106 (Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente), nº 113 (Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente), nº. 116 (Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente), nº. 137 (Criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais, Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente) e nº. 139 (Criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil); e Provimento nº. 13 do CNJ (Certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam parto); Lei Estadual nº. 11.697/2001; Lei Estadual nº. 11.603/2000; Lei Estadual nº. 11.435/2000; Lei Estadual nº. 14.651/2009; Lei Municipal nº. 1488/2009 e suas alterações.

3. Prova Prática de Informática: A Prova Prática de Digitação consistirá na digitação, gravação e impressão de um texto alfanumérico, no intervalo de 7 (sete) minutos; O texto será disponibilizado ao candidato no ato da realização da prova, devendo ser digitado no mesmo formato e estética; Deverá ser utilizado o Word como editor de texto; A média é de 600 caracteres; Os pontos obtidos na prova prática de digitação com pontuação igual ou superior a 5 (cinco) serão somados aos pontos da primeira fase da classificação; Estará reprovado o candidato que na prova prática de digitação obtiver pontuação inferior a 5 (cinco) pontos. Para efeito de classificação ou desclassificação serão avaliados os fatores conforme critérios a seguir: Número de caracteres; Tempo de duração; Número de erros.

FATOR: CARACTERES	DO TEXTO	FATOR:	TEMPO	FATOR: ERRO	NOTA FINAL
Total dos caracteres	Escala de zero a dez, proporcional à quantidade de caracteres digitados.	7 minutos 6 minutos 5 minutos 4 minutos 3 minutos 2 minutos	+ 0,00 + 1,00 + 2,00 + 3,00 + 4,00 + 5,00	Serão descontados 0,05 pontos por cada erro cometido na digitação.	A+B-C=NF

## Anexo III

### Cronograma

#### CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 2015

PROVIDÊNCIA	PRAZOS
Publicação do edital	13/05
Inscrições	13/05 a 16/06
Análise das inscrições	17/06 a 19/06
Publicação dos candidatos	Até 22/06
Impugnação de candidatura	Prazo legal até 05 dias da data da publicação da relação de candidatos (23 a 29/06)
Notificação dos candidatos impugnados p/ defesa	01/07 a 02/07
Apresentação da defesa	08/07 a 14/07
Análise e decisão	15/07
Interposição de recurso	20/07 a 23/07
Aplicação da prova	26/07 – Domingo
Publicação dos candidatos a provados	14/08

Interposição de recursos referente à prova	Prazo de 07 dias da data da publicação da relação de candidatos aprovados (15/08 a 21/08)
Decisão de recursos referente à prova	Prazo de 07 dias da data da publicação da relação de candidatos aprovados (22/08 a 28/08)
Publicação dos candidatos aprovados após a decisão dos recursos	31/08
Seleção das pessoas que trabalharão no pleito; solicitação da lista de eleitores junto ao TRE; confecção das cédulas e reunião com a equipe	Até 18/09
Solicitação de apoio à polícia	Setembro
Divulgação dos locais de votação	Setembro
Eleição	04/10 – Prazo legal
Divulgação do resultado	Imediato após eleição
Posse dos eleitos	10/01/16 – Prazo legal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0062\_2015-PMF RP 0043

Aviso do Pregão Presencial nº 0062/2015 – PMF

Registro de Preços Nº 0043/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais elétricos e outros, com pedidos parcelados, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de maio a setembro de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: maio a setembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 26.05.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 12 de maio de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0063\_2015-PMF RP 0044

Aviso do Pregão Presencial nº 0063/2015 – PMF

Registro de Preços Nº 0044/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de elaboração de estudos e projetos para pavimentação de ruas, avenidas e logradouros a serem utilizadas pelo Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de junho de 2015 a maio de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: Junho de 2015 a maio de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 25.05.2015. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 12 de maio de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

### DAIANE DANIELE DOS SANTOS

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Através do presente Termo de Convocação, nos termos do artigo 133 da Lei Complementar n. 0109/2010, o Prefeito Municipal de Fraiburgo, considerando que a servidora abaixo nominada foi admitida em caráter temporário no dia 06 de abril de 2015 e que compareceu ao trabalho somente 01:00 (uma hora) neste dia, e não mais compareceu ao trabalho, CONVOCA a servidora pública municipal DAIANE DANIELE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 072.272.799-28, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 11.809, com carga horária de 40 horas semanais para retornar ao trabalho no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos a contar da publicação da presente convocação no órgão oficial do município.

Fica ciente a servidora convocada que o não comparecimento no prazo estabelecido configura abandono de emprego, sujeitando-se a pena de Demissão, nos termos da Lei n. 0109/2010, Lei nº 1220/97 e Lei 2074/2010.

Fraiburgo, 11 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 083/2015

DECRETO Nº 083, DE 12 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 083/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB os seguintes representantes

I – Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

Titular – Vice-Presidente: Rosemeri Aparecida Morsoletto Conte  
Suplente: Dulcinéia Rosa Melo

II – Representante do Poder Executivo

Titular: Patrícia Ceron Machado  
Suplente: Elton Luiz Borrachini

Titular: Francine de Souza Correa  
Suplente: João Albino de Barros

III – Representante de Pais de alunos da Educação Básica Pública Municipal

Titular: Gibrail Cordeiro  
Suplente: Janildes Aparecida Vasconcellos Kussler

Titular: Andreia Kraus dos Passos  
Suplente: Noraci da Maia Vanz

IV – Representantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA

Titular: Claudete Moraes Chaves  
Suplente: Benedito Bilik

V – Representantes dos Estudantes Educação Básica Pública

Titular: Tayana de Oliveira Jombra  
Suplente: Aline Vacario

VI – Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Hercília Maria Correa Fragoso Gemo  
Suplente: Roberto Rivelino Lemos

VII – Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Cenelândia Valim Lopes  
Suplente: Olivete Savian

**VIII – Representantes das Escolas de Portadores de Necessidades Especiais**

Titular: Teresa Alves dos Santos  
Suplente: Claudete Alves de Lima dos Santos

**IX – Representantes dos Professores**

1º ano ao 5º ano / Anos Iniciais

Titular-Presidente: Ayrir Fátima Balvedi  
Suplente: Reginaldo José de Mello

6º ano ao 9º ano / Anos Finais

Titular: Salete Leite de Souza Neves  
Suplente: Fernanda de Lima

**X – Representantes dos Professores de Educação Infantil**

Titular: Luciane Faber Didomênico  
Suplente: Gislani Angélica Pessoa de Freitas

**XI – Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos**

Titular: Maria Margarete Sovenar Marinho  
Suplente: Juliana Padilha Ribeiro  
Art. 2º. Os membros do Conselho possuem um mandato de 2 (dois) anos, a partir de 30 de abril de 2015 até 30 de abril de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 12 DE MAIO DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1124/2015**

PORTARIA Nº 1124, DE 12 DE MAIO DE 2015.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA MARTINELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 043.905.359-51, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR - NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de maio de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1125/2015**

PORTARIA Nº 1125, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; em conformidade com comunicação interna nº 0704/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NEREZIN ALVES DA ROSA SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.323.749-59, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de maio de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1126/2015**

PORTARIA Nº 1126, DE 12 DE MAIO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; em conformidade com comunicação interna nº 0705/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MISCHELI FAGUNDES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 010.058.099-84 na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de maio de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1127/2015**

PORTARIA Nº 1127, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; em conformidade com comunicação interna nº 0706/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PATRÍCIA CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.032.179-06, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1128/2015**

PORTARIA Nº 1128, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 02 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 033/2015, do Departamento de Cultura;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JORGE LUIZ RIVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 074.704.679-47, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - DANÇA, com carga horária de 30 horas semanais, no período de 03 de junho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1129/2015**

PORTARIA Nº 1129, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de CILCE LARIÉTE MELLO CORDEIRO RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º. 058.502.389-13, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1130/2015**

PORTARIA Nº 1130, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor JOAQUIM TADEU BORGES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º. 538.445.489-04, do cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1131/2015**

PORTARIA Nº 1131, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109/2010, e em conformidade com a Lei Complementar nº 046/2003; e em conformidade com a Lei Municipal nº 2143/2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOAQUIM TADEU BORGES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 538.445.489-04, no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## **RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0006 DOM\_FASE II**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0006/2015 – PMF

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de pavimentação com blocos vibroprensados de concreto (paver) e prolongamento do muro de contenção, no estacionamento do Centro Educacional do bairro das Nações, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), após transcorrido o prazo concedido à licitante L B – COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME enquadrada como microempresa para apresentação de nova documentação de habitação, a qual restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope. Desta forma, restou habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo (SC), 07 de maio de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

## **RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0006\_2015-PMF DOM**

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0006/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de pavimentação com blocos vibroprensados de concreto (paver) e prolongamento do muro de contenção, no estacionamento do Centro Educacional do bairro das Nações, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS da empresa habilitada, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a licitante L B – COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME com o valor global de R\$ 64.564,80 (sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos) ficando este igual ao valor máximo admitido, estipulado pelo Município no item 2.3 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 07 de maio de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 079/2015

DECRETO N.º 079, DE 12 DE MAIO DE 2015.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 03, DE 14 DE ABRIL DE 2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 03, de 14 de abril de 2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que "Institui Comissão Especial Eleitoral para eleição dos membros do Conselho Tutelar", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

#### Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução nº 03, de 14 de abril de 2015.

"Institui Comissão Especial Eleitoral para eleição dos membros do Conselho Tutelar."

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA - CMDCA, em cumprimento ao Art.139 da Lei nº 8.069/90, e da Lei Municipal nº 1.797/2014 e inciso I do Art. 5º, da Resolução nº 139/10 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,

#### Resolve:

Art.1º - Instituir Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 2º - Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros: Luciana de Abreu Corrêa, Cenir Grunthal Ramos, Claudia Regina Martins Nunes Pires, Itamar Duarte Junior, Gelson Rigo e Salete de Abreu Corrêa;

§1º - A Comissão Especial Eleitoral será coordenada pela presidente do CMDCA, a Sra. Luciana de Abreu Corrêa;

§2º - Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade,

até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrastra ou tios, que irão participar do processo;

§3º - Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §2º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente.

Art.3º - Compete a Comissão Eleitoral:

§1º - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

§2º - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras do processo de eleição, por parte dos candidatos ou à sua ordem;

§3º - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da prova e da votação;

§4º - Providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

§5º - Escolher e divulgar os locais de prova e votação;

§6º - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes;

§7º - Solicitar, junto ao Comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração dos votos;

§8º - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e

§9º - Resolver os casos omissos.

Art.4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 14 de abril de 2015.

Luciana de Abreu Corrêa

Presidente do CMDCA

### DECRETO Nº 080/2015

DECRETO N.º 080, DE 12 DE MAIO DE 2015.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 04, DE 06 DE MAIO DE 2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 04, de 06 de maio de 2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que "Dispõe sobre a convocação para a 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução nº. 04 de 06 de maio de 2015.

Dispõe sobre a convocação para a 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e considerando a Resolução 172 de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a deliberação do Conselho em Reunião Ordinária realizada no dia 06 de maio de 2015:

Resolve:

Art. 1º. Convocar a 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando oportunizar debates entre a sociedade civil organizada e os poderes executivo, legislativo e judiciário com objetivo de avaliar e propor ações de atendimento às crianças e adolescentes.

Art. 2º. A 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada no dia 28 de maio de 2015, nas dependências do auditório da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Pinguirito, no Município de Garopaba/ SC, das 13h às 19h.

Art. 3º. O evento terá como tema: "Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 4º. Caberá ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a adoção das providências necessárias ao cumprimento do objetivo desta Resolução.

Art. 5º. As despesas para realização da 10ª Conferência Municipal da Criança será de competência do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. A 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Garopaba, terá uma Comissão Coordenadora com a seguinte composição:

- a). Luciana de Abreu Correa - Coordenadora;
- b) Sergio Danilo Pucheta; Vice - Coordenador;
- c) Vitória Schimitsz Munaretto – adolescente;

Art. 7º. A Comissão Organizadora da 10ª Conferência deverá promover todas as atividades necessárias ao cumprimento desta Resolução especialmente nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, além de elaborar a sua programação.

Art. 8º. Os participantes da 10ª Conferência, serão divididos em três categorias:

- Delegados (as) com direito a voz e voto;
- Convidados (as) com direito a voz;
- Observadores (as) para acompanhar as discussões, com direito a voz.

Art. 9º. Poderão participar como Delegados da 10ª Conferência

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as pessoas interessadas na política para Criança e Adolescente do Município de Garopaba nas condições de:

- a) DELEGADOS NATOS – Membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e membros do Conselho Tutelar, inscritos dentro do prazo estabelecido por esta resolução;
- b) DELEGADOS CRIANÇAS E ADOLESCENTES – Os delegados crianças/ adolescentes, na faixa etária de 06 a 18 anos incompletos, devidamente inscritos;
- c) DELEGADOS ADULTOS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO - Os delegados adultos representantes do poder público, devidamente inscritos,
- d) DELEGADOS ADULTOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL - Os delegados adultos representantes da Sociedade Civil, devidamente inscritos;

§ 1º. As inscrições dos delegados para a Conferência Municipal de direitos da criança e do adolescente serão realizadas no dia 28 de maio de 2015 das 13h às 14h30min;

§ 2º. Observado o disposto no parágrafo anterior, as inscrições dos candidatos a delegados e suplentes para a Conferência Regional ocorrerão durante as oficinas.

§ 3º. No ato da inscrição o delegado deverá informar o segmento a que pertence conforme, o disposto no art. 9º, nas alíneas de "a" até "d".

Art. 10º. O desenvolvimento da Conferência reger-se-á pelo disposto em Regimento Interno que será submetido na íntegra aos participantes da Conferência para aprovação em Plenária.

Art. 11º. Fica delegado ao CMDCA a adoção de outras providências necessárias o cumprimento do objeto desta resolução.

Art. 12º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 06 de maio de 2015.

Luciana de Abreu Corrêa  
Presidente do CMDCA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 02/2015

### CONVOCAÇÃO

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei n.º 446/93, vem convocar a Sociedade Civil Organizada, órgãos governamentais, as crianças, os adolescentes e a população em geral para X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada dia 28 de maio de 2015 das 13h às 19h, no Auditório da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Pinguirito, nesta cidade.

Garopaba, 06 de maio de 2015.

Luciana de Abreu Corrêa  
Presidente do CMDCA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 13/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº020/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2015  
PMG E FMS

Ata nº. 020/2015; Processo nº. 005/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: ELMO PAPELARIA LTDA ME; Objeto: Registro de preço pretendendo a aquisição de papel A4 para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba Valor: R\$ 60.310,00; Data da Assinatura: 08/05/2015.

**RESOLUÇÃO Nº 03/2015 CMDCA**

Resolução nº 03, de 14 de abril de 2015.

“Institui Comissão Especial Eleitoral para eleição dos membros do Conselho Tutelar.”

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA - CMDCA, em cumprimento ao Art.139 da Lei nº 8.069/90, e da Lei Municipal nº 1.797/2014 e inciso I do Art. 5º, da Resolução nº 139/10 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,

Resolve:

Art.1º - Instituir Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 2º - Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros: Luciana de Abreu Corrêa, Cenir Grunthal Ramos, Claudia Regina Martins Nunes Pires, Itamar Duarte Junior, Gelson Rigo e Salete de Abreu Corrêa:

§1º - A Comissão Especial Eleitoral será coordenada pela presidente do CMDCA, a Sra. Luciana de Abreu Corrêa;

§2º - Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrasta ou tios, que irão participar do processo;

§3º - Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §2º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente.

Art.3º - Compete a Comissão Eleitoral:

§1º - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

§2º - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras do processo de eleição, por parte dos candidatos ou à sua ordem;

§3º - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da prova e da votação;

§4º - Providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

§5º - Escolher e divulgar os locais de prova e votação;

§6º - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos

suplentes;

§7º - Solicitar, junto ao Comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração dos votos;

§8º - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e

§9º - Resolver os casos omissos.

Art.4º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Garopaba, 14 de abril de 2015.

Luciana de Abreu Corrêa

Presidente do CMDCA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 13/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**RESOLUÇÃO Nº 04/2015 CMDCA**

Resolução nº. 04 de 06 de maio de 2015.

Dispõe sobre a convocação para a 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e considerando a Resolução 172 de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a deliberação do Conselho em Reunião Ordinária realizada no dia 06 de maio de 2015:

Resolve:

Art. 1º. Convocar a 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando oportunizar debates entre a sociedade civil organizada e os poderes executivo, legislativo e judiciário com objetivo de avaliar e propor ações de atendimento às crianças e adolescentes.

Art. 2º. A 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada no dia 28 de maio de 2015, nas dependências do auditório da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Pinguirito, no Município de Garopaba/ SC, das 13h às 19h.

Art. 3º. O evento terá como tema: “Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Art. 4º. Caberá ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a adoção das providências necessárias ao cumprimento do objetivo desta Resolução.

Art. 5º. As despesas para realização da 10ª Conferência Municipal da Criança será de competência do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. A 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Garopaba, terá uma Comissão Coordenadora com a seguinte composição:

- a). Luciana de Abreu Correa - Coordenadora;
- b) Sergio Danilo Pucheta; Vice - Coordenador;
- c) Vitória Schimitz Munaretto – adolescente;

Art. 7º. A Comissão Organizadora da 10ª Conferência deverá promover todas as atividades necessárias ao cumprimento desta Resolução especialmente nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, além de elaborar a sua programação.

Art. 8º. Os participantes da 10ª Conferência, serão divididos em três categorias:

Delegados (as) com direito a voz e voto;

Convidados (as) com direito a voz;

Observadores (as) para acompanhar as discussões, com direito a voz.

Art. 9º. Poderão participar como Delegados da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as pessoas interessadas na política para Criança e Adolescente do Município de Garopaba nas condições de:

a) DELEGADOS NATOS – Membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e membros do Conselho Tutelar, inscritos dentro do prazo estabelecido por esta resolução;

b) DELEGADOS CRIANÇAS E ADOLESCENTES – Os delegados crianças/ adolescentes, na faixa etária de 06 a 18 anos incompletos, devidamente inscritos;

c) DELEGADOS ADULTOS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO - Os delegados adultos representantes do poder público, devidamente inscritos,

d) DELEGADOS ADULTOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL - Os delegados adultos representantes da Sociedade Civil, devidamente inscritos;

§ 1º. As inscrições dos delegados para a Conferência Municipal de direitos da criança e do adolescente serão realizadas no dia 28 de maio de 2015 das 13h às 14h30min;

§ 2º. Observado o disposto no parágrafo anterior, as inscrições dos candidatos a delegados e suplentes para a Conferência Regional ocorrerão durante as oficinas.

§ 3º. No ato da inscrição o delegado deverá informar o segmento a que pertence conforme, o disposto no art. 9º, nas alíneas de "a" até "d".

Art. 10º. O desenvolvimento da Conferência reger-se-á pelo disposto em Regimento Interno que será submetido na íntegra aos participantes da Conferência para aprovação em Plenária.

Art. 11º. Fica delegado ao CMDCA a adoção de outras providências necessárias o cumprimento do objeto desta resolução.

Art. 12º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 06 de maio de 2015.

Luciana de Abreu Corrêa

Presidente do CMDCA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 13/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### LEI Nº 1883/2015

LEI Nº 1883, DE 08 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE GARUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção a Associação dos Produtores Rurais de Garuva, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n 08.345.653/0001-14, sem fins lucrativos, no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) como incentivo às ações desenvolvidas pela referida associação, referente à assistência técnica disponibilizada aos produtores rurais, conforme plano de trabalho anexo a esta lei.

Parágrafo Único. A importância prevista neste artigo deverá ser repassada a Associação dos Produtores Rurais de Garuva, em 12 parcelas, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2ª – Fica vedado a utilização dos recursos da presente subvenção social para contratação conforme plano de aplicação de pessoa jurídica ou física, em que o contratado, dirigente da pessoa jurídica, ou cotista da pessoa jurídica tenha relação de parentesco até terceiro grau direto ou por afinidade com qualquer membro investido em cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário Municipal ou de dirigente da associação beneficiada.

Art. 3º- O repasse da subvenção social somente poderá ser realizado mediante a apresentação, para arquivo da administração municipal, dos seguintes documentos:

I - cópia da ata de eleição e posse da Diretoria em exercício, devidamente registrada no cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II - cópia do Estatuto original e suas alterações, quando for o caso;

III - certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

IV - prova de funcionamento regular da entidade, atestado por Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Prefeito, Presidente da Câmara de Vereadores, delegado de polícia ou outra autoridade local;

V - comprovação de que a entidade é declarada de Utilidade Pública Municipal;

VI - prova de que a entidade é correntista do BANCO DO BRASIL, onde conste o nome da entidade, o número da agência e da conta corrente onde será depositado a subvenção social ou auxílio concedido;

VII - declaração assinada pelo Presidente atual da entidade, onde conste o seu nome completo, carteira de identidade e endereço, responsabilizando-se pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos recebidos;

VIII - cópia do CPF e Carteira de Identidade do Presidente atual da entidade;

IX - cópia do CNPJ da entidade;

X - projeto ou plano de aplicação assinado pelo Presidente da entidade, especificando a aplicação dos recursos e o prazo estimado para a conclusão das atividades.

Art. 4º- A despesa a título de subvenção social deverá ser empenhada e uma via da Nota de Empenho deverá ser entregue ao representante da entidade beneficiada com os recursos públicos que, posteriormente, deverá anexá-la à prestação de contas.

Art. 5º- O valor da subvenção social será creditada pelo Município em conta bancária individualizada, mantida pela entidade junto ao BANCO DO BRASIL especificamente para essa finalidade.

Art. 6º- A entidade beneficiada deverá possuir conta bancária individualizada no BANCO DO BRASIL, especificamente para o recebimento da subvenção social que deverá ser movimentada através de cheques nominais e individualizados por credor.

Art. 7º- O saldo da subvenção social não aplicada no prazo fixado no artigo 9º desta Lei deverá ser restituída ao Município através de DAM (documento de Arrecadação Municipal), emitido para essa finalidade e pago com cheque nominal ao Município de Garuva.

Art. 8º- A subvenção social deverá ser aplicada exclusivamente nos fins para os quais for concedida.

Art. 9º- É vedada a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, exceto as relativas à manutenção de conta ativa.

Art. 10 - A Associação dos Produtores Rurais de Garuva é obrigada a apresentar à Secretaria de Administração do Município de Garuva e para a Câmara Municipal de Garuva a correspondente prestação de contas, impreterivelmente até o ultimo dia do mês seqüente a qual tenha recebido qualquer parcela da subvenção.

Art. 11 - A prestação de contas da Entidade deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada dos seguintes documentos originais:

I - uma via da Nota de Empenho, remetida para a entidade por ocasião da liberação dos recursos;

II - Balancete de Prestação de Contas, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e por contador ou técnico em contabilidade;

III - extrato bancário com movimentação completa do período compreendido entre a data do repasse e a compensação dos Cheques;

IV - conciliação bancária, apenas no caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas;

V - comprovantes de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;

VI - declaração do presidente da Entidade de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

VII - comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso (art. 6º);

Art. 12- Para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais ou municipais deverá ser apresentada a primeira via original da Nota Fiscal. No caso de serviços, se o prestador não possuir nota fiscal eletrônica, deverá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa fornecida pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - Não será admitida a comprovação de despesas com a apresentação de recibos, salvo para comprovar despesas não sujeitas à incidência de tributos.

Art. 13- Os comprovantes de despesas deverão conter declaração do Presidente da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o

serviço foi prestado, conforme o seguinte modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

Garuva - SC, em ...../ ..... /.....

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Art. 14 - Se a entidade não prestar contas no prazo legal e enquanto não tiver suas contas aprovadas, não poderá ser contemplada com novas subvenções sociais ou auxílios e deverá ressarcir os cofres públicos dos valores recebidos daquilo que fora julgado irregular.

Parágrafo Único – A análise preliminar das contas caberá ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva, qual emitira parecer técnico, após encaminhara para o setor de Controle Interno, qual irá ratificar ou retificar o parecer técnico, cabendo a este último a conclusão pela aprovação ou rejeição das contas.

Art. 15 - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo suplementar ou abrir crédito especial.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 086/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 086/2015

OBJETO: Contratação de Empresa prestadora dos serviços de locação de contêineres (banheiros e bilheteria) para a XIV Expo Feira Pecuária Regional e 1º Festival da Tilápia. ENTREGA ENVELOPES: até 09h de 25/05/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 13/05/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 087/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 087/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços Técnicos Profissionais de Medicina e Segurança do Trabalho. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 28/05/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 13/05/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### DECRETO N° 6.417, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DECRETO N° 6.417, DE 07 DE MAIO DE 2015.

ALTERA O DECRETO N° 5.896 DE 02 DE ABRIL DE 2014, NOMEANDO, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS DE PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIA, DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR N° 8, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados, para integrar a comissão referida no decreto n° 5.896 de 02 de abril de 2014, conforme segue:

MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Joice Mara Deschamps Rotta	Ademor Luiz Machado
Ademor Luiz Machado	Angela Genésia Correia Nunes dos Anjos

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados no presente decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos para 04/05/2015.

Gaspar, 07 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

### DECRETO N° 6.419, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DECRETO N° 6.419, DE 07 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal n° 1.305 de 09 de outubro de 1991,

## DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 50 (cinquenta) horas extraordinárias pelo servidor Almir Nunes, e de até 50 (cinquenta) horas extraordinárias pelo servidor Charles Volnei Zabel, conforme escala, para o atendimento do transporte escolar e das demais atividades Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 15 de maio de 2015 a 14 de junho de 2015.

Parágrafo único. As horas extras serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de maio de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.420, DE 08 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.420, DE 08 DE MAIO DE 2015.

## NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ORLANDO DOS ANJOS JUNIOR	MOTORISTA DE CAMINHÃO PMG	40	2º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
ROGER THEISS	MOTORISTA DE CAMINHÃO PMG	40	3º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de maio de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.421, DE 08 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.421, DE 08 DE MAIO DE 2015.

## NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

## DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ROBERTO LEON REICH NETO	PSICOLOGO	40	6º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de maio de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**EXTRATO\_LICITACAO\_CONCORRENCIA\_78\_2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Fundação Municipal de Esportes

Concorrência Nº 78/2015

OBJETO: concessão administrativa a título remunerado do uso de espaço público com destinação exclusiva para exploração das atividades de restaurante e lanchonete, no Centro Integrado de Eventos Prefeito João dos Santos. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 18/06/2015. ABERTURA: dia 18/06/2015 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br) Gaspar(SC), 04 de maio de 2015.

RENATO CESAR ZIMMERMAMM – Diretor Presidente da FME

**PORTARIA Nº 3.666, DE 07 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº 3.666, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DISPENSA, A PEDIDO, EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensado de suas atividades, a pedido, a partir de 07 de maio de 2015, a servidora MARIA DA GRAÇA ALBINO, portadora do CPF 701.705.929-87, ocupante do cargo de Psicóloga, a qual foi nomeada pela portaria nº 1.169/2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL**

MUNICÍPIO DE GASPAR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	TERMO Nº  236/2015
TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL	

**IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

Contribuinte: OSNERI CRUKIEVICZ			
Endereço: BR. 470, 1552 – KM 35 – SENTIDO ILHOTA			Fone: (47) 9612-1621
Bairro: MARGEM ESQUERDA		Município: GASPAR	UF: SC
Inscrição Municipal: 15747	CNPJ: 18.889.977/0001-77	Atividade: LANCHONETE	

**NOTIFICAÇÃO**

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar COMUNICA à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada NOTIFICADA do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar RECLAMAÇÃO, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a RECLAMAÇÃO no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

**CAPITULAÇÃO DO FATO**

O presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91; Art. 17, inciso V da LC 123/2006 c/c Art. 15, inciso XV da Resolução CGSN 094/2011.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:

AUTORIDADE FISCAL

Cargo:

CPF:

Wladimir Augusto Alves  
Fiscal de Tributos  
Mat. 6954

Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.

Data:

Assinatura:

#### TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

MUNICÍPIO DE GASPAR  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO  
FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

TERMO Nº

231/2015

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

#### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: GM COMERCIO DE MADEIRAS LTDA ME

Endereço: RUA ANGELINA MOTTER, 50 - FUNDOS

Fone: (47) 3332-9898

Bairro: SETE DE SETEMBRO

Município: GASPAR

UF: SC

Inscrição Municipal:  
13595

CNPJ:  
11.216.336/0001-02

Atividade:  
COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA

#### NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar COMUNICA à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Micro-empresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada NOTIFICADA do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar RECLAMAÇÃO, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a RECLAMAÇÃO no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

## CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91; Art. 17, inciso V da LC 123/2006 c/c Art. 15, inciso XV da Resolução CGSN 094/2011.

## CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:

## AUTORIDADE FISCAL

Cargo:

CPF:

Wladimir Augusto Alves  
Fiscal de Tributos  
Mat. 6954

Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.

Data:

Assinatura:

## TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

MUNICÍPIO DE GASPAR  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO  
FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

TERMO Nº

234/2015

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

## IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: J. MATEUS COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME

Endereço: RUA PEDRO SIMON, 280 – SALA 01

Fone: (47) 9653-1577

Bairro: MARGEM ESQUERDA

Município: GASPAR

UF: SC

Inscrição Municipal:  
14621

CNPJ:  
14.440.874/0001-74

Atividade:  
COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO

## NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar COMUNICA à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada NOTIFICADA do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar RECLAMAÇÃO, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a RECLAMAÇÃO no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

## CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91; Art. 17, inciso V da LC 123/2006 c/c Art. 15, inciso XV da Resolução CGSN 094/2011.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:

AUTORIDADE FISCAL

Cargo:

CPF:

Wladimir Augusto Alves  
Fiscal de Tributos  
Mat. 6954

Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.

Data:

Assinatura:

## TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

MUNICÍPIO DE GASPAR  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO  
FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

TERMO Nº

232/2015

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

## IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: CAMISARIA PERFIL LTDA ME

Endereço: RUA NORMA MÔNICA SABEL, 709 – LD/SALA

Fone: (47) 3332-4362

Bairro: MARGEM ESQUERDA

Município: GASPAR

UF: SC

Inscrição Municipal:  
8749

CNPJ:  
02.543.514/0001-19

Atividade:  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar COMUNICA à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada NOTIFICADA do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar RECLAMAÇÃO, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a RECLAMAÇÃO no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

## CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91; Art. 17, inciso V da LC 123/2006 c/c Art. 15, inciso XV da Resolução CGSN 094/2011.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:

AUTORIDADE FISCAL

Cargo:

CPF:

Wladimir Augusto Alves  
Fiscal de Tributos  
Mat. 6954

Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.

Data:

Assinatura:

#### TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

MUNICÍPIO DE GASPAR  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO  
FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

TERMO Nº

235/2015

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

#### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: MARCIANO BAIRROS

Endereço: RUA ANTONIO ZENDRON, 134 – FUNDOS

Fone: (47) 3332-5678

Bairro: MARGEM ESQUERDA

Município: GASPAR

UF: SC

Inscrição Municipal:  
14391

CNPJ:  
13.767.210/0001-51

Atividade:  
FACÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO

#### NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar COMUNICA à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada NOTIFICADA do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar RECLAMAÇÃO, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a RECLAMAÇÃO no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

#### CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91; Art. 17, inciso V da LC 123/2006 c/c Art. 15, inciso XV da Resolução CGSN 094/2011.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:

AUTORIDADE FISCAL

Cargo:

CPF:

Wladimir Augusto Alves  
Fiscal de Tributos  
Mat. 6954

Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.

Data:

Assinatura:

#### TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

MUNICÍPIO DE GASPAR  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO  
FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

TERMO Nº

237/2015

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

#### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: LMC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME

Endereço: RUA CARLOS ROBERTO SCHRAMM, 2989

Fone: (47) 3397-0429

Bairro: MARGEM ESQUERDA

Município: GASPAR

UF: SC

Inscrição Municipal:  
8929

CNPJ:  
02.780.954/0001-90

Atividade:  
FACÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO

#### NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar COMUNICA à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada NOTIFICADA do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar RECLAMAÇÃO, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a RECLAMAÇÃO no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

#### CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91; Art. 17, inciso V da LC 123/2006 c/c Art. 15, inciso XV da Resolução CGSN 094/2011.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:

AUTORIDADE FISCAL

Cargo:

CPF:

Wladimir Augusto Alves  
Fiscal de Tributos  
Mat. 6954

Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.

Data:

Assinatura:

#### TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

MUNICÍPIO DE GASPAR  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO  
FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

TERMO Nº

233/2015

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

#### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: DMG MONTAGENS LTDA ME

Endereço: RUA NICOLAU THREISS, 171 – SALA 01

Fone: (47) 9102-8151

Bairro: MARGEM ESQUERDA

Município: GASPAR

UF: SC

Inscrição Municipal:  
9902

CNPJ:  
04.093.440/0001-91

Atividade:  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

#### NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar COMUNICA à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada NOTIFICADA do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar RECLAMAÇÃO, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a RECLAMAÇÃO no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

#### CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91; Art. 17, inciso V da LC 123/2006 c/c Art. 15, inciso XV da Resolução CGSN 094/2011.

#### CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:

AUTORIDADE FISCAL

Cargo:

CPF:

Wladimir Augusto Alves  
Fiscal de Tributos  
Mat. 6954

Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.

Data:

Assinatura:

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 27/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 027/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS (MÁQUINAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E VANS) DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/05/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 25/05/2015 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernador-celsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernador-celsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 12 de Maio de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 28/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 028/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES (CARROS, CAMINHONETES/MINIVANS E MOTOS) DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/05/2015 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 25/05/2015 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernador-celsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernador-celsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 12 de Maio de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2015

Constitui Comissão Permanente de Licitação

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º – Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do município de Governador Celso Ramos composta dos seguintes membros:

Presidente

LEONARDO OSNI QUINTINO – ocupante de cargo efetivo

Membros titulares

ZELIO MAURICIO KOERICH – ocupante de cargo efetivo do Município

MIRIÃ COSTA FARIA – ocupante de cargo em comissão

RAFAEL VANDO COSTA – ocupante de cargo em comissão

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario especialmente o Decreto nº 02/2015 de 07.01.2015.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Maio 2015.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS

1º Secretário

### **PORTARIA Nº 10/2015**

PORTARIA Nº 10/2015

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do regimento interno, e considerando os termos da Lei Municipal nº 928 de 18/02/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação em conformidade com o artigo 5º "b" da Lei 928//14, ao membro titular da comissão permanente de licitação, conforme Decreto Legislativo nº 04/2015.

Art. 2º - Ao membro titular MIRIÃ COSTA FARIA, será atribuído 32% (trinta e dois por cento) do valor citado no art. 5º "b" da Lei supra-mencionada.

Art. 3º - Fica mantido aos demais membros e presidente os mesmos percentuais atribuídos através da portaria 06/2015.

Art. 4º - Esta portaria entra vigor na data de publicação.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Maio 2015.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS

1º Secretário

# Grão Pará

## PREFEITURA

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais nas diversas áreas da Administração do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos e serviços elétricos necessários à manutenção de veículos e equipamentos do Município de Grão-Pará, principalmente, manutenção elétrica de veículos e equipamentos do transporte escolar.

A continuidade de serviços elétricos trata-se de razões de relevante interesse público para o Município de Grão-Pará, motivos pelos quais se justifica esta Quebra de Ordem Cronológica, devendo ser salgadas as despesas adiante descritas:

Fornecedor: Gilberto Gonçalves Costa ME

Restos a Pagar de 2014 para Pagamento em 2015: 0337, 0338, 0339, 0340, 0342, 0344, 0345, 0347, 0381, 0382, 0490, 0491, 0499, 0500, 0677, 0678, 0679, 0680, 0760, 0761, 0763, 0764, 0765, 0777, 0778, 0893, 0935, 0936, 1071, 1072 e 1285.

Valor: R\$ 9.506,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de maio de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 67, 68.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2015

PROCESSO Nº 67/2015 HOMOLOGAÇÃO: 12/05/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE AGASALHOS(UNIFORME) PARA USO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS TURMAS MUNICIPAIS E MUNICIPALIZADAS.

CONTRATADO: ZOOM INDUSTRIA E COMERCIO DE

CONFECÇÕES LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.107,00 (dez mil cento e sete reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015

PROCESSO Nº 68/2015 HOMOLOGAÇÃO: 12/05/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ÓLEO DE SOJA, AÇÚCAR, FARINHA E OUTROS) PARA A MERENDA ESCOLAR DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM RECURSOS VINCULADOS - PNAE E PRÓPRIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: MERCADO KIKO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.693,35 (dois mil seiscentos e noventa e três reais e trinta e cinco centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.880,65 (dois mil oitocentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos)

CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.868,58 (um mil oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.830,57 (um mil oitocentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos)

### MINUTA EDITAL DE CONCORRÊNCIA 04.15 SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC,  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº04/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 75/15, Edital de Concorrência Nº 04/15, Objeto: Serviços de Publicidade Institucional; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 30/06/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 30/06/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 12 de maio de 2015.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 472/2015**

DECRETO Nº. 472/2015

Designa Gestor e Fiscal do Contrato nº. 05/2015-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no artigo 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

Considerando os termos da Inexigibilidade de Licitação nº. 38/2015-PMG, que tem por objeto a aquisição do vale transporte para atletas que treinam no pólo central (Ginásio de Esportes Rodolfo Jahn) e representam o Município de Guaramirim em jogos promovidos pela FESPORTE;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal Altair José Burger, matrícula 61050, Professor de Esportes II, como fiscal e Romeu Butschardt Junior, matrícula 281840, Secretário de Esporte e Lazer, como gestor, do contrato nº. 05/2015-PMG, firmado em decorrência da Inexigibilidade de Licitação nº. 38/2015-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e o a empresa Viação Canarinho Ltda.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá o acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de maio de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### **ERRAA AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CHAMADA PUBLICA 01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL  
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO

O Aviso de Licitação do Edital de Chamada Publica nº. 01/2015 do município de Guarujá do Sul, para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, publicado no DOM/SC ( Diário Oficial dos Município de Santa Catarina ) no dia 08 de maio de 2015 – Edição nº. 1738 Paginas 269 e 270, teve erro de digitação:  
Onde le-se: Morango de boa qualidade, firme, inteiro, em embalagem atóxica de 1 kg.  
Passa a Le-se: Morango de boa qualidade, firme, inteiro, em embalagem atóxica de 700 gramas.

Guarujá do Sul, SC, 12 de maio de 2015.  
Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

### **EXTRATO DE CONTRATO - PREF 51**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 51/2015  
DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 178/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: LABORGRIMM CLINICA MEDICA LTDA ME

OBJETO: Contratação e prestação de serviços de Segurança e medicina do Trabalho ( PPRA, PCMSO E PPP, LTCAT e Exames Médicos ocupacionais ) para elaboração de laudos e programas de avaliação das condições de trabalho para promover a saúde do trabalhador da Administração Municipal de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 4.530,45

VIGENCIA: 15/05/2015 A 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 12 de maio de 2015.  
Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA CONCORRÊNCIA Nº 001/2015 -002

Processo Licitatório nº 0015/2015

Concorrência nº 001/2015

Ata CC nº 002/2015

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze às quatorze horas, nas dependências da Sala de Reuniões do setor de compras e licitações, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo decreto número 3.389/2015, e os membros da comissão especial devidamente designada para este procedimento licitatório através do decreto nº 3.411/2015 para o ato de abertura dos envelopes referentes ao Processo Licitatório nº 015/2015 Concorrência Pública nº 001/2015 destinada a contratação em regime de empreitada por preço unitário de empresa especializada para a complementação da execução da primeira etapa do sistema de esgotamento sanitário no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra. O Departamento jurídico respondeu a diligência da comissão através do parecer nº 036/2015, a comissão marcou esta sessão pública para decisão sobre as habilitações e inhabilitações, sendo convocados todos os licitantes e demais interessados. Após a leitura do parecer jurídico e com base na legislação vigente a comissão decide pela INABILITAÇÃO DE TODAS AS LICITANTES POR NÃO CUMPRIREM O REQUERIDO NO EDITAL pelos motivos elencados a seguir: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - a) item 8.1.2.3 Capacidade técnico operacional – o responsável técnico indicado pela empresa não possui acervo técnico de pavimentação/reposição de pavimento em bloco de concreto e/ou paralelepípedo; b) item 8.1.4.3 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentado cópia livro balanço exercício 2013; CONSTRUTORA SOLO LTDA – a) item 4.5 alínea "J" objeto social da empresa não contempla Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, b) item 8.1.1.2 – Não apresentou Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) c) item 8.1.2.1. Capacitação Técnico-Operacional a licitante não possui acervo técnico rede de esgoto sanitário, de ligações prediais, ramais de ligação e/ou caixas de inspeção, e escavação de solo apresentando Acervo de Profissional não pertencente ao quadro de profissionais indicados pela licitante; ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA item 8.1.4.3 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentado cópia balanço exercício 2013 via SPED – ECD - escrituração contábil digital; Tendo em vista que todas as licitantes foram inhabilitadas com base no artigo 48 parágrafo 3º da lei 8.666/93, o qual transcrevemos: "Art. 48. Serão desclassificadas: § 3º Quando todos os licitantes forem inhabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escolhidas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)" A comissão abre prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação, a contagem de prazo se inicia da publicação da presente ata será publicada no DOM/SC no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br). Em prosseguimento aos trabalhos foi solicitado se gostariam de constar algo em ata dada a negativa dos presentes foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão, representantes legais, e por mim \_\_\_\_\_  
Rubens Antonio Correia, que secretariei a sessão.

MARIANA COLUSSO  
Presidente

ADRIANE BERNARDO  
Membro

MELISSA DEMO  
Equipe Técnica

WILIAN SARTOR SGANZERLA  
Equipe Técnica

CESAR SEGATTO  
Andrade Construções Ltda.

### DECRETO Nº. 3412/2015

DECRETO NR. 3412 DE 11 DE MAIO DE 2015.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 2614/2009, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VALE-REFEIÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, EM CONFORMIDADE COM A LEI 2.680/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso V, do artigo 2º do Decreto 2614/2009.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 2614/2009, permanecem inalterados.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de maio de 2015.

NELSON GUINDANI  
Prefeito

### LEI Nº 3092/2015

LEI Nº 3092/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ONG AMIGOS DOS ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA (SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA com a ONG AMIGOS DOS ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA (SC) tendo por objeto concessão de uso do Ginásio da Escola Cruz e Souza para a realização de castrações cirúrgicas de cães e gatos de rua e de famílias carentes do Bairro São Jorge no município de Herval d'Oeste, que acontecerá dia 28 de junho de 2015.

Art. 2º - A ONG AMIGOS DOS ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA (SC) utilizará o imóvel objeto desta Lei única e exclusivamente para a realização de castrações cirúrgicas, no dia 28 de junho de 2015.

Art. 3º - Restará gratuita a presente Concessão de Uso do imóvel objeto desta Lei.

Art. 4º - O prazo do Convênio de Cooperação Técnica que trata a presente Lei compreenderá o dia 28 de junho de 2015.

Art. 5º - A coleta e destinação adequada dos dejetos e materiais hospitalares ficam a encargo do Município de Herval d'Oeste.

Art. 6º - A ONG AMIGOS DOS ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA (SC) fica obrigada a adotar todas as medidas de higiene atendendo as determinações da vigilância sanitária e do CRMV.

Art. 7º - A responsabilidade pelo adequado tratamento aos animais ficará a encargo da ONG AMIGOS DOS ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA (SC), bem como se responsabilizará pelos eventuais prejuízos decorrentes dos procedimentos, civil e criminalmente será.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste (SC), 12 de maio de 2015  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº009/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Item

#### **OBJETO**

Contratação de Serviços Radiofônicos em emissoras de Amplitude Modulada (AM) e/ou Frequência Modulada (FM), com abrangência comprovada na região de Herval d'Oeste, Visando à veiculação de campanhas institucionais, da Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais e Fundos Municipais

#### **ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 14:00 horas do dia 22/05/2015.

#### **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006,

#### **EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 10 de maio de 2015  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2785/2015

DECRETO Nº 2785, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 8.206,38 (Oito mil, duzentos e seis reais e trinta e oito centavos), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo  
Unidade: 0203 Sec. De Administração e Fazenda  
Função: 06 Segurança Pública  
Sub-Função: 181 Policiamento  
Programa: 0601 Segurança Municipal  
Projeto/Atividade: 2054 Manut. Convênio Corpo de Bombeiros  
Modalidade de Aplicação: 339000000 Aplicações Diretas  
Fonte: 0300- Superávit Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 2.872,23  
Modalidade de Aplicação: 449000000 Aplicações Diretas  
Fonte: 0300- Superávit Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 5.334,15

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE ABRIL DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

### DECRETO Nº 2786/2015

DECRETO Nº 2786, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo  
Unidade: 0203 Sec. De Administração e Fazenda  
Função: 06 Segurança Pública  
Sub-Função: 181 Policiamento  
Programa: 0601 Segurança Municipal  
Projeto/Atividade: 2054 Manut. Convênio Corpo de Bombeiros  
Modalidade de Aplicação: 339000000 Aplicações Diretas  
Fonte: 0300- Superávit Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 13.200,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE ABRIL DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

### DECRETO Nº 2789/2015

DECRETO Nº 2789, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 559/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.110,08 (Sete mil, cento e dez reais e oito centavos) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo  
Unidade: 0203 Sec. De Administração e Fazenda  
Função: 06 Segurança Pública  
Sub-Função: 181 Policiamento  
Programa: 0601 Segurança Municipal  
Projeto/Atividade: 2054 Manut. Convênio Corpo de Bombeiros  
Modalidade de Aplicação: 449000000 Aplicações Diretas

Fonte: 0100- Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 7.110,08

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 7.110,08 (Sete mil, cento e dez reais e oito centavos) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo  
Unidade: 0203 Sec. De Administração e Fazenda  
Função: 06 Segurança Pública  
Sub-Função: 181 Policiamento  
Programa: 0601 Segurança Municipal  
Projeto/Atividade: 2054 Manut. Convênio Corpo de Bombeiros  
Modalidade de Aplicação: 339000000 Aplicações Diretas  
Fonte: 0100- Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 7.110,08

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 28 DE ABRIL DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

#### **DECRETO Nº 2791/2015**

DECRETO Nº 2791, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 1.911,26 (Um mil, novecentos e onze reais e vinte e seis centavos), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA  
Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA  
Sub-Função: 181 POLICIAMENTO  
Programa: 0601 SEGURANÇA MUNICIPAL  
Projeto/Atividade: 2020MAN.CONV.SECR.SEGURANÇA PÚBLICA  
Modalidade de Aplicação: 339000000 APLICAÇÕES DIRETAS  
Fonte: 0310- SUPERÁVIT POLÍCIA MILITAR  
Valor: R\$ 1.000,00  
Modalidade de Aplicação: 449000000 APLICAÇÕES DIRETAS  
Fonte: 0300- SUPERÁVIT POLÍCIA MILITAR  
Valor: R\$ 911,26

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 28 DE ABRIL DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

#### **DECRETO Nº 2792/2015**

DECRETO Nº 2792, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) no orçamento de 2015 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 – FUNDOS MUNICIPAIS  
Unidade Orçamentária: 0301 – Fundo Municipal da Saúde  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301– Atenção Básica  
Programa: 1001 – Saúde com Qualidade  
Atividade: 2041– Manut. Piso Atenção Básica Variável  
Modalidade de Aplicação: 449000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 0338 – Superávit Financeiro Recursos SUS União  
Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado (PMAQ) apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 28 DE ABRIL DE 2015.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

**DECRETO Nº 2793/2015**

DECRETO Nº 2793, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 07.02 – Secretaria Mun.de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 241– Assistência ao Idoso

Programa: 0801 – Assistência Social Geral

Atividade: 2053 – Manutenção Fundo Municipal do Idoso

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1300 – Superávit Fin. Recursos Ordinários

Valor R\$ 5.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 28 DE ABRIL DE 2015.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

**DECRETO Nº 2795/2015**

DECRETO Nº 2795/15 DE 11/05/15

DECRETA LUTO OFICIAL EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 88, Inciso VII da Lei Orgânica,

Considerando o falecimento do Senador senhor Luiz Henrique da Silveira;

Considerando a relevância de sua atuação em benefício do Município de Ibiã quer como Governador e Senador, além de ter ocupado vários outros cargos eletivos, bem como pelo modelo e o exemplo de dignidade de conduta pessoal e social; e

Considerando por fim, o legado que certamente deixará

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial por três dias em todo o território municipal, em homenagem póstuma ao Senador senhor Luiz Henrique da Silveira.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Ibiã, 11 de maio de 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em exercício

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 014/2015**

RESOLUÇÃO Nº 14/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 27/97, de 25 de abril de 1997 e Lei nº 551 de 25 de Agosto de 2014.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do dia 24 de Abril de 2015 e Ata de nº 101/2015.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar Plano de Ação 2015

Art.2º Demonstrativo Sintético Anual 2014

Art.3º Aprovar a demonstração da execução orçamentaria do exercício de 2014.

Art.4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMpra-SE.

IBIAM-SC 24 de Abril 2015.

ERICA THOMÉ LAIDNES

Secretária Municipal de Assistência Social, Ibiã.

Edir Romanatto Dani

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Homologada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_2015\_\_\_\_

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal de Ibiã em exercício

Publicação e Registro:

**RESOLUÇÃO Nº 014/2015 - CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 14/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 27/97, de 25 de abril de 1997 e Lei nº 551 de 25 de Agosto de 2014.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do dia 24 de Abril de 2015 e Ata de nº 101/2015.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar Plano de Ação 2015

Art.2º Demonstrativo Sintético Anual 2014

Art.3º Aprovar a demonstração da execução orçamentaria do exercício de 2014.

Art.4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

IBIAM-SC 24 de Abril 2015.

ERICA THOMÉ LAIDNES

Secretária Municipal de Assistência Social, Ibiã.

Edir Romanatto Dani

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Homologada em: \_\_11\_\_/\_05\_\_/\_2015\_\_

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal de Ibiã em exercício

Publicação e Registro:

### **RESOLUÇÃO Nº 019/2015 - CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº019/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 30 de Abril de 2015.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Liandro Mengatto constituído 50(cinquenta) horas de Escavadeira Hidráulica, 10(dez) horas de Retroescavadeira, 10(dez) horas de Trator de Esteira, 20(vinte) horas de Motoniveladora e 300(trezentos) km de Caçamba.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiã, 05 de Maio de 2015.

Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos

Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: ...06../05/2015.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal de Ibiã em exercício

### **RESOLUÇÃO Nº 020/2015 - CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº020/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 30 de Abril de 2015.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos a Senhora Ivonete Donatti Padilha constituído 20(vinte) horas de Escavadeira Hidráulica, 10(dez) horas de Motoniveladora, 15(quinze) horas de Trator de Esteira e 10(dez) horas de Retroescavadeira.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiã, 05 de Maio de 2015.

Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos

Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: .06.../05/2015.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal de Ibiã em exercício

# Ilhota

## PREFEITURA

### ATA PRG 029 2 - PMI - SINALIZAÇÃO VIÁRIA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	PREGÃO PREGÃO Nº: 29/2015 Data: 11/05/2015
---	--

#### Edital de Pregão Registro de Preços Nº 29/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS	2
--	---

Reuniram-se no dia 11/05/2015, as 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pela Portaria nº 222 com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 29/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA.

#### Propostas

Após confirmação do rateio seguem os valores por item da empresa vencedora do certame:

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	EXECUÇÃO DE PINTURA DE FAIXAS DE PEDESTRES, NA COR BRANCA, ASPERSÃO A FRIO, TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, COM APLICAÇÃO DE MICROESFERA, DURABILIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS, EM CONFORMIDADE COM A NORMA DA ABNT 11.862	12,70	SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME
1	2	1	EXECUÇÃO DE PINTURA DE EIXO, NA COR AMARELA, ASPERSÃO A FRIO, TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, COM APLICAÇÃO DE MICROESFERA, DURABILIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS, EM CONFORMIDADE COM A NORMA DA ABNT 11.862	12,70	SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME
1	3	1	EXECUÇÃO DE PINTURA DE BORDOS, NA COR BRANCA, ASPERSÃO A FRIO, TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, COM APLICAÇÃO DE MICROESFERA, DURABILIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS, EM CONFORMIDADE COM A NORMA DA ABNT 11.862.	12,70	SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME
1	4	1	EXECUÇÃO DE PINTURA DE SETAS, ZEBRADOS, DIZERES, NAS CORES AMARELA E OU BRANCA, ASPERSÃO A FRIO, TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, COM APLICAÇÃO DE MICROESFERA, DURABILIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS, EM CONFORMIDADE COM A NORMA DA ABNT 11.862	12,70	SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME
1	5	1	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE TACHINHAS BIDIRECIONAIS, NA COR BRANCA, REFLETIVOS EM ACRÍLICO BRANCO/BRANCO OU BRANCO/VERMELHO, CONFECCIONADAS A BASE DE RESINA POLIÉSTER, NAS DIMENSÕES 100X80X20 MM, E PINO DE AÇO GALVANIZADO SAE 1010/1020 PARA FIXAÇÃO, RESISTENCIA A COMPRESSÃO DEVENDO SUPORTAR CARGA DE NO MÍNIMO 3.000 KGF	4,00	SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME
1	6	1	FORNECIMENTO A IMPLANTAÇÃO DE TACHINHAS BIDIRECIONAIS, NA COR AMARELA, REFLETIVOS EM ACRÍLICO AMARELO/AMARELO, CONFECCIONADAS A BASE DE RESINA POLIÉSTER, NAS DIMENSÕES 100X80X20 MM, E PINO DE AÇO GALVANIZADO SAE 1010/1020 PARA FIXAÇÃO, RESISTENCIA A COMPRESSÃO DEVENDO SUPORTAR CARGA DE NO MÍNIMO 3.000 KGF	5,00	SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME

1	7	1	FORNECIMENTO A IMPLANTAÇÃO DE TACHÕES BIDIRECIONAIS, NA COR AMARELA, REFLETIVOS EM ACRÍLICO AMARELOS CONFECCIONADOS A BASE DE RESINA POLI-ÉSTER, NAS DIMENSÕES 250X150X50 MM, E PINOS DE AÇO GALVANIZADOS SAE 1010/1020 PARA FIXAÇÃO, RESISTENCIA A COMPRESSÃO, DEVENDO SUPORTAR CARGA DE NO MÍNIMO 15.000 KGF	17,00	SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME
1	8	1	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO (EM FORME DE DISCOS, OCTOGONAIS, ETC.) CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NA ESPESSURA DE 1.25 MM (CHAPA Nº 18). O FUNDO DA PLACA DEVERÁ SER PINTADO COM TINTA EPÓXI PRETO FOSCO A MÁXIMO 360 GRAUS. AS NOMENCLATURAS DAS PLACAS (SERÁ INFORMADO PELO SETOR RESPONSÁVEL) DEVERÃO SER TOTALMENTE REFLETIVAS, COM UTILIZAÇÃO DE ADESIVO PRISMÁTICO GT/VI ATENDENDO NORMA DO CONTRAN. O CONJUNTO DE FIXADORES (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS) DEVERÃO SER DE AÇO ZINCADO	189,00	SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME
1	9	1	O SUPORTE DE AÇO DEVERÁ SER GALVANIZADO A FOGO, NAS DIMENSÕES 48.30 MM X 2.65 MM X 3.500 MM, COM SISTEMA DE ANTIGIRO E TAMPÃO NA PARTE SUPERIOR, EVITANDO ACUMULO DE ÁGUA	85,00	SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME

Ao final, temos o valor total do fornecedor, conforme tabela a seguir:

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME	97.890,00	noventa e sete mil oitocentos e noventa reais

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

Alex Miranda	Pregoeiro Oficial	
--------------	-------------------	--

REPRESENTANTE:

SINAL CITY

PRESENTES:

VALMOR BERTELLI JÚNIOR

ALVARILDA APARECIDA DE SOUZA

## AVISO LICITAÇÃO PRG 035 - 2015 FMS - REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL GRÁFICO

PROCESSO Nº. 170/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2015 – FMS REGISTRO DE PREÇO Fundo Municipal de Saúde	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS DE ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE E SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 26/05/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 26/05/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
<b>MAIORES INFORMAÇÕES:</b> O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br">licitacao@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

ALEX MIRANDA  
PREGOEIRO OFICIAL  
Ilhota, 13 de maio de 2015.

# Imarui

## PREFEITURA

### **AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 035/2015**

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de lajotas para uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Tipo: Pregão Presencial, registro de preço, menor preço por item. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 28 de maio de 2015, às 14h00min.

Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2º à 6º feira, das 13h00min às 17h00min no setor de licitação ou pelo e-mail [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br).

Imaruí, 12 de maio de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imaruí

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 83, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 83, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Estabelece e define as atribuições principais dos Agentes Políticos e dos ocupantes dos cargos e funções constantes da Estrutura Regimental e Organizacional dos Entes do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º As atribuições principais dos Agentes Políticos, são as estabelecidas e definidas pela Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e pelos atos de aprovação das respectivas estruturas regimental e organizacional, consolidadas no Anexo I.

Art. 2º Ficam estabelecidas e definidas as atribuições principais dos cargos e funções constantes da Estrutura Regimental e Organizacional dos Entes do Poder Executivo Municipal, na forma do Anexo II, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno dos respectivos Órgãos.

Art. 3º As atribuições principais dos cargos e funções constantes da Estrutura Regimental e Organizacional dos Entes do Poder Executivo Municipal, que não foram objeto deste Decreto, serão, oportunamente, estabelecidas e definidas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Fica revogado o Decreto PMI nº 039, de 02 de março de 2015.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

#### ANEXO I

Atribuições Principais dos Agentes Políticos  
(Decreto PMI Nº 83, de 30 de abril de 2015)

Denominação: Secretário(a) Municipal de Administração e Gestão Pública – SEAGP

#### Descrição Específica:

- I – administração e normas de pessoal;
- II – gestão de materiais e do patrimônio;
- III – aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- IV – reprografia e digitalização de documentos públicos;
- V – elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;

VI – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal da Fazenda – SEFAZ

#### Descrição Específica:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política fazendária municipal, especialmente:

- a) a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;
- b) a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;
- c) a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;
- d) a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;
- e) a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;
- f) a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;
- g) a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;
- h) o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;
- i) o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
- j) o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes.

II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal de Educação – SEDUC

#### Descrição Específica:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de educação, especialmente:

- a) proporcionar nutrição adequada ao educando;
- b) prover assistência e apoio ao educando de todos os níveis;
- c) estímulo ao ensino médio, tecnológico, superior, especial e de jovens e adultos;
- d) transporte escolar;

- e) proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais da educação;
- f) manter, preferencialmente, uma educação integrada, no âmbito do município, associando ao ensino convencional as iniciativas científicas e tecnológicas;
- g) apoiar a educação inclusiva.

II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal de Saúde – SEMUSA

#### Descrição Específica:

- I – saúde pública e medicina preventiva;

II – atividades médicas e odontológicas;  
 III – educação para a saúde;  
 IV – administração ambulatorial;  
 V – vigilância sanitária e epidemiológica;  
 VI – gestão de programas e ações relativas à saúde da família;  
 VII – assistência básica à saúde;  
 VIII – controle, regulação, avaliação e auditoria;  
 IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda – SEAST

Descrição Específica:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de assistência social, especialmente:

- a) implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
- b) formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;
- c) elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:
  1. dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
  2. da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
  3. da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta.
- c) manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
- d) apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
- e) promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;

f) desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de promoção do trabalho e geração de renda, especialmente:

- a) formação profissional e orientação, visando a organização dos trabalhadores;
- b) identificação de oportunidade de trabalho e emprego para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho;
- c) articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;

d) propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;

e) participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como políticas de promoção do trabalhador; e

f) desenvolver ações destinadas à qualificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.

III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Descrição: Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação – SEDURB

Descrição Específica:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento urbano sustentável, especialmente:

- a) elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- c) instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
- d) instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
- e) coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- f) desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- g) gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- h) zelar pela aplicação do plano diretor do município.

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:

- a) coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
- c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;
- d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de habitação, especialmente:

- a) traçar diretrizes, metas e planejamento dos projetos de obras e edificações referentes a programas habitacionais de interesse social;
- b) a fiscalização e acompanhamento do destino dos recursos adquiridos ao Fundo Municipal de Habitação de Imbituba;
- c) o acompanhamento da fiscalização da execução das obras habitacionais de interesse social;
- d) o desenvolvimento e a elaboração de projetos habitacionais de interesse social;
- e) o desenvolvimento de projetos habitacionais, a elaboração de projetos na busca de recursos junto aos órgãos, federal e estadual;
- f) o desenvolvimento de convênios com a finalidade de construção de moradias habitacionais de interesse social;
- g) a seleção de famílias a serem beneficiadas, atendendo a legislação de critérios dos programas habitacionais de interesse social a serem desenvolvidos.

IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Descrição: Secretário(a) Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura – SEAPI

Descrição Específica:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de agricultura e pesca, especialmente:

- a) desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- b) preservação e conservação do solo e da água no meio rururbano;
- c) prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- d) estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- e) estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- f) motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura

familiar e da pesca artesanal;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura e mobilidade urbana, especialmente:

- a) execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, canteiros e parques;
  - b) conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
  - c) manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
  - d) gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;
  - e) estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;
  - f) controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.
- III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável – SEDES

Denominação Específica:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento econômico, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- c) estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
- d) incentivo e apoio à economia solidária;
- e) realização de eventos de cunho econômico e social;
- f) divulgação das potencialidades econômicas do Município;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal do meio ambiente, especialmente:

- a) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
- b) licenciamento, controle e fiscalização ambiental;

III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – SETEC

Denominação Específica:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- c) estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- d) incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
- e) realização de eventos de cunho turístico;
- f) divulgação das potencialidades turísticas do Município;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:

- a) estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
- b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- c) promover as ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;

d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;

e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;

f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;

g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;

h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:

a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

c) contribuir para a construção da cidadania cultural;

d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

l) contribuir para a promoção da cultura da paz;

m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Procurador(a)-Geral

Descrição Específica:

– defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;

– emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;

– redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações ao Município.

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;

- dirigir, coordenar e orientar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais da Procuradoria-Geral;

- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;

- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes da Procuradoria-Geral;

- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;

- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos com outros órgãos ou entidades, quando expressamente obrigado;

- cumprir normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;

- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, para a Procuradoria-Geral, nos termos da legislação aplicável

à matéria;

- acompanhar a execução do orçamento da Procuradoria-Geral e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito da Procuradoria-Geral;
- designar servidores da Procuradoria-Geral para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens no exercício da função;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro do orçamento da Procuradoria-Geral, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais que estiverem sob sua responsabilidade;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstenendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

## ANEXO II

Atribuições Principais dos Cargos e Funções  
(Decreto PMI Nº 83, de 30 de abril de 2015)

Denominação: Chefe de Gabinete

Descrição Específica:

- as relações político-administrativas com os munícipes e com os órgãos e entidades públicas e privadas;
- executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;

- assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- representação, atendimento e articulação política e social;
- serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;
- constituir projetos estratégicos para o Município e buscar os meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público

e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;

- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Controladoria-Geral – CGM

Denominação Específica:

I – assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes:

- a) à defesa do patrimônio público;
- b) ao controle interno;
- c) à auditoria pública;
- d) à correição;
- e) à prevenção;
- f) ao combate à corrupção;
- g) ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal.

II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior à que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades

das unidades organizacionais subordinadas;

- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Tesoureiro(a)

Descrição Sumária:

- assegurar a concretização das orientações financeiras definidas superiormente;
- participar em reuniões periódicas de coordenação do órgão superior;
- elaborar propostas devidamente fundamentadas que visem a melhoria do funcionamento da tesouraria e submetê-las a apreciação superior;
- efetuar os recebimentos, de acordo com os documentos próprios e dar deles o respectivo documento de quitação;
- efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas;
- elaborar diariamente a folha de caixa (diário de caixa);
- elaborar o resumo diário de tesouraria;
- proceder à guarda, conferência e controle sistemático do numerário e valores de caixa e bancos;
- controlar o movimento das contas bancárias, através do sistema informado instalado na tesouraria;
- assinar os cheques e ordens de transferência bancária e recolher as restantes assinaturas;
- efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo em atenção a rentabilização dos valores;
- assistir à verificação do estado de responsabilidade do tesoureiro, efetuado por quem for nomeado para verificar os fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda, através de contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade;
- assegurar o depósito das receitas em instituição bancária e proceder ao seu registro no diário de caixa e no resumo de tesouraria;
- enviar, diariamente, para a contabilidade os originais e duplicados da folha de caixa (diário de tesouraria) e do resumo diário de tesouraria, acompanhados dos duplicados das guias de recebimento (guias de receita) e de todos os restantes documentos;
- recepcionar os duplicados dos diários de caixa e dos resumos de tesouraria e arquivá-los; e
- executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira.

Denominação: Secretário(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- preparar a agenda diária do Chefe do Poder Executivo e coordenar o atendimento do público interno e externo;
- coordenar o trâmite de documentos levados à apreciação ou para assinatura do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar as relações do Chefe do Poder Executivo com os órgãos superiores e colegiados;
- organizar as viagens do Chefe do Poder Executivo nos seus aspectos protocolares;
- desenvolver outras atividades de natureza administrativa, de aprimoramento da qualidade dos serviços e ações e de representação política e social determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- recepcionar, marcar audiência e encaminhar as autoridades, servidores e pessoas em geral que desejarem comunicar-se com o Chefe do Poder Executivo;
- manter atualizado o registro de visitas do Chefe do Poder

Executivo, bem como dos contatos por eles mantidos;

- organizar e manter atualizado o cadastro de autoridades, entidades e pessoas de relacionamento do Chefe do Poder Executivo;
- executar a redação oficial de assuntos de ordem administrativa do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar e supervisionar o trâmite dos documentos oficiais do Chefe do Poder Executivo;
- organizar, programar e controlar a expedição de convites para as solenidades oficiais;
- controlar o registro das correspondências dirigidas ao Chefe do Poder Executivo;
- exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Denominação: Procurador(a)

Descrição Sumária:

- acautelar-se em os processos judiciais ou administrativos que envolvem o Município e seus agentes públicos, nesta qualidade, seja de forma ativa, com o Município como autor das ações, seja de forma passiva, quando o Município e seus agentes integram o pólo passivo da ação judicial;
- promover todas as diligências internas e externas necessárias à instrução processual e seu controle, bem como, emitir pareceres em expedientes administrativos referentes ao discutido processualmente;
- zelar pela conservação do patrimônio do Município, à disposição do órgão sob sua gestão, estabelecendo registros e controles específicos;
- propor ao Procurador-Geral novas alternativas de trabalho, quando houver necessidade de atender eventual demanda de serviço, até que este volte à normalidade;
- adotar condutas que venham a ser necessárias, em vista da dinâmica da administração e no interesse público;
- assessorar o Procurador-Geral, e na sua ausência ou quando solicitado, o Chefe do Poder Executivo e os demais titulares de órgãos superiores da Administração Municipal;
- zelar pelo bom desempenho dos servidores do órgão sob sua gestão, cobrando funções e realizando treinamentos;
- promover o acompanhamento da execução física e financeira dos convênios, contratos e acordos na área de sua atuação;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas

Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado

na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) de Gabinete

Descrição Sumária:

- assistência direta e imediatamente ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas atribuições e, especialmente, realizar estudos e análises que lhe sejam determinados, em assuntos que subsidiem a coordenação de ações em setores específicos da Administração Municipal;
- promover a articulação com os titulares dos órgãos superiores sobre assuntos submetidos à sua consideração pelo Chefe do Poder Executivo;
- avaliar as proposições normativas encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo;
- assistir ao Chefe do Poder Executivo na supervisão e coordenação das atividades dos órgãos integrantes da estrutura municipal e das entidades vinculadas;
- colaborar no planejamento e coordenar as ações integradas de gestão e modernização institucional;
- contribuir na promoção e disseminação de melhores práticas de gestão e desenvolvimento institucional;
- auxiliar o Chefe do Poder Executivo na definição de diretrizes e na implementação das ações da Administração Municipal;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) de Imprensa

Descrição Sumária:

- supervisionar internamente as atividades governamentais de comunicação social e informações, no âmbito do órgão de atuação, fazendo cumprir os procedimentos de publicidade legal e institucional;
- atuar como unidade coletora e repassadora de informações técnicas necessárias à criação e produção de campanhas institucionais e promocionais de interesse da Administração Municipal, proporcionando os dados imprescindíveis à deflagração de procedimentos

de divulgação em geral;

- transmitir aos veículos de comunicação informações de caráter jornalístico de interesse da Administração Municipal;
- elaborar estudos e projetos especiais de divulgação de interesse da Administração Municipal, submetendo-os à apreciação e aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- assessorar o Chefe do Poder Executivo e os titulares dos órgãos superiores nos assuntos de sua competência;
- articular-se com os órgãos da Administração Municipal, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à viabilização de suas atividades;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para

levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;

- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico,

- assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) Institucional

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a) de Escola

Descrição Específica:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Unidade Escolar;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências relacionadas à Unidade Escolar que dirige;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Direção Escolar;
- dirigir o trabalho coletivo, tendo como funções a articulação, a proposição, a mediação, a operacionalização e o acompanhamento do pensar e do fazer pedagógico-administrativo-jurídico e financeiro da comunidade escolar, a partir das deliberações e encaminhamentos do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno da Unidade Escolar, de acordo com as diretrizes

da política educacional;

**Descrição Sumária:**

- apresentar relatórios mensais das atividades da Direção Escolar e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior à que estiver vinculado;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.
- garantir que a Unidade Escolar sob sua responsabilidade cumpra sua função social de promover a apropriação e a construção do conhecimento por parte dos alunos, preparando-os para o exercício da cidadania e o trabalho, envolvidos no contexto e na complexidade da sociedade atual;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área, articulado com os demais planos dos segmentos escolares;
- dirigir, juntamente com o Coordenador Pedagógico, a construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual, do Regimento Interno e do planejamento dos demais eventos e promoções da Unidade Escolar;
- convocar e coordenar reuniões de natureza administrativa e/ou pedagógica, bem como as comemorações de datas cívicas e fazer cumprir os deveres sociais;
- promover, periodicamente, a avaliação da Unidade Escolar, buscando a identificação de causas dos resultados insatisfatórios e de alternativas para superá-las;
- cumprir e fazer cumprir as disposições legais, relativas à organização didática, administrativa e disciplinar da Unidade Escolar;
- conhecer a legislação educacional e manter-se atualizado quanto às normas emitidas pelos órgãos competentes;
- promover a integração e o bom relacionamento humano entre os membros da comunidade escolar, fazendo-os sentir a importância do seu trabalho para o êxito da Unidade Escolar, dando especial atenção aos novos profissionais da equipe;
- atuar como elemento de ligação entre o Corpo Docente, funcionários, APP, Conselho Escolar, pais, comunidade local e a Secretaria Municipal de Educação;
- supervisionar e colaborar com o funcionamento das entidades (Associação de Pais e Professores – APP, Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Clube de Mães e outras que forem criadas), objetivando o equilíbrio entre a atuação destas e as demais atividades escolares, promovendo a aproximação e cooperação entre os mesmos, de modo a integrá-los nas atividades escolares;
- definir as responsabilidades de todos os profissionais da Unidade Escolar, reforçando a importância da ação integrada dos Especialistas em Educação Escolar (Coordenador Pedagógico Escolar, Orientador Educacional e Supervisor Escolar) para que se fortaleça o espírito de equipe, na tarefa educativa comum, principalmente na busca da gestão democrática da escola;
- zelar pelo fiel cumprimento do horário e do calendário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas, determinando o controle de frequência do Corpo Docente e funcionários da Unidade Escolar, sob pena de responsabilização;
- garantir que a organização das turmas e do horário escolar seja realizada considerando as reais necessidades dos alunos;
- cuidar para que o prédio escolar e suas instalações sejam mantidos em boas condições, providenciando, diretamente junto aos órgãos competentes, a execução imediata dos reparos necessários a sua conservação, bem como propor reformas, ampliações e provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;
- determinar a manutenção de controle do material didático, de expediente, limpeza e conservação e merenda escolar destinado a Unidade Escolar;
- administrar os recursos financeiros, em conjunto com a Associação de Pais e Professores - APP, respeitando a legislação vigente;
- representar a Unidade Escolar, responsabilizando-se pelo seu bom funcionamento, perante a comunidade escolar, aos órgãos do Poder Público e à comunidade em geral;

- supervisionar de forma direta a aplicação dos projetos e metas propostos pela Secretaria Municipal de Educação, desenvolvidos pelo Corpo Docente e Especialistas em Assuntos Educacionais;
- estimular e propiciar, na medida do possível, o aperfeiçoamento e atualização de todos os profissionais da Unidade Escolar, desde que não acarrete prejuízo aos alunos;
- ter postura ética, especialmente com as pessoas da comunidade escolar;
- incentivar o desporto e o lazer no âmbito da comunidade escolar;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

**Denominação:** Coordenador(a) de CEI

**Descrição Específica:**

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência do respectivo CEI;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências relacionadas ao CEI que coordena;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Coordenação do CEI;
- dirigir o trabalho coletivo, tendo como funções a articulação, a proposição, a mediação, a operacionalização e o acompanhamento do pensar e do fazer pedagógico-administrativo-jurídico e financeiro da comunidade escolar, a partir das deliberações e encaminhamentos do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno do CEI, de acordo com as diretrizes da política educacional;

**Descrição Sumária:**

- garantir que o CEI cumpra sua função social, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade;
- responsabilizar-se pelo processo de articulação pedagógica, implementação e dinamização da Proposta Pedagógica, levando em consideração às particularidades do desenvolvimento da criança de zero a cinco anos, cumprindo as duas funções indissociáveis desta etapa da educação básica: educar e cuidar.
- criar e otimizar condições que garantam à criança o pleno exercício de seus direitos como sujeito ativo e em processo de desenvolvimento, através da ampliação de suas experiências e de seus conhecimentos sobre a realidade local e universal.
- coordenar a construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno do CEI, envolvendo a comunidade escolar e local na sua elaboração, promovendo a aproximação e cooperação entre os mesmos, de modo a integrá-los nas atividades escolares de forma democrática e participativa;
- convocar e coordenar reuniões de natureza administrativa e/ou pedagógica, bem como as comemorações de datas cívicas e fazer cumprir os deveres sociais;
- promover, periodicamente, junto ao corpo docente, a avaliação do CEI, buscando a identificação de causas dos resultados insatisfatórios e de alternativas para superá-las;
- conhecer a legislação educacional e manter-se atualizado quanto às normas emitidas pelos órgãos competentes, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais, relativas à organização didática, administrativa e disciplinar do CEI;
- atuar como elemento de ligação entre o Corpo Docente,

funcionários, APP, Conselho Escolar, pais, comunidade local e a Secretaria Municipal de Educação;

- manter a higiene e a segurança no ambiente do CEI, garantindo que a organização das turmas, a rotina e os horários, considerem as reais necessidades dos alunos;
- zelar pelo fiel cumprimento do horário e do calendário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas, determinando o controle de frequência do corpo docente e funcionários do CEI, sob pena de responsabilização;
- cuidar para que o prédio do CEI e suas instalações sejam mantidos em boas condições, providenciando, diretamente junto aos órgãos competentes, a execução imediata dos reparos necessários a sua conservação, bem como propor reformas, ampliações e provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;
- determinar a manutenção de controle do material didático, de expediente, limpeza e conservação e da merenda escolar destinados ao CEI;
- administrar os recursos financeiros, em conjunto com a Associação de Pais e Professores - APP, respeitando a legislação vigente;
- zelar pela imagem do CEI, mantendo conduta e postura condizentes com a função, responsabilizando-se pelo seu bom funcionamento perante a comunidade escolar, aos órgãos do Poder Público e à comunidade em geral;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Secretário(a) de Escola

Descrição Específica:

- cabe ao Secretário de Escola, a execução dos trabalhos pertinentes à escrituração, correspondência e ao arquivo da Unidade Escolar, bem como participar na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da mesma, em acompanhamento e assessoramento ao Diretor de Escola e aos Especialistas em Assuntos Educacionais.

Descrição Sumária:

- participar, cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, do Plano Escolar Anual, e do Regimento Escolar;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área;
- executar e manter em dia a escrituração da Unidade Escolar, correspondência, protocolo, dossiê e arquivos passivos e ativos, efetuando matrículas, transferências, digitação e impressão de diários de classe, boletins e históricos, mantendo organizada toda a documentação;
- redigir e expedir a correspondência da Unidade Escolar, submetendo-a a assinatura do Diretor;
- manter atualizada a ficha cadastral dos alunos e profissionais da Unidade Escolar, bem como os dados dos alunos no programa informatizado realizando periodicamente backup de segurança;
- organizar e divulgar o período de matrícula pelos meios definidos pela Unidade Escolar;
- repassar para os Professores e Especialistas em Educação Escolar, as matrículas novas e transferências efetuadas no decorrer do ano letivo e demais documentos solicitados sobre a vida escolar do aluno;
- responder e encaminhar, anualmente, o Censo Escolar e arquivar cópia do documento da Unidade Escolar;
- organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e outros documentos de interesse da Unidade Escolar;
- manter controle do material didático e de expediente da Unidade Escolar, bem como do estoque de merenda escolar e materiais

destinados a limpeza e conservação da unidade;

- manter controle do patrimônio da Unidade Escolar, como móveis e utensílios, através de arquivo atualizado, informando a Secretaria Municipal de Educação, sobre a aquisição, recebimento de doação ou inutilização de bens patrimoniais, para encaminhamento ao órgão de controle do patrimônio, afim de que o mesmo possa providenciar o seu registro, tombamento ou baixa;
- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados, protocolando-os em livro específico com a assinatura do receptor;
- participar das reuniões e outras atividades da Unidade Escolar nas quais for necessário, elaborando atas e demais registros;
- expedir Históricos Escolares, guias de transferências e vagas, assinando juntamente com o Diretor, cumprindo as formalidades legais;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado no contexto de secretaria escolar;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Secretário(a) de CEI

Descrição Específica:

- execução dos trabalhos pertinentes à escrituração, correspondência e ao arquivo do Centro de Educação Infantil - CEI, bem como participar na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da mesma, em acompanhamento e assessoramento ao Coordenador do CEI e aos Especialistas em Assuntos Educacionais.

Descrição Sumária:

- participar, cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, do Plano Escolar Anual, e do Regimento Escolar;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área;
- executar e manter em dia a escrituração do CEI, correspondência, protocolo, dossiê e arquivos passivos e ativos, efetuando matrículas, transferências, digitação e impressão de diários de classe, boletins e históricos, mantendo organizada toda a documentação;
- redigir e expedir a correspondência do CEI, submetendo-a a assinatura do Diretor;
- manter atualizada a ficha cadastral dos alunos e profissionais do CEI, bem como os dados dos alunos no programa informatizado realizando periodicamente backup de segurança;
- organizar e divulgar o período de matrícula pelos meios definidos pelo CEI;
- repassar para os Professores e Especialistas em Educação Escolar, as matrículas novas e transferências efetuadas no decorrer do ano letivo e demais documentos solicitados sobre a vida escolar do aluno;
- responder e encaminhar, anualmente, o Censo Escolar e arquivar cópia do documento do CEI;
- organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e outros documentos de interesse do CEI;
- manter controle do material didático e de expediente do CEI, bem como do estoque de merenda escolar e materiais destinados a limpeza e conservação da unidade;
- manter controle do patrimônio do CEI, como móveis e utensílios, através de arquivo atualizado, informando a Secretaria Municipal de Educação, sobre a aquisição, recebimento de doação ou inutilização de bens patrimoniais, para encaminhamento ao órgão responsável pelo controle do patrimônio, afim de que o mesmo possa providenciar o seu registro, tombamento ou baixa;
- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados,

protocolando-os em livro específico com a assinatura do receptor;

- participar das reuniões e outras atividades do CEI nas quais for necessário, elaborando atas e demais registros;
- expedir Históricos Escolares, guias de transferências e vagas, assinando juntamente com o Diretor, cumprindo as formalidades legais;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado no contexto de secretaria escolar;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Coordenador(a) Pedagógico(a)

Descrição Sumária:

- participar com a comunidade escolar da construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Escolar;
- subsidiar a Direção na definição do Calendário Escolar- zelando pela sua execução, bem como na organização das classes e do horário semanal na distribuições das aulas;
- auxiliar o professor no sentido de fazer as devidas articulações curriculares, considerando suas áreas específicas de conhecimento, os alunos com quem trabalha, a realidade sociocultural em que a escola se situa e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na escola.
- participar da elaboração do planejamento curricular, objetivando que a realidade do aluno seja o ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo;
- contribuir para que aconteça a articulação entre a teoria e a prática pedagógica;
- acompanhar o processo ensino-aprendizagem, atuando junto aos alunos, pais, professores, no sentido de propiciar a aquisição do conhecimento científico, erudito e universal, para que o aluno reelabore conhecimentos adquiridos e elabore novos conhecimentos;
- influir para que todos os profissionais da Unidade Escolar se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos, especialmente àqueles que apresentam necessidades educacionais especiais com ou sem deficiências;
- mediar eventuais situações de conflito entre alunos e professores, ou pais e Professores, de forma a resgatar as relações que primam pela qualidade na educação;
- garantir, juntamente com o Diretor, o acesso e a permanência de todos os alunos na Unidade Escolar;
- coordenar, juntamente com o Diretor, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e encaminhamentos;
- contribuir para que a avaliação enfoque o processo pedagógico como um todo, visando ao (re) planejamento em benefício da aprendizagem dos alunos;
- acompanhar com o Corpo Docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na lei vigente;
- responsabilizar-se pela análise do Processo Ensino Aprendizagem, coordenando, organizando e atualizando a coleta dos dados estatísticos que possibilitem a constante avaliação do processo educacional, contribuindo para o aumento dos índices de desenvolvimento da educação da Unidade Escolar;
- promover e coordenar reuniões sistemáticas de trabalho, de estudo e discussão da proposta pedagógica da escola, objetivando o aperfeiçoamento constante de todo os envolvidos no processo de ensino aprendizagem;
- acompanhar com o corpo docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na lei vigente;

- acompanhar a adaptação de estudos, em casos de recebimento de transferências, de acordo com a legislação vigente;
- coordenar o processo de análise e seleção de livros didáticos, obedecendo as diretrizes e os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar cooperativamente das programações e realizações da Unidade Escolar;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas objetivando manter-se atualizado;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Motorista Executivo

Descrição Sumária:

- dirigir veículo oficial, com dedicação integral, zelando pelas normas de trânsito e segurança viária;
- aferir o funcionamento de equipamentos de sinalização sonora e luminosa;
- efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo;
- preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho;
- informar-se sobre o itinerário e conduzir veículo em viagens dentro e fora do território nacional;
- controlar o consumo de combustível e lubrificantes, efetuando reabastecimento e lubrificação do veículo, assim como as revisões nos prazos estabelecidos;
- zelar pela conservação e segurança do veículo e seus equipamentos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário;
- manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;
- participar de programa de treinamento, quando convocado;
- executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos;
- executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

#### **EXTRATO: PMI SEDUCE 2014/232 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2014/232 A01

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE

C.N.P.J: 10.981.399/0001-92

Objeto: REAJUSTAMENTO DE 34.291%(TRINTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E UM CENTÉSIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS). SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL E PRORROGAÇÃO DO PRAZO ATÉ 31/12/2015.

Valor: R\$172.865,05 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 118/2014 TP 03/2014

Imbituba, 06 de maio de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande

Representante Legal

Contratada

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 019, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 019, de 12 de maio de 2015.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar supostas irregularidades no processo licitatório nº 175/2005, conforme processo administrativo 14382/2014.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar:

I – Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;  
II – Cristiano Abílio João, Assistente Administrativo, matrícula nº 1722, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e  
III – Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 020, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 020, de 12 de maio de 2015.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar fatos narrados no processo e comprovar ou não dolo ou culpa do servidor municipal, conforme processo administrativo 5338/2015.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar:

I - Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;  
II – Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município; e  
III – Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 021, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 021, de 12 de maio de 2015.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar supostas irregularidades no Processo Licitatório 01/2014 e Dispensa 01/2014, Processo 122/2012 Concorrência 3052013, Processo 01/2014 Tomada de Preços 01/2014.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar:

I ☐ Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;  
II – Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município; e

III – Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 022, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 022, de 12 de maio de 2015.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar possível falsificação de documento, cometido por servidor municipal.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar:

I – Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;  
II – Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município; e  
III – Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda;

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 023, DE 12 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 023, de 12 de maio de 2015.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar supostas irregularidades na concessão de serviço público precedida de execução de obra pública, onde configuraria atos de improbidade administrativa, conforme processo administrativo 3760/2015.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar:

I – Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;  
II – Cristiano Abílio João, Assistente Administrativo, matrícula nº 1722, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e  
III – Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

**PORTARIA PMI/SEAPI Nº 004, DE 11 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAPI Nº 004, de 11 de maio de 2015.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar fatos narrados no processo e comprovar ou não dolo ou culpa do servidor municipal, conforme processo administrativo 8507/2014.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar:

- I – Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;
- II – Cristiano Abílio João, Assistente Administrativo, matrícula nº 1722, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e
- III – Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de maio de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal da Agricultura, Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedrosa Rocha

Controlador Geral do Município

**PORTARIA PMI/SEAPI Nº 005, DE 11 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAPI Nº 005, de 11 de maio de 2015.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar responsabilidade do servidor municipal na suposta negligência na fiscalização de transporte público coletivo, conforme processo administrativo 16772/2014.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar:

- I – Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;
- II – Cristiano Abílio João, Assistente Administrativo, matrícula nº 1722, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e
- III – Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de maio de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal da Agricultura, Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedrosa Rocha

Controlador Geral do Município

# Indaial

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 095/2015.

Pregão Presencial nº 040/2015-10430

Objeto: Aquisição de materiais de instalação elétrica.

Entrega dos envelopes: 26/05/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 26/05/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 096/2015.

Pregão Presencial nº 041/2015-10430

Objeto: Aquisição e instalação de piso laminado e rodapé para Secretaria de Planejamento.

Entrega dos envelopes: 26/05/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 26/05/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 097/2015.

Pregão Presencial nº 042/2015-10430

Objeto: Aquisição e instalação de divisórias modulares para Secretaria de Planejamento.

Entrega dos envelopes: 26/05/2015 as 15:15h.

Abertura das propostas: 26/05/2015 as 15:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

# Iomerê

## PREFEITURA

### **INEXIGIBILIDADE Nº 02/2015**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 02/2015

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show musical para Festa de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: E ADAM PRODUÇÕES - ME

Valor: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Iomerê, 12 de maio de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 13:45:00 horas do dia 27/05/2015, e abertura prevista para às 14:00:00 do dia 27/05/2015. Objeto da licitação: aquisição de equipamentos de informática, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Administração e demais órgãos da Administração Publica. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 12/05/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL



Este Requerimento de Indenização de Férias foi incluído na Relação Mensal de Indenização de Férias referente ao mês de \_\_\_\_\_ do ano \_\_\_\_\_, conforme deferimento.

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura sob Carimbo.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2015 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 13/2015

Contratante – Fundo Municipal de Saúde

Contratada – Fábio Roberto Kampmann

Objeto – O objeto do presente instrumento contratual é a prestação de serviços de orientação, análise jurídica de documentos, o que se fizer necessário para o bom andamento das atividades no Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e em todos os departamentos.

Valor – R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Vigência – 01/05/2015 a 31/08/2015.

Base Legal – Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do FMS

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015

CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 13/05/2015 a 12/05/2016, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando "Credenciar de empresas para contratação do tipo consultas, nas especialidades de Cardiologia, oftalmologia, Otorrinolaringologia e pediatria, a serem prestados nas Unidades de Saúde do Município, conforme cronograma da Unidade de Saúde Central, em conformidade com Decreto nº 2.806/2015, promovido por esta Prefeitura Municipal". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados. O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 e 3625-1144, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 11 de maio de 2015.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

# Itá

## PREFEITURA

### DECRETO N.021/2015

DECRETO Nº 021/2015, de 02 de abril de 2015.

“Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º da Lei Municipal nº 2.357, de 02 de dezembro de 2014 e Inciso I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

### D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 213.500,00 (duzentos e treze mil e quinhentos reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

0.001 – Encargos Gerais do Município

Suplementação

4.6.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas

1.000,00

Anulação

3.2.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas

1.000,00

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Secretaria de Educação

2.012 – Manutenção Secretaria de Educação

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1001 Aplicações Diretas

2.500,00

Anulação

3.3.50.00.00.00.00.1001 Transferência a Instituições

2.500,00

08.00 – Secretarias Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.02 - Departamento Indústria, comércio e serviços

2.027 – Capitalização e Transferência a Itá Hidromineral

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas

210.000,00

Anulação

4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas

200.000,00

4.5.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas

10.000,00

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 129.024,64 (cento e vinte e nove mil vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso, nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.357 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

07.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social

07.02 – Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

2.023 – Manutenção Atividades Fundo Infância e Adolescência

3.3.90.00.00.00.00.1078 Aplicações Diretas

129.024,64

Fonte de recursos - 1078– Piso básico Fixo - CRASS

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, nos termos do inciso

I, artigo 4º da Lei Municipal 2.357, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.038 – Manter Vigilância em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.3066 Aplicações Diretas	48.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 02 de abril de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### LICITAÇÃO Nº 17/2015

Processo Licitatório nº 17/2015, Pregão Presencial nº 17/2015. Objeto: Registro de Preços para seleção de propostas, visando o fornecimento de prestação de serviços de hospedagem, alimentação e transporte de pacientes do Município de Itaiópolis em tratamento especializado no Hospital Angelina Caron, de Campina Grande do Sul /PR, previamente autorizados através da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis, sendo que a prestadora de serviços deverá estar localizada em um raio de até 1.200 metros do Hospital Angelina Caron. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 27 de maio de 2015; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 27 de maio de 2015 na Secretaria Municipal da Saúde; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª a 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 47 3652 1893. Itaiópolis/SC, 12/05/2015. Eliseu Alexandre Gabardo, Secretário Municipal da Saúde.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 88, DE 12 DE MAIO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 88, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Institui programa de Recuperação Fiscal - REFIS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município de Itapiranga, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, parcelados administrativamente ou judicialmente ou a parcelar, na qual o vencimento original tenha ocorrido até o dia 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, por meio da assinatura do Termo de Confissão de Dívida, dispensando o pagamento da taxa de protocolo.

Art. 3º O interessado em ingressar no REFIS terá o prazo para formalizar a opção em até 120 dias da publicação da presente Lei.

Art. 4º O REFIS somente alcançará créditos que se encontrarem com a exigibilidade suspensa por força dos incisos III a V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e cumulativamente renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e/ou ações judiciais.

Parágrafo único. A inclusão dos créditos para os quais se encontrem presentes as hipóteses dos incisos IV ou V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, fica condicionada à comprovação de que o sujeito passivo protocolou requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do artigo 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Art. 5º Ao aderir ao REFIS o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários e não-tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 18 (dezoito) parcelas mensais, sucessivas.

§ 1º Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

§ 2º O valor mínimo de cada parcela será de no mínimo vinte por cento da Unidade Fiscal do Município - UFM para o sujeito passivo pessoa física e jurídica devendo o contribuinte no momento da adesão dar uma entrada no valor mínimo de 10% (dez por cento) dos débitos em atraso.

§ 3º O valor de cada parcela será acrescido de juros na razão de um por cento ao mês e atualizado monetariamente na mesma periodicidade e segundo a variação da Unidade Fiscal do Município - UFM ou qualquer outro indicador que venha a substituí-la, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento.

§ 4º O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, conforme o caso, dar-se-á até o dia 15 do mês subsequente ao da adesão ao REFIS e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias.

Art. 6º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, ou cobrança administrativa via protesto, é condição indispensável ao

deferimento da adesão ao REFIS, a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal.

§ 1º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento e retornarão seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 2º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

§ 3º A suspensão do crédito tributário não descontinua a garantia obtida em juízo.

§ 4º O beneficiário que aderir ao REFIS fica responsável pelo recolhimento das custas cartorárias em decorrência da cobrança administrativa da dívida ativa.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários e não tributários, observados os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em parcela única no ato;

II - 80% (oitenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 3 (três) parcelas;

III - 70% (setenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 6 (seis) parcelas;

IV - 60% (sessenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas

V - 40% (quarenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 18 (dezoito) parcelas.

Art. 8º A opção pelo REFIS obriga o sujeito passivo a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos créditos objeto do parcelamento;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 9º No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea e aderir ao REFIS segundo os valores por ele apurados, declarados por meio de livro eletrônico, quando este foi exigido.

Parágrafo único. A denúncia espontânea referida no caput deste artigo, não inibe posterior fiscalização por parte do Município, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 10. A opção pelo parcelamento do débito confessado nos termos desta Lei Complementar, acarreta interrupção do prazo prescricional de 05 (cinco) anos previsto pela Lei Federal 6.830/80.

Art. 11. O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência de qualquer parcela em mais de 60 dias;

II - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários incluídos no REFIS;

III - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão com base no inciso I do caput ocorrerá no dia seguinte após o prazo estipulado.

§ 2º A rescisão referida no caput implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 3º A rescisão do parcelamento independe de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com o restabelecimento proporcional dos juros, multas moratórias e correção monetária, recomeçando a fluir por inteiro o prazo prescricional interrompido durante o REFIS.

Art. 12. Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do REFIS, vencem somente em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 13. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei Complementar.

Art. 14. As remissões e anistias previstas nesta Lei Complementar não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar, por Decreto, esta Lei Complementar.

Art. 16. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 12 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

# Itapoá

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 2449/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL nº 2449/2015

Data: 11 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal 559/2014 – LOA 2015,

#### DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 63.980,05 (sessenta e três mil novecentos e oitenta reais e cinco centavos), conforme segue:

#### Suplementações

#### 13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### 13.01 Ensino Fundamental

##### 01203610021.2093 Merenda Escolar

33390 Aplicações Diretas (367) DR 23701 .....  
..... R\$ 15.920,00

##### 01203610021.2094 Transporte Escolar Municipal

33390 Aplicações Diretas (371) DR 23705 .....  
..... R\$ 460,05

##### 13.02 Ensino Infantil

##### 01203650021.2102 Merenda Escolar das Creches

33390 Aplicações Diretas (369) DR 23703 .....  
..... R\$ 43.600,00

##### 01203650021.2103 Merenda Escolar da Pré-Escola

33390 Aplicações Diretas (368) DR 23702 .....  
..... R\$ 4.000,00

Total das Suplementações .....  
..... R\$ 63.980,05

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 11 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2015 PROCESSO Nº 49/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº08/2015

PROCESSO N.º 49/2015

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando que o local atende o interesse público por se tratar de local adequado conforme a Lei nº 8.242 de 12/10/1991, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando que o imóvel atende aos interesses da Secretaria quanto a sua estrutura e espaço físico.

Considerando que a Secretaria de Educação precisa atender a demanda de alunos a dar continuidade do Projeto de Ampliação de Jornada Escolar em atendimento aos alunos da EM Euclides Emídio da Silva, EM Monteiro Lobato, EM Ayrton Senna e EM Claiton Almir Hermes, torna-se necessário alugar uma casa que esteja de acordo com nossas necessidades no que diz respeito ao tamanho e localidade desta.

Considerando o Município de Itapoá através da Secretaria de Educação alega não dispor de local apropriado para a realização do Programa Ampliação da Jornada Escolar na região em que se encontra este imóvel, tendo ele as dimensões e localização apropriada.

Considerando que a propriedade se encontra quase de frente para o mar, facilitando, assim a aplicação, por exemplo, das aulas de surf, e também pela continuidade de uso do imóvel à mesma prática.

Considerando o Parecer jurídico nº 75/2015 da Diretoria Jurídica desta municipalidade.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com o preço de mercado, conforme 03 (três) avaliações realizadas pelos corretores:

- a) Alexandre KUMMOROW, Creci nº 23.759/SC, no valor de R\$ 1.500,00 (Um mil, e quinhentos reais);
- b) IVO ALCIDES CEZAROTTO, Creci nº 8854/SC, no valor de R\$ 1.450,00 (Um mil quatrocentos e cinquenta reais);
- c) JULIANO OLIVA, Creci nº10784/SC, no valor de R\$ 1.200,00 (Um mil, e duzentos reais);

Autoriza a LOCAÇÃO DO OBJETO abaixo descrito:

1. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei n 8.666/93.

2. OBJETO: Locação de um Imóvel em alvenaria, 1º (primeiro) pavimento térreo com aproximadamente 153,02 m2 para funcionamento da continuidade do Projeto de Ampliação de Jornada Escolar em atendimento aos alunos da EM Euclides Emídio da Silva, EM Monteiro Lobato, EM Ayrton Senna e EM Claiton Almir Hermes.

3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Locação de um imóvel (em caráter de Dispensa de Licitação), localizado na Rua Emilio Cornelsen, nº 124, do Balneário Brasília, lote nº 20, da quadra nº 05, cujo terreno consta inscrito na Matrícula nº 14.676, Registro de Imóveis, Comarca de Itapoá/SC, um imóvel em alvenaria tipo sobrado com aproximadamente 153,02m² (pavimento térreo), contendo 03 (três) quartos, 01 (uma) sala, 01 (uma) cozinha, 01 (um) banheiro interno, e edícula com 02 (dois) banheiros externos, garagem, toda murada em muro palito.

4. VALOR E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E FUNDAMENTO DAS DESPESAS: O preço total para locação deste imóvel, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 8.680,00 (Oito mil seiscentos e oitenta reais), que será pago em 07 (sete) parcelas de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, e mais 07 (sete) dias que equivalem R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais).

**5. DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS: Correrá pela dotação orçamentária conta:**

Descrição	Código	Órgão	Unid.	Função	Sub- função	Programa	Proj. ativ	FR	Sub elemento
Fundo Municipal de Educação	340	13	002	12	365	21	2098	10100	33903615

6. PRAZO DE VIGÊNCIA: Inicia em 15/05/2015, finalizando-se em 22/12/2015, podendo ser prorrogado ou renovado, ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

7. CONTRATADO: ROSARIA SUELI SPIELMANN FABRO, proprietária, portadora do CI.RG nº 623.299-0 SESP/SC, inscrita no CPF/MF sob o nº 638.334.849-34, residente e domiciliada na cidade de Palma Sola, SC à Av. Crestani, s/nº, bairro Centro, representada neste ato pelo seu procurador Geraldo Luiz Fabro, portador do CI.RG nº 1.156.666 SESP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 576.735.199-68, residente e domiciliado a Avenida Dos Búzios, 31 apt. 207 Jurerê/Florianópolis.

Itapoá, 11 de maio de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratante (locatário): ROSARIA SUELI SPIELMANN FABRO, proprietária, portadora do CI.RG nº 623.299-0 SESP/SC, inscrita no CPF/MF sob o nº 638.334.849-34, residente e domiciliada na cidade de Palma Sola, SC à Av. Crestani, s/nº, bairro Centro, representada neste ato pelo seu procurador GERALDO LUIZ FABRO, portador do CI.RG nº 1.156.666 SESP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 576.735.199-68, residente e domiciliado a Avenida Dos Búzios, 31 apt. 207 Jurerê/Florianópolis.

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2015 – PROCESSO Nº 49/2015.

Objeto: Locação de um imóvel (em caráter de Dispensa de Licitação), na Rua Emilio Cornelsen, nº 124, do Balneário Brasília, lote nº 20, da quadra nº 05, cujo terreno consta inscrito na Matrícula nº 14.676, Registro de Imóveis, Comarca de Itapoá/SC, um imóvel em alvenaria tipo sobrado com aproximadamente 153,02m² (pavimento térreo), contendo 03 (três) quartos, 01 (uma) sala, 01 (uma) cozinha, 01 (um) banheiro interno, e edícula com 02 (dois) banheiros externos, garagem, toda murada em muro palito.

Valor total: R\$ 8.680,00 (oito mil seiscentos e oitenta reais)

Data da assinatura: 11/05/2015;

Data vigência contratual: O presente contrato terá início em 15/05/2015, finalizando-se em 22/12/2015, podendo ser prorrogado, renovado ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da Administração Pública.

Itapoá, 12 de maio de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:  
EDITAL Nº 025/2015 - MECÂNICO DE VEÍCULOS E  
MÁQUINAS PESADAS**

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO - 025/2015

A Prefeitura Municipal de Itapoá, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidato para contratação temporária de Mecânico de Veículos e Máquinas Pesadas com vistas a garantir o bom andamento dos serviços. O Teste Seletivo Simplificado será realizado nos termos da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado.

**1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidato para ser contratado, em caráter temporário, para o preenchimento de 01 (uma) vaga de Mecânico de Veículos e Máquinas pesadas, mais cadastro de reserva que será utilizado se houver necessidade de nova contratação durante a vigência deste Edital, de até 01 (um) ano a partir da data de publicação, sendo prorrogável por mais 01 (um) ano ou até a homologação de Concurso Público.

1.2 - As principais atribuições da função são:

- Inspecionar veículos, máquinas pesadas e aparelhos eletromecânicos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
- Desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
- Revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
- Regular, reparar e, quando necessário, substituir peças do sistema de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondição do equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
- Montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
- Fazer reparos simples no sistema elétrico de veículos e de máquinas pesadas;
- Fazer soldas de peças metálicas;
- Manter limpo o local de trabalho, bem como zelar pela guarda e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais que utiliza;
- Executar outras atribuições afins.

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pela Prefeitura; b) disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Prefeitura; c) possuir ensino fundamental completo;

1.4 - Retribuição mensal: R\$ 1.077,84 (mil e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos);

1.5 - O contratado fará jus ao Vale Transporte, vale alimentação e ao pagamento de férias e 13º salário proporcional.

1.6 - O contrato terá vigência de até um ano, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, ou até homologação de Concurso Público.

1.7 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, aplicando-se ao contrato quanto aos vencimentos, gratificações e adicionais, concessões de direito de petição, adiantamentos, proibições, responsabilidades e penalidades contidas nas Leis Municipais nº76/2001 e 155/2003, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social.

1.8 - O candidato contratado, durante a prestação de serviço temporário, será continuamente avaliado, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento de prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

1.9 - A jornada de trabalho será de 8 (oito) horas diárias perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

**2 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

2.1 - Os candidatos deverão atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos:

- a) ter ensino fundamental completo; b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no momento da contratação; c) ser classificado no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado; d) estar quite com as obrigações eleitorais; e) estar em pleno gozo de seus direitos políticos; f) não estar incompatibilizado com o disposto no art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas. São aplicadas também as restrições à contratação de aposentados previstas no artigo 37, § 10 da CRFB/88; g) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função.

**3 - DAS INSCRIÇÕES**

3.1 - As inscrições serão efetuadas, no período de 18 de maio a 22 de maio de 2015, exclusivamente na forma descrita neste Edital.

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 08:00 as 14:00 horas.

3.3 - No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos seguintes documentos: a) Carteira de identidade; b) CPF; c) Documentos para a Prova de Experiência Profissional.

3.4 - Os documentos entregues no ato da inscrição deverão estar em um envelope lacrado com a devida identificação do candidato bem como o cargo pretendido.

3.5 - A entrega dos documentos é de inteira responsabilidade dos candidatos.

3.6 - Ao candidato que não entregar a documentação para a Prova de Experiência Profissional será atribuída nota zero na prova.

3.7 - O candidato que não entregar cópia da carteira de identidade e do CPF, será eliminado do presente Processo Seletivo Simplificado.

**4 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

4.1 - O Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 025/2015 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos consistirá na soma da pontuação obtida conforme descrito no quadro no item 4.2, podendo o candidato atingir pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

4.2 - Critérios da pontuação:

Prova de Experiência Profissional Máximo de 30 (trinta) pontos

Prova Prática Máximo de 70 (setenta) pontos.

**5 - DA PROVA DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

5.1 - A Prova de Experiência Profissional compreende a contagem do tempo de experiência profissional pública ou privada no cargo a que se refere o presente Edital.

5.2 - A comprovação do tempo de experiência profissional pública nas esferas municipais, estaduais, federais ou distritais será avaliada mediante apresentação de certidão preenchida pela administração pública correspondente, em papel timbrado.

5.3 - A comprovação de tempo de experiência profissional privada no cargo será avaliada mediante apresentação de fotocópia autenticada da Carteira de

Trabalho (parte referente à identificação pessoal e do contrato de trabalho) ou Contrato de Trabalho Específico.

5.4 - Entende-se por tempo de experiência profissional o tempo em que o candidato tenha exercido ou exerça atribuições que tenham relação direta com as atribuições do cargo pretendido (mecânico), independentemente da nomenclatura dada no serviço (emprego) exercido.

5.5 - O tempo de experiência profissional será totalizado em ano, mês e dia, computando-se 1 (um) ponto por bimestre, até o máximo de 60 (sessenta) meses, que será somado à nota da Prova de Prática do candidato.

5.6 - Caso o candidato apresente mais de um documento para contagem de tempo de experiência profissional pública e/ou privada no cargo, será considerado o tempo de experiência de apenas um documento.

5.7 - Não serão considerados para fins de comprovação de tempo de experiência profissional os estágios obrigatórios e estágios não obrigatórios.

## 6 - DA PROVA PRÁTICA

6.1 - A Prova Prática será realizada dia 23 de maio de 2015.

6.2 - A Prova Prática será realizada na garagem de máquinas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, na Rua João Batista Velem, 729, centro, tendo início às 08:00 horas.

6.3 - O candidato, no dia da realização da prova prática, terá acesso aos critérios que serão utilizados na avaliação das referidas provas.

6.4 - A prova prática, busca aferir a capacidade de adequação funcional e situacional do candidato às exigências e ao desempenho eficiente das atividades inerentes ao cargo.

6.5 - As atividades a serem executadas terão como base as descrições sumárias do cargo, podendo ser solicitadas todas as atividades ou somente uma específica.

6.6 - O candidato será considerado apto para o desempenho eficiente das atividades do cargo se obtiver nota mínima de 50% (cinquenta por cento) dos pontos na Prova Prática.

6.7 - O candidato considerado inapto na Prova Prática, obtiver nota inferior a 50% (cinquenta por cento) dos pontos, ou que não comparecer para realizar a Prova Prática, será automaticamente eliminado do teste seletivo.

## 7 - DOS RECURSOS

7.1 - A classificação se fará em lista única, divulgada através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá, relacionando os candidatos não eliminados, segundo a ordem decrescente da nota obtida.

7.2 - A divulgação da classificação será dia 25 de maio de 2015 a partir das 10:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

7.3 - A interposição de recursos poderá ser feita através de Protocolo na Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá, nos dias 26 e 27 de maio das 08:00 às 13:30 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados nos dias estabelecidos para tanto.

7.4 - A divulgação da classificação final será dia 29 de maio, a partir das 9:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

## 8 - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

8.1 - Os candidatos serão listados segundo o cargo e a ordem decrescente da nota final que será o somatório da nota da Prova de Experiência Profissional e da nota da Prova Prática.

8.2 - Em caso de igualdade na nota final de classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que: a) Obtiver maior nota na Prova Prática; b) Obtiver maior nota na Prova de Experiência Profissional;

c) Tiver maior idade no dia 06 de setembro de 2014.

8.3 - A classificação dos candidatos no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado não gera o direito a firmarem contrato, ficando a critério da Secretaria de Obras e Serviços Públicos de acordo com a necessidade do serviço, a convocação dos classificados para contratação.

8.4 - No ato da contratação, o candidato deverá apresentar original e cópia da seguinte documentação:

Cédula de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Título de Eleitor; Certidão de Quitação Eleitoral; Certidão de nascimento ou casamento; Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep; Uma foto recente; Comprovante de residência; Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo; Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC); Certidão de Nascimento dos Filhos; Certidão de Regularização do CPF; Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição; Declaração de bens e ou IRRF; Declaração de não ter sofrido processo disciplinar; Declaração de dependentes para Imposto de Renda; Tipagem sanguínea; Laudo médico.

8.5 - Conforme a necessidade, será feita a convocação dos candidatos, seguindo-se a

classificação final no presente Edital de Teste Seletivo, através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

8.6 - O candidato que for convocado para contratação e não comparecer no local e data

marcados ou não apresentar nenhum um dos documentos citados no subitem 8.4, será

desclassificado para todos os fins, sendo convocado o candidato seguinte da lista de

classificação final.

8.7 - A aprovação e classificação final no Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de contratação, mas apenas a expectativa de realização de tal ato, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

B

## 9 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

9.2 - O candidato que, no ato da inscrição, prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos através de comissão nomeada para tal fim, observada a legislação vigente.

9.4 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 11 de maio de 2015.

Jeferson Rubens Garcia

Secretário de Obras e Serviços Públicos

# Joaçaba

## PREFEITURA

### ACÓRDÃO Nº 076 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Acórdão nº 076 / 2.015

Recurso Voluntário

Processo nº 136.852 / 2.015

Requerente: Daniel Assis Cardoso de Castro

Reclamado: Prefeitura Municipal de Joaçaba

Ementa: ITBI -BASE DE CÁLCULO -DIVERGÊNCIA DE VALOR ARGUIDA PELO CONTRIBUINTE - VALOR ARBITRADO PELO FISCO NO MOMENTO DA TRANSFERÊNCIA PERANTE O REGISTRO DE IMÓVEIS -INTELIGÊNCIA DO ART. 99 C/C ART. 102 DO CTM.

Recurso Voluntário interposto por Daniel Assis Cardoso de Castro. desprovido por maioria.

#### Relatório:

O Senhor Daniel Assis Cardoso de Castro adquiriu um Imóvel (terreno urbano), lote nº 01, quadra B, seção 113, Bairro Flor da Serra, Rua A -Brisas do Vale II, através do Contrato Particular de Promessa de Compra e venda de Imóvel entre a empresa Visão Consultoria Ltda representado pelo Sr. Felipe Ramos D´Agostini e o Sr. Daniel Assis Cardoso de Castro, assinado em 10 de julho de 2.013 no valor de R\$ 140.000,00 (Centro e quarenta mil reais), e protocolizou pedido de guia de recolhimento de ITBI em 21 de Novembro de 2.014, requerendo que seja utilizado como base de cálculo o valor do referido contrato.

O Setor de Fiscalização de tributos avaliou o Imóvel na data da solicitação da guia de recolhimento no valor de R\$ 194.700,00 (Cento e noventa e quatro mil e setecentos reais).

O Recorrente inconformado, apresentou recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes não concordando com a avaliação, alegando que a mesma não estaria amparada em nenhuma tabela, sendo subjetiva. Menciona que o preço de mercado é critério subjetivo, sem base legal.

O Município de Joaçaba, por meio de seu representante da Fazenda Pública Municipal, emitiu parecer pela total improcedência do recurso interposto pelo requerente.

#### Da Fundamentação

O Código Tributário do Município (LC nº 31/97) estabelece:

.....  
Art. 93 O Imposto Sobre a Transmissão Inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direito a eles relativos, incide:

I - sobre a transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos em Lei Civil;

II - sobre a transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia, ressalvado quanto ao usufruto, a hipótese do inciso IV, do artigo 96 desta Lei Complementar;

III - sobre a cessão de direito relativos a aquisição dos bens referidos nos itens anteriores. (Redação dada pela Lei Complementar nº 128/2006)

Art. 99 A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos, no momento de transmissão ou de cessões, segundo a estimativa fiscal determinada pela administração municipal através de avaliação feita com base nos elementos de que dispuser e ainda

nos declarados pelo sujeito passivo.

§ 1º Na avaliação serão considerados, dentre outros, os seguintes elementos quanto ao imóvel:

I - forma, dimensões e utilidade;

II - localização;

III - estado de conservação;

IV - valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes;

V - custo unitário da construção;

VI - valores aferidos no mercado imobiliário.

§ 2º Com a retirada do documento de arrecadação para recolhimento do imposto, preclui o direito do contribuinte de interpor recurso contra a avaliação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 128/2006)

Art. 102 O imposto será arrecadado antes de efetivar-se o ato ou contrato sobre o qual incide, se por instrumento público e, no prazo de 30 (trinta) dias de sua data, se por instrumento particular.

Parágrafo Único - O comprovante do pagamento do imposto vale pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão, findo o qual deverá ser reavaliado, a fim de se apurar a diferença. (Redação dada pela Lei Complementar nº 128/2006.)

Isto posto,

Vistos, relatados e discutidos, os membros do Conselho Municipal de Contribuintes, por maioria de Votos, indeferiram ao recurso interposto pelo Sr. Daniel Assis Cardoso de Castro, mantendo assim o lançamento da base de cálculo do ITBI do Imóvel no valor de R\$ 194.700,00 (Cento e noventa e quatro mil e setecentos Reais).

Joaçaba/SC, 06 de Abril de 2.015

Ricardo Altenburger

Conselheiro Relator

Dirceu Antonio Bazzo

Conselheiro Relator – Voto Vencido

Vânia Brandalize

Representante da Fazenda Pública Municipal

Eliana Zardo

Presidente do CMC

### EXTRATO PL 50/2015/PMJ - PP 34/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015/PMJ

Objeto: aquisição de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos esportivos desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 09/06/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 09/06/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário

das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 12 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rony Edson Lenz

Diretor de Esportes

### **EXTRATO PL 54/2015/PMJ - PP 38/2015/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015/PMJ

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na área contábil, financeira e patrimonial. Forma de Julgamento: Menor Preço. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 28/05/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 28/05/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 12 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

IRIA FLÂMIA RODRIGUEZ TORRICO

Secretária

### **RESOLUÇÃO Nº 03/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

O Secretário de Assistência Social de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria de Assistência Social, conforme relação abaixo: ABRIGO – Ediles Drey de Giacometi ,Maria Eliza Monteiro, Francieli Carabolante, Marilei Schmitz Ebert , Marisangela Carleto e Kelly Ferreira (MHY 9721, PEUGEOT PARTNER ESCAP 2010/2011 BRANCA)

CONSELHO TUTELAR –, Grasielle Zanella, Mabel Falavinha Baran , Mirian Medeiros e Clarice Elias. (MLU 2478, PALIO WK ATTRAC - FIAT BRANCA , 2014).

CRAS – Sandrine Pizoni, Juliana Chiamulera, Rúbia Karen Provensi, Larissa Novello, Gislaine Ferreira Coutinho Soares, Edoardo Trindade dos Santos e Kelly Ferreira. (MKF 7167, RENAULT/LOGAN AUT 1016V 2012/2013 BRANCA e MLM 0086 UNO MILLE – FIAT - 2013 ).

CREAS – Rozane Martins Schmutz, Maristela Rosa Abatti Schuller, Rosilde Calderoli Bortolini, Marcelino Zuffo, Giolly Muriel Moreira, Rosilei Bordin Lago , Aline Aparecida Schmidt Dambros ( MKE 5977, RENAULT/LOGAN EXP 16 2012/2013 BRANCA, MLN – 7742

– UNO VIVANCE 2014 BRANCO)

IDOSO –Ivete Aparecida Facin,, Marisete da Rosa Bottega , Daiana Duarte (MFY 1160, VW GOL SPECIAL 2002/2003 CINZA).

SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Juliana Chiamulera, Ediles Drey de Giacometi, Renan Zilio, Ivone Zanatta , Nathalia Costenaro Mascarello, Loiva Otto Grisner e Mário Wolfart. (MDR 4613, FIAT/SIENA FIRE FLEX 2007/2007 BRANCA) e MKU- 4769 FIAT STRADA WORKING 2014/2015).

ACESSUAS – Érica Tomazi Ribeiro , Veronica Arruda Wolff e Marcelo Junior de Lima Kochhan ( MGD 8896 –UNO MILLE FLEX 2010 - BRANCO)

MKU-4769 -FIAT-STRADA WORKING-2014/2015– Poderá ser usado por todos os serviços, conduzido pelos servidores da Secretaria e : Marisete da Rosa Bottega , Daiana Duarte , Edoardo Trindade dos Santos, Giolly Muriel Moreira e Marcelino Zuffo.

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação, deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 07/2014.

Joaçaba, SC, 23 de dezembro de 2014

MÁRIO WOLFART

Secretário de Assistência Social

**NOTA DE LICITAÇÃO FRACASSADA PL 40/2015/PMJ - PP 27/2015/PMJ****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****CNPJ:** 82.939.380/0001-99  
**AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378**  
**C.E.P.:** 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 27/2015 - PR****Processo Administrativo:** 41/2015  
**Processo de Licitação:** 40/2015  
**Data do Processo:** 08/04/2015

**Objeto:** Contratação de empresa especializada, para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2015, que será realizado no período de 28 de outubro a 01 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt, no Município de Joaçaba, SC.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 8 / 2015**

**Motivo:** Deu-se início à sessão às 14h00min, sendo que foi constatado que a empresa O N EVENTOS LTDA (10421) não atendeu ao item 2.6 do edital por não ter apresentado certidão simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante. Desta forma, a empresa não foi credenciada. Diante disto, considerando que não ocorreram outros interessados, restou o presente certame FRACASSADO. Em tempo, os envelopes, devidamente lacrados, contendo os documentos de habilitação e da proposta ficam a disposição da empresa para serem retirados no setor de compras e licitações.

Joaçaba, 12 de Maio de 2015

-----  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**CÂMARA MUNICIPAL****INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2015**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Estabelece orientações acerca do controle de frequência dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba/SC.

Art. 1º. Estabelece orientações no tocante ao registro de frequência dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba/SC.

Art. 2º. Todo o servidor deverá registrar eletrônica e diariamente sua jornada de trabalho, das 13 (treze) horas às 19 (dezenove) horas, de segunda à sexta-feira, exceto pontos facultativos e feriados. § 1º O servidor poderá ausentar-se das dependências da Câmara durante o horário de expediente somente para exercer atividades expressamente relacionadas às suas atribuições e a função legislativa – com as exceções previstas pela Lei Complementar 76/2003, devendo apresentar relatório escrito em 24 horas ao Departamento Pessoal.

§2º. As horas excedentes à jornada de trabalho deverão ser compensadas em 60 dias, não se caracterizando como serviço extraordinário.

§3º. Não será permitida a compensação de horários para servidores comissionados ou de função de confiança, conforme a Lei Complementar Nº 76/2003 em seu art. 17, inciso I.

Art. 3º. As dúvidas, os casos omissos e situações especiais deverão ser encaminhados ao departamento de Controle Interno.

Art. 4º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN CARLOS DA SILVA  
Controle Interno

**RESOLUÇÃO 025/2015 - LICENÇA PREMIO ADRIANA**

RESOLUÇÃO Nº 025/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio da Servidora ADRIANA PANIZZI, Jornalista, conforme requerimento protocolizado em 16 de abril de 2015, referente ao período de 1º de março de 2013 a 1º de março de 2014, nos termos do art. 57, §2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004 c/c art. 80 e 80-A da Lei Complementar nº 76/2003.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 12 de maio de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PLASS****RESOLUÇÃO Nº 04/2015/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS

Av. XV de Novembro, 378 – Centro

89600-000 - Joaçaba – SC

Fone/Fax: 49 – 3527 8804

E-mail – plassjba@gmail.com

RESOLUÇÃO N.º 04/2015

"FIXA VALOR DE PROCEDIMENTOS HOSPITALARES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

A Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 29 de abril de 2015, conforme Ata nº 321/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Adotar a seguinte TABELA PARA PROCEDIMENTOS HOSPITALARES a serem praticados pelo PLASS a partir de 04 de maio de 2015.

PROCEDIMENTOS	VALOR
DIÁRIA	
Diária - Quarto com Banheiro	123,44
Diária – Quarto com banheiro, fracionada na saída do paciente.	44,87
Diária de U.T.I. – Unidade de Terapia Intensiva.	272,71
Diária Acompanhante – Pernoite com café da manhã	42,39
Diária acompanhante completa	75,31
Hospital Dia	74,36
Berço Aquecido – por dia	18,49
Plantão 12 horas – UTI	127,55
SALA DE CIRURGIA OU PARTO	
Porte 0 - Uso	36,66

Porte 1 - Uso	65,00
Porte 2 - Uso	101,08
Porte 3 - Uso	175,02
Porte 4 - Uso	240,03
Porte 5 - Uso	281,72
Porte 6 - Uso	308,59
Porte 7 - Uso	359,77
Porte 8 - Uso	548,08
Porte 9 - Uso	626,36
Porte 10 - Uso	704,63
Porte 11 - Uso	861,24
<b>SALA DE OBSERVAÇÃO</b>	
Ambulatório/Pronto-Socorro até 6 horas	26,65
Sala de Gesso	26,65
<b>SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS ANESTESIA CENTRO CIRÚRGICO</b>	
Local - Uso	4,66
Sedação - Uso	9,06
Bloqueio de Plexos - Uso	13,83
Peridural e/ou Raquiana - Uso	18,33
Geral - Uso	23,00
<b>TAXAS DIVERSAS</b>	
Curativo pequeno – unidade	9,84
Curativo médio – unidade	17,83
Curativo grande – unidade	22,50
Curativo especial – unidade	28,34
Nebulização	7,08
Taxa de monitor por dia – UTI	34,83
Taxa de monitor por Uso – centro cirúrgico	29,66
Taxa de bisturi	14,81
<b>OXIGÊNIO</b>	
UTI, Centro Cirúrgico, Quarto e Ambulatório litros/minuto, conforme consumo.	0,0290
Ozoto (gás anestésico), cód. 04.00.006 litro/minuto, conforme consumo.	0,1740
Intensificador de imagens – nas cirurgias	103,43

## DIÁRIAS

Estão incluídos no preço da diária:

- Aposentos;
- Os registros hospitalares;
- Dieta normal progressiva (líquida, branda e normal) de acordo com o cardápio.

Não estão incluídos no preço da diária

- Refeições de acompanhantes e pedidos extras;
- Sangue, medicamentos, materiais descartáveis e outros;
- Uso de salas especiais cirúrgicas, obstétricas;
- Honorários médicos;
- Exames complementares de diagnósticos e terapêuticos;
- Ligações telefônicas;
- Outros serviços extras.

1. A diária vence às 12:00 horas do dia seguinte ao internamento.

2. No caso de transferência do paciente para UTI ou CTI, os familiares que optarem pelo uso continuado da unidade normal de internação deverão fazê-lo formalmente, responsabilizando-se pelo pagamento, o qual será efetuado em separado.

## MEDICAMENTOS/ MATERIAIS

- Os medicamentos utilizados serão cobrados conforme Brasíndice, preço máximo ao consumidor.
- Os materiais descartáveis, preço Brasíndice.
- Órtese, Próteses e materiais especiais, com prévia autorização do PLASS, conforme lista de preços no mercado, mediante a apresentação da Nota Fiscal de aquisição ou negociados e pagos diretamente aos fornecedores.

## HONORÁRIOS MÉDICOS

Os honorários médicos serão pagos diretamente aos médicos conveniados e/ou ao hospital, de acordo com a tabela AMB/PLASS.

#### PRAZO

As contas serão entregues mensalmente, até o dia 18, com os valores expressos em reais.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 04 de maio 2015.

Joaçaba - SC, 29 de abril de 2015.

JULIANA DARTORA BESBATI

Presidente

---

### SIMAE - JOAÇABA

---

#### PORTARIA JHL 100/2015

PORTARIA SIMAE JHL –Nº 100/2015 DE 08.05.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora GLAÚCIA MÉRI LOHMANN, Operador de ETA, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, de acordo com o Art. 81 inciso IV, da Lei Complementar 76 de 11 de dezembro de 2003, conforme requerimento protocolado sob o nº 1319/2015 de 07 de maio de 2015, por um período de 02 (dois) anos, a contar do dia 11 de maio de 2015, devendo reassumir suas funções em 10 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de maio de 2015, obedecido disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 08 de maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

#### RESUMO CONTRATO JHL 0032/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0032/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO JHL0001/2015

PROCESSO Nº 0019/2015

PROTOCOLO Nº 0980/2015

Data: 08/05/2015

Objeto: Locação de imóvel (terreno), para a utilização como estacionamento e guarda de veículos do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE

Contratado: ETREX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Valor do Contrato: R\$ 1.790,00 (Um mil setecentos e noventa reais) mensais.

Programa: 14.01.

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.10

Prazo de vigência: 08/05/2015 a 07/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

# Lages

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 26/2015 PML

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXECUTIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 26/2015

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 26/2015 através da Secretaria de Segurança e Ordem Pública, para a Celebração de um Contrato com o Sr. Elídio Adalberto Fertig, inscrito no CPF sob n.º 322.756.197-20 sito à Rua Presidente Costa e Silva, 125– Bairro: América – Joinville/SC para locação de Imóvel situado na Rua: Moisés Furtado, 155 – Bairro Centro, na cidade de Lages, a ser utilizado pela Secretaria de Segurança e Ordem Pública, pelo valor de R\$ 1.940,58 (Mil novecentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de abril de 2015.

Paulo Dellajustina

Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Paulo Dellajustina, Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 16 de abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Município em Exercício Interino

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2013 SEMASA

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES /SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: ACORDAR TREINAMENTO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 12.927.815/0001-08, com sede à Rua Almirante Tamandaré n.º 163 – São Miguel do Oeste/SC – cep: 89.900-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A Contratação de pessoa jurídica de assessoria e consultoria técnica especializada para execução do Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) no âmbito dos eixos e macroações de: mobilização e comunicação, suporte às intervenções físicas, articulação para parcerias, capacitação da equipe técnica, avaliação e monitoramento, participação comunitária e desenvolvimento sócio organizativo, mobilização e organização comunitária, educação, educação para saúde e educação ambiental e sanitária, realizando todas as atividades; acompanhamento e avaliação das obras e pós obras, relativo a execução de sistema de serviços urbanos de água e esgoto do Município de Lages (bairros Araucária – Caroba e entornos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado até 31/08/2016, podendo ser

prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

2.3 Do Contrato, fica prorrogado até 31/10/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES/SC, em 30 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

### TERMO DE CONVÊNIO Nº 017/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 017/2015 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

O MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTÔNIO ARCANJO DUARTE, e a Fundação Municipal de Esportes de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.559/0001-66, com endereço na Avenida Antonio Ribeiro dos Santos, nº400, Bairro da Várzea, em Lages/SC, neste ato representado pelo Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Sr. JOSÉ MAXIMILIANO CAPPELLETTI BATALHA, doravante denominados CONCEDENTES e A ASSOCIAÇÃO LAGEANA DE VOLEIBOL, inscrita no CNPJ sob o nº 08.726.486/0001-51, com sede a Rua Avenida Santa Catarina, nº 136, Bairro Santa Helena, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. LEONARDO BERTONI CORREA PONTALTI, CPF nº 008.567.529-67, doravante denominado CONVENIENTE, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, observadas as disposições legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto o auxílio financeiro para o treinamento com as equipes de base na modalidade de voleibol no naipe masculino que representam Lages em competições oficiais.

VALOR: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) em 09 (nove) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 01/03/2015 A 30/11/2015.

Lages, 12 de maio de 2015.

**TP 23-2015 PML; PP 31-2015 SMS E PE 12-2015 SMS****AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: TP 23/2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Consultoria, com ênfase na execução orçamentária e controle financeiro.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 29/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 56.280,00

Modalidade: PP 31/2015 SMS

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Móveis

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 01/06/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 161.835,00

Modalidade: PE 12/2015 SMS

Objeto: Aquisição de Materiais e Equipamentos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 02/06/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 88.327,92

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.  
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 12 de maio de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

# Laguna

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 712/2015**

PORTARIA RH Nº 712/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

EXONERAR, JÚLIA GUEDES do Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Organização Comunitária, DAF 3, com lotação na Fundação Irmã Vera, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Maio de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 719/2015**

PORTARIA RH Nº 719/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

EXONERAR A PEDIDO, OLDACIR RECH DOS SANTOS do Cargo de Secretário Municipal de Administração e Serviços Públicos, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Maio de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 726/2015**

PORTARIA RH Nº 726/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

DESIGNAR LUIZ PAULO DE REZENDE, Secretário Municipal da Fazenda, para responder interinamente pelas atribuições da Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Maio de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 060/2015

DECRETO Nº 060/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 42.883,88 (Quarenta e Dois Mil, Oitocentos e Oitenta e três Reais e oitenta e Oito Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.03 - Departamento de Desporto

1.045 - -REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL

DOTAÇÃO 178

4.4.90.00.00.3175 - Aplicação Direta R\$ 42.883,88

Total: R\$ 42.883,88

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 3175 (Transferências de Convênios), verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### EDITAL DE PREGAO Nº51/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº51/2015 PMLM

PROCESSO Nº51/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 21 de maio de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para Contratação de empresa do ramo pertinente, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas de Lauro Muller/SC., dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha, memorial descritivo e projeto, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 8 de abril de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### **DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº DL10/2015 PROCESSO 28/2015**

#### **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA LICITATÓRIA**

Dispensa por Justificativa Nº DL10/2015 Processo 28/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios que sejam produzidos por agricultores e/ou empreendedores de base familiar rural organizados em grupo formal/informal, em observância ao disposto no § 2º do art. 20 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 para atender ao Programa de Alimentação Escolar. Data de Homologação: 11/05/2015. Licitantes Homologados: ELIDIANE DE SOUZA DALLABRIDA. Valor 13.359,55 (treze mil trezentos e cinquenta e nove reais com cinquenta e cinco centavos). EMERSON ARI AUGUSTIN. Valor 7.877,90 (sete mil oitocentos e setenta e sete reais com noventa centavos).

Lebon Regis, 11/05/2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 047/2015

DECRETO Nº 047, DE 12 DE MAIO DE 2015

“PRORROGA PRAZO DE INSCRIÇÕES COM A FINALIDADE DE CADASTRO DE RESERVA DAS FAMÍLIAS PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV – RESIDENCIAL JARDIM DAS COLINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Municipal nº 966, de 03 de maio de 2013, no Decreto Municipal nº 031 de 1º de abril de 2015 e no Art. 3º da Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, com redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de inscrições, com a finalidade de cadastro de reserva, das famílias para o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – Residencial Jardim das Colinas.

Parágrafo único. As famílias interessadas deverão se dirigir ao Setor da Assistência Social de Leoberto Leal, situado na Avenida Adolfo Scheidt, nº 458, durante o período de 12 a 29 de maio de 2015, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### DECRETO N.º 048/2015

DECRETO N.º 048, DE 13 DE MAIO DE 2015.

“Dispõe sobre a lotação dos veículos e máquinas da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente e dá outras providências.”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica,

Considerando, a otimização, economicidade e utilização dos maquinários disponíveis para execução dos serviços da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, sendo respeitados os convênios estabelecidos e suas finalidades;

DECRETA:

Art. 1º A partir desta data, ficam lotados na Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente os veículos e máquinas, de acordo com a relação a seguir:

CAMINHÃO BASCULANTE MB1518

CAMINHÃO BASCULANTE FORD F-12000

CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO

RETRO ESCAVADEIRA 580L CASE

RETRO ESCAVADEIRA 580M

RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND

TRATOR NEW ROLAND

RETRO ESCAVADEIRA JCB

TRATOR VALMET

TRATOR VALMET

TRATOR VALMET

PATROLA CASE

CARREGADEIRA W20B

Art. 2º A partir desta data, ficam lotados na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos os veículos e máquinas, de acordo com a relação a seguir:

SAVEIRO 1.6

SAVEIRO 1.6

CAMINHÃO PRANCHA MB2318

CAMINHÃO PIPA MB1113

CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO

MOTO NXR 125 BROS KS

CARREGADEIRA 621B CASE

PATROLA HW130

PATROLA G930 VOLVO

ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO

CAMINHÃO BASCULANTE MB2729

Art. 3º Com a finalidade de correta locação dos custos por secretaria, orienta-se que sejam cientificados as secretarias e demais setores administrativos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Leoberto Leal, 13 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO 27/2015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de pneus, câmaras, protetores e manchão,remendos, e colas, no dia 26 de maio de 2015, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 12 de maio de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2035

DECRETO Nº 2035 de 12 de maio de 2015.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº1369 de 12 de maio de 2015,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente e ou na sua totalidade, as dotações atribuídas às Atividades e Projeto discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.01.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte: 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos-Saúde ..... R\$ 10.884,00  
Detalhamento de Recursos: 002 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.01.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte: 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos-Saúde ..... R\$ 4.000,00  
Detalhamento de Recursos: 002 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.01.10.304.0016.2020 - Alimentação e Nutrição  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte: 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos-Saúde ..... R\$ 3.000,00  
Detalhamento de Recursos: 002 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Limite de anulação .....  
.. R\$ 17.884,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas na dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Mun. de Saúde  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos ..... R\$ 17.884,00  
Detalhamento de Recursos: 002 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Limite de Suplementação .....

R\$ 17.884,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de maio de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0062015

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 006/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS, ARTISTAS PLÁSTICOS E PRODUTORES CASEIROS - ARTELUZ

VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS, ARTISTAS PLÁSTICOS E PRODUTORES CASEIROS - ARTELUZ, a importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: 08.0801.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários. VIGÊNCIA: Até 20/11/2015.

Luzerna, 06 de maio de 2015.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna  
CONVENIENTE

TEREZINHA DALLA COSTA MOTT  
ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS,  
ARTISTAS PLÁSTICOS E PRODUTORES CASEIROS - ARTELUZ  
CONVENIADA

### LEI 1368

LEI Nº 1368 de 12 de maio de 2015.

"INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO CONTRA TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

L E I:

Art.1º- Fica instituído o DIA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO CONTRA TODAS AS FORMAS DA VIOLÊNCIA, a ser celebrado anualmente no dia 18 de maio.

Art.2º- Fica o Poder Executivo autorizado a estimular e promover campanhas de conscientização social acerca das diversas formas de violência.

Art.3º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de maio de 2015.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

Limite de Suplementação .....  
R\$ 18.884,00

Art.3º - Este Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

### LEI 1369

LEI Nº 1369 de 12 de maio de 2015.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

Luzerna(SC), 12 de maio de 2015.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente e ou na sua totalidade, as dotações atribuídas às Atividades e Projeto discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.01.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte: 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos-Saúde ..... R\$ 10.884,00  
Detalhamento de Recursos: 002 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.01.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte: 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos-Saúde ..... R\$ 5.000,00  
Detalhamento de Recursos: 002 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.01.10.304.0016.2020 - Alimentação e Nutrição  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte: 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos-Saúde ..... R\$ 3.000,00  
Detalhamento de Recursos: 002 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Limite de anulação .....  
.. R\$ 18.884,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação na dotação atribuída a atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Mun. de Saúde  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos ..... R\$ 18.884,00  
Detalhamento de Recursos: 002 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

## CÂMARA MUNICIPAL

## BALANCETE FINANCEIRO 04/2015

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Período: Abril  
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>36.443,30</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>36.443,30</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.861,94
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.581,36
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>49.166,67</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	49.166,67		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>76.285,14</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>77.149,83</b>
ASM ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICC	23,64	ASM ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICC	23,64
CONTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA	108,00	CONTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA	108,00
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	36.443,30	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	37.316,73
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	37.316,73	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	37.316,73
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	61,58	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	61,58
INSS	1.980,05	INSS	1.980,05
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	351,84	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	343,10
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>39.349,54</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>51.208,22</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	39.349,54	BANCO C/ MOVIMENTO	51.208,22
<b>TOTAL</b>	<b>164.801,35</b>	<b>TOTAL</b>	<b>164.801,35</b>

Luzerna, 12/05/2015

RUBIANA SUELEN BALESTRIN  
CONTADORA

JOÃO BATISTA ZAMBONI  
PRESIDENTE MESA DIRETORA

PATRICIA CORREA DE ALMEIDA  
TESOUREIRA

# Macieira

## PREFEITURA

### PUBLICAÇÃO RESUMIDA - ATA DE RP Nº 04/2015 E 05/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0017/2015.

Pregão Presencial nº 0012/2015.

Registro de Preços nº 0004/2015.

Objeto: O REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras, com pedidos parcelados, de prestação de serviços de horas máquinas (com máquina e operador qualificado), destinados ao atendimento das necessidades do Município de Macieira, conforme especificações no Edital e seus anexos.

Vigência: As Atas de Registro de Preços terão vigência de 12 meses, ou seja, até 05 de maio de 2016.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a prestação dos serviços e emissão de Nota Fiscal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

Contratada: JANDIR ELIZEU PIRAN ME.

ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QTDE PREVISTA	PREÇO REGISTRADO UNITÁRIO R\$
01	HT (hora trabalhada)	Prestação de serviços de trator de esteiras D-50 (horímetro), com peso mínimo de 13.000 kg e peso máximo de 15.000 kg, com lâmina ansilho, com operador qualificado, conforme especificações do edital.	01 hora	170,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

Contratada: R.N LOGÍSTICA E SOLUÇÕES EM TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA EPP.

ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QTDE PREVISTA	PREÇO REGISTRADO UNITÁRIO R\$
02	HT (hora trabalhada)	Prestação de serviços de escavadeira hidráulica PC 160 (horímetro), com peso mínimo de 17.000 kg, com operador qualificado para manuseio da máquina, conforme especificações do edital.	01 hora	175,00
03	HT (hora trabalhada)	Prestação de serviços de motoniveladora, com lâmina e escarificador dianteiro, peso mínimo de 12.350 kg, potência de 140 HP (horímetro), com operador qualificado para manuseio da máquina, conforme especificações do edital.	01 hora	175,00

Macieira, 07 de maio de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

### PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 13/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 13/2015

Processo Licitatório nº 0002/2015.

Pregão Presencial nº 0002/2015

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0006/2015.

ADITIVO DE ACRESCIMO.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços a serem executados de forma contínua, para implantação de Sistema Educacional, tendo em vista a política pedagógica solicitada pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, conforme especificações, exigências, necessidades e descrições constantes do Anexo (I), visando o atendimento escolar na Rede Pública Municipal, nas áreas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, conforme especificações constantes no anexo I do edital.

Contratada: VEZ – INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA E CULTURA .

Valor: Fica acrescido ao valor do contrato original o valor de R\$ 3.750,00, referente a aproximadamente 4,47% do valor do Contrato Original.

Pagamento e prazo: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0006/2015.

Macieira, 07 de maio de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

# Mafra

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 9912320504

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº: 9912320504/2013

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
CNPJ: 1034.028.316/0028/23

Modalidade Processo nº 095/2013, Inexigibilidade nº 004/2013,  
Finalidade do Termo Aditivo: O presente Termo Aditivo tem por  
objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12  
meses.

Data Assinatura do termo aditivo: 27 de fevereiro de 2.015.

Prazo: 01 de março e 2015

Foro: Comarca de Mafra

### NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de equipamento de alarme e contratação de empresa especializada para instalação e serviço de monitoramento eletrônico 24 horas nas Unidades de Saúde, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08:30 hr do dia 26/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 12 de maio de 2015.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil  
Pregoeiro Municipal

### PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 002/2014-SME TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 05

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 002/2014-SME  
TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 05

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal da Educação, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005; Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCAM os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 002/2014, para contratação de membros do magistério, em caráter temporário para o ano letivo de 2015, desta Municipalidade a comparecer no Endereço a seguir:

Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12- (Prédio da Prefeitura Municipal de Mafra- SC), no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, no dia 15 de maio de 2015, às 13h30min.

A Convocação dos candidatos irá respeitar a seguinte ordem, das Áreas/ Disciplinas (abaixo informadas no quadro de vagas), conforme cita o item 7. DA CLASSIFICAÇÃO, que: 7.1. A classificação será efetuada em ordem decrescente dos pontos obtidos, obedecendo a seguinte ordem de classificação:

- 1.ª classificação – os HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- 2.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- 3.ª classificação - os HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.
- 4.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.

### QUADRO DE VAGAS

01. Área de Atuação: Educação Infantil

Disciplina: Educação Infantil

A.	Série/Turma: Jardim I		Turno: ( -- ) Matutino – ( 20 ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas		Início: ---	Termo: 18/12/2015
	Local: CEIM Breno Cauan Garcia	Professor Titular: Alexandra I. Stockchneider		
	Obs. Professora em Licença não Remunerada.			

02. Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Alfabetização (1º, 2º e 3º anos)

A.	Série/Turma: 2º ano		Turno: ( -- ) Matutino – ( 20 ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas		Início: --	Termo: 22/08/2015
	Local: CEM-MA	Professor Titular: Sandra Helena Soares		
	Obs. Professora em Licença Prêmio.			

03. Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Séries Iniciais (4º e 5º ano)

A.	Série/Turma: 4º ano		Turno: ( -- ) Matutino – ( 20 ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas		Início: --	Termo: 25/04/2015
	Local: CEM Beija-Flor		Professor Titular: Adão Peters	
	Obs. Licença para tratamento de saúde.			

04. Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais (6º ao 9º)

Disciplina: Língua Portuguesa

A.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: ( -- ) Matutino – ( 05 ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 05 horas	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: CEMMA	Professor Titular: --	
	Obs. 1. Exoneração a pedido de professor contratado.		
	2. Atuar nas segundas e quartas-feiras em turma do 7º ano.		

Obs. De acordo com o Edital 002/2014: 9.10. Quando não houver candidato para a vaga de determinada disciplina, que seja observada a disponibilidade dos inscritos nas áreas afins (respeitando a classificação);

O Candidato Classificado que não se apresentar no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, da Prefeitura Municipal de Mafra, sito à Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12, no dia 15/05/2015, às 13h30min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 12 de maio de 2015.  
Roberto Agenor Scholze  
Prefeito do Município de Mafra

EUTIDES TAVARES  
Secretário Municipal de Educação

# Maravilha

## PREFEITURA

### Lei nº 3.851/2015

LEI Nº 3.851, DE 12 DE MAIO DE 2015

Institui Programa de Aluguel Social e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Aluguel Social com vista à concessão de benefício pecuniário por prazo determinado, destinado ao pagamento de despesas com moradia aos adolescentes egressos do Programa Abrigo, em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social.

Art. 2º O benefício de aluguel social, consiste no pagamento de subsídio mensal destinado aos gastos com aluguel de imóveis de terceiros, limitando-se ao valor de 50 % do salário mínimo.

§ 1º O benefício será concedido em prestações mensais mediante cheque nominal em nome do beneficiado.

§ 2º O benefício será utilizado para o pagamento integral ou parcial do aluguel, sendo o aluguel mensal contratado inferior ao valor do benefício Aluguel Social, este limitar-se-á ao valor do aluguel do imóvel locado e, na hipótese do aluguel mensal contratado ser superior ao valor do benefício, competirá ao beneficiário o complemento do valor.

§ 3º O pagamento do benefício somente será efetivado mediante apresentação do contrato de locação devidamente assinado pelas partes contratantes.

§ 4º A localização do imóvel, a negociação de valores, a contratação da locação e o pagamento mensal aos locadores será responsabilidade do titular do benefício.

§ 5º O prazo máximo da concessão benefício é de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, uma única vez, por até igual período.

§ 6º Para a prorrogação do benefício, a Secretaria Municipal de Assistência Social deverá promover a reavaliação socioeconômica do beneficiado.

§ 7º A administração pública não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte do beneficiário.

§ 8º A continuidade do pagamento está condicionada à apresentação do recibo de quitação do aluguel do mês anterior, que deverá ser apresentado até o décimo dia útil do mês seguinte ao vencimento, sob pena de suspensão do benefício até a comprovação.

Art. 3º Cabe a Secretaria Municipal de Assistência Social:

- I - providenciar cadastro que centralizará as informações sociais dos beneficiários;
- II - encaminhar requerimento ao setor competente solicitando o pagamento do benefício;
- III - fiscalizar o cumprimento desta Lei e acompanhar o adolescente beneficiado.

Art. 4º Cessará o benefício, antes do término de sua vigência, nos seguintes casos:

- I - quando o adolescente deixar de atender, a qualquer tempo, aos critérios estabelecidos nesta Lei;
- II - prestar declaração falsa ou empregar os valores recebidos para fim diferente do proposto nesta Lei;
- III - quando o beneficiado for avaliado por equipe multidisciplinar e esta entender que não mais persiste a situação que deu origem ao benefício.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias própria, suplementadas, se necessário.

Art. 6º O prazo para adequação dos benefícios anteriores à publicação desta Lei não poderá ser superior a cento e oitenta dias após a sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 12 de maio de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei nº 3.853/2015

LEI Nº 3.853, DE 12 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre concessão de uso de bem imóvel pertencente ao patrimônio público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder concessão de uso ao Centro Cultural 25 de Julho, inscrito no CNPJ sob o nº 82.820.945/0001-14, localizado na Rua 1º de Maio, nº 768, Bairro Padre Antônio, neste Município, do seguinte imóvel pertencente ao patrimônio público municipal: Lotes Urbanos nºs (6, 7 e 8), da quadra nº (14), com área total de 2.112,50 m², objeto da Matrícula 18.502, com edificação, sendo: um edifício centro cultural em alvenaria, com 1 pavimento, coberto com telhas metálicas, com área de 345,75 m², de propriedade do Município de Maravilha.

Art. 2º A Concessão de Uso será gratuita e formalizada através de termo próprio, estabelecendo as condições de utilização do bem e prazo de duração.

Art. 3º O prazo de vigência da concessão de uso de que trata esta Lei será de 20 (vinte) anos, admitida a prorrogação por igual período.

§ 1º Durante o prazo de vigência da concessão, a entidade arcará com as despesas decorrentes de manutenção, conservação e reforma do referido imóvel.

§ 2º A entidade poderá realizar ampliações na edificação existente mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal.

§ 3º As despesas com a ampliação de que trata o parágrafo 2º do presente artigo ficam a cargo exclusivo da entidade.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 12 de maio de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Lei nº 3.854/2015**

LEI Nº 3.854, DE 12 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre contribuição financeira para a Federação Catarinense de Municípios - FECAM e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente com a Federação Catarinense de Municípios - FECAM, inscrita no CNPJ sob o nº 75.303.982/0001-90, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, em Florianópolis-SC.

Art. 2º O repasse de que trata o artigo 1º será realizado nos meses de abril a dezembro de 2015, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários para a execução do objeto do art. 1º correrão por conta da rubrica orçamentária nº 04.122.0005.2.009 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPAIS-TAS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.835, de 7 de abril de 2015.

Maravilha - SC, 12 de maio de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Lei nº 3.855/2015**

LEI Nº 3.855, DE 12 DE MAIO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para os mutuários, imóveis de propriedade do Município de Maravilha, adquiridos e quitados através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º são os matriculados no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob as matrículas a seguir relacionadas, com seus respectivos mutuários proprietários:

- NOELI VANSO

Lote urbano nº (1), da Quadra nº (1), localizado no Loteamento do Parque, situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 256,34 m², objeto da Matrícula nº 11.787.

- NADIR APARECIDA DE SOUZA

Lote Urbano nº (2), da Quadra nº (6), situado no Loteamento Denominado Vale do Sol, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 150,00 m², objeto da Matrícula nº 12.201.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor dos imóveis será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 12 de maio de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 007/2015**

Maravilha / SC, 1º de abril de 2015.

Resolução 007, de 1º de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o estatuto do desenvolvimento socioeconômico do município de Maravilha, no tocante aos incentivos e obrigações da referida Lei.
2. CONSIDERANDO, que algumas alterações se fazem necessárias para melhor desenvolvimento do setor produtivo em nosso município.
3. CONSIDERANDO, que é necessária a adoção de critérios melhor definidos para aplicação de incentivos às empresas por parte do município.
4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.
5. RESOLVE este conselho – CODEM -, apresentar as seguintes sugestões de alterações da Lei Complementar 034-10 à administração municipal:

LEI COMPLEMENTAR N. 034, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**CAPÍTULO III****DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO**

Parágrafo único. O requerimento para solicitação de incentivos deverá ser acompanhado de memorial, contendo os seguintes elementos:

- a) - valor inicial do investimento;
- b) - área necessária para instalação;
- c) - absorção inicial de mão-de-obra e sua projeção futura;
- d) - aproveitamento de matéria-prima existente no município;
- e) - viabilidade de funcionamento regular;
- f) - produção inicial estimada;
- g) - atestado de idoneidade financeira, fornecida por instituições bancárias;
- h) - demonstração das disponibilidades financeiras para aplicação no investimento proposto.

**SEÇÃO I****DOS INCENTIVOS FISCAIS**

Art. 5º Os incentivos fiscais se constituem:

I – na isenção de 100% (cem por cento) do Imposto Territorial e Predial Urbano – IPTU, nos primeiros 5 (cinco) anos após a implantação e funcionamento;

I – na isenção do Imposto Territorial e Predial Urbano – IPTU, nos primeiros 7 (sete) anos após a implantação e funcionamento, considerando os empregos gerados, conforme tabela abaixo, empregos estes comprovados com carteira assinada, em até 1 (um) ano de atividade da empresa, contados do início das atividades na cessão;

Geração de até 20 empregos diretos	Isenção por 3 (três) anos no IPTU
Geração de 21 a 50 empregos diretos	Isenção por 4 (quatro) anos no IPTU
Geração de 51 a 100 empregos diretos	Isenção por 6 (seis) anos no IPTU
Geração de mais de 100 empregos diretos	Isenção por 7 (sete) anos no IPTU

II – na isenção de 100% (cem por cento), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISQN, incidente sobre:

II – na isenção de 50% (cinquenta por cento), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN para obras de até 1.000m² (um mil metros quadrados), e de 100% (cem por cento), para obras acima de 1.000m² (um mil metros quadrados), incidente sobre:

IV – isenção da taxa do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, das empresas que adquirirem suas próprias áreas de terra, para se instalarem no município.

**SEÇÃO II****DOS ESTÍMULOS ECONÔMICOS**

Art. 7º Os estímulos econômicos, de natureza material, se constituem mediante:

IV – serviço de preparo do solo a ser utilizado pela implantação ou ampliação da empresa;

IV – serviço de preparo do solo a ser utilizado pela implantação ou ampliação da empresa, conforme tabela que segue, caso os serviços prestados ultrapassem as horas estabelecidas, sobre o excedente será cobrado o custo, de acordo com o equipamento utilizado, considerando-se como fração mínima 1 (uma) hora:

Construções até 600m <sup>2</sup>	Incentivo de até 25 horas-máquina
Construções de 601m <sup>2</sup> até 2.000m <sup>2</sup>	Aumento de 5 horas-máquina a cada 100m <sup>2</sup> de construção
Construções acima de 2.000m <sup>2</sup>	Lei específica dirá sobre o incentivo

#### CAPÍTULO IV DA RETOMADA DOS BENS

§ 4º Não poderão as empresas beneficiadas edificar no imóvel cedido, residência com fins de moradia, seja ela própria ou para terceiros, sob pena de reverter a área em favor do município.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que a estas orientações será dado o valor devido, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 1º de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

#### RESOLUÇÃO Nº 008/2015

Maravilha / SC, 15 de abril de 2015.

Resolução 008, de 15 de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa CHAMALUX ELETRODOMÉSTICOS, inscrita no CNPJ 11.416.589/0001-20, tendo como atividade principal a fabricação de eletrodomésticos, principalmente fogões e fornos, que solicita um lote industrial de aproximadamente 5.000 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), para edificação de um barracão de 1.000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados) de imediato e subsequentemente outro de 1.500 m<sup>2</sup> (mil e quinhentos metros quadrados).

2. CONSIDERANDO, ser uma empresa já consolidada no município com data de abertura de 21 de Dezembro de 2009, representada pelo seu sócio administrador Sr. Irineu Bourscheid.

3. CONSIDERANDO, que é uma atividade econômica com muito boa aceitação no mercado nacional, com expectativa de geração de 15 (quinze) empregos, e uma estimativa de faturamento de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil) por mês, (informações e estimativas essas que foram repassadas pelo requerente).

4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

5. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo de lote industrial de aproximadamente 4.000 m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados), na forma de concorrência pública, através de processo licitatório.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### RESOLUÇÃO Nº 009/2015

Maravilha / SC, 15 de abril de 2015.

Resolução 009, de 15 de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa INDUMAR Indústria e Comércio de Equipamentos Industriais e Agrícolas LTDA, inscrita no CNPJ 13.109.982/0001-04, tendo como atividade principal a fabricação de máquinas e equipamentos para terraplanagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, que solicita lote industrial de aproximadamente 4.500 m<sup>2</sup> (quatro mil e quinhentos metros quadrados).

2. CONSIDERANDO, ser uma empresa já consolidada no município com data de abertura de 14 de Janeiro de 2011, representada pela sua sócia administradora Sra. Cladir Arnt Capeleto.

3. CONSIDERANDO, que é uma atividade que produz equipamentos com alto valor agregado, e que hoje gera 11 (onze) empregos, com expectativa de chegar de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) empregos, e uma estimativa de faturamento de R\$ 500.000,00 por mês, (informações e estimativas essas que foram repassadas pelo requerente).

4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

5. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo de lote industrial de aproximadamente 4.500 m<sup>2</sup> (quatro mil e quinhentos metros quadrados), na forma de concorrência pública, através de processo licitatório.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que

será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### RESOLUÇÃO Nº 010/2015

Maravilha / SC, 15 de abril de 2015.

Resolução 010, de 15 de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa METALÚRGICA DREYER representada pelo Sr. Gilvane André Dreyer, inscrita no CNPJ 16.492.650/0001-31, tendo como atividade principal a fabricação de esquadrias de metal, serviços e usinagem, tornearia e solda e fabricação artigos de serralheria, e também a empresa ELETROSERV INSTALADORA representada pelo Sr. Gilvane André Dreyer, inscrita no CNPJ 18.924.202/0001-95, tendo como atividade principal serviços de instalação elétrica em geral e de quadros de comandos elétricos, que solicitam lote industrial de aproximadamente 2.000 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados).

2. CONSIDERANDO, ser uma empresa que já atua no município desde 01 de Agosto de 2013, prestando diversos serviços e construções já comprovados.

3. CONSIDERANDO, ser uma atividade que produz estruturas muito utilizadas nas novas e também nas readequações e expansões das empresas de Maravilha e região.

4. CONSIDERANDO, que hoje gera 8 (oito) empregos, com expectativa de chegar de 23 (vinte e três) empregos, e uma estimativa de faturamento de R\$ 150.000,00 por mês, (informações e estimativas essas que foram repassadas pelo requerente).

5. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

6. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo de lote industrial de aproximadamente 2.000 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), na forma de concorrência pública, através de processo licitatório.

7. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

8. Atenciosamente,

9. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### RESOLUÇÃO Nº 011/2014

Maravilha / SC, 15 de abril de 2015.  
Resolução 011, de 15 de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa BRASIL, Fábrica de Semirreboques e Metalúrgica LTDA, representada pelo Sr. Fabrício Comparin, inscrito no CPF nº 870.736.929-87 e RG 3.127.663, tendo como atividade principal a fabricação de semirreboques automotivos e trailers automotivos, que solicita lote industrial de aproximadamente 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), barracão de 3.000 m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados), incentivos financeiros na ordem de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) além de alguns serviços complementares.

2. CONSIDERANDO, ser uma empresa que estará iniciando suas

atividades trazendo desenvolvimento ao município, com fabricação de alguns produtos de forma pioneira.

3. CONSIDERANDO, que o número de empregos a serem gerados poderá chegar de 25 (vinte e cinco) pessoas, e com estimativa de faturamento de aproximadamente R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) por mês, (informações e estimativas essas que foram repassadas pelo requerente).

4. CONSIDERANDO, o fato de ser uma empresa nova, com um projeto audacioso tanto na elaboração como na perspectiva de execução.

5. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

6. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo de lote industrial de aproximadamente 2.000 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), na forma de concorrência pública, através de processo licitatório, incentivo este como forma inicial de implantação da empresa, que posteriormente tratará da ampliação de suas atividades.

Caso a empresa entenda insuficiente este incentivo, apresentar nova solicitação, com informações que se enquadrem nos padrões que o município pode oferecer, de acordo com outros incentivos que estão sendo propostos a outras empresas.

Para ser concedido este incentivo, o requerente deverá apresentar prova de sua constituição jurídica, através de cópia do CNPJ, do contrato social ou declaração de firma individual em cópia autenticada.

7. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

8. Atenciosamente,

9. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

**RESOLUÇÃO Nº 012/2015**

Maravilha / SC, 15 de abril de 2015.

Resolução 012, de 15 de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa MEGA PAVER – Marcelo Eduardo Debastiani ME, inscrita no CNPJ nº 15.701.753/0001-00, representada pelo Sr. Marcelo Eduardo Debastiani, inscrito no CPF nº 048.382.689-80 e RG 4.828.203, tendo como atividade principal a fabricação de artefatos de cimento e comércio varejista de materiais de construção em geral, que solicita lote industrial de aproximadamente 2.500 m<sup>2</sup> (dois mil e quinhentos metros quadrados).

2. CONSIDERANDO, ser uma empresa já estabelecida desde Junho de 2012, com fabricação de produtos que além de serem economicamente favoráveis ao município, também são ecológicos na sua aplicação.

3. CONSIDERANDO, que o número de empregos a serem gerados será de 15 (quinze) pessoas, e com estimativa de faturamento de aproximadamente R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) por mês, (informações e estimativas essas que foram repassadas pelo requerente).

4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

5. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo de lote industrial de aproximadamente 2.500 m<sup>2</sup> (dois mil e quinhentos metros quadrados), na forma de concorrência pública, através de processo licitatório.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

**RESOLUÇÃO Nº 013/2015**

Maravilha / SC, 15 de abril de 2015.

Resolução 013, de 15 de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa LUMECO INDUSTRIAL, inscrita no CNPJ nº 06.161.649/0001-70, representada pelo Sr. Jean Pyer Vivian, inscrito no CPF nº 058.020.639-47 e RG 4.906.295, tendo como atividade principal a fabricação de implementos agrícolas e equipamentos para coleta de lixo, que solicita lote industrial de aproximadamente 2.000 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) e terraplanagem no mesmo.

2. CONSIDERANDO, ser uma empresa já estabelecida desde Março de 2004, com fabricação de produtos para a agricultura que em nossa região é uma característica muito forte, que também produz coletores de lixo que vem de encontro às práticas ecológicas.

3. CONSIDERANDO, que o número de empregos a serem gerados será de 15 (quinze) colaboradores, e com estimativa de faturamento de aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por mês, (informações e estimativas essas que foram repassadas pelo requerente).

4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

5. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo de lote industrial de aproximadamente 2.000 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), na forma de concorrência pública, através de processo licitatório.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### RESOLUÇÃO Nº 014/2015

Maravilha / SC, 15 de abril de 2015.  
Resolução 014, de 15 de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa ORIDES DORNELES RIBEIRO MEI, inscrita no CNPJ nº 11.870.178/0001-00, representada pelo Sr. Orides Dorneles Ribeiro, inscrito no CPF nº 816.977.919-72 e RG 2.757.080, tendo como atividade principal a fabricação de móveis e artefatos com predominância de madeira, que solicita lote industrial de aproximadamente 1.000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados).

2. CONSIDERANDO, ser uma empresa já estabelecida em nosso município, com data de abertura em 28 de Abril de 2010.

3. CONSIDERANDO, que o número de empregos a serem gerados será de 06 (seis) colaboradores, com estimativa de faturamento de aproximadamente R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês, (informações e estimativas essas que foram repassadas pelo requerente).

4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

5. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo de lote industrial de aproximadamente 1.000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), porém com ressalvas, solicitando ao requerente que proceda a uma análise de viabilidade regular, já que o mesmo necessitará mudar seu enquadramento de MEI para ME, esse incentivo se dará na forma de concorrência pública, através de processo licitatório.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### RESOLUÇÃO Nº 015/2015

Maravilha / SC, 15 de abril de 2015.  
Resolução 015, de 15 de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa SCS COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ 13.995.853/0001-52, tendo como atividade principal a fabricação de papel higiênico e papel toalha, além de atacado e distribuição de produtos alimentícios e produtos de higiene e limpeza, que solicita um lote industrial com 2 (dois) barracões de 1.000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados) cada um.

2. CONSIDERANDO, ser uma empresa já consolidada no município com data de abertura de 22 de Julho de 2011, representada pela sua sócia administradora Sra. Solange Castanha Schilfenig.

3. CONSIDERANDO, que a atividade de fabricação de papel higiênico e papel toalha é pioneira em nosso município, com expectativa de geração de 25 (vinte e cinco) empregos, e uma estimativa de faturamento de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) por mês, (informações e estimativas essas que foram repassadas pelo requerente).

4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

5. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo de lote industrial de aproximadamente 2.500 m<sup>2</sup> (dois mil e quinhentos metros quadrados), na forma de concorrência pública, através de processo licitatório, para que a empresa posteriormente edifique os barracões no referido lote.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### **RESOLUÇÃO Nº 016/2015**

Maravilha / SC, 1º de abril de 2015.

Resolução 016, de 1º de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa METALÚRGICA GONÇALVES, inscrita no CNPJ 12.755.072/0001-28, tendo como atividade principal a fabricação de esquadrias de metal, e que solicita incentivos do município para construção de barracão de 600 m² (seiscentos metros quadrados) e terraplanagem em área de 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados) nivelando com o asfalto.
2. CONSIDERANDO, ser uma empresa que já atua no município desde 26 de Outubro de 2010, sendo uma atividade que produz estruturas muito utilizadas nas novas e também nas readequações e expansões das empresas de Maravilha e região.
3. CONSIDERANDO, que o número de empregos gerados será de 10 (dez) colaboradores, e uma estimativa de faturamento de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por mês, (informações e estimativas essas que foram repassadas pelo requerente).
4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.
5. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo em terraplanagem conforme a tabela que segue:

Construções até 600m²	Incentivo de até 25 horas-máquina
Construções de 601m² até 2.000m²	Aumento de 5 horas-máquina a cada 100m² de construção
Construções acima de 2.000m²	Lei específica dirá sobre o incentivo

Com relação ao auxílio na construção do barracão, entende esse conselho, nesse momento, manter apenas o incentivo em terraplanagem.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### **RESOLUÇÃO Nº 017/2015**

Maravilha / SC, 15 de abril de 2015.  
Resolução 017, de 15 de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa ESQUADRIAS BORELA, inscrita no CNPJ nº 19.690.513/0001-08, representada pelo Sr. Jair Pedro Borela, inscrito no CPF nº 781.834.999-53 e RG 2.541.556, tendo como atividade principal a fabricação de serralheria e esquadrias, que solicita lote industrial de aproximadamente 500 m² (quinhentos metros quadrados) e um barracão de aproximadamente 300 m² (trezentos metros quadrados).

2. CONSIDERANDO, ser uma empresa já estabelecida em nosso município, com data de abertura em 11 de Fevereiro de 2014.

3. CONSIDERANDO, que o número de empregos a serem gerados será de 05 (cinco) colaboradores, com estimativa de faturamento de aproximadamente R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, (informações e estimativas essas que foram repassadas pelo requerente).

4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

5. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo de lote industrial de aproximadamente 500 m² (quinhentos metros quadrados), porém com ressalvas, solicitando ao requerente que proceda a uma análise de viabilidade regular, já que o mesmo necessitará mudar seu enquadramento de MEI para ME, na forma de concorrência pública, através de processo licitatório, ou se for o incentivo em barracão, aguardar o desenrolar da resolução 001-2015, que nesse caso poderia vir a contemplar a empresa com um barracão.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### **RESOLUÇÃO Nº 018/2015**

Maravilha / SC, 15 de abril de 2015.  
Resolução 018, de 15 de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa METALÚRGICA ALBA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 19.108.114/0001-88, representada pelo Sr. Jacir Alba, inscrito no CPF nº 430.348.969-72 e RG 1.612.698, tendo como atividade principal a fabricação de esquadrias de metal e de produtos e artigos de metal, que solicita lote industrial de aproximadamente 600 m² (seiscentos metros quadrados) e terraplanagem de aproximadamente 16 horas máquina.

2. CONSIDERANDO, ser uma empresa já estabelecida em nosso município, com data de abertura em 29 de Novembro de 2013.

3. CONSIDERANDO, que o número de empregos a serem gerados será de 10 (dez) colaboradores, com estimativa de faturamento de aproximadamente R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) por mês,

(informações e estimativas essas que foram repassadas pelo requerente).

4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

5. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo de lote industrial de aproximadamente 600 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), bem como às 16 horas máquina, na forma de concorrência pública, através de processo licitatório.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### RESOLUÇÃO Nº 019/2015

Maravilha / SC, 15 de abril de 2015.  
Resolução 019, de 15 de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA – CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, alguns pedidos de incentivos de empresas, conforme relatados a seguir:

- a) Empresa Michele Tur de Michele Moraes Lutz, pedido de lote industrial medindo aproximadamente 2.000 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados).
- b) Empresa Carlesso Baldo Transportes LTDA ME de Julian Carlos Baldo, pedido de lote industrial medindo aproximadamente 2.000 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados).

c) Empresa Transportes Folletto de Ivaneu Folletto, pedido de lote industrial medindo aproximadamente 4.000 m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados).

d) Empresa Parzzianello Comércio & Transportes LTDA ME de Marco Aurélio Parzzianello, com pedido de lote industrial.

e) Empresa Construmar – Pott & Born LTDA ME de Sandra Pott, pedido de lote industrial medindo aproximadamente 800 m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados) com barracão medindo aproximadamente 400 m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados).

As informações e estimativas acima, constantes das alíneas “a” até a “e”, foram repassadas pelos requerentes.

2. CONSIDERANDO, os pedidos destas 5 (cinco) empresas que tem sua atividade principal focada no ramo de transportes, necessitando de uma área considerada, para edificarem suas empresas.

3. CONSIDERANDO, que estas empresas possuem atividades afins, e que em sua maioria utilizarão por poucos dias durante o ano todo o pátio disponível.

4. CONSIDERANDO, que os incentivos a empresas devem priorizar atividades que estejam destinadas a fabricação e/ou produção de riquezas de várias espécies.

5. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

6. RESOLVE este conselho – CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja efetuado um levantamento junto a Coocatrans ou outras cooperativas ou associações da categoria, e também a possibilidade de adquirir outras áreas do município, para que de forma coletiva possam ser analisados e atendidos os referidos pedidos.

7. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que será dado o devido valor a estas orientações, elevamos votos de consideração e apreço.

8. Atenciosamente,

9. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha – CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 15 de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

# Massaranduba

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 69/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 69/2015

Aplica o Piso Salarial Nacional do Magistério aos Professores do Município de Massaranduba

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a pagar o piso salarial nacional do magistério para os profissionais de Nível 1 do Município de Massaranduba.

Art. 2º O piso salarial nacional do magistério para os profissionais da rede municipal de Massaranduba será de R\$ 1.917,78 (um mil, novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos) para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único O piso salarial nacional será repassado aos professores de Nível 1 de forma retroativa a partir de 1º de Janeiro de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 12 de Maio de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### LICITAÇÃO 29.2015 PP 22.2015 - MÃO DE OBRA MANUT. A FROTA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2015 - multientidade

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2015-PMM

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS de MÃO DE OBRA INERENTE A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, ao longo de 12 (doze) meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 25/05/2015.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 25/05/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 11 de Maio de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

SUZANE E. F. REINKE

Sec. Gestora Fundo da Saúde

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 049/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 049/2015  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: REAL COMÉRCIO DE PEÇAS E PNEUS LTDA ME  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGEM/RESTAURAÇÃO DE PNEUS USADOS DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.  
Valor: R\$ 73.000,00  
Vigência: Início: 29/04/2015 Término: 31/12/2015.  
Data da assinatura: 29 de abril de 2015.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 050/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 050/2015  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: KRENKE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA EPP  
Objeto: AQUISIÇÃO DE DOIS PARQUES DE DIVERSÃO INFANTIL, SENDO A INSTALAÇÃO DE UM NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO LUIZ DE PELEGRINI DE SAPIRANGA E OUTRO NA PRAÇA DO CENTRO MULTIUSO MENINO JESUS DE SAPIRANGA, CONFORME DESCRIÇÕES NO ANEXO I DO EDITAL.  
Valor: R\$ 36.400,00  
Vigência: Início: 29/04/2015 Término: 31/12/2015.  
Data da assinatura: 29 de abril de 2015.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 051/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 051/2015  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE CALHAS DE CONCRETO E REPAROS NA COBERTURA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL ESCADINHA DO TEMPO COM UMA ÁREA DE 252,25m², CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXOS AO PROCESSO.  
Valor: R\$ 14.212,62  
Vigência: Início: 29/04/2015 Término: 31/12/2015.  
Data da assinatura: 29 de abril de 2015.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 052/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 052/2015  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA NA RECUPERAÇÃO DE CICLOVIA E CALÇADA DA AVENIDA SILVIO JORGE ZANETTE - BAIRRO ZANETTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA 84 DISTRITO DE SAPIRANGA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ANEXAS AO PROCESSO.  
Valor: R\$ 64.252,98  
Vigência: Início: 12/05/2015 Término: 31/12/2015.  
Data da assinatura: 12 de maio de 2015.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 053/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 053/2015  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENAGEM PLUVIAL E CONSTRUÇÃO DE CALÇADA E CICLOVIA NA RODOVIA SC 108, BAIRRO ZANETTE - MELEIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO ANEXOS AO PROCESSO.  
Valor: R\$ 286.113,69  
Vigência: Início: 12/05/2015 Término: 11/05/2016.  
Data da assinatura: 12 de maio de 2015.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 026/2015**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 026/2015

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 026/2015

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Data da homologação: 08/05/2015

Objeto da licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENAGEM PLUVIAL E CONSTRUÇÃO DE CALÇADA E CICLOVIA NA RODOVIA SC 108, BAIRRO ZANETTE - MELEIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO ANEXOS AO PROCESSO.

Valor do Objeto: R\$ 286.113,69

Meleiro/SC, 08 de maio de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

# Modelo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADM 18/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato n. 18/2015

Contratada: TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA

Valor: R\$ 6.625,00

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou CONTRATO ADMINISTRATIVO com vencimento em 31 de dezembro de 2015 OBJETIVANDO:

a) Coleta e transporte de resíduos dos serviços de saúde do município;

b) Disposição final de resíduos, através de operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário em área de responsabilidade da contratada, possuidora das licenças ambientais exigíveis;

Para os resíduos dos grupos A1, A4 e E, o valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), sendo pagos mensalmente o valor de R\$ 677,77 (seiscentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos);

Para os resíduos do grupo B (químicos/medicamentos), o valor de R\$ 7,00 (sete reais) por quilo coletado, estimado em 100 kg/ano.

Modelo (SC), 12 de Maio de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO 04/2015 AO CONTRATO 33/2013

Extrato de Termo Aditivo 04/2015 ao Contrato Administrativo nº 33/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Termo Aditivo 04/2015 ao Contrato n. 33/2013

Contratada: TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou TERMO ADITIVO Nº 04/2015, OBJETIVANDO O ADITAMENTO DE PREÇO DO CONTRATO Nº 33/2013 DE 22 DE JANEIRO DE 2013, CONSTATANTE DA CLAUSULA SEGUNDA, COM ADITIVO/REAJUSTE DE VALOR, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO PRIMEIRO DA ARTIGO 65 DA LEI 8.666/93, CONSTANTE DA JUSTIFICATIVA APRESENTADA QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE CONTRATO, SENDO O VALOR DO PRESENTE ADITIVO DE R\$ 930,60 (NOVECIENTOS E TRINTA REAIS E SESENTA E QUATRO CENTAVOS), A SEREM ADITIVADOS DO VALOR ORIGINAL DO CONTRATO NO VALOR DE R\$ 11.500,00 (ONZE MIL E QUINHENTOS REAIS), E ADITIVANDO O TERMO ADITIVO Nº 02/2014 DE 05/03/2014 NO VALOR DE R\$ 619,27 (SEISCENTOS E DEZENOVE REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), TOTALIZA O VALOR DE R\$ 13.049,91 (TREZE MIL E QUARENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS), POR MÊS.

Modelo (SC), 12 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 057/2015

PORTARIA Nº 057/2015 de 11.05.2015

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLECI LUVIZON MOREIRA DA SILVA, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal CLECI LUVIZON MOREIRA DA SILVA, nomeada pelo Decreto nº 0141/2015, o exercício das funções do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, na Sede do Conselho Tutelar do Município de Modelo/SC, nos horários estabelecidos no Anexo I, e nos demais setores de conformidade com o disposto no Anexo II, integrantes desta Portaria.

Art. 2º - A Servidora desempenhará suas atribuições de conformidade com as atribuições do cargo, das solicitações e encaminhamentos dos responsáveis dos respectivos setores, em cumprimento da jornada de trabalho de 40 horas semanais, com lotação no Departamento Municipal de Educação, sendo apropriadas as despesas, observada a jornada de cada setor.

Parágrafo Único: O controle de frequência do Conselho Tutelar, Setor de Cultura e Aquartelamento da Polícia Militar será através de ficha ponto manual, e no CRAS e Departamento Municipal de Educação através de relógio ponto digital.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 11 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

ANEXO I – Horário do Conselho Tutelar

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	
MAT		07:30 - 09:30 Conselho Tutelar		07:30 - 09:30 Conselho Tutelar		
VESP						

Ciente e de acordo:

CARINE BRUNETO  
Presidente do Conselho Tutelar

ANEXO II – Horários demais Setores

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	
MAT	07:30 - 11:30 Aquartelamento Polícia Militar	07:30 - 09:30 Conselho Tutelar 09:30 - 11:30 Setor de Cultura	07:30 - 11:30 Cras/Social	07:30 - 09:30 Conselho Tutelar 09:30 - 11:30 Aquartelamento Polícia Militar	07:30 - 11:30 Cras/Social	
VESP	15:00 - 17:00 Cras/Social 17:00 - 19:00 Escola Municipal/Depto Educação	15:00 - 19:00 Escola Municipal/Depto Educação	15:00 - 19:00 Escola Municipal/Depto Educação	15:00 - 19:00 Escola Municipal/Depto Educação	15:00 - 19:00 Escola Municipal/Depto Educação	

Composição da jornada:  
Conselho Tutelar: 04 h/s  
Setor de Cultura: 02 h/s  
Aquartelamento da Polícia Militar: 06 h/s  
CRAS/Social: 10 h/s  
Escola Municipal: 18 h/s

Total: 40 h/s

**PORTARIA Nº 058/2015**

PORTARIA Nº 058/2015 de 11.05.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 04.05.2015, atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde por 30 (trinta) dias,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal MARIVETE ANA SANTOLIN, matrícula nº 1886-4, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, lotada no Departamento Municipal de Educação, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 04.05.2015 a 02.06.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04.05.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 11 de maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2015

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE NA ESPECIALIDADE EM CONSULTAS ELETIVAS E CONSULTAS PRÉ E PÓS-OPERATÓRIA NA ESPECIALIDADE DE CIRURGIA GERAL COM REGISTRO conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 do dia 18/maio/2015 até as 08:45 horas do dia 29/maio/2015.

ABERTURA: às 29/maio/2015 horas do dia 09:00 horas

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 – Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo - SC, 12 de Maio de 2015  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 70/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015

OBJETO: Contratação de: SERVIÇOS DE RETÍFICA PARA MOTORES DIESEL conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 do dia 18/maio/2015 até as 08:45 horas do dia 25/maio/2015;

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 25/maio/2015.

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 – Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo - SC, 12 de Maio de 2015  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 71/2015

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2015

OBJETO: Contratação de empresa para REFORMA DO CENTRO EDUCACIONAL E ESPORTIVO MUNICIPAL "ALTAIR LUIZ GONÇALVES", com área de 1.168,75 m2, conforme projetos, memoriais, orçamentos, cronogramas e relatórios em anexo.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 08:45 horas do dia 28/maio/2015; ABERTURA: às 09:00 horas do dia 28/maio/2015.

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO GLOBAL.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone No 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

d) e-Mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 12 de Maio de 2015  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### 1º ERRATA DO PROCESSO SELETIVO Nº 009/2015

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA – SC. 1º Errata do Processo Seletivo nº 009/2015. A Comissão do Processo Seletivo Nº 009/2015, nomeada pelo Decreto Nº 045/2015, torna público que:

1 – Os cargos de Agente Comunitário de Saúde a seguir descritos são para cadastro de reserva:

DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS			
ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	UNIDADE DE SAÚDE REFERENCIA	LOCAL DA VAGA	VAGAS
PERPÉTUA ZEFERINO MARTINS	ESF Perpétua Zeferino Martins	CENTRO	CR
ALFREDO VALSECHI	ESF Alfredo Valsechi	B JUSSARA/MONTE VERDE	CR
ANTONIO MAURICIO GOMES	ESF Antonio Mauricio Gomes	B NASPOLINE	CR

2 – Insere a alínea “g” no item 4.3:

g) Carteira de Motorista categoria “D”, para o transporte de passageiros. (Somente para o cargo de “Motorista”), conforme lei municipal 1.284/2008.

3 - As demais disposições editalicias permanecem inalteradas.

Morro da fumaça em 11 de Maio de 2015.

FELIPE PEDROSO

Presidente da Comissão de Processo Seletivo.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA AMOSTRAS PP 60/2015 PMN

ATA AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 60 /2015 PMN

AOS 12 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2015 OS RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE DAS AMOSTRAS REFERENTE O PREGÃO Nº 60/2015 PMN, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS AOS PARTICIPANTES DE OFICINAS, REUNIÕES, CURSOS E EVENTOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, VERIFICARAM E DERAM O PARECER - APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DOS PRODUTOS APRESENTADOS CONFORME SEGUE:

ITENS	LICITANTES	APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO	LICITANTES CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
20	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)+
14	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSOU
15	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME.	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSOU
2	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSOU
3	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME.	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP
4	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSOU
10	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME.	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP
19	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP

OBS.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

DOUGLAS LEMOS – PREGOEIRO

MARIA BENEDITA - PREGOEIRA SUBSTITUTA

EQUIPE DE APOIO:

JOSEZITE DOS SANTOS

CARLA CLAUDINO

FRANCIELE JUSTINO

PEDRO PAULO

### ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2015 PMN

Ata Pregão Presencial nº 65/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DO LICITANTE OSVALDO DIAS DA SILVA, D&Z SERVIÇOS, CRISTIANO BATISTA, RUAN PAULO, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, TODOS ERAM ME/EPP COM EXCEÇÃO DE OSVALDO DIAS DA SILVA, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS E VERIFICADO O ATENDIMENTO DO EDITAL, APÓS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, SENDO VENCEDOR DOS 04 (QUATRO) LOTES O LICITANTE OSVALDO DIAS DA SILVA, EM SEGUIDA FOI ABERTO SEU ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO QUE O MESMO ATENDEU COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, EM SEGUIDA FOI FORNECIDO AOS LICITANTES PARA VERIFICAÇÃO E VISTO, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS NEM MENÇÃO DE RECURSO ENCERRA-SE A PRESENTE E ENCAMINHA-SE OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE, o representante da D&Z solicitou que fosse mencionado em ata seu apontamento feito ao departamento de ouvidoria, APÓS A MENÇÃO O PREGOEIRO INFORMOU QUE MANTERÁ A HABILITAÇÃO DO LICITANTE OSVALDO DIAS DA SILVA, e que o licitante poderá protocolar o recurso cabível, caso a ADMINISTRAÇÃO ENTENDA CONVENIENTE A VERIFICAÇÃO DO APONTAMENTO DO D&Z QUE SEJA ABERTO O DEVIDO PROCEDIMENTO ADM.

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO

Navegantes 12 de maio de 2015

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 467/2015

Portaria nº 467 / 2015

Designa o Gestor do FIA – Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com a Lei nº 1.535/1997,

Art. 1º - Designar o servidor municipal, Adauton Raulino, matrícula 3057, nomeado pela Portaria nº 004/2009, para o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal do Bem Estar Social e Habitação, nível CC-1, como Gestor do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, para assinar em conjunto com o Prefeito Municipal, as notas de empenho, ordens de pagamento, cheques e demais atos pertinentes a execução das despesas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de maio de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 008-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 008/015  
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
Contratada...: CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME  
Valor ..... : 9.000,00 (nove mil reais)  
Vigência ..... : Início: 11/05/2015 Término: 10/05/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 29.903,22  
Objeto ..... : O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada para realização de Concurso Publico para provimento dos cargos efetivos de: Agente de Saúde Pública, Auxiliar de Enfermagem e Assistente Social, para suprir as necessidades do Poder Público do município de Novo Horizonte/SC, conforme condições descritas no edital e neste contrato.

Novo Horizonte/SC, em 11 de Maio de 2015 – DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 005-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 005/2015  
CONVITE Nº 001/2015  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 11/05/2015  
CONTRATADO: CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para contratação de empresa especializada para realização de Concurso Público para provimentos dos cargos efetivos de: Agente de Saúde Pública, Auxiliar de Enfermagem e Assistente Social, para suprir as necessidades do Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte/SC.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)  
DATA: 11/05/2015 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 011/2014  
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 007/2014  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 002/2014  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 11/05/2015  
CONTRATADO: MARK LABORATÓRIO DE PROTESES DENTÁRIAS LTDA-ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES INCLUIDAS NO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL, DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.930,00 (Cinco mil novecentos e trinta reais)  
DATA: 11/05/2015 – DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saúde E Promoção Social/gestor Fms.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 011/2014  
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 007/2014  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 002/2014  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 11/05/2015  
CONTRATADO: MARK LABORATÓRIO DE PROTESES DENTÁRIAS LTDA-ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES INCLUIDAS NO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL, DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.930,00 (Cinco mil novecentos e trinta reais)  
DATA: 11/05/2015 – DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saúde E Promoção Social/gestor Fms.

# Ouro

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA - Nº 04/2015

EDITAL Nº 04, DE 12 DE MAIO DE 2015

Estabelece normas para a chamada pública de Agente de Serviços Gerais, destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra.

Prefeito do Município de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no disposto na Lei nº 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra, para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 07/2013,

Torna público os procedimentos para a chamada pública de Agente de Serviços Gerais, destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano de 2015, na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra;

#### 1. DA DATA E DA VAGA

1.1 A Chamada Pública realizar-se-á no dia 15 de maio (sexta-feira), às 14h no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ouro, sito à Rua Jorge Lacerda, nº 1209, Centro.

#### 1.2. Agente de Serviços Gerais

#### 2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- a) RG, CPF;
- b) Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental
- c) Comprovante de tempo de serviço na área de organização e limpeza, emitido por empregador público, pessoa jurídica privada ou pessoa física.

#### 3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Maior tempo de serviço na área de atuação
- b) Maior idade.

Ouro, em 12 de maio de 2015.

Vitor João Faccin  
Prefeito Municipal

### TOMADA DE PREÇOS - 2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 0002/2015  
O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 29/05/2015, às 09hs, o Processo Licitatório n. 0036/2015 na Modalidade de Tomada de Preços para Compras e Serviços n. 0002/2015, tipo menor preço global, sob regime de execução parcelada. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de obstetrícia. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 30/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE OURO / SC

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 0001/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 29/05/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n. 0037/2015 na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços De Engenharia Nº 0001/2015, tipo menor preço global, sob regime de execução parcelada. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços para ampliação e reforma do Centro de Educação Infantil Pedacinho do Céu. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 30/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0056/2015

CONTRATANTE:MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CERTA SISTEMA INFORMATIZADOS LTDA

Objeto: Fornecimento das licenças de uso de um Software de Sistema Móvel para captação de informações contidas no sistema desenvolvido pelo Ministério da Saúde, denominado E-SUS AB Centralizador. Objetivando implantação, conversão, customização, manutenção/locação/suporte de software de gestão para a Secretaria de Saúde do Município, a ser executado de forma continuada, necessários à modernização da prestação de serviços públicos à população do município. Valor certo e ajustado de R\$:9.000,00 (nove mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 11 de maio de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº0055

LEI COMPLEMENTAR Nº 055/2015

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos arts. 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Suprimido

§ 1º. – Suprimido

§ 2º. – Suprimido

Art. 2º. Suprimido

Art. 3º. – Suprimido

I – Suprimido

II – Suprimido

III – Suprimido

IV – Suprimido

V – Suprimido

Art. 4º. – Suprimido

Art. 5º. – Suprimido

Art. 6º. – Suprimido

Art. 7º. – Suprimido

Art. 8º. – Suprimido

Art. 9º. – Fica instituído Abono, a todos os Servidores Públicos

integrantes do quadro geral e do magistério, exceto os agentes políticos remunerados por subsídio, nos seguintes termos:

I – R\$ 100,00 (cem reais) para os servidores com carga horária semanal de 40 horas;

II – R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) para servidores com carga horária semanal de 30 horas;

III – R\$ 50,00 (cinquenta reais) para servidores com carga horária semanal de 20 horas;

IV – R\$ 40,00 (quarenta reais) para servidores com carga horária semanal de 16 horas;

V – R\$ 20,00 (vinte reais) para servidores com carga horária semanal de 8 horas.

§ 1º - O valor do abono tratado neste artigo será reajustável anualmente, a partir de 2016, na mesma época e percentual de reajuste geral dos servidores públicos municipais.

§ 2º - O abono a que se refere este artigo, somente poderá ser excluído por nova lei que o revogue ou para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, nas hipóteses nela previstas.

§ 3º - O valor relativo ao abono será incluso na folha de pagamento do servidor em verba própria e destacada sob a denominação "abono", a partir da folha referente ao mês de maio de 2015.

§ 4º - O servidor que possua mais de um vínculo com a Administração Pública, fará jus à percepção de um único abono, observado para a fixação do valor a carga horária total.

§ 5º. – Não será concedido abono aos servidores públicos:

I- em licença não remunerada;

II- cedidos a outros órgãos sem ônus para o Município;

Art. 10. – Fica concedida reposição de perdas do poder aquisitivo, a todos os servidores públicos integrantes do quadro geral e do magistério, a partir da folha de pagamento do mês de maio do corrente ano, tendo como índice o INPC/IBGE, acumulado no período compreendido entre maio de 2014 a abril de 2015.

Art. 11. – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes e futuras.

Art. 12. – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13. – Revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde, 12 de maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

**LEI Nº928**

LEI Nº. 928/2015

“Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Convênio com a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Parque das Araucárias PR/SC-Sicredi e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos artigos 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;  
Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Parque das Araucárias PR/SC-Sicredi, visando à cobrança do IPTU 2015, nos termos da presente Lei.

Art. 2º O Referido Termo de Convênio trata-se tão somente da cobrança do IPTU 2015 com Boleto Bancário. Em toda a rede bancária até o vencimento, e após o vencimento, somente na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Parque das Araucárias PR/SC-Sicredi, ficando o mesmo ainda disponível para pagamento por mais 90 (noventa) dias.

Art. 3º O montante arrecado será creditado em uma conta corrente específica para este fim, não sendo possível sua movimentação, exceto transferi-lo para a Conta Corrente Movimento no Banco do Brasil.

Art. 4º Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar despesa de até R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), com suporte orçamentário na rubrica:

Órgão: 3000 – Secretaria/Coord. de Administração e Gestão

Unidade: 3001– Secretaria/Coord. de Administração e Gestão

Função: 4 - Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 402 - Administração Geral

Ação: 2.6(Manutenção das Atividades da Administração, Gestão e Finanças)

Elemento: 33.90.00.00 – Aplicações Diretas

Despesa: 18

Fonte: 0100.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro Verde – SC, em 12 de Maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

# Paial

## PREFEITURA

**PP 014/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 022/2015

Objeto: aquisição de material esportivo destinado ao Departamento de Esportes do Município de Paial, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 26/05/2015

Abertura: 26/05/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br) e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)

Município de Paial – SC em 05 de maio de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº64/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº64/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.64/2015, no dia 26 de Maio de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº64/2015 tem como objeto a aquisição de cestas básicas de alimentos, para atendimentos dos programas mantidos pela Secretaria de Assistência Social de Palhoça, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 12 de Maio de 2015. Pregoeiro.

### ERRATA 001 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
ERRATA Nº 001  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital Convocatório, ficando apazado para o dia 25/05/2015, às 14:00hs, o recebimento dos envelopes e a sessão de lances do Pregão Presencial nº 58/2015. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 12 de fevereiro de 2015. A PREGOEIRA.

## CÂMARA MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 008/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015.  
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL  
UNIDADE EXECUTORA: MUNICÍPIO DE PALHOÇA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, ABERTURA DAS PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E DOCUMENTAÇÕES ATÉ:  
DATA: 02/06/2015 HORA: 10h00min

LOCAL: A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, com sede na Rua Joci José Martins, 101 – Loteamento Parque Residencial Pagani – Passa Vinte – Palhoça/SC – CEP 88.132-282 – sala de licitações e contratos.

A Câmara Municipal de Palhoça, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos do Decreto Federal nº 3.555 de 08 de agosto de 2000 e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que será julgada e processada pela Pregoeira e equipe de apoio designados pela Portaria nº 051/2015 de 18/02/2015, segundo as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, cujos termos igualmente, os integram.

Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal na Câmara Municipal de Palhoça, subsequente aos ora fixados.

O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta de recursos da Câmara Municipal de Palhoça, pelo elemento 3.3.90.30.22.00 – Material de limpeza e produção de higienização

#### 1. Da Retirada do Edital.

1.1. A retirada do Edital poderá ser feita na Coordenadoria de Licitações e Contratos da CMP, localizada na Rua: Joci José Martins nº 101, 1º piso – Residencial Pagani-Palhoça/SC, telefones (48) 3242-1501 e 3242-0025, fac-símile (48) 3242- 1492, no horário de expediente compreendido entre 13h00min as 18h00min e no sítio eletrônico da CMP ([www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)).

1.2. Os esclarecimentos e informações sobre o Edital serão prestados pela Coordenadoria de Licitações e Contratos, na sede da CMP.

#### 2 – Do Objeto.

2.1. A licitação tem como objeto aquisição de materiais de limpeza e higienização, para utilização na Câmara Municipal de Palhoça, através do Pregão Presencial conforme discriminado no anexo I deste edital.

2.2. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

### 3 - Integram este processo os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência (Especificações Técnicas);
Anexo II	Modelo de Proposta Comercial;
Anexo III	Declaração que cumpre todos os requisitos de habilitação para este certame;
Anexo IV	Modelo de Declaração (inexistência de fato impeditivo de habilitação);
Anexo V	Modelo de Declaração que atenda o inciso V, art. 27 da Lei nº 8.666/93;
Anexo VI	Modelo de Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte;
Anexo VII	Minuta do Contrato.

3.1. Poderão participar deste pregão presencial as empresas que estiverem cadastradas ou não no ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

3.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pela Câmara Municipal de Palhoça.

3.3 Empresas que incorrerem em outros impedimentos previstos em lei;

3.4. Que estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

3.5. A participação neste Pregão importa para a licitante a aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto aos recursos.

### 4. Credenciamento dos Representantes

4.1. Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto à pregoeira por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

4.2. O credenciamento far-se-á através de contrato social e instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devidamente reconhecida em cartório, conforme modelo Anexo III (art. 4º, inciso VI da Lei nº 10.520/02).

4.3 - Em se tratando de Micro Empresa ou de Empresa de Pequeno Porte, deverá ser apresentada uma declaração de que a empresa preenche os requisitos contidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 para os efeitos de aplicação das regras contidas nos artigos 42 a 46 de referida lei, juntamente com a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, com validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

4.4. - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, conforme modelo no Anexo IV.

### 5. Da Proposta (Envelope nº 1)

5.1. A proposta comercial contida no Envelope nº 1, devidamente fechado, deverá ser emitida em uma via e ser apresentada na forma e requisitos indicados a seguir:

5.1.1. Ser redigida em língua portuguesa e de preferência emitida por computador ou datilografada, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável junto à empresa;

5.1.2. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota Fiscal;

5.1.3. Descrição detalhada do objeto a ser fornecido de acordo com as especificações constantes do presente Edital, com indicação do respectivo serviço e valor de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismos – duas casas decimais após a vírgula e também por extenso;

5.1.4. Indicar o nome do banco, nome da empresa e o número da conta bancária através da qual deverá ser processado o pagamento.

5.2. Em caso de divergência entre os preços em algarismos e por extenso serão levados em consideração os últimos.

5.3. O preço ofertado será sempre o preço final, nele devendo estar computadas todas as despesas, incluindo mão de obra, valor dos produtos, garantia, seguros, os equipamentos necessários à realização dos serviços (software e hardware) e os impostos que incidirem sobre o contrato, as quais ficarão a cargo da licitante contratada.

5.4. Pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas, desde que não comprometam a legalidade do certame, serão resolvidos pelo pregoeiro.

5.5. Cada licitante apresentará apenas uma proposta.

5.6. Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do pregoeiro, sugere-se às licitantes que apresentem suas propostas nos moldes do Anexo II.

5.7. Apresentar alvará sanitário ou autorização de funcionamento equivalente do licitante, expedido pelo órgão federal ou estadual ou municipal, responsável pelo controle sanitário do comércio, da sede do licitante, de conformidade com o objeto do contrato social e compatível com o objeto deste processo licitatório.

5.8. Os itens devem ter registro no Ministério da Saúde, exceto aqueles que são dispensados do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;

5.9. Os Registros que se refere o item 5.8, poderão ser apresentados em forma de documentos ou impressos nas embalagens dos produtos.

5.10. O prazo de entrega dos materiais quando requisitado, não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis.

5.11. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão considerado como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

5.12. Os licitantes deverão apresentar 01 (uma) amostra para os itens: 03, 04, 05, 06, 07, 13, 14, 15 para realização de testes, devidamente identificadas com o nome do licitante e o número do item;

5.13. As amostras deverão ser encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação do Setor de Compras e Licitação, no endereço referido no

preambulo deste edital, quando classificada como vencedora do certame, antes da assinatura do contrato, conforme data que será marcada pela pregoeira, se a empresa não apresentar as amostras como pedido no edital será desclassificada, sendo chamada a segunda colocada.

5.14. As amostras serão analisadas pela Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça, que emitirá laudo.

5.15. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a pregoeira do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.

5.16. Solicita-se também que as empresas participantes informem se são optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES. A falta desta informação implicará em resposta negativa, o que não implica na desclassificação dos licitantes.

5.17. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

5.17.1. Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

5.17.2. Não atendam às exigências deste edital.

5.18. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

## 6. Critério de Aceitabilidade dos Preços

6.1. Os preços deverão ser cotados em reais.

6.2. Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

## 7. Sessão Pública para Recebimento das Propostas e dos Documentos de Habilitação.

7.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação do proponente melhor classificado, será pública, dirigida por uma pregoeira e realizada de acordo com Regulamento da Licitação na Modalidade Pregão aprovado pela Resolução 007/2013, e em conformidade com este edital e seus anexos, na data, local e horário indicado na capa deste edital.

7.2. Na mesma data, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, através de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do Regulamento acima referido, e para a prática dos demais atos do certame, conforme anteriormente disposto neste edital.

7.3. Declarada a abertura da sessão pela pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, passando-se imediatamente ao recebimento dos envelopes contendo, em separado, as propostas de preço e os documentos de habilitação, em envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Câmara Municipal de Palhoça

Razão Social da Empresa

Número do CNPJ -

Número Da Licitação – PREGÃO Nº 002/2015

Data e Hora

Envelope Nº 01 - Proposta De Preço

Câmara Municipal de Palhoça

Razão Social Da Empresa

Número do CNPJ -

Número da Licitação

Data e Hora

Envelope Nº 02 – Documentação

7.4. Não será admitida a entrega de apenas um envelope, procedendo-se, em seguida, à abertura dos envelopes contendo as propostas de preço, que serão conferidas e rubricadas.

7.5. Caso o envelope com a indicação externa "PROPOSTA DE PREÇO" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, independentemente do conteúdo do outro envelope.

7.6. As impugnações dos licitantes contra dos seus concorrentes somente poderão ser formuladas no final da reunião, marcada para efetuação dos lances.

7.7. A impugnação de interessados contra as ofertas e os documentos apresentados por concorrentes deverá ser feita nessa reunião, exclusivamente pelas pessoas credenciadas para representar as empresas em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

## 8. Julgamento das Propostas

8.1 – A sessão pública para realização dos lances verbais será realizada na data, horário e local indicados neste edital, onde a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, adotará os seguintes procedimentos:

8.1.1 - Conferirá o credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação;

8.1.2 - Divulgará aos presentes o resultado da análise referente as propostas;

8.1.3 - Classificará a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, dentre as devidamente regularizadas, e aquelas também regularizadas que contenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de MENOR PREÇO GLOBAL, para que seus autores participem dos lances verbais. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas comerciais escritas nas condições definidas nesta alínea, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

8.1.4 - Solicitará que os representantes presentes efetuem lances verbais, que serão formulados individualmente e sequencialmente, por menor preço global, a partir do autor da proposta classificada de maior preço global. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes. No caso de empate no preço das propostas escritas, será efetuado sorteio para definição da ordem de formulação dos

lances verbais;

8.1.5 - Ordenará as propostas em ordem crescente de preços e verificará a conformidade da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, com as demais exigências constantes deste Edital após, encerrada a etapa competitiva;

8.1.6. Se for o caso, serão aplicadas as disposições da LC 123/2006.

8.1.7 - Acessará o programa de Cadastro do Município de Palhoça e procederá a abertura do envelope de habilitação do licitante, cuja proposta foi classificada com menor preço global, para confirmação de suas condições habilitatórias;

8.1.8 - Declarará o vencedor da licitação, por MENOR PREÇO GLOBAL, se constatadas as condições exigidas neste edital. Se a proposta de menor preço global não atender as condições fixadas neste edital, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências deste edital;

8.2 - Caso não se realize lances verbais ou a empresa não credencie representante para participar da sessão, serão considerados os preços constantes das propostas escritas;

8.3 - No caso de empate no preço das propostas escritas, será considerada vencedora a proposta ordenada como menor preço global para formulação dos lances verbais;

8.4 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente, às penalidades constantes neste Edital;

8.5 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

8.6 - Da preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

8.6.1 - Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.6.1.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superior ao melhor preço global.

8.6.1.1.1 - Ocorrendo empate será adotado o seguinte:

1º - Encerrado a etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

2º - A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

a) não ocorrendo a contratação da ME ou EPP na forma acima, serão convocados os remanescentes cujas propostas de preços, se enquadrem no intervalo de 5% em relação a melhor proposta, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

b) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas, ME ou EPP, cujas propostas de preços se enquadrem no intervalo de 5% em razão a melhor proposta, terá direito ao lance a empresa que apresentar a melhor oferta;

c) No caso de propostas com valores iguais apresentados pelas, ME ou EPP será realizado sorteio entre as mesmas para que se identifique aquela que 1º (primeiro) poderá apresentar melhor oferta.

d) No caso da não contratação nos termos acima previstos, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.7 - O disposto no item acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

8.8 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a pregoeira poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos ou de outras propostas, escoimadas as causas referidas no ato inabilitatório ou desclassificatório.

8.9 - A pregoeira manterá em seu poder os envelopes nº. 2 - Habilitação apresentados pelas demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após inutilizá-los-á.

8.10 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pela a pregoeira e por todos os licitantes presentes.

## 9. Habilitação dos Licitantes

9.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da:

a) Habilitação jurídica;

b) Regularidade fiscal e trabalhista;

c) Qualificação econômica e financeira;

d) Qualificação técnica;

e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.2. A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

9.2.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

9.2.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;

9.2.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

9.2.5. Em caso a habilitação jurídica for apresentada no credenciamento, não necessita a apresentação na habilitação.

9.3. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão conjunta quanto a débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 1.º do Decreto Federal 6.106/2007;

9.3.3 Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, mediante certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

9.3.3.1. Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal; e

9.3.3.2. Certidão negativa expedida pela Fazenda Municipal.

9.3.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação do CRF - Certificado

de Regularidade do FGTS.

9.3.5. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida no § 3.º do art. 195 da Constituição Federal, com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.

9.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 452, de 1º de maio de 1943 alterada pela LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011 – DOU de 08/07/2011.

9.4. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.5. Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos") em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8.666/93.

9.6. Disposições gerais sobre habilitação:

9.6.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município de Palhoça, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.

9.6.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL, desde que apresente o Certificado de Registro Cadastral "CRC" em situação regular no Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município de Palhoça. Exceto o documento solicitado no subitem 9.3.6 (Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 452, de 1º de maio de 1943 Alterada pela LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011 – DOU de 08/07/2011).

9.6.2.1. A regulamentação a que se refere o sub item 9.6.2, poderá ser feita junto as Comissões de Licitação.

9.6.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.6.4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

9.6.5. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

9.6.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.6.7. Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.

9.7 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte conforme estabelecida no artigo 43 caput e parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 6.204/07, para efeito de comprovação de regularidade fiscal, poderão apresentar os documentos com restrição.

9.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.2 A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## 10. Da Homologação e do Fornecimento

10.1 - Concluído o julgamento, com a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor, o processo será remetido à autoridade superior para a homologação do resultado;

10.2 - O fornecimento será a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Câmara Municipal de Palhoça;

10.3 - O fornecimento do objeto licitado será efetuado junto a Câmara Municipal de Palhoça, localizada na Rua Joci José Martins, n. 101, Paganí – Palhoça – SC, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

10.4 - Nenhum material poderá ser entregue com mais de 20 % (vinte por cento) do seu prazo de validade transcorrido;

10.5 – A remessa dos materiais deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, onde deverá constar nome do material, marca, quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, de modo a viabilizar a conferência;

## 11. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

11.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

11.1.1. provisoriamente, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.

11.1.2. definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis.

11.2. Após a entrega da Autorização de Fornecimento, será designado, conforme o caso, um servidor ou uma comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

11.3. Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a substituí-los no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega.

## 12- Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos.

12.1- Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

12.1.1- A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão, devendo ser entregue diretamente a Pregoeira, na Câmara Municipal de Palhoça, no horário das

13h30min as 18h00min;

12.1.2- Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12.2 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

12.3 - Dos atos da Pregoeira neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, devendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

12.4 - O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 - O recurso contra decisão da Pregoeira será submetido à apreciação da autoridade superior (Presidente da Câmara Municipal de Palhoça), que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

12.7- Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão dar entrada no setor de Licitação e Contratos da Câmara Municipal de Palhoça.

12.8 - Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.

### 13. Condições de Pagamento

13.1. Os pagamentos serão efetuados, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor que recebeu os materiais, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor.

13.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES.

13.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FTGS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

### 14. Obrigações da Contratada

14.1. Entregar os objetos licitados em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

14.2. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a Câmara Municipal de Palhoça ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

14.3. A CONTRATADA não será responsável:

14.3.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

14.3.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste edital e no Contrato a ser assinado com a Câmara Municipal de Palhoça.

14.4. A Câmara Municipal de Palhoça não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

### 15. Obrigações da Câmara Municipal de Palhoça:

15.1. A Câmara Municipal de Palhoça, após, encaminhada a Autorização de Fornecimento, compromete-se a:

15.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

15.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

15.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

### 16. Sanções para o Caso de Inadimplemento

16.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Câmara Municipal de Palhoça, as Sanções Administrativas aplicadas ao contratado serão:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa;

16.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Palhoça;

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.2. O atraso injustificado no prazo de entrega implicará na aplicação de multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento correspondente, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.

16.2.1. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos subitens 18.1.3 e 18.1.4, desse edital, como também a inexecução total do contrato.

16.3. As multas a que se referem os itens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Câmara Municipal de Palhoça ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

16.4. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

16.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

16.6. Sempre que não houver prejuízo para a Câmara Municipal de palhoça, as penalidades impostas poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo da Câmara Municipal de Palhoça.

16.7. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.8. A licitante vencedora que se recusar, injustificadamente, a assinar a ata de Registro de Preços ou Contrato/receber a Autorização de Fornecimento, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe será encaminhada, caracterizando o descumprimento

da obrigação assumida, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato/Nota de Empenho, podendo a Administração convidar as demais licitantes, na sua ordem de classificação final, mantendo-se o prazo e as mesmas condições da vencedora.

#### 17 - Generalidades

17.1 - O CNPJ da Câmara Municipal de Palhoça é 75.813.675/0001-59.

17.2 - Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

17.3- Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 8.666/93.

17.4 - As amostras porventura apresentadas, deverão ser retiradas pelos interessados em até 10 (dez) dias úteis após a conclusão do procedimento licitatório (homologação, revogação ou anulação). Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se a Câmara Municipal de Palhoça o direito de utilizá-las, doá-las ou simplesmente descartá-las.

17.5 - Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

17.6 – Não será permitido o uso do telefone celular durante a sessão de lances.

17.7 - Os documentos exigidos no presente Edital poderão ser apresentados em original ou em cópia – desde que autenticada por tabelião de notas ou pela Pregoeira e equipe de apoio da Câmara Municipal de Palhoça, ou por publicação na imprensa oficial, com exceção dos documentos retirados por meio eletrônico, que serão validados mediante a verificação on line, quando da abertura dos invólucros.

17.8 – O valor total previsto para este processo será de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

17.9 - Não será aceita e nem recebida pela Câmara Municipal de Palhoça em hipótese alguma, proposta após a data e hora aprazada para a abertura desta licitação, devendo os envelopes ser entregues somente no Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça;

17.10 - Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos junto à pregoeira, pessoalmente através do telefone (48) 3242-1501, ramal 1212, entre 13h00min e 18h00min ou email licitação@cmp.sc.gov.br.

Palhoça/SC, 12 de maio de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

#### ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

#### AQUISIÇÃO MATERIAL DE LIMPEZA

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	20	Unidades	Flanela em algodão branca, medida 28x38 cm.		
02	30	Unidades	Saco alvejado para chão, reforçado, medida 80x60cm.	R\$	R\$
03	50	Caixas	Copo para água de 180 ml, reforçado, conformidade ABNT. Embalagem: caixa com 25 centos de 100 unidades cada	R\$	R\$
04	50	Caixas	Copo para café de 50 ml, reforçado, conformidade ABNT. Embalagem: caixa com 50 centos de 100 unidades cada	R\$	R\$
05	90	Fardos	Papel toalha interfolhado em 100% de fibras naturais, branco, resistente e macio. Embalagem: fardo de 06 pacotes com 400 folhas cada, medida 22x23cm. 100% celulose virgem, 3 dobras, corte limpo das folhas, tecnologia folha por folha Possui laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados atualizados pelo Inst. Adolfo Lutz.	R\$	R\$
06	20	Fardos	Papel higiênico em rolos de 500 mts, 100% de fibras naturais, branco, resistente, antialérgico. Embalagem: fardo de 08 rolos de 500 mts cada Tecnologia Personal Possui laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados /atualizados pelo Instituto Adolfo Lutz..	R\$	R\$
07	20	Bombona	Limpador multiuso, com perfume, bombonas com 5 litros, indicado para limpeza instantânea de pisos, paredes, banheiros em geral, produto exclusivo para uso profissional. Diluição 2% a 4%.Bombona.	R\$	R\$
08	15	Bombonas	Detergente multiuso com agradável perfume, indicado para limpeza pesada com amoníaco, para pisos e paredes em geral, Bombona de 5 litros, produto exclusivamente de uso profissional.	R\$	R\$
09	05	Unidades	Pá de lixo plástica com cabo longo (80cm), modelo camponesa.	R\$	R\$

10	10	Caixa	Álcool líquido 70%, embalagem com 12 litros	R\$	R\$
11	30	Caixa	Sabão em pó com branqueador óptico, alto poder de limpeza e remoção de manchas, multição com partículas de extra limpeza- embalados em caixa de 1 Kg.	R\$	R\$
12	10	Pacotes	Sabão em Barra pacotes com 5 unidades	R\$	R\$
13	40	FRS	Desinfetante exclusivo para vasos sanitários e mictórios elimina bactérias e odores desagradáveis. Perfume de pinho suave, Biodegradável, composição: ácido clorídrico, ph 0,8 a 1,5, aspecto líquido. Frasco: 700 ml.	R\$	R\$
14	10	Fardos	SACO P/ LIXO FORTE 30 LT fardo com 100 peças, com 4 micras	R\$	R\$
15	10	Fardos	SACO P/ LIXO FORTE 20 LT fardo com 100 peças, com 4 micras	R\$	R\$
16	10	Fardos	SACO P/LIXO FORTE de 100 lt fardo com 100 peças. Medindo 75x95cm, com 09 micras.	R\$	R\$
17	20	BB	Água sanitária para limpeza geral, á base de cloro, composição química hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, teor cloro ativo variando de 2 a 2,50% cor levemente amarelo-esverdeada bombona de 05 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados identificação, procedência, número de lote e número de registro, no ministério da saúde.	R\$	R\$
18	80	Unidades	Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no ministério da saúde.	R\$	R\$
19	50	Pacotes	Guardanapo de papel 23x22cm, pacote c/50 unid. 100% celuloso branco luxo folha dupla.	R\$	R\$
20	40	Unidades	Sapólio cremoso 300 ml. Unidade. Tensoativos aniônicos e não iônicos, espessante, alcalizantes, abrasivos, preservantes, pigmentos, fragrância eveículo. Componente ativo linear alquilbenzeno sulfato de sódio.	R\$	R\$
21	40	Unidades	Aromatizador de ambiente 360 ml composição cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. Ingrediente, perfume e butano/ propano.	R\$	R\$
22	15	Bombonas	Sabonete líquido com agente naturais humectantes, perfume e poder de Limpeza composição ácido graxo de palmiste, dietanolamida de ácido graxo de coco, corante alcalinizante, preservante, opacificante, perfume e água. Embalagem 05 litros / Biodegradável pronto uso.	R\$	R\$
VALOR GLOBAL DOS PRODUTOS .....R\$ _____, ____ ( _____ _ )					

· ENTREGA: ATÉ 10 DIAS ÚTEIS.

· OS PREÇOS PROPOSTOS COMPREENDEM TODAS AS DESPESAS COM TRANSPORTE, SEGURO, IMPOSTOS, TAXAS E OUTROS ENCARGOS QUE INCIDAM SOBRE O OBJETO LICITADO.

· FORMA DE PAGAMENTO: PARCELA UNICA CONFORME ENTREGA DOS MATERIAIS E APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL.

Palhoça, 12 de maio de 2015.  
Setor de Licitação.

ANEXO II

PREGÃO Nº 002/2015

(MODELO DE PROPOSTA)

PROPOSTA

NOME DA EMPRESA: .....  
 ENDEREÇO: .....  
 CIDADE: ..... CEP: ..... ESTADO: .....  
 FONE/FAX DA EMPRESA: .....  
 FONE/FAX DO REPRESENTANTE: .....  
 CNPJ Nº: .....  
 BANCO: ..... AGÊNCIA: ..... CONTA CORRENTE: .....  
 E-MAIL: .....

A presente proposta tem como objeto o fornecimento dos itens abaixo discriminado, de acordo com as especificações constantes no Anexo I do Edital de Pregão Presencial Nº 00/2015.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL
01	20	Unidades	Flanela em algodão branca, medida 28x38 cm.		
02	30	Unidades	Saco alvejado para chão, reforçado, medida 80x60cm.	R\$	R\$
03	50	Caixas	Copo para água de 180 ml, reforçado, conformidade ABNT. Embalagem: caixa com 25 centos de 100 unidades cada	R\$	R\$
04	50	Caixas	Copo para café de 50 ml, reforçado, conformidade ABNT. Embalagem: caixa com 50 centos de 100 unidades cada	R\$	R\$
05	90	Fardos	Papel toalha interfolhado em 100% de fibras naturais, branco, resistente e macio. Embalagem: fardo de 06 pacotes com 400 folhas cada, medida 22x23cm. 100% celulose virgem, 3 dobras, corte limpo das folhas, tecnologia folha por folha Possui laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados atualizados pelo Inst. Adolfo Lutz.	R\$	R\$
06	20	Fardos	Papel higiênico em rolos de 500 mts, 100% de fibras naturais, branco, resistente, antialérgico. Embalagem: fardo de 08 rolos de 500 mts cada Tecnologia Personal Possui laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados /atualizados pelo Instituto Adolfo Lutz.	R\$	R\$
07	20	Bombona	Limpador multiuso, com perfume, bombonas com 5 litros, indicado para limpeza instantânea de pisos, paredes, banheiros em geral, produto exclusivo para uso profissional. Diluição 2% a 4% Bombona.	R\$	R\$
08	15	Bombonas	Detergente multiuso com agradável perfume, indicado para limpeza pesada com amoníaco, para pisos e paredes em geral, Bombona de 5 litros, produto exclusivamente de uso profissional.	R\$	R\$
09	05	Unidades	Pá de lixo plástica com cabo longo (80cm), modelo camponesa.	R\$	R\$
10	10	Caixa	Álcool líquido 70%, embalagem com 12 litros	R\$	R\$
11	30	Caixa	Sabão em pó com branqueador óptico, alto poder de limpeza e remoção de manchas, multição com partículas de extra limpeza- embalados em caixa de 1 Kg.	R\$	R\$
12	10	Pacotes	Sabão em Barra pacotes com 5 unidades	R\$	R\$
13	40	FRS	Desinfetante exclusivo para vasos sanitários e mictórios elimina bactérias e odores desagradáveis. Perfume de pinho suave, Biodegradável, composição: ácido clorídrico, ph 0,8 a 1,5, aspecto líquido. Frasco: 700 ml.	R\$	R\$
14	10	Fardos	SACO P/ LIXO FORTE 30 LT fardo com 100 peças, com 4 micras	R\$	R\$
15	10	Fardos	SACO P/ LIXO FORTE 20 LT fardo com 100 peças, com 4 micras	R\$	R\$
16	10	Fardos	SACO P/LIXO FORTE de 100 lt fardo com 100peças. Medindo 75x95cm, com 09 micras.	R\$	R\$

17	20	BB	Água sanitária para limpeza geral, á base de cloro, composição química hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, teor cloro ativo variando de 2 a 2,50% cor levemente amarelo-esverdeada bombona de 05 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados identificação, procedência, número de lote e número de registro, no ministério da saúde.	R\$	R\$
18	80	Unidades	Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no ministério da saúde.	R\$	R\$
19	50	Pacotes	Guardanapo de papel 23x22cm, pacote c/50 unid. 100% celuloso branco luxo folha dupla.	R\$	R\$
20	40	Unidades	Sapólio cremoso 300 ml. Unidade. Tensoativos aniônicos e não iônicos, espessante, alcalizantes, abrasivos, preservantes, pigmentos, fragrância eveículo. Componente ativo linear alquilbenzeno sulfato de sódio.	R\$	R\$
21	40	Unidades	Aromatizador de ambiente 360 ml composição cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. Ingrediente, perfume e butano/ propano.	R\$	R\$
22	15	Bombonas	Sabonete líquido com agente naturais humectantes, perfume e poder de Limpeza composição ácido graxo de palmiste, dietanolamida de ácido graxo de coco, corante alcalinizante, preservante, opacificante, perfume e água. Embalagem 05 litros / Biodegradável pronto uso.	R\$	R\$
VALOR GLOBAL DOS PRODUTOS .....R\$ ..... ( ..... )					

- VALIDADE DA PROPOSTA: 30 DIAS.
- ENTREGA: ATÉ 10 DIAS ÚTEIS.
- OS PREÇOS PROPOSTOS COMPREENDEM TODAS AS DESPESAS COM TRANSPORTE, SEGURO, IMPOSTOS, TAXAS E OUTROS ENCARGOS QUE INCIDAM SOBRE O OBJETO LICITADO.
- FORMA DE PAGAMENTO: PARCELA UNICA CONFORME ENTREGA DOS MATERIAIS E APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL.

Palhoça/2015.  
Setor de Compras e Licitação.

### ANEXO III

DECLARAÇÃO NOME DA EMPRESA: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_ INSC. ESTADUAL: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
FONE: \_\_\_\_\_  
E-MAIL: \_\_\_\_\_

Na qualidade de representante legal da empresa acima descrita, declaro sob as penas da lei e para os fins de Licitação, que a Empresa por mim representada, declara que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação para a Licitação ..... – Pregão Presencial ..... ,estando em conformidade com o Edital em questão.

Local, ..... de .....de 2015.

Nome completo e assinatura do(a) representante legal da empresa.

### ANEXO IV

#### D E C L A R A Ç Ã O

(Nome do licitante), CNPJ-MF ou CIC nº ....., sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

..... , ..... de ..... de .....

Assinatura

Nome:  
Identidade nº :

**ANEXO V****DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.  
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura  
Nome:  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

**ANEXO VI**

PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_/2015

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)**

\_\_\_\_\_ (nome/razão social), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para todos os fins e efeitos legais, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.  
(Local e data)

Diretor ou Representante Legal  
(Assinatura e carimbo da empresa)

**ANEXO VII**

MINUTA DO CONTRATO N.º \_\_\_\_/2015 – REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO.

Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua: Joci José Martins, 101 – Parque Residencial Pagani - Palhoça, inscrita no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Senhor Otávio Marcelino Martins Filho, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa. \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por sua representante legal senhora \_\_\_\_\_, Representante Legal, RG. \_\_\_\_\_ SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação nº 00/2015, Pregão Presencial nº 00/2015, homologado em 00/00/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pelas Leis N.ºs 8.88.883/94, 9.032/95, 9.648/98, 9.854/99 e 10.520/02, ao edital antes citado, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - Este contrato tem como objeto contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de material de limpeza e higienização, conforme especificações contidas no edital, no termo de referencia e anexo I, partes integrantes deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

2.1 - O pagamento será efetuado após o recebimento de todos os itens licitados, mediante a apresentação da nota fiscal, que deverá ser liquidada pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos, pagamento este, que será feito através de ordem bancária, em moeda corrente nacional, em até 15 (quinze) dias após o aceite na nota fiscal, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

2.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES.

2.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FTGS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

2.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, poderá ser baixada e carreada aos autos, sem necessidade de comunicar à

contratada;

2.5. As notas fiscais serão emitidas à razão da Autorização de Fornecimento;

2.6 - A fatura/nota fiscal deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Palhoça, inscrito no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

3.1 - O preço inicialmente contratado poderá ser reajustado, mediante negociação prévia entre as partes, observados os preços praticados no mercado e a periodicidade mínima de 06 (seis) meses, considerando-se como índice inicial o da data da apresentação da proposta.

3.2 - Incumbirá a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reajustamento a ser aprovado pela Contratante, juntando-se memorial de cálculo do reajustamento.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – Este contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, perdurando sua vigência até 31/12/2015.

4.2 – Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente;

4.3 – Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL.

5.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

5.2. Após a entrega da Autorização de Fornecimento, será designado, conforme o caso, um servidor ou uma comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores, denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

5.3. O material entregue em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório seus anexos e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a refazer-los no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de execução.

5.4. O material será entregue em única parcela.

#### CLÁUSULA SEXTA - CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

6.1 - O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta de recursos da Câmara Municipal de Palhoça, pelos elementos:

3.3.90.30.22.00.00.00.00 – Material de Limpeza e Produção de Higienização.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Iniciar, após o recebimento de autorização de fornecimento da Contratante, a entrega dos materiais, no tempo previsto, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o prazo conforme o estabelecido;

7.2 - Assumir inteira responsabilidade pela entrega do material contratados e efetuar-los de acordo com as especificações e prazos estabelecidos, constantes da proposta e instruções do instrumento convocatório e seus anexos;

7.3 - Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço. A inadimplência do Contratado para com estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

7.4 – Responder pelos danos causados, guardará conformidade com o preço de mercado, não sendo considerado o valor histórico do bem;

7.5 - Indicar preposto e instruí-lo quanto à necessidade de acatar as orientações da Fiscalização do Contrato;

7.6 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 - Manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade da Contratante, a menos que expressamente autorizada pela mesma por escrito;

7.8 - Não proceder à veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração;

7.9 - Fornecer número telefônico fixo e móvel, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados;

7.10- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Indicar o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

8.2 - Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;

8.3 - Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao preposto da Contratada para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;

8.4 - Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

8.5 - Prestar à Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados;

8.6 - Efetuar os pagamentos devidos;

8.7 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo;

8.8- Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

8.9 - determinar o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;

#### CLÁUSULA NONA - DO VALOR DO CONTRATO

9.1 - O valor total deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ ( ..... ) para o ano de 2015, havendo prorrogação contratual, no termo aditivo deve constar os valores referentes ao ano correspondente.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10.1 - A rescisão contratual poderá ocorrer nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer natureza, exceto para pagamento de serviços comprovadamente prestados;
- c) Judicialmente, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único – Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE, incondicionalmente, reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avançado, além das demais sanções estabelecidas neste contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

11.1 - Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e após aprovação prévia pela Comissão Permanente de Licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

12.1 - Ocorrendo à inexecução parcial das cláusulas contidas no presente edital, por parte da CONTRATADA, ficará este sujeita as seguintes penalidades:

- a) Multa de 0,5% (zero ponto cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vincendas.
- c) Advertência por escrito;
- d) Suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTA**

13.1 - Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº02/2015, termo de referência e proposta da contratada, bem como as demais disposições da Lei Vigente. Os casos omissos serão resolvidos por ato da atual Comissão de Licitações.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1 - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Palhoça, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

14.2 - E por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares, pertinentes firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Palhoça, ..... de ..... de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

Contratante

.....

Diretora Administrativa Financeira

..... Ltda.

Contratada

TESTEMUNHAS: 01 - \_\_\_\_\_

02 - \_\_\_\_\_

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 64/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 64/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 30/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGENCIA PARA BANDA MARCIAL, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 26/05/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 26/05/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 12 de Maio de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 65/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 65/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 14/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM POSTES DE REDE DA CELESC, CONFORME DESCRIÇÃO EM ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 28/05/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 28/05/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 12 de Maio de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 66/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 66/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 15/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DO PAVILHÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Data da entrega dos envelopes: 29/05/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 29/05/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 12 de Maio de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de expediente destinados a manutenção das Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Infraestrutura e Desenvolvimento Comunitário. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 26 de maio de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 26/05/2015 – 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glewinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 12 de maio de 2015  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 2532, DE 07.05.2015 - DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

DECRETO Nº 2532, DE 07.05.2015.

DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES LOTADOS NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

#### **D E C R E T A**

Art. 1º. O expediente no Departamento de Vigilância Sanitária a contar desta data, obedecerá ao horário de Segunda a Sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 07 de maio de 2015.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2015**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 002/2014

Nº DO TERMO ADITIVO: 02/2015

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA  
CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: LOCAÇÃO, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO, EM FAVOR DO CONTRATANTE, DOS SEGUINTE SOFTWARES E SISTEMAS: CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. O LICENCIAMENTO COMPREENDE A MANUTENÇÃO LEGAL, CORRETIVA E EVOLUTIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, ESTA ÚLTIMA DEFINIDA DE ACORDO COM CRITÉRIOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, CONVENIÊNCIA E ADEQUAÇÃO MERCADOLÓGICA AFERIDOS EXCLUSIVAMENTE PELA CONTRATADA. TAMBÉM FARÃO PARTE DO OBJETO A PRESTAÇÃO DOS SEGUINTE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS: A) CONFIGURAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO CONFORME PROCEDIMENTOS DO CONTRATANTE; TREINAMENTO PARA OS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS CONTRATADOS; SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, EXCLUSIVAMENTE NOS SISTEMAS CONTRATADOS, COM POSSIBILIDADE DE ESTABELECIMENTO DE TÉCNICO RESIDENTE ONEROSAMENTE CEDIDO; SERVIÇOS DE ALTERAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATANTE, QUANDO SOLICITADO; E CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES PARA FUNCIONAMENTO NOS NOVOS SISTEMAS A SEREM IMPLANTADOS.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01/05/2014

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: 12/05/2015

VIGÊNCIA: 01/05/2015 À 30/04/2016

VALORES MENSAIS: SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA R\$ 243,33 (DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS); SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES R\$ 186,38 (CENTO E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS); SISTEMA DE PATRIMÔNIO R\$ 186,38 (CENTO E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS); SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO R\$ 243,33 (DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS); E SISTEMA DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA R\$ 238,15 (DUZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E QUINZE CENTAVOS). PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, SERÁ PAGO O VALOR DE R\$ 62,13 (SESSENTA E DOIS REAIS E TREZE CENTAVOS) A HORA TÉCNICA, ACRESCIDOS DE DESPESAS DE DESLOCAMENTO NO VALOR DE R\$ 0,62 (SESSENTA E DOIS CENTAVOS) O KM RODADO, MAIS DESPESAS DE ESTADA E ALIMENTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 118,04 (CENTO E DEZOITO REAIS E QUATRO CENTAVOS) AO DIA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 12 DE MAIO DE 2015.  
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA  
PRESIDENTE

VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA  
LUIZ EDUARDO SALIBA  
PROCURADOR JURÍDICO  
OAB/SC 33.396

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### **EDITAL 001/2015 ADMINISTRAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Nº 001/2015

1 – Objetivo: Contratação de pessoal por tempo determinado, a fim de atuar como, Motorista de Veículo em Geral - CNH “D”, Operador de Máquinas – CNH “D”, Servente, Braçal, Guarda e Professor de Biologia, nas Secretarias Municipais do Município de Passo de Torres.

2 – Amparo Legal: Leis Municipais nº 513 de 25 de agosto de 2005, 736, 737 de 29 de abril de 2011 e 990 de 06 de maio 2015.

3 - Inscrições: no dias 18 de maio de 2015, das 13h e 30 min às 18h e 30 min, na Prefeitura Municipal de Passo de Torres, sito à rua Beira Rio nº 20 – Centro – Passo de Torres S/C.

4 – Outras informações: Edital Completo afixado no mural interno da Prefeitura Municipal, Sito à Rua Beira Rio, 20 - Centro – Passo de Torres.

Passo de Torres – SC de 11 de maio de 2015.

Comissão Provisória do Processo Seletivo Simplificado

# Passos Maia

## PREFEITURA

**EXTRATO CONTRATO N. 0054/2015**

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0054/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA.

VALOR: Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, 11 de maio de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA PE Nº. 08/2015

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 08/2015

O Município de Paulo Lopes torna público para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADO o PREGÃO ELETRONICO Nº. 08/2015 que teve como objetivo a aquisição de materiais de manutenção para prédios municipais e para uso da Secretaria de Transporte, Obra e Serviços Urbanos de Paulo Lopes.

Paulo Lopes, 12 de maio de 2015.  
Almery Alcides Vieira  
Pregoeiro

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 02/2015

Extrato do Convênio nº 02/2015

Convênio que entre si celebram o município de Paulo Lopes e a Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes. Constitui objeto deste Convênio atribuir, à Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes – Cerpalo o encargo de arrecadar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública incidentes sobre proprietários, Titulares de Domínio Útil, possuidores e ocupantes de unidades de imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e que estejam ligados como consumidores à rede de energia elétrica na área de permissão do município de Paulo Lopes. Tendo como finalidade deste Convênio o fornecimento de material e manutenção do Serviço de Iluminação Pública em toda extensão territorial do Município de Paulo Lopes/SC.

Paulo Lopes, 31 de março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 03/2015

Extrato do Convênio nº 03/2015

Que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paulo Lopes – APAE, CNPJ nº 78.626.330/0001-84. Tendo como finalidade o repasse de recurso financeiro no valor de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) visando o custeio das suas atividades estatutárias, inclusive pessoal; e, outros encargos sociais decorrentes de rescisões. E o repasse de até 700 (setecentos) litros de gasolina por mês para transporte de alunos portadores de necessidades especiais, cujo valor é estimado em aproximadamente R\$ 2.233,00 (dois mil duzentos e trinta e três reais).

Paulo Lopes, 04 de maio de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 189/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº189/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 049/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Laisa Rodrigues Izaguirres, brasileira, portadora do CPF nº 075.748.269-43, matrícula nº 11134 classificada na 2ª posição do Chamamento Público nº 002/2015, para atuar no Cargo de Professora, com carga horária de 20hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 11/05/2015 à 23/12/2015, ou até que se realize o Concurso Público, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 11 de Maio de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 190/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº190/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 050/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Jaqueline dos Passos Silva, brasileira, portadora do CPF nº 070.010.349-08, matrícula nº 11135 classificada na 3ª posição do Chamamento Público nº 002/2015, para atuar no Cargo de Professora, com carga horária de 20hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 11/05/2015 à 23/12/2015, ou até que se realize o Concurso Público, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 11 de Maio de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO Nº65/2015-PMP

Nº 65/2015

2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

#### CONTRATANTE:

Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA		
CNPJ: 83.102.327/0001-00	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: ÁGUAS DE ITAPOCOROY	Ramo de Atividade: ÓRGÃO PÚBLICO	
Endereço: AVENIDA NEREU RAMOS, Nº 190 - CENTRO		
Cidade: PENHA	UF: SC	CEP: 88385-000
Telefone: 47 3345-0200	FAX: 47 3345-0200	
Endereço Eletrônico: josie_penha@terra.com.br		
Nome do Responsável: Evandro Eredes Dos Navegantes		
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL	RG: 4C/3.405.593 SSP/SC	CPF: 004.832.339-00

CONTRATADA:		
ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23	
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário		
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88110-923
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		
Diretor Regional: Paulo Oliveira de Andrade		
RG: 1.723.100-0 SSP/SC	CPF: 609.711.699-34	
Coordenador Regional de Negócios: Paulo Roberto Zucco		
RG: 100.366.420-6 SSP/RS	CPF: 248.658.930-91	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912323993, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato originário de 26/04/2015 a 25/04/2016; e objeto alterar os subitens 2.2. 2.2.1. Da Cláusula Segunda, 6.1. 6.6.1. da Cláusula Sexta, 7.2. da Cláusula Sétima e incluir subitem 12.7.1. na cláusula Décima Segunda das Disposições Gerais no Contrato Múltiplo originário nº. 9912323993: substituição do serviços de PAC por meio do anexo nº 03 e SEDEX por meio do anexo nº 04, CARTA COMERCIAL por meio do ANEXO Nº 11, rubricado pelas partes, contendo os procedimentos pertinentes ao serviço incluído, efetivando-se quando da assinatura deste Termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



2.1. Os recursos orçamentários destinados à execução do presente Contrato têm seu valor estimado em R\$

15- Secretaria do Planejamento Urbano

06- Departamento de Águas e Saneamento

Atividade: 2049- Funcionamento e Manutenção do Departamento de Águas e Saneamento

Aplicações Diretas 339.00.00.00.00.0

Data: 07/052015

Valor: R\$: 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais)

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

3.1. Ficam alterados os subitens 2.2. e 2.2.1.; 6.1. e 6.6.1.; 7.2. que passam a ter as seguintes redações respectivamente:

2.2. A qualquer momento a CONTRATANTE poderá solicitar à ECT a inclusão ou a exclusão de serviços no presente contrato, procedimentos estes que deverão ocorrer por meio de termo aditivo ou por apostilamento, conforme opção da CONTRATANTE, e registro na Ficha Resumo, a ser assinada pelas partes.

2.2.1. A inclusão de serviço(s) dar-se-á após análise da viabilidade pela ECT, por meio do acréscimo do(s) ANEXO(s) correspondente(s), rubricado(s) pelas partes, contendo os procedimentos pertinentes ao serviço incluído, efetivando-se quando da assinatura da Ficha Resumo.

6.1. Respeitado o cronograma definido na Ficha Resumo anexa a este contrato, a ECT disponibilizará à CONTRATANTE, no endereço [http://www2.correios.com.br/produtos\\_servicos/sfc/default.cfm](http://www2.correios.com.br/produtos_servicos/sfc/default.cfm), para efeito de pagamento, a fatura mensal correspondente aos serviços prestados e produtos adquiridos previstos no(s) ANEXO(s), levantados com base nos documentos de postagem e venda de produtos.

6.6.1. Os créditos devidos pela ECT, relativos a indenizações, cujos fatos geradores foram apurados e devidamente comprovados pela ECT, serão pagos diretamente à CONTRATANTE via crédito em fatura.

7.2. A vigência inicial do(s) ANEXO(s) será indicada na Ficha Resumo, em conformidade com o subitem 2.2.1., e não excederá a do contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA INCLUSÃO

4.1. Incluir o subitem: 12.7.1. da Cláusula Décima Segunda com a seguinte redação:

12.7.1. Alterações decorrentes de especificações da prestação de serviços e produtos, no(s) respectivo(s) Anexo(s) contratado(s) serão formalizadas por apostilamento, respeitando-se o disposto no Art. 55 da Lei 8666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA SUBSTITUIÇÃO

Substituição de PAC por meio do ANEXO Nº 03 e SEDEX por meio do ANEXO Nº 04, CARTA COMERCIAL por meio do ANEXO Nº 11 ao contrato original conforme modelo apenso a este termo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, restando limitado à vigência do Contrato original.

#### CLÁUSULA SETIMA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

São José/SC

Pela CONTRATANTE:

Evandro Eredes Dos Navegantes  
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Zucco  
Coordenador Regional De Negócios

TESTEMUNHAS:

NOME: Gustavo João da Silva

Pela ECT:

Paulo Oliveira De Andrade  
Diretor Regional

NOME: Daniele Schweger de Souza Lunge

**PP11/2015 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**AVISO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2015 - FMS**  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015– FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA SEREM INSTALADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COHAB NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 27/05/2015

ATÉ AS: 17h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/05/2015

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 – Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro – Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 12 de maio de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2015. Processo Licitatório nº 03/2015. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 02/2015. CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: : Instituto O Barriga Verde - IOBV ASSINATURA: 06/05/2015 VIGÊNCIA: 150 dias. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.48.00.00.00.0.0.0000 Serviço de Seleção e Treinamento. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a organização e realização de Concurso Público, para a Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina, atendendo as especificações mínimas contidas no presente contrato. Valor global de R\$ R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) mais 90% da arrecadação total das inscrições, até 1.000 inscritos sendo 10% revertido para Prefeitura Municipal de Penha; e 80% da arrecadação das inscrições acima de 1.000 sendo 20% revertido para Prefeitura Municipal de Penha.

Penha, 06 de maio de 2015.

Felipe Rebello Schmidt

Presidente

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 033/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 033/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 29 de maio de 2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 033/2015, visando à contratação de empresa para prestar serviços na área de segurança e medicina do trabalho.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 29/05/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 14:00hs, às 14:15 horas, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE MAIO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.223, DE 06 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4.223, DE 06 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, e conforme Lei Municipal nº 1.832 de 06 de maio de 2015

#### DECRETA

Art. 1º Fica o o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial na dotação do Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 3.540,00 (Três mil, quinhentos e quarenta reais), no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças

Função: 4 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 3 – Administração Geral

Atividade: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: 3393-0000

Fonte: 0100

Art. 2º Para suporte do Crédito Especial de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 3.540,00 (Três mil, quinhentos e quarenta reais):

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças

Função: 4 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 3 – Administração Geral

Atividade: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE MAIO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.226, DE 08 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4.226, DE 08 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto -SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Pinheiro Preto - SC, crédito adicional Suplementar no valor de R\$ 23.656,26 (Vinte e três mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos), para a suplementação do seguinte programa:

Unidade Gestora: 02 Município de Pinheiro Preto

Unidade Orçamentária: 2006 Secretaria de Transportes e Obras

Função: 16 – Serviços de Utilidade Pública

Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 18 – Prevenção de Doenças

Ação: 1.12 – Saneamento Básico Geral

4490-0000 Aplicações Diretas Fonte: 01.83 Operações de Crédito

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito Suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1.491, de 05 de abril de 2011.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 08 de maio de 2015.

Euzébio Calisto Viecele

Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 193, DE 06 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA N. 193, DE 06 DE MAIO DE 2015

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA BÁRBARA VENTORIN ZUCCO APTA PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional anexo a presente, e declarar apta para o trabalho a candidata BÁRBARA VENTORIN ZUCCO, para exercer o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de maio de 2015  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.192, DE 06 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA N.192, DE 06 DE MAIO DE 2015

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA DÉBORA KAHER PEGORARO APTA PARA EXERCER O CARGO DE ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional anexo a presente, e declarar apta para o trabalho a candidata DÉBORA KAHER PEGORARO, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de maio de 2015  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 194, DE 06 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA Nº 194, DE 06 DE MAIO DE 2015

NOMEIA DÉBORA KAHER PEGORARO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 187, de 21 de maio de 2013, e tendo em vista o disposto na Lei complementar nº 209/15,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DÉBORA KAHER PEGORARO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob n.063.034.379-90, para o cargo de provimento em comissão de "ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS", nível DAI-02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem estar Social, com remuneração prevista em lei.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 06 de maio de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 195, DE 06 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº 195, DE 06 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA bárbara ventorin zucco PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE "auxiliar administrativo".

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Concurso Público, Edital n. 001/2015, homologado através da Portaria nº 124, de 23 de março de 2015;

Considerando que a candidata, através de exames médicos, foi considerada apta para exercer o cargo,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, mediante concurso público, bárbara ventorin zucco, brasileira, inscrita no CPF nº 082.905.229-16, para o cargo público de provimento efetivo de "auxiliar administrativo" no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 06 de maio de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 197, DE 11 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº 197, DE 11 DE MAIO DE 2015.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 030/2015 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO ter restado frustrado o certame, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 030/2015, modalidade Pregão Presencial.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE MAIO DE 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.930 DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.930 DE 11 DE MAIO DE 2015  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03120000 – Convênio de Trânsito - Prefeitura R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento Economico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 6.000,00

Art 3º - O valor resultante da transposição do Art. 2º deste Decreto, serão destinados as seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento Economico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 6.000,00

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Pomerode, 11 de maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Administração e Fazenda

### EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 040/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, ARTIGOS E UTENSÍLIOS PARA COZINHA, GAS ENGARRAFADO E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 02/06/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 02/06/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 12 de Maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2015

Processo Administrativo n.º 041/2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) EQUIPAMENTO PARA PINTURA A BASE DE CAL E TINTA E 01 (UM) MINI ESPARGIDOR PARA A GERÊNCIA DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 01/06/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 01/06/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 12 de Maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 009/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 009/2015

Processo Administrativo n.º 039/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA DIVULGAÇÃO TURÍSTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE NA 16ª EDIÇÃO DA MAIFEST, FESTA DE TRADIÇÃO ALEMÃ REALIZADA NOS DIAS 23 E 24 DE MAIO DE 2015 NO BROOKLIN – SÃO PAULO/SP.

Valor total contratado: R\$17.800,00 (dezessete mil e oitocentos reais).

Data do Evento: Dias 23 e 24 de Maio de 2015.

Base Legal: Artigo 25, III da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 12 de Maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**SAMAE - POMERODE****PORTARIA 26/2015**

PORTARIA Nº 026/2015 DE 30 de abril de 2015.

O Presidente do SAMAE de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições;

E tendo em vista o disposto na Lei nº 116/66 e as alterações introduzidas pela Lei nº 1.271/95, ambas no município de Pomerode, bem como o equilíbrio financeiro das atividades da Autarquia.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Alterar parcialmente o anexo III e o anexo V da Portaria n.º 084/2014 de 28 novembro de 2014, que passa a ter os valores estabelecidos pelos anexos desta portaria.

Art. 2º - Os valores alterados através Portaria serão aplicados a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Pomerode (SC), em 30 de abril de 2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Márcio Scheidemantel  
Presidente do SAMAE

**ANEXO III**

Parte Integrante Da Portaria nº POM 084/2014, de 28 de Novembro de 2014.

OUTROS SERVIÇOS	
SERVIÇO	R\$
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	
No cavalete por falta de pagamento	23,98
No cavalete por falta de pagamento com lacre violado	270,03
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS	
"Por solicitação do usuário, até ¾".	27,63
"Por solicitação do usuário, acima de 1,0".	32,00
DESLIGAMENTO	
Por solicitação do usuário e temporária (Art. 72 — inciso VII)	23,98
Por solicitação do usuário, definitiva.	27,00
VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL	
Por solicitação do usuário até 02 (dois) pavimentos	40,61
Por solicitação do usuário, definitiva.	21,60
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS.	
Custo fixo de consumo até 15 dias	223,95
Custo fixo mensal período superior a 15 dias	378,12
CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA	
De encanador	13,78
De auxiliar	8,82
DESLOCAMENTO DE CAVALETE	Valor das peças utilizadas + mão-de-obra
MUDANÇA DE LIGAÇÃO	225,38
AVISO DE CORTE	
Artigo 72	1,93

EXPEDIENTE	
Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral e outros.	1,93

## ANEXO V

Parte Integrante Da Portaria nº POM 084/2014 de 28 de Novembro de 2014.

## PENALIDADES

Item	Descrição da Infração	R\$
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto	51,29
02	Ligações clandestinas	159,82
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo.	191,23
04	Interconexão da instalação predial com canalização de água ou outra procedência.	51,29
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia.	51,29
06	Multa por dificultar acesso ao hidrômetro	51,29
07	Multa pelo não cumprimento de notificação	51,29
08	Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial.	257,05
09	Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio.	159,83
10	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio.	319,26
11	Início de obras de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE.	1.595,87
12	Alteração do projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamento ou conjunto de edificações, sem autorização do SAMAE.	638,94
13	Inobservância das normas e/ou instalações do SAMAE na execução de obras e serviços de água e esgoto.	257,05
14	Inobservância do prazo de 30 dias para a ligação na rede pública de esgoto.	180,38

## Observações:

1. A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá a 80,0% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, o cálculo de cobrança será efetuado observando o disposto no Parágrafo Único do Art. 81 do Regulamento;
2. Para efeito de cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições e similares, equiparam-se as da Categoria Comercial;
3. O restabelecimento do fornecimento de água será efetuado após a apresentação da quitação da multa constante no anexo V desta portaria (Art. 88).

**PORTARIA 27/2015**

PORTARIA Nº 027/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

## RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor ROBERTO CARLOS BARBOSA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE OPERAÇÕES, de acordo com o Artigo 120 da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, durante o período de 02 de maio de 2015 a 31 de maio de 2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e produz seus efeitos a partir de 02 de maio de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 04 de maio de 2015.  
MÁRCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE

**PORTARIA 28/2015**

PORTARIA Nº 028/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

## RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor GILMAR CORREA, ocupante do cargo de MOTORISTA, de acordo com o Artigo 120 da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, durante o período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 04 de maio de 2015.  
MÁRCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE

**PORTARIA 29/2015**

PORTARIA Nº 029/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor FERNANDO RESENDE FENELON, ocupante do cargo de ENGENHEIRO, de acordo com o Artigo 120 da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, durante o período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 04 de maio de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO 017/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 017/2015 FMS PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2015 FMS

O MUNICÍPIO DE

PONTE SERRADA TORNA PÚBLICO, QUE FARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO NA CIDADE DE XANXERÊ, COM VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 15 PASSAGEIROS.

RECEBIMENTO DE ENVELOPES: ATÉ AS 08:20MIN DO DIA 25/05/2015. ABERTURA: ÀS 08H30MIN HORAS DO DIA 25/05/2015.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: EDITAL EM INTEIRO TEOR E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDOS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA NO SETOR DE LICITAÇÕES, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, RUA MADRE MARIA THEODORA, N.º 264, BAIRRO CENTRO, NO HORÁRIO DAS 07H00MIN ÀS 13:00 E PELO SITE [WWW.PONTESERRADA.SC.GOV.BR](http://WWW.PONTESERRADA.SC.GOV.BR), OU PELO TELEFONE (0XX49) 34350122 E PELO E-MAIL: [COMPRASPS01@GMAIL.COM](mailto:COMPRASPS01@GMAIL.COM).

PONTE SERRADA, 12 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO 018/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 018/2015 FMS PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2015 FMS

O MUNICÍPIO DE

PONTE SERRADA TORNA PÚBLICO, QUE FARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE FORMA PARCELADA DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

RECEBIMENTO DE ENVELOPES: ATÉ AS 08:20MIN DO DIA 27/05/2015. ABERTURA: ÀS 08H30MIN HORAS DO DIA 27/05/2015.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: EDITAL EM INTEIRO TEOR E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDOS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA NO SETOR DE LICITAÇÕES, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, RUA MADRE MARIA THEODORA, N.º 264, BAIRRO CENTRO, NO HORÁRIO DAS 07H00MIN ÀS 13:00 E PELO SITE [WWW.PONTESERRADA.SC.GOV.BR](http://WWW.PONTESERRADA.SC.GOV.BR), OU PELO TELEFONE (0XX49) 34350122 E PELO E-MAIL: [COMPRASPS01@GMAIL.COM](mailto:COMPRASPS01@GMAIL.COM).

PONTE SERRADA, 12 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

# Porto Belo

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 2.274, DE 12 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.274, DE 12 DE MAIO DE 2015.

-Autoriza o Município de Porto Belo, SC, através do Poder Executivo, firmar Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para com o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Parcelamento.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Município de Porto Belo, através do Poder Executivo, representado pelo Sr. Prefeito, Firmar Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para com o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Parcelamento, conforme minuta anexa, que faz parte desta Lei.

Art. 2º O Município de Porto Belo, pelo Poder Executivo, durante o prazo do parcelamento consignará nos orçamentos anuais e plurianuais, dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais e sucessivas oriundas do termo.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 12 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

### PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 003/2015 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 003/2015 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de bens permanentes (Carrinho de carga e transporte de tablets) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 26/05/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 26/05/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 12 de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito Municipal

### PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 006/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 006/2015 FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de leitor e microchips para cadastro de animais do “Projeto Saúde Animal”, do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 09:00 horas do dia 25/05/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 09:01 horas do dia 25/05/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 12 de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito Municipal

### PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 018/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 018/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de banheiros químicos para eventos que venham a ser realizados no Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 22/05/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 22/05/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 11 de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito Municipal

**PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 019/2015 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 019/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de Gás acondicionado em botijões, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 25/05/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 25/05/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 12 de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 006/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 058/2015- PREFEITURA

Extrato de Edital de Tomada de Preços 006/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para contratação de empresa especializada na execução de serviço de engenharia sanitária, para realização de serviços de: coleta regular e transporte de resíduos sólidos urbanos orgânicos e não recicláveis; coleta seletiva e transporte de resíduos sólidos urbanos recicláveis; operação e manutenção do aterro sanitário. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 29 de maio de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitateportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitateportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 12 de maio de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 415/2015 - RH

PORTARIA Nº 415, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 30 de abril de 2015 a 29 de abril de 2016, ou até a realização de concurso público municipal, o Contrato de Trabalho nº 094/2014, de Fernanda Rech Gomes Gregol, que exerce as funções do cargo de Médico (Dermatologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

#### EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 26 (vinte e seis) de maio de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais de construção, a fim de adequar os prédios públicos de atendimento administrativo e de saúde do Município de Presidente Castello Branco (SC) quanto às exigências normativas relacionadas à acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, segundo as normas da ABNT, conforme relação e quantitativos constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br).

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 12 DE MAIO DE 2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### **DIVULGAÇÃO DE RESULTADO PREGÃO 23/2015- RELÓGIOS PONTO BIOMÉTRICOS**

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL: 23/2015

O objeto da licitação: AQUISICAO DE RELOGIOS PONTO BIOMETRICOS PARA CONTROLE DE FREQUENCIA DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da portaria 04/2015, considerando vencedor da licitação, objeto do Pregão nº. 23/2015, o participante:

#### Fornecedores e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
ESPOMAK - COMERCIO DE MATERIAIS EQUIP.P ESCRITORIO	00001	5,00000	UN	1.990,0000	9.950,00
ESPOMAK - COMERCIO DE MATERIAIS EQUIP.P ESCRITORIO	00002	1,00000	UN	750,0000	750,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, 12 de maio de 2015

VALDECI JOSÉ COMANDOLI

GERENTE DE LICITAÇÕES

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 035/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 035/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2015

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos sete (07) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.655/2015 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de emulsão asfáltica RM1C para operação tapa buracos em diversas ruas do município, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 339113 – COMPASA DO BRASIL DISTR. DER. PETRÓLEO LTDA.						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
1	Emulsão asfáltica RM1C.	Ton.	Compasa	60	R\$ 1.565,00	R\$ 93.900,00
Total do Fornecedor:						R\$ 93.900,00
Total Geral dos Itens:						R\$ 93.900,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 16 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO EDUARDO DOMINGOS BARBOZA

Prefeito de Rio do Sul Procurador

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 043/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2015

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Aos vinte e nove (29) dias do mês de abril (04) do ano de 2015, o Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mineração Rio do Ouro Ltda., sediada na Rod. SC. 427, Km 34, Estrada Geral, s/n], Salseiro, cidade de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, CEP 88.443-000, por seu Diretor, Sr. Eduardo Barni, portado do RG de nº 3.285.038, inscrito com o CPF sob o nº 025.701.469-19 acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4662/2015 e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de macadame seco conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01						
Fornecedor: MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA						
Preço total cotado para o item: R\$ 1.020.000,00						
DETALHAMENTO DO MATERIAL				PREÇO UNITÁRIO		

30.000 m³ de Macadame seco, britado e peneirado, proveniente de rocha sã, sem argila e ou material estéril, com a seguintes características:

- Granulométrica máxima de 2"
- Pedregulho = 40%
- Areia Grossa = 47%
- Areia Fina = 8%
- Material Passante da Peneira 200 = 5%
- Índice de Suporte Califórnia = 39,7%
- Expansão = 1%

Obs: com transportes do material até o destino.

R\$ 34,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 29 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal de Rio do Sul

MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA

Sr. Eduardo Barni

Diretor

### DECRETO 4695, DE 12 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 4695, de 12 de maio de 2015

"SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, na Lei Municipal nº 4.707, de 18/04/2008 e no Decreto nº 1.620, de 17/01/2011,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica nomeado para compor a Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, os membros abaixo relacionados, em atendimento ao artigo 2º da Lei Municipal nº 5.554, de 22 de dezembro de 2014, conforme segue:
	<p>I - Departamento da Secretaria Municipal de Administração:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- PEDRO ERNESTO RODRIGUES - Titular</li><li>- MARILU ROSANE GIOVANELLA Substitui DEBORA ROIWAS - Suplente</li></ul> <p>- VALMIR RUBLESKI - Titular</p> <p>- EVANOR ROSENDO SABINO Substitui VIVIANE MARIA WEHRMEISTER - Suplente.</p> <p>II - Gabinete do Prefeito:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- RAMIRO LIZ DE SOUZA Substitui RONALDO DA ROCHA - Titular</li><li>- LUIZ CARLOS NIENKOTTER- Suplente</li></ul>
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4649, DE 09 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4649, de 09 de abril de 2015

**"ALTERA DECRETO QUE NOMEOU OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO."**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterado o Art 1º do Decreto nº 4518 de 26 de janeiro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Público, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Marilene Back Espindola, Maristela Regina Balbinot, Daniela Cristina Ferrari e Rita Ferrari Cuco para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Público – Edital de Concurso Público nº 002/2015 do Município de Rio do Sul, destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do Município de Rio do Sul – Administração Direta e Indireta e formação de Cadastro de Reserva, em conformidade com a Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores e Lei Complementar nº 208 de setembro de 2010 e alterações posteriores."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4687, DE 07 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 4687, de 07 de maio de 2015

**"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO TOMADA DE PREÇO Nº 046/2015."**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

**DECRETA**

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4457/2014, o resultado da Tomada de Preço nº 046/2015, de 16.04.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- VILSON VANSUITEN – ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

07 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 4687/2015

Tomada de Preço nº 046/2015, de 16.04.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DE RIO DO SUL, LOCALIZADO NO BAIRRO CANOAS EM RIO DO SUL.

Participantes:

- VILSON VANSUITEN ME;  
- METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- VILSON VANSUITEN ME.

**DECRETO Nº 4692, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 4692, de 12 de maio de 2015

**"ALTERA O DECRETO QUE NOMEOU OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO."**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterado o Art. 1º do Decreto nº 4593, de 13 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Público, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Eligio Luis Pessoa, Maristela Regina Balbinot, Carlos Alberto Luithardt e Fernanda Pontes Rossi Fachini para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Público – Edital de Concurso Público nº 001/2015 do Município de Rio do Sul, destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do Magistério do Município de Rio do Sul – Administração Direta e formação de Cadastro de Reserva, em conformidade com a Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores e Lei Complementar nº 208 de setembro de 2010 e alterações posteriores."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4693, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 4693, de 12 de maio de 2015

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, de acordo a Lei n. 3796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores e ainda, de acordo com relatório encaminhado pela Empresa INFOR-VR – Tecnologia e Consultoria Pública LTDA - ME

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Nº 001/2015, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital de Processo Seletivo.

Art. 2º - O Anexo I é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015**

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados, o Resultado Final do Processo Seletivo nº. 001/2015:

CARGO: MONITOR ESCOLAR										
CLAS.	INSC.	NOME	IDADE	PT	MT	CG	CE	TOTAL OBJETI- VA	NOTA FINAL	RESULTADO
1	1155	DANIELA FERREIRA MARQUES RIBAS	21/06/1978	2,70	0,90	1,20	3,60	8,40	8,40	APROVADO
2	1076	KATIANE RODRIGUES DE MORAES	08/11/1985	2,40	0,30	1,50	3,60	7,80	7,80	APROVADO
3	1228	JULIA GRACIELA NEUHAUS EMKE	13/04/1989	1,50	0,90	1,50	3,60	7,50	7,50	APROVADO
4	1093	DULCE KUSTERS	03/01/1989	2,10	0,90	1,20	3,20	7,40	7,40	APROVADO
5	1032	JOSEANE DE ASSIS	07/11/1986	2,40	0,90	1,20	2,80	7,30	7,30	APROVADO
6	1073	ROSEMERY LEHMKUHL	26/10/1968	1,50	0,90	1,20	3,60	7,20	7,20	APROVADO
7	1178	SAIONARA COMPER BRANDALIZE	08/10/1994	2,10	0,60	1,20	3,20	7,10	7,10	APROVADO
8	1238	ELENICE DE JESUS	19/08/1982	1,50	1,20	1,20	3,20	7,10	7,10	APROVADO
9	1220	RENAN LUIS DEMETERKO SILVA	24/02/1995	1,20	1,50	1,20	3,20	7,10	7,10	APROVADO
10	1194	CARLA FUCK WOLLINGER	07/06/1988	1,80	1,50	0,90	2,80	7,00	7,00	APROVADO
11	1211	VINICIUS DA SILVA	19/05/1997	2,10	0,60	0,60	3,60	6,90	6,90	APROVADO
12	1166	BRUNA STAROSKY	09/05/1995	1,20	0,90	1,20	3,60	6,90	6,90	APROVADO
13	1195	PRISCILA GEREMIAS	25/01/1993	1,20	0,60	1,50	3,60	6,90	6,90	APROVADO
14	1130	DIRCE BERTOLDI HEINZ	27/02/1960	2,10	0,60	0,90	3,20	6,80	6,80	APROVADO
15	1235	LARISSA LOZEYKO	03/04/1995	2,10	0,60	0,90	3,20	6,80	6,80	APROVADO
16	1055	DAIANE MARIANO RODE	30/11/1984	1,80	0,60	1,20	3,20	6,80	6,80	APROVADO
17	1231	LAIANE SCHVAMBACH	12/04/1994	1,50	1,20	0,90	3,20	6,80	6,80	APROVADO
18	1063	PALOMA LAURETE KNEIDL	23/09/1994	1,50	0,90	1,20	3,20	6,80	6,80	APROVADO
19	1003	CATIA CAROLINE SCHLICHTING	21/05/1995	2,10	0,90	0,90	2,80	6,70	6,70	APROVADO

20	1096	JUCELIA VIEIRA WARMLING	23/12/1985	1,50	1,50	0,90	2,80	6,70	6,70	APROVADO
21	1124	DANIELA CAROLINE MINATTI DOS SANTOS	06/10/1996	2,70	0,60	0,90	2,40	6,60	6,60	APROVADO
22	1138	SARA CRISTINA STACHESKI MARTINS	16/07/1992	2,10	1,20	0,90	2,40	6,60	6,60	APROVADO
23	1131	GRAZIELE DOS SANTOS	03/07/1983	1,50	0,90	0,90	3,20	6,50	6,50	APROVADO
24	1085	BIANCA JANINE SCOZ	06/10/1980	2,40	0,60	0,60	2,80	6,40	6,40	APROVADO
25	1150	CLEIA DEMARCHI	27/02/2068	0,90	0,90	0,90	3,60	6,30	6,30	APROVADO
26	1045	ALINE KUCHLER	17/11/1990	1,80	0,30	0,90	3,20	6,20	6,20	APROVADO
27	1052	DANIELLE CRISTINA RODRIGUES	07/07/1977	1,50	0,60	0,90	3,20	6,20	6,20	APROVADO
28	1059	CRISTILANE TUON	17/09/1977	1,50	0,30	1,20	3,20	6,20	6,20	APROVADO
29	1005	EDNA SOARES GUTZ	07/05/1979	1,20	0,90	0,90	3,20	6,20	6,20	APROVADO
30	1230	YARA MAFALDA DO NASCIMENTO	06/08/1980	1,20	0,60	1,20	3,20	6,20	6,20	APROVADO
31	1017	ALEXANDRA BARBOSA	30/04/1989	1,20	0,60	1,20	3,20	6,20	6,20	APROVADO
32	1044	LIONETE APARECIDA PRATES	16/01/1969	1,80	0,90	0,60	2,80	6,10	6,10	APROVADO
33	1118	CRISTIANE SCHWEPPE MACHADO	09/01/1983	1,80	0,60	0,90	2,80	6,10	6,10	APROVADO
34	1094	BRUNA CESTONARO DO NASCIMENTO	13/05/1986	1,80	0,60	0,90	2,80	6,10	6,10	APROVADO
35	1080	ZILMA SILVEIRA RAMOS	08/02/1954	1,80	0,30	1,20	2,80	6,10	6,10	APROVADO
36	1136	JAQUELINE BUZZI	11/02/1996	1,50	0,90	0,90	2,80	6,10	6,10	APROVADO
37	1229	ESTEFANI RAQUEL JOCHEM	31/01/1998	1,20	0,90	1,20	2,80	6,10	6,10	APROVADO
38	1091	ROSANA DE FATIMA PIRES DOS SANTOS	13/07/1977	0,90	0,30	1,20	3,60	6,00	6,00	APROVADO
39	1027	LETICIA DO AMARAL	03/03/1997	2,10	0,60	0,90	2,40	6,00	6,00	APROVADO
40	1219	CATIA DA SILVA	13/05/1984	1,80	0,60	1,20	2,40	6,00	6,00	APROVADO
41	1224	TANIA MOREIRA TOASSI	20/08/1986	1,50	1,20	0,90	2,40	6,00	6,00	APROVADO
42	1060	ANA PAULA AUGUSTO DA SILVA	27/06/1980	1,50	0,60	0,60	3,20	5,90	5,90	APROVADO
43	1226	JULIANA APARECIDA GRAH DA ROCHA	09/11/1981	1,50	0,60	0,60	3,20	5,90	5,90	APROVADO
44	1176	REJANE ROSA DA SILVA	11/04/1982	1,50	0,60	0,60	3,20	5,90	5,90	APROVADO
45	1145	ROSANA HENCKEL	09/08/1986	1,20	0,60	0,90	3,20	5,90	5,90	APROVADO
46	1022	ADRIANA APARECIDA SOARES	05/05/1987	1,20	0,30	1,20	3,20	5,90	5,90	APROVADO
47	1036	NAIARA DE SOUZA	16/06/1988	0,90	0,90	0,90	3,20	5,90	5,90	APROVADO
48	1221	LUANA LOZEYKO	09/12/1996	2,10	-	0,90	2,80	5,80	5,80	APROVADO
49	1042	RUBIANA MUTSCHLER	06/06/1989	1,80	0,60	0,60	2,80	5,80	5,80	APROVADO
50	1225	JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO	13/11/1991	1,80	0,30	0,90	2,80	5,80	5,80	APROVADO
51	1120	ADELIA DE SOUZA	27/07/1970	1,80	-	1,20	2,80	5,80	5,80	APROVADO
52	1210	LUCIANA STOCKCHNEIDER PIRHARDT	26/07/1984	1,50	0,60	0,90	2,80	5,80	5,80	APROVADO

53	1113	SUELEN PEDROSO	14/11/1997	1,50	0,60	0,90	2,80	5,80	5,80	APROVADO
54	1125	ELISIANE NAIARA FLORIANO DA SILVA	28/12/1993	1,50	0,30	1,20	2,80	5,80	5,80	APROVADO
55	1144	RAFAEL BACK	08/01/1995	1,20	1,20	0,60	2,80	5,80	5,80	APROVADO
56	1078	ANA PAULA CARDOSO	22/09/1994	1,20	0,60	1,20	2,80	5,80	5,80	APROVADO
57	1066	ROBERTA DELA JUSTINA	10/08/1983	1,20	0,30	1,50	2,80	5,80	5,80	APROVADO
58	1001	NATASHA DA CRUZ DOS SANTOS	08/05/1996	0,90	1,20	0,90	2,80	5,80	5,80	APROVADO
59	1161	DAIANE MAURICIO	04/11/1996	0,90	0,60	1,50	2,80	5,80	5,80	APROVADO
60	1186	IRANEIDE LIMA DE MATOS	01/10/1982	1,50	0,60	1,20	2,40	5,70	5,70	APROVADO
61	1081	MARINA GUCKERT	03/05/1990	1,50	0,60	1,20	2,40	5,70	5,70	APROVADO
62	1050	MARISE WUERGES	29/03/1971	1,20	1,20	0,90	2,40	5,70	5,70	APROVADO
63	1128	SONIA REGINA POLI	02/08/1966	1,50	0,60	0,30	3,20	5,60	5,60	APROVADO
64	1172	JANAINA SENS EICHHOLZ	11/03/1984	1,50	-	0,90	3,20	5,60	5,60	APROVADO
65	1061	JOCIMARA MARIANO DE LIMA MARCHI	18/02/1978	1,20	-	1,20	3,20	5,60	5,60	APROVADO
66	1167	FERNANDA STEPHANIE SCHEFFER	16/01/1988	0,90	0,90	0,60	3,20	5,60	5,60	APROVADO
67	1114	PAULO CESAR MOMM	07/09/1977	0,90	0,30	1,20	3,20	5,60	5,60	APROVADO
68	1084	LETICIA AMORIM HOEPERS	10/08/1994	0,90	0,30	1,20	3,20	5,60	5,60	APROVADO
69	1151	JANETE TERESINHA BEZERRA TRISTAO	09/06/1972	2,40	-	1,20	2,00	5,60	5,60	APROVADO
70	1070	LUCIANE CAROLINE BUENO	13/01/1994	1,80	0,90	0,90	2,00	5,60	5,60	APROVADO
71	1111	LIZETE MARTINS RENGEL	17/12/1968	1,50	0,30	0,90	2,80	5,50	5,50	APROVADO
72	1148	LARISSA DE SANT ANNA RAFAELI	18/05/1989	1,50	0,30	0,90	2,80	5,50	5,50	APROVADO
73	1046	PATRICIA DEMIRANDA SANTANA DE SOUZA	27/01/1982	1,50	-	1,20	2,80	5,50	5,50	APROVADO
74	1132	ROSINHA SOARES	18/11/1982	1,50	-	1,20	2,80	5,50	5,50	APROVADO
75	1187	ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS	15/05/1989	1,20	0,60	0,90	2,80	5,50	5,50	APROVADO
76	1019	TACIANE KANTOVICK	01/04/1985	1,20	0,30	1,20	2,80	5,50	5,50	APROVADO
77	1034	ANDYARA FORMONTE VIGNOLA	11/06/1980	1,50	0,60	0,90	2,40	5,40	5,40	APROVADO
78	1233	IVONE KOHLS	18/10/1964	1,20	0,60	1,20	2,40	5,40	5,40	APROVADO
79	1072	THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA	18/05/1994	1,50	0,90	0,90	2,00	5,30	5,30	APROVADO
80	1117	ANDREA APARECIDA REINHHERDT	31/08/1975	1,20	-	0,90	3,20	5,30	5,30	APROVADO
81	1213	DAIANE GOULART	09/05/1982	1,50	-	0,90	2,80	5,20	5,20	APROVADO
82	1101	PATRICIA STEFFENS	23/09/1988	1,20	0,60	0,60	2,80	5,20	5,20	APROVADO
83	1240	KELI REGINA RENGEL	05/06/1992	1,20	0,60	0,60	2,80	5,20	5,20	APROVADO
84	1015	AMANDA REGINA DOS SANTOS	18/05/1995	1,20	0,30	0,90	2,80	5,20	5,20	APROVADO
85	1030	ALICE CRISTINE BECKER REDEL	16/11/1995	1,20	0,30	0,90	2,80	5,20	5,20	APROVADO

86	1029	SIMARA BERRI	10/10/1987	0,90	0,60	0,90	2,80	5,20	5,20	APROVADO
87	1122	ANGENETE MARIAN	23/11/1977	0,90	0,30	1,20	2,80	5,20	5,20	APROVADO
88	1031	BRUNA HOEPERS	28/08/1995	0,60	0,90	0,90	2,80	5,20	5,20	APROVADO
89	1152	MARIA NADIR DE MOURA	28/07/1971	0,60	-	0,90	3,60	5,10	5,10	APROVADO
90	1135	ODILA BORINELLI	26/06/1961	1,80	-	0,90	2,40	5,10	5,10	APROVADO
91	1104	JANAYNA DANIELLE VIEIRA POSSAMAI	10/12/1996	1,50	0,30	0,90	2,40	5,10	5,10	APROVADO
92	1106	EMANUELA ESCASBAN DE FRANCA BARBOSA	19/11/1993	1,20	0,90	0,60	2,40	5,10	5,10	APROVADO
93	1153	JOSE LUIZ RONCHI DA ROSA	19/06/1990	0,60	0,60	1,50	2,40	5,10	5,10	APROVADO
94	1112	PATRICIA APARECIDA PEIXE	07/12/1977	1,50	-	0,30	3,20	5,00	5,00	APROVADO
95	1008	GABRIELA TAYSE LONGO	11/12/1993	2,10	0,60	0,30	2,00	5,00	5,00	APROVADO
96	1227	VOLNEI PATRICIO MARTINS	16/10/1983	1,80	0,60	0,60	2,00	5,00	5,00	APROVADO
97	1197	JOSEMIR ISIDORO KUS-ZKOWSKI	07/04/1958	1,80	0,30	0,90	2,00	5,00	5,00	APROVADO
98	1147	BRUNO ALEXANDRE RAMOS DE LIMA	31/05/1997	1,80	0,30	0,90	2,00	5,00	5,00	APROVADO
99	1182	TACIANE LIPPEL	25/01/1995	1,80	-	1,20	2,00	5,00	5,00	APROVADO
100	1110	LIZIANE FERREIRA DA SILVA	30/10/1984	1,20	0,60	1,20	2,00	5,00	5,00	APROVADO
101	1239	DULCEMERE MACHADO NASCIMENTO	12/07/1976	0,90	0,90	1,20	2,00	5,00	5,00	APROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1189	SILVANA DA SILVA WESSEL	10/07/1972	1,80	-	0,30	2,80	4,90	4,90	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1018	MELYE MILENA FELIZARDO	19/06/1990	1,20	-	0,90	2,80	4,90	4,90	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1165	MILENA ALINE LOPES	03/11/1997	1,50	0,30	0,60	2,40	4,80	4,80	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1196	ROSANA MURARA	26/12/1990	1,50	-	0,90	2,40	4,80	4,80	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1067	FERNANDA RIBEIRO ASSINK	18/12/1984	1,20	0,60	0,60	2,40	4,80	4,80	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1143	CLARA MARIA PERFOLL	20/10/1963	1,20	-	0,60	2,80	4,60	4,60	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1100	MARCIA NOVACK	09/01/1990	1,50	-	0,60	2,40	4,50	4,50	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1079	DJANAN HENN FONTANIVE	13/06/1983	1,20	0,30	0,60	2,40	4,50	4,50	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1236	PATRICIA PEREIRA	17/10/0995	1,20	0,30	0,60	2,40	4,50	4,50	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1054	LOREDANA PRISCILA COSTA	22/04/1994	0,90	0,60	0,60	2,40	4,50	4,50	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1137	MARCILENEFERNANDESMA-NARIM	08/06/1984	1,50	0,60	0,30	2,00	4,40	4,40	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1126	FABIOLA DE ESPINDOLA	11/02/1995	1,50	0,60	0,30	2,00	4,40	4,40	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1010	FRANCIANE LOPES DO AMARAL	08/10/1985	1,50	-	0,90	2,00	4,40	4,40	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1206	DEBORA RUBIA HEIDEMANN	15/12/1995	0,90	0,60	0,90	2,00	4,40	4,40	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1109	ALEXSANDRO SOARES	02/05/1983	1,80	0,30	0,60	1,60	4,30	4,30	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1232	JANAINA SILVA CAMARGO	27/03/1988	0,90	0,60	1,20	1,60	4,30	4,30	REPROVADO
NÃO CLASSIFICADO	1028	PALOMA APARECIDA VIEIRA	08/11/1995	0,90	-	0,60	2,80	4,30	4,30	REPROVADO

NÃO CLAS-SIFICADO	1006	JENIFER EMANUELE DE ABREU	29/10/1989	1,20	0,30	0,30	2,40	4,20	4,20	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1020	FERNANDA DA ROCHA	16/12/1991	0,90	-	0,90	2,40	4,20	4,20	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1062	DILVA NAZARI FRANCO	05/03/1957	1,50	0,30	0,30	2,00	4,10	4,10	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1173	IVONETE HORACIO LAURIN-DO RAITZ	13/11/1972	1,50	0,30	0,30	2,00	4,10	4,10	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1222	CLAUDIMAR FERREIRA DE SOUZA	29/07/1970	0,90	0,90	0,30	2,00	4,10	4,10	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1205	ROSANA MARIA KORB	27/09/1982	0,90	0,60	0,60	2,00	4,10	4,10	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1149	SILVANA MELLO	03/11/1974	0,90	0,30	0,90	2,00	4,10	4,10	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1053	MADALENA KLAUMANN	02/02/1971	0,60	0,60	0,30	2,40	3,90	3,90	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1086	GIANY CARLA GARCIA	02/09/1979	0,90	0,60	0,90	1,20	3,60	3,60	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1107	TAMIRIS FORSTER	09/08/1997	1,20	-	0,90	1,20	3,30	3,30	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1119	GISELE PACHECO DA ROSA SANDOR	13/02/1990	0,60	-	0,60	2,00	3,20	3,20	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1214	ADELINA TEREZINHA MI-RANDA	21/07/1963	0,60	0,60	1,20	0,80	3,20	3,20	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1185	CLEIDE MORGANA KLAU-MANN	19/11/1988	0,60	0,60	0,30	1,60	3,10	3,10	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1087	ROSEMARA DE SOUZA SANTOS	01/03/1989	1,50	-	0,30	1,20	3,00	3,00	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1009	CAMILADOAMARAL	10/12/1990	1,20	-	0,60	0,40	2,20	2,20	REPROVADO
NÃO CLAS-SIFICADO	1058	CARLA RIBEIRO DE CAR-VALHO	22/09/1959	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1013	HERMELINDA KNAUL	28/09/1967	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1108	MARA CRISTINA GAZETI DE OLIVEIRA	13/07/1974	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1105	MARLI DE ANDRADE	08/04/1977	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1181	SANDRA MACHADO DE SOUZA.	28/09/1981	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1160	ROSILENE MARIA DA MOTTA DE SOUZA	04/10/1982	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1183	TATIANE MACIEL DOS SANTOS	05/12/1983	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1200	JANICE NUNES MARTINS SCHARF	14/07/1985	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1218	VANESSA RAFAELA SANSÃO	30/07/1985	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1168	RODRIGO CONSTANTINO	04/04/1986	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1133	ELIZANDRA GRAZIELE SCHNEIDER	07/03/1987	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1158	ANA CLAUDIA NAZARI	06/11/1987	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1216	JOSIANE MOTTIM	21/08/1988	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1002	ROSELINE ROSA	04/02/1990	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1208	ANDRESSA CRISTINA ROBERTI	02/01/1992	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1121	NAIARA HACK	30/09/1992	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1199	MAIRA LUANA FELPONI SILVA	05/03/1993	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLAS-SIFICADO	1056	LEIA DOS SANTOS ABREU	18/10/1994	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU

NÃO CLASSIFICADO	1007	ELISANDRA SCHMITZ	01/12/1994	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLASSIFICADO	1004	JULIANA POPENGA	12/04/1995	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLASSIFICADO	1043	AMANDA CORREA DEUCHER	02/09/1995	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLASSIFICADO	1177	SCHAIANE VIEIRA ROSA DE SA	11/12/1995	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLASSIFICADO	1146	ALINE KJELLIM HADLICH	02/01/1996	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLASSIFICADO	1068	ALICE REGINA LEHMANN	11/03/1996	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU
NÃO CLASSIFICADO	1057	NAIARA VICENTE DOS SANTOS	02/01/1997	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COMPARECEU

Legendas: PT = Nota obtida em Língua Portuguesa; MT = Nota obtida em Matemática; CG = Nota obtida em Conhecimentos Gerais; CE = Nota obtida em Conhecimentos Específicos do Cargo.

(\*) Não houve participação de candidatos Portadores de Necessidades Especiais.

#### DA ADMISSÃO

1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com este Edital.

2 - Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis (contados da data de publicação do termo de convocação), munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

3 - O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado por meio do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados no formulário de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul – SC, quando houver alteração dos dados informados no formulário de inscrição.

4 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 15 (quinze) dias para procederem a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

5 - Caso o candidato admitido para assumir a vaga não preencha os requisitos para a contratação, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Rio do Sul convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para a respectiva função.

6 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para a contratação, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

7 - Após o término da lista de aprovados, será reprocessada a classificação, retornando ao início da listagem, por mais uma vez. Ou seja, encerrando-se a chamada de candidatos aprovados, por mais uma vez, voltar-se-á ao início da listagem de classificação, oferecendo, primeiramente, as novas vagas para aqueles candidatos que já foram chamados e não escolheram ou não compareceram.

8 - A contratação prevista neste edital tem caráter emergencial e deve ocorrer imediatamente após a convocação, podendo o contrato ser prorrogado ou não, de acordo com o motivo da contratação, conforme Parágrafo Único, do Art. 4º, da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

9 - O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

10 - Previamente a contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos:

Fotocópia legível:

- CPF
- Registro de Identidade
- Carteira de reservista (se homem)
- Comprovante Inscrição PIS/PASEP
- Certidão nascimento ou casamento
- Certidão nascimento filhos (menores de 21 anos)
- Título eleitoral e certidão de quitação com as obrigações eleitorais
- Comprovante dos requisitos exigidos para a função
- Endereço completo, telefone e e-mail para contato
- Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)
- Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)
- Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)
- Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)

- o) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)
- p) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)
- q) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

**DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2015**

O prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2015 será até o dia 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado, mediante lei específica (conforme prevê o art. 6º da Lei nº 5.550, de 18 de dezembro de 2014).

Rio do Sul (SC), 12 de maio de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4694, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 4694, de 12 de maio de 2015

“ANULA EDITAIS DE PAVIMENTAÇÃO  
SUBSIDIADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º – Ficam anulados os créditos tributários decorrentes de lançamentos dos Editais de Contribuição Subsidiada fundamentados na Lei n.º 5.092 de 21 de dezembro de 2010, que abaixo relaciona:

- I – Travessa Conselheiro, Edital de Pavimentação Subsidiada n. 06/2014;
- II – Travessa Monaco, Edital de Pavimentação Subsidiada n. 04/2014;
- III – Travessa Enio Padilha, Edital de Pavimentação Subsidiada n. 05/2014;
- IV – Travessa Imperador, Edital de Pavimentação Subsidiada n. 07/2014;
- V – Rua Emílio Wutzow, Edital de Pavimentação Subsidiada n. 18/2014;
- VI – Rua Ida Lenz, Edital de Pavimentação Subsidiada n. 19/2014.

Parágrafo Único. A anulação descrita no caput deste artigo decorre das recentes decisões judiciais oriundas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, declarando a ilegalidade na cobrança dos créditos com base na legislação municipal de pavimentação subsidiada.

Art. 2º – Fica determinado à Secretaria Municipal da Fazenda o cancelamento do lançamento tributário dos débitos oriundos dos editais de pavimentação subsidiada descritos no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º – A devolução de valores eventualmente já pagos deverão ser requeridos diretamente ao Secretário Municipal da Fazenda, que deverá despachar o pedido em até 90 (noventa) dias.

Art. 4º – Fica determinado à Secretaria Municipal da Fazenda o lançamento em contribuição de melhoria, com base no art. 81 e seguintes do Código Tributário Nacional e art. 15 e seguintes do Código Tributário Municipal, das obras públicas descritas no art. 1º deste Decreto.

Art. 5º - Fica determinado à Procuradoria Geral do Município que promova, em até 30 (trinta) dias, estudos na legislação municipal, analisando-se em especial a aplicabilidade da Lei n.º 5.092 de 21 de dezembro de 2010, bem como dos arts. 396 a 403 do Código Tributário Municipal frente as recentes decisões judiciais, o qual deverá ser apresentado, juntamente com projeto de lei de adequação, se for o caso, ao gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## EDITAL 001-CEMITÉRIO MUNICIPAL

### EDITAL Nº 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO/CEMITÉRIO

O Município de Rio do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Administração, conforme Lei nº 4.100, de 31/08/2004, informa que as gavetas do Cemitério Municipal de Rio do Sul podem receber as pessoas falecidas pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos. Desta forma, solicitamos a presença dos familiares das pessoas abaixo relacionadas, que estão sepultadas nas gavetas do Cemitério Municipal de Rio do Sul, em virtude que o prazo de 5 (cinco) anos expirou. O não comparecimento dos familiares junto ao Departamento de Patrimônio – Divisão de Cemitério da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação, implicará na retirada dos restos mortais, onde serão exumados e removidos ao ossário geral do Cemitério.

Consta abaixo, relação dos nomes a serem retirados com as respectivas datas de sepultamento:

Nome	Data Sepultamento	Quadra	Aléia	Gaveta
Kelli C. Schunwjuetz	19/01/2005	036	02	033
José João da Cruz	31/05/2007	036	03	079
Cecílio P. Almeida	01/12/2007	036	01	018
José dos Reis Silva	22/02/2008	036	03	076
Vitorino Antonio	11/03/2008	036	04	105
Davi Pfleger	03/07/2008	036	03	074
Alair Chiqueleiro	02/08/2008	036	02	041
Mario Gilberto Vieira	24/10/2008	036	04	102
Jacozinho Waiss	11/11/2008	036	04	101
Ogeni A. Nascimento	03/12/2008	036	02	031
Osmar da Conceição	16/05/2009	036	04	098
Leonardo Fortunato	25/06/2009	036	04	096
Hilda Constantino da Silva Jorge	25/08/2009	036	03	087
Rosalina Ingels	11/09/2009	036	02	034
Antonio Kuehne	07/10/2009	036	04	095
Adão da Rosa	07/11/2009	036	04	090
Jaci Cantidio Martins	24/12/2009	036	02	035
Indigente	08/01/2010	036	02	040
Sapo (apelido)	08/02/2010	036	01	011
Nilson Vieira	06/04/2010	036	01	009
Cecília Pottemaier	26/04/2010	036	03	059

Rio do Sul, 08 de Maio de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

## LEI 5.586

LEI Nº 5.586, de 05 de maio de 2015

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL COM A ASSOCIAÇÃO DE JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar termo de cessão de uso com a Associação de Jardins de Infância Vovó Belinha, de bem imóvel situado no lote 11, quadra "K", rua Eliseu Gonzalo do Nascimento, bairro Barragem, nesta cidade, com área total de 934,97 m2 (novecentos e trinta e quatro metros e noventa e sete decímetros quadrados), matriculado sob o nº 32207, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul, conforme consta na minuta, anexo integrante da presente Lei.
Art. 2º-	O prazo de cessão de uso do bem imóvel pertencente ao Município de Rio do Sul é de 05 (cinco) anos, a contar da data da assinatura, podendo ser revogado por ato unilateral e/ou prorrogado o prazo mediante Termo Aditivo.
Art. 3º-	O termo de cessão de uso destina-se a estruturação do Centro de Educação Infantil Maria José Stramoski, para atendimento da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.
Art. 4º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
05 de maio de 2015  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2015.

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, em Rio do Sul - SC, representado neste ato pelo Prefeito, Exmo. Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, inscrito no CPF sob o nº 292.826.679-87, doravante denominado CEDENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.782.177/0001-14, estabelecida na Rua São João, nº 180, Centro, em Rio do Sul - SC, representada neste ato pela Presidente, Sra. NEI DELA JUSTINA, inscrita no CPF sob o nº 619.013.269-34, doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO, que prometem cumprir na melhor forma de direito.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente TERMO DE CESSÃO DE USO refere-se ao direito de utilização do imóvel localizado no Lote 11, Quadra "K", Rua Eliseu Gonçalves do Nascimento, bairro Barragem, nesta cidade, de propriedade do Município de Rio do Sul, com área total de 934,97 m<sup>2</sup> (novecentos e trinta e quatro metros e noventa e sete decímetros quadrados), matrícula nº 32207, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

O presente instrumento tem por finalidade a estruturação do Centro de Educação Infantil Maria José Stramoski, para atendimento da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DA CESSIONÁRIA E DO CEDENTE

A CESSIONÁRIA deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo de Cessão de Uso para a estruturação do Centro de Educação Infantil Maria José Stramoski, para atendimento da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.

Fica estabelecido que todas as despesas concernentes a utilização do imóvel, inclusive aquelas referentes às taxas e impostos, que venham a sofrer na vigência deste Termo de Cessão de Uso, e outras indispensáveis à manutenção e conservação do bem, correrão por conta da CESSIONÁRIA.

A CESSIONÁRIA obriga-se a manter em perfeito estado de conservação o imóvel, e usá-lo exclusivamente para os fins estabelecidos nas cláusulas segunda e terceira deste Termo de Cessão de Uso, para que ao final do prazo de vigência do presente o mesmo seja entregue em boas condições.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo de Cessão de Uso, tem como fundamento legal a Lei Municipal nº 5.586, de 05 de maio de 2015 e o artigo 89 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso tem seu prazo determinado, com início na data de sua assinatura e término após 05 (cinco) anos, ou até eventual rescisão, ou mesmo por denúncia de qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida na mesma data ao CEDENTE.

O presente Termo de Cessão de Uso pode ser prorrogado no interesse comum das partes, a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo final do Termo, por intermédio de aditivo e pelo prazo que vierem a ajustar CEDENTE e CESSIONÁRIA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESTITUIÇÃO

Terminado o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, o bem cedido deverá ser devolvido ao CEDENTE, mediante Termo de Recebimento depois de realizada a devida conferência do imóvel e seu estado de conservação pelo CEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto na Cláusula Terceira.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo de Cessão de Uso, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo de Cessão de Uso, juntamente com suas testemunhas adiante firmadas.

Rio do Sul (SC), 05 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO Prefeito do Município de Rio do Sul	NEI DELLA JUSTINA Presidente da Associação Jardins de Infância Vovó Belinha
---	--

Testemunhas:

NOME:	NOME:
CPF:	CPF:

**LEI 5.591**

LEI Nº 5.591, de 07 de maio de 2015

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL LARISSA E MARIA JOSÉ STRAMOSKI."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Convênio com os Centros de Educação Infantil Larissa e Maria José Stramoski, representados pela Associação Jardins de Infância Vovó Belinha, objetivando implementar ação conjunta, na complementação financeira para atendimento da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.
Art. 2º-	As despesas decorrentes da execução do presente Termo de Convênio correrão a conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.
Art. 3º-	O Termo de Convênio de que trata esta Lei, poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne materialmente inexecutável, ou, ainda, mediante prévio aviso.
Art. 4º-	As normas e condições que regerão o Termo de Convênio são aquelas constantes da minuta anexa, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.
Art. 5º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.
Art. 6º-	Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

07 de maio de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2015**

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL LARISSA E MARIA JOSÉ STRAMOSKI PARA ATENDIMENTO DE PRIMEIRO NÍVEL DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, nesta cidade, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, inscrito no CPF sob o nº 292.826.679-87, e pela Secretária Municipal de Educação, Sra. REGINA GARCIA FERREIRA, inscrita no CPF sob o nº 575.817.549-87, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, e de outro lado CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LARISSA e CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA JOSÉ STRAMOSKI, neste ato representada pela ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.782.177/0001-14, estabelecida na Rua São João, nº 180, Centro, nesta cidade, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. NEI DELLA JUSTINA, inscrita no CPF sob o nº 619.013.269-34, sujeitando-se ao disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Municipal nº 5.586, de 05 de maio de 2015 e no art. 37, inciso XIII da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, resolvem celebrar, por seus representantes legais, o presente TERMO DE CONVÊNIO que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Convênio tem por objetivo implementar ação conjunta entre o CONVENIENTE e a CONVENIADA, na complementação financeira para atendimento da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica:

Crianças de 0 a 6 anos de idade completos após o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, conforme define a Resolução nº 1, de 14 de janeiro de 2010, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Creche: para crianças de até 3 anos de idade. Pré-escolar: para crianças de 4 a 6 anos de idade a completar após 31 de março de 2015, conforme vigência deste Termo de Convênio, atendendo prioritariamente a demanda de crianças que possuem ficha de intenção de matrícula, ou seja cadastro na lista de espera nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, fortalecendo o trabalho integrado do cuidar e do educar, numa ação complementar.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CONVENIADA se compromete a convergir esforços e a utilizar recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente Termo de Convênio.

##### COMPETE À CONVENIADA:

- a) Atender crianças de 0 a 6 anos de idade, a completar após 31 de março de 2015;
- b) Observar e atender as diretrizes e normas vigentes emanadas dos órgãos competentes do CONVENENTE;
- c) Promover junto aos órgãos competentes do CONVENENTE a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Termo de Convênio, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso as informações nas áreas administrativa, contábil/financeira, pedagógica, de gestão, de saúde e nutricional;
- d) Credenciar, autorizar e reconhecer o funcionamento da instituição de ensino junto ao Conselho Municipal de Educação de Rio do Sul (CME);
- e) Informar à Secretaria Municipal de Educação (SME), sobre o calendário de suas atividades, bem como o período de recesso e férias;
- f) Comunicar, de imediato, à Secretaria Municipal de Educação (SME) paralisações das atividades, mudança de endereço, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de crianças atendidas, bem como, quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;
- g) Elaborar e executar sua Proposta Pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes, Normas e Programa de Ensino da Rede Pública Municipal de Ensino, e o calendário letivo previsto para os Centros de Educação Infantil elaborado pela Secretaria Municipal de Educação (SME);
- h) Garantir a inclusão e o atendimento de qualidade, da criança com necessidades especiais;
- i) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na Cláusula Primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais para atuar diretamente com crianças de 0 a 6 anos de idade a completar após 31 de março, deverão ter, curso superior, habilitação em pedagogia e em última instância no mínimo, curso de ensino médio/habilitação em magistério ou normal. Apoiar e integrar, num esforço conjunto com os demais órgãos da Secretaria Municipal de Educação (SME), as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;
- j) Apresentar, mensalmente, à Secretaria Municipal de Educação (SME), controle de frequência das crianças atendidas, conforme estabelecido pelo Setor de Estatística da Secretaria Municipal de Educação (SME);
- k) Aplicar os recursos financeiros repassados exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a Cláusula Primeira do presente Termo de Convênio, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim;
- l) Apresentar no prazo máximo de 60 dias na Diretoria Administrativa da Secretaria Municipal de Educação (SME), a prestação de contas, conforme parcela vigente, com todos os pagamentos efetuados, com os recursos recebidos do presente Termo de Convênio, bem como original e fotocópia da documentação comprobatória, conforme legislação específica;
- m) Manter todas as condições e critérios avaliados quando da habilitação vigente e válidos durante todo o período do Termo de Convênio;
- n) Convergir esforços para atender crianças de 0 a 6 anos, a completar após 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;
- o) Apresentar previamente a Secretaria Municipal de Educação (SME) o calendário anual de atividades.

##### COMPETE AO CONVENENTE:

- a) Repassar mensalmente a CONVENIADA, para execução das atividades, objeto do presente Termo de Convênio, valores mensais já prefixados na importância de R\$ 38.415,12 (trinta e oito mil, quatrocentos e quinze reais e doze centavos), em doze parcelas mensais sucessivas;
- b) Repassar o total apurado até o 15º dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas;

- c) Orientar, analisar e aprovar a prestação de contas da CONVENIADA;
- d) Acompanhar, supervisionar e avaliar, periódica e sistematicamente as ações pedagógicas de saúde e projetos multidisciplinares desenvolvidos pela instituição;
- e) Propor por intermédio da diretoria pedagógica, a participação em atividades, ações pedagógicas e nas capacitações de formação continuada, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da CONVENIADA;
- i) Orientar e acompanhar o processo de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais pelas instituições CONVENIADAS.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à CONVENIADA, tomar conhecimento das políticas públicas e das diretrizes curriculares nacionais e da Rede Pública Municipal de Ensino para elaborar sua proposta político-pedagógica.

A elaboração da proposta político-pedagógica e/ou projeto político-pedagógico deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

A proposta político-pedagógica será acompanhada pela equipe da Secretaria Municipal de Educação (SME), durante todo o período de vigência deste Termo de Convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das crianças, à vivência plena da infância e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

A CONVENIADA deverá após acompanhamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), encaminhar a diretoria pedagógica sua proposta político-pedagógica atualizada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A CONVENIADA é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades.

A inadimplência da CONVENIADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula, referentes ao seu quadro pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao CONVENIENTE a responsabilidade por seu pagamento.

A CONVENIADA deverá apresentar à prestação de contas, cópia dos encargos trabalhistas quitados (FGTS, INSS, etc.), com base na parcela mensal que estiver prestando contas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, vigilância sanitária, controle de zoonose e vigilância à saúde, sendo que a CONVENIADA deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, poderão ser aplicados de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos dos profissionais do magistério;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para manutenção e pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros, conforme legislação em vigor;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) despesas com serviços de água/luz/telefone e informática.

É vedada a aplicação de valores advindos do presente Termo de Convênio, em quaisquer despesas não previstas nos itens "a" a "h" desta Cláusula, em especial na compra de material permanente e/ou bens com recursos deste Termo de Convênio.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO GERENCIAMENTO DO TERMO DE CONVÊNIO

Compete à Secretaria Municipal de Educação (SME), coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste Termo de Convênio, por meio das Diretorias Pedagógica e Administrativa e Conselho da Alimentação Escolar (CAE).

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONVENIADA deverá apresentar na Diretoria Administrativa da Secretaria Municipal de Educação (SME), a prestação de contas, mensalmente, conforme recursos repassados, a qual deverá conter:

- a) relação de pagamentos (TC28);
- b) cópia legível dos cheques emitidos;
- c) cópia de recibos dos pagamentos devidamente quitados pelos funcionários;
- d) notas fiscais atestadas e Recibos de Profissionais Autônomos (RPA);
- e) extrato bancário completo e atualizado (conta corrente e aplicação financeira);
- f) guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISS, IRRF, FGTS);
- g) atestado de aprovação ou não aprovação do relatório mensal de frequência;
- h) demais encargos que a entidade estiver sujeita;
- i) carimbo de certificação nas notas fiscais e recibos.

#### CLÁUSULA NONA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio, serão retidos pelo CONVENENTE, nas seguintes ocorrências:

- a) Quando a CONVENIADA deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do CONVENENTE;
- b) Quando a CONVENIADA interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação à Secretaria Municipal de Educação (SME), ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o calendário anual de atividades, previamente apresentado ao CONVENENTE.

Verificado o não cumprimento dos compromissos expressos na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio, a Secretaria Municipal de Educação (SME) notificará a CONVENIADA para que, no prazo de 30 dias, apresente a regularização sob pena de:

- a) Em não regularizando, porém justificando a ocorrência, a retenção ficará a critério de parecer emitido pela Secretaria Municipal de Educação (SME);
- b) Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela Secretaria Municipal de Educação (SME);
- c) Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir do evento e abrir Tomada de Contas Especial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS SALDOS DO TERMO DE CONVÊNIO

Os saldos do Termo de Convênio, enquanto não utilizados pela CONVENIADA, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança aberta para este fim se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês, que deverá estar vinculada a mesma conta corrente, sempre em instituição financeira oficial.

As receitas financeiras auferidas na forma desta Cláusula serão obrigatoriamente computadas no crédito deste Termo de Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

A entidade CONVENIADA poderá reter e demonstrar na prestação de contas até 15 ou 20% como reserva para pagamento de encargos de periodicidade anual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Termo de Convênio é proveniente da seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 2066 - Prefeitura Municipal de Rio do Sul  
Programa de Trabalho: 08.02.0012.03650107.2066 / Manutenção da Educação do Ensino Infantil.  
Elemento de Despesa: 3.3.50.00 - Transferência à Instituições Privadas sem fins lucrativos.  
Fonte de Recurso: 0101 Recursos da Educação  
Rubrica Item: 3.3.50.41.02 - Transferência para Instituições Privadas sem fins lucrativos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente Termo de Convênio inicia-se no dia 1º de fevereiro de 2015, mediante assinatura das partes, encerrando-se no dia 31 de janeiro de 2016.

Este Termo de Convênio poderá ser alterado, bem como seu prazo de vigência prorrogado observado o limite definido na legislação vigente, através de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não haja mudança do objeto, e que a solicitação seja feita no prazo mínimo de 30 dias antes do término de sua vigência.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

Este Termo de Convênio poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 dias.

Quando da denúncia, rescisão ou extinção do presente Termo de Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONVENIENTE, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do CONVENIENTE.

O CONVENIENTE encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a CONVENIADA que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Termo de Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregularmente.

Em caso de rescisão a Secretaria Municipal de Educação (SME) ficará responsável pela realocação das crianças atendidas pela CONVENIADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato do presente Termo de Convênio correrá por conta e ônus do CONVENIENTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, ex vi do art. 55, § 2º e art. 116 ambos da Lei Federal nº 8.666/93, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas as demandas oriundas do presente Termo de Convênio.

E, por estarem de pleno acordo, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente Termo de Convênio, em 4 vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a todos presentes.

Rio do Sul (SC), 27 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO Prefeito do Município de Rio do Sul	NEI DELA JUSTINA Presidente da Associação Jardins de Infância Vovó Belinha
REGINA GARCIA FERREIRA Secretária Municipal de Educação	

**TESTEMUNHAS:**

CRISTIANA KELLY DOS SANTOS Chefe da Divisão de Orçamento e Controle Interno CPF: 037.160.029-41	LUIS CARLOS VISENTAINER Diretor Administrativo CPF: 675.055.039-87
---	--

**PORTARIA 0309/RH**

PORTARIA Nº 0309/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 04/05/2015 a 31/08/2015, a servidora municipal CLARICE HABITZREUTER SCHVETCHER, ocupante do emprego de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA Nº 0306/2015**

PORTARIA Nº. 0306/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/05/2015, o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, ocupado pelo(a) servidor(a) MARIA DE LOURDES MACHADO, matrícula nº 71722, em virtude de sua Aposentadoria, conforme Decreto nº 4.668 de 23 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

**PORTARIA Nº 0307/2015**

PORTARIA Nº. 0307/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/05/2015, o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, ocupado pelo(a) servidor(a) SALETE JASPER DE JESUS, matrícula nº 77569, em virtude de sua Aposentadoria, conforme Decreto nº 4.669 de 23 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

**PORTARIA Nº 0308/2015**

PORTARIA Nº. 0308/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/05/2015, o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, ocupado pelo(a) servidor(a) EDITE TEREZINHA DE ANDRADE HOFFMANN, matrícula nº 82422, em virtude de sua Aposentadoria, conforme Decreto nº 4.667 de 23 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

**RESUMO DO ADITIVO 036/2015**

2º TERMO ADITIVO Nº 036/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 114/2013, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA PRAÇA WILLY HERING, BELA ALIANÇA EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.

Aos oito (08) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Construtora Gutjahr Ltda., estabelecida na Travessa CSU, 28, Bairro Boa Vista, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.608.392/0001-15, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio, Sr. Sérgio Luiz Gutjahr, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Tomada de Preços nº 067/2013, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 114, datado de 24 de junho de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO**

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 11.231,22 (onze mil e duzentos e trinta e um reais e vinte e dois centavos), tendo o valor atualizado de R\$ 183.342,76 (cento e oitenta e três mil e trezentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.

Sr. Sérgio Luiz Gutjahr

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**RESUMO DO CONTRATO 034/2015**

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 034/2015

Pregão Presencial nº 035/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Casa Moreira Eventos Ltda. EPP.

Objeto: Contratação de serviços especializados de infra estrutura para eventos incluindo montagem, desmontagem e tranpostes das estruturas ao Centro de Eventos Hermann Henrich Purnhagen, nos dias 14 à 19 de abril. Motosul/2015.

Valor: R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil, e quinhentos reais).

Prazo de Execução: Dia 14 de abril e seu término no dia 19 de abril.

Condições de Pagamento: Até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços ora licitados e apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 10 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO CONTRATO 044/2015**

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 044/2015

Tomara de Preços nº 044/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construção Civil MG Ltda

Objeto: execução de pavimentação, drenagem pluvial e pavimentação dos passeios do trevo Taboão em Rio do Sul

Valor: R\$ 299.342,48 (duzentos e noventa e nove mil e trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/Federal

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 03 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO CONTRATO 045/2015**

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 045/2015

Pregão Presencial nº 045/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas Ltda

Objeto: Contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada a instituição de ensino superior especializada em elaboração e aplicação de Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do Município de Rio do Sul – Administração Direta, em conformidade com a Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, Lei Complementar n. 75 de 20 de novembro de 2001 e alterações posteriores, Decreto n. 2959 de 07 de novembro de 2012 e em conformidade ainda com as especificações e condições do Termo de Referência descrito no ANEXO 05 deste Edital. Secretaria de Educação

Valor: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais):

Prazo de Execução: 70 (setenta dias) corridos, a partir da assinatura do presente

Condições de Pagamento: 30% quando da publicação do edital;

30% quando da publicação das inscrições homologadas;

40% quando da publicação do Decreto de Homologação do Processo Seletivo.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 03 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 229/2015

PORTARIA Nº. 229/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. ROSANE DOS SANTOS, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos referentes ao código CPE 02, do Anexo II, Tabela II, Grupo II.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 12 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 023/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 26 de Maio de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para a contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem e paisagismo. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone ( 49 ) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto à prefeitura municipal.

Santa Cecília, 12 de maio de 2015.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 127/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2015  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 26 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS DE DIVERSAS SECRETARIAS CONFORME DESCRITIVO ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 12 de maio de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMPOS  
Pregoeiro

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 129/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:30 horas do dia 25 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO EDUCACIONAL, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL), INCLUSOS: IMPLANTAÇÃO, SETUP, MIGRAÇÃO, MANUTENÇÃO MENSAL, HORA TÉCNICA, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 12 de maio de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS  
Pregoeiro

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações para construção do piso em concreto armado na quadra poliesportiva da EBM Maria Waltrudes Kruger, localizada a Rua Anastácio Runschka, Bairro Oxford, conforme memorial descritivo e projetos em anexo a Tomada de Preços nº 75/2015.

DO VALOR: R\$ 63.519,65 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

LN CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a COOPERATIVA REGIONAL DE INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOLCIMAR LUIS BRUNETTO – COOPERDOTCHI.

DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE DE SÃO BENTO DO SUL PELO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2015, descritos nos itens enumerados em anexo a Chamada Pública nº 62/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição, constante do item 2 – 70.875 Kg. Banana: em processo de amadurecimento, casca livre de apodrecimento e danos mecânicos.

DO VALOR: R\$ 157.342,50 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: De 08 de abril a 31 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

COOPERATIVA REGIONAL DE INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOLCIMAR LUIS BRUNETTO – COOPERDOTCHI, como Contratada.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Internet que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de Internet via rádio para o CEIM Silvio I. Grossl e para o CEIM Vera L. D. Kitzberger, conforme anexo ao Pregão nº 93/2015.

DO VALOR: 1.181,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses e 07 (sete) dias a contar desta data. São Bento do Sul, 23 de abril de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.  
WBT INTERNET LTDA ME, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 123/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 123/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 339/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, em 19 de NOVEMBRO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 302/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 339/2014, que constitui na ampliação do Centro de Educação Infantil Municipal Castelo Encantado, situado à Rua Alzira Carvalho, Bairro Colonial, em São Bento do Sul, com área a ser ampliada de 312,65 m<sup>2</sup>, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao processo do Edital de Tomada de Preços nº 302/2014;

Considerando a necessidade de revisar as especificações e/ou recolocações das esquadrias, bem como a execução de serviços não previstos no projeto inicial, e também a necessidade de realizar a alteração do projeto arquitetônico, de forma a melhorar a segurança no Centro de Educação Infantil;

Diante do exposto, fazendo-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso I e IV da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 40 (quarenta) dias, a contar de 21 de abril de 2015 e com término em 30 de maio de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 40 (quarenta) dias, a contar de 19 de maio de 2015 e com término em 27 de junho de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2015.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

LN CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratado.

---

## **SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

### **PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 117, DE 08 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 117, de 08 de maio de 2015

"ADMITE SERVIDOR  
TEMPORÁRIO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

### **R E S O L V E**

Art. 1º - ADMITIR, na forma da Lei nº 2397, de 09 de setembro de 2009, ADRIAN JAN SCRENSKI, aprovado no processo seletivo nº 01/2015, para o cargo de ENGENHEIRO SANITARISTA, no quadro de pessoal desta Autarquia, com os vencimentos de Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 11 de maio de 2015.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

### RESUMO DO CONTRATO N.24/2015-DE MARCO

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:024/2015  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada.:DE MARCO S/A COMERCIO DE VEÍCULOS  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO KM  
Valor ..... :R\$55.000,00(cinquenta e cinco reais)  
Vigência ..... : 31.12.2015  
Licitação ..... :47/2015  
SAO CARLOS, 11 de maio de 2015.  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

### TA -LEANDRO PAGLIARI -CONT 05-15

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO ADITIVO  
Contrato Nº.:05/2015 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Contratada.:LEANDRO PAGLIARI ME  
Objeto ..... :EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E CONCLUSÃO DE  
PAVILHÃO EM EST PRE FABRICADA  
Prazo ..... :60 dias  
PROCESSOTomada de Preços n.81/2014  
Vigência ..... : 07.07.2015  
SAO CARLOS, 07 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

# São Domingos

## PREFEITURA

### LEI Nº 1758, DE 11 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 1758, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no Orçamento de 2015 da unidade Prefeitura Municipal, na seguinte programação de despesa:

03.00 – Secretaria de Administração e Fazenda				
04.122.1003.2003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33500000	Aplicações Diretas	08	0.1.0000	15.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes				
12.364.1005.2008 – Auxílio ao Ensino Superior				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	18	0.1.0000	15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos-SC, 11 de maio de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### SEXTO CHAMAMENTO PARA MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001 2014

SEXTO CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014, PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;

Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90;

Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98, atualizada;

Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada;

De conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/2012;

Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/12;

Pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada;

· Considerando a solicitação apresentada pela Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes, dando conta da necessidade da contratação de profissional na área de Professor de Séries Iniciais;

· Considerando o Edital 008/2015, de 30 de janeiro de 2015, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014;

· Considerando, a necessidade de suprir temporariamente vaga remanescente e excedente, em face de imperiosa necessidade de continuidade do serviço público, ante a sua imprevisibilidade, inclusive nos casos de substituição de professores designados para direção ou assessoramento de escolas municipais;

· Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;

· Considerando a necessidade de substituir servidor em licença legalmente concedida, inclusive nos casos de afastamento por motivos de férias, atestado médico, licenças para tratamento de saúde, prêmio por assiduidade, à gestante ou outra, conforme necessidade do Município ante a sua imprevisibilidade;

· Considerando Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Município e o Ministério Público da Comarca de São Domingos SC;

· Considerando o atestado médico para tratamento de saúde e posterior licença maternidade da servidora pública municipal Denise Dias de Oliveira do cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) 20 horas semanais;

REALIZA CHAMAMENTO:

De candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2014, de 05 de novembro de 2014, para Magistério Público do Município de São Domingos (SC) e o Edital de homologação do resultado de classificação nº 008, de 30/01/2015, sendo:

De acordo com o acima mencionado, fica aberta para a admissão de professor em caráter temporário (ACT), No cargo de Professor Educação Séries Iniciais (20 horas semanais) será enquanto perdurar o afastamento da Professora Titular Denise Dias de Oliveira.

Do Chamamento e demais disposições:

Chamamento: Conforme ordem de classificação;

Dia da Chamada: 18 de maio de 2015 – segunda - feira;

Horário da Chamada: 08:30 horas;

Local da Chamada: Na Secretaria de Educação Cultura e Esportes do Município de São Domingos;

Vencimento: Conforme Lei Municipal;

Vagas: 01 (uma) vaga

A área de atuação:

Professor de Séries Iniciais (20 horas semanais)

Observação: Caso o candidato a ser chamado, nos termos da ordem de classificação do decreto de homologação do resultado, alegue impedimento de assumir a vaga a ser preenchida, a Secretaria Municipal da Educação realizará o chamamento do candidato classificado posteriormente até suprir a vaga aberta no presente Edital e comunicará os Setores de Pessoal e de Administração para as providências cabíveis. Fica estabelecida a data de até 22 de maio de 2015, sexta-feira até as 17h 30m, para a apresentação no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Domingos, da documentação necessária, conforme descrito abaixo:

- Declaração de bens,
- Atestado de saúde fornecido pelo Médico do Trabalho;
- Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme for o caso,
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, se houver,
- Título de Eleitor e do voto na última eleição,
- Cadastro de Pessoa Física (CPF),
- Numero de Inscrição no PIS/PASEP,
- Cédula de Identidade,
- 01 foto 3x4 recente,
- Número da Conta Bancária,
- Comprovante de escolaridade e habilitação na área,
- Endereço Oficial e Dados Pessoais,
- Certificado de Quitação Militar, conforme o caso,
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS),
- Comprovante de Escolaridade e Habilitação;
- Comprovante de Residência com data atualizada de até 60 dias;
- Alvará de folha corrida judicial para fins empregatícios, fornecido pelo foro da Cidade;
- Certidão de Quitação Eleitoral, fornecida pelo Cartório Eleitoral;
- Certificado Reservista;
- Declaração de Bens;
- Demais documentos, que o Setor de Pessoal julgar necessário;

Fica estabelecido que o início das atividades será até dia 25 de maio de 2015, segunda-feira, no horário e local de trabalho conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Quanto aos prazos de admissão, estes são os estabelecidos pela Lei Complementar Municipal nº 043, de 26/07/12, conforme o caso pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98.

São Domingos (SC), 12 de maio de 2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### CONCURSO PÚBLICO 01/2015

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE.

O Prefeito Municipal de SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Sr. SÉRGIO LUÍS THEISEN, no uso de suas atribuições, com base nas Leis Municipais nº 881/05 de 30/11/2005 e nº 885/05 de 02/12/2005, Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições para CONCURSO PÚBLICO destinado para contratação/admissão, de servidores para o quadro da administração direta do município, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente Edital do CONCURSO PÚBLICO é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.2. O presente CONCURSO PÚBLICO é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.3. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Servente	*CR	R\$ 1.136,88	20/40hs/ semanais	Alfabetizado	Objetiva
Operador de Hidráulica	01	R\$ 1.376,09	40hs/ semanais	Portador de Comprovante de Conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental	Objetiva

\*CR – Cadastro de Reserva

#### 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08h00min do dia 30/04/2015 às 23h59min do dia 01/06/2015.

#### 3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/07/2015, às 14h30min, nas dependências do Centro Educacional São João do Oeste, sito à Rua Encantado, 353 – Centro, Município de São João do Oeste (SC). Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO OESTE - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br)

A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de São João do Oeste e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br)

São João do Oeste/SC, 29 de abril de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Vitus Ritter

Secretário da Administração

**EMPREGO PÚBLICO 01/2015****EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2015**

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr. SÉRGIO LUÍS THEISEN, no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal Lei nº 1.140/08, Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições para CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO destinado para contratação/admissão, de servidores para o quadro da administração direta do município, sob o Regime Celetista, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS**

1.1. O presente Edital do CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.2. O presente CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.3. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Médico Clínico Geral - ESF	02	R\$ 9.837,19 (Ref. 40h)	20/40h/ semanais	Portador de certificado de conclusão de curso superior de Medicina, com especialização em Clínica Geral e registro no respectivo órgão de classe – CRM.	Objetiva

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para o CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08h00min do dia 30/04/2015 às 23h59min do dia 01/06/2015.

**3. DAS PROVAS**

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/07/2015, às 14h30min, nas dependências do Centro Educacional São João do Oeste, sito à Rua Encantado, 353 – Centro, Município de São João do Oeste (SC). Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO OESTE - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br)

A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de São João do Oeste e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br)

São João do Oeste/SC, 29 de abril de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Vitus Ritter

Secretário da Administração

**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 06/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE – EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Termo de Convênio nº. 006/2015. CONVENIENTES: O Município de São João do Oeste e a Associação Recreativa Aliança de São João do Oeste. OBJETO: O presente convênio tem por objetivo o repasse de recursos financeiros com título de auxílio/contribuição visando atender despesas correntes ou de capital, na realização de reformas ou ampliações nas instalações da sede própria da ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ALIANÇA. VALOR: Para execução do presente o MUNICÍPIO repassará a importância de até R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) de acordo com solicitação formulada pela ASSOCIAÇÃO, correndo a despesa por conta do orçamento do Município do exercício de 2015. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Municipal do exercício de 2015, conforme segue: Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES; Unidade Orçamentária: 06 – Setor de Esportes; Projeto/Atividade: 2033- contribuições/auxílios a entidades e desporto. Modalidade de Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.0001 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Lei Municipal nº. 1.628/2015. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para execução deste convênio será contado a partir da data de sua assinatura, até a devida aprovação da prestação de contas. DATA: São João do Oeste, 06 de Maio de 2015. SIGNATÁRIOS: Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal de São João do Oeste e Roque Sérgio Orth Presidente da Associação.

Visto Jurídico: Moacir Biasi – 17.930-B – Município

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Afonso Roque Bressler - Mei

ORIGEM: Dispensa Licitação nº 019/2015

OBJETO: "Manutenção e Limpeza de piscina do Centro Educacional São João do Oeste e piscina chafariz na praça."

VIGÊNCIA: 08.05.2015 até 31.12.2015

VALOR: 2.500,00

São João do Oeste – 08 de maio de 2015

Sérgio Luis Theisen

Prefeito Municipal.

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e E.J.F Empreendimentos- Ltda

ORIGEM: Dispensa Licitação nº 020/2015

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para colocação de tubulação nova de drenagem da água pluvial, colocação de base nova e pavimentação asfáltica na Rua Estrela no centro da cidade."

VIGÊNCIA: 08.05.2015 a 12.05.2015

VALOR: 13.421,94

São João do Oeste – 08 de maio de 2015

Sérgio Luis Theisen

Prefeito Municipal.

**PP 06/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015- EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES(MEI, ME E EPP).

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para a aquisição de materiais e equipamentos para manutenção das atividades da Secretaria Municipal da Saúde de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 25 de maio de 2015 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, no e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 12 de maio de 2015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

**PROCESSO SELETIVO 001/2015**

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDOR PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr. SÉRGIO LUÍS THEISEN, no uso de suas atribuições, com base nas Leis Municipais nº 1.140/08 e Lei nº 1.433/12, Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições para PROCESSO SELETIVO destinado para contratação por tempo determinado de servidor para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do município de São João do Oeste, sob o Regime da CLT, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS**

1.1. O presente Edital do PROCESSO SELETIVO é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.2. O presente PROCESSO SELETIVO é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.3. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Enfermeiro - ESF	01	R\$ 4.457,50	40h/ semanais	Portador de certificado de conclusão de curso superior em Enfermagem e registro no respectivo órgão de classe	Objetiva

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08h00min do dia 30/04/2015 às 23h59min do dia 01/06/2015.

**3. DAS PROVAS**

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/07/2015, às 14h30min, nas dependências do Centro Educacional São João do Oeste, sito à Rua Encantado, 353 – Centro, Município de São João do Oeste (SC). Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO OESTE - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br)

A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de São João do Oeste e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br)

São João do Oeste/SC, 29 de abril de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Vitus Ritter

Secretário da Administração

# São Joaquim

## PREFEITURA

### **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005/2015. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de São Joaquim, SC. OBJETO: Cessão do veículo marca Renault, modelo Master, tipo Furgão, combustível Diesel, ano/modelo 2002/2002, cor vermelha, chassi nº 93YADCCH53J326555, placa MDM-2869. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: São Joaquim, 14 de abril de 2015. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin pelo CBMSC e Humberto Luiz Brighenti, pelo Município.

# São José

## PREFEITURA

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - CHAMADA PÚBLICA 005/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 127/2015 - CHAMAMENTO Nº 005/2015.

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços (projeto de venda) apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe:

#### EMPRESAS

- Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste - COOPEROESTE;
- Cooperativa dos Agricultores Familiares de Santa Catarina - COOAF-SC;
- Cooperativa de Agricultores Familiares de Lebon Régis - COOPERLAF.

É o relatório.

#### ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as Propostas de Preços (projeto de venda) apresentadas pelas empresas que atenderam ao Chamamento e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

#### CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DE PREÇOS (projeto de venda) DAS EMPRESAS

- Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste - COOPEROESTE;
- Cooperativa dos Agricultores Familiares de Santa Catarina - COOAF-SC;
- Cooperativa de Agricultores Familiares de Lebon Régis - COOPERLAF.

Vale ressaltar que as propostas de preços (projeto de venda) apresentadas, não são de Grupos Formais do Município de São José, nem tão pouco da Região, que no caso é a Região Metropolitana da Grande Florianópolis. Salientamos ainda que o Município de São José não está inserido em nenhum dos territórios rurais definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e que ambas as Cooperativas pertencem ao mesmo Estado e País.

Assim sendo, após análise das propostas de preços (projeto de venda) apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de menor preço por item:

#### ITEM 01: Leite Integral

EMPRESA	VALOR	CLASSIFICAÇÃO
COOPEROESTE	R\$ 2,86	1ª Classificada
COOPERLAF	R\$ 2,99	2ª Classificada

#### ITEM 02: Bebida Láctea

EMPRESA	VALOR	CLASSIFICAÇÃO
COOAF	R\$ 3,60	1ª Classificada
COOPEROESTE	R\$ 3,70	2ª Classificada

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no dia 13 de maio de 2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso, em não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Revogação ou Anulação.

São José, 12 de maio de 2015.

Carlos Schmidt	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler	
Membro da CPL	Membro da CPL	
Ramon S. Campos Martins		

Membro da CPL		

**ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 002/2015 - Processo nº 171/2015. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a operação integrada do sistema de iluminação pública do Município de São José/SC, incluindo manutenção preventiva e corretiva, modernizações, ampliações, telemonitoramento via internet e o fornecimento de materiais, conforme descrito no projeto básico e demais anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 15 de junho de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 15 de junho de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

**ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015**

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 137/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E EXECUÇÃO DE PRAÇA COM INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS URBANOS E PAISAGISMO NA RUA SANTINA MIRANDA, BAIRRO COLÔNIA SANTANA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL), designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

**EMPRESAS LICITANTES**

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

Não esteve presente na sessão pública o representante da empresa: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes.

É o relatório.

**1 - MANIFESTAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA.:**

O representante da empresa supracitada se manifestou em ATA no sentido de a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA estar com número de inscrição municipal diferente no Certificado de Registro Cadastral – CRC e no ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO. Ou seja, no CRC consta o número 16611-3 e no ALVARÁ consta o número 196113-0. No entanto, é visível que tal discrepância se deu em virtude de erro de digitação no momento da confecção do CRC, não ensejando motivo para qualquer inabilitação no certame. Em relação à empresa DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA, a Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação da mesma.

Por fim, em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93, alterações posteriores e legislação correlata, além do regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

**HABILITAR AS EMPRESAS:**

- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 13/05/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 22/05/2015, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 12 de maio de 2015.

Carlos Schmidt	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler	
Membro da CPL	Membro da CPL	
Ramon S. Campos Martins		
Membro da CPL		

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015 – PR 136/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015 – PR 136/2014 – Processo 348/2014 – Fornecedor: RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS DE CORTE, MEDIDORES DE PRESSÃO, COMPRESSOR DE AR, CANHÃO MONITOR DE SOLO E FERRAMENTAS EM GERAL, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 48.400,00 - quarenta e oito mil e quatrocentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 30 de março de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015 – PR 183/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015 – PR 183/2014 – Processo 436/2014 – Fornecedor: RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE CARPETES, DESTINADOS À PRÁTICA DE GINÁSTICA RÍTMICA DESPORTIVA REALIZADA PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 42.042,00 - quarenta e dois mil e quarenta e dois reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 06 de abril de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2015 – PR 141/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2015 – PR 141/2014 – Processo 357/2014 – Fornecedores: I – RACINE COMERCIAL LTDA - EPP e II – S.O.S SUL RESGATE – COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAPACETES DE SEGURANÇA PARA BOMBEIROS, LÍQUIDO GERADOR DE ESPUMA, BALACLAVA, LANTERNA, DETECTOR DE GASES, ROUPA PARA PRODUTOS QUÍMICOS, MANGUEIRAS PARA INCÊNDIO, ESGUICHOS E MOTO-SERRA, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor por fornecedor: I – Vencedora dos itens 11 e 12, cujo valor total corresponde a R\$ 10.940,00 (dez mil, novecentos e quarenta reais) e II – Vencedora dos itens 01 ao 05 e 07 ao 10, cujo valor total corresponde a R\$ 156.450,00

(cento e cinquenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais). Valor Total: R\$ 167.390,00 (cento e sessenta e sete mil, trezentos e noventa reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 09 de abril de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015 – PR 126/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015 – PR 126/2014 – Processo 325/2014 – Fornecedores: I – ELMO PAPELARIA LTDA; II – HP & E COMERCIAL LTDA – EPP; III - HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – ME; IV - AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI e V - MAYCON WILL – ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, COMPREENDENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ELÉTRICOS, FERRAMENTAS, COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS, DESTINADOS A DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Valor por fornecedor: I – Vencedora dos Lotes 06, 09, 13, 16, 17, 19, 20, 22 ao 25, cujo valor total corresponde a R\$ 76.602,29 (setenta e seis mil, seiscentos e dois reais e vinte e nove centavos); II – Vencedora dos Lotes 03, 04, 07, 10 e 12, cujo valor total corresponde a R\$ 78.450,02 (setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais e dois centavos); III - Vencedora do Lote 02, cujo valor total corresponde a R\$ 10.150,00 (dez mil e cento e cinquenta reais); IV - Vencedora dos Lotes 05, 08, 15 e 21, cujo valor total corresponde a R\$ 160.994,20 (cento e sessenta mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos) e V - Vencedora do Lote 01, cujo valor total corresponde a R\$ 13.999,98 (treze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos). Valor Total: R\$ 340.196,49 - trezentos e quarenta mil, cento e noventa e seis reais, e quarenta e nove centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 09 de abril de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2015 – PR 152/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2015 – PR 152/2014 – Processo 376/2014 – Fornecedor: STAR SOM SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO COM AUTO FALANTE LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE RUA (CARRO DE SOM E PANFLETAGEM), VISANDO A DIVULGAÇÃO DE EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 31.000,00 - trinta e um mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 14 de abril de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2015 – PR 029/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2015 – PR 029/2015 – Processo 080/2015 – Fornecedor: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE EDITAIS, AVISOS E DEMAIS ATOS PERTINENTES A LICITAÇÕES, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO (LOCAL/REGIONAL) PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 105.000,00 - cento e cinco mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 24 de abril de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2015 – PR 176/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2015 – PR 176/2014 – Processo 426/2014 – Fornecedor: METALÚRGICA GR LTDA – EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHEIRA, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 624.999,05 - seiscentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e cinco centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 24 de abril de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015 – PR 016/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015 – PR 016/2015 – Processo 036/2015 – Fornecedor: SINASC – SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EVENTUAL EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 1.835.500,00 - um milhão, oitocentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 24 de abril de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

#### **CONTRATO/CT: Nº 056/2015 – PR 129/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 056/2015 – PR 129/2014 – Processo 336/2014 – Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE E TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS QUÍMICOS, TÓXICOS E PERIGOSOS CLASSE I, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de execução dos serviços e vigência contratual será de 01 (um) ano, com efeitos a partir da data de sua assinatura. Valor: R\$ 406.560,00 - quatrocentos e seis mil e quinhentos e sessenta reais. Data da Assinatura do Contrato: 08 de abril de 2015.

#### **DECRETO Nº 4424/2015**

DECRETO Nº 4424/2015

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER INTERINAMENTE CARGO DE SECRETÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, II e VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o afastamento da Secretária da Educação para tratamento de saúde, no período compreendido entre 08 de maio de 2015 a 22 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a servidora, DANIELA DA SILVA FRAGA ocupante do cargo em comissão de Diretor Administrativo e Operacional – CCM 9, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Secretária da Educação - SM, com lotação na Secretaria de Educação, até o retorno do titular.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal
---

#### **DECRETO Nº 4431/2015**

DECRETO Nº 4431/2015

ALTERA O DECRETO 1.788, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013, NOMEOU OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD, NO PERÍODO DE 2013 a 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c o §1º da Lei Municipal nº. 4.047, de 17 de novembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º – A alínea “a” do inciso XI e as alíneas “a” e “b” do inciso XII do Artigo 1º do Decreto nº 1.788, de 18 de dezembro de 2013, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º - .....

[...]

XI – REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

a) Titular: CLAUDIA HELENA GEREMIAS;

[...]

XII – REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR

a) Titular: KAROLINE MELO DA CUNHA;

b) Suplente: ALEXANDRE DA SILVA BETAT.” (NR)

[...]

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 4432/2015

DECRETO Nº 4432/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. LARISSA MARTINS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Fiscalização Ambiental, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 4433/2015

DECRETO Nº 4433/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. MARCOS VINICIUS MODOLO SEBASTIANI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Biólogo, com carga horária de 30 horas semanais, com lotação na Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 4434/2015

DECRETO Nº 4434/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. RAPHAEL HUBENER LINHARES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Engenheiro, com carga horária de 30 horas semanais, com lotação na Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 4436/2015

DECRETO Nº 4436/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. NATÁLIA DURIGON ZUCCHI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Nutricionista, com carga horária de 30 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4437/2015**

DECRETO Nº 4437/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. AMÁBILE ELIAS POLICARPO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Monitor, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4438/2015**

DECRETO Nº 4438/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. LIANA LUDVIG para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Fiscalização Sanitária, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4439/2015**

DECRETO Nº 4439/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público

referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. SCHEILA ZENAIR NILVA DE ARAÚJO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4440/2015**

DECRETO Nº 4440/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. GISLAINI DE SOUZA GUEDES BELMIRO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4441/2015**

DECRETO Nº 4441/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. LIGIA CASTELLON FIGUEIREDO GRYNINGER para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4442/2015**

DECRETO Nº 4442/2015

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o falecimento do Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA ocorrido na tarde do dia 10 de maio de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado luto oficial por 03 (três) dias no Município de São José em homenagem ao Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, devendo a bandeira do Município ser hasteada à meia verga na sede do Paço Municipal e nas demais repartições municipais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4443/2015**

DECRETO Nº 4443/2015

CRIA O GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO (GEMAT).

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado Grupo Especial de Trabalho de Modernização da Gestão Pública do Município (GEMAT) diretamente vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária (SEPLAN) para tratar exclusivamente de assuntos relacionados ao Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT).

Art. 2º - Estabelece o GEMAT com a seguinte composição:

- I - Coordenador Geral: Matson Luiz Cé;
- II - Coordenador Técnico: Sidart Gaia;
- III - Coordenador Financeiro: Erick Forte Rolim;
- IV - Coordenadora Financeira Adjunta: Josiane Norma da Silva.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga todas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4444/2015**

DECRETO Nº 4444/2015

ALTERA O DECRETO Nº 2332, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014, O QUAL NOMEOU OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA DE SÃO JOSÉ – CMPD/SJ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e os artigos 8º e 9º, da Lei Municipal nº 4.123, de 01 de abril de 2004,

DECRETA:

Art. 1º – Fica alterado o Decreto nº 2332, de 19 de fevereiro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Nomeia integrantes para comporem o Conselho Municipal dos Portadores de Deficiência de São José – CMPD/SJ para o Biênio 2013/2015, conforme abaixo relacionados:

§ 1º .....

...

II - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

a) Titular: ERNI CRISTINA VENTURA;

b) Suplente: AGUIDA TERESINHA LUCIANO ALVES.

[...]

IX – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS (SUSP)

a) Titular: LUIZ PAULO CARDOSO FARIA;

b) Suplente: JULIANA A. DA ROCHA PEREIRA.

[...]

XVIII – .....

SUPLENTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

a) Titular: ANA APARECIDA TESSARI;

b) Suplente: MARÍLIA GARCIA PINTO.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4445/2015**

DECRETO Nº 4445/2015

DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 22.815/2007 QUE CRIA A UNIDADE DE EXECUÇÃO MUNICIPAL (UEM), RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO FISCAL PARA OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (PNAFM), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 2º do Decreto N.º 22.815 de 26 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - .....

I. COORDENADOR – MATSON LUIZ CÉ;

II. SUBCOORDENADOR TÉCNICO – SIDART GAIA;

III. SUBCOORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO – ERICK FORTE ROLIM;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N.º 4090/2015.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4446/2015**

DECRETO Nº 4446/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 4301/2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da Sr. Pedro Inácio da Silva em tomar posse no cargo no qual foi nomeado por meio do decreto 4301/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 4301 de 10 de abril de 2015, que nomeou PEDRO INÁCIO DA SILVA para ocupar o cargo de Assessor II – Administrativo – CCM 2, com lotação na Procuradoria Geral.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4447/2015**

DECRETO Nº 4447/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. MARIANA LEONARDI MONTEIRO DE LUCA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4448/2015**

DECRETO Nº 4448/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. MARIANA CHEUICHE CHAVES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4449/2015**

DECRETO Nº 4449/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. TATIANA DE ANDRADE LEMOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4450/2015**

DECRETO Nº 4450/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ELAINE CRISTINA CAON DE SOUZA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4451/2015**

DECRETO Nº 4451/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. FLÁVIA ROCHA FERNANDES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4452/2015**

DECRETO Nº 4452/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ADRIANA SANTOS SOARES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4453/2015**

DECRETO Nº 4453/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. MASTERSON MARIAN DE FARIAS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com carga horária de

20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4455/2015**

DECRETO Nº 4.455/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
JULIANA KANARECK DA SILVA	Professor-H	31 Horas Aulas	06/05/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/05/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 4456/2015**

DECRETO Nº 4.456/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
RICARDO PATTINI NETO	Professor-H	30 Horas Aulas	07/05/2015
RITCHELLY WEBER DA SILVA	Professor-M	20 Horas	07/05/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/05/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 4457/2015**

DECRETO Nº 4.457/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratado para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
MARCOS HENRIQUE DE SOUSA	Professor-H	22 Horas Aulas	08/05/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/05/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 4458/2015**

DECRETO Nº 4.458/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Ângela Cristina Santos	Auxiliar de Ensino	04/05/2015
Ana Paula Tridapalli de Almeida	Professor - H	04/05/2015
Carmelita Gregoria Martins de Souza	Auxiliar de Sala	06/05/2015
Claudia Rosana Vieira	Professor - M	07/05/2015
Débora Silva dos Santos	Professor - M	07/05/2015
Gisele Neves Maciel	Professor - M	04/05/2015
Monica da Silva Pereira	Professor - M	06/05/2015
Nibele Almeida de Moura	Professor - M	04/05/2015
Pedro Álvares Cabral	Professor - H	04/05/2015
Regia Mairane Medeiros Gonçalves	Professor - M	04/05/2015
Roseli de Souza Correa	Professor - M	04/05/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 4459/2015**

DECRETO Nº 4459/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. TIAGO DE MATHIA FIRMINO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4460/2015**

DECRETO Nº 4460/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. MARCOS SAUL GOMES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4461/2015**

DECRETO Nº 4461/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ALEXANDRA ROZAR do cargo de Assessor I Administrativo – CCM 01, com lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11 de maio de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4463/2015**

DECRETO Nº 4463/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado TIMÓTEO VIEIRA PINTO para o cargo em comissão de Coordenador de Dengue e Febre Amarela – CCM 5, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.480 DE 06 DE MAIO DE 2015**

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, PROFESSORES E ALUNOS DA OLARIA BEIRA MAR DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, PROFESSORES E ALUNOS DA OLARIA BEIRA MAR DE SÃO JOSÉ – AAPAOBEM/SJ", com sede na Rua Iguaçu, 101, bairro Ponta de Baixo, São José/SC, CEP 88.104-065, inscrita no CNPJ 18.105.733/0001-56, fundada em 19 de setembro de 2012, registrada no livro de Pessoas Jurídicas, do Cartório de Títulos e Documentos, pessoas jurídicas e outros papéis da comarca de São José, em 30 de abril de 2013, sob o termo 8221, fls. 21, livro A-5, protocolo nº 175682.

Art. 2º - Ficam asseguradas à Entidade as vantagens e os direitos da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.481 DE 06 DE MAIO DE 2015**

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ONG SUPERAÇÃO – ONGSA", SITUADA NO BAIRRO FORQUILHINHA – SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica declarada de Utilidade Pública a "ONG SUPERAÇÃO - ONGSA", com sede à Rua: João Jovino Ferreira, nº. 170, Bairro Forquilha, São José, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº. 14.167.549/0001-80, registrada no Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições, Tutelas, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos, sob o termo nº 9461, às folhas 61, no livro A-46, protocolo nº 177320 e averbado a margem do termo nº 7164, às folhas 164, no livro A-46.

Art. 2º. - Ficam asseguradas à Entidade, as vantagens e os direitos da legislação.

Art. 3º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**RESOLUÇÃO Nº. 01/2015**

RESOLUÇÃO Nº. 01/2015

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº. 4.047/2003 e, conforme aprovado na Reunião Ordinária realizada em 28 de abril de 2015,

Resolve:

Art.1º. Fica aprovado, na forma do Anexo, o Regimento Interno do Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

São José, 28 de abril de 2015.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente do COMAD/SJ

\* - Republicado por incorreção.

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO N. 01/2015, DE 28 DE ABRIL DE 2015

CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E OBJETIVOS

Art. 1º O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ constitui-se em órgão normativo de deliberação coletiva, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos do art. 6º, da Lei nº 4.047, de 17.11.2003.

Art. 2º O COMAD tem por finalidade estabelecer as diretrizes da política local de prevenção do uso de substâncias psicoativas,

lícitas ou ilícitas, em consonância com o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SINAD, instituído pela Lei Federal nº 11.343, de 23/08/2006, regulamentada pelo Decreto nº 5.912, de 27/11/2006, com o Sistema de Prevenção, Fiscalização, Recuperação e Repreensão de Entorpecentes de Santa Catarina, criado pela Lei nº 13.641, de 27/12/2005, e com o Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEN/SC.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal Antidrogas de São José - COMAD/SJ:

I – elaborar o Plano Municipal de Prevenção ao Uso de Drogas e Entorpecentes, compatibilizando-o com as políticas federal e estadual, bem como acompanhar a sua execução;

II – estimular e apoiar iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas ao tratamento de dependentes de drogas e entorpecentes;

III – cooperar, acompanhar e propor medidas de fiscalização e repressão ao tráfico de drogas executadas pelo Estado e pela União;

IV – estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido de entorpecentes e substâncias que ocasionem dependência física e psíquica;

V – analisar e emitir parecer sobre matéria de sua competência;

VI – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

VII – definir e aprovar as Políticas Públicas do Conselho Municipal Antidrogas;

VIII - fiscalizar o cumprimento das normas para a concessão de registro e certificado de entidades públicas e privadas, prestadoras de serviços e de assessoramento às Políticas Públicas Antidrogas;

IX - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como o resultado e desempenho dos programas e projetos aprovados pelo COMAD;

X - definir os programas de âmbito Municipal do Conselho Municipal Antidrogas;

XI - propor cancelamento de inscrição de entidades e organizações que incorrem em irregularidades na aplicação de recursos de qualquer esfera pública;

XII - conceder Certificação de Inscrição no Conselho Municipal Antidrogas;

XIII – conceder Atestado de Funcionamento às entidades inscritas Conselho Municipal Antidrogas;

XIV- Divulgar todas as decisões, bem como as contas do Fundo Municipal Antidrogas e os seus respectivos pareceres emitidos;

XV– deliberar previamente sobre a aplicação dos recursos de natureza financeira, para posterior aprovação do Gestor do Fundo Municipal Antidrogas – FMAD.

Parágrafo Único. Para conceder o Certificado de Inscrição e o Atestado de Funcionamento, previstos nos incisos XII e XIII deste artigo, o COMAD deverá exigir das entidades os seguintes requisitos:

a) cópia do estatuto ou contrato social devidamente registrados;

b) cópia da ata que elegeu a diretoria em exercício;

c) comprovante que a entidade está em pleno funcionamento com

todos os alvarás e declaração de que cumpre fielmente com as diretrizes estatutárias;

d) comprovante de registro no CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes, tratando-se de entidades que desenvolvam trabalhos com criança;

e) comprovante de registro no CME - Conselho Municipal de Educação, tratando-se de entidades que desenvolvam trabalhos no campo educacional.

Art. 4º O COMAD/SJ só poderá autorizar a liberação de recursos às entidades que atendam aos dispositivos da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, regulamentada pelo Decreto Nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, e inscritas no Conselho Municipal Antidrogas de seu município ou no Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEN/SC.

## CAPÍTULO II

### DA COMPOSIÇÃO DO COMAD

Art. 5º O Conselho Municipal Antidrogas é composto por 17 (dezesete) membros titulares e igual número de suplentes, representando os seguintes órgãos e entidades:

I – dois representantes de Secretaria Municipal da Saúde, sendo um deles vinculado, necessariamente, à vigilância sanitária;

II – um representante da Secretaria Municipal da Educação;

III – um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

IV – um representante de Associações Comunitárias;

V – um representante das Comunidades Terapêuticas;

VI – um representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

VII – um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII – um representante da Procuradoria Geral do Município;

IX – um representante das Associações de Pais das escolas sediadas no município;

X – um representante da Secretaria Estadual de Educação, Coordenadoria Regional, sediada em São José;

XI – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de São José;

XII – um representante da Polícia Militar, especificamente do Sétimo batalhão, sediado em São José;

XIII – um representante da Polícia Civil, Delegacia Regional, sediada em São José;

XIV – um representante da Polícia Federal;

XV – um representante de entidades, associações ou ONG's que trabalham com familiares de dependentes químicos;

XVI – um representante da AEMFLO.

§ 1º Os Conselheiros titulares e suplentes de que trata os incisos I, II, III, VI, VII, VIII, X, XI, XII, XIII, XIV e XV serão indicados

pelos respectivos órgãos e entidades, podendo ser substituídos a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§ 2º Os Conselheiros titulares e suplentes representantes de Associações Comunitárias, das Comunidades Terapêuticas e das Associações de Pais das escolas sediadas no Município serão eleitos em reunião especialmente convocada para esse fim pelo Prefeito Municipal, no mês de setembro.

§ 3º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Prefeito Municipal no mês de novembro, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 6º O exercício da função de Conselheiro, titular ou suplente, é considerado de interesse público relevante, e não será remunerado.

## CAPÍTULO III

### DA ESTRUTURA E DA FUNCIONALIDADE

Art. 7º Os trabalhos do COMAD serão desenvolvidos na forma de Reunião Plenária coordenada por uma Mesa Diretora.

#### Seção I

##### Da Plenária

Art. 8º A Plenária do COMAD é o órgão de deliberação máxima, composta por 17 (dezesete) membros, e suas decisões serão sempre por maioria simples.

##### Subseção I

##### Da Convocação e da Pauta

Art. 9º As reuniões Plenárias serão:

I – ordinárias: convocadas pelo Presidente para as últimas terças-feiras de cada mês, no horário de 14h às 16h, podendo o horário ser prorrogado pela Plenária. Em caso de feriado, a reunião será na terça-feira subsequente;

II – extraordinárias: convocadas pelo Presidente, ou por decisão da maioria simples da Mesa Diretora ou da Plenária, sempre que necessário.

§ 1º A convocação das reuniões Plenárias poderá ser feita por ofício ou e-mail, definindo a pauta, data, horário e o local das reuniões, devendo ser encaminhada aos Membros Titulares e aos Suplentes.

§ 2º As Reuniões Ordinárias deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias e as extraordinárias com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

##### Subseção II

##### Do Funcionamento das Reuniões

Art. 10. A Plenária será instaurada com a presença da maioria absoluta de seus membros, obedecendo a seguinte ordem:

I - abertura e verificação do quórum;

II - justificativas de ausência;

III - leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

IV - leitura de expediente, comunicação, requerimentos, moções, indicações e proposições;

V - discussão e deliberação sobre as matérias em pauta;

VI - distribuição de processos para elaboração dos respectivos pareceres por parte da Mesa Diretora e das comissões temáticas;

VII - sugestão da pauta para a reunião subsequente;

VIII - assuntos gerais.

Art. 11. As sessões serão declaradas abertas às 14h, considerando-se os suplentes que estiverem substituindo os titulares ou, com qualquer número, quinze minutos após o horário previsto para o início da plenária.

§ 1º Os Conselheiros assinarão lista de presença, indicando sua condição de titular ou suplente.

§ 2º Todos os Conselheiros presentes em Reunião Plenária terão direito a voz, mas apenas os Membros Titulares e os Suplentes quando em substituição terão direito a 1 (um voto). Apenas o Presidente, além do voto nominal, terá o voto de desempate.

§ 3º As deliberações e os assuntos tratados em reunião serão registrados em ata, que será submetida à aprovação na reunião subsequente.

§ 4º As reuniões Plenárias serão públicas, porém, pela natureza da matéria a Mesa Diretora poderá determinar o seu sigilo.

§ 5º A convite dos Conselheiros e com comunicação prévia à Mesa Diretora, poderão participar de reuniões e debates, com direito a voz, mas sem direito a voto, representantes de entidades ou pessoas capazes de contribuir para o esclarecimento de matéria em avaliação pelo Conselho.

### Subseção III

#### Das Deliberações e dos Conselheiros

Art. 12. As deliberações da Plenária dar-se-ão da seguinte forma:

I – por maioria qualificada (2/3 dos membros presentes):

a) matérias referentes à aplicação de leis e atos normativos de origem da Administração Municipal;

b) aprovação e alterações do Regimento Interno.

II - por maioria absoluta (50% mais 1) dos membros presentes:

a) matérias incluídas na ordem do dia, ressalvado o disposto no inciso I;

b) as matérias não incluídas na ordem do dia que, por decisão da Mesa Diretora, sejam submetidas a deliberação da Plenária;

III – por maioria simples dos membros presentes, excluídos as abstenções, os votos brancos ou nulos:

a) eleição dos membros da Mesa Diretora;

b) propostas, pareceres ou recomendações elaboradas ou encaminhadas pelas comissões temáticas.

Art. 13. As intervenções verbais durante as Plenárias terão a duração de 03 (três) minutos, podendo esse tempo ser prorrogado em mais 02 (dois) minutos pela Mesa Diretora, se necessário.

Art. 14. As denúncias recebidas pelo COMAD serão distribuídas pela presidência para as Comissões Temáticas.

Art. 15. O Conselho, quando entender oportuno, poderá, por meio de seus membros integrantes, convidar para participar de suas reuniões e atividades técnicas, representantes de instituições ou da sociedade civil.

Art. 16. O item da pauta que estiver sendo discutido, com a participação do conselheiro suplente deverá ser esgotado com a participação deste, ainda que, nesse ínterim, compareça o titular, que somente assumirá sua condição quando da discussão do ponto de pauta seguinte.

Art. 17. São atribuições e deveres dos Conselheiros:

I - avaliar, examinar, deliberar e propor soluções para as matérias constantes das pautas e para os problemas submetidos ao Conselho, conforme suas atribuições e competências;

II - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - justificar as faltas a reuniões, por escrito;

IV - apresentar, em nome da Comissão de que participa, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;

V - fornecer à Secretaria Executiva todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o trabalho do Conselho, ou

quando solicitados pelos demais membros;

VI - participar de eventos de capacitação e aperfeiçoamento;

VII - exercer outras atribuições e atividades inerentes à sua função;

VIII - representar o Conselho quando designado pela Mesa Diretora;

IX - apresentar relatórios sempre que participar de eventos externos em representação do Conselho.

Art. 18. São prerrogativas dos Conselheiros:

I - declarar-se impedido de proceder à relatoria e de participar de comissões, justificando seu impedimento;

II - solicitar à Mesa Diretora a inclusão, na agenda de trabalhos, de assuntos que deseja discutir;

III - propor a convocação de sessões extraordinárias;

IV - proferir declaração de voto, quando assim o desejar;

V - requerer vista de processo em discussão e adiamento de votação;

VI - solicitar ao Presidente, quando julgar necessária, a presença, em sessão, do postulante ou de titular de qualquer órgão para audiências que se mostrarem importantes ou indispensáveis;

VII - propor alteração do Regimento Interno;

VIII - votar e ser votado para os cargos e comissões do Conselho;

IX - requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

X - requerer votação de matéria, em regime de urgência;

XI - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados à Política Municipal sobre Drogas;

XII - propor a criação de comissões temáticas e sugerir seus componentes;

XIII - participar e acompanhar os encontros e as conferências da área ou áreas afins, no País ou no exterior;

§ 1º O requerimento de vista de processos em discussão será deliberado pela plenária e, caso aprovado, será registrado em ata e devolvido com parecer no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º O requerimento de adiamento de votação será submetido para a deliberação da Plenária.

### Seção II

#### Da Mesa Diretora

Art. 19. A Mesa Diretora é órgão executivo da Plenária, composta pelos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III – 1º Secretário; e

IV – 2º Secretário;

§ 1º O Presidente, o Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário serão eleitos no mês de dezembro entre os Conselheiros Titulares, por maioria simples, em reunião Plenária convocada pelo Secretário Municipal de Assistência Social.

§ 2º Até a eleição a presidência será exercida pelo conselheiro com maior idade.

Art. 20. Compete à Mesa Diretora:

I – organizar e coordenar as reuniões Plenárias, ordinárias e extraordinárias, do COMAD;

II – dar encaminhamento as providências e as recomendações determinadas pela Plenária;

III - divulgar, amplamente, as atividades e as deliberações do COMAD;

IV - organizar a documentação e numerar os atos praticados;

V - manter em arquivo as atas das reuniões Plenárias, as listas de frequência, bem como enviar cópia desses documentos, quando

solicitado, à Secretaria de Assistência Social.

Art. 21. A Mesa Diretora realizará reuniões periódicas internas, convocadas pelo Presidente, para organizar as Reuniões Plenárias e para atender às suas necessidades e competência.

Parágrafo Único. As reuniões da Mesa Diretora poderão ser estabelecidas em calendário próprio.

#### Subseção I

##### Do Presidente

Art. 22. O Presidente do COMAD será eleito anualmente no mês de dezembro, em reunião Plenária convocada pelo Secretário de Assistência Social.

§ 1º O Presidente terá mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzido por apenas mais 1 (um) período.

§ 2º O exercício da função de Presidente é intransferível e indelegável, cabendo ao Vice-Presidente substituí-lo na sua ausência ou impedimento. Na ausência do Vice-Presidente assumirá os trabalhos o 1º Secretário e na ausência deste último, assumirá os trabalhos o 2º Secretário.

§ 3º Havendo vacância do cargo, a Plenária deverá eleger um novo Presidente.

Art. 23. São atribuições do Presidente:

I - convocar e presidir as reuniões Plenárias do COMAD;

II - divulgar, dar encaminhamento e fazer cumprir as decisões aprovadas pelo Conselho;

III - coordenar a elaboração da pauta e especificar as atividades para cada reunião;

IV - assinar documentos e os atos administrativos praticados;

V - propor projetos e planos de ação;

VI - designar os Membros das Comissões Temáticas e demais comissões especiais;

VII - expedir normas complementares relativas ao funcionamento do Conselho, em decorrência da necessidade dos trabalhos;

VIII - representar o Conselho junto ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas e perante órgãos, entidades e instituições, bem como em solenidades onde se fizer necessário, ou designar um membro do próprio Conselho como seu representante;

IX - propor ou requerer aos Conselheiros esclarecimentos necessários à apreciação de assuntos pertinentes ao Conselho e solicitar pareceres;

X - acompanhar os trabalhos das Comissões Temáticas e da Secretaria Executiva;

XI - solicitar à instituição, poder ou entidade representada, a substituição dos representantes titulares, quando ocorrer mais de 3 (três) faltas injustificadas, no prazo de doze meses;

XII - solicitar ao Prefeito Municipal, servidor da Administração para colaborarem em funções técnicas ou burocráticas, com ou sem indicação;

XIII - indicar ao Prefeito Municipal, quando necessário, o funcionário para o cargo de Secretário Executiva do Conselho;

XIV - solicitar recursos materiais e financeiros necessários ao funcionamento do COMAD;

XV - participar das discussões realizadas na Plenária, nas mesmas condições dos demais Conselheiros;

XVI - dar conhecimento à Plenária, dos convites para participação em eventos externos, apresentando o nome do Conselheiro indicado;

XVII - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da Mesa Diretora;

XVIII - decidir sobre questões de ordem;

XIX - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno.

#### Subseção II

##### Do Vice-Presidente

Art. 24. São atribuições do Vice-presidente:

I - auxiliar o Presidente em suas atribuições;

II - substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais;

III - desempenhar outras funções que lhe forem definidas pelo Plenário e/ou pelo Presidente do COMAD.

#### Subseção III

##### Do 1º Secretário

Art. 25. Compete ao 1º Secretário:

I - colaborar com a Mesa Diretora e demais membros do COMAD em todos os assuntos, conforme solicitações;

II - dar encaminhamento às deliberações do Plenário do COMAD;

III - acompanhar e avaliar o andamento das Comissões Temáticas permanentes ou transitórias instaladas pelo Conselho;

IV - zelar pelo bom funcionamento da Secretaria Executiva do COMAD;

V - redigir ata da Reunião Plenária na ausência do Secretário Executivo.

VI - substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos legais;

VII - exercer outras funções que lhe forem delegadas pelo Plenário e/ou pelo Presidente.

#### Subseção IV

##### Do 2º Secretário

Art. 26 - Compete ao 2º Secretário:

I - auxiliar o 1º Secretário em suas atribuições;

II - substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos legais;

III - exercer funções delegadas pelo Plenário e/ou pelo Presidente.

#### Seção III

##### Da Secretaria Executiva

Art. 27. A Secretaria Executiva é órgão de assessoramento técnico, administrativo e operacional do COMAD.

§ 1º O Secretário Executivo será indicado pelo Prefeito Municipal dentre os servidores do quadro da administração, consoante o parágrafo único, do art. 6º, da Lei n. 4.047/2003.

§ 2º A Secretaria Executiva funcionará em tempo integral nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 28. São atribuições do Secretário Executivo:

I - dar assessoramento técnico, administrativo e operacional ao COMAD, à Mesa Diretora e, em especial, ao Presidente;

II - coordenar as atividades administrativas do Conselho;

III - organizar a pauta das reuniões e enviá-la aos membros do Conselho;

IV - prover os serviços de secretaria nas reuniões do Conselho, inclusive, elaborando as atas;

V - colher a assinatura dos Conselheiros na lista de presença e nas atas das reuniões após aprovação pela Plenária;

VI - encaminhar para publicação no Diário Oficial do Município as

Deliberações da Plenária;

VII – organizar os serviços de arquivo e ementário de assuntos de interesse do Conselho, bem como das decisões tomadas em reuniões;

VIII - acompanhar e avaliar o andamento das Comissões Temáticas permanentes ou transitórias instaladas pelo Conselho;

IX - zelar pelo bom funcionamento da Secretaria Executiva do COMAD;

X - acompanhar os trabalhos e prestar apoio administrativo às Comissões Temáticas;

XI - acompanhar a elaboração e a execução do Plano Anual de Trabalho, do Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros destinados ao COMAD e da Proposta Orçamentária;

XII - exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Plenário ou pelo Presidente, compatíveis com as suas funções.

#### Seção IV

##### Das Comissões Temáticas

Art. 29. As Comissões Temáticas, de constituição permanente, serão instâncias de articulação do COMAD com a finalidade de discutir, emitir pareceres, promover e propor consensos, estratégias e metodologias relativas às áreas de que trata a Política Municipal sobre Drogas.

Art. 30. As Comissões Temáticas deverão ser constituídas em Plenária, com a função de assessorar tecnicamente o COMAD relativamente aos seguintes temas, entre outros a serem definidos:

I - Prevenção primária – destinada a evitar que o uso de drogas se instale, ou prevenir o seu início;

II - Prevenção secundária – destinada às pessoas que já experimentaram drogas ou usam-nas moderadamente, diagnosticando os que estão em risco de evoluir para usos mais prejudiciais, ou seja, tem como objetivo evitar a evolução para usos mais frequentes e prejudiciais.

III - Prevenção terciária – Diz respeito às abordagens necessárias no processo de recuperação e reinserção dos indivíduos que já têm problemas com o uso ou que apresentam dependência.

Parágrafo Único. Cabe ainda às Comissões Temáticas realizar e/ou propor perante a Plenária estudos visando o aprimoramento da Legislação e das Normas Técnicas, a Pesquisa e Análise de Projetos, a Terapêutica Assistencial e a Captação de Recursos para investimentos em Projetos Antidrogas.

Art. 31. Cabe à Plenária do Conselho indicar ou aprovar a indicação dos componentes das Comissões Temáticas, bem como dos seus Coordenadores.

Art. 32. Poderão participar das atividades das Comissões Temáticas, a convite de seu Coordenador, e com aprovação da Plenária do Conselho, sem direito a qualquer remuneração ou ressarcimento, representantes de organizações dos setores público e privado e da sociedade civil organizada, que atuem na área da prevenção, tratamento, redução de danos, reinserção social e redução da oferta e da demanda de drogas.

§ 1º O Coordenador de Comissão Temática será um Conselheiro titular do COMAD.

§ 2º As Comissões Temáticas serão constituídas de no mínimo 3 (três) membros.

§ 3º Os Membros Suplentes do COMAD poderão compor as Comissões Temáticas.

Art. 33. As Comissões Temáticas reunir-se-ão de acordo com calendário previamente aprovado ou quando convocada por solicitação do seu Coordenador.

Parágrafo Único. A reunião será instalada com a presença da

maioria simples dos seus membros.

Art. 34. As reuniões serão registradas em atas e assinadas pelos membros presentes, após a sua aprovação.

Art. 35. As decisões das Comissões Temáticas serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 36. As proposições, pareceres ou decisões das Câmaras serão encaminhadas para apreciação da Plenária do Conselho, datadas e assinadas pelo Coordenador.

Art. 37. Os atos das Comissões Temáticas poderão ser revistos, em qualquer tempo, por solicitação da Plenária do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas.

Art. 38. As Comissões Temáticas poderão realizar sessões conjuntas quando o assunto assim o exigir.

Art. 39. Caberá à Plenária do Conselho Municipal Antidrogas, em maioria absoluta, aprovar ou rejeitar, parcial ou integralmente, os pareceres, proposições e atos encaminhados pelas Comissões.

Art. 40. São competências comuns às Comissões Temáticas:

I – estudar, discutir, orientar, estabelecer diretrizes e emitir pareceres relativos à Política Municipal sobre Drogas;

II - atender a demanda da Plenária do Conselho observando as prioridades e orientações estabelecidas pela mesma;

III - identificar, debater e propor metodologias, técnicas e ferramentas para a Política Municipal sobre Drogas observando as peculiaridades sociais, regionais e setoriais do Município;

IV - identificar os fatores inibidores do desenvolvimento e da implantação das políticas públicas sobre drogas pelos respectivos setores responsáveis no município;

V - desenvolver propostas para o alinhamento da Política Pública Municipal sobre Drogas com as Políticas nos âmbitos Estadual e Nacional sobre Drogas;

VI - desenvolver propostas para a implantação de atividades da Política Municipal sobre Drogas nos diversos setores e regiões do município;

VII- sistematizar as discussões e proposições das comissões temáticas, com a colaboração de todos os membros da comissão;

VIII - elaborar e apresentar relatório de atividade anual, para avaliação do Plenário.

Art. 41. São atribuições comuns aos Coordenadores das Comissões Temáticas:

I - coordenar as atividades da Comissão;

II - convocar e coordenar os trabalhos nas reuniões da Comissão;

III - assinar as atas das reuniões, expedientes e pareceres;

IV - representar a Comissão Temática perante o Plenário do Conselho;

VI - assegurar o apoio logístico necessário ao pleno funcionamento da Comissão.

#### Seção V

Do Plano de Trabalho, do Orçamento Anual e dos Recursos Financeiros

Art. 42. O Plano de Trabalho conterá a missão, a definição dos objetivos, as atividades, as ações a serem desenvolvidas, o detalhamento das metas e as estratégias de atuação, enquanto que o Orçamento Anual conterá programação financeira e dos investimentos e o cronograma de execução, devidamente compatibilizados.

Parágrafo Único. Para os trabalhos de que trata este artigo, o COMAD elegerá no mínimo 3 (três) membros, e dentre eles um coordenador.

Art. 43. O Plano de Trabalho e o Orçamento Anual serão elaborados com base em princípios administrativos, educacionais, econômicos, contábeis, financeiros e jurídicos, e aprovados em reunião Plenária até o final de cada exercício.

§ 1º O Conselho poderá sugerir emendas ou alterações no Plano de

Trabalho e no Orçamento Anual.

Presidente do COMAD/SJ

§ 2º O Plano de Trabalho e o Orçamento Anual deverão ser encaminhados pelo Presidente do COMad à Secretaria Municipal de Assistência Social, até o final do mês de junho, para ser incluído na Lei Orçamentária Anual do Município de São José.

Art. 44. Os recursos financeiros captados pelo Fundo Municipal Antidrogas - FMAD, e aplicados segundo as diretrizes e as deliberações do COMAD, serão constituídos de:

I – dotações oriundas do orçamento da União;

II – dotações consignadas anualmente no orçamento municipal;

III – dotações oriundas de organismos internacionais;

IV – recolhimento de multas decorrentes de penalidades às violações que referem-se ao tráfico de substâncias entorpecentes;

V – doações, auxílios, contribuições e legados.

Parágrafo Único. As receitas captadas segundo este artigo serão depositadas em conta especial a ser aberta em estabelecimento oficial de crédito, sob a responsabilidade do FMAD.

Art. 45. A Secretaria de Assistência Social dará o apoio estrutural, gerencial e operacional, além do controle contábil, para elaboração e execução do Plano de Trabalho e do Orçamento Anual, segundo os recursos captados pelo FMAD, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

Art. 46. O Relatório Anual de Execução do Plano de Trabalho e do Orçamento serão aprovados em Plenária, para posterior encaminhamento ao Executivo Municipal.

Art. 47. São atribuições do Coordenador do Plano de Trabalho, do Orçamento e dos Recursos Financeiros:

I – elaborar e encaminhar para a Mesa Diretora o Plano de Trabalho Anual, o Orçamento Anual e o Plano de Aplicação dos Recursos disponibilizados pelo FMAD;

II – coordenar a aplicação dos recursos e elaborar os Relatórios de Acompanhamento e Execução;

III – manter contato com a Secretaria de Assistência Social e com o FMAD, tratando da captação dos recursos, da sua aplicação e contabilização.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48. O COMAD será instalado em local disponibilizado pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 49. Os casos omissos e as dúvidas de interpretação deste Regimento Interno serão deliberados pela Plenária do Conselho.

Art. 50. As propostas de alteração do presente Regimento Interno deverão ser feitas por escrito e encaminhadas à Mesa Diretora para análise e deliberação da Plenária.

Art. 51. O presente Regimento Interno entra em vigor da data da sua homologação pelo Prefeito Municipal, consoante o art. 10, da Lei nº 4.047/2003, passando a surtir efeitos a partir da data da sua aprovação pela Plenária do COMAD.

São José, 28 de abril de 2015.  
ELIANE MAGALHÃES ROSA

## **TERMO ADITIVO/TA Nº 334/2013-01 – DL 077/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 334/2013-01 – DL 077/2013 – Processo 338/2013 – Locador: LAUDECI FELISBINO. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA PRINCESA ISABEL, Nº 289, BAIRRO FORQUILHAS – SÃO JOSÉ/SC, DESTINADO À INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BAIRRO FORQUILHINHAS – CRAS FORQUILHINHAS. Prazo: fica prorrogado o prazo do Contrato nº 334/2013 por mais 12 (doze) meses, com efeitos em 29/11/2014. Reajuste: O valor mensal do Contrato, que era de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) sofrerá variação do índice do IGP-M de 2.9460%, referente aos últimos 12 meses, passando a vigorar com a importância de R\$ 2.573,65 (dois mil, quinhentos e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos), totalizando a importância de R\$ 30.883,80 (trinta mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta centavos) para um período de 12 (doze) meses. Data da assinatura: 10 de abril de 2015.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N.099/2015**

PORTARIA Nº 099/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no Regimento Interno, Resolução n.º 164/2005, especialmente, no seu art. 23, III, "a", c/c art. 97 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São José Lei Municipal n.º 2.248/1991 e alterações:

**RESOLVE:**

I. - REVOGAR – Integralmente as Férias concedidas através da Portaria nº. 094/2015, da Servidora Ilza Maria Cenci, haja vista a necessidade de seus serviços no gabinete do Vereador SANDERSON ALMECI DE JESUS.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 22 de abril 2015.

Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.100/2015**

PORTARIA Nº 100/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR – O Servidor BRUNO CÉSAR DE FARIA , do cargo de COODENADOR PARLAMENTAR, lotado no Gabinete do Vereador CLONNY CAPISTRANO MAIA DE LIMA , conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009, com efeito a partir de 9 de abril de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 22 de abril de 2015.

Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.101/2015**

PORTARIA Nº 101/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER (30) trinta dias de férias, ao Servidor Jarbas

Pinheiro dos Santos, a partir de 04/05/2015 a 02/06/2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 24 de abril de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.102/2015**

PORTARIA Nº 102/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER (30) trinta dias de férias, ao Servidor Venilton Santana de Oliveira, a partir de 04/05/2015 a 02/06/2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 24 de abril de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.103/2015**

PORTARIA Nº 103/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER (30) trinta dias de férias, a Servidora Vera Lucia de Oliveira Reitz, a partir de 04/05/2015 a 02/06/2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 24 de abril de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.104/2015**

PORTARIA Nº 104/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I - CONCEDER (30) trinta dias de férias, a Servidora Marli da Conceição, a partir de 04/05/2015 a 02/06/2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 24 de abril de 2015.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.105/2015**

PORTARIA Nº 105/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – O Servidor SANDRO HENRIQUE GARCEZ VIEIRA, do cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS, conforme Lei nº 4.696 de 15.09.2008, alterada pela Lei nº 5.471 de 16.03.2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 30 de abril de 2015.  
Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.106/2015**

PORTARIA Nº 106/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – A Servidora EUCLESIA SANTANA DA SILVA, do cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador ORVINO COELHO DE ÁVILA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 30 de abril de 2015.  
Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.107/2015**

PORTARIA Nº 107/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – O Senhor FILIPE SOUZA CRUZ, do cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador ORVINO COELHO DE ÁVILA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 30 de abril de 2015.  
Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.108/2015**

PORTARIA Nº 108/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – A Senhora Rafaela Vieira Guthiga, do cargo em comissão de coordenador parlamentar I, lotado no Gabinete do Vereador Michel da Silva Schlemper, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 30 de abril de 2015.  
Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.109/2015**

PORTARIA Nº 109/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor MARCONDES MOREIRA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador Orvino Coelho de Ávila, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 04 de maio de 2015.

Orvino Coelho DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA N.110/2015**

PORTARIA Nº 110/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor OSMAR HAUPTLI JUNIOR, no cargo em comissão de coordenador parlamentar I, lotado no Gabinete do Vereador Michel da Silva Schlemper, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 04 de maio de 2015.

Orvino Coelho DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA N.111/2015**

PORTARIA Nº 111/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR – A Senhora ELOA DA SILVA ESPINDOLA, do cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador Geraldo Swiech, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 30 de abril de 2015.

Orvino Coelho de Ávila

Presidente

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA N.112/2015**

PORTARIA Nº 112/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor THIAGO FILLIPI DA ROSA, para exercer o cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador Geraldo Swiech, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 04 de maio de 2015.

Orvino Coelho DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA N.113/2015**

PORTARIA Nº 113/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – SUBSTITUIR – Os Membros do grupo de trabalho constituído pela portaria 085/2015:

Vereador Telmo Pedro Vieira pelo Vereador Neri Osvaldo do Amaral,  
Vereador Moacir da Silva pela Vereadora Marilene Maura Vieira Damian.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 04 de maio de 2015.

Orvino Coelho DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA N.114/2015**

PORTARIA Nº 114/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor LEONARDO LUIS BRANT, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR PARLAMENTAR I – CCV-3, lotado no Gabinete do Vereador CLONNY CAPISTRANO MAIA DE LIMA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 04 de maio de 2015.

Orvino Coelho DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.584, DE 12 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 5.584, DE 12 DE MAIO DE 2015  
"NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

#### D E C R E T A:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, ÉDINA CRISTINA FÁVERO, para exercer o cargo de MONITOR DE CRECHE, carga horária de 120 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, classificada em 4º lugar, média final 7,75, a partir de 12 de Maio de 2015, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de Maio de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### DECRETO Nº. 082/2015 - SF

DECRETO Nº. 082/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

#### D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –F.M.S  
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA  
"35" 3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), Recursos Receita de Impostos e Transferências de Impostos, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –F.M.S  
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA  
"27" 3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 DE MAIO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **LEI Nº 4.373, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

LEI Nº 4.373, DE 12 DE MAIO DE 2015

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, MEDIANTE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir, mediante Convênio, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, portadora do CNPJ/MF sob nº. portadora do CNPJ/MF sob nº. 83.511.691/0001-15, com sede na Rua Jorge Lacerda esquina com a Rua Jacob Stein, nº 91, Centro, nesta cidade de São José do Cedro - SC, o valor de R\$1.615,00 (um mil seiscentos e quinze reais) mensalmente, totalizando R\$12.920,00 (doze mil, novecentos e vinte reais) no ano de 2015, objetivando auxiliar no pagamento de parte das despesas relativas a contratação de funcionário para desempenhar as funções de auxiliar de escritório.

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o “caput” do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal até o 5º dia útil de cada mês.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualizada, se aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de São José do Cedro:

06-01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05	DEPARTAMENTO DE ENSINO ESPECIAL
Proj/Ativ	2.026 – ENSINO ESPECIAL – APAE – ESC. ESP. VIVIANE
Elemento	3.3.50.41.00.1.0000.0
Recurso	1.0000 – Recursos Ordinários
Dotação	“165” – Contribuições

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2015.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 12 de Maio de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

### **LEI Nº 4.374, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

LEI Nº 4.374, DE 12 DE MAIO DE 2015

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$1.000,00 (hum mil reais), com o objetivo de custear o pagamento de deslocamento da Associação Coral Estrela D’Alva, visando a participação do 52º Encontro de Corais da Liga Cultural e Artística de Coros da Fronteira, a realizar-se no dia 17 de Maio de 2015, na Linha Sede Capela, Itapiranga –SC.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos consignados nas seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“65” 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$1.000,00

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 12 de Maio de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 063/2015 - PR Nº 042/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/05/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 042/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE SOB O Nº 1.022.253-72/2014/MDA/CAIXA E CONVÊNIO Nº 815267/2014, QUE SE REFERE ÀS AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT – MAQUINÁRIO, COM A FINALIDADE DE REALIZAR ATIVIDADES OPERACIONAIS INERENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 13 de maio de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 064/2015 - PR Nº 043/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/05/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 043/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS METÁLICOS PARA ACONDICIONAMENTO DE EPI'S DE COMBATE A INCÊNDIO E, MOBILIÁRIO PARA A SALA DE AULA, ALOJAMENTO E SEÇÃO DE ATIVIDADES TÉCNICAS, AMBOS DESTINADOS AO QUARTEL DO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 13 de maio de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015 - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO**

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015  
INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

Abre inscrições para a Quinta Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço, estabelece o calendário do Processo Eleitoral, e dá outras providências.

ALAMIR VEDANA, Presidente do Conselho Deliberativo, pertencente à estrutura do Instituto Cultural de São Lourenço, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 14, §1º, do Estatuto do Instituto Cultural de São Lourenço (Anexo Único ao Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007), TORNA PÚBLICA a abertura das inscrições para o Processo Eleitoral do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço, com base na Lei Complementar nº 081, de 16 de março de 2007, combinada com o Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007 e o Decreto nº 5.090, de 11 de maio de 2015, e nas disposições seguintes:

#### **1 - DA ESCOLHA E MANDATO**

1.1 - A data, horário e local da votação, bem como número de vagas e o período do mandato dos Conselheiros serão os seguintes:

I - Data da eleição: 20 de junho de 2015 (sábado);

II - Horário: das 10hs às 15hs;

III - Local da eleição: Clube dos Idosos, sito na rua Rui Barbosa, nº 665, Centro de São Lourenço do Oeste/SC;

IV - Número de Vagas: 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes, distribuídas na seguinte proporção:

a) 04 (quatro) membros do Governo Municipal;

b) 04 (quatro) membros da sociedade civil organizada, sendo:

b.1) 03 (três) representantes de Clubes e Associações Culturais; e

b.2) 01 (um) representante das instituições de Ensino Superior;

V - Período do Mandato: 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

#### **2 - DA INDICAÇÃO E DA INSCRIÇÃO**

2.1 - A indicação dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo deverá seguir o previsto no artigo 13 do Estatuto do Instituto Cultural de São Lourenço (Anexo Único ao Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007); devendo a inscrição ser feita mediante preenchimento da respectiva Ficha de Inscrição, conforme formulário constante do Anexo I deste Edital, acompanhada de cópia do CPF, RG e Título de Eleitor do candidato.

2.2 - A inscrição dos candidatos poderá ser feita de 18 a 29 de maio de 2015, das 08hs às 11hs:30min e das 13hs:30min às 17hs, na sede do Instituto Cultural de São Lourenço, sito na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, São Lourenço do Oeste/SC.

2.3 - Poderão concorrer os candidatos que preencham os seguintes requisitos:

I - ter reconhecida idoneidade moral;

II - idade igual ou superior a 21 anos;

III - residir no município de São Lourenço do Oeste/SC;

IV - estar em gozo dos direitos políticos, apresentando o comprovante da última votação (realizada em 26/10/2014), justificativa da ausência, ou documento equivalente emitido pelo órgão competente;

V - ter sido indicado pelo respectivo segmento.

2.4 - É vedada a participação dos candidatos à reeleição, no sorteio da ordem dos candidatos na cédula de votação, apuração dos votos, fiscalização e coordenação do Processo de Eleição.

### 3 - DA PUBLICAÇÃO E DA IMPUGNAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1 - Encerrado o prazo para inscrição dos candidatos, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral analisará as inscrições e publicará lista dos candidatos aptos a participarem da eleição na imprensa oficial, no mural do Instituto Cultural de São Lourenço e no mural da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, até a data de 02 de junho de 2015.

3.2 - A partir da publicação, qualquer eleitor terá o prazo de 02 (dois) dias, para impugnar a candidatura, com base nos critérios de inscrição dos candidatos, oferecendo prova do alegado.

3.3 - O candidato impugnado terá 01 (um) dia para manifestar-se sobre a impugnação, a partir da intimação.

### 4 - DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHEIROS

4.1 - A escolha dos candidatos será feita por votação secreta, na qual terão direito a voto todos os eleitores do município de São Lourenço do Oeste, desde que inscritos como tal perante a Justiça Eleitoral, até 02 (dois) meses antes da data da eleição prevista neste Edital.

4.2 - Em caso de empate, o critério a ser utilizado será a idade, prevalecendo o candidato mais idoso; em persistindo o empate, será efetuado sorteio.

4.3 - O eleitor poderá votar em 01 (um) candidato de cada segmento, sendo escolhidos os 08 (oito) mais votados para serem os titulares, e os 08 (oito) seguintes, como suplentes, respeitando a ordem decrescente de votos recebidos.

4.4 - Para votar, o eleitor deverá apresentar Título de Eleitor, Carteira de Identidade ou outro documento com foto que o identifique.

4.5 - Os eleitores que não constarem da lista de votação serão excluídos do Processo de Eleição.

### 5 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 - De acordo com o §5º do artigo 15, da Lei Complementar nº 081, de 16 de março de 2007, os membros do Conselho Deliberativo não serão remunerados.

5.2 - Fica estabelecido o Calendário Oficial do presente Processo Eleitoral para o Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço, conforme Anexo II deste Edital.

5.3 - Os candidatos inscritos declaram aceitar as condições do presente Edital, dos Decretos nºs 3.456, de 30 de abril de 2007 e 5.090, de 11 de maio de 2015, bem como da Lei Complementar nº 081, de 16 de março de 2007.

5.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada pela Portaria nº 017, de 29 de abril de 2015, que tem por finalidade fiscalizar a lisura deste processo.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de maio de 2015.

ALAMIR VEDANA

Presidente do Conselho Deliberativo do

Instituto Cultural de São Lourenço

### ANEXO I

#### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

Representante do Segmento: .....  
Nome: .....  
Data de Nascimento: ..... Local: .....  
Nacionalidade: ..... Sexo: .....  
Estado Civil: ..... RG: .....  
CPF: ..... Título de Eleitor: .....  
Endereço: Rua: ..... Nº .....  
Complemento: ..... Bairro: .....  
Telefone Fixo: ..... Celular: .....  
E-mail: .....

Anexar cópia dos seguintes documentos:

( ) Requerimento

( ) RG

( ) CPF

( ) Título de Eleitor

( ) Comprovante da última votação (26/10/2014), justificativa da ausência, ou documento equivalente, emitido pelo órgão competente.

São Lourenço do Oeste - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do(a) Candidato(a): .....

Data do recebimento: ..... /...../2015.

Assinatura do Resp. pelo recebimento: .....

Nome do Resp. pelo recebimento: .....

## ANEXO II

### CALENDÁRIO OFICIAL DO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

DATA	ATIVIDADE
13/05/2015	Publicação do Edital
18/05 a 29/05/2015	Inscrição dos Candidatos
02/06/2015	Publicação da lista de candidatos inscritos
03/06 e 05/06/2015	Prazo para impugnações
08/06/2015	Prazo para manifestação sobre eventual impugnação
11/06/2015	Publicação definitiva das candidaturas
12/06/2015	Sorteio da ordem dos candidatos na cédula de votação, às 09 horas na sede do Instituto Cultural São Lourenço
20/06/2015	Processo de Eleição dos Conselheiros no Lar de Convivência dos Idosos das 10:00hs as 15:00hs

### RESOLUÇÃO Nº 001/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015 - EDITAL Nº 001-2015 - ELEIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 001/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015.

Aprova o edital de abertura para escolha dos membros titulares e suplentes do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, e dá outras providências.

O CONSELHO DELIBERATIVO, pertencente à estrutura do Comitê Desportivo Municipal, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 14, §1º, do Estatuto do Comitê Desportivo Municipal (Anexo Único ao Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007),

CONSIDERANDO a previsão constante na Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007 e na Resolução nº 15, de 03 de dezembro de 2007, de que o mandato dos Conselheiros dar-se-á pelo período de 02 (dois) anos, finalizando-se, portanto, neste ano de 2015;

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o edital de abertura do Processo Eleitoral da Quinta Eleição para escolha dos membros titulares e suplentes do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, para mandato de 02 (dois) anos (2015 a 2017), na forma do Anexo Único da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de maio de 2015.

JADER GABRIEL IORIS

Presidente do Conselho Deliberativo do  
Comitê Desportivo Municipal

#### ANEXO ÚNICO

(Resolução nº 001/2015, de 13 de maio de 2015)

#### EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015 COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

Abre inscrições para a eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, estabelece o calendário do Processo Eleitoral, e dá outras providências.

JADER GABRIEL IORIS, Presidente do Conselho Deliberativo, pertencente à estrutura do Comitê Desportivo Municipal, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 14, §1º, do Estatuto do Comitê Desportivo Municipal (Anexo Único ao Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007), TORNA PÚBLICA a abertura das inscrições para o Processo Eleitoral do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, com base na Lei Complementar nº 080, de 16 de março de 2007, combinada com o Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007, Decreto nº 5.091, de 11 de maio de 2015 e Resolução CDM nº 015, de 03 de dezembro de 2007, e nas disposições seguintes:

#### 1 - DA ESCOLHA E MANDATO

1.1 - A data, horário e local da votação, bem como número de vagas e o período do mandato dos Conselheiros serão os seguintes:

- I - Data da eleição: 20 de junho de 2015 (sábado);  
II - Horário: das 10hs às 15hs;  
III - Local da eleição: Clube dos Idosos, sito na rua Rui Barbosa, nº 665, Centro de São Lourenço do Oeste/SC;  
IV - Número de Vagas: 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes, distribuídas na seguinte proporção:  
a) 04 (quatro) membros do Governo Municipal;  
b) 04 (quatro) membros da sociedade civil organizada, sendo:  
b.1) 03 (três) representantes de Clubes e Associações Desportivas e Recreativas; e  
b.2) 01 (um) representante das unidades de Ensino Escolar.  
V - Período do Mandato: 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

## 2 - DA INDICAÇÃO E DA INSCRIÇÃO

- 2.1 - A indicação dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo deverá seguir o previsto no artigo 13 do Estatuto do Comitê Desportivo Municipal (Anexo Único ao Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007); devendo a inscrição ser feita mediante preenchimento da respectiva Ficha de Inscrição, conforme formulário constante do Anexo I deste Edital, acompanhada de cópia do CPF, RG e Título de Eleitor do candidato.  
2.2 - A inscrição dos candidatos poderá ser feita de 18 a 29 de maio de 2015, das 08hs às 11hs:30min e das 13hs:30min às 17hs, na sede do Comitê Desportivo Municipal, sito na rua Duque de Caxias, nº 759, anexo ao Ginásio Municipal de Esportes de São Lourenço do Oeste/SC.  
2.3 - Poderão concorrer os candidatos que preencham os seguintes requisitos:  
I - ter nacionalidade brasileira;  
II - não possuir antecedentes criminais;  
III - ter reconhecida idoneidade moral;  
IV - idade igual ou superior a 21 anos;  
V - residir no município de São Lourenço do Oeste/SC;  
VI - estar em gozo dos direitos políticos, apresentando o comprovante da última votação (realizada em 26/10/2014), justificativa da ausência, ou documento equivalente emitido pelo órgão competente;  
VII - ter sido indicado pelo respectivo segmento.  
2.4 - É vedada a participação dos candidatos à reeleição, no sorteio da ordem dos candidatos na cédula de votação, apuração dos votos, fiscalização e coordenação do Processo de Eleição.

## 3 - DA PUBLICAÇÃO E DA IMPUGNAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 - Encerrado o prazo para inscrição dos candidatos, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral analisará as inscrições e publicará lista dos candidatos aptos a participarem da eleição na imprensa oficial, no mural do Comitê Desportivo Municipal e no mural da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, até a data de 02 de junho de 2015.  
3.2 - A partir da publicação, qualquer eleitor terá o prazo de 02 (dois) dias, para impugnar a candidatura, com base nos critérios de inscrição dos candidatos, oferecendo prova do alegado.  
3.3 - O candidato impugnado terá 01 (um) dia para manifestar-se sobre a impugnação, a partir da intimação.

## 4 - DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHEIROS

- 4.1 - A escolha dos candidatos será feita por votação secreta, na qual terão direito a voto todos os eleitores do município de São Lourenço do Oeste, desde que inscritos como tal perante a Justiça Eleitoral, até 02 (dois) meses antes da data da eleição prevista neste Edital.  
4.2 - Em caso de empate, o critério a ser utilizado será a idade, prevalecendo o candidato mais idoso; em persistindo o empate, será efetuado sorteio.  
4.3 - O eleitor poderá votar em 01 (um) candidato de cada segmento, sendo escolhidos os 08 (oito) mais votados para serem os titulares, e os 08 (oito) seguintes, como suplentes, respeitando a ordem decrescente de votos recebidos.  
4.4 - Para votar, o eleitor deverá apresentar Título de Eleitor, Carteira de Identidade ou outro documento com foto que o identifique.  
4.5 - Os eleitores que não constarem da lista de votação serão excluídos do processo de eleição.

## 5 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1 - De acordo com o §5º do artigo 15, da Lei Complementar nº 080, de 16 de março de 2007, os membros do Conselho Deliberativo não serão remunerados.  
5.2 - Fica estabelecido o Calendário Oficial do presente Processo Eleitoral para o Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, conforme Anexo II deste Edital.  
5.3 - Os candidatos inscritos declaram aceitar as condições do presente Edital, da Lei Complementar nº 080, de 16 de março de 2007, dos Decretos nºs 3.457, de 30 de abril de 2007 e 5.091, de 11 de maio de 2015, bem como da Resolução CDM nº 015, de 03 de dezembro de 2007.  
5.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada pela Portaria nº 003, de 29 de abril de 2015, que tem por finalidade fiscalizar a lisura deste processo.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de maio de 2015.

JADER GABRIEL IORIS

Presidente do Conselho Deliberativo do  
Comitê Desportivo Municipal

## ANEXO I

### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

Representante do Segmento: .....

Nome: .....

Data de Nascimento: ..... Local: .....  
Nacionalidade: ..... Sexo: .....  
Estado Civil: ..... RG: .....  
CPF: ..... Título de Eleitor: .....  
Endereço: Rua: ..... Nº .....  
Complemento: ..... Bairro: ..... Telefone Fixo: .....  
..... Celular: .....  
E-mail: .....

Anexar cópia dos seguintes documentos:

- ( ) Requerimento;  
( ) RG;  
( ) CPF;  
( ) Título de Eleitor;  
( ) Comprovante da última votação (26/10/2014), justificativa da ausência, ou documento equivalente, emitido pelo órgão competente;  
( ) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.

São Lourenço do Oeste - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do(a) Candidato(a): .....

Data do recebimento: ..... / ..... / 2015.

Assinatura do Resp. pelo recebimento: .....

Nome do Resp. pelo recebimento: .....

## ANEXO II

### CALENDÁRIO OFICIAL DO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

DATA	ATIVIDADE
13/05/2015	Publicação do Edital
18/05 a 29/05/2015	Inscrição dos Candidatos
02/06/2015	Publicação da lista de candidatos inscritos
03/06 e 05/06/2015	Prazo para impugnações
08/06/2015	Prazo para manifestação sobre eventual impugnação
11/06/2015	Publicação definitiva das candidaturas
12/06/2015	Sorteio da ordem dos candidatos na cédula de votação, às 09 horas na sede do Comitê Desportivo Municipal
20/06/2015	Processo de eleição dos Conselheiros no Lar de Convivência dos Idosos das 10:00hs as 15:00hs

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 697/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 697, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Aprova o Parecer Prévio nº 0249/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referente ao Processo nº TCE -PCP - 14/00097280, relativo às contas do exercício de 2013 da Prefeitura de São Lourenço do Oeste - SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o Parecer Prévio nº 0249/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que recomenda a APROVAÇÃO das contas do exercício de 2013 da Prefeitura de São Lourenço do Oeste - SC, processo nº TCE-PCP - 14/00097280.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 12 de maio de 2015.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

**PROCESSO LICITATÓRIO 38/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 38/2015.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, da Lei n. 8.666/93, relativo à troca de peças de veículos no período de garantia, com um custo total de R\$ 240,56 para as peças originais. A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n. º 8.666/93, e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 12 de maio de 2015.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **LEI Nº 7.117/2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA LATITUDE EVENTOS LTDA-ME, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.117/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA LATITUDE EVENTOS LTDA-ME, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa LATITUDE EVENTOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 11.290.398/0001-64, com sede na Rua Sete de Setembro, n. 2307, Município de São Miguel do Oeste-SC, os seguintes incentivos econômicos:

- I – 60 (sessenta) horas-máquina;
- II – 30 (trinta) cargas de cascalho;

§1º As horas de serviços e os materiais referidos no caput deste artigo, serão destinados para realizar a terraplanagem para construção do Centro de Eventos da Empresa beneficiada.

§ 2º Os benefícios ora concedidos ficam sujeitos às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos em comento, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 69/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria a Secretaria Municipal da Fazenda, envolvendo orientações e treinamentos aos servidores municipais nos Setores de Tributação e Fiscalização sobre o novo sistema tributário do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 26 de maio de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 12 de maio de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO 44.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-202

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

CONSIDERANDO o equívoco publicado no Aviso de Licitação do Edital 44.2015. Cujo objeto é: Aquisição parcelada e estimada de Bica Corrida.

Art 1º: Numero do Processo - Onde se Lia:

Processo Nº 46/2015

Leia-se:

Processo Nº 44/2015

Art 2º - Os demais itens permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata. Art. 3.º- Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de Maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 3.314/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 3.314/2015, de 12 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 13127/2015, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Ketlin Dislaine Konell;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Ketlin Dislaine Konell	Professora B	Professora C	B-01	C-01

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 116/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 116/2015-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 06/2015-PMS - Processo nº. 74/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Carlos Zerbini, Bairro Rio Hern, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 239m e área total de 2.450,75m², através do Ministério das Cidades, conforme contrato de repasse nº 803247/2014-MCIDADES/CAIXA, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014..

Valor do contrato: R\$ 289.171,51 (duzentos e oitenta e nove mil cento e setenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Data da Assinatura: 12/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 117/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 117/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 84/2015–PMS – Pregão Presencial nº. 39/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.371.228/0001-77, estabelecida na Rua Bernardo Halfeld nº 471, Nossa Senhora do Rosário, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.110-695.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de condicionadores de ar para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT DE 18.000 BTUS HI WALL - FRIO - TENSÃO 220 VOLTS - COMPRESSOR ROTATIVO : Alimentação: monofásico ( evaporador e condensador ), 220 V; frequência 60hz; corrente nominal ciclo refrigeração (A): consumo máximo ciclo refrigeração (W); classe de consumo procel B ou C; Disjuntor (A); 25; Gás refrigerante R22 ou 410: Tipo do condensador: horizontal; Regulador de velocidade; Filtro antibactéria; Desumidificação; Proteção anti corrosão Características Funcionais: Presença de controle remoto sem fio, com funções de refrigeração. Ventilação, termômetro e termostato, com alcance mínimo de cinco metros., display integrado. Display na unidade evaporadora, com as funções de temperatura, ventilação e refrigeração. Unidade Evaporadora com aletas móveis. Fixação da unidade evaporadora na parte traseira, com possibilidade de utilização de suporte externo metálico.Unidade Condensadora, á prova de intempéries ( desde que não sejam excessivas ) e com estrutura que permita a utilização de suportes individuais. Presença de filtro eletrostático, para eliminar odores no ar. Garantia mínima do produto 1 ano.	15	Unidade	1.920,00	28.800,00
02	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT DE 24.000 BTUS HI WALL - FRIO - TENSÃO 220 VOLTS - COMPRESSOR ROTATIVO : Alimentação: monofásico ( evaporador e condensador ), 220 V; frequência 60hz; corrente nominal ciclo refrigeração (A): consumo máximo ciclo refrigeração (W); classe de consumo procel B ou C; Disjuntor (A); 25; Gás refrigerante R22 ou 410: Tipo do condensador: horizontal; Regulador de velocidade; Filtro anti bactéria; Desumidificação; Proteção anti corrosão Características Funcionais: Presença de controle remoto sem fio, com funções de refrigeração. Ventilação, termômetro e termostato, com alcance mínimo de cinco metros., display integrado. Display na unidade evaporadora, com as funções de temperatura, ventilação e refrigeração. Unidade Evaporadora com aletas móveis. Fixação da unidade evaporadora na parte traseira, com possibilidade de utilização de suporte externo metálico.Unidade Condensadora, á prova de intempéries ( desde que não sejam excessivas ) e com estrutura que permita a utilização de suportes individuais. Presença de filtro eletrostático, para eliminar odores no ar. Garantia mínima do produto 1 ano.	03	Unidade	2.356,00	7.068,00
TOTAL R\$					35.868,00

Valor do contrato: R\$ 35.868,00 (trinta e cinco mil oitocentos e sessenta e oito reais),

Data da Assinatura: 12/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2015-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2015-PMS, PROCESSO Nº. 74/2015-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Carlos Zerbin, Bairro Rio Hern, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 239m e área total de 2.450,75m<sup>2</sup>, através do Ministério das Cidades, conforme contrato de repasse nº 803247/2014-MCIDADES/CAIXA, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014..

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 289.171,51 (duzentos e oitenta e nove mil cento e setenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Data da Assinatura: 12/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 031/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	031/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto .....	CLAUDINEI LUIZ MICHELON. O CONTRATADO obriga-se a fornecer o item nº 19 – MILHO VERDE em espiga referente à AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR/ANO LETIVO 2015. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar. Os produtos serão adquiridos mensalmente e a quantidade será conforme a necessidade das Escolas. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 020/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO, independente de sua transcrição.
Valor .....	A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço proposto total de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais).
Vigência.... Dotação .....	13/05/2015 á 31/12/2015. As despesas decorrentes da aquisição dos gêneros alimentícios, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): 05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2.500 – Manutenção da Merenda Escolar / Despesa – 30 e 31/ DR 0001/DR 0030.
SERRA ALTA, 13 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 032/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	032/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto .....	IVANOR ZAMPIERON. O CONTRATADO obriga-se a fornecer os itens: nº 04 – ACELGA, nº 08- CENOURA e nº 25 – PEPINO, referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR/ANO LETIVO 2015. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar. Os produtos serão adquiridos mensalmente e a quantidade será conforme a necessidade das Escolas. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 020/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO, independente de sua transcrição.
Valor .....	A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço proposto total de R\$ 1.510,00 (Hum mil, quinhentos e dez reais).

Vigência....	13/05/2015 á 31/12/2015.
Dotação .....	As despesas decorrentes da aquisição dos gêneros alimentícios, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): 05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2.500 – Manutenção da Merenda Escolar / Despesa – 30 e 31/ DR 0001/DR 0030.
SERRA ALTA, 13 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 033/2015**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	033/2015
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto .....	LUDOVICO FLOREK. O CONTRATADO obriga-se a fornecer os itens: nº 01 – ABÓBORA COMUM, nº 02- ALHO, nº 21 – MELÂNCIA, nº 22 – MELÃO DOCE, nº 26 - REPOLHO e nº 29 – TANGERINA, referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR/ANO LETIVO 2015. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar. Os produtos serão adquiridos mensalmente e a quantidade será conforme a necessidade das Escolas. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 020/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO, independente de sua transcrição.
Valor .....	A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço proposto total de R\$ 6.624,50 (Seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).
Vigência....	13/05/2015 á 31/12/2015.
Dotação .....	As despesas decorrentes da aquisição dos gêneros alimentícios, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): 05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2.500 – Manutenção da Merenda Escolar / Despesa – 30 e 31/ DR 0001/DR 0030.
SERRA ALTA, 13 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 034/2015**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	034/2015
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto .....	JOÃO BORRE. O CONTRATADO obriga-se a fornecer os itens: nº 03 – ABACATE, nº 05- ALFACE LISA OU CRESPA, nº 06 – BATATA DOCE, nº 09 – CHUCHU, nº 11 – COUVE-FLOR, nº 12 – CAQUI, nº 14- LARANJA, nº 15- LIMÃO TAITI, nº 20 – MORANGO, nº 24- PÊS-SEGO, nº 28- TEMPEROS VERDES, nº 30- TOMATE e nº 32 – BERGAMOTA, referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR/ANO LETIVO 2015. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar. Os produtos serão adquiridos mensalmente e a quantidade será conforme a necessidade das Escolas. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 020/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO, independente de sua transcrição.

Valor .....	A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço proposto total de R\$ 13.423,00 (Treze mil, quatrocentos e vinte e três reais).
Vigência.... Dotação .....	13/05/2015 á 31/12/2015. As despesas decorrentes da aquisição dos gêneros alimentícios, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): 05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2.500 – Manutenção da Merenda Escolar / Despesa – 30 e 31/ DR 0001/DR 0030.
SERRA ALTA, 13 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 035/2015**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	035/2015
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto .....	NELSO PAULETTO. O CONTRATADO obriga-se a fornecer o item: nº 07- BANANA DA TERRA, referente à AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR/ANO LETIVO 2015. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar. Os produtos serão adquiridos mensalmente e a quantidade será conforme a necessidade das Escolas. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 020/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO, independente de sua transcrição.
Valor .....	A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço proposto total de R\$ 1.393,00 (Hum mil, trezentos e noventa e três reais).
Vigência.... Dotação .....	13/05/2015 á 31/12/2015. As despesas decorrentes da aquisição dos gêneros alimentícios, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): 05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2.500 – Manutenção da Merenda Escolar / Despesa – 30 e 31/ DR 0001/DR 0030.
SERRA ALTA, 13 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 036/2015**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	036/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto .....	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHA – COOPERAGIR. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens: nº 10 – BISCOITO CASEIRO, nº 13- CUCA RECHEADA, nº 16 – MACARRÃO CASEIRO (DIVERSOS TIPOS), nº 17 – MACARRÃO CASEIRO (PARA SOPA), nº 23 – PÃO CASEIRO e nº 31- SUCO DE UVA, referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR/ANO LETIVO 2015. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar. Os produtos serão adquiridos mensalmente e a quantidade será conforme a necessidade das Escolas. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 020/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO, independente de sua transcrição.
Valor .....	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço proposto total de R\$ 10.915,00 (Dez mil, novecentos e quinze reais).
Vigência.... Dotação .....	13/05/2015 á 31/12/2015. As despesas decorrentes da aquisição dos gêneros alimentícios, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): 05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2.500 – Manutenção da Merenda Escolar / Despesa – 30 e 31/ DR 0001/DR 0030.
SERRA ALTA, 13 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015  
DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEFERSON MARTINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno da Câmara de vereadores, Edital de Concurso Público nº 001/2015 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria.

**DECRETA**

Art. 1º Fica homologada a classificação final do Concurso Público nº 001/2015, para provimento de cargos efetivos da Câmara Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º A relação com os nomes, pontuação e ordem de classificação dos candidatos e respectivos cargos constam no Anexo I, integrante deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Serra Alta (SC), aos 11 de maio de 2015.  
JEFERSON MARTINI  
Presidente Da Câmara municipal de Vereadores

**ANEXO I**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Jeferson Martini, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a CLASSIFICAÇÃO FINAL referente ao Concurso Público 001/2015, conforme abaixo:

Serra Alta/SC, 11 de maio de 2015.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015  
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SILVANA DE GREGORI PARA O CARGO DE TESOUREIRA, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, EDITAL Nº 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEFERSON MARTINI, Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta/SC, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno, e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/2011, Lei Complementar nº 008/2012 e alterações posteriores, e de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2015, da Câmara Municipal de Serra Alta/SC.

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Senhora SILVANA DE GREGORI, brasileira, convivente, portadora do CPF nº 066.451.119-83 e RG nº 5.117.277-1, para o Cargo de TESOUREIRA, com lotação junto a Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC, Nível 13, do Grupo 2 – Técnico Científico, conforme Plano de Cargos e salários dos servidores públicos municipais do Poder Legislativo Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência do funcionalismo municipal e Estatuto do Servidor Público Municipal de Serra Alta, conforme artigo 14 da Lei Complementar 008/2012, de 27 de novembro de 2012.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário este decreto entre em vigor na data de sua assinatura.

Serra Alta/SC, 12 de maio de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015  
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ARGENOR LUIZ BRESOLIN PARA O CARGO DE CONTADOR, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, EDITAL Nº 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEFERSON MARTINI, Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta/SC, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno, e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/2011, Lei Complementar nº 008/2012 e alterações posteriores, e de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2015, da Câmara Municipal de Serra Alta/SC.

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, o Senhor ARGENOR LUIZ BRESOLIN, brasileiro, casado, portadora do CPF nº 345.780.649-72, e RG nº 822.222, para o Cargo de CONTADOR, com lotação junto a Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC, Nível 15, do Grupo 2 – Técnico Científico, conforme Plano de Cargos e salários dos servidores públicos municipais do Poder Legislativo Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência do funcionalismo municipal e Estatuto do Servidor Público Municipal de Serra Alta, conforme artigo 14 da Lei Complementar 008/2012, de 27 de novembro de 2012.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário este decreto entre em vigor na data de sua assinatura.

Serra Alta/SC, 12 de maio de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015  
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE HELENA VANZELLA DALL'AGNOL PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, EDITAL Nº 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEFERSON MARTINI, Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta/SC, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno, e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/2011, Lei Complementar nº 008/2012 e alterações posteriores, e de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2015, da Câmara Municipal de Serra Alta/SC.

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Senhora HELENA VANZELLA DALL'AGNOL, brasileira, casada, portadora do CPF nº 021.653.039-31, e RG nº 3.832.844, para o Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação junto a Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC, Nível 12, do Grupo 1 – SEG, conforme Plano de Cargos e salários dos servidores públicos municipais do Poder Legislativo Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência do funcionalismo municipal e Estatuto do Servidor Público Municipal de Serra Alta, conforme artigo 14 da Lei Complementar 008/2012, de 27 de novembro de 2012.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário este decreto entre em vigor na data de sua assinatura.

Serra Alta/SC, 12 de maio de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta

**PORTARIA 006/2015**

PORTARIA Nº 006/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

JEFERSON MARTINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais que lhe são conferidas, e em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal a Lei Complementar nº 008/2012 e alterações posteriores.

CONSIDERANDO a cláusula sexta do contrato administrativo nº 001/2015 que dispõe: "6.1. Rescisão deste Contrato será por ato unilateral da CONTRATANTE: após conhecer o resultado final homologado do Concurso Público."

**RESOLVE**

Art. 1º Rescindir a contratação de Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de HELENA VANZELLA DALL'AGNOL, CPF nº 021.653.039-31 e RG nº... do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação junto a Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC, Nível 12, do Grupo 1 – SEG, conforme Plano de Cargos e salários dos servidores públicos municipais do Poder Legislativo Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Os direitos da contratada são os previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 001/2015.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos a partir de 11 de maio de 2015.

Serra Alta (SC), 11 de maio de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC

### **PORTARIA 007/2015**

PORTARIA Nº 007/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

JEFERSON MARTINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais que lhe são conferidas, e em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal a Lei Complementar nº 008/2012 e alterações posteriores.

CONSIDERANDO a cláusula sexta do contrato administrativo nº 001/2015 que dispõe: "6.1. Rescisão deste Contrato será por ato unilateral da CONTRATANTE: após conhecer o resultado final homologado do Concurso Público."

#### **RESOLVE**

Art. 1º Rescindir a contratação de Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de ARGENOR LUIZ BRESOLIN, brasileiro, casado, portadora do CPF nº 345.780.649-72 e RG nº 822.222 do Cargo de CONTADOR, com lotação junto a Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC, Nível 15, do Grupo 2 – Técnico Científico, conforme Plano de Cargos e salários dos servidores públicos municipais do Poder Legislativo Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Os direitos do contratado são os previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 03/2013.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos a partir de 11 de maio de 2015.

Serra Alta (SC), 11 de maio de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 044/2015

DECRETO Nº. 044/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

HOMOLOGA A APROVAÇÃO REALIZADA PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS PARA DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 68, inciso VI, e demais dispositivos legais pertinentes;

CONSIDERANDO a aprovação realizada pela Comissão Municipal de Avaliação de Bens para Desapropriação (Decreto nº 100/2014), conforme Ata Nº. 004/2015, de 29 de Abril de 2015, ficou a aprovada a Desapropriação do Imóvel Rural cadastrado sob matrícula Nº. 6.976,

#### DECRETA:

Art. 1º - Homologa a aprovação realizada pela comissão municipal de avaliação de bens para desapropriação, o Laudo de Avaliação do Imóvel Rural da Matrícula nº 6.976, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade de ERNI NEU, brasileiro, separado judicialmente, CPF nº 492.197.319-91, residente e domiciliado na Rua 16 A, nº 746, Bairro Jardim Tangará, Tangará da Serra /MT (CEP- 78.300-000). E estando em posse de ARCELI KEMMER e DIRCE KEMMER, neste ato representados por sua curadora MARLI KEMMER ARAGÃO, brasileira, casada, servidora pública, podendo ser encontrada na Secretaria da Educação, na Avenida José Alves Bezerra nº 338 – W, Juara/MT (CEP – 78.575-000), respectivamente, a saber:

Lote Rural nº (19), da gleba 01, situada no imóvel trindade, localizado neste Município e Comarca de Maravilha, com a área de 2,1826 ha (dois hectares, dezoito ares e vinte e seis centiares), sem benfeitorias; confrontando:- ao Norte, com terras de Osvino Pedro Diesel e Demetrio Baczinski; ao LESTE, com o lote nº (18), de Roberto Emilio Drews; ao SUL, com o lote nº (18), de Roberto Emilio Drews e, terras de Emidio Nilo Lorenzi; ao OESTE, com terras de Osvino Pedro Diesel. Cadastrado no INCRA sob nº 815.179.024.490;

Art. 2º. O imóvel desapropriado destinam-se ao Serviço Público Municipal, em especial para a habitação, ressalvada outra finalidade, mediante autorização Legislativa.

Art. 3º. Para fins de indenização do imóvel, fica estabelecido o valor de R\$ 80.101,42 (oitenta mil cento e um reais e quarenta dois centavos).

Parágrafo Único. O valor ora fixado a título de indenização, refere-se somente a terra nua, visto que o imóvel existente sobre a propriedade foi construído pelo Município de Tigrinhos/SC, com recursos públicos, conforme determinação judicial, dos autos nº 042.93.000131-3, que tramita na Primeira Vara da Comarca de Maravilha/SC.

Art. 4º. O valor da indenização, constante do artigo 3º deste Decreto, foi atribuído pela Comissão Municipal de Avaliação, nomeada pelo Decreto nº. 100/2014, de 13 de Novembro de 2014.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE MAIO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de maio de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

### DECRETO 045/2015

DECRETO Nº. 045/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 68, inciso VI, e demais dispositivos legais pertinentes;

#### DECRETA:

Art.1º. Ficam DECLARADOS DE UTILIDADE PÚBLICA, o imóvel da Matrícula nº 6.976, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade de ERNI NEU, brasileiro, separado judicialmente, CPF nº. 492.197.319-91, residente e domiciliado na Rua 16 A, nº 746, Bairro Jardim Tangará, Tangará da Serra/MT (CEP- 78.300-000). E estando em posse de ARCELI KEMMER e DIRCE KEMMER, neste ato representados por sua curadora MARLI KEMMER ARAGÃO, brasileira, casada, servidora pública, podendo ser encontrada na Secretaria da Educação, na Avenida José Alves Bezerra nº 338 – W, Juara/MT (CEP - 78575-000) respectivamente, a saber:

Lote Rural nº (19), da gleba 01, situada no imóvel trindade, localizado neste Município e Comarca de Maravilha, com a área de 2,1826 ha (dois hectares, dezoito ares e vinte e seis centiares), sem benfeitorias; confrontando:- ao Norte, com terras de Osvino Pedro Diesel e Demetrio Baczinski; ao LESTE, com o lote nº (18), de Roberto Emilio Drews; ao SUL, com o lote nº (18), de Roberto Emilio Drews e, terras de Emidio Nilo Lorenzi; ao OESTE, com terras de Osvino Pedro Diesel. Cadastrado no INCRA sob nº 815.179.024.490;

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE MAIO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de maio de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

**DECRETO 046/2015**

DECRETO Nº. 046/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

DECRETA DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 68, inciso VI, e demais dispositivos legais pertinentes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica DESAPROPRIADO POR UTILIDADE PÚBLICA, o imóvel da Matrícula nº 6.976, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade de ERNI NEU, brasileiro, separado judicialmente, CPF – 492.197.319-91, residente e domiciliado na Rua 16 A, nº 746, Bairro Jardim Tangará, Tangará da Serra / MT (CEP- 78.300-000). E estando em posse de ARCELI KEMMER e DIRCE KEMMER, neste ato representados pro sua curadora MARLI KEMMER ARAGÃO, brasileira, casada, servidora Pública, podendo ser encontrada na Secretaria da Educação, na Avenida José Alves Bezerra nº 338 – W, Juara/MT (CEP - 78575-000) respectivamente, a saber:

Lote Rural nº (19), da gleba 01, situada no imóvel trindade, localizado neste Município e Comarca de Maravilha, com a área de 2,1826 ha (dois hectares, dezoito ares e vinte e seis centiares), sem benfeitorias; confrontando:- ao Norte, com terras de Osvino Pedro Diesel e Demetrio Baczinski; ao LESTE, com o lote nº (18), de Roberto Emilio Drews; ao SUL, com o lote nº (18), de Roberto Emilio Drews e, terras de Emidio Nilo Lorenzi; ao OESTE, com terras de Osvino Pedro Diesel. Cadastrado no INCRA sob nº 815.179.024.490;

Art. 2º. O imóvel desapropriado destinam-se ao Serviço Público Municipal, em especial para a habitação, ressalvada outra finalidade, mediante autorização Legislativa.

Art. 3º. Para fins de indenização do imóvel, fica estabelecido o valor de R\$ 80.101,42 (oitenta mil cento e um reais e quarenta dois centavos).

Parágrafo Único. O valor ora fixado a título de indenização, refere-se somente a terra nua, visto que o imóvel existente sobre a propriedade foi construído pelo Município de Tigrinhos-SC, com recursos públicos, conforme determinação judicial, dos autos nº 042.93.000131-3, que tramita na Primeira Vara da Comarca de Maravilha-SC.

Art. 4º. O valor da indenização, constante do artigo 3º deste Decreto, foi atribuído pela Comissão Municipal de Avaliação, nomeada pelo Decreto nº. 100/2014, de 13 de Novembro de 2014.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE MAIO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de maio de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

**EXTRATO DE CONTRATO 029-2015**

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 022/2015

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 029/2015 no com a EMPRESA INFOPOINT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP – CNPJ: 06.159.070/0001-73, no valor de R\$ 42,00/hora técnica, para Manutenção dos Equipamentos de Informática dos Setores da Prefeitura Municipal e do Centro de Saúde, durante o exercício de 2015.

TIGRINHOS/SC, em 12 de Maio de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 030-2015**

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 021/2015

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 030/2015 no com a EMPRESA LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA – CNPJ: 14.419.210/0001-23, no valor de R\$ 57.509,61, para Execução do Projeto de Construção do Trecho VIII da Ciclovia – área total de 211,50m², pelo regime de menor preço por empreitada global,

TIGRINHOS/SC, em 12 de Maio de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

**PORTARIA 103/2015**

PORTARIA Nº. 103/2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR GERAL SR. FERNANDO MARTIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica NOMEADO o Senhor FERNANDO MARTIM, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR GERAL, com 40 (quarenta) horas semanais, responsável pelo Departamento Municipal de Estradas e Rodagem – DMER, a contar de 12 de Maio de 2015, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA EM 12 DE MAIO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de maio de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e fazenda.

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### COMUNICADO DE REVOGAÇÃO DA LIC 09/2015\_FMS

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul  
Fundo Municipal de Saúde

COMUNICADO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório nº 09/2015 – Pregão Presencial

O Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul/SC torna público para conhecimento de todos os interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 09/2015, referente a aquisição parcelada de tiras-teste de glicemia para Secretaria Municipal de Saúde, por interesse público, em razão da adesão a Ata de Registro de Preços nº 115/2014 da Secretaria de Estado da Saúde – Fundo Estadual de Saúde.

Jucevania Netto  
Gestora do FMS

### DECRETO 89/2015

DECRETO Nº. 89, DE 08 DE MAIO DE 2015.

Nomeia a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Processo de Elaboração do Plano Municipal de Educação de Timbé do Sul e Dá Outras Providências

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Complementar 01/2011 e a Lei Orgânica Art. 115;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados abaixo os membros para composição da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Processo de Elaboração do Plano Municipal de Educação de Timbé do Sul:

I) Coordenação da Comissão

- a) Presidente: Aline Triches Pezente Ghellere
- b) Vice-Presidente: Elisandra da Silva Marques
- c) Secretaria Executiva: Alexsandra da Rosa Oliveira

II) Representantes de Entidades

a) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Titular: Lurdete Velho Ghellere

Suplente: Elen Ivone Pessetti

b) Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Alexsandra Rosa de Oliveira

Suplente: Dinalva Panatta Mafioletti

c) Representante dos Responsáveis pelas Unidades Escolares Municipais

Titular: Elisandra da Silva Marques

Suplente: Cleimara da Silva Ferreira

d) Representante do Corpo Diretivo da Educação Estadual

Titular: Fabiana Rovaris Pezente

Suplente: Angelica Ferro Dal Pont

e) Representante da Educação Infantil

Titular: Aline Triches Pezente Ghellere

Suplente: Ivone Bordignon

f) Representante do Ensino Fundamental Séries Iniciais

Titular: Rosimeri Pasini de Souza

Suplente: Giane Moro Aguiar

g) Representante do Ensino Fundamental Séries Finais

Titular: Marcia Tonetto

Suplente: Adriana Cristina de Prá

h) Representante do Ensino Médio

Titular: Sergio Silveira

Suplente: Edson Antonio Biava

i) Representante da Educação de Jovens e Adultos – EJA

Titular: Claudia Moro Alexandre

Suplente: Maria Margarete Mota Neto

j) Representante dos Estudantes Municipais

Titular: Adelmo Dal Pont

Suplente: Suzana Aparecida de Almeida

k) Representante dos Trabalhadores em Educação

Titular: Vanio Martignago

Suplente: Monica Rinaldi Nascimento Botelho

l) Representante de Pais, Mães ou Responsáveis

Titular: Luciana Florêncio André

Suplente: Moises Neves

m) Representante da Educação Especial

Titular: Eliandra Daniel Rovaris

Suplente: Marilei Pezente Burigo

n) Representante da Câmara de Vereadores

Titular: Maria de Fátima Lodetti Alexandre

Suplente: Antonio Carminatti

o) Representante do Conselho Tutelar

Titular: Oiara Tramontin Felisberto

Suplente: Eliane Ferro Stecanella

p) Representante do Conselho do FUNDEB

Titular: Nilvane Machado Pizzolo

Suplente: Gessi Walnier Pezente

q) Representante da Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Helder Pessetti

Suplente: Anatonii Augusto Pezente Zilli

Art. 2º - É de competência da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Processo de Elaboração do Plano Municipal de Educação de Timbé do Sul:

I. Coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;

II. Orientar os poderes públicos e de iniciativa privada na realização dos objetivos e metas do Plano Municipal de Educação;

III. Empenhar-se na mobilização e divulgação do Plano Municipal de Educação;

IV. Planejar e coordenar a realização do Plano Municipal de Educação bem como divulgar as suas deliberações;

V. Oferecer suporte técnico às escolas e entidades educacionais para organização do Plano Municipal de Educação na escola e nas entidades.

Art. 3º - A Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Processo de Elaboração do Plano Municipal de Educação, não será remunerada, sendo seu trabalho pautado no entendimento de gestão democrática.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 08 de maio de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 23/2015**

PORTARIA Nº. 23, DE 11 DE MAIO DE 2015.

**CONCEDE GRATIFICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo identificado, gratificação de 30% sobre seus vencimentos:

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Valdir Pelizzari	3037	Diretor do Departamento de Trânsito

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 11 de maio de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO 04/2015**

Resolução Nº 04/2015

Altera a Resolução 14/2013 de 18/07/2013 que dispõe sobre concessão de diárias da Câmara Municipal de Timbé do Sul e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo que estabelece o Artigo 19, letra "b" do Regimento Interno RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 18 da Resolução 14/2013 de 18.07.2013 que dispõe sobre a concessão de diárias da Câmara Municipal de Timbé do Sul passando a vigorar como segue:

"Art. 18 – O Valor Base das diárias será de R\$ 100,00 (cem reais) observado o que segue:

I – A diária será multiplicada por 0,85(zero vírgula oitenta e cinco) quando o deslocamento for para a Região da AMESC;

II – A diária será multiplicada por 01 (um) quando o deslocamento for para a Região da AMREC e AMUREL;

III– A diária sem pernoite será multiplicada por 2,3 (dois vírgula três) quando o deslocamento for para Florianópolis ou para outros municípios do estado não abrangidos pelos incisos I e II e multiplicada por 3,2 (três vírgula dois) quando houver pernoite;

IV – A diária será multiplicada por 4,0 ( quatro) quando o deslocamento for para outros estados da federação;

V – A diária será multiplicada por 6,0 ( seis ) quando o deslocamento for para Brasília (DF).

Art. 19 – inalterado

Parágrafo Único – os valores estabelecidos por esta Resolução serão acrescido do índice previsto pelo artigo anterior, incluído o definido por lei municipal referente ao período 2014/2015."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 12 de maio de 2015

Vereador Antonio Carminatti

Presidente

Publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul na data supra.

Luiz José Warnier

Agente Legislativo

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 39 2015

#### PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 39/2015 – PMT

Às nove horas e dez minutos, do décimo segundo dia, do mês de maio de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura do envelope de Habilitação da Tomada de Preço nº 39/2015 – PMT.

Entregou, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, a seguinte empresa: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VC LTDA – EPP.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura do envelope de Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos nele contidos.

Na sequência, a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos, em especial, encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade e Setor de Engenharia, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil dos mesmos, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira e análise e parecer técnico dos documentos de habilitação estabelecidos no item 7.1.6 - Qualificação Técnica do Edital.

O envelope de PROPOSTA deverá permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrado, até a data designada para sua abertura. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

PRISCILA MACEDO  
Membro

### AVISO DE CREDENCIAMENTO N.º 46 2015 PMT - TERAPEUTA OCUPACIONAL

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 46/2015 - PMT

OBJETO: credenciamento de profissionais da área da terapia ocupacional (profissional liberal e/ou através de empresas do ramo) para tratar sintomas causados pela Síndrome de Burnout, stress, ansiedade e depressão em profissionais da educação infantil (NEIs e UPEs). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 01 de junho de 2015. ABERTURA: dia 01 de junho de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 12/05/2015  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

### DECISÃO RECURSO PREGÃO PRESENCIAL N.º 02 2015 SAMAE

#### DECISÃO

Recorrente: ACMM SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA

Objeto: Edital de Pregão Presencial n. 02/2015 SAMAE

#### Dos Fatos:

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE lançou o Edital de Pregão nº 02/2015, tendo como objeto “a contratação de mão de obra eletro eletrônica, manutenção e instalação elétrica predial e manutenção de bombas”.

Em 08/04/2015 realizou-se a Sessão Pública, momento em que se procedeu à abertura dos envelopes atinentes às propostas e documentos de habilitação, declarando-se vencedoras as seguintes empresas:

Item	Vencedor
1	ELETROTECNICA F.C LTDA EPP
2	SERVITIM COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
3	ACMM SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA
4	ELETROTECNICA F.C LTDA EPP
5	FABIAN GRUTZMACHER ME

Consultados pelo Pregoeiro, o representante da empresa ACMM SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA manifestou interesse em interpor recurso, o que fez no prazo legal.

Em suas razões recursais a recorrente alega, em síntese:

- ausência do contrato social e cópia autenticada do RG do representante da empresa FABIAN GRUTZMACHER ME;
- capital social da empresa NF SERVIÇOS DE PINTURA E ELÉTRICA ME inferior ao que determina a legislação;
- fornecimento de proposta pela empresa ELETROTÉCNICA FC LTDA sem declaração de cumprimento do prazo de entrega;
- ausência de comprovação técnica (certificado de curso em segurança em instalações e serviços com eletricidade – NR 10) de todas as demais licitantes.

Apesar de devidamente intimadas, nenhuma das empresas participantes do certame apresentou contrarrazões ao recurso interposto.

Do Mérito:

I - DO LICITANTE FABIAN GRUTZMACHER ME:

O licitante Fabian Grutzmacher ME apresentou os documentos de fls. 162/165 para fins de credenciamento, sendo: comprovante de abertura/protocolo (fls. 162), Declaração de Credenciamento (fls. 163), Declaração de Habilitação (fls. 164), Cópia Autenticada da Carteira de Identidade (fls. 165).

Constata-se que, conforme asseverado pela empresa recorrente, o licitante Fabian Grutzmacher ME deixou de apresentar o respectivo Ato Constitutivo (requerimento de empresário, contrato social ou estatuto), nos termos previstos no item 5, I, do Edital de Pregão Presencial n. 0025/2015, senão vejamos:

“5 – DO CREDENCIAMENTO:

(...)

5.2. O credenciamento far-se-á por meio das seguintes formas:

I – Caso o representante seja sócio-gerente ou diretor da empresa deverá apresentar Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social (conforme subitem 7.3.2.a);

(...)”

É certo que a fase de credenciamento é de extrema importância, pois neste ato os licitantes tomam conhecimento das pessoas autorizadas e credenciadas a participarem daquele certame licitatório, sendo que se a empresa não tiver ninguém credenciado a dar lances, poderá participar apenas com o preço contido no envelope da proposta.

Deste modo, estando incompletos os documentos de credenciamento apresentados pelo licitante Fabian Grutzmacher ME, o mesmo não haveria de ser desclassificado, contudo, estaria impedido de participar da etapa de lances e/ou manifestar intenção de recurso, nos termos previstos pelo item 5.9 do Edital, o que não fora observado pelo Senhor Pregoeiro, motivo pelo qual assiste razão à empresa recorrente, neste aspecto.

II – DO LICITANTE NF SERVIÇOS DE PINTURA E ELÉTRICA LTDA:

Os §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei n. 8.666/93 assim prescrevem:

“§2º. A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda, as garantias previstas no §1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeitos de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§3º. O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.” (grifamos)

Equivoca-se o Recorrente ao asseverar que o art. 31 da Lei n. 8.666/93 determina que a empresa licitante deva, obrigatoriamente, apresentar capital social com no mínimo 10% do valor da obra.

Vislumbra-se que o que os parágrafos supracitados tratam de uma possibilidade e não uma obrigatoriedade, visto que apenas possibilitam à Administração Pública, nos casos de compras de entrega futura e execução de obras e serviços, proceder à exigência de capital social mínimo. Contudo, tal exigência, por óbvio, deverá estar expressamente contida no Edital de Licitação, o que não é o caso dos autos, eis que em momento algum o Edital de Pregão Presencial n. 02/2015 faz menção a este requisito.

Outrossim, da interpretação dos termos estabelecidos na Lei nº 10.520/2002 que rege o Pregão, especificamente os art. 3º I, c/c art. 4º inciso XIII, denota-se que ressalvada a exigência de certidões negativas, caberá à administração decidir, quanto da expedição do edital, os demais critérios para habilitação jurídica, técnica e financeira.

Neste sentido, aliás, é o entendimento de Joel de Menezes Niebuhr, par quem: “No que concerne ao pregão, em consonância ao inciso XIII do art. 4º da Lei nº 10520/2002, as exigências de qualificação econômico-financeira são aquelas previstas no edital. A administração responsável pelo edital, no exercício de competência discricionária, deve definir quais as exigências de qualificação econômico-financeira pertinentes, sem dever obediência ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.666/93.” Grifo nosso.

Registra-se que a Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, eis que se acha estritamente vinculada ao mesmo. O Edital torna-se lei entre as partes e, sendo lei, o Edital e seus termos atrelam tanto à Administração que estará subordinada aos seus próprios atos, quanto às licitantes sabedoras do inteiro teor do certame.

A vinculação ao instrumento convocatório trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica, zelando assim que todas as propostas sejam formuladas de acordo com os princípios de isonomia e competitividade.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, Editora Fórum, p.416)

Evidencia-se, portanto, que ausente no Edital qualquer item estabelecendo a exigência de comprovação de capital social mínimo, não há razão para a desclassificação da empresa NF Serviços de Pintura Elétrica Ltda, como pretende a recorrente.

III – DO LICITANTE ELETROTECNICA FC LTDA EPP:

Alega a recorrente que a Licitante Eletrotécnica FC Ltda EPP deve ser desclassificada, visto que não apresentou “declaração de que iria

cumprir o prazo de entrega dos produtos e serviços, sob pena de aplicação de penalidade”.

Entretanto, ao analisar a proposta apresentada pela Eletrotécnica FC Ltda EPP, constata-se que a mesma informa que o prazo de entrega será “conforme edital 02/2015”, cumprindo, assim, com o que determina o item 6.3 ‘g’ do Edital.

É sabido que a apresentação da proposta será considerada evidência e atestado de que a licitante examinou criteriosamente o edital e anexos, aceitando, integralmente, seus termos, dentre os quais destacamos o prazo de entrega/fornecimento.

Ademais, nos termos do item 8.1.5.3 é certo que não serão motivo de desclassificação as simples omissões que sejam irrelevantes para atendimento da proposta.

Tal entendimento, inclusive, fora utilizado em benefício da própria empresa recorrente, eis que a declaração apresentada por esta em momento algum menciona que a mesma estará obrigada a “cumprir o prazo de entrega rigorosamente em dia, sob pena de sofrer as penalidades”.

Deste modo, inexistem razões a amparar o pleito da recorrente, neste ponto.

#### IV – DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE TÉCNICA PELAS EMPRESAS LICITANTES:

Também não merecem guarida os argumentos lançados pela empresa Recorrente no que se refere à ausência de comprovação da regularidade técnica das empresas licitantes.

Prevê o Edital:

“Quanto à regularidade Técnica:

a) ...

b) Para as propostas dos itens 01, 02, 03 e 04, as proponentes deverão apresentar certificado de curso em Segurança em Instalações e Serviços com eletricidade (NR-10), em instituição competente, de todos os profissionais que forem realizar serviços. ”

Nota-se que em momento algum o Edital faz menção acerca da quantidade de profissionais que deverão prestar os serviços, solicitando, apenas, que fossem apresentados os certificados de todos os profissionais que viessem a realizar os serviços licitados.

Além disso, apesar da recorrente ter apresentado diversos certificados de cursos realizados por seus funcionários, apresentou apenas um certificado de curso em Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade – NR-10, da mesma forma que as demais licitantes.

Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, e considerando os fundamentos acima apresentados, DEFERE-SE PARCIALMENTE o recurso interposto pela empresa recorrente, a fim de determinar a nulidade dos lances proferidos pela licitante FABIAN GRUTZMACHER ME e deste modo declarar vencedora do item 5 a empresa USINAGENS ELIMAK LTDA ME pelo lance de R\$ 20,50 (vinte reais e cinquenta centavos), mantendo-se incólume os demais itens da Ata de Pregão Presencial n. 02/2015 SAMAE.

Dê-se ciência às partes.

Timbó, 05 de maio de 2015.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

### **TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 77 2014 PMT- MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a aquisição de materiais de higiene, limpeza e copa e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do Município de Timbó (repetição parcial da licitação nº 56/2014).

EMPRESAS FORNECEDORAS: Celia Regina W. Sani ME; Supermercado Fistarol Ltda; Máxima Papelaria Ltda; Dial Departamentos Eireli – EPP; Coml. Storinny Ltda ME; PKB Produtos Químicos Ltda EPP; AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda; Amanda Comércio de Papeis e Embalagens Ltda; L & E Comércio Varejista Ltda – EPP; J. P. Lima Com. Prod. Limpeza Ltda - EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 87.706,83 (oitenta e sete mil setecentos e seis reais e oitenta e três centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 12/08/2015

Timbó, 13/08/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2006

DECRETO Nº 2.006/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

100.000,00 (cem mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

06– Secretaria de Educação

01 – Ensino Infantill

Atividade: 2.200 – Fundeb

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.18 ..... R\$ 100.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica utilizado os recursos do excesso de arrecadação verificado no período e ou sua tendência.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 29/04/2015

-----  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

-----  
WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

### DECRETO 2007

DECRETO N.º 2.007/2015

"BAIXA BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL (SECRETARIA DA SAÚDE) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal da Secretaria de Saúde dos bens móveis considerado inservíveis abaixo:

ITEM	Bem Patrimonial	QUANTIDADE	Nº PATRIM.
01	Escada em madeira 2 degraus	01	4357
02	Aquecedor de ar 2 varas marca james	01	4447
03	Impressora HP laser M1132 MFP	01	4298
04	Bebedouro c/ purificador latina	01	4352
05	Aquecedor de ar c/ 3 varas marca james	01	4354
06	Aparelho de fax HP 1040	01	4283
07	Impressora HP Deskjet D 1460	01	4449
08	Impressora de cupom fiscal Bematech MP 4200 TH	01	4335
09	Microcomputador intel Pentium D 960MB	01	4397
10	Monitor sansung 17 Pol. LCD	01	4451
11	Impressora HP deskjet D 1360	01	4312
12	Relógio ponto biométrico Polo System	01	4337
13	Foco auxiliar 1 lampada	01	4351
14	Monitor positivo 16 Pol.	01	4396
15	Monitor 15 Pol. Marca AOC	01	4356

16	Monitor LG 17 Pol.	01	4306
17	Aquecedor de ar 3 varas marca james	01	4355
18	Cadeira de rodas adulto	01	6421

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 08 de maio de 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente decreto Diário Oficial do Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

## DECRETO 2008

DECRETO N.º 2.008/2015

“BAIXA BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal da Secretaria de educação dos bens móveis considerado inservíveis abaixo:

ITEM	Bem Patrimonial	QUANTIDADE	Nº PATRIM.
01	Mesinha p/impressora em madeira marron	01	5109

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 08 de maio de 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente decreto Diário Oficial do Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

## DECRETO 2009

DECRETO N.º 2.009/2015

“BAIXA BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL (SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal da Secretaria de Cultura e Esportes e dos bens móveis considerado inservíveis abaixo:

ITEM	Bem Patrimonial	QUANTIDADE	Nº PATRIM.
01	Ventilador de teto Ventisol	01	4851
02	Ventilador de teto Ventisol	01	4852
03	Cadeira fixa em madeira assento nylon	01	4847
04	Cadeira fixa em madeira assento nylon	01	4883
05	Cadeira fixa em madeira assento nylon	01	4874
06	Cadeira fixa em madeira assento nylon	01	4870
07	MESA COLETIVA EM MADEIRA MARRON VERNIZ	01	4898
08	Cadeira fixa em madeira assento nylon	01	4882

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 08 de maio de 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente decreto Diário Oficial do Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

### DECRETO 2010

DECRETO N.º 2.010/2015

“BAIXA BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL (CASA DA CIDADANIA) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal da Casa da Cidadania dos bens móveis considerado inservíveis abaixo:

ITEM	Bem Patrimonial	QUANTIDADE	Nº PATRIM.
01	Microcomputador Intel Celerom D Positivo	01	3906
02	Carteira escolar em fórmica	01	3895
03	Carteira escolar em fórmica	01	3896
04	Monitor Positivo 15 Pol.	01	3903

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 08 de maio de 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente decreto Diário Oficial do Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

### DECRETO 2011

DECRETO N.º 2.011/2015

“BAIXA BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL (CONSELHO TUTELAR) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal do Conselho Tutelar dos bens móveis considerado inservíveis abaixo:

ITEM	Bem Patrimonial	QUANTIDADE	Nº PATRIM.
01	Impressora HP Deskjet 3745	01	3910
02	Microcomputador Pentium 4 2,8 GHZ 448 MB	01	3911
03	Monitor LG 17 Pol.	01	3912

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 08 de maio de 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente decreto Diário Oficial do Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO 2012**

DECRETO N.º 2.012/2015

"BAIXA BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL (BIBLIOTECA ) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal da Biblioteca Publica Gabriel Hausberger dos bens móveis considerado inservíveis abaixo:

ITEM	Bem Patrimonial	QUANTIDADE	Nº PATRIM.
01	Microcomputador positivo Intel Celeron D	01	3939
02	Monitor Positivo 15 Pol. LCD	01	3956
03	Impressora Xerox Phaser 3125	01	3987
04	Microcomputador Positivo Intel Celeron D	01	3942
05	Monitor Positivo 15 Pol. LCD	01	3948
06	Microcomputador Positivo Intel Celeron D	01	3944
07	Microcomputador Positivo Intel Celeron D	01	3945
08	Estabilizador Enermax	01	3962
09	Estabilizador SMS	01	3991

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 08 de maio de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente decreto Diário Oficial do Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO 2013**

DECRETO N.º 2.013/2015

"BAIXA BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL (ESCOLA IRMA FILOMENA ) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal da Escola Municipal irmã Filomena dos bens móveis considerado inservíveis abaixo:

ITEM	Bem Patrimonial	QUANTIDADE	Nº PATRIM.
01	Aparelho de DVD CCE	01	811
02	Minisysten CCE	01	93
03	Minisysten Phillips c/ 02 caixas	01	34
04	Relógio Ponto System Tempus c/ cartão	01	821

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 08 de maio de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente decreto Diário Oficial do Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO 2014**

DECRETO N.º 2.011/2015

"BAIXA BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL (CONSELHO TUTELAR) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal do Conselho Tutelar dos bens móveis considerado inservíveis abaixo:

ITEM	Bem Patrimonial	QUANTIDADE	Nº PATRIM.
01	Impressora HP Deskjet 3745	01	3910
02	Microcomputador Pentium 4 2,8 GHZ 448 MB	01	3911
03	Monitor LG 17 Pol.	01	3912

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 08 de maio de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente decreto Diário Oficial do Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO 2015**

DECRETO N.º 2.015/2015

"BAIXA BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL (SECRETARIA DO TURISMO) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal da Secretaria do Turismo dos bens móveis considerado inservíveis abaixo:

ITEM	Bem Patrimonial	QUANTIDADE	Nº PATRIM.
01	Projeto Multimidia Epson 3 LCD	01	4671

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 08 de maio de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente decreto Diário Oficial do Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO 2016**

DECRETO Nº 2.016/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 30.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

30.000,00 (trinta mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

09– Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

01 – Extensão Rural

Atividade: 2.017

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 ..... R\$ 30.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica utilizado os recursos do excesso de arrecadação verificado no período e ou sua tendência.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 08/05/2015

-----  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

-----  
WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

# Tunápolis

## PREFEITURA

### DECRETO 1692/2015

Decreto nº 1692/2015 de 04 de maio de 2015.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.202/2014, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1202/2014;

#### DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.202 de 10 de dezembro de 2014 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	04.00	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL	
Proj./Ativ	12.361.0005.1.008	Mobiliário, Equipar e informatizar Unidades Escolares Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00.00.1110		Aplicações Diretas (38)	17.5000,00
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA	
Proj./Ativ	12.365.0005.1.028	Mobiliário, Equipar e informatizar Unidades Escolares Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00.00.1110		Aplicações Diretas (52)	10.500,00

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação, causado nesta fonte de recursos no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 04 de maio de 2015.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

### DECRETO 1693/2015

DECRETO N.º 1693/2015 de 12 de maio de 2015.

Reajusta os valores do Auxílio Estudante previsto pela Lei nº 1.116/2013 e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

#### DECRETA:

Art. 1º Os valores do auxílio Estudante estabelecido pela Lei nº 1.116/2013 passam a vigorar pelo valor de R\$ 44,06 (Quarenta e quatro reais e seis centavos), mensais, individualmente, para estudantes do Ensino Superior, residentes ou domiciliados no município de Tunápolis – SC.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 12 de maio de 2015.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Este Ato foi publicado  
na presente data.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna

### DECRETO 1694/2015

DECRETO N.º 1694/2015 de 12 de maio de 2015.

Reajusta os valores das diárias e/ou ajuda de custo para agentes políticos, servidores municipais e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

Considerando que a Lei nº 497/2001 de 21 de fevereiro de 2001, que Estabelece Critérios para concessão de Diárias e/ou ajuda de custo para agentes políticos, servidores municipais e contém outras providências, teve os seus valores reajustados na última vez em 03 de maio de 2013;

Considerando que no período de maio de 2013 a abril de 2015 houve inflação de 11,8109% (onze, vírgula oitenta e um, ponto nove por cento), de acordo com índices do IGPM acumulados no período;

Considerando que os valores atuais não cobrem as despesas de alimentação, hospedagem e transporte quando do deslocamento de servidores e agentes políticos a outras cidades;

DECRETA:

Art. 1º Os valores das diárias estabelecidas pela Lei nº 497/2001 e reajustadas pelo Decreto nº 1523/2013, passam a vigorar nos seguintes patamares:

Nível Hierárquico	Capital Federal	Capitais Estaduais	Interior	Região Oeste e Extremo Oeste
Prefeito, Vice	693,85	404,64	223,62	143,96
Assessores, Diretores e Secretários	429,85	289,20	143,96	114,21
Demais Servidores	289,20	202,27	100,52	72,00

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 12 de maio de 2015.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado  
na presente data.

Elisabeth Inês Heberle Scherer  
Secretário de Adm. Finanças e Planejamento.

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 REGISTRO DE PREÇO N.03/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2015

Edital de Pregão Presencial nº 14/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, para a aquisição de aquisição de Material Médico Cirúrgico e Ambulatório, e medicamentos destinados para o Fundo Municipal da Saúde.

Entrega das propostas até às 14h30min do dia 26/05/2015

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Bruno José Heberle  
Gestor do Fundo

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2015

Edital de Pregão Presencial nº 52/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, para aquisição de material Higiene e limpeza, Copa e Cozinha destinados a manutenção e conservação do CRAS nesta Municipalidade. Entrega das propostas até às 8h30min do dia 26/05/2015. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,Sc., 13 de maio de 2015.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 70/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 70/2015

Edital de Pregão Presencial nº 53/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, aquisição de Adubo e Uréia para distribuição aos Produtores Rurais neste Município como incentivo, de acordo com o Decreto Municipal nº 1682/2015, de 10 de abril de 2015 do Programa mais Produção e Serviços em forma de Incentivos Agrícolas. Entrega das propostas até às 13h15min do dia 26/05/2015. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,Sc., 13 de maio de 2015.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 21/2015

DECRETO Nº 021/15, de 11 de Maio de 2015.

DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE TURVO.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso, "V" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído, a contar da data de hoje, LUTO OFICIAL de três dias no Município de Turvo, pelo falecimento do ex-governador do Estado de Santa Catarina e Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 11 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 144/2015

PORTARIA Nº 144/15, de 30 de Abril de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Período Gestacional,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Outubro de 2015 a contratação da Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	MATRICULA
Vanessa Rovaris dos Santos	101.770.459-73	3329

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 30 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 145/2015**

PORTARIA Nº 145/15, de 30 de Abril de 2015.

ALTERA A FUNÇÃO E DATA DE TERMINO DE CONTRATO DE SERVIDOR NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Alterar a função pública da servidora CHARLENE PATEL FELTRIN ARCARO CPF nº 036.836.379-19, matrícula nº 3291, nomeada através do Processo Seletivo nº 001-14, de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil para Professor 20 (vinte) horas semanais, passando o término de contrato para 02 de Junho de 2015, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora MARIZETE DA SILVA GIUSTI que se encontra em Auxílio Doença..

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 30 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 146/2015**

PORTARIA Nº 146/15, de 04 de Maio de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo),

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias de 20 (vinte) dias a servidora abaixo especificada, no período de 04.05.2015 a 23.05.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal, sendo que 1/3 será convertido em abono pecuniário, conforme preceitua o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo).

MATR. SERVIDOR PERÍODO DE AQUISIÇÃO  
0672 Bernardete Biz Souza 06.03.2012 a 05.03.2013

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 147/2015**

PORTARIA Nº 147/15, de 04 de Maio de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 04.05.2015 a 02.06.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

1078 Flavio Favaro 18.03.2014 a 17.03.2015

1871 Janaina da Cruz Costa 07.05.2014 a 06.05.2015

1888 Arcângela Favaro Menegaro 08.05.2014 a 07.05.2015

1887 Liandra Piazza Dal Pont 08.05.2014 a 07.05.2015

1869 Idaiane Castanha Valnier 07.05.2014 a 06.05.2015

1867 Scheila Cristiane Heffel 07.05.2014 a 06.05.2015

1118 Cleuza Vefago Bardini 17.02.2014 a 16.02.2015

0740 Tânia Maria K. N. dos Santos 18.02.2014 a 17.02.2015

1056 Clea de Souza Figueiro 21.02.2014 a 20.02.2015

1885 Susana Spader 07.05.2014 a 06.05.2015

0990 Rosa Farias 21.03.2014 a 20.03.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 148/2015**

PORTARIA Nº 148/15, de 04 de Maio de 2015.

ADMITE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Admitir o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Operador de Equipamentos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Juliandro Machado Leandro 091.152.489-41

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Maio de 2015 e encerrará em 16 de Julho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 149/2015**

PORTARIA Nº 149/15, de 04 de Maio de 2015.

NOMEIA PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercerem a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	DISCIPLINA	LOCAL DE TRABALHO
Andrei Feltrin Simon	070.923.319-19	Matemática	EJA
Francisca Pereira	087.442.739-83	Física	EJA

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Maio de 2015 e encerrará em 02 de Junho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 150/2015**

PORTARIA Nº 150/15, de 04 de Maio de 2015.

ADMITE MONITOR DE ESPORTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 2.232/15, de 18 de março de 2015,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Monitor de Esportes, com os vencimentos estabelecidos em Lei. SERVIDOR (A) CPF

Adilson de Jesus Tomé 064.662.889-51

Larissa Dagostin Milanez 074.815.829-47

Denis da Silva Dal Pont 046.788.359-97

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Maio de 2015 e encerrará em 30 de Novembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 151/2015**

PORTARIA Nº 151/15, de 04 de Maio de 2015.

EXONERA DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o Servidor LUIZ LUCINEI VITTO, CPF nº 617.912.889-87 matrícula nº 3157, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 152/2015**

PORTARIA Nº 152/15, de 04 de Maio de 2015.

ALTERA A FUNÇÃO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

**RESOLVE**

Art. 1º - Alterar a função pública da servidora TALITA MANENTI ROQUE CPF nº 074.816.239-96, matrícula nº 3002 de Agente Financeiro para o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Compras e Licitações, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 153/2015**

PORTARIA Nº 153/15, de 05 de Maio de 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora FATIMA MIGUEL, CPF nº. 661.986.079-68, matrícula nº. 1458, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Auxiliar de Ensino da Educação, no período de 05.05.2015 a 03.06.2015, referente ao período aquisitivo de 01.02.2006 a 31.01.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de maio de 2015

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 154/2015**

PORTARIA Nº 154/15, de 06 de Maio de 2015.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Reduzir a carga horária da servidora ALEXANDRA DOS SANTOS CPF nº 037.455.319-06, matrícula nº 3379, nomeada através do Processo Seletivo 001-2014-SME, exercendo a função pública de Professor IV, de 30 (trinta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

# Urussanga

## PREFEITURA

**AVISO ANULAÇÃO TP 03/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

**AVISO DE ANULAÇÃO DE TP 03/2015/PMU**

Objeto: material e serviços para revitalização da Praça Anita Garibaldi, no Centro Histórico de Urussanga/SC. TC nº 799269/2013/MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA. PROCESSO Nº 2624.1013335-18/2013. JOSÉ VICENTE CANÔNICA. Presidente CPL

**AVISO TP 03/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

**AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015/FMS**

Objeto: material e serviços para ampliação e reforma da Unidade Básica de Saúde José Catâneo (Nova Itália), com número de proposta 10502372000113001 do Ministério da Saúde-Governo Federal. Recebimento dos envelopes: até 14h do dia 01/06/2015, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14h do dia 01/06/2015. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h as 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

José Vicente Canônica. Presidente da CPL

**AVISO TP 04/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

**AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015/PMU**

Objeto: material e serviços para revitalização da Praça Anita Garibaldi, no Centro Histórico de Urussanga/SC. TC nº 799269/2013/MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA. PROCESSO Nº 2624.1013335-18/2013. Recebimento dos envelopes: até 10h do dia 28/05/2015, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 10h do dia 28/05/2015. Edital: estará a disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h as 17h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser retirado no site desta municipalidade através do item Portal da Transparência ou ainda solicitado pelo e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br)

**CONTRATO N. 163/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 163/2015

Processo de Licitação: 32/2015/PMU

Data de Assinatura: 12/05/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: PAPAS DA LÍNGUA – GRUPO MUSICAL LTDA - EPP

CNPJ: 06.064.807/0001-74

Objeto: apresentação do show nacional PAPAS DA LÍNGUA durante a realização da XIV Festa Ritorno Alle Origini.

Valor Global: R\$ 45.000,00

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### **EDITAL Nº 002/2015 - PRORROGAÇÃO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA**

EDITAL Nº 002/2015 - PRORROGAÇÃO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
DO CALENDÁRIO  
DA PRORROGAÇÃO DA ELEIÇÃO

Art. 5º - O calendário da prorrogação da eleição de 5 (cinco) membros e suplentes ao Conselho Tutelar do Município de Vargem Bonita, seguirá o seguinte cronograma:

- a) De 11/05/2015 a 12/06/2015 – Inscrições de Candidatos das 8h às 12h e das 13:30h às 17h no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), sito à Rua Ernesto Salvador, S/N;
- b) 15/06/2015 – Análise de documentos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA;
- c) 15/06/2015 – Publicação das inscrições impugnadas;
- d) 16/06/2015 – Prazo dos recursos das inscrições impugnadas;
- e) 17/06/2015 – Julgamento dos recursos dos processos de impugnação;
- f) 22/06/2015 – Publicação definitiva dos candidatos aptos a participarem do teste seletivo;
- g) Capacitação para inscritos – data ainda em análise pelo CMDCA de Vargem Bonita.
- h) 31/07/2015 – Aplicação do teste seletivo às 14 horas, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), sito à Rua Ernesto Salvador, SN;
- i) 07/08/2015 – Publicação dos aprovados no teste seletivo no mural da Prefeitura Municipal;
- j) 10/08/2015 – Prazo de recurso do resultado do teste seletivo na sede do CRAS;
- k) 17/08/2015 – Publicação dos resultados dos recursos no mural da Prefeitura Municipal;
- l) 16/06/2015 – Homologação e publicação dos candidatos aptos a serem votados;
- m) 04/10/2015 - ELEIÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS.

n) 05/10/2015 – Publicação dos eleitos no mural da Prefeitura Municipal.

Art. 6º - Durante o processo de impugnação será assegurado ao candidato o direito de ampla defesa.

Art. 7º - O processo de impugnação de candidatura deverá ser instituído com elementos comprobatórios que justifiquem o procedimento devendo o mesmo ser dirigido ao presidente da comissão eleitoral.

Art. 8º - Havendo processo de impugnação de candidatura, a comissão eleitoral julgará o processo, dando ciência ao acusado do resultado do julgamento, cuja decisão no caso de confirmada impugnação, será irrecorrível.

Vargem Bonita, 11 de maio de 2015.

Rosemari Pereira Dias

Presidente do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Vargem Bonita

# Videira

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2015 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2015 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 12/05/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

FORNECEDOR: HGS PESQUISA E ASSESSORIA LTDA ME

VALOR: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: Inicia-se em 12/05/2015, com duração até o dia 31/12/2015.

FUNDAMENTO: Art. 23, II, alínea "a", Art. 24, II atentando também ao Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 12 de Maio de 2015.

WILMAR CARELLI

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato de Prestação de Tributos e Demais Receitas Públicas/Municipais

CONTRATANTE: Município de Videira

CNPJ: 83.039.842/0001-84

CONTRATADO: Banco do Brasil SA

CNPJ: 00.000.000/0403-04

OBJETO: Celebração de Contrato de Prestação pelo Banco, dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas do Município e respectiva prestação de contas, por meio eletrônico ou mediante a entrega física dos documentos, dos valores arrecadados, com extensão da prestação dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas a todos os pontos de atendimento do Banco, inclusive por intermédio de terceiros contratados.

VALOR: Conforme cláusula sétima do contrato.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 05 (cinco) anos.

DATA DE ASSINATURA: Videira, 08 de maio de 2015.

ASSINAM: Pela Prefeitura Municipal de Videira, Sr. Wilmar Carelli e pelo Banco do Brasil, Sr. Jair Valdameri.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 66/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PEDRAS PARA SEREM UTILIZADAS NO CONSERTO DE CALÇAMENTOS, REPAROS DE PASSEIOS E DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 27/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 11 de Maio 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 67/2015 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES DIVERSAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 26/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 12 de Maio 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 013/2015**

PORTARIA Nº 013/2015

Exonera MAX WAGNER FEITEN da função de Chefe de Gabinete.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Exonerar, a pedido da parte, o Servidor MAX WAGNER FEITEN da função de Chefe de Gabinete, nível alfabético numérico CC-2, código 031, com carga horária semanal de 30 horas, deste Poder, no dia 12 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos para exoneração no dia 12 de maio de 2015, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 12 de maio de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente

JACSON DARCI LOCATELLI

Vice-Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

1º Secretário

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 12 de Maio de 2015, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 11/2015, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 12/05/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de RECAPE VULCANIZO PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

699.8 - BONIN RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	RECAUCHUTAGEM PNEU 1000X20 BORRACHUDO 22M	TIPLER	10,00	320,00	3.200,00
00002	UN	RECAUCHUTAGEM EM PNEU 275/80 R22,5 MISTO COM NO MINIMO 18MM DE SULCO	TIPLER	4,00	320,00	1.280,00
00003	UN	RECAUCHUTAGEM PNEU 275/80 R22.5 BORRACHUDO 22MM	TIPLER	10,00	320,00	3.200,00
00004	UN	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 x 24 BORRACHUDO	TIPLER	8,00	500,00	4.000,00
00005	UN	RECAUCHUTAGEM PNEU 1300/24 PARA TERRA PLANAGEM	TIPLER	2,00	500,00	1.000,00
00006	UN	RECAUCHUTAGEM EM PNEU 900X20 COM NO MINIMO 20MM DE SULCO	TIPLER	4,00	250,00	1.000,00
00007	UN	RECAUCHUTAGEM PNEU 16/09/28 PARA TERRAPLANAGEM	TIPLER	2,00	800,00	1.600,00
00008	UN	RECAUCHUTAGEM PNEU 12X16,5	TIPLER	2,00	300,00	600,00
00009	UN	RECAUCHUTAGEM PNEU TRASEIRO 19,5L24	TIPLER	2,00	600,00	1.200,00
00010	UN	RECAUCHUTAGEM PNEU DIANTEIRO 14-17,5	TIPLER	2,00	250,00	500,00
00011	UN	RECAUCHUTAGEM EM PNEU 215/75 R17,5 BORRACHUDO COM NO MINIMO 18MM DE SULCO	TIPLER	10,00	175,00	1.750,00
00012	UN	VULCANIZACAO DE PENU 1400X24	TIPLER	10,00	50,00	500,00
00013	UN	VULGANIZACAO PNEU 1300/24	TIPLER	2,00	50,00	100,00
00014	UN	VULCANIZACAO DE PNEU 1000X20	TIPLER	6,00	50,00	300,00
00015	UN	VULGANIZACAO PNEU 275/80 R22,5	TIPLER	8,00	50,00	400,00
00016	UN	VULGANIZACAO 215/75R17.5	TIPLER	2,00	50,00	100,00
00017	UN	VULGANIZACAO 12X16,5	TIPLER	1,00	50,00	50,00
00018	UN	VULGANIZACAO 16/09/28	TIPLER	1,00	50,00	50,00
Total do Fornecedor: 20.830,00 ( VINTE MIL E OITOCENTOS E TRINTA REAIS )						
Total da Licitação: 20.830,00 ( VINTE MIL E OITOCENTOS E TRINTA REAIS )						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência,

redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 11/2015 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

## 4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

## 5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

## 6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

## 7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas

desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 12 de Maio de 2015.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

BONIN RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA  
Representante não Cadastrado!  
Contratada

### **AVISO DE LICITAÇÃO 017/2015**

Processo de Licitação 017/2015

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO, conforme MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 28 de Maio de 2015 em sessão pública, no mesmo dirigido pela comissão permanente de licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 13 de Maio de 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em exercício

# Xavantina

## PREFEITURA

**TP 02/2015 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015 PMXV

Objeto: Contratação de escritório de advocacia para execução de serviços técnicos especializados para recuperação de créditos, através do levantamento de dados, realizando encaminhamento e acompanhamento administrativo e/ou judicial da recuperação financeira, em favor do Município de Xavantina/SC.

Forma da Tomada de Preços: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 15/06/2015.

Abertura: dia 15/06/2015, às 09:00 horas. O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 13 de maio de 2015.

MAURO JUNES POLETTI,  
Prefeito Municipal.

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE ERRATA DE TP 05/2015

ERRATA DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO 089/2015  
TOMADA DE PREÇO 005/2015

O MUNICIPIO DE XAXIM, através do Prefeito Municipal comunica que: Fica alterado o referido edital nos itens 5.3.5 e 5.3.6, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para construção de canal de escoamento pluvial arroio Xaxim, entre as Ruas Candido Tes-ton, Senador Nereu Ramos e Avenida Júlio Lunardi. O edital retificado encontra-se disponível no site do município de Xaxim no endereço eletrônico [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br)

Considerando a alteração do Edital a abertura fica marcada para o dia 28 de maio às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min do mesmo dia.

Xaxim - SC, 12 de maio de 2015.  
Idacir Antônio Orso  
Prefeito Municipal

### Decreto 185

DECRETO Nº. 185/2015.

Nomeia Secretário Municipal de Administração Ordenador Primário e dá outras providências

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim-Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66.VI, da lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor Rodrigo Veriato Moras, Secretário Municipal de Administração, como Ordenador Primário das despesas do Município de Xaxim, bem como autorizado a responder por pagamentos no dia 13 de maio de 2015.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro  
Procurador Geral do Município

# Associações

## AMOSC

### RESOLUÇÃO Nº 03/2015

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó e Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26, incisos IV e VIII do Estatuto Social,

#### R E S O L V E

Art. 1º Autorizar um reajuste salarial aos funcionários da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC em 9,34%. (nove virgula trinta e quatro por cento).

Art. 2º Conceder aos Diretores de Departamento uma Gratificação de Função de 20% (vinte por cento) sobre o salário base pelo período que perdurar a designação do cargo de chefia.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 11 de maio de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente da AMOSC

## FECAM

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 - COLEGIADO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE – CEGEMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015

COLEGIADO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE – CEGEMA

A Presidente do COLEGIADO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE - CEGEMA, STELLA MARIS WANIS, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para reunião.

Data: 26 de maio de 2015.

Hora: 13h30min

Local: Sede da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS

Rua Cândido Ramos nº 250, Capoeiras. CEP: 88090-800 – Florianópolis/SC

Ordem do dia:

1. Apresentação da minuta do curso de capacitação em licenciamento ambiental;
2. Apresentação e recebimento de propostas para o V Seminário Estadual de Saneamento Ambiental (7 e 8 de julho);
3. Entendimento do Ministério Público de Santa Catarina quanto as APPs em Áreas Urbanas Consolidadas. Convidado: Promotor de Justiça do MP/SC Dr. Paulo Antônio Locatelli;
4. Solicitação do Ministério Público Estadual quanto à transformação de vegetação de restinga em preservação ambiental. Convidado: Promotor de Justiça do MP/SC Dr. Paulo Antônio Locatelli;
5. Contribuições de ações para auxiliar a inserção das cooperativas e associações de catadores no processo de gestão de resíduos. Convidado: Promotor de Justiça do MP/SC Dr. Paulo Antônio Locatelli;
6. Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável – SIDEMS. Formação do Grupo Meio Ambiente SIDEMS. Convidado: Emerson Souto (FECAM);
7. Assuntos diversos.

Florianópolis/SC, 27 de abril de 2015.

STELLA MARIS WANIS

Presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Meio Ambiente - CEGEMA

# Consórcios

## CIDEMA

### RESOLUÇÃO Nº 02/2015

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito Municipal de São Carlos, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 17 do Estatuto Social:

#### R E S O L V E

Art. 1º Autorizar um reajuste salarial aos empregados do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social Meio Ambiente – CIDEMA em 9,34%. (nove virgula trinta e quatro por cento).

Art. 2º Atualizar o Anexo Único da Primeira Alteração do Contrato de Consórcio Público parte integrante da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 11 de maio de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito de São Carlos

Presidente do CIDEMA

#### ANEXO ÚNICO

#### I - EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego	Vencimento R\$	Carga Horária	Provimento	Escolaridade Mínima	Vagas
Diretor Executivo	5.300,00	40h	Em Comissão	Curso Superior	1
Gerente de Programa	4.600,00	40h	Em Comissão	Curso Superior	4
Contador	3.900,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	1
Bioquímico	3.900,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	1
Engenheiro Químico	4.300,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	6
Engenheiro Agrônomo	3.900,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	3
Médico Veterinário	3.900,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	5
Nutricionista	3.100,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	2
Técnico em Alimentos	2.200,00	40h	Concurso Público	Ensino Médio	5
Técnico em Agropecuária	2.200,00	40h	Concurso Público	Ensino Médio	5
Auxiliar Administrativo	1.400,00	40h	Concurso Público	Ensino Médio	2
Auxiliar de Serviços Gerais	900,00	40h	Concurso Público	Ensino Fundamental	1
Total de Vagas					36

**CIM-AMAVI****RESOLUÇÃO Nº 05, DE 18/04/2015**

RESOLUÇÃO nº 05, de 18/04/2015.

Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial de três profissionais para exercerem as funções de Psicólogo, Assistente Social e Cuidadora no Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock.

NILSON FRANCISCO STAINSACK, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho de Administração,

**CONSIDERANDO:**

Que a estrutura de pessoal necessária ao funcionamento do "Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock", prevista no Contrato de Rateio e no Contrato de Consórcio Público, foi definida em decorrência de amplos estudos formalizados pelos entes envolvidos na instalação da entidade, quais sejam, Municípios, CIM-AMAVI, Ministério Público e Poder Judiciário;

Que há necessidade urgente de contratação de três profissionais, decorrentes do advento de termo final de contrato de Cuidadora e posse em concurso público da Psicóloga e da Assistente Social;

Que não houve deliberação favorável da Assembleia à realização de concurso público e preenchimento de empregos públicos, dada a impossibilidade de avaliar, pelo curto prazo de atividades desenvolvidas e sua perspectiva inovadora, a perpetuidade ou não da entidade de acolhimento na configuração originária, com gestão sob responsabilidade de 28 (vinte e oito) municípios congregados em consórcio multifinalitário, justamente porque as atividades apesar de destinadas à parcelas destes, requerem, quando necessária alteração do instrumento contratual, aprovação em todos os municípios consorciados, o que pode prejudicar a celeridade de ações imprescindíveis;

Que a realização de processo seletivo visando a contratação de profissionais e preenchimento de cadastro de reserva para as funções do quadro da entidade depende da ratificação pelas Câmaras Municipais dos entes consorciados da Resolução nº 05/2014 eis que esta, ao alterar o Contrato de Consórcio Público, promoveu alterações no regime jurídico dos profissionais tornando-o regime jurídico administrativo especial e permitiu que o prazo para contratações temporárias fundadas na implantação e execução de programas em fase inicial ou período experimental seja prorrogado por mais dois anos;

Que expirado o prazo para contratação temporária de profissionais para manutenção das atividades, não foi ratificada a alteração do Contrato de Consórcio Público pelas 28 (vinte e oito) Câmaras Legislativas dos Municípios Consorciados, ficando comprometida a continuidade das ações de acolhimento institucional;

Que o Conselho de Administração do CIM-AMAVI, em reunião do dia 11/03/2015, decidiu pela impossibilidade de manutenção das atividades de acolhimento institucional, por força dos argumentos expendidos no item anterior, tendo autorizado a realização de processo de Chamamento Público para os Municípios da Comarca de Ituporanga, visando a seleção de entidade não governamental apta a assumir os serviços de acolhimento;

Que o referido edital de chamamento está em fase de elaboração, não havendo prazo definido para sua conclusão, a variar de acordo com os acontecimentos que se sucederem no seu processamento

(impugnações, recursos, diligências, etc);

Que até a formalização de convênio entre os Municípios e a entidade não governamental as atividades de acolhimento institucional não podem ser interrompidas, a fim de não causar prejuízo aos atuais acolhidos e os porventura vindouros;

Que os Contratos de Rateio atualmente em vigor serão automaticamente rescindidos com a entrada em vigor dos convênios a serem firmados;

Que deixar de alocar o pessoal necessário à continuidade das atividades até a formalização de convênio importará em desatendimento da demanda apresentada pela 1ª Promotoria de Justiça e Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Ituporanga no Inquérito Civil SIG/MP: 06.2011.002784-4;

Que o Contrato de Consórcio Público prevê no § 20 da Cláusula Décima Sétima que "Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração".

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a contratação temporária em caráter emergencial de três profissionais para exercerem as funções de Psicólogo, Assistente Social e Cuidadora, pelo prazo certo de 03 (três) meses, prorrogáveis caso seja necessário à continuidade dos serviços de acolhimento institucional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de abril de 2015.

Nilson Francisco Stainsack  
Presidente do CIM-AMAVI

Agostinho Senem  
Diretor Executivo

**CIS/AMOSC****RESOLUÇÃO Nº 01/2015**

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

DANILO DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 15, inciso XIV, art. 17, inciso VIII do Estatuto Social,

**R E S O L V E**

Art. 1º Autorizar um reajuste salarial aos empregados do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC em 9,34%. (nove virgula trinta e quatro por cento).

Art. 2º Atualizar o Anexo II do Contrato de Consórcio Público parte integrante da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 11 de maio de 2015.

DANILO DAGA

Prefeito de Águas Frias

Presidente do CIS-AMOSC

**ANEXO II****I - EMPREGOS PÚBLICOS**

Emprego	Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Provimento	Escolaridade Mínima
Diretor Executivo	1	4.800,00	40h	Em Comissão	Curso Superior
Gerente de Programa	2	3.900,00	40h	Em Comissão	Curso Superior
Técnico Administrativo	2	2.600,00	40h	Concurso Público	Curso Superior
Auxiliar Administrativo	4	1.700,00	40h	Concurso Público	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	1	900,00	40h	Concurso Público	Ensino Fundamental
Total Geral	10				

**CVC****ATESTADO DE APROVAÇÃO 004/2015****ANEXO IV - ATESTADO DE APROVAÇÃO**

REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 001/2015 PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, em epígrafe, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
PN 0054	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	TURANZA ER300
PN 0055	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
PN 0062	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	M840
PN 0070	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	L355
PN 0071	PNEU 1100-22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	BFT595
PN 0073	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	L320S
PN 0087	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	TURANZA ER30
PN 0087	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
PN 0092	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	M714
PN 0094	PNEU 225/65R17 TIPO A, PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELER H/T 687
PN 0096	PNEU 225/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATIONS AT
PN 0096	PNEU 225/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELER A/T
PN 0098	PNEU 235/75R15 TIPO A PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATIONS AT
PN 0101	PNEU 255/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATIONS AT

Coronel Freitas - SC, 11 de maio de 2015.

Responsável pela avaliação

**CIGAMERIOS****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 002/2015**

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0002/2015.

**MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS**

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público e Privado, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art.114 da Lei nº8.666/93, solicita o comparecimento de todos os fabricantes e/ou fornecedores de Materiais Odontológicos e Correlatos, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e pelos Municípios consorciados, para apresentarem seus produtos em conformidade com as especificações técnicas contidas no ANEXO I desta Convocação e nos seguintes termos:

1– Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do Consórcio, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min, para solicitar a prévia aprovação do produto, conforme modelo de requerimento do ANEXO II em 2 (duas) vias;

2– Nessa oportunidade, os interessados deverão apresentar prospectos ou ficha técnica dos produtos que comercializam, comprovando o atendimento de todas as especificações para cada item apresentado de acordo com as especificações constantes no ANEXO I.

3– Para a provação dos Itens será feita a Análise (ANEXO III), em até 5(cinco) dias após o requerimento. Das marcas aprovadas será emitido pela Comissão o Atestado de Aprovação, conforme modelo do ANEXO IV, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios D.O.M., bem como disponibilizado no site deste Consórcio.

4– Quando da publicação dos Editais para aquisição de materiais odontológicos e correlatos, citando as marcas aprovadas através deste chamamento, somente poderão ser ofertadas as marcas com atestado de Aprovação.

5– Os atestados de aprovação não serão exclusivos dos fabricantes e/ou fornecedores solicitantes da análise, ficando disponíveis aos interessados para consulta, obtenção de cópias e utilização nas licitações que assim o permitirem.

6– Havendo discordância sobre a decisão a respeito da análise dos produtos tomada pela Comissão Especial de avaliação técnica, caberá recurso pelo fabricante e/ou fornecedor no prazo de até 2(dois) dias a contar da publicação dos itens aprovados, sendo o mesmo dirigido ao Administrador deste Consórcio Público.

7– O atestado valerá por tempo indeterminado, desde que perdurem os requisitos exigidos na especificação técnica ou desde que não haja alteração nas características técnicas do produto aprovado.

8– É de responsabilidade do eventual fabricante e/ou fornecedor informar quaisquer alterações que porventura venham a ocorrer com o produto aprovado (alteração da marca, da formulação, etc.) sendo passível de reprovação se o Consórcio detectar omissão de informações.

9– A íntegra deste Chamamento Público e de seus Anexos poderá ser obtida na Internet, no site do Consórcio integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS ([www.amerios.org.br](http://www.amerios.org.br)), ou ser retirada no endereço que consta no preâmbulo ou rodapé, junto ao Departamento de Compras e Licitações.

Maravilha (SC), 04 de maio de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente da Amerios

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0002/2015.

**MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS****ANEXO I**

1–Especificações mínimas de cada item:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO
1	UNID.	ABAIXADOR DE LÍNGUA BRUENINGS EM AÇO INOX COM ORIFÍCIOS, 19CM.
2	UNID.	ABRIDOR DE BOCA COM ABAIXADOR DE LÍNGUA EM PLÁSTICO (ADULTO E INFANTIL).
3	UNID.	ABRIDOR DE BOCA MOLT ADULTO.
4	UNID.	ABRIDOR DE BOCA MOLT INFANTIL, COM BORRACHA NAS PONTAS
5	UNID.	ABRIDOR DE BOCA MOLT INFANTIL.
6	UNID.	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% EM GEL, 2% DE CLORHEXIDINA, COM BAIXA VISCOSIDADE E SEM SILICA, SERINGA DE 2,5ML E ÁGUA PURIFICADA COM BICO DOZADOR DE METAL CURVO

7	UNID.	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% EM GEL, 2% DE CLORHEXIDINA, COM BAIXA VISCOSIDADE E SEM SILICA, SERINGA DE 2,5ML.
8	GALÃO	ÁCIDO PARACÉTICO, GALÃO COM 5 LITROS.
9	FRASCO	ACRÍLICO AUTOPOLIMERIZÁVEL EM LÍQUIDO INCOLOR, FRASCO COM 220ML.
10	FRASCO	ACRÍLICO AUTOPOLIMERIZÁVEL EM PÓ INCOLOR, FRASCO COM 220GR.
11	UNID.	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL COM CARGA NANOMÉTRICA DE 5NM, "PRIMER" E "ADESIVO" EM FRASCO ÚNICO, COM 6G. INDICADO PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL E CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS. FRASCO COM VEDAÇÃO ALTAMENTE CONFIÁVEL QUE PREVINA VAZAMENTOS, COM BICO ECONÔMICO QUE EVITE DESPERDÍCIO. COMPOSIÇÃO BIS-GMA, HEMA, DIURETANO DIMETADRILO, COPOLÍMEROS DO ÁCIDO POLIALCE-NÓICO, CANFORQUINONA, ÁGUA E ETANOL, GICEROL 1.3 DIMETACRILATO, 10% EM PESO DE SÍLICA COLOIDAL COM 5 NANÔMETROS.
12	UNID.	AFASTADOR FARABEUF
13	UNID.	AFASTADOR SENN MULLER
14	GALÃO	ÁGUA DESTILADA, GALÃO COM 5 LITROS.
15	FRASCO	ÁGUA OXIGENADA, 10VOL., FRASCO COM 1 LITRO.
16	CAIXA	AGULHA 25X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
17	CAIXA	AGULHA GENGIVAL, 30G CURTA, CAIXA COM 100 UNIDADES.
18	CAIXA	AGULHA GENGIVAL, LONGA, CAIXA COM 100 UNIDADES.
19	UNID.	ALAVANCA APICAL RETA ADULTO, LÂMINA LONGA, AFIADA, FINA E CÔNCAVA PROJETADA PARA DESLIZAR NAS PAREDES DA CAVIDADE ALVEOLAR, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL.
20	UNID.	ALAVANCA APICAL RETA DE HEIDBRINK
21	FRASCO	ÁLCOOL ETÍLICO 70°INPM, FRASCO COM 1000ML.
22	PACOTE	ALGINATO CLASSE B TIPO I: COM ALTA PRECISÃO E CAPACIDADE DE CÓPIA, SENDO CAPAZ DE REPRODUZIR FACILMENTE DETALHES COM MENOS DE 50M DE ESPESSURA, REPRODUZ OS MAIS FINOS DETALHES DEVIDO A GRANDE COMPATIBILIDADE COM GESSO, APRESENTANDO BAIXA DEFORMAÇÃO PERMANENTE (APENAS 3%) EM CURTO TEMPO DE PRESSÃO (DE 1,35 A 2 MINUTOS) ALÉM DE EXCELENTE PROPRIEDADES DE TIXOTROPIA, ESCOAMENTO E ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA AO RASGAMENTO, LIVRE DE POEIRA, PRESA RÁPIDA, COMPATIBILIDADE COM GESSOS ODONTOLÓGICOS, ALTA RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO E BAIXA SENERESE E DESSECAÇÃO. PESO 454 GRAMAS.
23	PACOTE	ALGINATO ESPECIAL PARA USO EM PRÓTESES REMOVÍVEIS, AROMA DE MENTA LIVRE DE POEIRA, ABSORÇÃO RÁPIDA DA ÁGUA, FÁCIL MISTURA, LONGA CONSERVABILIDADE DO MOLDE, ALGINATO TIXOTROPICO COM VERDE, MASSA HOMOGÊNEA E SUPERFÍCIES LISAS E COMPACTAS, DESINFECÇÃO SEGURA, COM STERIGUM, EMBALADO EM ATMOSFERA MODIFICADA.
24	PACOTE	ALGODÃO EM BOLAS HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100%, ALGODÃO DEVE SER ALTAMENTE ABSORVENTE, PACOTE COM 100 GRAMAS.
25	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO 500 GRAMAS.
26	UNID.	ALICATE PERFURADOR AINSWORTH, EM AÇO, TAMANHO 15CM.
27	UNID.	ALLIS 6526 12098-7
28	FRASCO	ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE, FRASCO COM 250 ML.
29	UNID.	ALVEOLOTOMO LUER CURVO
30	CAIXA	ANESTÉSICO ESTÉRIL LOCAL INJETÁVEL, COM VASO CONSTRICTOR NÃO ADRENÉGICO DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% (20MG/ML) EM ASSOCIAÇÃO COM NOREPINEFRINA 0,04 MG/ML, ACONDICIONADAS EM CARPULES PLÁSTICAS DE 1,8ML. CAIXA COM 50 UNIDADES DE TUBETES PLÁSTICOS.
31	CAIXA	ANESTÉSICO ESTÉRIL LOCAL INJETÁVEL, COM VASO CONSTRICTOR NÃO ADRENÉGICO DE CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 2% (20MG/ML) EM ASSOCIAÇÃO COM EPINEFRINA 0,01 MG/ML, ACONDICIONADAS EM CARPULES PLÁSTICAS DE 1,8ML. CAIXA COM 50 UNIDADES DE TUBETES PLÁSTICOS.
32	CAIXA	ANESTÉSICO INJETÁVEL CLORIDRATO DE ARTICAÍNA 4%, COM VASO-CONSTRICTOR. CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8ML, ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES DE CRISTAL CADA.
33	FRASCO	ANESTÉSICO TÓPICO COM 20% DE BENZOCAINA, COM SABOR TUTTI- FRUTTI, FRASCO COM 12G.
34	CAIXA	ANESTÉSICO, CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA COM EPINEFRINA 2% 1:100.000. CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8ML, ACONDICIONADO EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES DE CRISTAL CADA.
35	CAIXA	ANESTÉSICO, CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 3% SEM VASOCONSTRICTOR. CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8ML, ACONDICIONADO EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA.
36	CAIXA	ANESTÉSICO, LIDOCAÍNA SEM VASOCONSTRICTOR. CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8ML.
37	FRASCO	ANTISSÉPTICO BUCAL COM GLUCONATO DE CLORHEXIDINA A 0,12% COM OS SEGUINTE COMPONENTES INATIVOS ÁGUA GLICERINA, ETANOL, POLISORBATO 20, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA COM SABOR DE MENTA. FRASCO COM 1000 ML.
38	FRASCO	ANTISSÉPTICO BUCAL, COM 1,5L, COM BICO DOSADOR.
39	CAIXA	APLICADOR DE MATERIAL DENTÁRIO, TAMANHO REGULAR. CAIXA COM 100 UNIDADES.
40	CAIXA	APLICADOR DESCARTÁVEL, COM DOIS PONTOS DE DOBRA, PONTA EXTRA-FINE, CAIXA COM 100 UNIDADES.
41	CAIXA	APLICADOR DESCARTÁVEL, COM DOIS PONTOS DE DOBRA, PONTA FINE, CAIXA COM 100 UNIDADES.
42	UNID.	ARCO DOBRÁVEL PARA ISOLAMENTO DE PLÁSTICO.
43	UNID.	AVENTAL PLUMBÍFERO. TAMANHO MÍNIMO DE 100 X 60 CM, DE CHUMBO CIRÚRGICO, COM PROTETOR DE TIREÓIDE, PARA PROTEÇÃO DO PACIENTE, CONFECCIONADO EM BORRACHA PLUMBÍFERA ACABAMENTO EM TECIDO ESPECIAL LAVÁVEL.

44	PACOTE	BABADOR DESCARTÁVEL COM VIÉS, COR BRANCA, NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, HIPOALERGÊNICO, PACOTE COM 100 UNIDADES.
45	PACOTE	BABADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL, IMPERMEÁVEL, COM DUAS CAMADAS DE PAPEL E UMA PLÁSTICA, COR BRANCA OU AZUL, PACOTE COM 100 UNIDADES.
46	UNID.	BANDA MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM.
47	UNID.	BANDA MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM.
48	UNID.	BANDEJA EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, RETANGULAR LISA, TAMANHO 22CMX12CMX1CM
49	FRASCO	BICARBONATO DE SÓDIO PARA PROFILAXIA, COM ALTO GRAU DE PUREZA, GRANULAÇÃO EXTRA FINA, FLUIDIFICAÇÃO, AROMA NATURAL FRASCO COM 200GR.
50	CAIXA	BICARBONATO DE SÓDIO, PÓ PARA PROFILAXIA ODONTOLÓGICA, SABOR NATURAL. CAIXA COM 24 SACHES DE 40G.
51	BLOCO	BLOCO COM PAPEL IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL PARA ESPATULAÇÃO, TAMANHO 7X10CM, COM 50 FOLHAS.
52	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 701, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL
53	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 702, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL
54	UNID.	BROCA 199Z EM AÇO INOX.
55	UNID.	BROCA 3083 DE AÇO INOXIDÁVEL GRAU CIRÚRGICO COM HASTE FG. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
56	UNID.	BROCA 3169 F EM AÇO COM PONTA DIAMANTADA.
57	UNID.	BROCA 3200 EM AÇO.
58	UNID.	BROCA BAIXA ROTAÇÃO Nº 245 (ESFÉRICA).
59	UNID.	BROCA BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA RETA Nº 06.
60	UNID.	BROCA BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA RETA Nº 07.
61	UNID.	BROCA BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA RETA Nº 700.
62	UNID.	BROCA BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA RETA Nº 703 L.
63	UNID.	BROCA BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA RETA Nº 8.
64	UNID.	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA Nº 2, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.
65	UNID.	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA Nº 4, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.
66	UNID.	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA Nº 8, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.
67	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 02.
68	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 03.
69	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 1, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
70	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 1/2, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
71	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 2, ALTA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.
72	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 2, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
73	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 3, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
74	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 329.
75	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 4, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
76	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 5, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
77	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 5HL, HASTE LONGA, ALTA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.
78	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 701, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.
79	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 702, ALTA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.
80	UNID.	BROCA CARBIDE Nº 702, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.
81	UNID.	BROCA CIRÚRGICA 703 EM CARBONETO TUNGSTÊNIO.
82	UNID.	BROCA CIRÚRGICA HASTE LONGA Nº 08.
83	UNID.	BROCA CIRÚRGICA Nº 02.
84	UNID.	BROCA CIRÚRGICA Nº 04.
85	UNID.	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1011, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
86	UNID.	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012 HASTE LONGA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.





119	UNID.	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
120	UNID.	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195 FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
121	UNID.	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
122	UNID.	BROCA ENDO Z 22MM MEDIUM
123	UNID.	BROCA GATES GLINDEM Nº. 01, PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM.
124	UNID.	BROCA GATES GLINDEM Nº. 02, PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM.
125	UNID.	BROCA GATES GLINDEM Nº. 03, PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM.
126	UNID.	BROCA GATES GLINDEM Nº. 04, PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM.
127	UNID.	BROCA LENTULO COM 4-25MM.
128	UNID.	BROCA MAXICUT TUNGSTÊNIO Nº 72 FX 60
129	UNID.	BROCA MAXICUT TUNGSTÊNIO Nº 79 G 60
130	UNID.	BROCA PARA ACABAMENTO 3168. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
131	UNID.	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 1, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
132	UNID.	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 2, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
133	UNID.	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 3, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
134	UNID.	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 4, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
135	UNID.	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 5, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
136	UNID.	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 6, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
137	UNID.	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 7, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
138	UNID.	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 8, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.
139	UNID.	BROCA PARA OSSO ZECRYA LONGA EM AÇO CARBIDE.
140	UNID.	BROCA PARA PEÇA RETA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE Nº 1503.
141	UNID.	BROCA PARA PEÇA RETA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE Nº 1507.
142	UNID.	BROCA PARA PEÇA RETA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE Nº 1508.
143	UNID.	BROCA PARA PEÇA RETA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE Nº 1510 – F.
144	UNID.	BROCA PARA PEÇA RETA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE Nº 1594.
145	UNID.	BROCA SHOFU CHAMA DE VELA.
146	UNID.	BROCA SHOFU ESFÉRICA.
147	UNID.	BROQUEIRO AUTOCLAVÁVEL DE PLÁSTICO COM NO MÍNIMO 12 FUROS.
148	UNID.	BROQUEIRO AUTOCLAVÁVEL EM INOX PARA NO MÍNIMO 15 PONTAS FG (BROCA ALTA ROTAÇÃO).
149	UNID.	CABO DE BISTURI Nº 3, MATERIAL CONFECCIONADO EM AÇO INOX. MATERIAL AUTOCLAVÁVEL.
150	UNID.	CABO PARA ESPELHO LISO.
151	UNID.	CABO PARA ESPELHO.
152	UNID.	CAIXA COLETORA PARA PERFURO CORTANTE 03 LITROS - COM BANDEJA COLETORA DE PAPELÃO, PAREDES E FUNDO RESISTENTE DE PAPELÃO E SACO PLÁSTICO, TRAVAS PROVISÓRIAS E PERMANENTE.
153	UNID.	CAIXA PARA ESTERILIZAÇÃO EM AÇO INOX, MEDINDO 20X10X5CM.
154	KIT	CALCADOR PAIVA, KIT COM 04 PEÇAS Nº 1, 2, 3, 4.
155	UNID.	CÂMARA ESCURA, PORTÁTIL, OPACA, PARA REVELAÇÃO DE RX ODONTOLÓGICO.
156	UNID.	CÂNULA DE ASPIRAÇÃO PARA ENDODONTIA, METÁLICA PONTA GROSSA MAIOR.
157	CÁPSULA	CÁPSULA DE AMÁLGAMA DE 1 PORÇÃO.
158	CÁPSULA	CÁPSULA DE AMÁLGAMA DE 2 PORÇÃO.
159	BLOCO	CARBONO EM FILME, CÓPIA EXTREMAMENTE FIEL, NÃO BORRA, FINO, COM ESPESSURA DE 0,02 MILÍMETROS E 10 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO POR FOLHA, COM 12 FOLHAS.
160	UNID.	CARIOSTÁTICO LÍQUIDO 10%, 10ML.
161	PACOTE	CARTELA PARA RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA, PARA DUAS PELÍCULAS PERIAPICAIS. PACOTE COM 100 CARTELAS.
162	PACOTE	CARTELA PLÁSTICA COM 06 FUROS, PARA RADIOGRAFIA PERIAPICAL, PACOTE COM 100 UNIDADES.

163	CAIXA	CERA ROSA Nº 07, CAIXA COM 18 LÂMINAS.
164	CAIXA	CERA UTILIDADE VERMELHA. CAIXA COM 5 LÂMINAS
165	FRASCO	CIMENTO CIRÚRGICO LÍQUIDO, A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL, FRASCO COM 20ML.
166	FRASCO	CIMENTO CIRÚRGICO PÓ, A BASE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL, FRASCO COM 50GR.
167	KIT	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO SISTEMA PASTA-PASTA. COMPOSIÇÃO ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CÁLCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, ETITOLUENO SULFONAMIDA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DE TITÂNIO, ES-TEORATO DE ZINCO E CORANTE MINERAIS. APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATA LIZADORA COM 11G E 1 BLOCO DE MISTURA. COM REGISTRO NA ANVISA.
168	UNID.	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO SISTEMA PASTA-PASTA. COMPOSIÇÃO ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CÁLCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, ETITOLUENO SULFONAMIDA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DE TITÂNIO, ES-TEORATO DE ZINCO E CORANTE MINERAIS. APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATALIZADORA, NÃO CONTENDO ÁGUA PURIFICADA NA SUA COMPOSIÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA.
169	KIT	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO. COMPOSIÇÃO : PÓ : VIDRO DE FLUORSILICATO DE VIDRO, COPOLÍMEROS DE ÁCIDO CARBÔNICO (POLIACRÍLICO E MALEICO) E PIGMENTOS. LÍQUIDO: SOLUÇÃO DE ÁCIDO TARTÁRICO. APRESENTAÇÃO: KIT PEQUENO: 1 FRASCO COM 8G DE PÓ E 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 5 ML, COLHER DOSADORA E BLOCO DE ESPATULAÇÃO
170	FRASCO	CIMENTO DE OXIFOSTATO DE ZINCO LÍQUIDO, COM 28ML.
171	FRASCO	CIMENTO ENDODÔNTICO LÍQUIDO, FRASCO COM 10ML.
172	FRASCO	CIMENTO ENDODÔNTICO PÓ, FRASCO COM 10GR.
173	FRASCO	CIMENTO FOSFATO DE ZINCO PÓ, FRASCOM COM 28GR.
174	KIT	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL. APRESENTAÇÃO: 1 FRASCO DE PÓ A1 COM 5G, 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 2,5ML, 1 FRASCO DE PRIMER COM 2,5ML, 1 FRASCO DE ALPHA BOND COM 5ML.
175	KIT	CIMENTO REPARADOR PARA COMPLICAÇÕES ENDODÔNTICAS MTA. KIT COM 07 DOSES NA COR BRANCA.
176	UNID.	CINZEL MICRO OCHSENBEIN ANGULADOS
177	UNID.	CINZEL MICRO OCHSENBEIN RETOS
178	UNID.	CINZEL PARA OSSO COM PONTA GOIVA Nº 1G, REF. 10505.
179	FRASCO	CLOREHEXIDINE 2%, SOLUÇÃO AQUOSA PARA LIMPEZA DE CAVIDADES E INSTRUMENTOS, FRASCO COM 100ML.
180	FRASCO	CLOREXIDINA 2%, FRASCO COM 1000ML.
181	UNID.	COLETE DE CHUMBO ADULTO COM PROTETOR DE TIREOIDE.
182	UNID.	COLGADURA INDIVIDUAL INOX, PACOTE COM 10 UNIDADES. PARA PRENDER E PENDURAR FILMES RADIOGRÁFICOS.
183	UNID.	COLLIN 24CM
184	UNID.	CONDENSADOR GUTAPERCHA MACSPADEN 25MM DE COMPRIMENTO Nº. 50, BLISTER COM 04 UNIDADES.
185	UNID.	CONDENSADOR GUTAPERCHA MACSPADEN 25MM DE COMPRIMENTO Nº. 60, BLISTER COM 04 UNIDADES.
186	UNID.	CONDENSADOR GUTAPERCHA MACSPADEN 25MM DE COMPRIMENTO Nº. 70, BLISTER COM 04 UNIDADES.
187	CAIXA	CONE DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, 3ª SÉRIE (90-140), CAIXA COM 120 PONTAS.
188	CAIXA	CONE ACESSÓRIO DE GUTAPERCHA B7, CAIXA COM 120 PONTAS.
189	CAIXA	CONE ACESSÓRIO DE GUTAPERCHA B8, CAIXA COM 120 PONTAS.
190	CAIXA	CONE ACESSÓRIO R7, ROLADAS A MÃO E COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO. CAIXA COM 120 UNIDADES.
191	CAIXA	CONE ACESSÓRIO, ROSA FM. CAIXA COM 120 UNIDADES.
192	CAIXA	CONE ACESSÓRIO, ROSA XF. CAIXA COM 120 UNIDADES.
193	CAIXA	CONE DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, 2ª SÉRIE (45 À 80), CAIXA COM 120 PONTAS.
194	CAIXA	CONE DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, 3ª SÉRIE (90-140), CAIXA COM 120 PONTAS.
195	CAIXA	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 2ª SERIE 45-60. CAIXA COM 120 UNIDADES.
196	CAIXA	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 1ª SERIE 15-40. CAIXA COM 120 UNIDADES.
197	CAIXA	CONE GUTA PERCHA PRINCIPAL, CALIBRADO DENTRO DOS PADRÕES DA ISO, OBTURADOR DE CANAL RADICULAR Nº 45. CAIXA COM 120 UNIDADES.
198	CAIXA	CONE GUTA PERCHA SECUNDÁRIO R8, ROLADAS A MÃO E COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO. CAIXA COM 120 UNIDADES.
199	CAIXA	CONE PRINCIPAL DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO, COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, SÉRIE 1, CAIXA COM 120 PONTAS Nº. 25.
200	CAIXA	CONE PRINCIPAL DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO, COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, SÉRIE 1, CAIXA COM 120 PONTAS Nº. 30.
201	CAIXA	CONE PRINCIPAL DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO, COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, SÉRIE 1, CAIXA COM 120 PONTAS Nº. 35.
202	CAIXA	CONE PRINCIPAL DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO, COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, SÉRIE 1, CAIXA COM 120 PONTAS Nº. 40.

203	UNID.	CREME DENTAL ADULTO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM TUBO PLÁSTICO COM 90 GRAMAS. FÓRMULA BÁSICA: DE 1400 A 1600 PPM DE FLÚOR, COM AROMA. APRESENTAR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA.
204	UNID.	CREME DENTAL INFANTIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM TUBO PLÁSTICO COM 50 GRAMAS. FÓRMULA BÁSICA: SEM FLÚOR, COM AROMA. APRESENTAR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA.
205	UNID.	CUBA METÁLICA ENDODÔNTICA.
206	CONJ	CUBA PLÁSTICA, UTILIZADA PARA IMERSÃO DE ALICATES E INSTRUMENTOS DIVERSOS EM DETERGENTE ENZIMÁTICO, CONFORME AS RECENTES RECOMENDAÇÕES DE BIOSSEGURANÇA. PRÁTICA ORGANIZADORA E RESISTENTE. CONJUNTO COM 3 PEÇAS: CUBA PLÁSTICA, ESCORREDOR E TAMPA. 23 X 10,5 X 31 CM (L X A X P). 383 G.
207	CAIXA	CUNHA CERVICAL DE MADEIRA PARA O TRAVAMENTO DE MATRIZES. CAIXA COM 100 UNIDADES.
208	BISNAGA	CURATIVO ALVEOLAR (ALVEOLEX), BISNAGA COM 20 GRAMAS.
209	UNID.	CURETA DE LUCAS Nº 85
210	UNID.	CURETA GRACEY 11-12 DE CABO OCO E GROSSO
211	UNID.	CURETA GRACEY 1-2 DE CABO OCO E GROSSO
212	UNID.	CURETA GRACEY 13-14 DE CABO OCO E GROSSO
213	UNID.	CURETA GRACEY 3-4 DE CABO OCO E GROSSO
214	UNID.	CURETA GRACEY 5-6 DE CABO OCO E GROSSO
215	UNID.	CURETA GRACEY 7-8 DE CABO OCO E GROSSO
216	UNID.	CURETA GRACEY 9-10 DE CABO OCO E GROSSO
217	UNID.	CURETA MCCALL 13-14 DE CABO OCO E GROSSO
218	UNID.	CURETA MCCALL 17-18 DE CABO OCO E GROSSO
219	UNID.	CURETA PARA DENTINA.
220	UNID.	CURETA UNIVERSAL DE MCCALL #13-14.
221	KIT	CURETAS DE RASPAGEM TIPO GRACEY, CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO, COM CABO OCO NºS. 5/6, 11/12, 13/14 E 7/8.
222	UNID.	DEDEIRA DE BORRACHA PARA AMÁLGAMA
223	UNID.	DESCOLADOR DE MOLT 2-4
224	FRASCO	DESINFETANTE (GERMICIDA) DE SUPERFÍCIE FIXA, BACTERICIDA, BACTERIOSTÁTICO, GERMICIDA E FUNGICIDA COM PRINCÍPIO ATIVO QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, (LÍQUIDO ROSA) FRASCO COM 1000ML.
225	GALÃO	DESINFETANTE (GERMICIDA), SOLUÇÃO A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E FORMOLDEÍDO (DESINFETANTE HOSPITALAR DE ARTIGOS SEMI- CRÍTICOS), GALÃO COM 5 LITROS.
226	KIT	DESSENSIBILIZANTE GEL 2%, COM NITRATO DE POTÁSSIO + FUORETO DE SÓDIO, CONTÉM 1 SERINGA COM 2,5GR DE PRODUTO E 1 PONTEIRA.
227	FRASCO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 03, 04 OU 05 ENZIMAS, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000 ML, DILUIÇÃO DE 2,0 ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE, FRASCO COM 1000ML.
228	GALÃO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 03, 04 OU 05 ENZIMAS, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000 ML, DILUIÇÃO DE 2,0 ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA. SEM CORANTE. GALÃO COM 5 LITROS.
229	CAIXA	DISCOS DE LIXA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE MATERIAIS RESTAURADORES COM GRANULAÇÃO FINA, MÉDIA, GROSSA, COM MANDRIL DE PRESSÃO.
230	FRASCO	E.D.T.A, COMPOSTO QUELANTE A BASE DE ÁCIDO ETILENODIAMINO TETRA ACÉTICO, EMBALAGEM COM 20ML, REGISTRO NA ANVISA/MS.
231	UNID.	ESCAVADOR DE DENTINA Nº 5
232	UNID.	ESCOVA DE AÇO, PARA LIMPEZA DE BROCAS, CERDAS DE AÇO E TUBO DE PLÁSTICO.
233	CAIXA	ESCOVA DE MÃO, DESCARTÁVEL. CAIXA COM 50 UNIDADES.
234	UNID.	ESCOVA DE ROBSON, PARA CONTRA-ÂNGULO, RETA, COR PRETA.
235	UNID.	ESCOVA DE ROBSON, PLANA, COR BRANCA.
236	UNID.	ESCOVA DENTAL ADULTO, CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 04 (QUATRO) FILEIRAS DE TUFO, COM NO MÍNIMO 34 TUFO DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, ESCOVA COMPACTA, CABO OPACO, ANATÔMICO EM POLIPROPILENO ATÓXICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 17 CM. A ESCOVA DEVE CONTER A MARCA IMPRESSA EM RELEVO NO CABO. POSSUIR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA, DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 97, DE 26 DE JUNHO DE 1996. EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM ESTOJO PLÁSTICO PROTETOR DE CERDAS, TIPO MALETA, EM SAQUINHO PLÁSTICO LACRADO, TIPO FLOW PACK.

237	UNID.	ESCOVA DENTAL ADULTO, CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 04 (QUATRO) FILEIRAS DE TUFOS, COM NO MÍNIMO 34 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, ESCOVA COMPACTA, CABO OPACO, ANATÔMICO EM POLIPROPILENO ATÓXICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 17 CM. A ESCOVA DEVE CONTER A MARCA IMPRESSA EM RELEVO NO CABO. POSSUIR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA, DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 97, DE 26 DE JUNHO DE 1996. EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM ESTOJO PLÁSTICO PROTETOR DE CERDAS, TIPO MALETA, EM SAQUINHO PLÁSTICO LACRADO, TIPO FLOW PACK.
238	UNID.	ESCOVA DENTAL INFANTIL, CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 04 (QUATRO) FILEIRAS DE TUFOS, COM NO MÍNIMO 28 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, ESCOVA COMPACTA, CABO OPACO, ANATÔMICO EM POLIPROPILENO ATÓXICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15 CM. A ESCOVA DEVE CONTER A MARCA IMPRESSA EM RELEVO NO CABO. POSSUIR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA, DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 97, DE 26 DE JUNHO DE 1996. EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM ESTOJO PLÁSTICO PROTETOR DE CERDAS, TIPO MALETA, EM SAQUINHO PLÁSTICO LACRADO, TIPO FLOW PACK.
239	KIT	ESPAÇADOR DIGITAL CÔNICO. ABCD 25MM (COM 4 UNIDADES SORTIDAS)
240	UNID.	ESPÁTULA DE INSERÇÃO, DE PLÁSTICO.
241	UNID.	ESPÁTULA EM TITÂNIO DE INSERÇÃO, MOD. THOMPSON Nº 1.
242	UNID.	ESPÁTULA EM TITÂNIO, MODELO THOMPSON Nº 4.
243	UNID.	ESPÁTULA EM TITÂNIO, MODELO THOMPSON Nº 6.
244	UNID.	ESPÁTULA Nº 24, CONFECCIONADA EM METAL
245	UNID.	ESPÁTULA PARA INSERÇÃO DE RESINA COMPOSTA N. 4.
246	UNID.	ESPÁTULA PLÁSTICA PARA MANIPULAÇÃO DE ALGINATO E GESSO.
247	UNID.	ESPELHO CLÍNICO Nº 3 PARA REPOSIÇÃO AÇO INOXIDÁVEL.
248	UNID.	ESPELHO DE MÃO COM CABO
249	UNID.	ESPELHO ODONTOLÓGICO, PLANO Nº 05.
250	CAIXA	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLIZADO, CAIXA COM 10 UNIDADES.
251	FRASCO	EUGENOL LÍQUIDO, FRASCO COM 20ML.
252	FRASCO	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA A BASE DE FUCSINA BÁSICA EM SOLUÇÃO PRONTA PARA USO, FRASCO DOM 500 ML.
253	CARTELA	EXTIRPA NERVOS, CARTELA COM 10 UNIDADES.
254	CAIXA	FILME RADIOGRÁFICO OCLUSAL. CAIXA COM 25 UNIDADES.
255	CAIXA	FILME RAO X, ADULTO, 3X4CM, COM REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 150 UNIDADES.
256	CAIXA	FILME RAO X, INFANTIL, 2X3CM, COM REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 100 UNIDADES.
257	CAIXA	FIO AGULHADO DE NYLON, Nº 03, AGULHA 1/2, CAIXA COM 24 UNIDADES.
258	CAIXA	FIO AGULHADO DE NYLON, Nº 04, AGULHA 1/2, CAIXA COM 24 UNIDADES.
259	CAIXA	FIO AGULHADO DE SEDA PARA SUTURA ODONTOLÓGICA PRETA-TRANÇADA 3-0, COM 45CM, AGULHA TRIANGULAR/CORTANTE, NÃO ABSORVÍVEL E ESTÉRIL. CAIXA COM 24 UNIDADES.
260	CAIXA	FIO AGULHADO DE SEDA, Nº 03, AGULHA 1/2, CAIXA COM 24 UNIDADES.
261	CAIXA	FIO AGULHADO DE SEDA, Nº 04, AGULHA 1/2, CAIXA COM 24 UNIDADES.
262	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, ESTÉRIL EM RAO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, COM REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.
263	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 5.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, ESTÉRIL EM RAO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, COM REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.
264	UNID.	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, ENCERADO E COM AROMA, EXTRA FINO, ROLO DE 25M.
265	UNID.	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, ENCERADO E COM AROMA, EXTRA FINO. ROLO DE 100M.
266	UNID.	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, ENCERADO E COM AROMA, EXTRA FINO. ROLO DE 50M.
267	UNID.	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, ENCERADO E COM AROMA, EXTRA FINO. ROLO DE 100M.
268	UNID.	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, ENCERADO E COM AROMA. ROLO DE 500M.
269	UNID.	FIO GENGIVAL 00
270	UNID.	FIO GENGIVAL 000
271	ROLO	FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MM X 30M, DORSO DE PAPEL CREPADO Á BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS, MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
272	UNID.	FITA DE TEFLON PARA SELADORA (COMPATÍVEL COM SELADORA MARCAS CRITÓFOLI PLUS E SULPACK SPSM-350BA), COM PARTE ATIVA DE AQUECIMENTO COM 35CM DE COMPRIMENTO X 1,5 LARGURA.
273	UNID.	FIXADOR DE RAO X, COMPOSIÇÃO 80 A 85% CONTENDO ÁGUA, E AUSÊNCIA DE ÁCIDO ACÉTICO, FRASCO COM 475 ML, PRONTO PARA USO.
274	FRASCO	FLÚOR (LÍQUIDO) USO TÓPICO, PARA BOCHECHO, FRASCO COM 500ML.
275	FRASCO	FLÚOR ACIDULADO (1,23% F) GEL, FRASCO DE 200ML.
276	FRASCO	FLÚOR GEL, NEUTRO 2%, PARA APLICAÇÃO TÓPICA, FRASCO COM 200ML.

277	SACHE	FLUORETO DE SÓDIO, SACHE COM 2 GRAMA PARA BOCHECHOS SEMANAIS.
278	UNID.	FÓRCEPS Nº 150
279	UNID.	FÓRCEPS Nº 150, INFANTIL
280	UNID.	FÓRCEPS Nº 151
281	UNID.	FÓRCEPS Nº 151, INFANTIL
282	UNID.	FÓRCEPS Nº 16
283	UNID.	FÓRCEPS Nº 65
284	UNID.	FÓRCEPS Nº 66
285	UNID.	FÓRCEPS Nº 68
286	UNID.	FÓRCEPS Nº 69
287	FRASCO	FORMOCRESOL, FRASCO COM 10ML.
288	UNID.	GAVETEIRO CLÍNICO ODONTOLÓGICO, COM RODÍZIOS COMPOSTO POR 3 GAVETAS DE 06CM E 4 GAVETAS DE 12CM CONFECCIONADO EM MADEIRA, GAVETAS PLÁSTICAS EM POLIESTIRENO, PUXADORES EM ALUMÍNIO.
289	PACOTE	GAZE EM COMPRESSA - GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5 X 7,5CM E 15 X 30 CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
290	UNID.	GEL ANESTÉSICO TÓPICO, BENSOCAINA A 20%, COM 12G.
291	KG.	GELO SECO.
292	PACOTE	GESSO COMUM BRANCO, TIPO II, PACOTE COM 2KG.
293	PACOTE	GESSO ESPECIAL, GESSO DE ALTA EXPANSÃO (MICRO GRANULADO), PACOTE COM 100GR.
294	PACOTE	GESSO PEDRA TIPO IV, PACOTE COM 1KG.
295	PACOTE	GORRO DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.
296	PACOTE	GORRO DESCARTÁVEL, MODELO MASCULINO, COR BRANCA, PACOTE COM 10 UNIDADES.
297	UNID.	GRAMPO IVORY 212.
298	UNID.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 204.
299	UNID.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 206.
300	UNID.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 208.
301	UNID.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 211.
302	UNID.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 26.
303	UNID.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO W8A.
304	UNID.	GRAMPO PARA REVELAR RAIOS X ODONTOLÓGICOS.
305	UNID.	GRAU DE BORRACHA, PARA GESSO E ALGINATO, CAPACIDADE 350ML.
306	FRASCO	HEMOSTÁTICO LÍQUIDO, FRASCO COM 10ML.
307	UND	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA FORRAMENTO COR SEMELHANTE A DENTINA. APRESENTAÇÃO: SERINGA COM PONTAS PARA APLICAÇÃO.
308	FRASCO	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, P.A, FRASCO COM 10GR.
309	FRASCO	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, SOLUÇÃO 2,5%, FRASCO COM 1000ML.
310	FRASCO	IODOFÓRMIO PÓ, FRASCO COM 10GR.
311	KIT	IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LÍQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A3.
312	KIT	IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LÍQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A2.
313	FRASCO	IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO, APRESENTADO NA FORMA DE LÍQUIDO, FRASCO COM 8ML.
314	PACOTE	JALECO BRANCO CIRÚRGICO DESCARTÁVEL DE TNT, TAMANHO GRANDE (G), MANGA LONGA COM RIBANA, PARA AMARRAR NAS COSTAS, PACOTE COM 10 UNIDADES.
315	KIT	KIT CONTENDO: 01 CANETA DE ALTA-ROTAÇÃO PUSH-BOTTON, ROTAÇÃO MÁXIMA 380.000 RPM COM 64 DECIBELIS, SPRAY TRÍPLIO ROTAÇÃO, TORQUE DE 0,13N CM, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE; 01 CONTRA-ÂNGULO, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE; 01 MICRO-MOTOR, MAX. 20.000 RPM; 01 PEÇA RETA ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. EQUIPAMENTO COM REGISTRO NA ANVISA E CERTIFICADO DE BPF.
316	KIT	KIT CIRÚRGICO DE CAMPO ESTERILIZADO. CONTENDO: 02 TOALHAS DE MÃO (COMPRESSA CIRÚRGICA), 02 AVENTAIS CIRÚRGICOS BRANCO (AMARRAÇÃO NAS COSTAS), 01 CAMPO PARA BANCADA GRANDE TAMANHO MÍNIMO 1,20 X 0,50, 01 CAMPO DE MESA TAMANHO 0,70X0,70, 01 PROTETOR DE REFLETOR, 02 PROTETORES DE SUGADOR/ MANGUEIRA TAMANHO 1,20 X 0,08, 01 CAMPO CIRÚRGICO TAMANHO 1,20 X 0,70 COM FENESTRA DIÂMETRO 11CM. MATERIAL EM TNT ESPESSURA GROSSA.
317	KIT	KIT COM BORRACHAS PARA POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA, COM 7 UNIDADES, COM TAMANHOS DIVERSOS PARA BAIXA ROTAÇÃO (TAÇA, DISCO E CHAMA DE VELA).
318	KIT	KIT CONTENDO: 01 CANETA DE ALTA-ROTAÇÃO PUSH-BOTTON, ROTAÇÃO MÁXIMA 380.000 RPM COM 64 DECIBELIS, SPRAY TRÍPLIO ROTAÇÃO, TORQUE DE 0,13N CM, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE; 01 CONTRA-ÂNGULO, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE; 01 MICRO-MOTOR, MAX. 20.000 RPM; 01 PEÇA RETA ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. EQUIPAMENTO COM REGISTRO NA ANVISA E CERTIFICADO DE BPF.
319	KIT	KIT DE ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO ENDODÔNTICA, CONTENDO 3 PEÇAS DE AGULHA COM ADAPTADOR E 1 PEÇA INTERMEDIÁRIO METÁLICO.

320	KIT	KIT PONTAS DE ACABAMENTO/POLIMENTO DE SILICONE PARA RESINA COMPOSTA. KIT CONTENDO 4 SILICONES ABRASIVOS DE GRANULAÇÃO FINA E 4 SILICONES ABRASIVOS DE GRANULAÇÃO EXTRA FINA.
321	CAIXA	LÂMINA BISTURI Nº 11, EM AÇO CARBONO ESTERILIZADA, CAIXA COM 100 UNIDADES.
322	CAIXA	LÂMINA BISTURI Nº 12, EM AÇO CARBONO ESTERILIZADA, CAIXA COM 100 UNIDADES.
323	CAIXA	LÂMINA CIRÚRGICA 15 DE AÇO INOX E ESTERILIZADA SOB RADIAÇÃO GAMA, EMBALADA UNITARIAMENTE EM ENVELOPE CONSTITUÍDO PELA ESTRUTURA ALUMÍNIO-POLI, FECHADO POR TERMOSELAGEM. CAIXA COM 100 UNIDADES.
324	CAIXA	LÂMINA CIRÚRGICA 15C DE AÇO INOX E ESTERILIZADA SOB RADIAÇÃO GAMA, EMBALADA UNITARIAMENTE EM ENVELOPE CONSTITUÍDO PELA ESTRUTURA ALUMÍNIO-POLI, FECHADO POR TERMOSELAGEM. CAIXA COM 100 UNIDADES.
325	UNID.	LÂMPADA PARA APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR, DICRÓICA, Nº 12 V/75W.
326	UNID.	LAMPARINA DE VIDRO Á LÂMPADA COM TAMPAS METÁLICAS E PAVIO.
327	UNID.	LENÇO DE CAMURÇA PARA AMALGAMA.
328	CAIXA	LENÇOL DE BORRACHA, UTILIZADO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DO CAMPO OPERATÓRIO, REDUZINDO A POSSIBILIDADE DE CONTAMINAÇÃO, CAIXA COM 26 UNIDADES.
329	CAIXA	LENTULO 1ª SÉRIE, 25MM.CAIXA COM 40 UNIDADES
330	CAIXA	LIMA 1ª SÉRIE K FLEXO FILE A012 C-, 21MM, LIMA MANUAL ENDODONTICA EM AÇO INOXIDÁVEL COM 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL, FABRICADO POR TORÇÃO, SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR, EMPREGADA NA INSTRUMENTAÇÃO DE CANAIS RADICULARES TIPO FLEXO FILE. CAIXA COM 06 UNIDADES.
331	UNID.	LIMA DE SCHULIGER 09-10 CURVA
332	CAIXA	LIMA ENDODONTICA 1ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFILE, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5 MM, CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES (15 À 40).
333	CAIXA	LIMA ENDODONTICA 1ª SÉRIE DE 31MM FLEXOFILE, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02.CAIXA COM 6 UNIDADES (15 À 40).
334	CAIXA	LIMA ENDODONTICA 2ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFILE, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 6 UNIDADES (45 À 80).
335	CAIXA	LIMA ENDODONTICA 3ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFILE, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 6 UNIDADES (90 A 140).
336	CAIXA	LIMA ENDODONTICA K-FILE 21MM 1ª SÉRIE, COM 06 UNIDADES.
337	CAIXA	LIMA ENDODONTICA K-FILE 25MM 1ª SÉRIE, COM 06 UNIDADES.
338	CAIXA	LIMA ENDODONTICA TIPO FF Nº 20 25MM, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES.
339	CAIXA	LIMA ENDODONTICA TIPO K Nº 06 25MM, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES.
340	CAIXA	LIMA ENDODONTICA TIPO K Nº 08 25MM, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES.
341	CAIXA	LIMA ENDODONTICA TIPO K Nº 10 25MM, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES.
342	CAIXA	LIMA K FILE Nº 08, LIMA MANUAL ENDODONTICA EM AÇO INOXIDÁVEL COM 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL FABRICADO POR TORÇÃO, EMPREGADO NO PREPARO QUÍMICO CIRÚRGICO DOS CANAIS RADICULARES. CAIXA COM 6 LIMAS COM STOPS DE SILICONE.
343	CAIXA	LIMA K FILE Nº 10, LIMA MANUAL ENDODONTICA EM AÇO INOXIDÁVEL COM 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL FABRICADO POR TORÇÃO, EMPREGADO NO PREPARO QUÍMICO CIRÚRGICO DOS CANAIS RADICULARES. CAIXA COM 6 LIMAS COM STOPS DE SILICONE.
344	UNID.	LIMA PARA OSSO.
345	FRASCO	LÍQUIDO DE DAKIN, HIPOCLORITO DE SÓDIO À 0,5%, FRASCO COM 1 LITRO.
346	CAIXA	LIXA DE AÇO PARA ACABAMENTO 4MM, TIRAS ABRASIVAS ELECTROLÍTICAS 140MM, CAIXA COM 12 UNIDADES.
347	CAIXA	LIXA DE AÇO PARA ACABAMENTO 6MM, TIRAS ABRASIVAS ELECTROLÍTICAS 140MM, CAIXA COM 12 UNIDADES.
348	UNID.	LIXEIRA DE INOX, COM PEDAL, TAMANHO 20 LITROS.
349	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM 7.0, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.
350	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM 7.5, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.
351	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM 8, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.

352	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO G - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17 MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280 MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50 MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.
353	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17 MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280 MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50 MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.
354	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17 MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280 MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50 MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.
355	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO PP - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17 MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280 MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50 MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.
356	UNID.	MANDRIL DE DISCO DE LIXA, USO EM CONTRA ÂNGULO, PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE MATERIAIS RESTAURADORES COM PARAFUSO
357	UNID.	MANDRIL DE DISCO DE LIXA, USO EM CONTRA ÂNGULO, PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE MATERIAIS RESTAURADORES COM PRESSÃO
358	CAIXA	MÁSCARA - CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. CAIXA COM 50 UNIDADES. TIPO ELÁSTICO.
359	UNID.	MATERIAL RESTAURADOR (OBTURADOR) INTERMEDIÁRIO, CONTENDO: 1 FRASCO DE PÓ COM 38G À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL REFORÇADO POR POLÍMEROS; 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 15ML COMPOSTO POR EUGENOL E ÓLEO DE AMÊNDOAS DOÇES.COR: MARFIM.
360	UNID.	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO, COM COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ZINCO E EUGENOL INDICADO PARA RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS DE LONGA ESPERA ATÉ DOIS ANOS E FORRAMENTO DE CAVIDADES. LÍQUIDO EMBALAGEM DE VIDRO 15ML. VALIDADE DE NO MINIMO TRÊS ANOS COMPOSIÇÃO: EUGENOL 99,5%, ÁCIDO ACÉTICO 0,5%.
361	UNID.	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO, COM COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ZINCO E EUGENOL INDICADO PARA RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS DE LONGA ESPERA ATÉ DOIS ANOS E FORRAMENTO DE CAVIDADES. PÓ 38GR. VALIDADE DE NO MINIMO DOIS ANOS. COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ZINCO, POLIMETACRILATO DE METILA.
362	UNID.	MATERIAL RESTAURADOR TEMPORÁRIO RADIOPACO, PARA PREENCHIMENTO TEMPORÁRIO DE CAVIDADES DENTÁRIAS, SENDO CIMENTO A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO DESTINADO A APLICAÇÃO DE CURTO PRAZO. COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE CÁLCIO HEMI-HIDRATADO, DIBUTIL ADIPATO, COPOLÍMERO CLORETO DE POLIVINILA, PIGMENTO DE ÓXIDO DE FERRO, AROMA DE MENTA, FRASCO COM 20GR.
363	PACOTE	MATRIZ TOFFLEMIRE, TIPO BUMERANGUE, PACOTE COM 10 UNIDADES.
364	FRASCO	MEDICAMENTO PARA AFTAS, FRASCO COM 10ML.
365	KIT	MEDIDORES PARA ALGINATO PÓ E LÍQUIDO.
366	UNID.	MERCÚRIO VIVO, COM 100GR.
367	KIT	MOLDEIRAS PARA PRÓTESE TOTAL, KIT COM 08 MOLDEIRAS.
368	KIT	MOLDEIRAS PERFURADAS (JOGOS), EM ALUMÍNIO ADULTO, SUPERIOR E INFERIOR, KIT COM 09 UNIDADES (EMBALAGEM COM 4 SUPERIORES, 4 INFERIORES E 1 GIRATÓRIA).
369	UNID.	MORDEDOR ODONTOLÓGICO ADULTO
370	UNID.	MORDEDOR ODONTOLÓGICO INFANTIL
371	UNID.	ÓCULOS DE PROTEÇÃO, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO POLICARBONATO, TRANSPARENTE COM SUPORTE NASAL, CONTENDO UMA PEÇA POR CAIXA.
372	FRASCO	ÓLEO MINERAL LUBRIFICANTE (SPRAY), DE BAIXA VISCOSIDADE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO, FRASCO CONTENDO 200ML.
373	UNID.	ORGANIZADOR DE LIMAS.
374	FRASCO	OTOSPORIN, SUSPENSÃO OTOLÓGICA, FRASCO COM 10ML.
375	PACOTE	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 150 MM X 300 MM, COM 100 UNIDADES.
376	PACOTE	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 70 MM X 130 MM, COM 100 UNIDADES.
377	PACOTE	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 70 MM X 230 MM, COM 100 UNIDADES.
378	PACOTE	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 70 MM X 80 MM, COM 100 UNIDADES.
379	PACOTE	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 90 MM X 160 MM, COM 100 UNIDADES.
380	PACOTE	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 90MM X 260 MM, COM 100 UNIDADES.
381	BLOCO	PAPEL ARTICULAÇÃO, DUPLA FACE, BICOLOR, BLOCO COM 12 FOLHAS DE 100X200MM.
382	ROLO	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 10CMX100MT.
383	ROLO	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 15CMX100MT.
384	ROLO	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 20CMX100MT.
385	ROLO	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 22CMX100MT.
386	ROLO	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 30CMX100MT.
387	ROLO	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 5CMX100MT.
388	ROLO	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 8CMX100MT.
389	ROLO	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 9CMX100MT.
390	FRASCO	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO, FRASCO COM 20ML.

391	KIT	PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO COM PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO, PASTA HOMOGÊNEA LEVEMENTE AMARELADA, ALCALINA, HIDROSSOLÚVEL COM ODOR DE PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO E PRONTO PARA USO IMEDIATO, CONSISTÊNCIA CREMOSA. KIT CONTENDO: 2 TUBETES COM 2,7G CADA DE PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO COM PMCC E 2 TUBETES COM 2,2G DE GLICERINA.
392	UNID.	PASTA MAISTO, PRODUTO A BASE DE IODOFÓRMIO, LENTAMENTE REABSOLVÍVEL, DE AÇÃO ANTISSÉPTICA, CONTENDO 10G.
393	TUBO	PASTA PROFILÁTICA COM FLÚOR, TUTTI-FRUTTI, TUBO COM 50GR.
394	TUBO	PASTA PROFILÁTICA COM FLÚOR, TUTTI-FRUTTI, TUBO COM 90GR.
395	UNID.	PEDRA PARA AFIAIR CURETAS, EM GOIVA GRANULAÇÃO FINA.
396	CAIXA	PELÍCULA RADIOGRÁFICA ADULTA PERIAPICAL DE VELOCIDADE F-, COM MENOR TEMPO DE EXPOSIÇÃO PARA PACIENTE DE IMAGENS NÍTIDA E ALTO CONTRASTE. CAIXA COM 150 UNIDADES.
397	CAIXA	PELÍCULA RADIOGRÁFICA PERIAPICAL INFANTIL, COM MENOR TEMPO DE EXPOSIÇÃO PARA PACIENTE DE IMAGENS NÍTIDA E ALTO CONTRASTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.
398	UNID.	PINÇA ADSON SEM DENTE 12CM
399	UNID.	PINÇA CLÍNICA
400	UNID.	PINÇA PORTA GRAMPO PALMER.
401	UNID.	PLACA DE VIDRO.
402	FRASCO	PÓ DE PEDRA POMES, GRANULAÇÃO FINA, FRASCO CONTENDO 100G.
403	CAIXA	PONTA ACCUDOSE, ANTERIOR LV, PARA CENTRIX, CAIXA COM 20 UNIDADES.
404	CAIXA	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE, 1ª SÉRIE, ROLADAS A MÃO, CAIXA COM 120 UNIDADES.
405	CAIXA	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE, 2ª SÉRIE, ROLADAS A MÃO, CAIXA COM 120 UNIDADES.
406	CAIXA	PONTA PARA ACABAMENTO EM RESINA SORTIDAS, TIPO ENHANCE, COM 7 UNIDADES
407	UNID.	PONTA PARA ULTRASSOM ARREDONDADAS Nº 1.
408	UNID.	PONTA PARA ULTRASSON (INSERTO) Nº 1, COMPATÍVEL COM APARELHO DE ULTRASON JET-SONIC FOUR PLUS GNATUS (PONTAS VARIADAS).
409	UNID.	PONTA SHOFFU EM FORMATO DE CHAMA DE VELA, PEDRA ARKANSAS BRANCA.
410	UNID.	PORTA AGULHA CASTROVIEJO RETO COM VÍDEA.
411	UNID.	PORTA AGULHA CRILE WOOD COM PONTA DE VÍDEA 15CM.
412	UNID.	PORTA AGULHA CRILE WOOD, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, 18CM.
413	UNID.	PORTA AGULHA MAYO HEGAR, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, 14 CM.
414	UNID.	PORTA AMÁLGAMA ADULTO PARA INSERÇÃO DE AMÁLGAMA NA CAVIDADE, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO AUTOCLAVÁVEL.
415	UNID.	PORTA AMÁLGAMA ADULTO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO.
416	UNID.	POSICIONADOR DE PELÍCULAS RADIOGRÁFICAS PARA TOMADA DE RAIOS X SOB ISOLAMENTO ABSOLUTO, TAMANHO ADULTO.
417	UNID.	POSICIONADOR DE PELÍCULAS RADIOGRÁFICAS PARA TOMADA DE RAIOS X SOB ISOLAMENTO ABSOLUTO, TAMANHO INFANTIL.
418	UNID.	POSICIONADOR PARA RADIOGRAFIA PERIAPICAL ADULTO COM MORDEDOR DE SILICONE.
419	UNID.	POTE DE DAPPEN DE VIDRO.
420	UNID.	PRENDEDOR EM ESPIRAL PARA GUARDANAPOS. POSSUI TRAVAMENTO FIRME, SEGURANDO QUALQUER TIPO DE BABADOR, INDEPENDENTE DE SUA ESPESSURA
421	FRASCO	PRODUTO DECAPANTE, DESOXIDANTE PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES. FRASCO COM 500ML.
422	UNID.	RÉGUA ENDODÔNTICA MILIMETRADA.
423	FRASCO	REMOVEDOR DE MANCHAS TARTARITE, FRASCO COM 30ML.
424	UNID.	RESINA FLOW, COMPOSTA FLUIDA DE MÉDIA VISCOSIDADE, INDICADA TAMBÉM COMO FORRAMENTO DE CAVIDADES, COM BAIXO VALOR DE CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO, COM NO MÍNIMO 70% DE TEOR DE CARGA, COM ALTA RESISTÊNCIA A FLEXÃO, 01 SERINGA COM 2G, NA COR A2.
425	UNID.	RESINA FLOW, COMPOSTA FLUIDA DE MÉDIA VISCOSIDADE, INDICADA TAMBÉM COMO FORRAMENTO DE CAVIDADES, COM BAIXO VALOR DE CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO, COM NO MÍNIMO 70% DE TEOR DE CARGA, COM ALTA RESISTÊNCIA A FLEXÃO, 01 SERINGA COM 2G, NA COR A3 (UNIVERSAL).
426	UNID.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR C3.
427	UNID.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OA3 OPACA.
428	UNID.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OPACA.
429	UNID.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR C3.
430	UNID.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCONIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR B1.

431	UNID.	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR B2.
432	UNID.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR UD.
433	UNID.	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR A3.
434	UNID.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A1.
435	UNID.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A2.
436	UNID.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A3,5.
437	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR A0,5.
438	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR B0,5.
439	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EA4.
440	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EB3.
441	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EC2.
442	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA1.
443	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA2.
444	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA3,5.
445	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA3.

446	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EB1.
447	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EB2.
448	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR A0,5
449	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EA4
450	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EB3
451	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA3,5
452	UNID.	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EB2
453	UNID.	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICRÔMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A1 – 4GR.
454	UNID.	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICRÔMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A2 – 4GR.
455	UNID.	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICRÔMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A3 – 4GR.
456	UNID.	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICRÔMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A3,5 – 4GR.
457	UNID.	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICRÔMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR B1 – 4GR.
458	UNID.	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICRÔMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR B2 – 4GR.
459	UNID.	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICRÔMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR C3 – 4GR.
460	UNID.	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICRÔMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA2 – 4GR.

461	UNID.	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA3 – 4GR.
462	FRASCO	REVELADOR DE PLACA BACTERIANA PARA BOCHECHOS. FRASCO DE 500ML.
463	UNID.	REVELADOR DE PLACA BACTERIANA. CAIXA COM 100 PASTILHAS.
464	UNID.	REVELADOR DE RAIOS X, FRASCO COM 475ML, PRONTO PARA USO.
465	UNID.	RIFOCORT ACETATO DE PREDNISOLONA, COM 10G.
466	PACOTE	ROLETE DE ALGODÃO, ALGODÃO HIDRÓFILO, PRENSADO, HOMOGÊNEO, MACIO, COM BOA ABSORÇÃO DE LÍQUIDOS, SEM GRUPOS E IMPUREZAS, MEDINDO DE 4 À 5CM DE COMPRIMENTO E 10CM DE DIÂMETRO, COR BRANCA, EM PACOTE DE 100 UNIDADES.
467	UNID.	SACA – BROCAS FORMATO CIRCULAR PLÁSTICO PARA CANETAS DE ALTA- ROTAÇÃO.
468	UNID.	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 30 LITROS CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, COR BRANCO LEITOSO, ESPESSURA DE 7MICRAS.
469	UNID.	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 50 LITROS CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, COR BRANCO LEITOSO, ESPESSURA DE 7MICRAS.
470	TUBO	SELANTE DE FÓSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZÁVEL, DEVE POSSUIR 50% EM PESO DE CARGAS INORGÂNICAS, CONTER FLÚOR, NO COR MATIZADO, TUBO COM 2G.
471	BISNAGA	SELANTE PARA FÓSSULAS E FISSURAS INCOLOR, FOTOPOLIMERIZÁVEL POR LUZ VISÍVEL, BISNAGA DE 2GR.
472	UNID.	SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), SERINGA HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO. O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO.
473	UNID.	SERINGA 20ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO.
474	UNID.	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), SERINGA COM AGULHA, HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO. O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO.
475	UNID.	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), SERINGA COM AGULHA, HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO. O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO.
476	UNID.	SERINGA CARPULE PARA ANESTESIA, COM REFLUXO EM AÇO INOX.
477	UNID.	SERINGA CENTRIX PARA USO ODONTOLÓGICO.
478	UNID.	SERINGA ENDODÔNTICA (METÁLICA) ML, PARA APLICAÇÃO DE CALEN.
479	KIT	SILICONE DE CONDENSACÃO PARA MOLDAGEM, KIT COMPLETO CONTENDO 1 PASTA Densa com carga esferoidais, PROPORCIONA EXCLUSIVA PROPRIEDADE REOLÓGICA, ONDE A FLUIDEZ VARIA EM FUNÇÃO DO ESFORÇO EXERCIDO ELIMINA O DESCONFORTO DA COMPRESSÃO NA MUCOSA, MAIOR FLUIDEZ NA APLICAÇÃO, ASSOCIADA A MELHOR RIGIDEZ, APÓS A POLIMERIZAÇÃO; 1 FLUÍDO QUE PROPORCIONA A MELHOR PENETRAÇÃO NAS ÁREAS SUBGENGIVAS, ASSEGURANDO MAIOR FIDELIDADE NA REPRODUÇÃO DE DETALHES HIDROFÍLICO, POSSIBILITA A MOLDAGEM NA PRESENÇA DE SALIVA OU SANGUE; HOMOGÊNEO, FORMA UMA CAMADA UNIFORME SOBRE O DENSO, COR COM EXCELENTE CONTRASTE A PASTA Densa, FACILIDADE DE REMOÇÃO DA BOCA APÓS A PRESA, 1 CATALISADOR.
480	FRASCO	SOLUÇÃO DE FLUORETO DE SÓDIO 0,5%, FRASCO COM 01 LITRO.
481	FRASCO	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 9% 250ML SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.
482	FRASCO	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 9% 500ML, SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.
483	UNID.	SONDA MILIMETRADA RETA COM FORMATO CILÍNDRICO COM MARCAÇÃO DE 3 EM 3 MILÍMETROS.
484	UNID.	SPRAY CONGELANTE PARA VERIFICAÇÃO DE VITALIDADE PULPAR, FRASCO COM CONTEÚDO DE 160ML, PESO LÍQUIDO 200G, TEMPERATURA NUMA ORDEM DE -40 À -50°C.
485	CAIXA	STOP DE SILICONE (CURSOR), CAIXA COM 100 UNIDADES.
486	FRASCO	SUG CLEAN PARA LIMPEZA INTERNA DE MANGUEIRAS DE EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO. FRASCO COM 1000ML.
487	CAIXA	SUGADOR CIRÚRGICO DE SANGUE DESCARTÁVEL EM PLÁSTICO RÍGIDO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE E ESTERILIZADO. CAIXA COM 20 UNIDADES.
488	UNID.	SUGADOR METÁLICO DE ENDODÔNTICO.
489	PACOTE	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL, TUBO PVC ATÓXICO, TRANSPARENTE, ARAME DE FÁCIL MODELAGEM, PONTA MACIA, FLEXÍVEL, PACOTE COM 40 UNIDADES.
490	UNID.	TAÇA DE BORRACHA PARA PROFILAXIA.
491	UNID.	TESOURA CIRÚRGICA METZENBAUM 15CM CURVA
492	UNID.	TESOURA CIRURGICA METZENBAUM 15CM RETA
493	UNID.	TESOURA CIRÚRGICA RETA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, 15CM.
494	UNID.	TESOURA GOLDMAN FOX
495	UNID.	TESOURA IRIS PONTA FINA.
496	UNID.	TESOURA PARA FIO DE AÇO
497	CAIXA	TIRA ABRASIVA DE POLIÉSTER MÉDIA-FINA COM CENTRO NEUTRO, PARA POLIMENTO E RESTAURAÇÕES, TIRA DE 4MMX170MM, CAIXA COM 150 UNIDADES.

498	CAIXA	TIRA TRANSPARENTE DE POLIÉSTER TAMANHO 10MMX120MMX0,05MM, CAIXA COM 50 UNIDADES.
499	UNID.	TRICRESOL FORMALINA, FRASCO COM 10 ML.
500	UNID.	VASELINA SÓLIDA, FRASCO COM 30 GRAMAS.
501	FRASCO	VERNIZ COM FLÚOR, FORMULAÇÃO COM FLUORETO DE SÓDIO A 5%, FRASCO COM 10ML.
502	UNID.	VERNIZ FORADOR DE CAVIDADE, FRASCO COM 15ML.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0002/2015.

MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS

#### ANEXO II

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, apresento os ITENS abaixo relacionados com as marcas e respectivos modelos para serem submetidos à devida análise pela Comissão:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA MODELO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0002/2015.

MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS

#### ANEXO III

##### TERMO DE ANÁLISE

NOME DO FABRICANTE E/OU FORNECEDOR:

	ANÁLISE				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	MODELO	APROVAÇÃO SIM OU NÃO	OBSERVAÇÕES

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0002/2015.

MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS

#### ANEXO IV

##### ATESTADO DE APROVAÇÃO

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir:

ITEMM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	MODELO